

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCAR
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS - CECH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA - PPGS**

Bruno César Pereira

**Trajetórias, labor e cotidiano de trabalhadores (as) rurais migrantes no
redesenho dos traçados da cidade**

São Carlos, 2026

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCAR
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS - CECH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA - PPGS

Bruno César Pereira

**Trajetórias, labor e cotidiano de trabalhadores (as) rurais migrantes no
redesenho dos traçados da cidade**

Tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação
em Sociologia da Universidade Federal de São
Carlos para a obtenção do título de Doutor em
Sociologia.

Linha de Pesquisa: Poder e Conflitos Sociais

Orientadora: Profa. Dra. Maria Aparecida de
Moraes Silva

Financiamento: Fundação Coordenação de
Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -
CAPES (2022-2026)

São Carlos, 2026

Pereira, Bruno César

Trajetórias, labor e cotidiano de trabalhadores (as)
rurais migrantes no redesenho dos traçados da cidade /
Bruno César Pereira -- 2026.
320f.

Tese de Doutorado - Universidade Federal de São Carlos,
campus São Carlos, São Carlos

Orientador (a): Maria Aparecida de Moraes Silva

Banca Examinadora: Fábio José Bechara Sanchez,
Marilda Aparecida de Menezes, Vania Vaz, Gustavo
Tentoni Dias

Bibliografia

1. Migração Nordestina. 2. Trabalhadores (as) rurais. 3.
Cotidiano & Cultura. I. Pereira, Bruno César. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática
(SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Arildo Martins - CRB/8 7180

Folha de Aprovação

Defesa de Tese de Doutorado do candidato Bruno César Pereira, realizada em 24 de fevereiro de 2026.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva - Presidente (UFSCar)
Prof. Dr. Fábio José Bechara Sanchez - Membro Titular Interno (UFSCar)
Profa. Dra. Marilda Aparecida de Menezes - Membro Titular Externo (UFABC/UNICAMP)
Profa. Dra. Vania Vaz - Membro Titular Externo (UNICENTRO)
Prof. Dr. Gustavo Tentoni Dias - Membro Titular Externo (UNIMONTES)

Às minhas mães, Adriana e Magali;
aos meus pais, João Carlito (*in memoriam*) e Gilmar (*in memoriam*),
e aos meus companheiros diários - Dani, Penny, Eustácio e Douglas.

Agradecimentos

Na trajetória da escrita deste estudo, muitos foram os sujeitos que, de diferentes maneiras, contribuíram para que ele se tornasse possível. Espero, aqui, não esquecer nenhum deles.

Agradeço, primeiramente, à Professora Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva, minha orientadora e grande fonte de inspiração, que acolheu este trabalho desde seus primeiros esboços e esteve sempre disponível ao longo do percurso de sua construção, com rigor, generosidade e escuta atenta.

À Daniela Grisoski, minha companheira e primeira leitora deste trabalho, agradeço pelo afeto, pelo carinho, pelo companheirismo e pela paciência, presenças fundamentais nos momentos de escrita, dúvida e silêncio.

Aos colegas e professores da pós-graduação, em especial aos companheiros Trissia Barros e Henrique Forini, pelos diálogos, trocas e aprendizados compartilhados ao longo dessa caminhada.

Dedico uma parte especial destes agradecimentos à minha família, sobretudo aos meus irmãos: Sandro, Alexandre, Tatiane, Franciele e Francisco; e à família que construí nas andanças entre o Paraná e São Paulo, em especial: Ariane Mendonça, Jaqueline Kotlinski, Izabel Soares, Maristela Carneiro, Amanda Lamara, Pedro Prado, Gabriel Gomes, Vinicius Molina, Wellerson Ferreira, Gerson Pietta, Alana Terna, Tiago Neves e Luiz Fernando Pedroso, pelo afeto, pelo cuidado e pelo apoio que sustentaram esta trajetória.

À Ana Paula Wagner, Vania Vaz e Valter Martins, docentes da minha graduação e, hoje, companheiros, confidentes e parceiros para toda a vida.

Agradeço à banca examinadora desta tese pelos apontamentos criteriosos e pelas contribuições fundamentais ao aperfeiçoamento desta investigação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento desta pesquisa.

Por fim, agradeço a todos aqueles que me confiaram parte de suas memórias e trajetórias em Orlândia. Sem esses sujeitos, esta pesquisa não existiria.

Ao caminhar por uma cidade, ainda que tenhamos nas mãos o seu mapa,
os passos traçam outras ruas imaginárias, pois percorremos também pelas histórias
que contam daqueles lugares.

Cristina Maria da Silva, *Da cidade utópica à cidade metafórica*, 2012.

Trajetórias, labor e cotidiano de trabalhadores (as) rurais migrantes no redesenho dos traçados da cidade

Resumo

A cidade de Orlândia, situada no nordeste do estado de São Paulo, vivenciou um expressivo crescimento populacional desde a década de 1970, saltando de cerca de 15 mil para 40 mil habitantes nas primeiras décadas do século XXI. Esse crescimento esteve fortemente ligado à migração de trabalhadores expropriados do campo, inicialmente oriundos de outras regiões paulistas e, posteriormente, de outros estados, com destaque para o Nordeste brasileiro. A partir dos anos 1980, em meio à expansão dos canaviais e da agroindústria, intensificou-se a chegada de trabalhadores nordestinos recrutados por "gatos" para o corte da cana-de-açúcar. Muitos deles, após anos de migração temporária, fixaram-se definitivamente na cidade. Este estudo investiga, a partir das dimensões entrelaçadas da migração, do trabalho e do cotidiano, as condições concretas de existência desses nordestinos em Orlândia. Buscando evidenciar o protagonismo desses sujeitos na conformação urbana, social, cultural e simbólica da cidade, a pesquisa se apoia majoritariamente em fontes orais – 43 entrevistas realizadas entre 2017 e 2025 - com 22 mulheres, 21 homens, de distintas idades, trajetórias e características étnico/raciais. Ao privilegiar a memória como fonte, são analisadas as formas de representação, ressignificação e pertencimento dos sujeitos, bem como as redes sociais e estratégias de reprodução familiar. Dialogando com uma vasta produção acadêmica sobre migração nordestina para o interior paulista, a tese avança ao tratar a cidade como espaço de vida e conflito, complexificando a clássica perspectiva de que estes espaços se configuravam apenas como “cidades dormitório”. Ao iluminar os vínculos entre experiência migratória e transformação urbana, o trabalho contribui para reposicionar os migrantes não como figuras marginais, mas como agentes fundamentais das mudanças sociais e espaciais da cidade.

Palavras-chave: Orlândia-SP; Migração Nordestina; Trabalhadores (as) rurais; Labor; Cotidiano; Cultura.

Trajectories, labor and routine of migrant rural worker(s) in redesigning the city's contours

Abstract

The city of Orlândia, located in northeastern São Paulo, has experienced an expressive population growth since the 1970s, jumping from around 15 thousand to 40 thousand inhabitants in the first decades of the 21st century. Such growth is strongly bound to the migration of expropriated workers from the interior, initially coming from other regions of the state of São Paulo and later from other states, mainly the Brazilian northeast. From the 1980s onwards, during the expansion of sugarcane plantations and agribusiness, the arrival of workers from the northeast recruited by “gatos” (cats) to cut sugarcane intensified. Many of them, after years of temporary migration, decided to stay permanently in the city. This study investigates the concrete conditions of existence of the individuals coming from the northeast in the municipality of Orlândia, considering the intertwined dimensions of migration, labor and routine. Seeking to unveil the protagonism of those subjects in the urban, social, cultural and symbolic design of the city, the research is mainly supported by oral sources – 43 interviews carried out between 2017 and 2025 – with 22 women and 21 men of different ages, trajectories and ethnic-racial characteristics. By privileging memory as a source, forms of representations, resignification and the subjects’ belonging are analyzed alongside their social networks and family reproduction strategies. In a dialogue with a vast academic production about northeastern migration into the interior of São Paulo, the thesis proposes an advance in the discussion for treating the city as a space of life and conflict, complexifying the classical perspective that those spaces were only designed as “dormitory towns”. By shedding light on the existing bonds between the migratory experience and urban transformation, this study contributes to the repositioning of migrants as fundamental agents in the city’s social and spatial changes rather than marginal figures.

Keywords: Orlândia-SP; Northeastern Migration; Rural Worker(s); Labor; Routine; Culture.

Lista de Mapas

Mapa 1 - Localização do município de Orlândia-SP (Brasil/São Paulo/Grande Ribeirão Preto)	14
Mapa 2 - Tecido Urbano Orlandino (1938-2015)	72
Mapa 3 - Uma cidade em construção	79
Mapa 4 - A migração redesenhando traçados	83

Lista de Abreviaturas e Siglas

- Carol** – Cooperativa dos Agricultores da Região de Orlândia
- CDHU** – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano
- CH** – Conjunto Habitacional
- Creo** - Club Recreativo Orlândia
- COHAB-RP** – Companhia Habitacional de Ribeirão Preto
- Comove** – Companhia Mogiana de Óleos Vegetais
- EDR** - Escritório de Desenvolvimento Rural
- ET** - Estatuto da Terra
- ETR** - Estatuto do Trabalhador Rural
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IGC-SP** – Instituto Geográfico e Cartográfico de São Paulo
- Inep** - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- Intelli** – Indústria de Terminais Elétricos
- Jd.** – Jardim
- Morlan** – Metalúrgica Orlândia
- ORC** - Orlândia Rádio Club
- PNAD** – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
- Proálcool** – Programa Nacional do Alcool
- RPDM** - Relatórios dos Planos Diretores do Município

Sumário

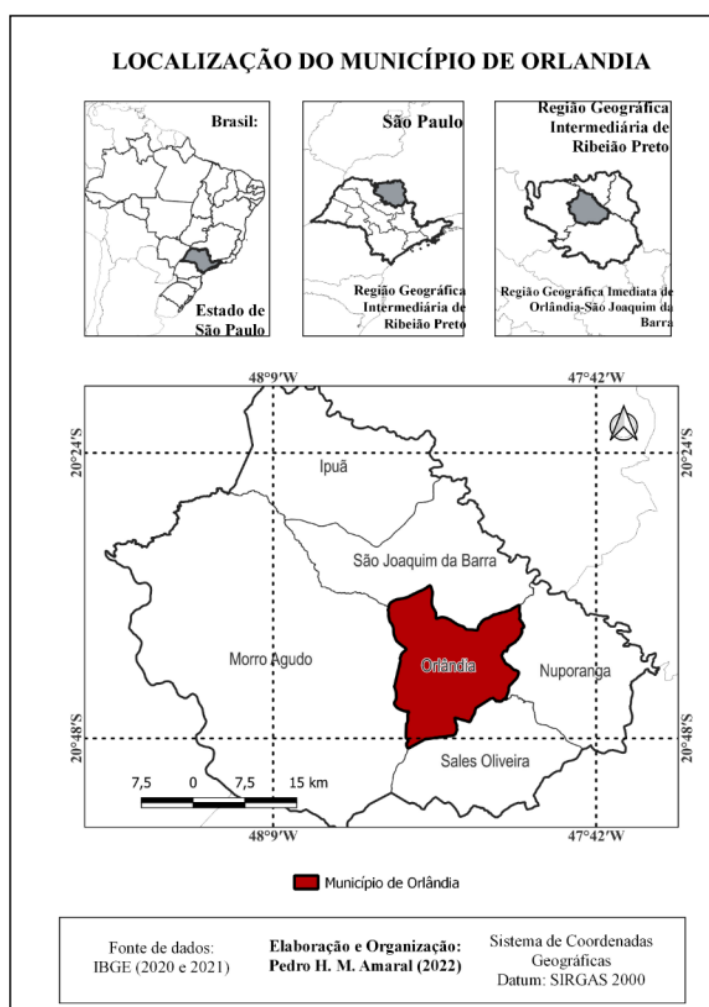
Apresentação.....	14
Capítulo I - Sair, vir, chegar e ficar: verbos da migração	28
<i>Sair: terra, periferia e silêncio</i>	<i>31</i>
<i>Vir: deslocamentos e redes</i>	<i>47</i>
<i>Chegar: uma cidade em construção</i>	<i>70</i>
<i>Ficar (?)</i>	<i>101</i>
Capítulo II - Labor: trajetórias, cotidiano e resistência	113
<i>Boias-frias: mundo rural em transformação</i>	<i>116</i>
<i>Trabalhadores permanentemente temporários: labor, dominação e</i> <i>resistência</i>	<i>148</i>
<i>Migrantes: do “descarte” à “integração”</i>	<i>180</i>
Capítulo III - Nas tramas da cidade: trajetórias e experiências em Orlândia	198
<i>Laços e redes em construção: locais e migrantes no tecido urbano</i> <i>orlandino</i>	<i>200</i>
<i>Forró: lazer, sociabilidade e identidade</i>	<i>232</i>
<i>Nas tramas do cotidiano: (in)certezas do pertencimento</i>	<i>264</i>
Considerações Finais	283
Apêndice I - Entrevistas: Histórias de Vida, Trajetórias e Experiências	288
Fontes	299
Referências	302

[...] mal sabem os escavadores que o esquecimento é um crime sem corpo.
Sheyla Smaniotto, *Desesterro*, 2025.

Apresentação

Desde o último quartel do século XX, a cidade de Orlândia, localizada no nordeste do Estado de São Paulo, região da Grande Ribeirão Preto (Mapa 1), vivenciou um significativo crescimento populacional e de seu tecido urbano. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Orlândia saltou de uma população de pouco mais de 15 mil habitantes em 1970, para 40 mil na primeira década do século XXI, um crescimento de mais de 25 mil habitantes.

Mapa 1 - Localização do município de Orlândia-SP (Brasil/São Paulo/ Grande Ribeirão Preto)



Fonte: Amaral, 2022.

A cidade, fundada no bojo da civilização cafeeira, no início do século passado, assim como grande parte dos municípios da região, ao longo da segunda metade dos novecentos, tornou-se receptora de um elevado número de sujeitos advindos do mundo rural paulista, em

virtude de sua *trágica modernização*, processo que expulsou milhares de parceiros, arrendatários, colonos e sitiantes dos campos paulistas (Moraes Silva, 1999).

Desde fins de 1970, esses sujeitos, em sua maioria, chegaram à cidade a partir de redes sociais familiares e de amizades e, nesse espaço, assalariaram-se a diferentes atividades, inicialmente, àquelas ligadas ao mundo rural, ou seja, nas colheitas de café, algodão, amendoim, batata, arroz e cana de açúcar e, mais tarde, em atividades urbanas, no setor de serviços e indústrias, que cresciam consideravelmente, ao longo dos anos que se seguiam.

Entre os sujeitos que chegavam à Orlândia, ao longo do período, destacamos que houve um contingente expressivo que, expropriados de seus espaços de origem, instalaram-se na cidade de forma permanente. Essas pessoas, em sua grande maioria, possuíam origens ligadas ao campo paulista, mas havia também muitos mineiros, paranaenses e baianos. Por outro lado, um contingente um pouco menor foi composto de migrantes de outros estados nordestinos, como Bahia, Piauí, Ceará e Pernambuco, que se fixaram na região apenas por alguns meses, sobretudo, durante as colheitas agrícolas.

Se, desde a década de 1970, a localidade recebeu uma miríade de sujeitos de diferentes espaços, seja do próprio estado ou de outras regiões do país, em fins da década de 1980, ocorre uma mudança da *cartográfica migratória* (Moraes Silva, 2008a). A cidade passa a ter uma maior concentração de sujeitos advindos do Nordeste brasileiro, com destaque para os originários dos estados do Maranhão e Piauí. Esse momento também é marcado pelo significativo avanço dos canaviais nas terras de plantar da região e a intensificação do ritmo de trabalho em tais espaços. Ainda ocorre a significativa dispensa dos trabalhadores rurais que se tornaram locais (migrantes permanentes) das atividades ligadas à agroindústria canavieira, a qual passa a contar, em sua maioria, com trabalhadores temporários de origem nordestina.

Destarte, a rede migratória, que ganhou forma na década 1980, mas só se consolidou durante o final do século (1990), foi a de trabalho, organizadas pelos chamados *gatos profissionais*, que recrutavam nordestinos para executar atividades no setor sucroalcooleiro, sobretudo, para o trabalho de corte da cana de açúcar.

Os nordestinos, ao longo desse último período, década de 1990, caracterizavam-se, conforme Moraes Silva (2010a) chamou, de *trabalhadores permanentemente temporários*, ou seja, ficavam por um período e, depois, quando o capital não mais precisava deles, eram devolvidos aos seus locais de origem e, em seguida, novamente voltavam. Logo, tratava-se de uma migração *permanentemente temporária*, pois, grande parte deles migrava todos os anos,

tendo a vida dividida no espaço e no tempo, nem lá e nem cá, sempre em movimento (Moraes Silva, 2008a). Ademais, as migrações configuravam-se como estratégia de reprodução familiar, inclusive pelo fato de que a vinda para o estado de São Paulo viabiliza a vida dos que ficavam no Nordeste (Menezes, 2009).

Todavia, parte desse contingente de *trabalhadores permanentemente temporários*, entre idas e vindas, optou por ficar. Ficar, em grande medida, correspondeu a um projeto familiar que se encontrou ligado às mesmas motivações que os levaram a sair. Visou, em especial, “melhorar de vida”, seja como mudança no *status* profissional e a melhora nos padrões de vida (Maciel, 2013a), também esteve ligado a questões como o acesso e consumo de bens duráveis e não duráveis e a serviços sociais, mormente educação e saúde (Maciel, 2013b). Todos esses pontos permeiam, em maior ou menor grau, os projetos familiares daqueles que optaram por migrar em definitivo.

A produção científica que aborda a questão da migração nordestina para o interior paulista, nos últimos quarenta anos, é rica e extensa. Inicialmente, os estudos concentram suas discussões a respeito das razões que levavam um número expressivo de trabalhadores, oriundos de diferentes regiões do Nordeste, a anualmente migrarem para os canaviais, cafezais e laranjais do estado de São Paulo, além de discutirem os locais de origem, buscando averiguar as dinâmicas econômicas e sociopolíticas das regiões como fatores explicativos da migração. Tais estudos realizaram amplos debates acerca das condições de vida e de trabalho no complexo agroindustrial paulista, a relação entre exploração e dominação como faces de um mesmo fenômeno, as redes que permitiram o processo migratório e as consequências sociais e ambientais da atuação dos setores canavieiro, cafeeiro e da citricultura na região.

Essas investigações contribuíram para o desenvolvimento e consolidação de um campo de estudos que foi aprofundado nas últimas duas décadas. As novas produções, além de se aprofundarem nos temas supracitados, debruçaram-se sobre outras dimensões das migrações nordestinas, como, por exemplo, as trajetórias, memórias e vivências, os processos de territorialização e inserção de migrantes e as redes sociais formadas pelo processo migratório.

Contudo, se por um lado, as discussões que relacionam a migração com as temáticas do trabalho, saúde e os processos que permitiram a migração para o interior paulista (redes), estiveram sob a lupa da literatura sociológica nos últimos anos, por outro, as experiências dessas pessoas nas cidades de destino, o seu cotidiano e a relação desses sujeitos com moradores locais nessas regiões, ainda carecem ser mais bem discutidos. Além disso, é notório que parte significativa desta literatura acabou por considerar as pequenas cidades do

interior paulista como secundárias ou meramente residenciais, *idades dormitórios*, não levando em conta que este espaço, a cidade, configura-se como um campo simbólico e de lutas no qual se articulam desejos, expectativas, valores, saberes e experiências (Graebin & Viegas, 2008).

Partindo de tais considerações, este estudo, além de dialogar com a rica produção já existente sobre o tema, em certa medida, pretende inovar em aspectos pouco analisados, especialmente em compreender a cidade enquanto um espaço pleno de vida, trabalho, conflito e criatividade, destacando que as dinâmicas migratórias contribuíram para a conformação da cidade de Orlândia, não apenas em seus aspectos físicos, mas também em suas dimensões sociais, simbólicas, culturais e afetivas.

Muito já se tratou, no âmbito da sociologia e história rural, sobre relações de exploração-dominação vivenciadas pelos *trabalhadores rurais migrantes*, seja no contexto paulista como em outras regiões brasileiras. Não se pode negá-las, mas é oportuno enveredar por caminhos pouco visitados. Na tentativa de compreender o papel do nordestino no interior paulista, é necessário, também, desvendar todo o contexto em que esse agente social esteve envolvido.

Nossa tese, ora defendida aqui, se dedica em demonstrar o protagonismo dos/as trabalhadores e ex-trabalhadores rurais nordestinos para a transformação urbana, revelando assim que sua presença não foi invisível, pelo contrário, são sujeitos que impactaram diretamente a geografia urbana do local. Mesmo que sua força de trabalho fosse explorada no campo, essa era reproduzida cotidianamente no urbano, local do vivido, onde a realidade cotidiana fluiu com todas as suas implicações. Leva-se em conta o espaço urbano como campo simbólico e de lutas no qual se articulam desejos, expectativas, valores, saberes e experiências. Assim, buscando contribuir para o conhecimento das “condições concretas de existência” (Decca, 1987) dos antigos trabalhadores rurais nordestinos, neste estudo analisamos três dimensões distintas que, como evidenciaremos ao longo das páginas que se seguem, encontram-se entrelaçadas, quais sejam: a migração, o trabalho e, por fim, o cotidiano. Ao mobilizar estas três dimensões, buscaremos compreender e situar o amplo processo de urbanização orlandino, partindo das narrativas e trajetórias de vida dos atores sociais que estão por trás de sua formação.

Assim, nossa proposta é de *redesenhar os traçados da cidade* de Orlândia que, nas últimas décadas, vivenciou intensas transformações em virtude de sua expansão urbana e industrial e de sua nova configuração social, provinda da massa de migrantes que passam a ocupá-la, ou seja, objetivamos em explorar, dando destaque principalmente as trajetórias e

experiências de sujeitos de origem nordestina, o emaranhado de tempos-espacos e memórias, raspando as várias camadas e analisando as relações entre elas, “decifrando seus enigmas” (Matos, 2002).

O presente estudo, concebido como um prolongamento de pesquisas anteriores, iniciadas em meados de 2017 (Pereira & Lourenço, 2017; 2018), concentra suas análises em fontes orais. Isto se deu, em virtude da quase inexistência de outras fontes históricas, mormente as escritas como as obras memorialísticas disponíveis nos *lugares de memória* da cidade (Museu, Casa da Cultura e Biblioteca Municipal), também de jornais¹ e revistas, que nos possibilitassem analisar a figura dos nordestinos na cidade de Orlândia, em especial, de suas trajetórias, histórias, mobilidades e experiências cidadinas e no trabalho. Assim, deparamo-nos com a falta de uma história registrada através de documentos oficiais e dados sociais rigorosamente coletados e gravados, bem como de dados estatísticos suficientemente longos e cuidadosamente armazenados em arquivos. As narrativas coletadas foram um caminho alternativo para superar tal lacuna (Vettorassi & Dias, 2017).

Para construção das análises desta tese, utilizamos e analisamos fragmentos das trajetórias de vida de 43 sujeitos, sendo 22 mulheres e 21 homens, todos são, ou foram, moradores das periferias de Orlândia (extremos leste e oeste) que migraram em definitivo para a cidade, entre 1970 e início dos anos 2000. As entrevistas foram realizadas entre 2017 e 2025, com alagoanos, cearenses, maranhenses, pernambucanos, baianos, piauienses, paulistas, mineiros e paranaenses, com idades que variaram entre 24 e 68 anos (no momento da entrevista). A escolha por uma diversidade entre faixas etárias e de naturalidades se deu visando a busca por diferentes experiências dos habitantes, quanto aos espaços da cidade, também suas relações com os processos da migração, estigmatização e redes de amizade e solidariedade em diferentes períodos. Neste sentido, nossa proposta buscou observar as continuidades e descontinuidades a partir da experiência de, em média, duas gerações de migrantes em Orlândia.

Realizada as apresentações quanto à pesquisa e coleta dos dados dos entrevistados, as entrevistas contaram com questões abertas, previamente formuladas, no entanto,

¹ Entre 1980 e 2020, havia em circulação três jornais locais, *O Feitiço da Vila*, de propriedade de Otacílio Ferreira, em circulação de meados de 1990 a 2018, *O Mojiano*, de propriedade de Paulo Machado, iniciado também em 1990 e atualmente publicado em formato impresso e digital e, por fim a *Folha de Orlândia*, que circulou entre 1970 a 1990, de propriedade de Mario Antonio da Silva Sordi. Em contato com a família do Sr. Ferreira, nos foi informado que os exemplares de todos os números, que estavam sob sua posse, foram descartados após o seu falecimento em 2018, com relação ao jornal *O Mojiano*, mesmo possuindo todas as tiragens impressas e encadernadas, não foi autorizado a nossa consulta, por fim, com relação a *Folha*, a família Sordi permitiu a consulta no acervo, no entanto o acervo se resumia as edições produzidas entre 1984 a 1987, os demais números, infelizmente se perderam.

moldavam-se de acordo com os rumos proporcionados pelas falas dos sujeitos ouvidos. Ressalta-se que, geralmente, ao iniciarmos com a pergunta que encabeçou os questionários (Queria/Gostaria que me falasse um pouco do/da senhor/a, da sua trajetória de vida), essa indagação era disparadora para os participantes iniciarem longos depoimentos sobre os locais de origem, as motivações para suas saídas e redes que permitiram, as viagens e a chegada, os retornos e as decisões por migrar em definitivo. Ao longo das narrativas, interferimos apenas para perguntar a respeito de detalhes ou esclarecer alguns fatos. Em virtude desses relatos que constavam questões e realizavam uma retrospectiva das suas trajetórias, boa parte das perguntas, esboçadas em nosso questionário, eram deixadas de lado, muitas vezes por já terem sido respondidas no depoimento.

Por meio das falas quanto suas trajetórias, sejam as migrações, ir e vir, como o ficar e as mobilidades no tecido urbano e nas atividades profissionais, formais e informais, foi possível compreendermos as mudanças sociais e profissionais, além de compreendermos e analisarmos os caminhos traçados durante sua vida e os acontecimentos considerados marcantes, “momentos-chave” de suas trajetórias. As narrativas se constituíram como privilegiadas fontes que iluminam diferentes memórias sobre o passado e revelaram aspectos obscurecidos sobre a vida cotidiana, especialmente acerca dos conflitos e seus significados.

Essas biografias individuais, construídas mediante uma pergunta disparadora, construíram um conjunto de relações sociais que estavam situadas em uma dimensão histórica (Martins, 1992 *Apud* Menezes, 1992). A coleta das narrativas nos permitiu definir a cartografia da vida desses sujeitos, caminhos com muitas voltas, muitos fragmentos e pontos de silêncio (Moraes Silva, 2010). Em seus relatos, afloraram fatos, percepções, avaliações, perspectivas de vida e visões de mundo.

Para uma melhor visualização de quem são os sujeitos, utilizamos seus sobrenomes para identificá-los e, na sequência, na primeira vez que utilizamos seus relatos, realizamos um breve “retrato” de sua trajetória de vida, pontuando aspectos como os seus deslocamentos e sua inserção e mobilidade pela malha urbana da cidade. Em nota de rodapé, informamos alguns dados complementares, como quantidade de entrevistas, as datas e os locais da realização, além dos principais temas narrados. Todas as entrevistas encontram-se listadas ao final deste estudo (Apêndice I), bem como também realizamos breve apanhado de suas trajetórias migratórias, seja de suas idas e vindas, como também pelos deslocamentos pelo tecido urbano da cidade de Orlândia.

A escolha pelo uso dos sobrenomes dos entrevistados surgiu a partir de uma indagação feita por um deles acerca do emprego de sua entrevista em outros estudos. Em uma

ocasião em que apresentamos os resultados de uma pesquisa anterior, ele questionou por que era citado pelo primeiro nome, enquanto os autores mobilizados como referências apareciam pelos sobrenomes. A pergunta, feita de supetão, gerou uma resposta que não o satisfez. Procuramos argumentar que o uso dos sobrenomes de autores/as que sustentavam os diálogos da pesquisa correspondia a uma norma da escrita acadêmica. Naquele momento, utilizamos a expressão de que esses autores “nos ajudam a construir as reflexões”; prontamente, o entrevistado e sua esposa retrucaram, perguntando se as entrevistas também não tinham esse propósito, para ela, aliás, eram ainda mais importantes. Foi então que, em um segundo encontro, informamos que, na pesquisa em andamento, optamos por seguir a sugestão dele, isto é, utilizar os sobrenomes ao se referir aos entrevistados/as. Do mesmo modo, em cada entrevista, ao final deste estudo, contará com um título, uma frase que a resume, escolhida pelo próprio entrevistado - igualmente um trabalho acadêmico (Apêndice I). A decisão por seguir tal metodologia foi inspirada na ideia do sujeito e, também, a partir da leitura de *Histórias de Migrantes*, coletânea de histórias de vida organizada por Marilda Menezes (1992).²

Contudo, inicialmente, alguns problemas foram encontrados nessa proposta. O primeiro, referia-se a como inserir as mulheres e os filhos. No caso das mulheres, os sobrenomes das entrevistadas, geralmente, eram os dos maridos, e dos filhos os dos pais. Quando, em contato com os entrevistados para uma primeira, segunda ou terceira entrevista e apresentação dessa proposta, as esposas prontamente informaram que desejavam ser identificadas pelo sobrenome de solteiras, logo não haveria uma repetição de sobrenomes, e seus relatos, utilizando uma expressão de uma delas, não seriam “deixados na sombra”, pois, enquanto o marido seria identificado como um sobrenome próprio elas seriam apenas esposas, companheiras. Ademais, elas pontuaram que possuíam trajetórias tão importantes quanto eles. Com relação aos filhos, na mesma linha que suas mães, esses, na maioria das vezes, possuíam o sobrenome de ambos, mas também desejavam se individualizar. Por meio de uma sugestão de uma entrevistada, que optou por se identificar com o sobrenome da avó materna, sugerimos aos demais. O que foi prontamente acatado por todos, optando por sobrenomes dos avós maternos ou paternos.

Outros dois problemas decorrentes dessa metodologia dizem respeito às 1) questões de gênero e 2) diferenciação entre os personagens e os/as autores/as que fundamentam as

² Ressalta-se que o uso dos sobrenomes dos/as entrevistados/as foi autorizado/a através da assinatura de Termo de Cessão que registra, autoriza e consente o uso de seus relatos e de seus sobrenomes reais ou escolhidos para a escrita deste e outros estudos.

discussões. No que se refere ao gênero, como a maior parte dos sobrenomes possui grafia associada ao masculino, observou-se certo ocultamento das mulheres. Além disso, ao utilizarmos apenas os sobrenomes para identificar os entrevistados, verificou-se uma confusão entre sujeitos e autores/as. Para contornar tais questões, nas identificações de gênero optamos pelo uso das abreviações “Sr.” (para homens) e “Sra.” ou “Srta.” (para mulheres). O uso de “Srta.” ocorreu sobretudo para se referir às mulheres mais jovens entrevistadas, a partir da própria manifestação de algumas delas quanto a essa forma de tratamento, enquanto para os homens manteve-se o uso de “Sr.”. Já para distinguir entrevistados/as de autores/as, os sobrenomes dos primeiros serão apresentados em *itálico*.

A escolha dos/as entrevistados/as deu-se a partir de dois pontos. O primeiro, correspondente às primeiras entrevistas, realizadas em meados de 2017, ocorreu por uma escolha particular, por sujeitos que compunham as redes de amizade e familiares do pesquisador. Essas primeiras entrevistas foram usadas em estudos que analisavam o processo de estigmatização que nordestinos vivenciavam na cidade (Pereira & Lourenço, 2017; 2018). Esses primeiros informes também formaram a base principal para a continuidade dos estudos, visto que, a segunda, corresponde à escolha por “indicação” ou “menção”, de sujeitos mencionados ou indicados pelos primeiros entrevistados, os quais faziam parte das redes de amizades, intrigas, vizinhança, compadrio ou trabalho. Esse novo montante de entrevistas foi utilizado para a confecção de uma pesquisa de mestrado, e outros estudos, que derivaram dela (Pereira & Schorner, 2020; Pereira & Lourenço, 2021a; 2021b; Pereira 2020a; 2020b; 2020c; Pereira, 2021a; 2021b; 2021c; 2021d; Pereira, 2022), bem como, as reflexões traçadas nestas pesquisas são fundamentais para o atual estudo. Pois, foi seguindo as redes de tais narrativas que realizamos novas entrevistas, ao longo dos anos de 2023 e 2025.

Muitos dos sujeitos foram entrevistados mais de uma vez. Em todos os casos, buscávamos realizar as entrevistas de forma individual, contudo, foi comum a participação de um ou mais membros da família, seja como companhia, apenas observando e se emocionando com os relatos, mas também como “entrevistados secundários” que opinavam, complementavam e, em certos momentos, até censuravam o entrevistado “principal”. Todos os depoimentos, desde as pesquisas datadas de 2017, foram transcritos, editados e corrigidos, sem, no entanto, desfigurar o sentido e tom original.

Ressalta-se que em meio às entrevistas, especialmente aquelas realizadas em 2025, em sua maioria com sujeitos já entrevistados em uma ou mais ocasiões, a oralidade foi complementada por linhas. Desejosos por compreender algumas das andanças dos sujeitos pelo tecido urbano, sejam os espaços que habitavam e os locais onde se divertiam, em nossos

encontros, entregamos uma folha que continha algumas breves linhas que remetiam aos traçados da cidade de Orlândia - feitos a partir do mapa da malha urbana elaborada pelo Arquiteto e Urbanista Kauê Felipe Paiva (Mapa 2). A folha entregue foi preenchida por muitos riscos, cada um remetendo às trajetórias ora distintas e contrárias, ora unidas e justapostas. Ao todo, dois mapas foram construídos, cada qual pelas mãos de dois entrevistados.

Cada linha traçada foi breve ou longamente explicada e exemplificada. Elas redesenham, ampliam, preenchem e subvertem o traçado originalmente apresentado, nos permitindo percorrer o universo da cidade/município de Orlândia das últimas décadas através de três caminhos de narrativas (a migração, o labor e o cotidiano), que ora se cruzam, ora seguem direções diferentes. Elas colocam a prova nossa tese acerca do protagonismo de sujeitos em condição migratória, ou marcados por este estigma, para a transformação urbana da cidade. Os relatos, ilustrados em meio a estes dois mapas, nos permitem compreender que a migração nordestina produziu ambientes, contornos físicos e sociais, no plano do visível e invisível, que expressam, não somente as marcas da presença de nordestinos no contexto urbano orlandino, mas também do intenso processo de estigmatização.

Os relatos, utilizados como fontes neste estudo, mesmo sendo considerados individuais, ou seja, fala-se sobre si e suas memórias, encontram-se entrelaçados a questões mais amplas, isto é, o falar sobre si acaba por envolver outros sujeitos, outras trajetórias, também destacando contextos mais amplos do seu dia a dia ou de suas experiências. Conforme Magalhães (2015), a memória é individual e social, quem lembra é o indivíduo, no entanto, a memória individual não está inteiramente fechada e isolada. Observaremos que a memória dos sujeitos (individual), evidenciada em suas explanações, ainda pode ser compreendida enquanto memória coletiva, que está dentro de um quadro de referências dos indivíduos que estão narrando as suas histórias, ou seja, ela acontece em conexão com o grupo, sendo evocada pelo indivíduo em quadro social (Halbwachs, 2006).

Tendo como baliza as considerações de Halbwachs (2006) e Pollak (1992), entendemos a memória tal qual o resultado da interação social, por isso, ao invés de estudá-la em si, isolá-la no indivíduo e distanciá-la do social, propomo-nos em analisar os “quadros sociais” da memória. Neste sentido, a lembrança individual passa a estar relacionada aos grupos em que as pessoas se incluem, tal como a família, a classe social, instituições religiosas e de ensino, e as suas atividades laborais. Os relatos acerca do passado marcam o pertencimento do indivíduo ao grupo. Assim, os estudos das memórias dos sujeitos não se limitam a um resgate das experiências do passado. Mas, trata-se de uma ressignificação desse

passado à luz das experiências no presente, o que permite compreender as continuidades e rupturas do sujeito e de seu grupo no tempo.

Em síntese, os sujeitos ao reconstruírem suas histórias singulares, ao fazerem uma verdadeira viagem de volta a situações distantes da sua memória, “[...] retirando da experiência vivida relatos permeados de dramaticidade, emoções, simbolismo, frutos não de uma mera descrição do passado, mas de sua recriação e revivificação”, acabam por dispor de suas próprias histórias e daquelas relatadas por outras que deixaram marcas em suas memórias (Moraes Silva, 2010b, p. 23). São nesses momentos que as memórias individuais se entrecruzam com a memória coletiva. Conforme Magalhães (2015, p. 109), as entrevistas fazem emergir as representações do “eu” na história, que são parte e que expressam a vivência coletiva.

Este estudo, para além desta apresentação encontra-se dividido em três capítulos e uma seção de considerações finais. Ao longo do primeiro: *Sair, vir, chegar e ficar: verbos da migração*, utilizando-se, como baliza, alguns dos principais verbos presentes nos relatos, especialmente de nordestinos, situamos histórica e sociologicamente o processo migratório na cidade, debruçando-se, inicialmente, sobre os espaços de saída - as cidades natal ou de residência dos sujeitos; passando por quando e por que iniciaram os processos migratórios; os caminhos percorridos até o nordeste paulista e, por fim, as mobilidades dessas pessoas no próprio tecido urbano orlandino, que crescia vertiginosamente nos sentidos leste e oeste, no último quartel do século XX.

Neste capítulo, levando em consideração a literatura especializada sobre a migração nordestina, buscamos, além da análises de suas trajetórias, corroborar com a tese de que os migrantes não foram apenas reflexo de forças econômicas determinadas externamente, embora estivessem imersos nelas. Eles também foram agentes do seu próprio movimento e, dessa forma, através de estratégias diversas, contribuíram significativamente na moldagem do processo migratório (Fontes, 2008), ou seja, ao contrário do que muitas constatações acerca da migração nordestina nos apresentam, esta migração não é desordenada ou “irracional”, ela foi pensada e preparada, seja no âmbito familiar quanto no de suas comunidades, a distância e os desafios envolvidos exigiram articulação e preparação, por isso as famílias têm importância nesse processo.

Ao longo do segundo capítulo, *Labor: trajetórias, cotidiano e resistência*, ancorados nas considerações de Abdelmalek Sayad e Moraes Silva, buscamos na primeira parte do capítulo, responder com maior riqueza de detalhes, em como as atividades laborais em São Paulo estavam disponíveis para os nordestinos. Neste sentido, buscamos conhecer e analisar

as transformações do horizonte rural, o processo de expropriação de centenas de trabalhadores residentes desses espaços que vivenciaram um processo de “migração forçada”, o assalariamento rural - seu nascimento enquanto boias-frias - e paulatinamente o seu desaparecimento, seja em virtude de seu alijamento das atividades no campo devido as “bagunças” (greves e paralisações), bem como pela reestruturação produtiva implantada pelas usinas de cana de açúcar em fins da década de 1980 que passaram a privilegiar a contratação de sujeitos nordestinos, especialmente na fase de colheita da cana.

A partir da compreensão destes movimentos - expropriação, assalariamento rural, alijamento e conquista de empregos no espaço urbano por parte dos chamados “despojados” e de outros grupos de sujeitos, especialmente dos que migraram de forma permanente, sobretudo os paulistas, mineiros e paranaenses - conseguimos compreender a chegada, instalação e permanência de nordestinos na cidade de Orlândia. Uma cidade que se transformou conforme a chegada e integração dessa massa de sujeitos.

Na sequência, realizamos uma análise acerca do ritmo frenético do trabalho no campo, as várias formas de exploração a que boias frias e *trabalhadores permanentemente temporários* foram submetidos e as enormes e variadas cobranças sobre a qualidade do corte a ser executado. Pontuamos, também, a respeito dos baixos salários as “fraudes” e os “roubos”, o tratamento ríspido que recebiam de seus superiores, bem como a imposição de metas diárias de produtividade. Esse conjunto de aspectos compunham o cenário encontrado pelos trabalhadores rurais do corte da cana e fizeram parte de seu cotidiano ao longo das safras. Mas também buscando fazer visível o que se ocultou, dedicamos algumas páginas às pequenas lutas (resistências miúdas), que ocorriam, geralmente, de modo silencioso.

Encerrando este segundo capítulo, destacamos que, embora as migrações para esta cidade, ao menos aquelas nos moldes do que Moraes Silva (2008a; 2010a) caracterizou como *permanentemente temporárias* se encerraram, sobretudo em virtude da mecanização da colheita, um contingente expressivo de sujeitos permaneceu nessa cidade e na região da Grande Ribeirão Preto. Verifica-se que devido a região ser economicamente desenvolvida, com grande ofertas de empregos, muitos nordestinos - logrando das redes construídas na cidade, solidificadas em grande parte pelos espaços de lazer e aliadas ao momento histórico de expansão dos trabalhos no meio urbano - ao serem dispensados dos trabalhos no corte da cana, como os boias frias em período anterior, passam a compor, o mercado de trabalho urbano. Todavia tal “integração” não ocorreu de modo amigável. Muitos destes sujeitos enfrentaram e ainda enfrentam diversos preconceitos, sobretudo por serem identificados pela noção, carregada de sentidos múltiplos, de *migrantes/piauí*s.

No terceiro capítulo *Nas tramas da cidade: trajetórias e experiências em Orlândia*, buscaremos analisar os espaços e a territorialização dos nordestinos, ressaltando que Orlândia, para além de mera *cidade-dormitório*, em especial sua periferia, construída pelo ajuntamento de centenas de pessoas, de várias procedências, múltiplas culturas e modos de vida diferenciados, não foi apenas espaço da reprodução da força de trabalho, mas, também, palco da ordem e da desordem, espaço da construção de sociabilidades diversas e de resistências múltiplas (Moraes Silva, 1993). A cidade é pensada, dando sequência a reflexões anteriores, enquanto entrelaçamento dos espaços produtivo e reprodutivo.

Assim, ao mesmo tempo que esta cidade foi indissociável da reserva de mão de obra, ela também foi um espaço necessário a reprodução desta força de trabalho, sob domínio do capital, que acabou por escapar ao seu controle, convertendo-se em uma armadilha (Moraes Silva, 1999). O espaço urbano, foi sintetizador de experiências e de contradições, além de permitir a criação, ampliação e reforço de laços e vínculos de solidariedades e amizades, também contribuiu para com as inter relações cotidianas na construção de identidades (local e migrante). Apesar das diversificações de suas histórias e de suas trajetórias de vida, bem como pela fragmentação que lhes foi imposta, os distintos segmentos que compõem os trabalhadores possuíam em comum o fato de, nestes locais, terem um espaço de vivência comum, no qual mesclavam-se o tempo de trabalho aos raros momentos de lazer (Ferrante, 1989/90).

Neste capítulo, o lazer ocupará lugar de destaque. Serão explorados os relatos sobre as festas comunitárias - como as quermesses e as festas juninas -, os bares, botecos e botequins, bem como os bailes de forró e a recém-criada Festa Nordestina. Esses espaços serão compreendidos para além de sua função de entretenimento e descontração, sendo analisados também como lugares privilegiados de sociabilidade, a partir de referências teóricas como Georg Simmel e José Guilherme Magnani.

Tais ambientes se revelaram verdadeiros depositários de experiências compartilhadas, nos quais redes de convivência foram fortalecidas e laços sociais se estreitaram. Além disso, contribuíram para a formação de sentidos de pertencimento que culminaram na criação e redefinição de identidades coletivas.

O lazer, portanto, é uma peça fundamental na trama das relações cotidianas entre os sujeitos na cidade. Para além do aspecto recreativo, esses espaços configuram-se como importantes arenas de construção de vínculos de solidariedade e convivência. As imagens e descrições dos bailes, das festas, dos encontros nos botecos - com suas risadas, brincadeiras e também as “conversas sérias” - indicam que, como disse um de nossos entrevistados, “não

eram só lugar de bagunça”. Em muitos aspectos, tais experiências podem ser comparadas ao relâmpago descrito por Walter Benjamin: efêmeras, mas de intensidade suficiente para iluminar profundamente aqueles que as vivenciam.

Por fim, encerraremos este estudo, em nossas considerações finais, recapitulando alguns pontos centrais deste trabalho, como também, refletindo que ao nos debruçarmos sobre a história de vida desses sujeitos, visamos compreender suas trajetórias e experiências que se encontram, historicamente, às margens da história oficial. São homens e mulheres, ex-boias-frias e ex-safristas que trazem, em suas memórias e corpos, as idas e vindas entre cidades, regiões e estados, em busca de melhores condições de vida e trabalho, enfrentando e persistindo a exploração e estigmatização em meio aos eitos dos canaviais, entre os montes de milho, dentro das granjas, na construção civil, bem como nos espaços de moradia e de lazer.

Do mesmo modo, este estudo, em diálogo com os recentes debates e esforços de Moares Silva (2020b; 2021; 2023a, 2024a; 2024b), que tem se dedicado a ir na contramão do *memoricídio* que se vem operando sobre as trajetórias e experiências laborais e cotidianas de milhares de migrantes que labutaram nos campos paulistas, buscará se consolidar enquanto *lugar de memória* que contém vozes, experiências, trajetórias, sentimentos e ressentimentos de sujeitos, migrantes, trabalhadores que se encontram silenciados e invisibilizados socialmente, sujeitos que foram escamoteados nos subterrâneos do chamado agronegócio brasileiro. Desta forma, este estudo, ademais de outros objetivos, torna público narrativas emitidas pelos próprios sujeitos e não nega ou mesmo reconstrói uma história que, por premissa, poderia ser tomada como distante do plano da realidade. Emerge aqui, existências humanas reais, muitas das quais, não contabilizadas nos números frios das estatísticas e nem eternizadas nas linhas traçadas por aqueles que se dedicaram a contar uma história de/sobre Orlândia e de seus habitantes.

Por que dar a palavra ao próprio migrante? Partimos do pressuposto de que encadear os fatos da vida é apropriar-se do passado. É tomá-lo pelas rédeas, trazê-lo à tona, dar-lhe nome e lugar. É tornar presente aquilo que havia sido esquecido. É tomar o desconhecido, espécie de animal selvagem, e domesticá-lo. Ao contar e recontar sua história, o migrante adquire sobre ela um certo domínio. Percebe sua trajetória, aparentemente individual ou quando muito familiar, na verdade faz parte de um processo mais amplo de mobilidade em massa.

Marilda Aparecida de Menezes, *História de Migrantes*, 1992

Capítulo I

Sair, vir, chegar e ficar: verbos da migração

Eu fiquei um tempo pensando, remoendo quando você veio aqui, eu pensei: ‘porque eu vim pra cá?’ E depois de pensar tanto, eu acho que nunca foi porque eu quis, *eu precisava, todos precisavam*.

(Diário de Campo, registro: fevereiro de 2022)

Esse relato, que abre o primeiro capítulo deste estudo, pertence a *Sr. Alves*, piauiense, 58 anos, ex-safrista, atualmente operador de empilhadeira na empresa *Guabi*. Seu relato não se encontra entre as entrevistas coletadas para pesquisa, trata-se de uma fala informal, concedida no momento em que nos encontramos para a entrega de um relatório sobre minha pesquisa de Mestrado, pesquisa em que *Sr. Alves* foi um dos mais consideráveis informantes.

A expressão ‘*eu precisava, todos precisavam*’, presente no fragmento acima, revela um importante aspecto dos processos migratórios, que, de modo geral, permeou todas as trajetórias/narrativas/experiências dos/as sujeitos entrevistados/as ao longo dos últimos anos de pesquisa com migrantes nordestinos permanentes na cidade de Orlândia. Migrar devido à *precisão*, configura-se como um processo ligado a necessidades que não podiam ser supridas nos espaços de origem. O emprego da ideia de *precisão* encontra-se ligada diretamente à reprodução da vida e dos projetos familiares desses sujeitos (Moura, 2008)³. Trabalho, alimentação, saúde, educação e busca por ascensão social, são algumas das motivações individuais que, interligadas e de forma complementar às questões estruturais, permearam os processos migratórios. Migrar correspondia a uma necessidade de sobrevivência, de direito à vida para milhares de sujeitos que partiam e que ficavam (Moraes Silva, 1997).

Contudo, *precisão* e/ou *necessidade*, conforme se observará, não são tomadas como questões ligadas apenas ao caráter econômico, pois, a supervalorização de fatores econômicos acaba por menosprezar o papel dos próprios migrantes, enquanto agentes envolvidos no processo. Essa perspectiva, ao ser supervalorizada, acaba por colocá-los como cifras, mera força de trabalho que se transfere passivamente de regiões menos para as mais desenvolvidas (Fontes, 2001). Assim, ressalta-se que eles/as não são agentes passivos dos

³ O termo *precisão* é aqui compreendido não apenas a partir das discussões propostas por Moura (2008), mas também como uma categoria êmica, recorrente nos relatos dos sujeitos da pesquisa. Conforme observado a partir dos relatos, trata-se de um termo nativo polissêmico, mobilizado para expressar diferentes dimensões das experiências dos entrevistados. Contudo, a complexidade e os múltiplos sentidos dessa categoria demandam uma análise mais aprofundada, a ser desenvolvida em estudo específico.

fatores de “expulsão” ou “atração” (Moraes Silva & Menezes, 2007), eles são sujeitos ativos na construção de suas ações, em vista de suas necessidades e interesses específicos, na relação com outros sujeitos. A migração, decisiva para a vida dos envolvidos, foi, na maior parte das vezes, meticulosamente pensada e preparada da melhor forma possível.

Segundo Menezes & Cover (2018, p. 79):

Eles [migrantes] não são agentes passivos de forças estruturais ou de fatores de ‘expulsão’ ou ‘atração’, nem simples força de trabalho, mas se constituem enquanto sujeitos na própria experiência de deslocamentos, nos espaços de trabalho, na família, ou ainda nas formas de organização associativa e política e práticas de sociabilidade.

As secas, o desmantelamento das relações agrárias tradicionais, as estruturas econômicas e sociais, os arranjos e desarranjos familiares, as redes sociais e outras questões subjetivas e estruturais são todos elementos que, isolados ou em conjunto, compõem as motivações para os movimentos migratórios dos/as sujeitos aqui entrevistados/as, são todos elementos ligados e permeados pela noção de *precisão*.

Ao longo deste capítulo, seguindo as sugestões de Moraes Silva & Melo (2009, p. 134), nossa análise visa discutir a migração e suas características, ou seja, “[...] enquanto um acontecimento histórico, que atinge os (as) que partem e os (as) que ficam, constituído por elementos objetivos, estruturais, ideológicos, culturais e subjetivos, *vis-à-vis* as organizações sociais de classe, gênero e raça/etnia”.

Assim, buscaremos entender a migração como um processo sentido e vivenciado por aqueles/as que a experimentam. Migrar significa fazer-se e refazer-se no bojo de condições de vida e de trabalho produzidas e reproduzidas a partir da interação dos sujeitos entre si e das condições historicamente dadas. Ademais, entenderemos a migração como experiência individual e social, que afetou tanto os que migravam quanto aqueles/as que ficavam (Moraes Silva, 1997).

As migrações, no decorrer deste estudo, são compreendidas para além de meros deslocamentos de populações, nossa proposta visa compreendê-las como algo que fez parte da experiência e da memória dos sujeitos que partiram e, também, dos que ficaram. Considerando a complexidade das situações, adotamos a postura de compreendê-la enquanto um processo social, e os/as migrantes como agentes do processo.

A migração, nesse íterim, responde às necessidades materiais de sobrevivência, sejam elas a comida, roupa ou remédios, mas também às necessidades de manter vivas as ilusões, sejam elas de melhoria, de ascensão social ou de projetos de vida (Maciel, 2013a). Compreender essa dialética permite que nos afastemos dos dualismos e *excludências*, no

sentido de que o real, ou seja, o palpável, é verdadeiro; e o irreal, o invisível, é falso. As representações sociais (símbolos e o imaginário) são elementos do real, portanto, necessários. No entender de Moraes Silva & Mello (2009): “A ilusão é necessária e ela se apoia sobre uma base social”.

Desse modo, o leitor observará que as migrações para Orlândia, cidade localizada no Nordeste paulista, espaço de interesse deste estudo, não se configuram como eventos recentes. Alguns dos entrevistados destacam que as migrações possuem suas origens, desde fins da década de 1970, com baianos e mineiros e um vertiginoso crescimento nas décadas seguintes. Em 1980, com a chegada de um significativo número de sujeitos advindos, principalmente, dos espaços rurais de cidades paulistas e, nas décadas seguintes (1990-2010), de nordestinos, com destaque para piauienses e maranhenses.

Levando em conta as narrativas dos entrevistados, a literatura especializada sobre o tema e recorte espacial e temporal, aliados aos dados demográficos da cidade e região, buscaremos analisar a migração nordestina para a cidade de Orlândia em dois tempos que se entrecruzam, relacionam-se e, em certa medida, complementam-se. A primeira temporalidade, década de 1980 e os primeiros anos da década seguinte, 1990, a migração foi fortemente marcada pelas redes sociais, baseadas nas relações familiares e de amizades que, utilizando-se de transportes precários e baratos - *cata ossos* -, migraram e consolidaram redes de informações e solidariedades para aqueles que também desejavam/precisavam migrar. No tocante a segunda temporalidade, meados da década de 1990 a 2010, a migração tendeu a ser realizada, em grande medida, por meio das redes de trabalho, sobretudo, aquelas organizadas por *gatos profissionais*, que, subsidiados pelas usinas e ancorados nas antigas redes formadas, enquanto trabalhavam como motoristas “trazendo gente”, passaram a “trazer gente para algo”.

Porém, cabe destacar que essa divisão da migração em dois tempos, apresentada aqui, visa apenas diferenciar os processos migratórios vivenciados pelos sujeitos entrevistados, de forma que o leitor possa ter uma base cronológica em mente. Conforme poderá ser observado, é impossível dizer que um tempo chegou ao fim para dar lugar ao outro, pelo contrário, esses tempos, em certo momento, especialmente ao longo da primeira década do século XXI, coexistiram.

Outrossim, deve-se levar em consideração que tal divisão temporal não serve como único parâmetro para a divisão entre aqueles nordestinos que vivenciaram o primeiro tempo daqueles que vivenciaram o segundo. Os/as nordestinos/as, na cidade de Orlândia, não estavam ligados apenas a uma dessas temporalidades, pode se dizer que, em sua grande

maioria, vivenciaram ambos, em momentos próximos ou distintos. Suas trajetórias são entrecortadas pelas duas temporalidades. Conforme já pontuado por Moraes Silva (2010, p. 14), “[...] as trajetórias não seguem um caminho reto, linear”.

Este capítulo será dividido em seções que possuem como subtítulos alguns dos principais *verbos das migrações* presentes nas narrativas dos nordestinos entrevistados por nós ao longo dos últimos anos. Buscando situar historicamente o processo migratório, vamos nos debruçar, inicialmente, nos espaços de saída - as cidades natais ou de residência dos sujeitos; passando por quando e porque iniciaram os processos migratórios; os caminhos percorridos até o nordeste paulista e, por fim, as mobilidades desses sujeitos no próprio tecido urbano orlandino que crescia, vertiginosamente, nos sentidos leste e oeste.

Sair: terra, periferia e silêncio

A literatura especializada, acerca das migrações nordestinas para o interior paulista, assinala que ocorreram significativas mudanças no que tange aos territórios de origem dos migrantes nordestinos. Se outrora, tais sujeitos, em sua maioria, advinham de regiões rurais e se utilizavam dos recursos para complementar a renda familiar, investindo os ganhos em suas terras, a realidade se modificou, nessa nova conjuntura, o dinheiro obtido por intermédio do trabalho remunerado, no interior paulista, além de compor e reequilibrar o escasso orçamento familiar, visava assegurar a manutenção daqueles que não poderiam migrar (Guanais, 2014).

Referindo-se mais especificamente à região da Grande Ribeirão Preto, os estudos de Moraes Silva, destacam, entre diversos pontos, que as migrações, desde a década de 1990, passaram a ser compostas por homens, jovens, negros, residentes de pequenas cidades no interior dos estados do Maranhão, Ceará e Piauí. Sujeitos que não migravam mais visando complementar a renda familiar, mas à própria sobrevivência do grupo familiar (Moraes Silva, 2004a; 2005). Segundo a autora, a presença massiva de migrantes urbanos nos processos migratórios, a partir de fins do século passado, esteve ligado ao avanço do agronegócio na região Nordeste, que foi responsável pelo processo de expropriação do campesinato. Esses camponeses, sem lugar para ir, acabam por ocupar as periferias urbanas em todo o Nordeste (Moraes Silva & Menezes, 2007, Moraes Silva 2008a). São eles que, em meio às periferias, sem remuneração ou com uma remuneração insuficiente para a sobrevivência de si e das suas unidades familiares, passaram a compor o contingente de trabalhadores nos canaviais paulistas.

Levando em consideração as questões pontuadas pela autora, cabe destacar, a partir de nossas entrevistas, que a maioria dos nordestinos que chegaram à cidade de Orlândia, entre os

fins da década de 1980 a meados de 2010, eram sujeitos oriundos de pequenas cidades do interior dos estados de Alagoas, Pernambuco, Piauí e Maranhão e, em sua grande maioria, eram homens, negros ou pardos, com baixa escolaridade que migravam devido à ‘necessidade financeira’, ou seja, em seus espaços de origem a renda obtida era insuficiente para a manutenção de seu grupo familiar, gerando uma situação de *precisão* (Moura, 2008).

Todavia, essa análise superficial acerca da motivação, esconde, ou melhor, deixa às sombras um ponto fundamental, a origem familiar camponesa dos nordestinos antes da realização do processo migratório. Se, em um primeiro momento, os relatos demarcam uma origem urbana, quando iniciaram o processo migratório a São Paulo, na sequência, acabam por destacar que suas origens, ou seja, seu nascimento, infância e grande parte de suas juventudes, deram-se em meio aos espaços rurais. Ademais, o ato de migrar não esteve ligado apenas, ou somente apenas, a necessidades imediatas, ligadas, sobretudo, a questões financeiras. É em meio aos silêncios, entre os não-ditos, que observamos uma conjuntura histórica de expropriação, vivenciada por esses homens e mulheres, que os obrigou a migrar, primeiramente, do campo ao urbano.

Ao perguntarmos aos entrevistados sobre seu lugar de origem, todos/as pontuaram que residiam em pequenas cidades interioranas, mais especificamente, nas periferias das pequenas cidades. Contudo, a partir de seus relatos, emergia um certo sentimento ou um ressentimento, referente a um espaço que estaria mais no passado, um passado que, na maioria das vezes, esforçam-se para esquecer. Como discute Maciel (2013, p. 391), os migrantes, quando questionados sobre seus locais de origem, levavam em consideração “[...] um conjunto de fatores que não necessariamente se encontram atrelados ao local de nascimento, mas a um ou a múltiplos ‘espaços de vida’”, ou seja, aqueles espaços nos quais os indivíduos se ligam ou se relacionam, isto é, por aqueles lugares nos quais os indivíduos constroem identidades e/ou representações sociais.

Não seria possível uma análise profunda da migração para a cidade de Orlândia, sem a compreensão das razões que motivaram a vinda desses sujeitos, foi necessário conhecer, a partir de suas narrativas, seus lugares de origem, não necessariamente seus lugares de saída. Moraes Silva (2020a), em concordância com as questões marcadas por Abdelmalek Sayad (1998; 2010), adverte que a migração não se trata de um simples deslocamento de força de trabalho, não é apenas um ato que comprime e encerra o *ser* na dimensão econômica e temporária do trabalho, é necessário investigar os mecanismos responsáveis pela gênese do

processo que produziu este migrante, este sobranter, que se encontrava disponível para migrar'.⁴

Buscando analisar esse ponto em profundidade, ao longo desta seção, nos apoiaremos em quatro trajetórias migrantes: dois homens e duas mulheres. Cada um possuindo rica e dolorosa experiência em seus espaços de origem/nascimento. Experiências que se encontram entrelaçadas e são fundamentais para compreender parte da complexidade do processo migratório, um processo que se origina na expropriação de famílias camponesas de suas terras de origem/nascimento, todos/as são *órfãos do campo* (Albuquerque Jr., 1990).

A cidade lá [...] era boa, era boa porque estava perto de toda a família, mas o ruim é que não tinha emprego, e se não tinha emprego não tinha dinheiro, e se não tinha dinheiro não tem comida [risos], uma bola de neve né? Não era como antes, quando era novo, antes de ir pra cidade, não era uma maravilha, mas sempre tinha algo pra roer, mas depois saiu dali, sai de morar, porque trabalhar voltava, trabalhava no que não era nosso (Sr. Alves, Agosto/2023).

Não era bem lá, a gente foi pra lá, saiu do mato [risos], foi pra cidade, bela coisa [silêncio]. Fomos para um barraco. Meu primeiro marido perdeu o emprego na fazenda. Perdeu... foi expulso. Bebeu o que podia. Por lá [cidade, Arapiraca] foi bastante sufoco, quem vai dar empregos para uma mulher com filho pequeno? A sorte que a família toda foi pra cidade, fomos se ajudando. Até quando dava, mesmo com o meu véio [segundo marido], as coisas começaram a apertar [silêncio] (Sra. Marques, Março/2020).

Era do interior, mas daí fui para Bacabeira, por lá fiquei, casei, virei pedreiro. [Pode me falar um pouco mais sobre o interior, onde era exatamente?] Bobagem. Isso não tem importância [silêncio]. Nasci lá, mas de lá eu não sou, que fizeram com a gente [silêncio], o dono pediu pra sair, tinha mais tempo no contrato, mas vendeu pra um grande e pediu pra gente sair [silêncio], o homem queria aumentar as plantações dele. Mas deixe isso, vamos falar de coisa boa [risos] (Sr. Barbosa, Junho/2023).

Eu cheguei pela primeira vez, única vez [risos], em 2004. Eu sou de Aroazes [Piauí]. Vim por causa dos meus irmãos. Eles já faziam safra há mais de 10 anos. Sempre falavam para eu ir, eles diziam 'você é comprometida, vai achar algo bom, nós vamos conseguir algo para você', porque lá eu nunca conseguiria nada. Duas meninas pequenas, sem marido, sem chão. Eu já vivia na cidade desde os meus 14 anos, quando engravidei, meu pai colocou pra fora [silêncio], não perdi muito, sabia que nunca herdaria nada das terras dele, seriam dos meus irmãos [silêncio], no fim das contas ninguém herdou, em uma seca perdeu a plantação e se endividou, a terra virou a forma de pagar a dívida. Todo mundo ficou sem chão, eles começaram a ir para Orlândia, e quando deixei meu marido eles me convenceram a ir. Que bom que me convenceram, lá [Aroazes] eu só tinha minhas duas meninas, não tinha mais nada (Sra. Assis, Maio/2017).

Os quatro relatos pertencem a migrantes de diferentes estados do Nordeste. Sr. Alves e Sra. Assis - Piauí, Sra. Marques - Alagoas, e Sr. Barbosa - Maranhão. Os quatro possuem

⁴ Ademais, a autora ressalta que também é preciso se perguntar como tais trabalhos no outro espaço social são disponíveis e ainda mais: disponíveis para os migrantes (Moraes Silva, p. 229). Sobre este último ponto nos debruçaremos com maior ênfase no tópico seguinte e no segundo capítulo, onde abordaremos, entre outras questões, a escolha do destino, Orlândia, dentro de um plano mais amplo, o da *trágica modernização* do mundo rural paulista (Moraes Silva, 1999a; 1999b).

uma origem em comum, o mundo rural. Mas não é só a origem que compartilham, existe aí um certo re/sentimento que pode ser observado ‘entre os silêncios’.

*Sr. Alves*⁵, homem pardo, com atualmente 58 anos, nasceu na região rural do município de Valença, centro-norte do estado do Piauí. Desde muito jovem, dedicou-se a diferentes atividades rurais nas terras da família, porém, devido à venda das terras, migrou para o meio urbano, mas, o vínculo com a terra não foi interrompido, seguiu trabalhando em colheitas, em terras que não eram mais da família, como narrou.

A cidade de origem, em seu relato, é descrita de forma contraditória, era boa por estar junto/perto da família - que provavelmente também migrou para o espaço urbano, e ruim pela falta de oportunidades de emprego e pelos baixos salários pagos. A mudança para o meio urbano remete a uma necessidade que até então não possuía, ou não era tão importante, o dinheiro. Moraes Silva (2020a, p. 230) sintetiza bem esse ponto,

Em razão da destruição de formas de trabalho caracterizadas pela parceria, arrendamento, pequena produção, utilização de terras comuns, a população expulsa concentrou-se nas periferias urbanas. Com isso, as necessidades de reprodução social foram reordenadas. Essa população passou a depender exclusivamente da venda da força de trabalho para a subsistência. Muitos não conseguindo o emprego urbano, em virtude da ausência de qualificação e, até mesmo, da pouca escolaridade ou analfabetismo, tornaram-se boias frias, ou seja, trabalhadores rurais que residiam nas cidades e trabalhavam no campo.

Se no mundo rural, conforme relato do entrevistado, sempre havia ‘algo para roer’, no meio urbano havia uma ‘bola de neve’ (emprego > salário > comida), uma engrenagem que, caso um de seus mecanismos não estivesse funcionando, e ao que nos relata não estava, acabava por comprometer a reprodução familiar.

Morar nas cidades significou para o trabalhador a perda da roça de subsistência e da indústria doméstica e, paralelamente, o aumento dos gastos com a própria sobrevivência, tais como: água, luz, gás, impostos, aluguel, transporte etc. O aumento de gastos não foi acompanhado daqueles referentes aos salários (Moraes Silva, 2004b, p. 470).

Um outro ponto que atrai nossa atenção refere-se ao ‘sair dali’. *Sr. Alves* pouco falou sobre esse movimento, sobre essa mobilidade entre o rural e urbano. Ao mesmo tempo, ficou em silêncio, quando questionado diretamente sobre a motivação. Desconversou. Optou pelo silêncio e, na sequência, mudou a trajetória de nossa conversa. Em certos momentos, sempre

⁵ Entrevistamos *Sr. Alves* em três momentos: o primeiro em fevereiro de 2020, o segundo em agosto de 2023 e, por fim, março de 2025, as entrevistas foram realizadas em sua residência, no extremo-leste da cidade de Orlândia. Na primeira entrevista, *Sr. Alves* narrou sua história de vida, sobre a região de origem, as migrações, o trabalho no canavial e outras atividades, bem como sobre seu cotidiano na cidade de Orlândia. Já com relação a segunda entrevista, a nosso pedido, para além de aspectos de sua trajetória de vida, trabalho e cotidiano, nos focamos nas sociabilidades na cidade de Orlândia. Na última ocasião, nossa conversa girou em torno de um mapa construído por ele, que traça seus deslocamentos pela cidade e os espaços que considera como marcantes nela.

reforçando as dificuldades da vida citadina, sentia-se preso a ela, não via perspectivas, até, enfim, narrar suas migrações para o Sudeste, inicialmente como safrista, sujeito *permanentemente temporário*, e, finalmente, em 1993, a migração definitiva. Ficou claro em seu relato que a vida no campo é lembrada com certo carinho, como tempo de fartura, ou, ao menos, de um lugar onde se tinha sempre ‘algo para roer’. Rememorar o momento está ligado, ao que nos parece, o ‘sair dali’, um momento obscuro que, mesmo não dito ou sequer explicado, reflete a um marco, um ressentimento, gera tristeza e, ao que tudo indica, revolta. A saída do espaço rural não foi necessariamente uma opção, mas, possivelmente, uma imposição.

Costa (2012), ao analisar as origens e os fatores de expulsão e atração de migrantes nordestinos naturais da microrregião de Valença do Piauí, espaço de origem de nosso entrevistado, para o nordeste paulista, destaca que a economia da microrregião piauiense tem como base a agropecuária. Seu estudo aponta que, historicamente, houve uma intensificação do processo de migração do campo para a cidade, ao longo das décadas finais do século XX, isto se deu em virtude da concentração de terras em poucas mãos, terras estas que foram cada vez mais ocupadas por rebanhos e grandes plantações⁶. No entanto, mesmo que grande parte da população passe a residir na cidade (quase 70%), os mesmos seguiram desempenhando atividades ligadas à agricultura, visto que os empregos em meio ao mercado de trabalho formal, no espaço urbano, eram escassos.

Segundo a autora, os altos indicadores de exclusão social e privação (saneamento básico, água, coleta de resíduos, educação e saúde), a pouca ou nenhuma atração de atividades econômicas e progressão de capacitações, a redução de terras disponíveis para arrendamento e a consequente elevação do preço do arrendamento das terras disponíveis, foram peças fundamentais para se compreender o processo de mobilidade do campo à cidade e, conseqüentemente, do processo migratório inter-regional (Nordeste - Sudeste).⁷

São questões amplas, mas conectadas, que podem ser observadas no relato de um sujeito que as sentiu na pele.

Ai sai, fui buscar emprego, em Valença tava feio de serviço nenhuma empresa grande sabe? Os pequenos queriam pagar miséria e nem tinha garantia de nada. Foi loucura ir, fomos eu e um conhecido. Pegamos um cata osso e fomos. Seguimos

⁶ Em consonância com as discussões da autora sobre este mesmo movimento, Maciel (2018) analisa a região do Alto e Médio Canindé piauiense, região vizinha e espaço de origem de outros de nossos entrevistados. A autora destaca que houve um crescimento da concentração de terras para a pecuária, gerando o esfacelamento dos pequenos estabelecimentos, que se dedicavam sobretudo, a cultivos como o feijão, mandioca e milho.

⁷ Um estudo mais amplo acerca das razões e motivações para as migrações piauienses foi produzido por Bacellar & Lima (1990), analisando o recorte de 1970 a 1990, os autores destacam que as migrações foram guiadas pela escassez de trabalho e diminuta renda, a falta de acessos a serviços de saúde e educação de qualidade, dinâmicas familiares e as secas cada vez mais longas.

para São Paulo. O meu amigo tinha parentes em Orlândia, já tinham ido pra lá algum tempo, contou que o negócio por lá ia ficar bom. Sai, deixei mulher e um filho, foi loucura mais nem me arrependi, lá não tinha mais nada pra gente, trabalhava no chão do outro, não tinha como arrumar um pra mim, e não tava ganhando nem pra comer. Acho que loucura seria ter ficado. Fui pioneiro [risos], depois só aumentou o número de gente pra cá (*Sr. Alves*, Agosto/2023).

O relato do *Sr. Alves*, de maneira simples, sintetiza algumas questões acerca das origens e os fatores de expulsão expostas ao longo do estudo de Costa (2012). Seja no que tange à saída familiar do campo, como também o que o levaria a migrar para São Paulo. Trabalhar no chão do outro e não ter um para si, a falta de empregos no meio urbano, a pouca remuneração paga a aqueles existentes e a inexistência de vínculo empregatício (registro na carteira de trabalho), são pontos de diálogo entre nosso narrador e a pesquisadora. As questões estruturais expostas por Costa (2012) foram vividas/sentidas na trajetória desse sujeito.

Entretanto, *Sr. Alves* não é uma mera engrenagem nesta estrutura, não é apenas estatística. É sujeito, é ator, é agente em sua história. As frases “Foi loucura ir” e “loucura seria ficar”, são frases que se confrontam e constroem certos marcos em sua memória. A primeira, “Foi loucura ir”, ressalta, em um primeiro momento, sua coragem em viajar mais de dois mil quilômetros para uma cidade totalmente desconhecida e tendo como único conhecido o companheiro de viagem, que também não conhecia a cidade, apenas possuía informações sobre o local pelas cartas da irmã do companheiro. Ao seguir com seu relato e descrever os percalços que enfrentou em sua cidade natal, acaba por concluir: “loucura seria ter ficado”. Sua sentença final, é dada após a realização de uma retrospectiva das situações enfrentadas, é análise de sua própria trajetória. Precisou migrar em virtude das poucas vagas de emprego e os baixos salários. Ao constatar que as atividades desenvolvidas eram insuficientes para a manutenção das necessidades familiares de sua esposa e de seu primeiro filho, a necessidade financeira gerou a necessidade de migrar. Foi *preciso*.

Do campo à cidade e do Nordeste a São Paulo também foi uma situação vivida pelo *Sr. Barbosa*⁸. Atualmente com 59 anos, natural do município de Bacabeira, região metropolitana de São Luís - Maranhão, migrou pela primeira vez em 2000, “tirou 4 safras” e, na quinta, em 2004, conseguiu emprego como pedreiro, atividade que já desenvolvia em São

⁸ Entrevistamos *Sr. Barbosa* em dois momentos: o primeiro em abril de 2020, e o segundo em junho de 2023. As entrevistas foram realizadas em sua residência, no extremo-leste da cidade de Orlândia. Na primeira entrevista, *Sr. Barbosa* nos concedeu uma narrativa sobre sua história de vida, nos falou sobre o Maranhão, as trajetórias do rural ao urbano, todos os percalços enfrentados durante suas 4 safras, o trabalho no canavial e sua ascensão, quando teve reconhecimento como pedreiro, atividade que já desenvolveu no estado de origem. Já com relação à segunda entrevista, a nosso pedido, para além de aspectos de sua trajetória de vida, trabalho e cotidiano, nos focamos nas sociabilidades na cidade de Orlândia.

Luís, antes de iniciar o processo migratório anual. *Sr. Barbosa*, também possui suas origens ligadas ao mundo rural, viveu sua infância e parte da juventude em terras arrendadas por seus pais, porém, as terras foram vendidas a um grande fazendeiro que, desejoso de aumentar as terras de plantio, ‘pediu’ que a família saísse dali. ‘Pedir’, esse é um verbo que se apresentou em sua fala, mas a realidade foi mais dura. Foram expulsos antes do contrato findar.

Ao tentarmos saber um pouco mais da trajetória do entrevistado, em meio ao mundo rural do norte maranhense, ele foi duro, “Bobagem, isso não tem importância” e complementa “Nasci lá, mas de lá eu não sou”, frase seguida de um silêncio ensurdecedor, depois, um riso amarelo, pediu para mudarmos de assunto, “falar de coisa boa”. Nesse momento, *Sr. Barbosa* se levantou e foi buscar uma cerveja, ele demorou a voltar.

A trajetória de vida do entrevistado está cercada e marcada por um processo violento de expropriação. Ao dizer que não há importância em falar sobre isso, ele busca se preservar, não deseja rememorar dor e sofrimento, foge. Isso pode ser constatado pela sentença ‘o que fizeram com a gente’. Essa realidade concreta se insere na história do capitalismo no campo, no Brasil, que sempre foi acompanhada de violência, inclusive nos dias atuais.⁹

No momento em que *Barbosa* foi até a cozinha, sua filha, *Srta. Monteiro*, confessou-me baixinho, quase não captado pelo gravador:

Ele veio do interior, tiveram problemas, minha família teve problemas por lá, coisas de terra, a gente foi expulso, foi brutal, entende? Ele não gosta de falar sobre isso, acho que tem até medo. Tanto tempo, né? Não faz sentido ter medo, mas ele tem. Parece que ficou no passado, só parece.

Um passado que não é passado, é presente, é um marco na memória do entrevistado, algo que luta para esquecer, seja pela violência sofrida ou pelo medo. A fim de preservar a si e a família, na entrevista, opta por retirar o grau de importância do que ocorreu, o coloca quanto algo trivial, uma mera ‘bobagem’, coisa sem importância, visa com isso mudar de assunto. Por outro lado, sua filha diz o indizível, mas apenas o sussurra, intencionava nos convencer a não mais tocar no assunto, mesmo que para ela não fizesse sentido não falar, ela tinha consciência sobre a importância de tal tema para seu pai, era uma ferida aberta, algo que apenas parece ter ficado no passado, “só parece”, conforme ela narrou.

⁹ Sader (1991) ao discutir acerca do projeto de colonização do Maranhão, efetuado pela Companhia Maranhense de Colonização (COMARCO), destaca que a Companhia abriu um longo ciclo de grilagens e expropriações neste Estado que ainda perduram. Outra pesquisadora que se dedica aos estudos sobre o estado, é Moura (2008), sua investigação também se debruça sobre as expropriações e as intensas ondas de violência que levaram um contingente de camponeses às periferias urbanas e consequentemente ao processo migratório para o Sudeste brasileiro. Ambos os estudos destacam a intensa concentração de terras e as violências no campo maranhense, processo, ao que tudo indica, está inscrito na trajetória de vida do *Sr. Barbosa*.

Ao retornar à sala, *Sr. Barbosa* contou sobre sua trajetória em Bacabeira. Não conseguia arrumar emprego, desta forma não “levava dinheiro para casa”, o sustento da família, esposa e o filho recém-nascido, acabava por depender da ajuda de familiares da companheira. A solução foi aceitar trabalhar na colheita de algodão, por ali seguiu por quase oito anos. Período que se encerrou devido ao “[...] algodão não tava dando mais nada, e o que dava pessoa roubava da gente. Fiquei desempregado, me levantei né, ninguém dava mais emprego”.

O relato possui dois pontos centrais que se interrelacionam e que fizeram com que saísse do emprego, o primeiro trata-se do roubo por parte dos feitores que, segundo ele, além de pagarem pouco, desviavam parte dos ganhos para os bolsos deles. O segundo, trata-se da expressão ‘me levantei’, ao ser inquirido sobre, relatou “[...] é que contestei né, briguei, fui tentar conversar, eles não gostam de quem contesta, não gostam de bocudo”. Ao contestar, perdeu o emprego e ficou marcado, ganhou o *status* de um mal trabalhador, o que resultou em não conseguir mais trabalho em nenhuma turma.¹⁰

Mexi muito com comércio, fui me virando, virando, de funcionário a patrão [risos]. Abri pra um fiado lá, fiado esse que me abriu a falência. Aí tive depósito de gás, parti para um crediário, conheci um rapaz que mexia com crediário, crediário é esse cara que vende de porta em porta, de moto ou de carro, camelô né, trabalhei no ramo de camelô, fiquei uns três anos mexendo com camelô, aí fui indo, fui indo, mexendo com cheque, aí acabei me afundando em cheque [risos] me afundei em cheque [risos]. Meus moleques tudo pequeno, falei não, vou ter que cair fora daqui, fui pra São Luis, servente depois pedreiro, aprendia rápido. Quando ficou ruim de serviço voltei, fiquei sabendo que o pessoal estava indo pra São Paulo. Eu pensei bem e decidi: ‘vou partir pra fora, vou atirar pra fora que aqui não vai dar pra mim não’ (*Sr. Barbosa*, Abril/2020).

O relato acima, foi exposto em meados de 2020, descreve um pouco de sua trajetória laboral, de comerciante a camelô. A pouca experiência, bem como as vendas ‘fiado’, conforme relata, acabou por contribuir com as ‘quebras’. Para manter o sustento da família, *Sr. Barbosa* migra para a capital maranhense, acabou trabalhando na construção civil, primeiro como servente, mas, por aprender rápido, logo se tornou pedreiro. A falta de trabalho na capital, bem como as notícias que chegavam a seus ouvidos, do “pessoal que estava indo para São Paulo”, convenceram-no voltar para Bacabeira e, na sequência, migrar. Assim como *Sr. Alves*, nosso segundo depoente, analisa sua realidade, observa os pontos onde acertou e errou, e decide migrar.

Deixei minha família lá e parti pra cá, cara, precisava sair, vendi minha moto, o que eu tinha era a moto, deixei um pouco de dinheiro, vendi pra um sobrinho meu, deixei um pouco de dinheiro pra mulher e parti para cá [Orlândia] com outro pouco (*Sr. Barbosa*, Abril/2020).

¹⁰ Na seção seguinte deste capítulo voltaremos a este ponto, pois, ‘ser bocudo’, quase lhe causou a não contratação para a migração.

A *precisão* novamente se faz presente nessa segunda narrativa. Seria preciso migrar, em Bacabeira, seja no campo, por ser ‘bocado’, quanto no urbano, não conseguiu mais emprego, as dívidas que acumulou em seus empreendimentos bateram à porta. Vendendo a motocicleta que em outrora usava para o trabalho com os ‘crediários’, dividiu o dinheiro com a companheira e foi “atirar para fora”.

As duas trajetórias de vida situadas nas páginas anteriores, de dois homens pardos, nordestinos, pais de família, se complementam. Sujeitos que saem do meio rural não por vontade própria, mas, ao que nos parece, devido a uma série de situações que os obrigam a sair. Suas memórias que remetem ao campo, são marcadas por situações que os fazem negar qualquer identidade relacionada ao rural. Tais relatos, mesmo narrados de forma velada, dando-nos poucas pistas sobre a saída e os seus porquês, evidenciam condições de sujeitos que foram expulsos de seus locais de origem, no caso dos entrevistados, do espaço rural.

Os silêncios, a negação em rememorar os espaços rurais e o desconversar sobre o tema, revelam que essa lembrança é uma ferida não cicatrizada. Ainda sangra. São memórias indizíveis. Não gostam ou não desejam falar de certos momentos do passado deles,

[...] entendem que tais sentimentos sempre trazem uma carga pesada de dor e sofrimento que não valem ser revividos [...]. Muitas vezes, é o silêncio a linguagem em que se expressa o indizível, se protegem segredos e experiências muitas vezes doloridas e traumáticas (Menezes & Clementino, 2020, p. 249).

Nota-se que, nas entrelinhas do “sair dali”, narrado por ambos, existem memórias de violências - sejam elas de expropriação, desenraizamento e exploração. Ressalta-se que tais silêncios não são entendidos como formas de esquecimento ou são lembranças triviais, ‘bobagens’, conforme nos disse o *Sr. Barbosa*, não narrar, desconversar ou se manter em silêncio são, “[...] como um ato de resistência, pois assim, estas pessoas, no nível da consciência, estariam se resguardando de outros possíveis sofrimentos e constrangimentos” (Moraes Silva, 2006a, p. 41).

Não falar do espaço de origem, diminuir sua importância na trajetória, ou ignorar a pergunta, visou se preservar de lembranças sobre o campo, em maior ou menor grau, em virtude das violências sofridas nesses espaços, seja a expropriação, as rixas/rompimentos familiares ou perda das propriedades por diversos motivos. As narrativas são manifestadas por palavras, com base em relatos individuais e, também, pelos silêncios: o silêncio é uma outra maneira de dizer. O indizível pode se referir a traumas, sofrimentos e não necessariamente ao esquecimento. O “não-dito” não é uma forma de esquecimento, mas um tipo de resistência consciente (Pollak, 1989, Moraes Silva, 2006). Ao não dizer, ficar em

silêncio, mudar os rumos da conversa, os sujeitos se resguardam de possíveis sofrimentos e constrangimentos. Buscamos interpretar as narrativas dos sujeitos através das expressões visíveis e invisíveis, ditos e não-ditos, dos silêncios e das dissimulações.¹¹

Migrar para o meio urbano é marcado por certo ressentimento, e a vida nesses espaços, as periferias de duas pequenas cidades interioranas, Valença (Piauí) e Bacabeira (Maranhão), são marcadas por uma piora da sua situação de vida até então. As poucas atividades ofertadas no meio urbano e os baixos salários, fazem com que eles ainda seguissem para o rural, trabalhar no que não era mais deles, em um “chão” que não os pertencia. Essa realidade, seja por questões estruturais, mas também pela própria análise de sua vida, novamente os fez migrar.

Conforme Menezes (2002, p. 165), as histórias de vida

[...] revelam universos diversos e constituem, a nosso ver, um material rico para analisar como esta diversidade é elaborada por seus produtores [...]. Assim, o migrante avalia a sua trajetória de vida e nós podemos resgatar fatos, percepções, avaliações, perspectivas de vida, visões do mundo e opções do migrante.

À luz destas considerações, pudemos observar as interpretações dadas pelos narradores e sua consciência da necessidade de migrar. Em síntese, observamos como tais indivíduos não são meras engrenagens, mas sujeitos conscientes. As duas histórias de vida se entrelaçam com o relato da *Sra. Marques*, no entanto, a narrativa da alagoana guarda suas particularidades, mormente as de gênero.

Sra. Marques, dona de um dos fragmentos apresentados em páginas anteriores é parda, atualmente com 54 anos, natural de Arapiraca, agreste alagoano, tem sua vida e corpo marcados pelo trabalho no mundo rural¹². Em Alagoas, colheu algodão e fumo, em São

¹¹ É interessante pontuar outras questões relativas aos silêncios durante as entrevistas. Para além das questões ligadas a negação, dissimulação ou o silêncio, quando perguntados sobre os espaços de origem, não o local de saída, espaço que antecede sua migração, mas o de nascimento, duas outras situações foram marcantes, são elas: a menção às usinas que trabalharam apenas pela sua localização (cidade) e uso da expressão “não lembro” quando indagado diretamente o seu nome e os silêncios acerca da violência à qual eram submetidos nas atividades laborais e em meio ao cotidiano na cidade. Silenciar-se quanto às condições extenuantes do trabalho, das humilhantes moradias e dos preconceitos vividos, cotidianamente, ou narrá-las em terceira pessoa (ele) seguiram na mesma linha. Igualmente, ao optarem por não mencionar o nome das usinas em que estiveram vinculados por anos, até mesmo décadas, visa, ao que nos parece, não protegê-las, em virtude de suas denúncias, mas de se proteger, embora não tendo mais vínculos com esses espaços, temem ainda entrar para uma “lista negra” que não mais existe.

¹² Entrevistamos *Sra. Marques* em três momentos: o primeiro em março de 2020, o segundo em junho de 2020 e o terceiro em abril de 2023. Os dois primeiros encontros ocorreram em sua residência no extremo-leste e o terceiro em sua nova residência no extremo-oeste orlandino. Marques havia retornado a Arapiraca para ajudar uma irmã que havia se acidentado nesse meio tempo, entre a segunda e terceira entrevista. Especificamente no segundo encontro a entrevista foi concedida junto a sua filha, *Sra. Almeida*. Nos dois encontros solos, *Sra. Marques* narrou sobre sua história de vida, nos falou sobre Alagoas e suas inúmeras viagens pelo país ao longo de mais de 20 anos. Ponto importante em sua narrativa foi sobre as diversas atividades no campo e as dificuldades advindas delas, como exploração, baixos salários e o assédio sexual das mulheres trabalhadoras rurais. Em nosso terceiro encontro, a nosso pedido, para além de aspectos de sua trajetória de vida, trabalho e cotidiano, nos focamos nas sociabilidades na cidade de Orlândia.

Paulo, colheu laranja e café, foi bituqueira¹³ e ‘tirou palha’¹⁴, atualmente dobra palha, atividade que realiza em sua residência no extremo-oeste orlandino na entressafra do milho. Segundo nos contou, nunca “teve parada”. Esteve sempre em movimento, em constante migração, mas sempre mantendo o vínculo com o espaço rural, em especial como espaço de trabalho, “[...] trabalhei na roça, desde os meus sete anos, e ainda sigo na roça”. *Sra. Marques* chegou pela primeira vez em Orlândia em fins do século passado, mas, mantém-se em movimento, seja entre Orlândia e Arapiraca, vivendo “uns anos aqui e mais uns poucos lá”, quanto deslocando-se pelo tecido urbano orlandino: “[...] eu aqui só não morei no centro e nos bairros chique [risos], de resto, já fui e voltei [risos]”.

Em seu primeiro relato, *Sra. Marques* nos contou que se casou muito jovem, tendo apenas 14 anos, viveu com o primeiro marido por quase uma década. Morava em uma fazenda onde seu companheiro era responsável por cuidar de rebanhos do proprietário. Ela realizava o trabalho doméstico, cuidando do filho, mas também possuía uma pequena horta, além de criar algumas galinhas. Ressalta que trabalhava ‘rente’ (junto) ao companheiro, sobretudo, quando ele estava indisposto - doente. Em seu relato, ela usou a expressão ‘ajudar’, ficou em silêncio e na sequência soltou uma gargalhada, e relatou “ajudar [risos], isso não é ajuda, é fazer o serviço, não é?”. Mesmo que mulheres sejam capazes de praticar certas atividades, tidas como de homens, e de fato fazendo-as, são tidas como ajudantes, ou seja, não possuem o mesmo *status* que o companheiro, pai, irmão ou colegas homens (Moraes Silva, 1988).

Contudo, viver no mundo rural chegou ao fim logo que o patrão optou por dedicar suas terras ao plantio de algodão e fumo. Ele dispensou seu companheiro e outros trabalhadores que também residiam ali. Os trabalhadores que moravam naquela área tiveram que deixar suas residências, para dar espaço à ampliação dos cultivos, e buscar novos locais de moradia, seus destinos, em grande parte, foram a cidade de Arapiraca, ou melhor, as regiões periféricas da mesma.¹⁵

A expulsão das terras e a migração para o urbano, nas palavras da alagoana, “[...] fez a gente perder o chão, o homem não aguentou, se entregou, como eu já contei, se afundou na bebida e se quebrou”. Por um tempo, após o relato, *Sra. Marques* se manteve em silêncio, um olhar vazio, rememorou uma dor, uma ferida que após décadas ainda não cicatrizou. Depois

¹³ A recolha da bituca corresponde a uma atividade desenvolvida em grande número por mulheres, que consiste na recolha dos restos de cana de açúcar que permanecem no solo após o corte e o carregamento da produção.

¹⁴ Tirar palha é uma atividade realizada no campo que consiste na separação da palha da espiga de milho. A palha é utilizada para a confecção de cigarros artesanais.

¹⁵ Sobre a expropriação em outras regiões de Alagoas, sugerimos como leitura: Moraes, Verçoza & Bueno, 2013.

de um longo silêncio, retornou seu relato com a seguinte sentença: “[...] Mas eu fiquei, eu fiquei em pé, o que seria dele [apontou com a mão para o filho], ele [marido] ter partido foi o melhor, eu não conseguiria deixar ele, e eu sofreria, foi uma ajuda de Deus”. Ficar e manter-se de pé, essas foram as atitudes da entrevistada, a força para isso, ao que o relato indica, veio do medo do que poderia acontecer com o filho. Mas, caso o marido não a abandonasse, isso não partiria dela.

Moraes Silva (2010, p. 16), ao analisar algumas trajetórias de trabalhadoras rurais, sob a ótica do trabalho, traz significativa contribuição para pensarmos a narrativa/trajetória da *Sra. Marques*, segundo a autora:

O universo simbólico da religião judaico-cristã é um dos componentes da ideologia do poder patriarcal que domina as relações sociais nas quais se acham inseridas essas mulheres. Os relatos são eivados da concepção do patriarcado em que a mulher ocupa o lugar do oprimido, portanto de objeto e não de sujeito. O sofrimento faz parte de suas representações e autorrepresentações. Na concepção religiosa, Deus possui o controle de todos os homens e da natureza e, para agradá-lo, é preciso percorrer o árduo caminho da obediência e submissão. Em muitas ocasiões, o sofrimento, advindo da relação com os filhos e maridos, é parte constitutiva do destino de gênero. Mulheres que não abandonam os filhos, que suportam a violência e o alcoolismo dos maridos durante toda vida, são muito frequentes. Raras são aquelas que logram romper com esse destino. Muitas carregam o complexo da culpa, como se tratasse de um pecado original. A estruturação dessas ideias se apoia na base material das relações patriarcais.

Expulsa da terra, o alcoolismo do marido e, conseqüentemente, seu abandono, criar o filho sozinha, não seriam as únicas pedras enfrentadas no caminho. Sem estudos, *Sra. Marques* não conseguia emprego, contava com a ajuda de familiares, também expropriados e residentes, naquele momento, na periferia de Arapiraca, acabou por seguir a mesma trajetória dos *Srs. Alves* e *Barbosa*, regressou ao rural, porém, agora, para colher algodão e fumo, assalariou-se.

No momento da nossa segunda entrevista, o filho mais velho de *Marques* se encontrava na residência, ela o chamou e relatou:

[...] olhe o tamanho desse homem, tá vendo? Agora se acredita que eu ia colher algodão com ele amarrado em um pano nas minhas costas, ele era pequeno, bem pequeno e eu tinha que levar ele, não porque os meus parentes não podiam ficar, era porque todo mundo tinha que ir, não era só eu que levava o filho, eram todas [as mulheres] (*Sra. Marques*, Junho/2020).

Em meio às plantações de algodão, ela conheceu aquele que seria o segundo companheiro: “Na colheita do algodão conheci esse véio [risos] [aponta para o marido]. Ele se apaixonou por mim [risos], me protegeu, e estamos até hoje assim, criou meu filho, nosso filho! E tivemos mais quatro juntos, ficar de pé, quando tem gente do seu lado para te ajudar a se equilibrar é mais fácil”.

Em outro momento da entrevista, *Sra. Marques* relatou um pouco das dificuldades em meio às plantações de algodão, além dos baixos lucros advindos da colheita e das diversas represálias enfrentadas pelos mandos e desmandos dos *turmeiros*, ela lembrou dos constantes assédios sexuais sofridos: “Eu disse que ele me protegeu porque não era fácil ser mulher solteira, mãe solteira, muitos, principalmente os *turmeiros* ficavam no pé, ‘eu te ajudo a criar’, me falavam, depois que eu e meu véio se juntamos parou um pouco, eles respeitavam, era casada, respeitavam o Vicente”. Moraes Silva (1993), em outro estudo acerca das mulheres trabalhadoras rurais, destaca que, além das explorações e dos baixos salários, mulheres ainda enfrentavam o preconceito de gênero e o assédio sexual. A proteção mencionada, no relato acima, referia-se às investidas de outros homens, mormente daqueles que detinham certo poder em meio aos algodoeiros, os *turmeiros*. O vínculo lhe conferia imunidade aos comentários indecorosos ou propostas indecentes em virtude de uma certa moralidade, onde mulheres casadas deveriam ser respeitadas (Bezerra, 2012). Todavia, o relato da *Sra. Marques* deixa claro que o respeito dos patrões e demais trabalhadores homens era para com o companheiro e não para com ela, ou seja, não era apenas o *status* de ‘casada’ que permitiu a ela deixar de ser alvo dos assédios, mas o respeito que os demais homens passaram a ter para com seu companheiro Vicente.

Mesmo com o novo companheiro e com sua proteção, seja dos assédios e com a ajuda em mantê-la em pé, os ‘momentos de aperto’, vividos em outrora, enquanto mãe solo, começaram a aumentar. Os poucos ganhos nas colheitas de fumo e algodão e o aumento da família contribuíram para a decisão da depoente de migrar.

Quando eu percebi que se a gente seguisse lá [em Arapiraca] a fome ia chegar de novo, eu achei melhor a gente sair. Muita gente percebeu isso, já estavam contando que aos poucos não ia ter mais tanto serviço. O dia que eu machuquei, não consegui ir trabalhar uns dias, a gente não recebeu quase nada, a gente não tinha como pagar todas as contas, comprar comida. Teve um dia, eu nunca vou me esquecer, o Vicente e eu não comia para eles [filhos] comer. Isso não é vida, eu olhei para ele e falei ‘a gente vai embora’, pessoal tava indo embora, volta e meia chegava uma carta falando de São Paulo, nós fomos, não queria mais sentir aquela dor, a dor da fome (*Sra. Marques*, Junho, 2020).

Migrar foi preciso. Os poucos ganhos, a ameaça do desemprego devido a diminuição do plantio de algodão, o medo da fome, o medo dos filhos sentirem fome, aliados às esperanças das notícias que chegavam de amigos e familiares que migraram, correspondem ao conjunto de situações que levaram a entrevistada a convencer o marido a migrar, um processo que nunca cessou, São Paulo, Minas Gerais, Goiás, diferentes cidades, sempre nas periferias, sempre na colheita de algum produto, sempre em busca de nunca mais sentir

‘aquela dor’, a ‘dor da fome’. A *precisão*, também foi a expressão que percorreu seu relato, como dos demais analisados aqui.

Por fim, a quarta narrativa pertence a *Sra. Assis*¹⁶, natural de uma comunidade rural no entorno de Aroazes, microrregião de Valença do Piauí - Centro-Norte Piauiense, é mulher negra, com 50 anos atualmente. Desde sua chegada em Orlândia, trabalhou em diferentes atividades junto à Seara Alimentos, localizada na cidade de Nuporanga, cidade a dezoito quilômetros de Orlândia. Mãe de duas filhas, migrou pela primeira e única vez para Orlândia, em 2004, a convite de seu irmão, que havia se estabelecido na cidade, um ano antes, após mais de uma década, migrando anualmente para o corte da cana.¹⁷

A trajetória de *Sra. Assis* se cruza em muitos aspectos com a da *Sra. Marques* e de outras entrevistadas, mas possui suas particularidades. Trabalhou desde muito nova nas terras da família, também foi babá de seus irmãos mais novos e de alguns de seus sobrinhos. Entretanto, aos 14 anos, ao engravidar do namorado, seu pai a expulsou de casa. Foi forçada a migrar, junto ao companheiro, com quase trinta anos à época, para a cidade de Aroazes. Na cidade, buscou continuar os estudos e trabalhar como doméstica, mas acabou seguindo com o marido “[...] para a roça, capinando, colhendo, o que tinha para fazer, fazíamos, eu era nova, mas desde muito criança a gente sempre lidou com isso, essa era a nossa brincadeira lá [risos]”.

Depoimentos como o da *Sra. Assis*, mas também o da *Sra. Marques* e de outras de nossas entrevistadas que tem sua origem ligada ao rural, destacam a socialização do trabalho desde muito novas. Conforme Moraes Silva (2010, p. 33), em sua análise sobre as trajetórias de trabalhadoras rurais, discute:

Poucas são as lembranças de brincadeiras na infância, posto que esse período é lembrado como tempo de aprendizado do trabalho em casa, na roça ou cuidando dos irmãos menores. Ademais do trabalho infantil, casaram-se muito cedo e tiveram muitos filhos e sempre conciliaram o trabalho da casa com o extradoméstico, mesmo quando os filhos eram pequenos.

“Não perdi muito”, foi a expressão usada pela entrevistada ao falar da passagem de sua vida do campo ao urbano. Sabia que, mesmo não sendo expulsa de casa, após o

¹⁶ Entrevistamos *Sra. Assis* em uma única ocasião: maio de 2017, em sua residência no extremo-oeste (Vilinha). Na ocasião de nossa entrevista, a depoente estava muito nervosa em me receber, visto que a casa estava muito bagunçada com caixas de papelão espalhadas por todo o lugar, contendo de roupas a utensílios domésticos, *Sra. Assis* estava de mudança para o Jardim Boa Vista. A entrevista ocorreu com ela e sua filha mais nova. Na ocasião, a entrevista visava conhecer sobre os preconceitos enfrentados na cidade, seja como mulher periférica e como “piauí”. Todavia, sua entrevista, junto a filha, foi muito mais rica e acabou tendo como característica central ser um relato de vida, de Aroazes a Orlândia.

¹⁷ O irmão da *Sra. Assis* se estabeleceu na cidade após um acidente durante o corte da cana. Devido a complicações perdeu um dos pés, e, após processo contra a usina, recebeu uma quantia considerável e justa de indenização, a qual foi investida na compra de casas na cidade e abertura de um mercado.

falecimento de seu pai, ela não herdaria nada, as terras ficariam para seus irmãos homens, seria expulsa neste momento ou viveria de favor. Mas, no fim das contas “ninguém herdou”. Em razão de um período de seca, a família perderia a plantação de milho e “[...] a terra virou a forma de pagar a dívida. Todo mundo ficou sem chão” e, conseqüentemente, seus irmãos mudam-se para a cidade e, sem emprego, optam por buscar trabalho em São Paulo, na colheita da cana.

Na sequência de sua trajetória de vida, a depoente relata sobre seu relacionamento e como esse chega ao fim, ou melhor, como ela coloca um fim:

Eu estava com 22 anos quando larguei dele [companheiro], ele começou a entrar em uma fase ruim, começou a beber demais porque não achava emprego, começou a ser violento comigo e as meninas, a mais nova não tinha um ano, eu meti o pé na bunda dele [risos], não queria carregar um peso morto, ou ajuda ou se some, me livre, deus que perdoe, mas eu não ia dar conta de um bêbado na minha vida, ia ser um cruz pra carregar, me libertei antes (*Sra. Assis*, Maio/2017).

Se libertou. Ao romper com o companheiro, *Sra. Assis* assume a maternagem sozinha, não tinha ajuda de ninguém, visto que as outras irmãs e cunhadas não se encontravam na mesma cidade. Foi um período dramático, não conseguia juntar dinheiro para manter a casa e nem pagar babás para poder trabalhar. Mas o que mais ressentia era o estigma de estar sozinha: “Depois que larguei dele eu senti, me arrependi várias vezes, porque eu via como me olhavam, eu nova, duas meninas pequenas, sem marido”. Ser só é experimentar a identidade do feminino não-submisso, malgrado os estereótipos existentes acerca dessa situação (Moraes Silva, 2004b; 2010).

Como nas demais narrativas que constroem esta seção, a depoente pouco nos falou de suas origens rurais. No seu caso, ela não foi expropriada por motivo do avanço da pecuária ou de certas monoculturas, não foi demitida por um patrão interessado em vender ou arrendar suas terras a um grande latifundiário. Ela foi expulsa pela própria família, uma expulsão precoce, visto que, para ela, isso era um destino certo, pois tinha certeza de não possuir direitos sobre as terras, elas pertenceriam a seus irmãos, a gravidez apenas apressou sua saída. Mas, devido às secas que assolaram a região, e a perda completa da colheita de seu pai, acarretou danos a toda a família, todos acabaram ficando “sem chão”.

Sozinha e quase não conseguindo sustentar as filhas e a casa, dependia, em grande medida, dos recursos enviados por seus irmãos, que volta e meia a visitavam, sempre vindos de Orlândia. Em uma destas visitas, *Sra. Assis* recebeu o convite de um dos irmãos, insistiu que migrasse. Não foi difícil convencê-la, visto a situação que se encontrava, “[...] só tinha minhas duas meninas, não tinha mais nada”. O irmão ressaltou que ela era “comprometida”,

que se daria bem na cidade e que nos primeiros meses, até conseguir trabalho, ele a ajudaria financeiramente. *Sra. Assis* migrou, nesse caso também *era preciso*.

Quatro sujeitos, quatro histórias e uma trajetória em comum, silêncios em comum, violências em comum. Outras narrativas, sobretudo de nordestinos acima dos 50 anos, entrevistados por nós nos últimos anos, seguem a mesma trajetória: a saída do mundo rural (expropriações, expulsões, perdas), a chegada ao urbano e sua instalação na periferia, mas o retorno ao rural para trabalhar, trabalhar no que ‘não é mais nosso’¹⁸. No entanto, as atividades desenvolvidas no rural, ou melhor, seus ganhos no campo, eram insuficientes para a manutenção das famílias nas cidades.

Notícias de parentes e amigos distantes chegavam aos ouvidos desses sujeitos, era como uma fagulha, uma centelha de esperança, na busca de uma vida melhor (Maciel, 2013a). As notícias, aliadas àqueles, chamados pelo *Sr. Alves* de ‘lobos em pele de cordeiro’, os *gatos*, que prometiam grandes ganhos para quem migrassem para o trabalho, especialmente nos canaviais, e a situação enfrentada nos lugares de origem, contribuiu significativamente para o início de um processo que permeou suas vidas por anos, até mesmo décadas. A migração anual para a região da Grande Ribeirão Preto.

Ao longo das últimas páginas buscamos analisar parte da trajetória de vida de alguns sujeitos que, em um primeiro momento, destacaram como local de origem as periferias de cidades interioranas nordestinas, esta identificação com a cidade e não com o campo, ao que nos parece, visa encobrir certas memórias, memórias marcadas pela violência e pela expulsão/expropriação. Os seus respectivos vínculos com os espaços rurais, seja como espaço de origem e depois de trabalho assalariado, são fundamentais para se compreender o processo migratório, pois, a expropriação de suas terras, fez com que um contingente expressivo de pessoas passasse a residir em meio ao urbano, pequenas cidades que, na maioria das vezes, não possuíam estrutura para lhes proporcionar uma qualidade de vida digna.

[...] para moradores da cidade que não possuem emprego público ou um pequeno negócio, sair é condição de existência, pois, expropriados de qualquer pedaço de terra onde possam plantar, a permanência na cidade os sujeita a passarem por situações difíceis (Maciel, 2018, p. 215-216).

Esse ponto é fundamental, visto que foi a expropriação do campesinato dessa região, aliada ao momento histórico de intensificação do ritmo do trabalho nos canaviais paulistas,

¹⁸ São os casos dos piauienses *Sr. Araújo* e *Sra. Borges* e do baiano *Sr. Melo*. Ademais, histórias de vida contadas por intermédio dos filhos/as também pintam o mesmo quadro, são os casos da piauiense *Srta. Coelho* que narra a trajetória de sua mãe e tios, do pernambucano *Sr. Ferreira*, que narra a trajetória do pai e tios e do piauiense *Sr. Barnabé* que relata sobre a trajetória dos pais, entre outros. Dedicamos alguns estudos com estas narrativas e outras, abordando as trajetórias desses sujeitos e seus familiares, são eles: Pereira, 2020a; 2020b; 2020c; Pereira, 2021a; 2021c; Pereira & Lourenço, 2018; Pereira & Lourenço, 2021a.

responsáveis pela produção desses sujeitos como migrantes (Moraes Silva, 2011b)¹⁹. Eles não migraram apenas por necessidades imediatas, mas, em razão de uma conjuntura histórica, que foi marcada pela expropriação.

Entre longos relatos e falas entrecortadas por silêncios, as narrativas se ligam e se distanciam, cruzam-se e se enrolam, juntas, elas tecem tramas, dramas, sentimentos e emoções, não só individuais, mas também coletivos. Ao falarem de si, acabam por envolver outros sujeitos, outras trajetórias, destacando, ainda, contextos mais amplos da trajetória de vida, dia a dia ou de experiências. A memória é individual e social, quem lembra é o indivíduo, no entanto, a memória individual não está inteiramente fechada e isolada (Magalhães, 2015), ela também pode ser compreendida enquanto memória coletiva, que está dentro de um quadro de referências dos indivíduos que estão narrando as suas histórias, elas acontecem em conexão com o grupo, sendo evocadas pelos indivíduos dentro de seu quadro social (Halbwachs, 2006).

As trajetórias, memórias do campo à cidade, da cidade ao campo, por fim, a migração ao Sudeste, descrevem experiências, desde fins da década de 1980 e início dos anos 2000, e nos permitem compreender aspectos das migrações para a cidade de Orlândia, seja de suas redes, das motivações e dos porquês. Iremos nos aprofundar um pouco mais nessas e outras trajetórias, nas próximas páginas.

Ao longo da próxima seção, buscaremos analisar as saídas dos espaços de origem, destacando, inicialmente, as redes sociais que possibilitaram o processo, sejam elas as de trabalho, amizade e parentesco, geralmente, não isoladas, mas integradas e complementares umas às outras.

Vir: deslocamentos e redes

[...] você me perguntou como eu cheguei? Como todos! Em *um cata osso*. Uns bancados e outros na cara e coragem!
(Sr. Barbosa, Abril/2020).

O relato acima, pertencente ao Sr. Barbosa, é ilustrativo. Nele, podemos observar os dois pontos fundamentais do processo migratório de nordestinos para a cidade Orlândia, que

¹⁹ Gostaríamos de destacar ainda, tomando como referência os estudos de Vettorassi (2010) e Maciel (2013; 2018), sobre Serrana, Matão e São Carlos respectivamente, que, mesmo aqueles sujeitos que ainda possuíam sua origem e vivência no mundo rural nordestino, em especial no estado piauiense, sua relação com a terra já não era a mesma, ou seja, desde fins da década de 1990, os sujeitos que migraram não mais realizavam o processo migratório visando investir os ganhos de seus trabalhos na terra, seja a beneficiando, plantando ou ampliando os roçados. Em sua grande maioria, os investimentos estiveram ligados na melhoria da vida cotidiana, seja através da compra de eletrodomésticos, ampliação e reformas nos imóveis e compra de automóveis e motocicletas. Grande parte destes sujeitos passam a ter uma relação com suas cidades de origem, sobretudo aqueles pertencentes ao mundo rural, como lugar de descanso e não mais de trabalho.

pode ser compreendido a partir de duas temporalidades que estão entrelaçadas, 1) a precariedade e representação dos transportes (*cata ossos*) e 2) as redes que possibilitaram o processo (familiares, amizades e de trabalho).

Quanto ao primeiro ponto, o transporte, popularmente conhecido na cidade como *cata ossos*, referia-se aos ônibus clandestinos e em situação precária, de propriedade particular de um nordestino - quase sempre em sociedade com um paulista - que percorria o Nordeste brasileiro trazendo sujeitos, sonhos e esperanças.

O uso da expressão *cata ossos* para se referir ao transporte, conforme narrativa dos/as sujeitos, está ligado a uma representação social acerca do processo migratório, que foi difundida ao longo do século passado, a do *retirante*.

Essa representação revela um certo imaginário sobre a migração nordestina difundido entre os moradores locais. Conforme relatou a *Sra. Marques*, cunhada pelos moradores locais, tal expressão revela uma carga simbólica na qual: “[...] o pessoal daqui falava que esses ônibus iam pegar os que estavam passando fome, os secos, entende? pele e osso. O pessoal que vinha se aventurar aqui, buscar emprego, o que comer aqui”. *Sr. Barbosa* complementa “[...] sabe nos filmes, nas novelas antigas, que passa o retirante, tem aquele quadro lá, a pessoa fugindo da seca só pele e osso? Então era isso que o pessoal falava da gente, dos piauí²⁰, aí quando chegava um ônibus assim, eles falavam olha lá os pele e osso chegando, aí ficou por isso, o ônibus *cata osso*”.

O imaginário social e a representação dos/as nordestinos/as são uma construção histórica já muito discutida pela literatura especializada sobre o tema. Arte, cinema, literatura, poesia entre outras produções culturais, aliadas à imprensa e ao próprio discurso das elites locais nordestinas e do Estado, ao longo do último século, são responsáveis pela criação e reprodução de um imaginário referente ao espaço (inóspito, precário e corrupto), os sujeitos (fortes, violentos e ignorantes) e os motivos da migração (secas, fome e falta infraestrutura), que ainda permeiam os dias de hoje (Albuquerque Jr., 2011; Villa, 2017).

‘Aquele quadro lá’, no relato do *Sr. Barbosa*, refere-se à obra *Retirantes* de Cândido Portinari, pintada na cidade de Petrópolis, Rio de Janeiro, no ano de 1944, que apresenta oito personagens flagelados pela seca, elucidando o sofrimento migrante nordestino. A pintura, pertencente à série *Retirantes* (*Retirantes*, *Enterro na rede* e *Criança Morta*), teve um papel

²⁰ *Piauí* ou *piáuís*, são expressões utilizadas como sinônimo de *migrante/es*. Tal expressão, cunhada pelos moradores locais e por outros grupos de migrantes (mineiros e paraenses), homogeniza e estigmatiza os nordestinos na cidade de Orlândia. Seja a expressão *piáuís*, como a de *migrante*, ambas possuem uma carga de significação e associação, bem como uma trajetória histórica marcada por variações e ressignificações ao longo do tempo que remetem a todo o conjunto sócio-histórico da migração de nordestinos para a cidade de Orlândia. Exploraremos este ponto, de modo mais amplo ao longo do estudo em tela.

fundamental na construção dos discursos, representações e imaginários acerca da região Nordeste. Ainda sobre esta obra, acreditamos ser pertinente apresentar um breve relato do Sr. *Ferreira*, que compõe uma entrevista realizada em 2019:

Na escola, eu me lembro de uma vez, no livro [material didático] sabe? Tinha aquele quadro com migrantes, amigo, pensa num ódio. Pessoal já pegou e gritou ‘o Ferreira, é tua família aqui’, todo mundo rindo, eu e uns outros colegas do Nordeste tudo quieto, até a professora riu. Pessoal acha isso ainda sabe, que a gente sai lá do Nordeste daquele jeito. Claro que não é mentira que teve muita gente que sofreu muito, mas pra eles todo mundo é daquele jeito ali, pançudo, morrendo de fome, tem gente que veio pra cá por um monte de motivo. O meu pai não passava fome, ele só queria uma coisa melhor, ter mais coisas.

Ferreira, atualmente com 29 anos, natural de São José do Belmonte, Pernambuco, fanceiro, migrou para a cidade de Orlândia junto a família (mãe e irmãos) em 2000. Seu pai, desde antes de seu nascimento, 1993, migrava anualmente para a cidade, quando recebeu o convite de seu irmão, funcionário de uma usina e recrutador da mesma (*gato*), a se estabelecer na cidade e trabalhar com ele como braço direito, sendo fiscal. Seu breve relato coloca em destaque a representação da imagem/pintura em sua trajetória escolar, evidenciando a potencialidade das representações que cercam a figura do nordestino no imaginário popular. Sem sombra de dúvidas, a série *Retirantes*, como um todo, aliada a outras obras pictóricas e literárias publicadas em décadas anteriores, especialmente aquelas que foram frutos das transformações estéticas do modernismo e das sugestões temáticas trazidas pelo regionalismo e tradicionalismo (Albuquerque Jr., 2012), relataram o sofrimento de populações inteiras, atingidas pela seca e pelo latifúndio no Nordeste brasileiro, que se colocaram a migrar ou “retirar-se”. Essas produções auxiliaram na construção do imaginário de um território sinônimo de ausência, associado a ideias como da miséria, das secas, da ignorância, da violência, da fome e da falta de infraestrutura, “[...] elas [as produções literárias e pictóricas] compõem a imensa trama de falas sobre o que se supõe ser esse território” (Villa Lobos, 2022). A figura do trabalhador nordestino escapando da fome, miséria e, periodicamente, das secas, migrando para o litoral ou para os estados mais ao sul, especialmente para São Paulo e Rio de Janeiro, em busca de emprego e melhores condições de vida, tornou-se um símbolo da migração nordestina no imaginário social brasileiro.

As representações presentes nas obras pictóricas, nas capas das revistas e jornais e em meio às narrativas literárias, consolidam esse imaginário. Não é de se surpreender que a população local em Orlândia, entre as décadas de 1970 a 1980, ao observar a chegada de homens e mulheres do Nordeste brasileiro na cidade, em ônibus precários, carregando consigo basicamente uma mala ou até mesmo um saco com seus pertences, utiliza-se desse repertório para se referir aos sujeitos, bem como de nomear o próprio transporte que os

trouxera até ali, tendo em vista as representações que compõem o imaginário das pessoas a respeito da migração e dos sujeitos migrantes.

O pessoal sempre foi muito maldoso. Meu marido foi um dos que comprou ônibus e com um colega que era da Bahia trouxe muita gente pra cá e pra região. Mas pessoal tinha aquela imagem na cabeça, de que os piauí, eram aqueles que há muitos anos atrás estavam fugindo a pé da seca e da fome, não é bem assim, claro tem uns que estão mesmo, mas aquela imagem do pessoal só pele o osso, nunca vi e ele [seu marido] também nunca falou nada sobre isso. Eram brincadeiras, mas eles [nordestinos], muitos deles se ofendiam bastante. Eu também me ofenderia, acho que qualquer um (*Sra. Cordeiro*, Maio/2017).

A narrativa acima, pertence à *Sra. Cordeiro*²¹, 72 anos, mulher branca, viúva, aposentada. A depoente reside há mais de quarenta anos no bairro Boa Vista, antiga Vila Tatu. Sua origem, como a da maioria dos antigos moradores desse bairro, é camponesa. Casou-se muito jovem com o filho de um grande amigo de seu pai, em meio a uma “grande festa” nas terras da família do companheiro, localizadas próximas à cidade de Morro Agudo. Único filho, seu marido herdou as terras do pai, mas, pouco ficou sob sua posse, acabou vendendo, em meados da década de 1970, a um grande latifundiário de nome Mauricio Cezar, que “[...] vendo que a cana ia dominar, foi comprando tudo dos pequenos, e logo chegou a nossa vez”.

Com o dinheiro da venda das terras, migraram para Orlândia. Seu marido, seguiria com um “emprego” com o qual já tinha certa experiência, o de agenciador de trabalhadores rurais, também começaria um novo negócio com um companheiro, o de “trazer gente”. *Sra. Cordeiro* sempre se fez presente nos negócios do marido, segundo ela, era seu braço direito, lidava, principalmente, com a contabilidade. Não nos aprofundaremos nesses temas, pelo menos não no momento. Focaremos em seu relato, apresentado anteriormente, sobre as representações dos nordestinos que ali chegavam.

As “imagens na cabeça”, mencionadas pela *Sra. Cordeiro*, correspondem ao conjunto de representações que compõem o imaginário social acerca do processo migratório e dos próprios migrantes nordestinos. Seu relato aponta para um recorte histórico, ou seja, não nega que as imagens mentais dos moradores locais que presenciaram a chegada dos sujeitos sejam uma mera invenção ou uma figura fantasiosa sobre o nordestino, visto que, mediante ao

²¹ A entrevista com a *Sra. Cordeiro* foi realizada em meados de maio de 2017, em sua residência no Jardim Boa Vista. Entrevistá-la foi um marco importante em nossa pesquisa naquele momento (Pereira & Lourenço, 2018), visto que, sua família, em especial seu marido, é uma referência importante para os nordestinos mais velhos, pois, foi através do ônibus de seu marido que muitos desembarcaram pela primeira vez na cidade. Infelizmente não conseguimos realizar uma nova entrevista com ela, em virtude dos problemas de saúde da entrevistada. Contudo, o depoimento dado a nós pela primeira vez é rico, aborda sua trajetória familiar, sempre enaltecendo a figura do companheiro, falecido em 2011. Em vários momentos a entrevistada indica que sempre foi o braço direito do marido, mas, sua função, a partir de seu relato e de sua filha mais velha, sempre foi o da administração dos negócios e das finanças. *Sra. Cordeiro* não era o braço direito, segundo sua filha: “[...] ela na verdade que comandava isso tudo [risos], era a cabeça, os braços eram o meu pai [risos]”.

pontuado em páginas anteriores, esse imaginário social tomou como referências produções literárias, pictóricas e também as imagens e reportagens produzidas pelas mídias, como jornais e revistas, ao longo da primeira metade do século passado (Villa, 2017). Sobre este ponto, cabe destacar uma breve publicação no jornal local *Folha de Orlândia* que trata sobre as secas no Nordeste e as “ajudas do povo orlandino”. Em 13 de setembro de 1983, em publicação assinada pelo jornalista Clóvis Alberto Rodrigues ao periódico supracitado, é informado que Orlândia, através da Orlândia Rádio Club (ORC), aderiu a campanha da emissora de TV Rede Globo e, ao longo do mês de agosto daquele ano, arrecadou donativos e dinheiro para ser enviado a região Nordeste para auxiliar os “flagelados das secas”²²: “O Brasil, emocionado com a fome e sede dessa gente simples, pode sentir a desgraça desse povo tão castigado e que há cinco anos sofre desesperadamente” (*Folha de Orlândia*, 13/09/1983).²³

Cordeiro, ao se referir aos nordestinos que desembarcavam na cidade, ressalta que não “[...] eram aqueles que há muitos anos atrás estavam fugindo a pé da seca e da fome”, ou seja, não seria a realidade dos sujeitos que ali desembarcavam, mas foi a realidade de muitos outros nordestinos, os quais, presencialmente, ela nunca viu, mas sabia da existência, provavelmente através das mídias nacionais, mas também da local.

Ademais, é evidente que ao chegarem a Orlândia, essas pessoas não estariam em sua melhor forma, as viagens eram extremamente desgastantes em virtude dos transportes, geralmente superlotados e em condições precárias, não permitirem a esses homens e mulheres viagens confortáveis. Com toda a certeza chegariam com seus semblantes abatidos, com grandes olheiras e, talvez, até mesmo mais magros do que quando partiram. As rápidas imagens deles, descendo dos ônibus com as roupas amarrotadas e com rostos cansados, devido ao longo trecho percorrido, seria o suficiente para caricaturizá-los. Aflorava, nas memórias daquelas que já residiam ali, os discursos sobre o nordestino enquanto *retirante*, *flagelado* (Albuquerque Jr., 2012), estereótipos grosseiros e superficiais, difundidos por décadas na sociedade brasileira, serviriam também para nomear o transporte que ali o trouxe como *cata ossos*.

²² Orlândia se destacou nesta campanha. Segundo consta, do total arrecadado pelas sete cidades da região (Orlândia, Ribeirão Preto, Morro Agudo, Nuporanga, Ipuã, Sales Oliveira e São Joaquim da Barra), quase dezesseis milhões e meio de cruzeiros, pouco mais de oito milhões deste montante, além de várias toneladas de alimentos, foram arrecadadas na cidade de Orlândia.

²³ Tal representação/imaginário sobre os sujeitos nordestinos também pode ser observada a partir do poema *Vidas Secas* de Israel Gomes, publicado na mesma edição do periódico local *Folha de Orlândia* (13/09/1983): “E essa gente?/Carente/Onde vai?/Fugir?/Sair?/Não!/Apenas imigrar,/Da fome,/Da sede,/Que consome,/Que mata,/Maltrata./Mas... choveu!/Treis dias!/Que alegria,/Que folia!/E esta gente?/De onde Volta?/Que fibra,/Que força./Lançando na terra,/De novo,/O germen,/Da raça.

Retomaremos o imaginário acerca da migração e dos nordestinos em momento oportuno, ao longo do terceiro capítulo, ao abordar com maior ênfase o cotidiano de tais sujeitos no contexto orlandino e o processo de estigmatização enfrentado por eles. No decorrer das próximas páginas, gostaríamos de tecer mais algumas considerações acerca do transporte, no entanto, desta vez, abordando os deslocamentos, ocasião marcante e fundamental nas narrativas que envolvem o segundo ponto do relato do *Sr. Barbosa*, ou seja, as redes que permitiram o processo.

Vir é, geralmente, um marco importante e muito recordado nas narrativas. Segundo Estrela (1998, p. 13) o fato dos migrantes guardarem “[...] ainda muito vivo na memória aspectos do seu deslocamento, talvez se explique pelas dificuldades e as condições desumanas em que esse se deu”. Carteiras com uma pequena quantia de dinheiro, quase sempre fruto de acertos nos antigos trabalhos, empréstimos com familiares e amigos ou até mesmo a venda de pertences (Maciel, 2018); junto a uma pequena mala, contendo algumas peças de roupas; fotos de pessoas da família e esperanças, muitas esperanças, eram as bagagens trazidas pelos sujeitos ao longo do trajeto até o interior paulista (Moraes Silva, 2020a).

Ao voltar, esperavam estar com as carteiras bem mais cheias do que quando partiram. No bagageiro, não haveria apenas uma mala, mas várias, que não teriam apenas as poucas mudas de roupas levadas e as fotografias desbotadas, esperava-se que, nelas, estivessem diversos presentes (Vettorassi, 2010, p. 174). Os presentes simbolizavam o sucesso dos meses passados em terras paulistas, roupas ou sapatos da moda, eventualmente aparelhos de som, TVs e eletrodomésticos. Bens de consumo, esses que – frisa-se – “[...] contém em si a possibilidade de materializar os esforços despendidos no empreendimento migratório” (Braga, 2013, p. 319). Mas também havia aqueles poucos que retornavam com as mãos vazias. Digo poucos não porque de fato eram poucos os que aqui não conseguiam a realização dos sonhos almejados, mas porque, nestes casos, a volta, marcada pela derrota, isto é, por nenhum ganho nas terras paulistas, via de regra, não era feita (Maciel, 2012; Martins & Moraes, 2010).²⁴

Os deslocamentos correspondem a um tema vasto na historiografia brasileira, sobretudo nos estudos acerca das migrações na primeira metade do século XX, quando eram

²⁴ Conforme Moraes Silva & Martins (2010, p. 215): “É preciso não esquecer que o migrante parte em busca de melhoria de vida, isto é, de um projeto de ascensão social. O retorno, ou melhor, a representação do retorno é carregada destes valores. Logo, os fracassos, as perdas representariam a ruptura com o ideal da partida, o que pode resultar em sanções negativas por parte do grupo. Esta poderia ser a explicação para as ações daqueles que não retornam, que desaparecem”.

realizados em grande medida através do deslocamento a pé até as cidades que possuíam acesso à chamada “estrada líquida”, ou seja, o Rio São Francisco, embarcando nos porões das embarcações até as cidades mineiras, que estavam ligadas às estradas de ferro, como Pirapora, e, finalmente, seguiriam até seus destinos, seja a capital paulista ou as fazendas de café no interior do estado (Villa, 2017; Paula, 2003).

Contudo, em virtude da construção e pavimentação das estradas, como a Rio-Bahia, em 1949, que realizava ligação direta entre o Norte e o Sul, a forma de locomoção dos nordestinos, que em outrora lotaram os porões dos vapores e as segundas classes dos trens de ferro, passou a se dar através dos caminhões paus-de-arara, substituídos anos mais tarde pelos ônibus (Paula, 2013), no caso orlandino, pelos *cata ossos*. A construção de uma rede de rodovias, além de facilitar as comunicações, acabou por estimular também as migrações internas.

Nem por isso as dificuldades enfrentadas diminuíram. A melhoria dos meios de transporte utilizados não significou a melhoria de sua condição e conforto. Muitos desses ônibus faziam um trajeto tortuoso até chegarem em seus locais de destino. Isso se dava por duas razões, a primeira, porque esses transportes estavam sempre muito lotados, ultrapassando, significativamente, a lotação máxima, isso visava, sem sombra de dúvidas, o lucro, ou seja, quanto mais pessoas conseguissem colocar no ônibus maior seriam os ganhos e assim superar os custos com a viagem. Segundo, porque esse tipo de transporte, sendo clandestino e estando irregular, trafegava por estradas secundárias, evitando a fiscalização nas rodovias, as voltas e desvios acabavam por piorar os desgastes com a viagem.

Levando em consideração as questões expostas acima, observemos dois relatos que nos permitem compreender um pouco das trajetórias traçadas ao longo das “estradas da esperança” (Amado, 2009) que formavam os “corredores migratórios” (Moraes Silva, 1999a), no final da década de 1980.

Quando eu vim, a primeira vez [1986], foi com um amigo, ele tinha uns parentes loucos [risos] que simplesmente fugiram para o Sul. Mandaram cartas pra ele falando que tinha muito serviço, que pagava muito melhor que lá [Piauí]. Ele me convenceu, tinha que ir. A gente foi em um *cata osso*, era um ônibus velho que quebrou umas 20 vezes até Orlândia, mais de cinco dias de viagem. Meu deus, não terminava! [Foram para Teresina ou outra cidade para pegar o ônibus?] Nada. A gente pegou esse ônibus lá mesmo [em Valença], ele rodava o Piauí, ele era de um Piauí, que vivia aqui em São Joaquim [cidade vizinha a Orlândia], ele e um paulista fizeram negócio, e começaram puxar gente, entende? Um entrava [comprova] o ônibus e o outro buscava. Dava muito dinheiro, começou a aparecer um monte de gente que fazia assim, assim de puxar gente. Mas tudo clandestino. Até hoje tem (Sr. Alves, Agosto/2023).

O Manoel [seu marido] veio de ônibus primeiro, veio e voltou umas três vezes. No começo era por conta, depois que as usinas começaram a mandar ônibus para buscar

aqui. Eu também fui de ônibus, era tudo clandestino, uns negócios mais velhos que tudo [risos], levou uma eternidade. Era algo muito comum, rodava os estados, claro cada um ia pra um lugar, por que senão um só fazer o Nordeste todo, imagina? nunca teria chegado aqui [risos]. [O ônibus passava por lá?] Sim. O Manoel ficou amigo do seu João, ele era de Teresina, mas já morava em Morro Agudo há anos [cidade próxima a Orlândia], aí eles se juntaram com um pessoal dali mesmo e eles começaram com isso de puxar gente, o amigo dele comprou um ônibus e ele ficava de pegar o pessoal, porque conhecia mais por lá. Por lá passou ônibus de tudo que é lugar do Nordeste. Hoje ainda tem desses clandestinos, já fui e voltei pra lá [Novo Oriente], algumas vezes com esses. *Cata osso*, esse é o nome [risos] (*Sra. Borges*, Fevereiro, 2020).

Sr. Alves, dono do primeiro relato, migrou pela primeira vez em 1986, acreditando nas palavras dos “loucos parentes” de seu amigo, que já haviam migrado anos antes. As correspondências trocadas entre o amigo e familiares em Orlândia, aos poucos demoveria as resistências do depoente e da esposa, lançar-se-ia ao desconhecido (Maciel, 2018), conhecido apenas pelas letras traçadas nas cartas que o amigo usou para convencê-lo.

Ao contrário de seus antecessores, ele não viveu a odisseia das longas caminhadas até os centros urbanos com destino ao Sul, não se apertou entre dezenas de sujeitos nos porões dos vapores, nem viajou na segunda classe dos trens - trajetória, por exemplo, da família de Jerônimo e Jucundina, no clássico *Seara Vermelha*, de Jorge Amado. Também não se esgueirou entre tantos outros na caçamba de um pau-de-arara, como Maria, protagonista de Renan Silva em *A voz que ninguém escutou*. “Pegou” o ônibus ali mesmo, em Valença. Contudo, mesmo não enfrentando as condições desumanas às quais muitos conterrâneos e personagens da ficção foram submetidos, o deslocamento até a cidade de Orlândia esteve longe de ser “mil maravilhas”: o ônibus quebrou ao menos vinte vezes ao longo dos cinco dias de viagem pelos mais de dois mil e duzentos quilômetros. Sua narrativa, como a literatura, não é apenas poética, mas também repleta de cruezas, digna de um relato literário, de uma odisseia contemporânea.

O segundo relato pertence a *Sra. Borges*²⁵, negra, natural do município de Novo Oriente - Piauí, atualmente com 66 anos. A entrevistada casou-se muito jovem, com apenas 14 anos. De origem rural, viveu junto ao marido nas terras do patrão, trabalhando nos afazeres domésticos e do cuidado com o primeiro filho, enquanto o companheiro cuidava dos

²⁵ Entrevistamos *Sra. Borges* em duas ocasiões. A primeira em fevereiro de 2020, nossa entrevista se deu em sua residência no extremo-leste orlandino. Em nosso encontro, ela narrou sobre sua história de vida, nos falou muito sobre suas mobilidades no tecido urbano orlandino e sobre sua pequena “fábrica de costura” montada em dois cômodos de sua residência, que empregou, ao longo dos anos, dezenas de migrantes nordestinas no bairro. A entrevistada, aos poucos vem perdendo a visão e tem lutado a mais de seis anos para se aposentar, contudo, não consegue devido a um golpe impetrado pela a empresa a qual prestou serviços por mais de 15 anos, costurando uniformes escolares e de empresas da cidade e região, na qual reteve sua carteira de trabalho e nunca realizou o registro formal de sua atividade. Em nossa segunda entrevista, também realizada em sua residência, nossa conversa girou em torno de um mapa construído por ela, que traça seus deslocamentos pela cidade e os espaços marcantes nesta.

animais e de toda sorte de atividades que por lá apareciam. Sua rotina mudou, quando foram “convidados” a sair, devido ao falecimento do patrão e a venda das terras por parte dos filhos a um “senhor de Teresina”. Mudou-se com o marido para a cidade e lá, dedicou-se a “costurar pra fora”, e o marido, Manoel, seguiu trabalhando no campo.

Em virtude dos poucos ganhos, seu marido decidiu migrar. Segundo ela, as notícias que “[...] ele recebia dos amigos que trabalhavam com ele antigamente, que tinham ido para São Paulo, animaram ele a ir também. A gente tinha umas economias, ele foi primeiro com um colega que tinha voltado para ver a família, eles trabalhavam e daí voltavam final de ano”. Em Orlândia, Manoel (o esposo) trabalhou desde o plantio, limpeza e colheita da cana, de café e amendoim. Trabalhou “no que aparecia”, a partir de uma amizade, foi indicado a trabalhar em uma usina na região, e convenceu a esposa a migrar.²⁶

Seu relato, nas páginas anteriores, acerca do deslocamento, assim como a narrativa do *Sr. Alves*, além do destaque da clandestinidade e precariedade do transporte, reforçam dois pontos que gostaríamos de ressaltar: 1) *as redes de comunicação* através de cartas que, em sua maioria, chegaram por intermédio do transporte e que os/as animaram a migrar. No caso do *Sr. Alves*, as correspondências trocadas entre os amigos e familiares e, da *Sra. Borges*, também, pelas mensagens entre seu marido com antigos colegas de trabalho, que migraram após a dispensa do trabalho na fazenda e, 2) às *uniões* entre paulistas e nordestinos na consolidação do empreendimento de “trazer gente”. Esse segundo ponto é fundamental para entendermos uma figura central no processo migratório, os *gatos*, que seriam aqueles, na fala do *Sr. Barbosa*, que “bancaram a vinda”. São esses *gatos* que consolidaram a temporalidade migratória do “trazer gente para algo”.

Quanto ao primeiro ponto, as redes de informações, estas eram, em um primeiro momento, baseadas na família e nos laços de amizade, e se constituíram em um recurso fundamental para os migrantes, não apenas para “esparramar as informações” sobre empregos (Menezes, 1992), mas também sendo espaço social para compartilhar experiências de trabalho e prestação de auxílios, como indicações de emprego, melhores cidades e locais (bairros) para morar etc. (Menezes, 2000; Guanais, 2014). As redes formavam laços

²⁶ Situação comum, sobretudo entre nossas entrevistadas mulheres. Conforme identifica Guanais (2014, p. 264): “[...] normalmente, são os homens que se deslocam, ficando as mulheres, as crianças e os idosos nas regiões de origem. A opção pela migração de poucos membros do grupo familiar dá-se pelas dificuldades e pelos custos de transporte, moradia e manutenção nas regiões de destino, que implicam altíssimos gastos para os trabalhadores. O mais comum é que o marido migre primeiro, deixando a família com os demais parentes. Em alguns casos, só depois de obter uma colocação relativamente estável e minimamente rendosa, é que aquele que migrou tem a oportunidade de ir buscar o restante da família para residir consigo”. Entre nossos entrevistados esta situação, com leves particularidades, se repetiu nas histórias de vida das famílias dos *Srs. Alves, Barbosa, Assis, Ferreira, Barnabé, Alvez, Rodrigues, Hipólito*, entre outros.

interpessoais que ligavam os migrantes, os não migrantes e os migrantes anteriores, seja nas áreas de destino quanto nas áreas de origem. Em suma, as redes têm funções sociais, “[...] pois mantêm o contato frequente entre os indivíduos e podem controlar seus comportamentos, estimulando ou refreando projetos de migração” (Vettorassi & Dias, 2017, p. 20).

O amigo com quem o *Sr. Alves* migra, pela primeira vez, Pedro, levou até ele as correspondências trocadas com seus familiares, “[...] queria me mostrar, era para provar que não estava me enganando”. Esse evento demonstra que as cartas, além de um canal de comunicação individual e familiar, são um canal comunitário, compartilhado por parentes, vizinhos, compadres e amigos (Menezes, 2002). As informações contidas ali serviriam para convencer o entrevistado a migrar. Nas cartas havia informações sobre a grande quantidade de vagas de emprego no campo (café, amendoim, milho e algodão), além dos altos valores pagos, se comparados com o que recebia em Valença. Em meio às letras traçadas na correspondência, a irmã de seu amigo Pedro contava como chegar à cidade, onde deveriam “descer” e como chegar até sua casa. Pedia que o irmão confirmasse se iria logo, assim ela e o marido arrumariam espaço na residência para recebê-lo. Pedro hesitou em ir sozinho, convidou *Sr. Alves*, convenceu-o de que migrar seria a melhor escolha para eles, “[...] ele me dizia, ‘aqui a gente tá fudido, o emprego que tem não tá pagando nada, vamos Alves, temos que ir’, eu topei e fomos”.

Já no caso da *Sra. Borges*, além das mensagens/cartas, um dos amigos com quem o marido trabalhou, ao realizar uma visita ao casal e levar alguns presentes, convidou Manoel para seguir com ele à Orlândia. A entrevistada, inicialmente ficou receosa, não concordou. No entanto, Manoel a convenceria, daria a ela “mil motivos pra ir”, ela pediu um tempo para pensar, mas o marido a cobrava insistentemente, “[...] não me dava paz, ele toda hora vinha pergunta se eu já tinha pensado”, a insistência do marido e sua percepção de que este se encontrava “desgostoso com o trabalho por lá”, a convenceu. O que pesou em sua decisão foi a de que o marido não estaria sozinho e que o mesmo prometeu manter o contato, “me mandaria cartas todas as semanas”. Nota-se, nesse caso, como no do *Sr. Alves*, que mesmo sendo o marido a migrar, a decisão é tomada a partir de uma negociação do casal, a migração é um projeto familiar, que é autorizado mediante diálogos entre os membros do núcleo familiar (Menezes, 2002; Maciel, 2018).

Retomando o ponto acerca das correspondências, estas seriam entregues sempre em um armazém, ponto onde “[...] ônibus pegava e deixava gente, deixava o que o pessoal

mandava, as cartas, presentes e até dinheiro”. Manoel, seguiu para Orlândia em fevereiro de 1985.

[...] O ônibus pegava uns tantos aqui, ali no ponto [armazém] e ia seguindo, pegando mais gente em outras cidades vizinhas por aqui até encher, encher bem, tinha vez que ia gente em pé, sentado entre os bancos, queriam lucrar [risos] e seguia viagem, aí chegando ali por São Paulo, nas cidades, pessoal ia descendo, uns na cara e coragem, não conhecia nada, tinha só o endereço e ia se virar pra achar, outros já tinham parentes esperando. O Manoel por sorte tinha o amigo e ele por já estar por aqui conhecia. Eu quando fui [1989], Manoel estava me esperando na rodovia com mais uns amigos. Esse [ônibus] não entrava na cidade né, era clandestino, deixava na rodovia.

O relato da *Sra. Borges* nos apresenta aspectos significativos, seja novamente pelas condições da viagem, com os ônibus lotados, mas também quanto às redes. Havia aqueles que estavam acompanhados de um amigo ou familiar que já conheciam o local de destino e, desta forma, serviram como guias, como é o caso de seu marido, também havia aqueles que, ao chegarem, teriam alguém à espera, conforme foi o seu caso. Entretanto, havia aqueles que chegavam na “cara e na coragem”, com apenas um “papelzinho” com endereços nas mãos, como foi o caso do *Sr. Alves* e do seu colega de viagem Pedro.

Aí eu chego na rodovia, chegou à noite, não conhecia ninguém, pedimos informação e o cara falou pra ir na Rodoviária, ia conseguir um táxi lá e poderia pedir informação em um bar que tinha por lá, que era de um baiano. Passei algum tempo lá. Quando foi uma meia noite a gente encontrou um piauí no bar, que justamente era parente do marido da irmã do Pedro, conhecia o endereço que a gente estava em mão, porque a gente só tinha o endereço, um papelzinho, a gente não sabia, aí o rapaz olhou o endereço e falou ‘Essa pessoa eu conheço, eu já levo vocês lá’, a gente passou um bom tempo na rodoviária, não tinha quem informasse o destino. Sorte, em? (*Sr. Alves*, Fevereiro/2020)

“Sorte”, foi essa a palavra que *Sr. Alves* utilizou para descrever o momento. Porém, não foi sorte, mais uma feliz coincidência. No final da década de 1980, a migração de nordestinos para a cidade e região já era intensa e aumentaria significativamente na década seguinte. Não podemos afirmar a data exata que esse tipo de transporte passou a circular, ligando a Grande Ribeirão Preto ao Nordeste brasileiro, mas, levando em consideração os relatos dos nordestinos mais velhos que entrevistamos, podemos dizer que tal meio era comum desde o final da década de 1970.²⁷ Para além de comum, o fluxo para a cidade e região era intenso.²⁸

²⁷ Segundo o depoimento do *Sr. Alves*, a família de seu amigo migrou para São Paulo no início da década de 1980, a convite de alguns parentes que haviam migrado anos antes. Segundo ele, todos foram de ônibus. *Sra. Borges* também relata que os amigos do marido, que o convidaram a migrar, também migraram a partir de convites de outros amigos e familiares que migraram na década de 1970. Uma breve reportagem na *Folha de Orlândia*, datada de 26 de julho de 1987, reforça que este tipo de transporte para o deslocamento de nordestinos era antigo. Na reportagem em questão, a *Folha* realizava uma parabenização a Rosivaldo A. Illipronti, que dedicava-se à realização de “excursões para o Nordeste” desde o fim da década de 1970.

²⁸ Em breve nota publicada na *Folha de Orlândia*, datada de 10 de maio de 1987, o jornalista Muchir Miguel Francisco, realizou um apelo aos postos das Polícias Rodoviárias do estado de São Paulo para que fiscalizasse melhor os ônibus intermunicipais e interestaduais que chegavam à cidade de Orlândia. Pois, as condições destes

“Cruzar-se com um piauí”, naquela região da cidade, não foi sorte, a rodoviária de Orlândia encontrava-se muito próxima à chamada Vila Tatu²⁹, local de morada, até final da década de 1980, de centenas de trabalhadores rurais, locais, migrantes permanentes e de sujeitos *permanentemente temporários*, sejam eles nordestinos quanto de outros sujeitos advindos de diversas regiões de São Paulo, Paraná e Minas Gerais, em síntese, espaço ocupado por sujeitos de várias procedências e, conseqüentemente, portadores de múltiplas culturas e modos de vida diferenciados (Moraes Silva, 1993).

As cartas, as pessoas que levavam dinheiro, mercadorias e informações sobre os familiares e amigos, bem como dos próprios sujeitos que retornavam, e gastavam a maior parte de seu tempo em visitas a amigos e familiares, atuaram como canais para comunicação das experiências migrantes (Menezes, 2002), canais que se construíram e consolidaram através dos chamados *cata ossos*. Tais redes, além de criar um imaginário socioespacial da cidade de Orlândia como “terra de oportunidades”, também serviam de ponto de referência e de acolhimento nesse espaço (Maciel, 2018). As redes facilitaram o círculo de informações e tiveram um variado grau de abrangência, atingindo famílias, comunidades e regiões.

Os meios que “traziam gente” e levavam notícias e informações, animavam aqueles que ficavam e renovavam esperanças. Os *cata ossos*, ao que nos parece, foram importantes mecanismos que possibilitaram e, de certa forma, estruturaram o processo migratório para a cidade de Orlândia, nas décadas de 1970 e 1980. Esse tipo de transporte também foi o prelúdio para o nascimento de uma nova categoria, uma complementar, a de “trazer gente para fazer algo”, esta “fase”/“tempo” do processo migratório para a cidade ocorre e se intensifica ao longo das décadas seguintes, 1990 e 2000.

transportes, especialmente os interestaduais que chegavam “do norte” encontravam-se em péssimas condições, além de, na maioria das vezes, estarem superlotados, com passageiros viajando em pé ou sentados entre os bancos. Tal dado se confirma a partir das informações acerca das notificações de multas aplicadas, no primeiro trimestre de 1986, 310 ônibus de transporte coletivo (entre viagens entre cidades da região e entre estados da federação, nestes últimos “com muitas famílias vindo de muito longe”, provavelmente do norte mineiro e da região Nordeste) foram fiscalizados, sendo entregues 153 notificações de multas aplicadas. Conforme relata, a legislação da época não permitia que tais transportes fossem retidos, pois “[...] geraria conflito com o passageiro que pagou pela viagem” e isso acabava por parte das empresas e terceiros, não melhorar as condições destes transportes. O apelo do jornalista se encerra afirmando ainda que era necessário a fiscalização em todas as rodovias, pois “muitos transportes em situações ainda piores por ali rodam” (*Folha de Orlândia*, 10/05/1987).

²⁹ Conforme Serafim (1997, ps. 18 e 35), em suas crônicas: *Gosto amargo de lama e barro* e *A Vila*, a denominação Vila Tatu para esta região se deu em virtude das casas serem construídas, em sua maioria, de um misto de barro e madeira e de seus moradores estarem “sempre sujos de terra”: “As taperas, feitas de barro e madeira lembravam os buracos dos tatus, os tatus éramos nós, não só sujos da terra das paredes, mas também da terra do trabalho”. Conforme mencionado, a população desta região, entre 1970 e 1980, era composta, em sua maioria, por trabalhadores rurais, e estes estarem “sujos de terra” se dava em virtude da lida destes sujeitos no campo, que, além dos trabalhos nas colheitas, durante as entressafras dedicavam-se a toda sorte de atividades que apareciam nos espaços rurais.

Segundo *Sr. Alves*, o “piauí” com quem veio a primeira vez, de quem não se recordou o nome, residia na cidade de São Joaquim, município vizinho a Orlândia. Ele, o nordestino proprietário do transporte, em sociedade com um paulista, constatou que havia uma demanda crescente de sujeitos que desejavam migrar, havia aí, uma oportunidade de enriquecer “puxando gente”. Geralmente, nessa sociedade entre paulista e nordestino, conforme observamos nos relatos, cada qual possuía uma função específica, o paulista entrava com o recurso inicial, seja para comprar o veículo ou para custear a primeira viagem; e ao sócio nordestino ficou a responsabilidade, em razão de já conhecer o território e integrar redes familiares e de amizade no espaço, o transporte dos sujeitos.

Ao ser inquirida sobre “seu João”, motorista do ônibus com quem *Sra. Borges* se deslocou, ela relata:

Como eu disse, ele era piauí, então ele conhecia por esses lados. Mas aí ele ficou bem de vida, não precisava mais de paulista não [risos], comprou o seu ônibus. E veja, ele depois era um grandão das usinas, pessoal contratava ele pra pegar braço para cortar cana. Já era conhecido.

Observemos uma passagem do relato do *Sr. Alves* que trata do mesmo ponto:

Esse pessoal que ia no começo pegar [trazer] gente, tipo só pra transporte, entende? Eles viraram tudo *gato*, tudo, tudo. Porque eles já conheciam e trabalhavam no corte [da cana] já. Eles [usineiros/fazendeiros] pagavam comissão, eles precisavam de tantos homens e daí eles sabiam onde iam buscar, eles pagavam uma comissão por tantas pessoas e eles [usineiros] pagavam. Não precisavam mais da sociedade com o paulista, viraram os patrão e começaram a agenciar o pessoal, não era só trazer, era trazer gente para fazer algo, no começo o que tinha [colheitas de café, amendoim, milho e batata], mas depois só pra cana.

Uma metamorfose. De funcionários/motoristas a sócios em um empreendimento de transporte, estes, devido aos lucros adquiridos nas empreitadas, tornaram-se os patrões, não precisavam mais dos paulistas, nas palavras da *Sra. Borges*. Entretanto, o trabalho deles não era mais apenas “puxar gente”, passaram a agenciar sujeitos nas rotas em que seus ônibus circulavam, nos espaços em que possuíam amigos e familiares, naquele momento, não era mais apenas “trazer”, mas “trazer pra fazer algo”, segundo narrou o entrevistado, havia aí um destino certo.

Gatos, agenciadores e *turmeiros* são expressões recorrentes tanto na literatura acerca dos estudos a respeito dos trabalhadores rurais no contexto brasileiro, como nos próprios relatos dos trabalhadores. Cada expressão, guarda, em certos pontos, suas particularidades conforme o recorte temporal e espacial estudado. Em nosso caso, nos relatos coletados, esses termos são sinônimos. Referem-se aos sujeitos responsáveis pelo agenciamento da mão de obra, fiscalização, mediação e gestão do trabalho e dos conflitos. Como nos disse, certa vez, *Sr. Alves*, eles eram “[...] o advogado, o juiz, o carcereiro e, às vezes, o carrasco”.

No contexto orlandino, com base nas narrativas coletadas, esses *gatos profissionais*³⁰ têm sua origem entre os migrantes nordestinos que trabalhavam “puxando gente” desde fins da década de 1970. Os antigos motoristas, a partir de fins da década de 1980, mas com maior ênfase nas décadas seguintes - em virtude da ascensão social derivada dos ganhos “puxando gente” e dos contatos formados, seja na região paulista ou nas cidades nordestinas - passaram a ter novas funções, não apenas “puxar”, mas “puxar para algo”, tornaram-se, além de motoristas, agenciadores de mão de obra. Essa nova função, inicialmente, esteve ligada à contratação da mão de obra necessária para a colheita, plantio, limpeza e outras atividades básicas em meio às plantações, inicialmente de café, amendoim, arroz, batata, algodão e cana. Mas, em virtude do avanço dos canaviais e da mecanização das terras de plantio na região, tal função se restringiu no agenciamento de mão de obra para a colheita da cana.

Todavia, cabe ressaltar que a função de agenciador de mão de obra, isto é, de *gato*, não nasce entre os motoristas, ela já existia, porém com algumas especificidades, sobretudo por não ser uma atividade regulamentada e subsidiada. Retomemos a narrativa da *Sra. Cordeiro*, a qual ilustra as questões tratadas.

O Antônio [seu marido], desde bem jovem já trabalhava com o pai dele como agenciador. Tinha alguma colheita de alguma coisa, o pai dele arrumava as pessoas para colher, quando meu sogro faleceu ele [Antônio], já era experiente nisso. E quando a gente foi pra cidade, que veio aqui para Orlândia ele seguiu com isso. Era o que ele sabia fazer, lidar com nossa terra e arrumar gente pra trabalhar, como não tinha mais terra pra gente, restou pra ele isso. No começo, na roça ele e o pai pegavam parentes mesmo, amigos, pra fazer esses trabalhos, mas depois, na cidade pegava quem podia, porque aumentou muito o trabalho, e foi indo até ficar insuficiente, aí não era mais só em Orlândia que ia pegando gente, era onde achava. Mas daí mudou muito, Orlândia cresceu demais, abriu muita empresa e o pessoal daqui, os nossos, não queria mais saber de ir pra roça se tem trabalho que paga igual ou melhor na cidade. Aí foi se sumindo o pessoal daqui e começaram a pegar gente de ainda mais longe, aí começou a vir muitos piauí. Antônio vendeu o ônibus, ele já não dava conta, antes era mais simples, pegava pra trabalhar, era tudo mais simples, mas daí complicou bastante, eram muitas exigências, era tudo documentado, muitas funções que se acumulavam pra uma pessoa só. Acabou sendo uma coisa mais profissional, não como antes. Ele vendeu o ônibus dele pro baiano e ele se deu muito bem, se tornou grande na usina, sabia bem onde recrutar o povo, aprendeu tudo com o Antônio e cresceu, ele virou um profissional (*Sra. Cordeiro*, Maio/2017).

O relato da *Sra. Cordeiro* perpassa dois períodos distintos, decorrentes do processo de modernização do campo paulista na região, marcados pelo êxodo rural, resultante da expulsão dos trabalhadores residentes em fazendas, pela dissolução das formas de trabalho, assentadas na parceria e arrendamentos, e pela extinção dos sitiantes ao longo das décadas finais do

³⁰ A expressão *gato* configura-se, como exposto, como um termo recorrente nos relatos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Já as complementações aqui utilizadas - *Profissional* e, na página seguinte *Doméstico*, são noções acadêmicas que visam a diferenciação entre os tipos de agenciadores de mão de obra para o trabalho rural no contexto orlandino.

século XX (Moraes Silva, 1999).³¹ Seu marido e outros, podem ser considerados os primeiros *gatos* existentes na cidade, mas, nas palavras de Ribeiro, Galizoni & Assis (2008), esses eram *gatos domésticos*, ou seja, agenciavam pessoas próximas, dentro de sua rede familiar: irmãos, tios e primos, mas também de amigos e compadres, no próprio mundo rural paulista. Suas atividades, levando em consideração o relato da entrevistada, encontram-se, inicialmente, assentadas em relações de amizade e parentesco.

Em vista de que não havia trabalhadores provenientes de outros estados, as colheitas de diferentes produtos, produzidos nas terras no entorno de Orlândia e região, eram realizadas por trabalhadores que moravam no campo, colonos, arrendatários e outros, agenciados por esses *gatos domésticos*. Por sua vez, os sujeitos agenciados utilizavam-se desses trabalhos como forma de complementação de suas rendas advindas de outras atividades empregadas em suas terras. Contudo, em virtude das transformações do rural paulista, com o avanço e significativa ampliação dos canaviais, subsidiada pelos altos investimentos estatais na região, através de programas desenvolvidos pelo governo federal e estadual, como o Proálcool³², responsável pela ampliação e modernização das plantações de cana e usinas no estado de São Paulo, principalmente na região agrícola de Ribeirão Preto, os sujeitos são forçados a abandonar o campo.

Moraes Silva (2004b, p. 470) comenta sobre este período:

Até a década de 1950, prevalecia na agricultura do estado de São Paulo um sistema de trabalho bastante diferenciado. A categoria dos colonos representava 20% do total dos trabalhadores, os parceiros, arrendatários e pequenos proprietários correspondiam à metade, e os assalariados perfaziam cerca de 30%. A partir de 1960, essa situação mudou radicalmente, em virtude do violento processo de modernização, caracterizado pela concentração da propriedade da terra, expulsão maciça dos trabalhadores residentes, mudanças nas relações de trabalho e implantação de novos produtos agrícolas. Todas essas transformações foram mais acentuadas no período posterior a 1975, com a criação do plano governamental Proálcool [...].

Como no tópico anterior, ao discutirmos as trajetórias dos migrantes nordestinos do campo a cidade, o caso paulista não se distancia muito. Centenas de homens e mulheres, passaram a residir nas margens das cidades, é o caso de Orlândia, no entanto, retornavam ao

³¹ Entre 1960 e 1980, dois milhões e meio de pessoas já tinham deixado de viver na área rural do Estado de São Paulo (Moraes Silva, 2004b).

³² O Proálcool foi um Programa que recebeu vultosos incentivos financeiros e teve seu auge em meados da década de 1980. No período de 1968 a 1970, a cana-de-açúcar ocupava uma área de 1.694.649 ha no estado de São Paulo no período seguinte, entre 1986 e 1988, a extensão passa para 4.130.369 ha - um crescimento de quase 2,5 vezes. Os incentivos ao setor canavieiro o transformaram numa agroindústria avançada, incorporando tecnologia no plantio e nas usinas. A produção de automóveis movidos a álcool foi a grande mola propulsora desse programa. A partir de então, cada vez mais, as fábricas de automóveis incentivaram a mistura do álcool e gasolina até chegarem a 2003, quando surgiram os automóveis *flex fuel* movidos a álcool ou gasolina (Moraes Silva, 2004b; 2011b).

campo como trabalhadores assalariados, não mais visando uma complementação de sua renda, mas a própria sobrevivência familiar.

Ocorre que os *gatos domésticos*, segundo narra nossa entrevistada, não desapareceram, na verdade, começaram a passar por uma metamorfose e se tornaram peça fundamental nesse novo momento histórico, “[...] acabou sendo uma coisa mais profissional”. O avanço dos canaviais é seguido pelo avanço da necessidade de mão de obra, e os sujeitos, como o marido da *Sra. Cordeiro*, buscariam os “braços necessários”, em meio às periferias, não só de Orlândia, mas também de outras cidades em seu entorno, que, em sua maioria, eram compostas por pessoas de origem camponesa, igualmente despojadas de suas terras na região, ao longo da chamada *trágica modernização* do rural paulista.³³ Os *gatos*, aos poucos, perderam a característica de serem *domésticos*, as antigas relações que privilegiam familiares, compadres e amigos, esfacelaram-se em meio às necessidades demandadas pelas usinas.

Conforme nos é informado pela entrevistada, e também pode ser observado na literatura que discute a história da Cidade das Avenidas (Pereira 2021a), as mudanças ocorridas em Orlândia, em especial o seu desenvolvimento industrial ao longo das décadas de 1980 e 1990, fez com que parte da população local, que em outrora supria as necessidades de mão de obra nas colheitas de café e cana e outras menores como amendoim, algodão e arroz, acabam por migrar para os serviços no meio urbano. Ressalta-se, ainda, que as novas exigências por parte dos usineiros, por exemplo, a maior produtividade, acabaram por excluir a outra parte dessa população local por não se adequar à nova estrutura.

O “sumiço do pessoal daqui”, moradores locais e migrantes permanentes, sobretudo paulistas, mineiros e paranaenses, que se dedicavam às atividades no mundo rural, aliado ao avanço dos canaviais nas terras, no entorno da cidade e região, gerou uma demanda significativa por mão de obra, “braços”, a qual seria suprida pelos *gatos profissionais*, como o antigo sócio de Antônio, marido da *Sra. Cordeiro*, Baiano. Ele comprou o ônibus de seu sócio, e, nas palavras da entrevistada, “[...] se deu muito bem, se tornou grande”.

A mudança do perfil dos trabalhadores, dos locais e migrantes permanentes que advinham do campo aos nordestinos, ocorreu devido a este triplo sentido/movimento, ou seja, a) devido ao avanço do agronegócio e pecuária nas terras de origens dos nordestinos, responsável pelo processo de expropriação do campesinato dessa região (Moraes Silva, 2011b), já abordado na seção anterior, b) o crescimento do setor sucroalcooleiro paulista, que

³³ Este processo histórico de modernização, que culmina na expulsão de significativa parte da população das regiões rurais e redefine as estruturas de trabalho no espaço rural, também se fez presente em outros estados brasileiros, como para o caso mineiro (ver: Moraes Silva, 1999a, p. 27-60), maranhense (ver: Moraes Silva, 2008, p. 165-180) e alagoano (ver: Moraes Silva, Verçoza & Bueno, 2013).

demandava um gigantesco contingente de força de trabalho (Moraes Silva & Menezes, 2007) e, por fim, c) o desaparecimento, ou melhor, abandono e/ou exclusão dos locais e migrantes permanentes nessas atividades, por conseguirem empregos no meio urbano, abandonando, assim, as atividades no campo, ou por não se “enquadrarem” no novo perfil desejado pelas usinas, desta forma, excluídos do corte da cana (Pereira, 2021a).³⁴

É neste contexto que a função do *gato* se desenvolveu, prosperou e também se profissionalizou. Não mais o chamado *gato doméstico*. Com o domínio da cana e o significativo crescimento do poder e influências das usinas sobre as terras de plantar, estas criaram um novo perfil de trabalhador, e, ao *gato*, “[...] muitas exigências, muitas funções que se acumulavam” (Sra. Cordeiro, Maio/2017).

As discussões de Menezes & Cover (2016, p. 137), analisando o contexto do *gato* em outra região paulista, Campinas, ajudam-nos a sintetizar as funções que os *gatos*, em terras orlandinas, passaram a executar:

[...] atuavam como mediador em todos os tempos e espaços que envolvem a relação dos trabalhadores migrantes com a usina, tais como em processo de seleção, exames médicos, contratação, acerto de contas, gestão do trabalho no cotidiano dos canaviais e vigilância nos alojamentos. É também o interlocutor das reclamações e demandas dos trabalhadores, assumindo, não raras vezes, a mediação dos conflitos.

A descrição dada pelo Sr. Alves, à luz das discussões dos autores acima, é pertinente. Esses *gatos*, em Orlândia, eram “[...] o advogado, o juiz, o carcereiro e, às vezes, o carrasco”. Era, no espaço produtivo, onde se exercia o controle da força de trabalho. Tal controle se dava através de punições que variaram desde a proibição do trabalhador embarcar nos ônibus, as suspensões temporárias - os chamados *ganchos* -, até inserir o nome deles nas chamadas *listas negras*, que marcavam os sujeitos e os impossibilitavam de trabalhar por até três anos, contudo tal controle também, como veremos em outro momentos deste estudo, se deu em meio aos espaços reprodutivos - como no locais habitações e lazer.

Não nos debruçaremos, agora, com maior afinco, a essas características dos *gatos*, no trabalho e cotidiano dos trabalhadores, teremos espaço e maior fôlego no segundo capítulo deste estudo. Interessa-nos, no momento, destacar que, assim como as famílias e amigos,

³⁴ Destacamos que parte significativa destes sujeitos, homens e mulheres que, outrora, trabalhavam como boias-frias passam a exercer atividades no meio urbano, sobretudo, nas empresas recém-criadas ou em ampliação, como: Morlan, Brejeiro, Carol, Comove e Intelli na cidade de Orlândia, Guabi, Fiorese Citrus e Seara Alimentos, localizadas, as duas primeira em Sales Oliveira e a terceira na cidade de Nuporanga. Ressalta-se ainda que um contingente, mesmo que pequeno, seguiu trabalhando como boia-fria, todavia, como quebradores de milho e tiradores de palha na safra do milho e dobradores na entressafra. Todas estas atividades envolvem a confecção de cigarros artesanais, atividade tradicional de Sales Oliveira, mas que emprega majoritariamente indivíduos que residem na cidade de Orlândia.

esses sujeitos foram fundamentais no processo migratório, para muitos eles foram o “elo entre lá e cá” (Moraes Silva, 1999a).

Se, em período anterior, os *cata ossos* levavam correspondências com notícias e convites de amigos e familiares através dos motoristas, que se tornaram os *gatos profissionais*, estes, por meio das *redes de relações* (Moraes Silva, 1999a; Menezes, 2001), feitas nas cidades nordestinas por onde passaram dezenas, senão centenas de vezes “puxando gente”, agora, possuíam ainda mais interesses em tais espaços. Não lucrariam somente com a venda de passagens, pelo menos não só com elas, possuíam objetivos específicos, um perfil característico de sujeito que atendessem às exigências das usinas impostas a eles. Caberia ao *gato*, nessa hora, a realização de uma seleção cuidadosa, a partir de critérios morais e comportamentais.

A análise feita pelos *gatos* inclui a não participação em greves, a assiduidade ao trabalho, a obediência às regras e disciplina impostas nos eitos dos canaviais, o não envolvimento com bebidas ou drogas. Ou seja, enquanto o corpo físico é objeto de análise dos médicos, o corpo social – moral – é avaliado pelos *gatos* (Moraes Silva, 2011a, p. 15-16).³⁵

Mas, para conseguir agenciar a mão de obra necessária, não bastava apenas as suas idas e vindas pelo Nordeste, era preciso também consolidar uma imagem, uma reputação entre seus conterrâneos, baseada em confiança de que ao migrarem, sob sua tutela, garantiriam grandes ganhos, não seriam explorados e todos os seus direitos, especialmente os trabalhistas, estariam salvaguardados. A reputação criada, visando o recrutamento, também serviria aos trabalhadores, pois, a partir dela, eles teriam noções sobre condições do trabalho, da moradia, os custos na cidade de destino, bem como, das representações quanto ao comportamento do *gato* (Menezes, 2002). Essa imagem não visava apenas convencer o trabalhador, mas também se diferenciar dos demais *gatos* (Menezes, 2001).

Dois relatos são ilustrativos acerca dos pontos tratados acima:

O cunhado do Pedro, o meu amigo que eu vim a primeira vez que te contei aquela vez, se não acredita [risos], ele virou *gato*, ele pegou o Pedro e foi para Valença, usou o Pedro para conseguir trazer gente, ele perguntou se eu queria, eu disse que não, mas dei uma desculpa, não disse na cara dele, porque se veja bem, o Mané [cunhado de Pedro] era carrasco, ruim que é uma peste, mas ele me ajudou muito aqui, muito mesmo, tinha que saber lidar com ele, mas o homem era ruim, aí ele usa

³⁵ Sobre a figura do médico neste processo, Moraes Silva (1999a, p. 203), destaca que “[...] não preenche apenas a função de providenciar a cura dos corpos doentes. Ele funciona como elemento fundamental na triagem dos corpos, mesmo antes deles serem postos em atividade”. Em consonância com as considerações da autora, Nunes, Silva & Cordeiro (2016, p. 1124-1125), relatam que “[...] em última instância, [os médicos, podem] excluir aqueles trabalhadores que apresentam possibilidade de desenvolver patologias impeditivas da realização do trabalho em questão. Nessa etapa de seleção, [os médicos] procuram pelos trabalhadores mais saudáveis por meio de exames admissionais, excluindo assim os doentes nas etapas seguintes”. Cabe ressaltar que as produções históricas, sociológicas e literárias, que abordam o processo migratório de nordestinos, desde meados do século passado, destacam que tal processo sempre foi seletivo e atuou de maneira a classificar os braços necessários para o trabalho em São Paulo (Maciel, 2023).

o Pedro pra trazer gente. Trouxe uns quarenta de lá, isso já era 1990, para trabalhar panhando [colhendo] café, e depois já foram pra cana também, ele virou funcionário da usina, aí passou a pegar para eles. Uns voltaram e falaram o diabo do Mané, mas outros não, outros já elogiavam, esses ajudaram a ele a continuar trazendo gente (Sr. Alves, Agosto/2023).

Agora veja, eu te falei que gente bocuda se ferra né? Então, veja, quando em 2000 eu fui vir pra cá, ia vir com um gato que chegou por lá, ele já era conhecido do povo, levava gente pra esses lados aqui um tempo direto para usina, era conhecido, eu não conhecia nada aqui [Orlândia]. Tinha fama o homem, era profissional nisso, pessoal falava que ele não era ruim não, mas veja, eu fui pedir emprego pra ele, expliquei minha situação, as dívidas, falei que tinha experiência com a terra, com colheita, podia perguntar sobre mim para os outros, oh boca! [risos]. Se não veja que o infeliz foi perguntar logo pra um que trabalhei no algodão e contou que eu tinha perdido o emprego porque reclamava muito do trabalho. Azedou pra mim [risos], por que se acha que o cara ia querer me levar? Sabendo que eu sou um bocudo. Mas daí eu chorei bastante, fiz uma cena no meio de todo mundo [risos], contei minha vida para ele, aí ele foi parceiro, falou ‘vai dar trabalho lá?’ falei ‘vou, não’, aí já deixou fazer exame, tava tudo legal, pegou a carteira, embarquei naquele ônibus bão, de primeira linha, se mandamos [risos], mas chegou aqui e complicou, esse perdeu a fama boa, coitado [risos] (Sr. Barbosa, Abril, 2020).

O primeiro relato, de Sr. Alves, vai ao encontro das nossas considerações nas páginas anteriores, sobretudo quanto à profissionalização do agenciador. Mané, o cunhado de seu amigo Pedro, possuía experiência na colheita de café, foi ele quem ensinou o entrevistado a colher e quem garantiu emprego na colheita. Certo momento, em virtude da falta de mão de obra para a colheita do produto, Mané convenceu o patrão que poderiam resolver esse problema e, em sociedade, alugaram um ônibus e começaram a “puxar gente”.

Contudo, para conseguir os trabalhadores necessários, Mané utilizou-se do cunhado Pedro para recrutar sujeitos em Valença, pois, tendo migrado há mais de uma década e não ter retornado nesses anos, não saberia a quem contatar para conseguir recrutar os sujeitos necessários. Com o auxílio de Pedro, amigo do Sr. Alves, o *gato* conseguiu acessar a rede de contatos do cunhado, assim, conseguindo recrutar quarenta pessoas, inicialmente para a colheita do café, também, integrando-os na colheita da cana, em vista de que se tornou funcionário de uma usina, no início dos anos 1990. Ao ser perguntado se ele também poderia ajudar, o entrevistado dá uma desculpa, não diz não, visto que Mané, o *gato*, havia lhe ajudado, colocando-o na turma da colheita do café e, anos mais tarde, na cana, além do trabalho, foi Mané quem o hospeda em seu primeiro ano na cidade. Sr. Alves opta por não se envolver no negócio, visto que conhecia o temperamento exigente do *gato* e, caso ocorresse problemas, devido a esse ser “ruim que é uma peste,” acabaria por ficar indisposto com conterrâneos, parentes e amigos.

A empreitada de Mané deu certo, com auxílio do cunhado Pedro conseguiu convencer e recrutar um número significativo de sujeitos. Criou uma imagem, uma fama. Conseguiu

arrumar serviço a todos os que trouxe, primeiro na colheita de café e, na sequência, na cana. Porém o comportamento do *gato* não foi aprovado por todos, visto que, conforme relata o entrevistado, “[...] uns voltaram e falaram o diabo do Mané”, mas não foi o suficiente para manchar a imagem do recrutador, pois “[...] outros já elogiavam, esses ajudaram a ele a continuar trazendo gente”, assim não precisando mais do cunhado Pedro. Cabe destacar que o *Sr. Alves*, entre 1987 a 1995, manteve-se vinculado às turmas de trabalhadores que Mané organizava na região de origem do entrevistado. A perda de seu vínculo com o *gato* ocorre somente com o falecimento prematuro de Mané, em razão de um infarto.

O segundo relato pertence ao *Sr. Barbosa*. Diferente da trajetória do *Sr. Alves* ou da *Sra. Borges*, *Sr. Barbosa* não chegou à cidade transportado por um *cata osso*, pelo menos não aqueles ônibus em condições precárias e superlotados que rodavam o nordeste brasileiro “puxando gente” entre as décadas de 1970 a 1980. Pelo contrário, era um ônibus “bão”, “de primeira linha”. Seu primeiro deslocamento, ocorrido em 2000, difere-se dos dois relatos apresentados anteriormente, nesta seção. *Sr. Barbosa* não migra a partir das redes de informação de amigos ou familiares que enviavam cartas, mandavam dizer ou visitavam os familiares e amigos no momento do retorno, migrou devido às notícias e informações que corriam, em Bacabeira, pela boca de um *gato profissional* e daqueles que o auxiliavam no recrutamento. Nunca havia ouvido falar de Orlândia até aquele momento. Seu deslocamento faz parte da fase migratória para a cidade onde observa-se o predomínio do “trazer gente para algo”, onde os *gatos*, em grande medida, encontram-se apoiados e subsidiados por usinas da Região da Grande Ribeirão Preto. Como nos disse certa vez, sobre o momento em que migrou “[...] não era mais o negócio de cata osso, era leva osso [risos]”. Sua fala se refere à intensidade e exploração do trabalho na cana, à má alimentação e consequentemente ao emagrecimento causado pelo trabalho duro durante o período. Quanto a esse ponto, o trabalho no eito, dedicamos uma seção específica no capítulo seguinte.

Retomando as considerações do *Sr. Barbosa* acerca da sua primeira migração, o seu relato, assim como o do *Sr. Alves*, também aponta para a “reputação” do *gato*, nas suas palavras, este tinha “fama, não era ruim não”. Ser ruim ou bom remetem às formas como o agenciador tratava aqueles que com ele seguiam para trabalhar em São Paulo: isso se ele conseguisse garantir trabalho a todos e se os trabalhos permitissem lucros significativos, se encontrasse residências decentes e se os protegeriam ou, ao menos, atuariam como mediadores justos, em caso de desavenças com os empregadores diretos (usineiros e/ou fazendeiros) (Menezes, 2002).

Seu relato, além dessa contribuição, permite-nos visualizar as redes em que o agenciador esteve envolvido. Ao se apresentar ao *gato* e expor seus problemas financeiros e a necessidade pelo trabalho, bem como indicar a ele que perguntasse a outros na cidade de sua reputação, o entrevistado não imaginou que chegaria aos ouvidos do *gato* sua fama como “bocado”, relatada por seu antigo empregador. Para o recrutador, levar alguém com tal fama seria perigoso, ameaçaria sua reputação com seus patrões, também poderia influenciar os demais trabalhadores. Contestar os abusos que sofreu nas colheitas de algodão, quase lhe causou a impossibilidade da migração para Orlândia. Somente após “chorar muito” e contar todos os seus problemas, o *gato* permitiu que esse participasse do recrutamento, autorizou que o mesmo fizesse “exame”. Não podemos admitir, categoricamente, que o aliciador se compadeceu pela história de vida e dos percalços enfrentados pelo entrevistado, aceitar *Sr. Barbosa* também poderia ser parte de sua estratégia e solidificação de sua reputação. Aos olhos dos que presenciaram a cena de um homem implorando por uma oportunidade de emprego, seu comportamento de homem benevolente poderia lhe garantir uma imagem positiva.

Todavia, os pontos ganhos não foram suficientes para preservar sua imagem, após os problemas ocorridos na chegada:

A gente tava chegando em São Joaquim, mudaram para São Joaquim, ninguém entendeu nada, aí começou uma conversa aqui e outra ali. Fomos para Orlândia. Não sei até hoje o que aconteceu, ele [o *gato*] chegou pra gente tentando se explicar que não ia conseguir empregar a gente na usina tal, e ia ter que levar de volta, todo mundo virou no diabo. Mas no fim das contas outro *gato* conseguiu ajeitar pra gente. Acabou com a fama do homem lá em Bacabeira, no fim da safra, quando voltamos já saíram contando o que aconteceu. Ele até tentou, mas não conseguiu mais pegar gente por lá (*Sr. Barbosa*, Abril/2020).

O relato do *Sr. Barbosa* aponta um desfecho trágico para o *gato*, uma reputação que foi por água abaixo. As mesmas redes que permitiram ao agenciador selecionar trabalhadores aptos, seguindo os critérios da usina a qual estava vinculado, também serviriam para difamá-lo, contar o que havia ocorrido. As fofocas mancharam sua imagem fazendo com que, na cidade de Bacabeira, não conseguisse arrumar mais nenhum trabalhador disposto a seguir com ele. Observa-se que as redes de comunicação não permitiam apenas ao *gato* conhecer quem eram os possíveis candidatos às vagas ofertadas por ele. As redes eram uma faca de dois gumes, sua reputação também estaria correndo pelas bocas dos trabalhadores, e, em caso de uma informação (fofoca) que colocasse sua atuação em xeque, isto poderia lhe causar grande problemas, como o não conseguir o número de trabalhadores necessários e, eventualmente, seu descrédito e demissão por parte de seus empregadores.

Por fim, ressalta-se, ainda, no relato de *Barbosa*, a forma que o entrevistado representa o transporte, um “ônibus bão, de primeira linha”. Os *cata ossos*, os ônibus em precárias condições que por ali rondavam tendo os futuros *gatos* como motoristas, já não eram mais os mesmos das décadas de 1970 e 1980. Os próprios *gatos* se modificaram. Estes possuíam vínculos formais com usinas paulistas, eram seus representantes, realizando recrutamentos legalizados (contratos de trabalho). Em grande medida, suas viagens eram custeadas pelas próprias, alugavam ônibus enormes e modernos, não mobilizavam mais exclusivamente as redes formadas nos períodos em que foram motoristas. Os altos ganhos, além dos subsídios, permitiam que os *gatos* utilizassem de propagandas em jornais e rádios locais, para “vender o peixe”, segundo nos disse *Sr. Barbosa*, quanto às condições e vantagens que os trabalhadores teriam, caso o seguissem.

Com o passar dos anos, os recrutadores ganhavam cada vez mais experiência e *status* nos locais de origem dos trabalhadores, passavam a ser dotados do poder de controlar o mercado de trabalho, selecionando “[...] somente aqueles que eram capazes de garantir os níveis de produtividade impostos, e, sobretudo, os que eram disciplinados e não se envolviam em greves ou conflitos interpessoais” (Moraes Silva, 2020a, p. 234). Seguiam a cartilha imposta pela usina, selecionando um perfil específico de trabalhador: jovem, produtivo, “comportado”. Entretanto, o poder de controlar o mercado de trabalho, por meio do recrutamento, seguiu ligado à sua reputação entre os trabalhadores. Aqueles identificados como carrascos, de pouca confiança ou que descumprissem os acordos apresentados aos trabalhadores no momento do recrutamento, poderiam ter dificuldades na hora da realização de novos recrutamentos e, assim, ao não atingir os números adequados de trabalhadores impostos pelas usinas a qual representavam, eram substituídos.

Ao longo das últimas páginas, buscamos nos debruçar sobre os deslocamentos, os “por conta”, como do *Sr. Alves* e da *Sra. Borges*, que migraram pelas redes de parentesco e amizades que se consolidaram através de um tipo de transporte específico, os *cata ossos*, ônibus em precárias condições, de propriedade de moradores locais em sociedade com migrantes que, aproveitando-se de uma demanda de sujeitos que desejavam migrar, efetivaram uma rede migratória, seja de sujeitos ou de informações. Ademais, também dedicamos, nessa seção, conhecer a passagem do processo migratório para a cidade, de “trazer gente” a “trazer gente para algo” e a metamorfose dos agenciadores de trabalhadores rurais (de *gatos domésticos* a *gatos profissionais*), a partir do deslocamento “bancado” do *Sr. Barbosa*, que migra com mais trinta companheiros de Bacabeira a Orlândia, para trabalhar no corte da cana de açúcar, no início dos anos 2000.

Talvez, o uso da expressão “passagem do processo migratório” dê a entender que uma rede de mobilidade deu lugar a outra. Ou seja, os *cata ossos* foram substituídos pelos *leva ossos*, utilizando-se aqui da noção apresentada pelo Sr. Barbosa. Isto está incorreto. Ambas as redes de mobilidade conviveram e, na atualidade, a primeira, mantém-se ainda ativa - conforme destacaremos na última seção deste capítulo, a partir de um relato de nosso diário de campo.

Moraes Silva (2011b), em alguns achados de pesquisa identificou que a migração sempre foi contínua e não se restringiu apenas a dois momentos: um no início da safra e outro no final. Seu estudo destaca que, durante todo o tempo, há trabalhadores que vêm e outros que voltam, sem contar a presença de muitas mulheres, cujos maridos, após receberem o primeiro salário, enviam-lhes o dinheiro para a compra da passagem. Suas considerações vão ao encontro aos nossos achados do caso orlandino: em virtude dos interesses e dos investimentos das usinas, os transportes que possibilitaram a mobilidade, os *leva ossos*, ônibus modernos e novos, que “puxam” e “devolvem” os trabalhadores para o corte da cana, no início e fim das safras dividem os holofotes com os *cata ossos*, ônibus clandestinos, que realizam viagens com lotação acima das recomendadas. Ambos seguiram “puxando” e “levando”, um em períodos específicos (início e fim da safra) e outro ao longo de todo o ano.³⁶

Se por um lado, os chamados *cata ossos* foram a principal rede que possibilitou a mobilidade entre as décadas de 1970-1980, estes passaram a dividir os holofotes, nas duas décadas seguintes, com os *leva ossos*. Em ambas as redes, os *gatos* se fizeram presentes. De motoristas, tornavam-se sócios e, por fim, consolidam-se como agenciadores. Mas, com a

³⁶ Destacamos os casos de Serrana e Matão, a primeira localizada na Grande Ribeirão Preto e a segunda muito próxima a ela, ambas recebiam centenas de trabalhadores nordestinos, em especial do estado do Piauí, sobretudo das regiões de São Raimundo Nonato e Jaicós desde fins da década de 1980, para o trabalho na colheita da cana e laranja. Estas duas cidades são exemplos interessantes para colocarmos em diálogo com o caso orlandino. Segundo Vettorassi (2010) e Maciel (2018), havia uma linha de ônibus que ligava as cidades nordestinas às paulistas. Assim como os *cata ossos* que chegam à Orlândia, este transporte clandestino que possibilitou a mobilidade dos sanraimundenses e jaicoenses a Serrana e Matão, era precário, geralmente chegava superlotado e os custos com as passagens eram altos. Ademais, a “linha” de ônibus fora criada por nordestinos que já residiam nas cidades paulistas, contudo, estes não se tornaram agenciadores de mão de obra, como no caso Orlandino, a migração se dava devido às redes de informações familiares e de amizade sobre a cidade e das oportunidades de emprego, os sanraimundenses e jaicoenses que realizavam o processo de mobilidade eram contratados, geralmente, no momento de desembarque nas cidades, os agenciadores ali os aguardavam. No caso das cidades paulistas de Serrana e Matão, diferente de Orlândia, não houve uma “passagem” das formas de mobilidade, pelo contrário, a forma de mobilidade ali se manteve a mesma, mas, da mesma forma que no caso orlandino, estes sujeitos que se deslocavam do Nordeste a Serrana e Matão, migravam anualmente como um destino traçado, “para fazer algo”, neste caso, cortar cana e colher laranja. Nosso objetivo em apresentar estes exemplos é destacar que diferentes cidades no próprio tecido da Grande Ribeirão Preto, ou próxima dela, possuem similitudes e particularidades. Outros casos possíveis de análise e comparação são: Maciel, 2013a; 2013b (sobre São Carlos) e Vettorassi, 2006 (sobre Guariba).

acelerada mecanização da colheita da cana e a dispensa de milhares de trabalhadores, ao longo das duas primeiras décadas do século XXI, as redes de deslocamento para o corte perderam significativa força na última década, por outro lado, as redes derivadas dos *cata ossos* ainda seguem, muitas vezes, como *agências de turismo* (Vettorassi, 2006; 2010; Maciel, 2018), “levando e puxando gente”.

Na próxima seção, buscaremos tecer considerações acerca das primeiras impressões e representações da chegada, além das mobilidades e transformações do tecido urbano de uma cidade que, em menos de três décadas, dobrou sua população.

Chegar: uma cidade em construção

Quando eu cheguei, a primeira vez [1986], como te contei, a gente conseguiu achar um conhecido na rodoviária, no bar, aí ele antes de levar a gente ele disse assim: ‘você conhece a cidade?’, respondemos que não, aí ele falou: ‘vou mostrar a Cidade das Avenidas pra vocês’. Orlândia era um canteiro de obras, depois da Avenida do Café, isso aqui estava tudo em construção (Sr. Alves, Fevereiro/2020).

Antes de adentrarmos os relatos dos sujeitos sobre suas chegadas, as memórias das paisagens e as narrativas quanto às mobilidades urbanas no tecido orlandino, gostaríamos de tecer algumas breves considerações sobre Orlândia, com base na literatura sobre a história do município, dando maior ênfase à sua história recente.

Orlândia, a Cidade das Avenidas, a Cidade Jardim, a Cidade Projetada e Planejada, “o sonho do coronel” são algumas das formas que os estudos memorialistas se referem à cidade formada no bojo da expansão da cafeicultura no início do século XX. São expressões que remetem e idealizam o seu passado, a sua fundação, a luta pela autonomia e sua consolidação como município. Essas nomenclaturas, para se referir à Orlândia, correspondem a um discurso dominante no qual remetem a uma leitura que esconde os processos sociais e as contradições existentes na cidade, de modo geral, tal discurso “[...] busca uniformizar a cidade sob alguns símbolos que levam à homogeneização do tecido social” (Shörner, 2006, p. 32).

A cidade, ou melhor, a história dessa cidade, cheia de belos adjetivos, foi escrita por alguns memorialistas, entre eles: Cyro Armando, Adélia Diniz, Oswaldo Ribeiro, João Francisco Junqueira e Sandra Regina Feliz. A narrativa oficial pode ser observada após uma pesquisa nos lugares de memória da cidade, como na Biblioteca Municipal Professor Geraldo Rodrigues, na Casa da Cultura Cyro Armando Catta Preta e no Museu de História e Ensino Lucas Monteiro de Barros (Pereira, 2021b).

Nesses lugares está guardado um enorme acervo de fotos dos primeiros moradores, as primeiras empresas, escolas, imagens de festas, comícios, inaugurações. Ainda encontramos recortes de jornais com reportagens das datas festivas, materiais sobre algumas figuras ilustres, as plantas da cidade, o projeto visionário do engenheiro civil Luiz de Mello Marques, além de revistas comemorativas. Esse material, melhor dizendo, os temas do acervo, de maneira geral, referem-se a uma parte da história do município, o começo de sua história, a Orlândia da primeira metade do século XX.

Não desejamos nos aprofundar nesses *lugares de memória*³⁷ da cidade e sobre a história oficial, em estudo recente, já dedicamos algumas páginas ao tema (Pereira, 2021b). Gostaria apenas de frisar que, nesses espaços, observamos a inexistência de livros ou outras fontes que nos falassem sobre as migrações internas (paulistas, mineiros e nordestinos), havia apenas materiais que narravam sobre imigrantes – em especial os de origem europeia, notadamente, os italianos “ilustres” – e seus descendentes, que ocuparam e passaram a viver neste município no início do século XX.³⁸

Ademais, não é apenas um grupo de sujeitos privilegiados, mas também um espaço que recebe maior destaque, a chamada Vila Orlando, atual centro da cidade, marco zero do município (Mapa 2). Orlândia, desde a década de 1930, expande-se, consideravelmente, nos sentidos leste e oeste da linha férrea (atual Avenida do Café) (Paiva, 2017a; 2017b; 2019). Todavia, esses novos espaços são desconsiderados pela narrativa oficial, mantendo sua história centrada na região histórica, a antiga Vila Orlando e sua ampliação a oeste.

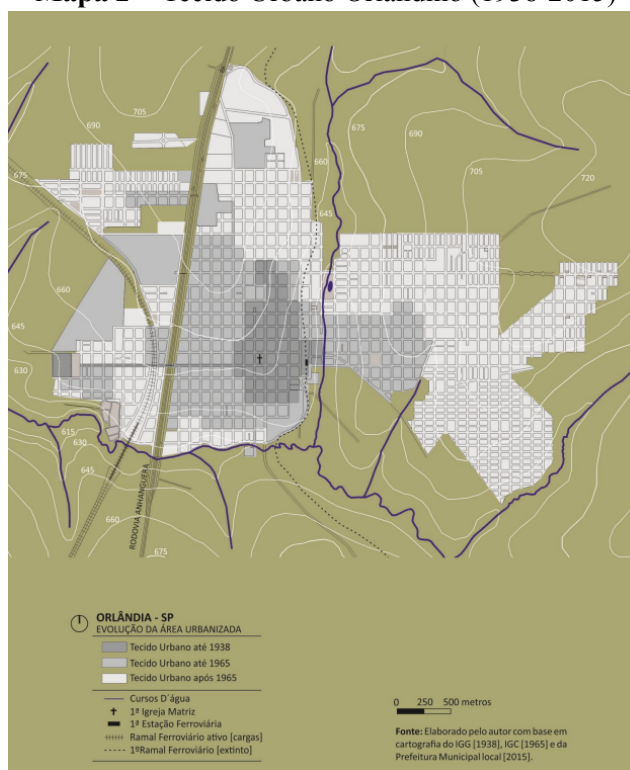
De modo geral, conforme a malha urbana orlandina cresceu (Mapa 2), principalmente no sentido Leste e Oeste, criaram-se avenidas e ruas. A leste, suas avenidas chegaram, no início da década de 1990, às letras Z, a oeste, a avenida mais longínqua da antiga Vila Orlando (que estava circunscrita entre os números 1 a 9) chegou ao número 21. Porém,

³⁷ Compreendemos por *lugares de memória*, partindo da perspectiva de Nora (1993), os espaços que guardam fragmentos do passado (fotos, objetos, textos, pinturas, bem como os monumentos), que contribuem de forma significativa para a produção de saberes sobre o passado. Estes "lugares de memória" buscam produzir e construir significados para os sujeitos e, da mesma forma, permitem certas identificações e associações que servem enquanto locais de construção e preservação de certas identidades e representações culturais (Nora, 1993).

³⁸ A história oficial de Orlândia, construída através dos escritos memorialistas e preservada nos espaços de memória da cidade, destaca e representa os imigrantes italianos enquanto os primeiros moradores da cidade. Estes sujeitos executaram atividades nas lavouras de café, bem como, algumas famílias italianas seriam responsáveis pela abertura dos primeiros empreendimentos na cidade, como farmácias, empórios de calçados, padarias etc. Ressalta-se ainda que outros grupos de imigrantes são destacados na narrativa oficial, como sírios, lusitanos, japoneses e lituanos, contudo, há um maior apreço pelo grupo italiano. Todavia, como nos contou *Sra. Gazola*, em entrevista em fevereiro de 2020, essas narrativas não abarcam todo o grupo italiano, mas aqueles que se destacaram economicamente: “[...] lá se vai achar a história dos italianos famosos [risos], os ilustres [risos], da minha família não vai ter, pobre não tem história, independente de onde ele vem”. Dedicamos uma discussão sobre este tema em: Pereira, 2021b.

quanto mais longe nos afastamos da Vila Orlando (atual centro da cidade), menos conhecemos Orlândia.

Mapa 2 - Tecido Urbano Orlandino (1938-2015)



Fonte: Paiva, 2017a; 2017b; 2019.

Menções a outros espaços e sujeitos na história recente da cidade, podem ser acessados a partir de 1) uma literatura marginal, ou seja, relatos que operam na contramão das narrativas oficiais (Vieira & Esteves Jr., 2018) e 2), com base nas experiências e trajetórias dos sujeitos que vivenciaram a vida e as transformações citadinas ao longo das últimas décadas (Santhiago & Magalhães, 2017).

No que se refere ao primeiro ponto “as literaturas marginais”, destacamos a produção do cronista e historiador Luiz Serafim, mormente seus trabalhos *Vila Tatu* (1997) e *Meninos da Quebrada* (2010). Suas narrativas se deslocam do enquadramento da memória dominante (Pollak, 1989), que seleciona e legitima certos acontecimentos como dignos de recordação, em detrimento de outros. Diferentemente da concepção de Halbwachs (1990), para quem a memória se ancora em quadros sociais que a tornam compartilhável, Pollak enfatiza a existência de memórias subterrâneas, silenciadas ou relegadas a posições marginais, que emergem em disputa com a memória oficial. Nesse sentido, as crônicas e poemas de Serafim tornam visível uma memória subalternizada: experiências cotidianas, práticas de sociabilidade, festas, relações de trabalho e marcas de preconceito vividas por moradores de

Orlândia, aspectos invisibilizados pela narrativa hegemônica, mas que persistem como registros de resistência simbólica. Seus personagens são pessoas comuns, não os “heróis” ou sujeitos “ilustres”. São os migrantes (paulistas de outras cidades, mineiros e paranaenses), os boias-frias, as mulheres, as prostitutas, os negros, de maneira geral, são a “ralé”, o “zé povinho” - expressões utilizadas pelo próprio autor ao se referir aos seus personagens. São Mané, Ritinha, Nêgo, Zé Laranja, entre outros. Sua narrativa destaca outros espaços na cidade, para além de seu centro histórico (Vila Orlando), espaços omitidos na narrativa oficial, localizados para “lá da linha do trem”. Em síntese, o autor narra a vida cotidiana daqueles que se encontravam às margens da cidade e da história oficial de Orlândia, ao longo das décadas de 1970 e 1980.

Já sobre o segundo ponto, é possível compreender a história da cidade, de seus espaços fora do centro histórico e diferentes representações deste mesmo centro, que destoam significativamente da “história oficial”, a começar pelos próprios sujeitos que possuem suas trajetórias marcadas por processos migratórios, pelos preconceitos e de sociabilidades diversas. Algumas dessas narrativas marginais estão sendo apresentadas e analisadas neste estudo.

Partindo dessas considerações, gostaríamos de enfatizar que, nesta seção, o foco será uma análise sobre Orlândia pós 1970. A escolha por esse recorte se dá devido ao a) período corresponder ao grande aumento populacional da cidade em decorrência das migrações, seja de sujeitos advindos do próprio espaço rural paulista, em virtude da *trágica modernização*, pontuada no tópico anterior, bem como de nordestinos para o trabalho na colheita inicialmente de café, algodão, amendoim, batata e outros produtos agrícolas e, futuramente, em especial, na década de 1990, na colheita/corte da cana de açúcar; b) o consequente aumento de seu tecido urbano a partir da construção de conjuntos habitacionais e abertura de loteamentos (visualiza-se o crescimento da malha urbana neste período ao focarmos na áreas em branco do Mapa II apresentado em página anterior) e c) devido ao processo de “interiorização do desenvolvimento” paulista gerado pela desconcentração industrial da região metropolitana da capital paulista e a instalação de novas (e o desenvolvimento das antigas) indústrias na região interiorana do Estado de São Paulo - este movimento, foi propulsor para atrair sujeitos do próprio estado e de outros (Baeninger, 2002; Paiva, 2019).³⁹

³⁹ No caso orlandino, este movimento acarretou na fundação e ampliação de uma série de indústrias na cidade, como Indústria Brejeiro, ligada ao beneficiamento de grãos, Companhia Mogiana de Óleos Vegetais - Comove, Metalúrgica Orlândia – Morlan S/A, Cooperativa dos Agricultores da Região de Orlândia – Carol, Indústria de Terminais Elétricos - Intelli e Mogiana S. A. Alimentos, que empregam centenas de sujeitos, especialmente moradores locais e migrantes permanentes.

O crescimento populacional, nesse período, é considerável. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na década de 1970, Orlândia possuía pouco mais de 15 mil habitantes, já na década seguinte (1980), esse número ultrapassou os 22 mil. O significativo crescimento não cessou nas décadas posteriores. Orlândia aumentou sua população para pouco mais de 27 mil habitantes, em 1990, e esse número novamente se elevou no censo seguinte, chegando a 35 mil, nos anos 2000, e 40 mil no censo de 2010. De modo geral, entre as décadas de 1970 e 2010, Orlândia mais que dobrou sua população, um crescimento de mais de 25 mil habitantes, em poucas décadas. A Cidade das Avenidas, nos últimos trinta anos, seguiu a dinâmica regional a qual está inserida e tendeu a “ganhar” população derivada de diversos fluxos migratórios (Baeninger, 2005). Nas palavras de Cyro Armando, em entrevista publicada em 28 de março de 1987 na *Folha de Orlândia*, a cidade, desde fins da década de 1970 deixava de ser um povoado para se tornar uma cidade de porte médio.

O crescimento populacional é seguido do aumento de sua malha urbana que, de modo geral, seguiria nos sentidos Leste e Oeste da antiga Vila Orlando. E, em ambos, destacaram-se duas formas de construção de residências. A primeira consistiu em loteamentos, onde ficou a cargo do poder público: implantar a infraestrutura necessária como a demarcação e pavimentação das ruas e avenidas, instalação da iluminação pública e redes de saneamento básico; e aos moradores: a construção das casas.

Já a segunda forma foi a construção de conjuntos habitacionais. Que consistiu, na doação, por parte da prefeitura, de terrenos para empresas que ficaram responsáveis pela construção das residências, além de implantar a infraestrutura necessária aos novos conjuntos habitacionais, isto é, demarcação e pavimentação das ruas e avenidas, instalação da iluminação pública e redes de saneamento básico.

Os conjuntos habitacionais, no contexto do município de Orlândia, foram construídos por duas empresas: a Companhia de Habitação de Ribeirão Preto – COHAB-RP e a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – CDHU/SP. Essas empresas, entre as décadas de 1970 a 2010, construíram, em Orlândia, pouco mais de quatro mil habitações que correspondem a oito bairros (Paiva, 2019)⁴⁰.

As habitações construídas pelas empresas buscavam atender a um público específico, ou seja, as moradias eram destinadas a uma parcela da população, em especial, àquela que

⁴⁰ Os bairros construídos pela COHAB-RP foram: Nova Orlândia (1973), Dr. Júlio Bucci (1994) ambos localizados na Zona Oeste e Zita de Oliveira Siena (1991) na Zona Leste. Já a CDHU-SP, construiu os bairros: José Vieira Brazão (1992-1994), José Luiz Simões (1997), 1º de Maio (2000), Max Leonardo Define (2002-2003), Orlando Martins (2006-2010) todos localizados na Zona Leste do município.

não possuía condições financeiras para a compra de terrenos ou casas, ou se encontravam morando em residências alugadas, e/ou, assentados em espaços irregulares. As habitações, além de resolverem problemas, como a falta de moradia, também possibilitaram que uma parcela da população, aquela menos abastada, a ter a oportunidade de obter uma casa própria. Isto foi viabilizado devido ao valor das habitações estarem fora do valor de mercado e não era necessário o pagamento de uma “entrada”, ou seja, o adiantamento de uma parcela do valor do imóvel. Da mesma forma, o valor das residências era parcelado, de modo que atendesse a necessidade das famílias.

A concessão dessas habitações à população se deu por meio de sorteios. E os possíveis moradores, que atendessem às exigências das empresas (como possuir emprego fixo, ser morador da cidade desde um certo período, possuir uma renda igual ou menor a X), receberam as chaves de suas novas moradias assim que as casas fossem construídas.

Levando em consideração tais questões, gostaríamos de analisar a trajetória do casal *Sr. Melo* e *Sra. Gazola*, que sintetiza bem essas transformações apresentadas ao longo das últimas páginas.⁴¹

Vivi no Boa Vista dos meus 8 aos meus 30 anos. Com 26 eu me casei com ela, e com 30 a gente comprou um lote no Santa Rita. Assim que abriu pra venda a gente comprou. Isso aqui estava crescendo muito. Quando minha família chegou por aqui boa parte da Boa Vista, as ruas eram de terra, tinha demarcado tudo as ruas e avenidas, mas tudo de terra, boa parte sem água ou luz, mas em uns 10 anos tudo mudou, a cidade cresceu muito, muita gente chegando de fora, muita gente da região que perdia os empregos nas fazendas, perdiam a terra, porque não eram donos ou vendiam e depois muitos nordestinos, como eu, mas muito mesmo, uns chegando para ficar e outros iam e vinham. Cresceu muito, a gente viveu tudo isso aqui (*Sr. Melo*, Fevereiro/2020).

Quando a gente mudou para cá [Jardim Santa Rita], quando começou a levantar a casa tinha umas 20 famílias levantando também, tudo espalhado, mas só que em muito pouco tempo isso aqui tava muito cheio, muita construção que não parava mais, mas o começo, os dez primeiros anos aqui foi difícil. Não tinha nada, não tinha asfalto não tinha nada, hoje tem tudo, tem asfalto, tem mercado, tem farmácia, tem posto médico, tem tudo, tem circular [transporte coletivo], por aqui não tinha circular não, por que se você queria ir para o centro, tinha que ir numa marchada de pé mesmo, catava moleque no colo e tinha que descer pra baixo de pé, mas ainda sim era melhor, porque aqui era um canto nosso, mas hoje tá uma beleza, escola, creche, tem tudo hoje (*Sra. Gazola*, Fevereiro/2020).

⁴¹ Ressaltamos que utilizaremos o depoimento do casal como norteador para analisar as transformações, entretanto, sua trajetória não é exclusiva, mas sintetiza as questões que gostaríamos de destacar. Outras narrativas, que poderiam ser mobilizadas, seriam das mineiras *Sra. Leocádia* e *Sra. Pinto*, que chegaram na cidade em meados de 1980, e da *Sra. Enos*, que chega à cidade em fins de 1970, entre outras/os. Todas moraram na região do Boa Vista, contudo, migram para os extremos conforme a cidade cresceu, bem como destacam em seus relatos o grande número de novos sujeitos/migrantes na cidade ao longo dos anos e, por fim, o nascimento de uma identidade de “morador local”.

O primeiro relato apresentado pertence ao *Sr. Melo*⁴², concedido em uma tarde de segunda-feira, na sorveteria Lagoa Azul, empreendimento que ele e sua esposa criaram, no início dos anos 2000, na rua 12, em frente à Igreja Santa Rita, extremo-leste orlandino. *Sr. Melo*, atualmente com 64 anos, pardo, nasceu na Bahia, não nos contou o nome da cidade natal, considera-se local (orlandino)⁴³, pois, segundo ele, não se lembra da terra natal e é em Orlândia que “fincou raízes”. Chegou junto da família em Orlândia, em 1970, com então 8 anos. Seus pais e seus cinco irmãos optaram pela migração para essa cidade porque as redes de informação, em que estavam inseridos, traziam notícias sobre os bons empregos que alguns parentes, que migraram para a região em década anterior, mandavam através de cartas e os convenceram a realizar o processo migratório.

Desde seus 9 anos, trabalhou na colheita de café ajudando sua mãe, quando completou 14 anos, passou a ajudar o pai no corte da cana, atividade que ficou até seus 27 anos, quando se casou com *Gazola*, em 1986. Casados, alugou o seu “próprio barraco umas ruas para trás do meu pai” e conseguiu emprego em uma tradicional empresa da cidade que vinha crescendo significativamente ao longo da década de 1980, o emprego foi conseguido através da indicação de um de seus cunhados. Ao longo dos anos seguintes conseguiram “fazer uma poupança”, ele trabalhando na empresa e sua esposa vendendo doces. Quando souberam da venda de lotes, no leste orlandino, compraram um e começaram a erguer a casa, 1989. O casal foi uma das primeiras famílias a ocupar o extremo-leste orlandino.

O segundo relato pertence a *Sra. Gazola*, mulher, branca, com 54 anos, neta de imigrantes italianos que chegaram na região em meados dos noventa. A família da entrevistada, avós, pais e irmãos sempre se dedicaram à colheita e ao trabalho com o café. Por décadas, trabalharam na Fazenda Boa Vista, propriedade do Coronel Orlando, fundador da cidade de Orlândia. Por quase trinta anos residiram em uma pequena vila criada para os trabalhadores, próximo à sede da fazenda, mas, anos mais tarde migram para Orlândia, para

⁴² Conversamos com *Sr. Melo* e *Sra. Gazola*, sua esposa, em fevereiro de 2020. A entrevista ocorreu em sua sorveteria Lagoa Azul em uma tarde de segunda-feira. Nossa entrevista durou quase três horas, quando chegava algum freguês o casal se dividia entre quem ia atender e quem ficava conversando conosco, mas mesmo atendendo o cliente que acabava de chegar, mantinha atenção no que o outro falava, muitas vezes gritando de longe algo para o/a companheiro/a complementar a narrativa. De modo geral a entrevista versou sobre a trajetória do casal e dos vizinhos, a migração do *Sr. Melo* da Bahia a Orlândia e da *Sra. Gazola* do mundo rural a cidade, as mobilidades pela cidade e o seu crescimento, bem como sobre o estigma de serem moradores de uma região historicamente marginalizada. Tivemos a oportunidade de realizarmos uma segunda entrevista, também realizada em sua residência/empreendimento. Nossa conversa girou em torno de um mapa construído por eles, que traça seus deslocamentos pela cidade e o desenvolvimento da mesma.

⁴³ Como discutiremos, com maior afincamento no Capítulo II, ser local ou orlandino, para muitos de nossos entrevistados, está vinculado ao tempo de moradia na cidade, aliado a questões ligadas aos laços de amizade, compadrio, sociabilidades e solidariedades e não a naturalidade, pelo menos para a geração de migrantes mais velhos.

suas margens. Na cidade, seus irmãos logo conseguiriam emprego no meio urbano. Foi em um baile de carnaval, no antigo Club Recreativo Orlândia (CREO), aos 14 anos, que conheceu o *Sr. Melo*, logo começaram a namorar e casaram-se dois anos depois.

Sr. Melo e *Sra. Gazola*, ao longo de seus relatos, pontuam questões já apresentadas e discutidas por nós, ao longo de páginas anteriores, especialmente, ao analisarmos a trajetória da *Sra. Cordeiro* e de seu marido, uma das centenas de famílias camponesas expropriadas ao longo da *trágica modernização* do rural paulista, marcada, em grande medida, pela passagem da *civilização cafeeira* para a *civilização da usina* (Moraes Silva, 1999a). O que chama a atenção no relato do casal, e que desejamos destacar, são suas percepções acerca do a) crescimento do tecido urbano, destacando Orlândia, utilizando-se aqui das palavras do *Sr. Alves*, que abriu a seção, como um *canteiro de obras* e, b) a diversidade de novos sujeitos que passam a residir na cidade, sejam aqueles que chegavam “para ficar”, migrantes permanentes, como foi o caso de sua família, e outros que “iam e vinham”, os sujeitos *permanentemente temporários*.

O crescimento do tecido urbano, segundo *Sr. Melo*, não se deu de forma organizada e estruturada, pelo menos não nos seus termos. Para ele, se por um lado, o poder público, visando resolver os problemas de falta de moradia e de ocupações irregulares do tecido urbano, sobretudo ao longo da década de 1980, realizou a compra de diversos terrenos ao leste e oeste do centro histórico e os loteou e vendeu à população a baixos preços e de forma parcelada, isto não resolveu os problemas, mas os agravou, pois, por outro lado, o poder público não cumpriu, de forma imediata, com as promessas de implementação da infraestrutura necessárias nesses espaços, como saneamento básico e pavimentação da ruas.

O máximo que fez foi demarcar as ruas e as avenidas. A marca da cidade [risos], mas era tudo de terra, pessoal sem água e luz. Seja aqui para os lados do Santa Rita como da Vilinha [extremo-oeste]. Aqui e lá era virado braquiária, pra tudo que é lado. Levou quase dez anos para resolverem tudo isso. Muito mal planejado. O deles era vender os terrenos para o pessoal não invadir, e era isso (*Sr. Melo*, Fevereiro/2020).

O lote em que o casal comprou, em 1989, foi um terreno no extremo-leste orlandino, que, até 1983, correspondia à antiga Fazenda Londrina de propriedade do imigrante italiano Carmine Giccozzi. A ocupação desta região, de pouco mais de 115 mil metros quadrados, já vinha ocorrendo, de forma irregular, desde meados de 1970 a partir da venda de pequenos lotes por parte da família Giccozzi, a sujeitos que chegavam na cidade na época. Sua regularização, por parte do poder público, como informa a publicação de 13 de agosto de 1983, do Jornal local *Folha de Orlândia*, ocorreu somente em 1983. Além das promessas da realização e implementação de infraestrutura básica para o futuro bairro Jardim Santa Rita, a

Prefeitura, a partir da compra do espaço, ficou responsável também pelo loteamento e venda dos terrenos. A regularização dos terrenos já vendidos bem como a permissão para venda de novos ocorreu somente com a compra da fazenda por parte do poder público em 1989. A partir da Lei nº 1.779, de 18 de julho do mesmo ano, o poder público municipal, “[...] assumiria a obrigação de executar as obras de infraestrutura do loteamento ‘Jardim Santa Rita’” (PMO, 1989, p. 74-75), contudo, tais obras de infraestrutura se consolidam somente no final da década seguinte, 1990, em grande medida, devido a construção do Conjunto Habitacional José Vieira Brazão.

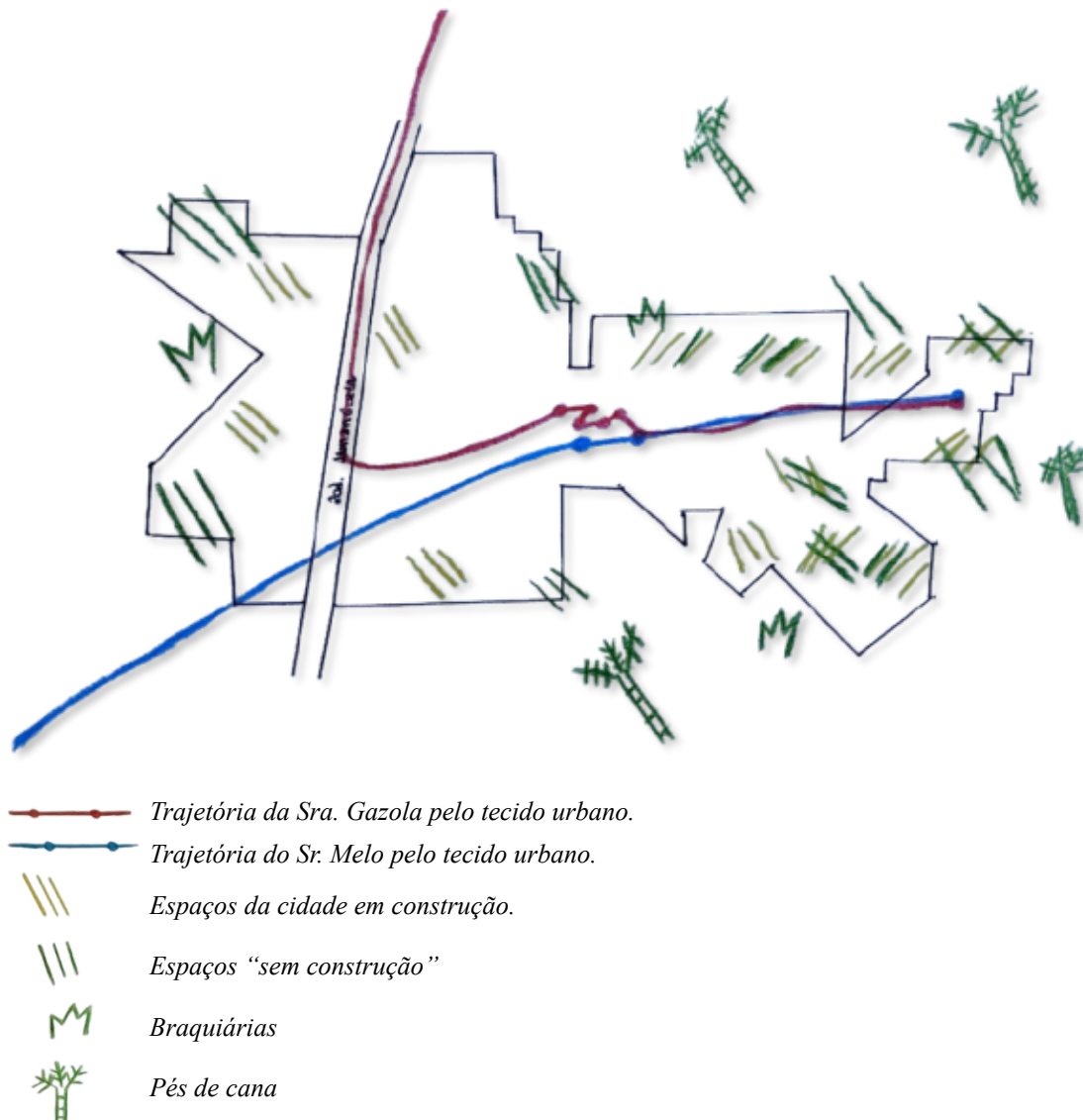
O Conj. Hab. José Vieira Brazão, por sua vez, foi construído por meio de um convênio entre Prefeitura e CDHU, firmado pelo Decreto nº 2.628, de 03 de fevereiro de 1992. O local até então, pertencia a Hélio Siena e foi adquirido pelo poder público por cerca de 900 mil cruzeiros (*Folha de Orlândia*, 04/07/1987). Entre os anos de 1992-1994, a CDHU construiu cerca de 540 habitações no extremo-leste orlandino. Os contratos realizados, entre as empresas e prefeitura para essa construção e as demais na cidade, foi extremamente vantajoso para o poder público, pois a Prefeitura ficou responsável apenas pela organização dos projetos dos novos conjuntos habitacionais e cedeu o espaço para sua construção. Ficou a cargo das empresas (CDHU e COHAB/RP), a demarcação dos lotes, quadras e logradouros, terraplanagem e abertura de vias de circulação, bem como instalou todos os equipamentos urbanos na área. Tanto a CDHU quanto a COHAB/RP ficaram responsáveis pela construção das residências (PMO, 1992). As regiões ainda receberam, a partir de investimentos do poder público e das empresas, além da construção dos conjuntos habitacionais, escolas, quadras de futsal/basquete, pequenas praças, creches, e postos de saúde.

Contudo, levando em conta os depoimentos de alguns moradores dos extremos leste e oeste, devemos ressaltar que o desenvolvimento das regiões não ocorreu de “uma hora pra outra”, ou seja, levou anos para a consolidação de uma infraestrutura básica para os habitantes dessas regiões.⁴⁴

Da mesma forma, com o passar dos anos, alguns moradores se “aventuraram”, nessas regiões, e fundaram os primeiros comércios, como padarias, pequenos mercados, farmácias, bares, entre outros empreendimentos. É o caso do próprio casal que, em meados dos anos 2000, abrem a primeira sorveteria da região do extremo-leste orlandino.

⁴⁴ Por exemplo, no contexto do extremo-leste, espaço de residência do casal *Melo e Gazola*, a quadra de esportes Pedro Lazari (localizada na avenida W) começou a ser construída no início da década de 1990, contudo foi finalizada e inaugurada, apenas em meados dos anos 2000, e o posto de saúde (Unidade Básica de Saúde III - Waldemar Graner, localizado na mesma avenida) foi inaugurado em 1992, mas, só teria “médico sempre”, por volta do final da década de 1990.

Mapa 3 - Uma cidade em construção



Fonte: Traços inspirados nas pesquisas do Arquiteto e Urbanista Paiva (2019), redesenhados e coloridos pela memória, trajetória e experiência do casal Sr. Melo e Sra. Gazola.

O mapa acima coloca em evidência as trajetórias do casal pelo tecido urbano de uma cidade em construção. A linha azul, pertencente à Sra. Gazola, nasce no extremo esquerdo da página, fora das linhas originais que representam o tecido urbano orlandino. Seu trajeto faz referência a saída de sua família do campo rumo ao urbano. O primeiro ponto de parada é o Jardim Boa Vista (antiga Vila Tatu), novamente a linha se move, mas de forma ligeira, rápida e se encerra na primeira residência do casal. Seu traçado seguirá mais a leste, referindo-se ao seu deslocamento ao Jardim Santa Rita, espaço que reside até o presente momento. Com o uso do lápis de cor amarelo, Sra. Gazola realiza traços diversos e explica:

[...] isso em amarelo é que eu quero dizer que era tudo lugar que tava em construção, tudo tudo, desde ali por [19]80, até a gente se estabelecer bem aqui, todos esses risquinhos é pra dizer que era tudo construção, Orlândia nesse época era uma loucura, muita construção, muita gente chegando (Sra. Gazola, Março/2025).

O traço de seu marido, *Sr. Melo*, inicia-se seguindo a via Anhanguera (em vermelho), principal ponto de acesso a cidade para aqueles que chegam do norte, no seu caso, a linha refere-se a sua chegada (da Bahia à Orlândia). Sua primeira parada, como a da esposa, é no bairro Jardim Boa Vista, mas, diferente dela, *Sr. Melo* morou em várias casas dentro do bairro, nota-se pelos pequenos traços e pontos. Seu traçado, acompanha e se justapõem ao da companheira quando passaram a viver juntos, inicialmente no Jardim Boa Vista e na sequência no Santa Rita. Com o auxílio de um lápis de cor verde, o depoente redesenha os traçados da cidade, em certos momentos, justapondo os traços da esposa em amarelo.⁴⁵

Olha, isso em verde é que era tudo, tudo fazenda e sítio, depois que vira cidade, Aqui ela colocou amarelo, virou construção, mas antes era só mato isso. A prefeitura foi comprando tudo, loteado ou fazendo conjuntos [habitacionais], mas isso ó [mostrava o mapa e inseria novos riscos]. Era isso, que nem ela falou, muita gente chegando, muitos daqui de perto e outros de bem longe. Ai como eu falei antes, tinha os que vieram para trabalhar e outros para ficar, mas tudo eles são importantes né? [Porque?] Por que todos fizeram isso, isso da cidade crescer (*Sr. Melo*, Março/2025).

Pelo relato/testemunho do casal e de outros/as que vivenciaram esse processo histórico, bem como pelas linhas coloridas traçadas no mapa, chama a atenção, que os traçados da cidade, ignorando as linhas apresentadas de antemão, foram ampliados e redesenhados a partir dos processos migratórios. Da mesma forma, conforme indicado pelo entrevistado, podemos compreender que a presença de migrantes na cidade “não é invisível”, mas são pessoas que impactaram “diretamente a geografia urbana do local” (Maciel, 2018), sejam aqueles que “vieram para ficar” (permanentes), ou o que “iam e vinham” (temporários). Conforme *Sr. Melo*, todos são peças fundamentais para ampliação do tecido urbano, “todos fizeram a cidade crescer”, “tudo eles são importantes”. Os relatos e as linhas traçadas deixam em evidência que a urbanização de Orlândia se desenvolveu a partir de dois fluxos migratórios “iniciados” em fins da década 1970 e estão entrelaçados.

O primeiro fluxo seria de colonos, sitiantes e arrendatários, cujas condições de trabalho foram suprimidas e que se transformaram, em um primeiro momento, em assalariados rurais e habitantes permanentes do urbano, principalmente de sua periferia, que, conforme a cidade crescia, empurrava-os mais a leste e oeste, caso, por exemplo, da família da *Sra. Gazola*. Um significativo contingente desses sujeitos, ao longo dos anos posteriores, seria integrado ao mercado de trabalho urbano da cidade e de sua região, nas empresas que

⁴⁵ É interessante pontuar também os pequenos desenhos realizados pelo entrevistado, ainda com auxílio do lápis de cor verde folha, ele desenha as “touceiras de mato” e, fora das linhas originais apresentadas, os “pés de cana”, que como ressaltou dominaram o entorno da cidade em anos seguintes. O domínio dos canais no entorno da cidade de Orlândia, brevemente apresentado em páginas anteriores, será tema de destaque na primeira seção do segundo capítulo deste estudo.

creceram e prosperaram em razão dos investimentos municipais e estaduais. Ademais, o restante desta população de migrantes do campo paulista seguiu como trabalhadores rurais, no entanto, esse número, significativamente pequeno, seguiu reduzindo com o passar dos anos, em virtude de que o trabalho rural resumiu-se, em grande medida, no corte da cana, atividade que, como discutida na seção anterior, e que será melhor aprofundada no capítulo seguinte, sofreu significativa transformação no que tange ao perfil do trabalhador empregado/desejado nessa atividade.

O segundo é o fluxo de migrantes inter regionais que, diferente dos regionais, ou seja, do estado paulista, que em sua maioria, tornavam-se permanentes, a partir do primeiro deslocamento, esses, sobretudo nordestinos, tinham como característica serem *permanentemente temporários*, pelo menos, inicialmente. Eles também foram atraídos, desde meados da década de 1980, pelas notícias disseminadas por amigos e familiares sobre as ofertas locais de empregos, inicialmente, em colheitas diversas e, em especial, na década de 1990, para o corte da cana de açúcar. Como discutido na seção anterior, esse contingente cresceu significativamente com o domínio dos canaviais nas terras de plantar e com o aparecimento da figura dos *gatos profissionais*, que não mais trabalhavam “puxando gente”, mas, “puxando gente para algo”.

Cabe destacar ainda que, com o acelerado processo de mecanização do corte da cana, ao longo da primeira década do século XXI, muitos desses trabalhadores, os temporários, os que o *Sr. Melo* identificou como aqueles que “iam e vinham” cessaram o processo migratório, porém, um expressivo número continuou na cidade e acabou por se integrar, seja no mercado de trabalho urbano, trabalhando em empresas na região, como Guabi, Fiorese e Seara, as duas primeiras, em Sales Oliveira, e a terceira em Nuporanga, como também se envolveram nos trabalhos de “quebrar milho”, “tirar” e “dobrar” palha, a terceira, realizada no espaço urbano, e, como já mencionado, “catando frango”, ambas atividades empregavam um significativo número de trabalhadores locais que foram dispensados do trabalho na agroindústria canavieira.

Levando em consideração os diálogos traçados até este momento, a partir dos relatos do casal, dos dados quantitativos sobre a cidade e demais narrativas de sujeitos/atores nesse período, que destacam o crescimento populacional e do tecido urbano, gostaríamos, neste momento, de nos debruçar sobre alguns relatos de sujeitos que vivenciam diferentes momentos, mas, juntos, com tramas e urdiduras se cruzando, tecem uma interessante narrativa/história sobre esta cidade em construção.

O piauí que levou a gente pra conhecer a cidade [risos], eu fiquei admirado, essas avenidas lindas, a grama cortadinha, tudo limpo, iluminado. Pensei, tirei a sorte grande [risos]. Oh sorte! Quando acabou o passeio fomos para a casa do Mané com Joce, meu deus, não era a mesma cidade [risos]. As avenidas todas de terra, muito pouca luz. Falei 'isso aqui não é a mesma cidade que você nos mostrou não', ele riu bastante e falou: 'mas vai ser, isso aqui tá crescendo ainda' (*Sr. Alves*, Fevereiro/2020).

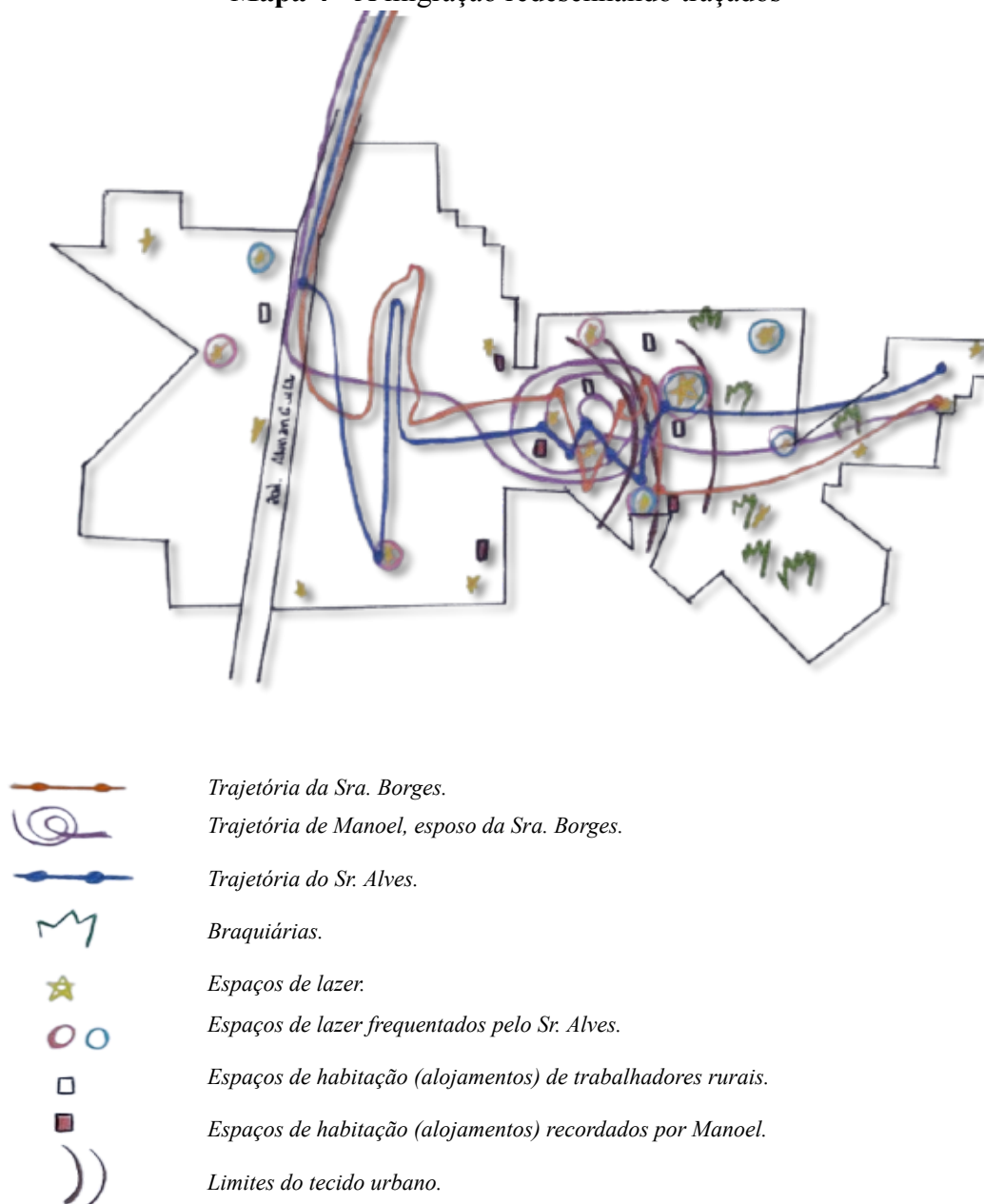
Chegando por aqui, veja, o Manoel foi me mostrando tudo, ele já tinha conhecimento, ia e vinha por um tempinho, então já conhecia a dinâmica. A gente deu uma voltinha pelo centro e logo depois já foi para a Vila. Mas era como se fosse duas cidades. Porque o centro ali era muito bonito, muito bonito mesmo, mas a Vila, meu deus [risos], era medonha [risos], porque tudo estava em construção sabe, depois de um tempo ficou tudo bonito também. E o Manoel me disse: 'olha que quando eu vim era muito pior' [risos]. [Manoel aparece na sala rindo e narra 'É que ela chegou quando a cidade estava crescendo muito', e logo se retirou] (*Sra. Borges*, Fevereiro/2020).

Os relatos do *Sr. Alves* e da *Sra. Borges* vão do entusiasmo à decepção. Ao conhecerem o centro da cidade, a antiga Vila Orlando, admiram-se, seja pelas avenidas, por sua iluminação e até mesmo pela limpeza; ao se direcionarem à região que iriam habitar, decepcionam-se. Na Vila, não havia iluminação pública como no centro, as avenidas, em sua grande maioria, ainda eram de terra, era um lugar “medonho”, não parecia ser a mesma cidade apresentada momentos antes.

Todavia, seja Manoel, marido da *Sra. Borges*, quanto o “piauí” que guiou o *Sr. Alves* e o colega de viagem Pedro, essa primeira impressão sobre a “outra cidade” que habitariam, foi amenizada, inicialmente, com promessas que aquilo era apenas uma fase. Orlândia, era uma cidade em construção, estava crescendo ainda, naquele momento, ganhando forma⁴⁶. Nas edições de 21 de dezembro de 1985 e 01 de janeiro de 1986, a *Folha de Orlândia* estampava em suas primeiras páginas breves balanços sobre o crescimento urbano da cidade. Segundo dados coletados pelo jornalista Muchir Miguel Francisco, as construções no perímetro urbano, sejam elas de estabelecimentos comerciais como de casas residenciais, aumentaram 110% em comparação com o ano anterior (1984), houve também um crescimento exponencial na venda de materiais de construção. O jornalista ainda nos revela que, tal crescimento, se fosse levado em conta os casos não notificados, ou seja, as construções “irregulares” - pois não possuíam autorização (alvará) emitido pelo poder público, os números poderiam ultrapassar os 200%. Tendo tal levantamento em mente, os relatos do *Sr. Alves* e da *Sra. Borges*, cotejados com a narrativa da *Sra. Gazola*, que evidenciam uma Orlândia em construção, ou como um “canteiro de obras”, fazem todo sentido.

⁴⁶ Outros relatos de migrantes que realizaram o processo migratório em um mesmo período, seguem na mesma linha. A exemplo: *Srs. Chagas, Ferreira, Soares e Rodrigues*.

Mapa 4 - A migração redesenhando traçados



Fonte: Traços inspirados nas pesquisas do Arquiteto e Urbanista Paiva (2019), redesenhados e coloridos pela memória, trajetória e experiência do Sr. Alves e da Sra. Borges.

O Mapa acima, pintado e redesenhando pelas mãos da *Sra. Borges* e do *Sr. Alves*, à primeira vista, não se difere do anterior, contudo, possui suas especificidades. A começarmos pelo *Sr. Alves*, ele foi um dos que, entre 1986 a 1993, “iam e vinham”. A linha traçada por suas mãos, com a cor verde, contendo pequenos pontos, coloca em destaque suas andanças pela cidade. Tal traçado inicia-se quase no canto superior esquerdo da página, remetendo à chegada, como o *Sr. Melo*, pela Rodovia Anhanguera. O primeiro ponto, quase na metade da via que corta a cidade, representa o momento onde desceu do ônibus, e o segundo refere-se a sua parada na rodoviária, espaço em que encontraram um “piauí conhecido do Mané” que os

levariam até a residência da irmã de seu amigo Pedro. A linha segue cruzando todo o traçado previamente apresentado, a cada espaço que habitou em Orlândia um novo ponto é adicionado. O traço se encerra no atual endereço, uma residência no Conjunto Habitacional José Vieira Brazão, comprada no início dos anos 2000.

Cada ponto desse foi uma casa por aqui, um lugar que eu parei, eu posso te dizer, eu vi Orlândia crescer, isso aqui era obra e mais obra, cada vez que eu vinha tinha mais ruas, mais cidade, e eu ia lá, quase sempre pro fim, na borda da cidade, ou no fim mesmo, aí era pasto e de longe se via plantação de alguma coisa, e hoje só enxerga a cana (Sr. Alves, Março/2025).

Ao finalizar o traçado que remete sua trajetória, o entrevistado fez três demarcações com o lápis de cor marrom, segundo ele, aqueles foram os limites urbanos de cada uma de suas chegadas, nota-se que Sr. Alves sempre esteve muito próximo às “bordas da cidade”. À frente de tais traços, como Sr. Melo, Alves insere pequenos desenhos com o lápis verde folha que remetem as “braquiárias” - gramíneas do gênero *Brachiaria*, largamente utilizadas em pastagens. Estes pequenos traços em marrom, subvertem as linhas que demarcavam originalmente o tecido urbano orlandino, ao partir de sua memória/experiência, Alves nos apresenta as ampliações do tecido urbano. Em síntese, ele *redesenha os traçados da cidade*.

Outros dois pontos importantes a serem frisados, desenhados neste mapa pelas mãos de Alves, referem-se aos desenhos de estrelas na cor amarela e aos pequenos quadrinhos na cor preta. Com relação às estrelas, cada uma delas refere-se a um bar ou espaço improvisado, como galpões, onde eram realizados bailes de forró. Chama a atenção pela quantidade, em suas palavras: “ficou um céu à noite [risos]”. Uma destas estrelas, a maior, refere-se ao Forrólândia, espaço marcante na memória de quase todos os nordestinos entrevistados ao longo destes anos de pesquisa. Os círculos, em boa parte destas estrelas, referem-se aos bailes que ele mais frequentou. Os segundo desenhos, os quadrinhos, referem-se aos alojamentos de trabalhadores do corte da cana, de procedência do Nordeste brasileiro, comuns na década de 1990.⁴⁷ Estes espaços de sociabilidade e habitação serão analisados com maior afinco no terceiro capítulo deste estudo.

Os traços da Sra. Borges, realizados no mesmo mapa, se aproximam muito do anterior. Na cor alaranjado, o traço refere-se a primeira e “única”⁴⁸ vez que realizou a

⁴⁷ Os quadros preenchidos pelo lápis de cor vermelho, referem-se a espaços que Manoel, esposo de Sra. Borges, mencionou que se recordava da existência.

⁴⁸ Sra. Borges informou que migrou para Orlândia e logo se estabeleceu na cidade, ou seja, a mobilidade ocorreu de forma definitiva. Contudo, ao longo de sua entrevista ela também informou que nas últimas décadas foi e voltou para sua cidade natal, diversas vezes: “[...] ao menos uma vez a cada dois anos eu volto, para passar férias e ver a família que ficou e os amigos”. Tais férias variaram de um mês até quase um ano. Todavia indica que “nunca regressou” para o Nordeste, tal noção se dá em virtude de indicar que “voltar não, porque eu sempre mantive a minha casa aqui, lá era só visitas”. Abordaremos com maior afinco as questões do retorno, ou do desejo de retorno, no último tópico deste capítulo.

mobilidade do Nordeste a Orlândia (1989). Esse traçado, inicialmente contínuo, sem nenhuma parada (ponto) coloca em evidência, como o *Sr. Alves*, o “conhecer o centro” e, na sequência, seu prosseguimento para o leste, espaço da primeira moradia (primeiro ponto). Esse traço que segue para o leste, é entrecortado por alguns pontos que se referem às casas em que morou de aluguel, cada ponto foi brevemente explicado, seja a localização da residência, de quem ela pertencia e como haviam conseguido alugar, na maioria das vezes, o aluguel só ocorria em virtude da ajuda de outros sujeitos que “emprestavam o nome” e “garantiam que eram bons pagadores”. Sua linha se encerra no atual espaço de habitação, uma residência no Conjunto Habitacional José Vieira Brazão, adquirida através do sorteio da Prefeitura em 1994.

Um segundo traçado foi desenhado pela entrevistada. Refere-se a linha na cor roxo. Trata-se das “andanças” do esposo. Manoel, sempre se manteve atento a nossas entrevistas, geralmente, através de expressões como o riso, o balançar da cabeça sinalizando que sim ou não, bem como, de forma pontual, emitindo breves comentários. Mesmo não desejando conceder uma entrevista formal, podemos dizer que ele foi um entrevistado secundário. Ao pedir que o companheiro desenhasse no Mapa, ele se negou, disse a sua esposa que ela sabia por todos os espaços por onde ele andou, “eu te contava tudo nas cartas”.

Eu sei, mas era bom você fazer [risos]. Ele veio e voltou algumas vezes [5], não vou fazer aqui um montinho de risco, porque vai encobrir os do senhor [Alves].
[Entrevistador: Não tem problema, acha que foram caminhos parecidos?]
Foi, foi sim, acho que de todos que vinham nessa época eram, era assim, os mesmos lugares, os lugares que conseguiam para ficar, as pontas né, vou fazer assim, um caracol [iniciou o traço] (*Sra. Borges*, Março/2025).

Primeiramente, a preocupação da *Sra. Borges* é interessante. Ela tinha medo de sobrepor o seu novo traço, ou melhor, o do marido, aquele feito pelo *Sr. Alves*. Tal preocupação revela um ponto interessante, as trajetórias eram, ao menos, se não iguais, parecidas. O traço, na cor roxo, se inicia do mesmo ponto que o anterior, que refere-se a sua trajetória, a nova, para ela, seria a síntese dos caminhos percorridos pelo companheiro ao longo dos cinco anos que esteve na cidade de forma temporária. O traço em formato de “caracol” (espiral) não possui pontos, a linha se cruza e se justapõem a aquela traçada pelo *Sr. Alves* e, se encerra, com um ponto final no espaço de habitação atual. O “trajeto em caracol” toma quase todo o espaço do bairro Jardim Boa Vista, essa região foi espaço de morada e circulação de muitos sujeitos que chegavam de forma temporária ou permanente. O caracol, depois de algumas voltas se desfaz, segue a leste e não mais dá voltas, segue em linha reta, justapondo-se à trajetória anteriormente desenhada (em alaranjado) pela entrevistada.

Ao nos questionar o significado dos pequenos “riscos em marrom” demos a ela a explicação que o *Sr. Alves* nos concedeu. O que foi corroborado:

Ah sim! Isso é mesmo, a cidade ia crescendo, cada ano tava umas ruas mais pra lá e pra lá. Isso é verdade, e olha só, é igual mesmo, todo mundo que chegava por aqui ia para onde tinha lugar e onde tinha lugar e nas pontas né, até que daí abriu os conjuntos [habitacionais], que daí empurrou de vez a gente, os pobres [risos], para os fundos de Orlândia [Manoel: Esconderam a gente (risos)].

Os Mapas 3 e 4, salvo suas particularidades, se unem através do relato/representação da cidade de Orlândia enquanto um cidade em franco crescimento, ela era um “canteiro de obras”. Tais experiências/impressões compartilhadas entre estes sujeitos - *Srs. Alves* e *Melo* e as *Sras. Gazola* e *Borges*, difere-se, significativamente, dos relatos, por exemplo, das *Sras. Marques* e *Assis*. A primeira migrou, pela primeira vez, em 1998, e a segunda, em 2004.

Eu cheguei em Orlândia no início de 1998. Cheguei a convite da minha irmã, que já vivia aqui desde 1990. [Como era a cidade, Marques?] A cidade era linda, muito bonita, mas os aluguéis eram muito caros, pra gente mais pobre, que chega sem muito, a gente vai pro Santa Rita, ou lá para os lados da Vilinha [extremo-oeste]. Eu fui para o Santa Rita. Rodei pela Orlândia, mas sempre nas pontas dela. No meio [risos] era mais caro, mas se vê é uma cidade que tem muito buraco né, aqui para os lados do Brazão e do Santa Rita tem muito buraco, terrenos sem uso, sem construção. Hoje tão até loteando, mas quando cheguei era uma buraqueira (*Sra. Marques*, Abril/2023).

Eu cheguei de noite, esse ônibus que peguei ele entrava na cidade mas não entrava na rodoviária, parava ali do lado. Meu irmão estava me esperando, as meninas [suas filhas] estavam exaustas da viagem. Ele deu uma voltinha com a gente ali pelo centro. Uma cidade muito bonita, muito iluminada, muito limpa. E daí a gente foi para a Vilinha, a cidade é tudo padrão né, as ruas e avenidas todas iguais, tudo pavimentando. Aqui na Vilinha pra esse lado é tudo, tudo, como diz, que tá ligado, ligado sabe? Que não tem buracos na cidade? [Continuo?] Isso, porque do outro lado tem muitos terrenos grandes e um pedaço de cidade, o Brazão. Você é de lá? [Sim], então se sabe o que quero dizer (*Sra. Assis*, Maio/2017).

Destaquemos alguns pontos em seus relatos. Observa-se que a cidade não era mais um *canteiro de obras*, como nos disse o *Sr. Alves*. Orlândia já tomou forma, uma forma um tanto estranha, cheia de vazios ao leste, ao que nos parece, levando em consideração os relatos, uma cidade fragmentada.

Ao longo dessa fase de desenvolvimento/crescimento do tecido urbano, vivenciadas pelo *Sr. Alves*, *Sra. Borges* e pelo casal *Melo* e *Gazola*, a cidade não cresceu de forma contínua, ou seja, partindo do centro histórico e dele se expandindo. A exemplo, o loteamento Santa Rita, onde *Melo* e *Gazola* compraram um lote, este empreendimento estava localizado a uma distância média de 8 quilômetros do centro urbano e ocupa as últimas “letras do alfabeto”.⁴⁹ A região, até meados da segunda década do século XXI, era cercada por dois

⁴⁹ O Jd. Santa Rita ocupa as ruas: 1, 2, 4, 6 e 8; avenidas: R, S, T, U, V, W, X e Y; e travessas: W, X e Y. Já o CH José Vieira Brazão encontra-se entre as ruas: 10, 12, 14 e 16; avenidas: V, W, X, Y e Z; travessas: Z e 100.

grandes vazios, que acabavam por descontinuar os bairros do tecido urbano. Quanto à essa questão, Moreira Jr. (2010, p. 135) destaca que:

[...] a disputa pelo uso do solo, os interesses dos atores sociais, a especulação imobiliária, a terra como reserva de valor, a divisão territorial e técnica do trabalho, dentre outros inúmeros conflitos, são responsáveis por um ordenamento territorial desigual e excludente, visível nas disputas frequentes no campo e na cidade, seja na escala local, regional ou nacional.

Esse ponto levantado pelo autor, especialmente o que envolve disputas pelo espaço, contribui significativamente para o crescimento de cidades com extensos vazios urbanos, de modo geral, uma cidade fragmentada. Neste sentido, a organização territorial é marcada por enclaves territoriais descontínuos, gerando separação socioespacial, sob a forma de segregação urbana, onde a segregação urbana é um efeito da distribuição do produto entre os sujeitos, e do produto-moradia no espaço (Moreira Jr., 2010). Em síntese, a segregação é o reflexo de uma cidade desigual.

Portanto, pelos relatos, podemos dizer que não houve uma ocupação racional do espaço em Orlândia, pois isso representaria uma melhor "[...] ocupação racional do espaço urbano local, em termos de utilização da infraestrutura instalada e de aproveitamento dos equipamentos urbanos já existentes, porque viabilizaria, também, melhor acessibilidade aos serviços existentes na cidade para essa parcela da população" (Silveira, 2003, p. 220).

As motivações que levaram o poder público a não ocupar os vazios para loteamentos, para a construção de conjuntos habitacionais, e optarem por regiões periféricas, podem ser múltiplas. Contudo, historicamente, as investigações das áreas das humanas e sociais têm evidenciado que a escolha por tais espaços tem sido norteadas pelas questões de classe, que regulam a sociedade capitalista e, conseqüentemente, a sociedade brasileira, poderíamos até dizer que a escolha por essas regiões de fato se trata de uma política de urbanização racional (Souza & Whitacker, 2018).

Silveira (2003), em sua investigação, destaca que a escolha da localização para a construção de conjuntos habitacionais seguiria uma proposta do mercado imobiliário, onde a escolha das regiões periféricas se deu por esses espaços, até então, não possuírem valor de mercado. Em contraponto, os vazios urbanos, em especial aqueles localizados em áreas centrais, o "meio" como nos disse a *Sra. Marques*, são tidos enquanto reservas especulativas que, futuramente, poderiam vir a ser de grande valor, neste sentido, era vantajoso mantê-los. Assim, segundo o pesquisador, a política adotada pelo poder público de construção de conjuntos habitacionais e loteamentos em regiões periféricas, teria o intuito de "[...] impedir a presença de aglomerados ou de ocupações, irregulares ou não, com pessoas de baixa renda"

nos espaços centrais das cidades, o que, acabaria por desvalorizar esses locais (Silveira, 2003, p. 216).

A criação dos novos espaços de habitação seria o resultado de ações e políticas públicas disciplinadoras e controlistas, postas em prática pelo poder público municipal, na gestão e na organização da cidade. Atitudes que contribuíram para legitimar os interesses e assegurar as condições de reprodução dos segmentos hegemônicos, presentes na cidade e, com isso, tal política, simultaneamente, estaria promovendo uma configuração espacial urbana cada vez mais segregadora e excludente.

Porém, cabe destacar que, no caso da cidade de Orlândia, existem outras motivações que podem ter levado o poder público a optar pelas regiões periféricas para a construção dos novos bairros. Entre tais motivações, o poder público poderia já possuir projetos para esses vazios urbanos, como a construção de espaços de lazer, educação ou de preservação ambiental. Da mesma forma, os locais poderiam corresponder a propriedades particulares e não do poder público, assim, a negação de seus proprietários em venderem suas propriedades para a prefeitura impossibilitaria a ocupação das áreas, restando, portanto, a construção dos novos bairros, na região periférica (espaços disponíveis).

Entretanto, lembremos que Orlândia, desde meados da década de 1980, passou a receber um contingente cada vez maior de migrantes, seja do próprio estado de São Paulo, notadamente das zonas rurais, como de mineiros, paranaenses e nordestinos. Esses sujeitos que ali chegavam, em grande medida, eram pessoas de baixa renda que migraram visando, em última instância, a sobrevivência de si e do grupo familiar que migrava consigo ou não. Levando em consideração algumas reportagens publicadas pela *Folha de Orlândia* ao longo da década de 1980, não é absurdo considerar as discussões/teses de Silveira (2003), Paiva (2019) e Moreira Jr. (2010), para o caso orlandino.

A moradia foi ponto de debate intenso da administração pública na década de 1980, seja por parte do executivo como do legislativo. Em 10 de novembro de 1984 a *Folha de Orlândia* relatava uma preocupação com a falta de moradias. Segundo a reportagem, a cidade vinha recebendo cada vez mais novos moradores, de diferentes procedências, esses sujeitos passavam a habitar, sobretudo, os subúrbios da cidade devido aos altos valores de aluguéis em sua região central. A reportagem finaliza informando que, em caráter de urgência, o poder público deveria criar projetos de habitação, seja a partir da compra e venda de terrenos, como pela realização de contratos com empresas de habitação para construção de residências populares. Tal preocupação ganhou novamente as páginas do jornal local em 27 de abril de 1985.

Em 24 de maio do ano seguinte, a *Folha* informava que a partir da campanha realizada pelo poder executivo, através de sua Secretaria de Habitação, quase duas mil famílias haviam realizado cadastro para conseguir uma casa popular. Novamente os diretores do periódico cobravam ações do executivo para organização de projetos e convênios para atender esta população, desta vez, alertava para as ocupações irregulares e novamente chamava a atenção para o fluxo migratório intenso para Orlândia⁵⁰. Naquele mesmo ano, na edição de 21 de junho de 1986, é publicada uma entrevista com o então prefeito Pedro Bordim que informava que o grande problema enfrentado pela administração pública estava em adquirir terrenos e acusava os proprietários de estarem realizando certa especulação imobiliária: “[...] os grandes proprietários, seguram o quanto podem para levantar seus valores, não cedem amigavelmente na venda de um único palmo de terra”.

Meses após esta primeira entrevista, a *Folha*, novamente, em setembro do mesmo ano, publica uma nova entrevista com o prefeito, desta vez, o mesmo informava que caso o poder executivo não conseguisse entrar em acordo com os proprietários ainda naquele ano, iria acionar a justiça e solicitaria desapropriações. Em 05 de dezembro de 1986, através da coluna *Opinião*, o médico Constantino Alves, conclamava que os proprietários de terrenos no entorno do centro histórico aceitassem as propostas do poder executivo e realizassem a venda de seus lotes. Constantino ressalta que nos próximos anos em virtude de Orlândia ser “uma cidade em franco desenvolvimento industrial” e por “estar atraindo tantas famílias que buscam viver bem e melhor”, temia pelo seu crescimento desorganizado, marcado por ocupações irregulares e possivelmente “[...] o nascimento das tão temidas favelas que acometem outros centros”.

O problema com as habitações, ao que nos parece foi parcialmente resolvido, mas não como Constantino desejava, as construções habitacionais e loteamentos foram implementados, mas, nos extremos da cidade. As regiões mais próximas ao centro histórico, seguiram, momentaneamente, vazias.

Em balanço sobre a administração pública, publicado na *Folha* em 16 de janeiro de 1988, que conta com a entrevista do presidente da Câmara de vereadores Adelino Pajola, observa-se que as construções de habitações populares estavam se encaminhando, bem como a compra de terrenos pelo poder público para loteamentos. Todavia, Pajola indicou que o

⁵⁰ Cabe destacar que a reportagem, em suas entrelinhas, revela que este número poderia ser muito maior, pois muitas famílias não puderam se cadastrar em virtude de não atenderem aos critérios para o cadastro. Tendo em vista os critérios da CDHU e COHAB, apresentados em páginas anteriores, acreditamos que os principais impeditivos poderiam ser o de renda mínima, visto que muitos trabalhavam no campo e não possuíam contratos ou carteira de trabalho assinada, bem como o de tempo de moradia na cidade, pois muitos eram recém chegados.

executivo nada fez com relação às desapropriações, pois, os proprietários eram aliados do então prefeito, “[...] o Excelentíssimo Prefeito deu diversas entrevistas, mas nunca de fato tomou atitudes”. O vereador e presidente do legislativo desfere uma série de críticas a Bordin e destaca que ao optar pelos terrenos e construções em regiões afastadas do centro urbano a população sofreria com a falta de infraestrutura, o que de fato, como apresenta o casal *Melo e Gazola*, ocorreu.

Observa-se assim que a origem e o desenvolvimento da cidade, especialmente ao longo das décadas finais do século passado, encontrava-se envolvida, para além dos processos migratórios, mas também por interesses por vezes conflituosos de grandes proprietários de terra, especuladores imobiliários e da própria administração municipal.⁵¹

O tecido crescia de forma irregular, onde o poder público, como disse *Sr. Melo*, desejava apenas “vender os terrenos para o pessoal não invadir,” nas regiões mais distantes, mesmo sem transporte coletivo ou equipamentos de infraestrutura básicos, ainda eram mais atrativas, visto que permitiam aos sujeitos se livrarem do aluguel e conquistar um “canto deles” (*Sra. Gazola*, Fevereiro/2020). A construção ou ganho da casa própria era um projeto de vida para essa população, a inexistência de uma infraestrutura local, naquele momento, acabava por ser irrelevante.

Ademais, é importante destacar que a consolidação destes espaços/bairros periféricos não deve ser tomada apenas como um reflexo das relações de poder que permeiam o espaço, que se caracterizam como sinônimos de uma inserção precária ou marginal. Sua ocupação, ao que os relatos indicam, também reflete as redes de relações sociais em que estão envolvidos os agentes para realização de seus deslocamentos (Salata, 2017). Trata-se de um processo de apropriação que carrega nestes espaços as marcas do vivido (Pereira, 2017). Isso fica nítido, por exemplo, nas trajetórias das *Sras. Assis e Marques*. Seu estabelecimento nas regiões periféricas especificamente, constitui um imbricamento destas duas ordens de relações, as de poder, onde a segregação é um processo fundamental à dominação social, econômica e política, assim como as redes de relações que são tecidas antes, durante e após os processos migratórios.

Por fim, cabe destacar nos relatos das *Sras. Marques e Assis* suas narrativas sobre a chegada, que reforçam que os novos sujeitos, os recém-chegados no final do século, seguiram

⁵¹ Tais situações não são um caso específico de Orlândia. Conforme estudos de Pereira (2015; 2016; 2017), sobre as cidades da região central do estado de São Paulo, sobretudo aquelas de porte pequeno e médio, que foram significativamente impactadas por migrações no final do século XX, questões como a especulação imobiliária e a inserção da população recém chegada em regiões com pouca ou nenhuma infraestrutura não foi exceção, mas regra.

a trilha deixada por seus antecessores, conheceram o centro, deslumbraram-se e, na sequência, seguiram a leste ou oeste, o final da trilha, dos traços e pontos, seguia sendo às margens da cidade, somente um pouco mais longe. Suas trajetórias, diferente dos demais, que podem ser visualizadas nos Mapas, não redesenham, necessariamente, os contornos da cidade, mas apontam para a sua fragmentação interna, seus buracos. Suas trajetórias, a partir de seus relatos, também não são compostas de linhas retas, são “caracóis”, espirais que partem do centro e se encerram nas bordas. Ademais, o centro - e também poderíamos dizer que agora o seu entorno -, aparentava uma certa aura mágica, um espaço dos sonhos. Era novamente o cartão de visitas, mas algo apenas a ser admirado, não habitável a nordestinos que acabaram de chegar e nem mesmo a migrantes do próprio estado, ao menos não aos sujeitos “não ilustres” (*Sra. Gazola*, Fevereiro/2020). A cidade além de aumentar seu tecido urbano, passava por uma diversificação produzida pelos novos moradores de procedências diversas. Em suma, os traçados da cidade foram *redesenhados*.

Sair, viajar, chegar. Ao conhecer o cartão postal (o centro histórico), dirigiam-se às regiões de habitação. Casas de amigos, parentes ou um espaço alugado pelo agenciador/*gato*. Migrar, sobretudo, para aqueles que realizam o processo pela primeira vez,

[...] é seguido de estranhamentos, de inseguranças e de dificuldades; também é orientado por esperança de melhores dias. O migrante não sabe ao certo quais serão as dificuldades e nem se terá êxito com a mudança. O que sabe é que está deixando o lugar onde nasceu e onde criou raízes. Partirá para outro ao qual não pertence (*Araújo*, 2008, p. 17).

Araújo (2008) sintetiza muito bem parte dos sentimentos que a grande maioria dos nordestinos, entrevistados por nós, sentiam quando chegavam pela primeira vez à cidade de Orlândia. Suas memórias trazem lembranças iniciais acerca dos deslumbramentos que, logo, são substituídas por longos relatos sobre os estranhamentos vividos nos primeiros dias, muitos, utilizam-se da expressão “desorientados” para se referir aos primeiros meses no novo local.

Estrela (2003), ao debater sobre a “desorientação dos recém-chegados”, indica, assim como Laverdi (2005) e Araújo (2008), que isto se dava devido às dificuldades encontradas na chegada, os estranhamentos com o “algo novo”, bem como à desorientação espacial. Estrela (2003, p. 157) nos indica ainda que isto mudaria após a:

‘socialização dos recém-chegados’, que, era feita pelos indivíduos que já viviam ali há mais tempo [...] Estes desempenhavam inúmeros papéis. Ajudavam na retirada dos documentos, indicavam os possíveis locais de trabalho, arrumavam as moradias, eram fiadores, levavam-os às casas de parentes e amigos, enfim, orientavam-os sobre a vida no novo espaço.

Os "indivíduos que já viviam ali há mais tempo", foram chamados pelos entrevistados da pesquisadora de "anjos da guarda". Utilizaremos a mesma expressão em nosso estudo.

De maneira geral, esses *anjos*, no contexto de Orlândia, foi um papel executado desde os recrutadores, aos amigos e até os familiares. Nos casos, apresentados na primeira e segunda seção, por exemplo, os *anjos da guarda* foram os familiares para as *Sras. Marques e Assis*, os amigos para *Sr. Alves* e *Sra. Borges* e o recrutador para o *Sr. Barbosa*.

Na vila ele [Manoel] já tinha deixado tudo certo com o seu Chico Trajano, ele alugou um dos barracos dele pra gente. Até então ele morava com os amigos. Mas não durou muito não, porque o seu Chico vendeu as casas ali, mas foi um trabalho longo [alugar uma nova casa], por que as pessoas não encontravam casa pra morar porque eram muitas famílias, aí ele [Sr. Chico] arrumou essa casa pra gente, uma casa na Avenida Seis, mas só alugou por que foi ele que foi lá, por que ele conhecia o homem [proprietário] e o homem também era ruim, era carne de pescoço e ele não ia alugar casa pra qualquer pessoa assim sem ele sabe, mas a gente já estava fixo, o Manoel [seu marido] já estava na usina [1989], não estava mais tirando safra, mas só que ninguém alugava pra piauí [...] (*Sra. Borges*, Fevereiro/2020).

Em 1986 com o meu amigo, a gente ficou um mês na casa do Mané, ele arrumou emprego fácil pra gente, o que levou um mês foi pra achar lugar, ninguém aluga não, era difícil, você não ser conhecido. Aí foi assim o que ia aparecendo ia apanhar [colher] café, algodão, amendoim, limpar os corredor da cana, era de tudo, fazia isso por dez meses e voltava pro Piauí, depois voltava de novo pra Orlândia, eu ficava na casa do Pedro [companheiro com quem veio a primeira vez]. Aí foi uma vez [1993], passei três meses e já trouxe a família, já arrumei uma casa, Pedro me ajudou, botei a família e fui pro corte de cana, comecei de novo minha vida por aqui. Aí eu me fixei no corte de cana, já não tinha as outras safras aqui, tava muito fraco, mas a cana foi onde me ajudou muito, o corte depende do esforço da pessoa, é puxado, mas foi aí que eu consegui adquirir minhas coisas, acabava a cana, com aquele dinheiro juntado além de pagar as contas, um pouquinho que sobrava ficava pra aguardar a época que não conseguia emprego, mas eu sempre achava vários bicos, de ir limpar canavial na enxada, pegar pedra, passar veneno, ou até descarregar saco na Comove, o que achava pra fazer, o que tivesse. E ainda tinha a mulher [esposa], ela foi doméstica, mas por pouco tempo, conseguimos pagar a faculdade pra ela na Fao [Faculdade de Orlândia], virou professora [pedagoga] e começou a dar aula logo depois [anos 2000]. Mas naquela época era difícil, principalmente por causa do preconceito com nordestino, tinha muito naquela época, nome a gente não tinha, chegava no mercado a gente não podia comprar nada, falava assim 'é nordestino', é o migrante, a gente tinha que se virar [...] Mas aí trabalhando, batalhando, com o passar do tempo a gente foi estabilizando mais, foi ganhando um pouco de crédito, que naquela época a gente não tinha, não existia cartão, não existia nada era tudo pelo nome, as coisas eram muito difíceis (*Sr. Alves*, 2020).

Sra. Borges identifica seu *anjo da guarda*, o senhor Chico Trajano, que seria o responsável por alugar as duas primeiras moradias para sua família. O Sr. Chico, funcionário da Morlan, alugou primeiro uma casa de sua propriedade, ou melhor, alguns cômodos, pois, no mesmo terreno, viviam ao todo seis famílias. Ao vender o local, despejou todos os inquilinos, mas ajudou a entrevistada e seu marido a alugar um novo local, "emprestou o nome a eles", contatou um conhecido e, ao apresentá-los ao possível novo senhorio, ressaltou que Manoel não eram um "daqueles que iam e vinham" como disse *Sr. Melo*, não era mais

safrista, estava empregado em uma usina, conforme relatou *Sra. Borges*: “a gente já estava fixo”. A entrevistada foi contemplada, em 1994, com uma casa no Conjunto Habitacional José Vieira Brazão, local que reside até a data de nossa entrevista.

Sr. Alves e seu colega de viagem Pedro, ficaram o primeiro mês hospedados na casa do cunhado de seu amigo, Mané, até conseguirem alugar uma residência para ambos. Entretanto, não foi algo fácil, pois ambos “não eram conhecidos”. Entre idas e vindas, o entrevistado, em 1993, opta por ficar em Orlândia, com a ajuda do companheiro da primeira viagem, Pedro, aluga uma residência e pede que a família, esposa e seus três filhos, migrem. Nesse período, *Sr. Alves* fixa-se no corte da cana, trabalhando durante toda a safra como cortador e, ao final, dedicando-se a toda sorte de atividades que conseguia, os “bicos”. As despesas da casa, aumentadas significativamente com a vinda da família, eram supridas com o emprego da esposa, inicialmente como doméstica, mas, a partir dos anos 2000, como pedagoga. O relato do *Sr. Alves* evidencia, em certa medida, uma ascensão econômica, contudo, relata que isso foi a duras penas, não somente devido ao árduo trabalho nos canaviais e os bicos nas entressafras, mas também pelo preconceito que os nordestinos possuíam na cidade. O nordestino, não “possuía nome” ou “crédito”, sem um *anjo da guarda*, que, como nos disse *Sra. Marques*, “comprovasse que a gente era bom pagador”, não venderiam fiado ou a prestação. Mesmo se tornando permanentes, tanto *Sr. Alves* como *Sra. Borges* sofriam com a marca generalizada que todos nordestinos se encontravam entre um eterno “ir e vir”.

Os relatos apresentados acima estão ligados às redes formadas pela amizade, em páginas anteriores, pelos relatos das *Sras. Assis* e *Marques*, pudemos perceber o papel também das redes familiares nesse processo de socialização dos recém-chegados. As relações familiares, de parentesco e amizade são os maiores responsáveis por essa inserção dos migrantes nos novos espaços (Lima, 2009). Acrescenta-se, aqui, que os nordestinos, já estabelecidos, auxiliaram em outras questões, como, por exemplo: alugar casas e abrir contas em mercados e lojas. Com o passar dos dias, pouco a pouco esses sujeitos passam a plantar novas raízes, criar aos poucos, novos laços de amizades e relações de confiança no seu dia a dia. De maneira geral, aqueles que possuíam conhecidos (amigos e familiares) conseguiram com maior facilidade se adaptar às novas dinâmicas do novo espaço. Outrossim, entre os emaranhados formados por essas redes, tivemos, ainda, a figura dos *anjos da guarda* exercidas pelos agenciadores, é o caso, por exemplo, dos *Srs. Chagas* e *Barbosa*.

A gente chegava aqui, ele [o gato] já tinha casa certa pra gente. Eram uns 30, ficava metade em uma casa e metade na outra. Trabalho, e mais trabalho. Não tinha muito tempo pra nada, mas até que a gente achou um jeito de ter né? pra um forró [risos].

Eu não conhecia ninguém aqui, esse meu amigo só que veio, que me convidou, mas não conhecia nada, dependia em tudo do *gato*, tudo, pra se comprar as coisas, ele dava o nome dele lá no mercado, e o homem lá vendia, aí não era nem a gente que pagava o mercado, ele já descontava direto do nosso ordenado [pagamento]. Eu sempre fui muito trabalhador, graças a deus, então eu me destaquei muito ali, fiz amizade com o *gato*, ele não era ruim, pelo menos não comigo, eu não fazia corpo mole. Teve um dia que chegou em mim e me disse ‘Chagas, vai ter seleção pra entrar na usina, naquela de Jardinópolis, falta amanhã e dá um jeito de ir, eu te indiquei lá’. Foi na hora, cheguei em casa, tomei banho, descansei e fui cedo pra lá, consegui o serviço. Fiquei por lá por quase 15 anos, até que me machuquei feio, e me aposentei (*Sr. Chagas*, Julho/2020).

Vamos retornar, falar da chegada, é importante. Se a viagem foi ‘luxuosa’ [risos], a chegada não foi não. Como te contei, sobre o *gato*, deu ruim pra ele, ninguém sabe o que aconteceu. Primeiro era para ir para Orlândia, mas acabou que chegamos em São Joaquim, aí era pra nós ter ficado em São Joaquim, não ficou, aí nós não sabíamos onde nós iríamos ficar, aí viemos pra cá, chegando aqui largaram nós aqui igual merda n’água, não sabia nem pra onde nós iríamos, largo nós aqui. Rapaz... foi um balaio de gato que eu vou te falar em. Maldito *gato*, esse homem [recrutador] tinha uma lábia, contou pra gente que estava tudo certo, tava o caralh... desculpa, só de lembrar me dá um nervoso. Chegou aqui e não tinha nem onde deixar a gente. Foi aí que entrou o Cidão [segundo recrutador], ele foi um pai e... foi um pai pra nós, ele que pegou as carteiras [de trabalho] nossa, correu para as usinas, que já estava na safra né, foi lá pra botar nós pra poder trabalhar pra nós comer, ele alugou também a casa no Santa Rita pra gente ficar (*Sr. Barbosa*, Abril/2020).

*Sr. Chagas*⁵², homem pardo, atualmente com 61 anos, piauiense, natural da região rural de Valença do Piauí, migrou para Orlândia, no início dos anos 1990, veio à cidade por intermédio de um amigo que o informou que um *gato* se encontrava em Valença, arrumando gente para o corte da cana em São Paulo. O entrevistado nos relatou que não pensou muito no convite “[...] assim que ele falou não pensei [risos], estava precisando de emprego, painho perdeu toda a roça no ano anterior, falta de chuva, estava endividado, ia vender as terras, eu sempre trabalhei para ele, então, lavei o rosto, fiz uma malinha, e fui pra Valença, lá o recrutador só olhou e pegou minha carteira, entrei no ônibus e vim. Foi assim por três safras”.

As três safras trabalhadas pelo *Sr. Chagas* foram sempre com o mesmo *gato*, este tinha como responsabilidade, além de trazê-los do Piauí a Orlândia, garantir o trabalho aos sujeitos, alugar a residência na qual ficariam durante os meses da colheita, também abrir contas no mercado, a fim de que esses trabalhadores realizassem as despesas com comida e higiene. Os gastos dos trabalhadores, no estabelecimento, eram descontados direto de seus “ordenados”, e repassados ao proprietário do mercado.

⁵² Entrevistamos *Sr. Chagas* em duas oportunidades. A primeira em Julho de 2020 e a segunda em Novembro de 2023. As entrevistas ocorreram em sua residência no bairro Jardim Teixeira, área nobre da cidade. Em ambos os relatos Chagas falou sobre sua trajetória de vida, dos motivos de migrar para a decisão de ficar. Chagas é uma figura extremamente conhecida entre os nordestinos que residem no extremo-leste da cidade, em virtude de ser proprietário de mais de 10 residências que são moradia de dezenas de famílias, como narrou “[...] eu hoje sou dono de condomínios [risos], como eles dizem? [silêncio], sou dono dos *calango palaces*”.

A relação do entrevistado com o agenciador, bem como seu bom comportamento e comprometimento, como relatou, garantiu a simpatia do *gato*, o que lhe propiciou uma indicação para o trabalho em uma usina na cidade de Jardinópolis, região da Grande Ribeirão Preto. Segundo o entrevistado, o trabalho dentro da usina não era tão pesado quanto nos canaviais, porém, a carga horária, turnos de 12 horas trabalhadas e folga de 12 horas, eram tão desgastantes como o cortar cana, principalmente, devido ter que estar “[...] ligado o tempo inteiro, se o homem errasse uma coisinha comprometia o trabalho de todo mundo”. O piauiense relata que, por muitas vezes, o turno ultrapassou às 12 horas, chegando até mesmo há 16 horas trabalhadas para 8 horas de folga, durante o auge da colheita. *Sr. Chagas* destaca que, nas usinas, o salário era melhor, e com esse ganho, conseguiu comprar sua primeira casa no município de Orlândia, assim como outros bens materiais. Da mesma forma, para o entrevistado, o “trabalhar na usina” possuía outras vantagens, por exemplo:

[...] por ta dentro da usina eu acabei conseguindo coisas melhores sabe, as pessoas tinham mais confiança, pra alugar uma casa não precisei de um fiador entende, por que eu estava garantido aqui, não era uma aventureiro que nem eles falavam que os outros piauí eram. Aí acabou que eu acabei criando esse crédito, que também ajudou a fazer um empréstimo ali, outro lá, mas foi difícil esse começo, pra alugar a primeira casa eu mostrei pro dono a minha carteira de trabalho e o gato até me ajudou conversando com o dono.

O relato do entrevistado coloca em destaque que ao se tornar permanente, ele acabou por usufruir de certas oportunidades e possibilidades que não se encontravam no horizonte daqueles enquadrados como sujeitos que “iam e vinham”. Todavia, nem por isso foi fácil, foi necessário provar que não era um “aventureiro”. Utilizando do registro em sua carteira de trabalho e da intervenção do *gato* para quem trabalhou, *Sr. Chagas* conseguiu alugar sua primeira residência na cidade, localizada no extremo-oeste orlandino, região popularmente conhecida como Vilinha.

Quanto ao relato do *Sr. Barbosa*, para além das questões já exploradas em outros momentos deste capítulo, gostaríamos de nos focar nos assuntos que envolvem sua chegada e os laços criados com Cidão, o novo recrutador, responsável por alugar a residência para ele e os companheiros, e a contratação pela usina. O relato do *Sr. Barbosa* se entrelaça ao dos *Srs. Chagas, Alves* e de outros de nossos entrevistados. Os nordestinos que se instalavam no município apenas no período da safra – que não possuíam nenhum familiar ou amigo que já morasse na cidade, estavam sujeitos apenas à ajuda de seus recrutadores, os quais, assumiram o papel de *anjos da guarda*, pois eram eles que alugavam as residências, dariam “os nomes nos mercados” para que os trabalhadores pudessem fazer “despesas”, realizavam adiantamentos e empréstimos, entre outras ações.

Esses safristas, em sua maioria, moravam em espaços conjuntos, barracões ou pequenas casas localizadas dentro do perímetro urbano. Por meio dos relatos, observamos que tais “moradias” alugadas pelos recrutadores não eram ideais, visto que dividiam apenas uma cozinha, um banheiro e possuíam uma pequena lavanderia. Da mesma forma, os quartos, ou o quarto – pois, na maioria das vezes, era apenas um quarto que abrigava dezenas de pessoas – certos lugares não possuíam camas, os colchões ficavam no chão ou em cima de estrados da cama, em alguns casos, os colchões encontravam-se em péssimas condições⁵³. Havia poucas possibilidades de saídas dos locais. Era necessário, geralmente, a ajuda de um *anjo da guarda* que comprovasse que tais sujeitos não eram “aventureiros” ou, ao menos, “bons pagadores”.

Sr. Barbosa e *Sr. Chagas*, nesse ponto, possuem trajetórias distintas. Se por um lado *Sr. Chagas* é ajudado, ou melhor, recompensado por seu recrutador, que o indica para um trabalho na usina em Jardinópolis e conversa com o seu primeiro senhorio, *Sr. Barbosa*, mesmo que identifique que Cidão, o *gato*, como um “pai”, por ter conseguido alugar a residência para ele e os companheiros, além de conseguir o registro na usina, identifica como seu *anjo da guarda*, um pernambucano que conheceu em meio aos bailes de forró na cidade, em sua quinta safra (2004). Davi, o pernambucano, era mestre de obras e prestava serviço para uma construtora ribeirãoopretana e contou a *Barbosa* que sua empresa estava contratando pedreiros experientes, sugeriu a ele que fosse fazer a entrevista e usasse seu nome como referência.

[...] ai um amigo meu falou assim ‘Barbosa se quer trabalhar pra fora?’, eu disse rapaz eu vou, é o tudo ou nada, eu tenho que apelar pra tudo, aí ele disse que a empresa que trabalhava estava contratando. Ele ligou pra um amigo dele lá do escritório, empresa lá e falou ‘eu vou mandar um cara aí’ por que eu não tinha classificação de pedreiro, eu trabalhava lá na cidade [São Luís] mas eu não tinha classificação aqui, aí ele mandou, o pessoal falou pode mandar o rapaz vir, aí no outro dia eu saí daqui, fui com um cara, hoje ele está até preso, eu disse pra ele se me leva lá ele disse levo, fui lá pra Sertãozinho [cidade localizada a 61 Km de Orlândia], não conhecia Sertãozinho, ai meu amigo já tinha ligado lá, falaram que eu podia ir, já fui com tudo, documento tudo, fui pra lá, chegando lá meu querido, registrei na hora, eles falava se sabe fazer isso e isso eu dizia sei, se sabe fazer isso e mais isso e eu dizia sei, perguntaram quanto tempo eu trabalhava com o Davi lá [no Pernambuco] eu disse uns dois anos [risos], conheci o Davi no forró, mas disse que fizemos várias casas e ele ó... [fazendo sinal de que o entrevistador estava anotando tudo] e ele fez o contrato pediu pra dar baixa [na carteira de trabalho] com o pessoal da usina e depois voltar lá pra registrar. Cara quando eu vim de lá e olhei o papel [contrato] e vi o salário que estava lá de diferente do que estava na cana rapaz eu

⁵³ *Sr. Alves* recordou que alguns companheiros o relataram em meio ao canavial, em meados de 1995 ou 1996, que no espaço onde estavam morando, um barracão entre os Jardim Boa Vista e o Conjunto Habitacional Siena, houve uma infestação de percevejos, e para não piorar tiveram de queimar os colchões que usavam, e acabaram por ter que dormir em redes ou no chão em papelões forrados com cobertas durante o restante da safra, alguns destes espaços, alojamentos recordados pelo entrevistado são os pequeno quadrados, na cor preta, presente no Mapa 4.

vinha dando pulo, nossa foi uma benção, e esse cara hoje tá no Pernambuco, voltou, grande amigo meu, me deu a maior força e daí pra cá eu não parei mais, eu só trabalhei viajando, trabalhando como pedreiro, mas logo me aposento (Sr. Barbosa, Abril/2020).

Estrela (2002; 2003), ao analisar a migração nordestina na capital paulista, na década de 1950, destacou que os sujeitos que chegavam aos espaços urbanos de São Paulo, passariam a desenvolver atividades que estavam ligadas diretamente ao espaço urbano, atividades na construção civil, para os homens, e atividades domésticas, como diaristas e babás, para as mulheres. Segundo a pesquisadora, boa parte dos migrantes, quase sua maioria, passou primeiro por essas atividades, só depois de um tempo, após a consolidação no lugar, conseguiram trabalhar em outras áreas. Em sua pesquisa, até mesmo migrantes com experiência em distintas áreas, acabavam passando/trabalhando na área da construção civil e como domésticas (Estrela, 2003, p. 163-165). Tal situação pode ser observada na fala do Sr. Barbosa, assim como do Sr. Alves que destacou que, independentemente da “[...] função que ele fazia lá [no Nordeste], aqui era difícil, pelo menos no começo fazer a mesma coisa, aqui a maioria ia para cana, ou ia pra roça pra apanhar [colher] o que tivesse, no começo, depois só cana” (Sr. Alves, Fevereiro/2020).

Todos os relatos apresentados, até aqui, identificam um ponto em comum, todos se assemelhavam, utilizando novamente expressão das investigações de Estrela (2002), a *carneiros amarrados*, ou seja, por não conhecerem nada sobre os espaços e por não serem conhecidos e não possuírem “crédito na praça” - expressão utilizada tanto pela Sra. Marques quanto pelo Sr. Alves -, eram dependentes dos *anjos da guarda*, tanto para alugar residências, abrir contas em mercados, comprar parcelado em lojas, entre outras situações. Essas questões, como pudemos observar, nos relatos dos Srs. Chagas e Barbosa, eram piores para os safristas que acabavam por ficar à mercê de seus agenciadores e por não ter uma rede de familiares e amigos na cidade.

Cabe destacar que a posição de *carneiros amarrados*, sobretudo para aqueles que optaram por ficar na cidade, ou seja, que perdem a característica de *temporários*, não se manteria por muito tempo. Pelas narrativas dos entrevistados, pode-se notar que alguns deixaram a posição de *carneiros amarrados* e passaram a ser *anjos da guarda*.

Devido eu ter passado por isso muitas coisas né [dificuldades no início], eu falo, eu tenho carro aí, se for emergência eu levo mesmo, não tem problema nenhum, as vezes na rodoviária ou na rodovia quando chega parente meu, três quatro horas da manhã, sempre vem, aí chega lá o cara fala ‘não sei o que, não precisa’, eu falo ‘rapaz vamos socar tudo dentro do carro eu sei onde é o endereço, se couber vai todo mundo junto’ falam que ‘não, tem táxi’, eu já digo ‘não tem nada’, eu falo que ‘não tem problema não’, eu já fiz muita entrega aqui, ‘a quanto que é?’, ‘não é nada o importante é que está entregue’, eu sei o quanto é ruim chegar em um lugar e não

ter ninguém pra ajudar, eu tive gente que me ajudou, agora eu ajudo também, eu passei isso, eu sei como que é, eu já sofri muito por isso, então não é nada não, não cobro (*Sr. Alves*, Fevereiro/2020).

Eu abri aqui um negócio de costura, aqui, onde era a garagem, depois fizemos um cômodo, quando juntamos um dinheirinho. Aqui trabalhou comigo mais umas seis, sete [mulheres] por ano já, todas migrantes também. A gente arrumou emprego pra elas né, comecei a ter muito trabalho, e ia contratando, elas não tinham muitas oportunidades aqui, era gente desconhecida, ninguém dá trabalho, aí fui arranjando pra elas. Um ajuda o outro né? (*Sra. Borges*, Fevereiro/2020).

Ambas as situações de solidariedade apresentadas, seja a de *Alves* que buscava amenizar o estranhamento daqueles que chegavam, evitando assim que sofressem o mesmo que ele; quanto a da *Sra. Borges*, que dava preferência a mulheres nordestinas, em sua microempresa de costura, criaram movimentos espirais marcados por fortes princípios de ajuda mútua e que assumem a forma cíclica, que está sempre se transformando, incorporando novos sujeitos, novas formas ou conexões de rede, novas modalidades de ajuda, novas formas de deslocamentos e de comunicação.

Observa-se um certo princípio moral, em que:

[...] aquele que já se estabeleceu na cidade, que tem uma condição socioeconômica um pouco melhor tem, por princípio, a obrigação de ajudar aquele migrante que vier depois e que, porventura, pedir sua ajuda. Desde que haja um vínculo social pré-existente (ser um familiar, ser um parente, afilhado, vizinho com laços de amizade), a lógica é o migrante estabelecido ajudar aquele que está chegando e precisando de ajuda. É evidente que isso não ocorre em todos os casos e que há pontos de tensão nas formas concretas de como isso ocorre. Mas, por princípio, a expectativa dos envolvidos é que isso ocorra, existindo uma predisposição moral para isso (Braga, 2013, p. 313).

Essa lógica não é necessariamente algo exclusivo do contexto aqui analisado. Nem mesmo algo recente. O estudo pioneiro de Eunice Durham (1978), por exemplo, aponta, entre suas conclusões, que o migrante que se estabeleceu por primeiro e de forma relativamente bem sucedida no contexto citadino, tendeu a oferecer ajuda a seus familiares, parentes e amigos, em momentos posteriores, a fim de que eles também pudessem realizar o empreendimento migratório. Ao longo de seu estudo, a autora desvenda esse mecanismo de como se deu a migração interna e a inserção migrante no contexto da capital paulista: os novos migrantes, ao se estabelecerem, tendem a ajudar aos próximos, e, assim, sucessivamente, ampliando o leque daqueles ajudados, como familiares, parentes, vizinhos e amigos, além de estabelecer e consolidar redes sociais de ajuda mútua. Essas questões, para o contexto de nosso interesse, Orlândia, são complementares às redes de informação pontuadas ao longo da seção anterior.

Compreendemos, até aqui, que as dificuldades causadas pelo “não ter crédito” e não “ser reconhecido na cidade”, implicou na impossibilidade de alugar casas, “[...] sem um

fiador conhecido, isso era impossível” (*Sra. Borges*, Fevereiro/2020). Da mesma forma, destacam-se outras dificuldades, como: comprar “[...] fiado em supermercados, panificadoras, lojinhas de tudo que tipo, não dava não, ninguém vendia” (*Sra. Marques*, Junho/2020), também havia poucas oportunidades de empregos para os nordestinos recém-chegados nas empresas e indústrias locais, “[...] eles não davam empregos pro pessoal do norte” (*Sr. Melo*, Fevereiro/2020), restando a esses as atividades no campo, principalmente, para os homens.

Os *anjos da guarda*, no contexto orlandino, serviam, utilizando-se da proposta de Schörner (2006) em estudo sobre migrações na mesorregião do Vale do Itajaí - Santa Catarina, como uma espécie de “fio de Ariadne”, ou seja, as redes de solidariedade, em especial aquelas criadas através da família, amigos e conhecidos, auxiliavam os recém-chegados em sua socialização colaborando nas reelaborações de representações no novo lugar, orientando na busca de empregos e na participação no novo universo cultural. Essas redes de solidariedade, permitiam que os migrantes permanecessem ligados aos mais próximos, ou seja, aos conhecidos.

Ao nos encaminharmos para o final desta seção, é importante deixar em destaque que os relatos apresentados acerca do processo migratório em três décadas diferentes (1980/1990/2000), mesmo com suas particularidades, estão entrelaçados. *Sr. Alves* e *Sra. Borges* chegaram na cidade, em fins da década de 1980, observaram-na como um *canteiro de obras*, e, conforme ela crescia, a seguiram. Outros sujeitos entrevistados por nós, que passam a residir na cidade no mesmo período, não somente nordestinos, mas também mineiros, paranaenses e paulistas de outras regiões do estado, estabeleceram-se, inicialmente, em diferentes partes da pequena cidade, de preferência nos bairros próximos ao centro urbano, por exemplo, no Jardim Boa Vista, antiga Vila Tatu. No entanto, com a ampliação dos fluxos migratórios e o crescimento do tecido urbano nos sentidos leste e oeste, a migração acabou por se concentrar nas regiões periféricas, isso aconteceu em razão de os locais serem mais atrativos para os recém chegados, em especial, pelos valores dos alugueis e de terrenos disponíveis. Ressalta-se, ainda, que a valorização do centro urbano e seu entorno tendo em vista as significativas melhorias em sua infraestrutura - como postos de saúde, espaços de lazer e pavimentação das avenidas -, também gerou a recusa por parte de seus moradores a alugar residências aos nordestinos, sobretudo àqueles que chegavam à cidade apenas para as “safras”, isto fica evidente, por exemplo, nos relatos do *Sr. Chagas* e *Sra. Marques*, que migram no final da década de 1990, e do *Sr. Barbosa* e da *Sra. Assis*, que chegam no início do século XXI.

Conforme discute Vettorassi (2006, p. 117):

Quando optam pela migração, nem sempre estes homens e mulheres melhoram consideravelmente suas condições de vida. Passam a ser triplamente marginalizados: economicamente, quando inseridos em um modo de produção capitalista exploratório, geograficamente, quando habitam as periferias pobres e de precária infraestrutura nas cidades que os acolhem, e socialmente, quando fazem parte da injusta relação nativos/as 'de fora'.

No tocante ao último ponto tratado pela autora, a “injusta relação nativos/as de fora”, dedicaremos discussões profundas, ao longo dos próximos capítulos, visto que, tais noções, neste estudo, como discutiremos, são construções sociais baseadas não necessariamente na naturalidade, mas nas redes de amizade, parentesco, compadrio, sociabilidades e solidariedades. Segundo nos falou *Sr. Melo*, quando apresentamos a pesquisa a ele e à esposa, *Sra. Gazola*: “Se vai pesquisar migrante? [risos], pois então vai ter que entrevistar esses bairros inteiros, todos aqui são migrantes”. Infelizmente, não conseguimos entrevistar os “bairros inteiros”. Mas, todos os entrevistados, mormente aqueles acima dos 25 anos, eram migrantes, no sentido de não naturais da cidade de Orlândia.

Todavia, nem todos se consideram assim, nem mesmo o próprio entrevistado. Há um conjunto de características que diferem migrantes e locais, que são evocadas pelos segundos visando sua diferenciação, uma delas, e talvez a mais potente, seja a de que migrantes são aqueles que “ainda tem sua terra natal” (*Sr. Galvão*, Maio/2017), que, por qualquer motivo - seja por visitas esporádicas para festas, funerais, férias ou apenas para matar as saudades ou encontrar um amigo ou parente que se encontra acamado -, seguem para as regiões de naturalidade, a eles, existe a possibilidade/desejo ou ilusão do retorno, “[...] o retorno está à espera, ao menos em teoria” (Sayad, 2000d, p. 23). Já aquele migrante, o qual se considera local, na maioria das vezes, não possui um local para voltar: “[...] o que diferencia em muito a gente deles [nordestinos], é que a gente não tem mais a nossa terra natal, ela é aqui, ele ainda tem a sua terra natal, eles têm familiares e amigos por lá, não tem apego com aqui, eu, ela [esposa] e boa parte dos meus vizinhos, só temos aqui, aqui que a gente fincou nossas raízes” (*Sr. Galvão*, Maio/2017)⁵⁴.

A metáfora das raízes, em certa medida, permeia boa parte dos relatos de migrantes que se consideram como locais, estes sujeitos, sofreram um processo de desenraizamento ao perderam, venderem ou serem expulsos de seus antigos espaços de moradia, trabalho e de sociabilidade, o campo rural paulista, mineiro e paranaense. *Fincar raízes* em Orlândia, não foi, em muitos casos, uma opção, mas o que lhes restou, após a expropriação. Esta noção é

⁵⁴ Apenas visando contextualizar a narrativa e não nos aprofundarmos na discussão, pelo menos não neste momento, a narrativa pertence ao *Sr. Galvão*, homem branco, 70 anos atualmente, funcionário público aposentado. O entrevistado é natural da zona rural de Ituverava, migrou para Orlândia na década de 1970, após a expulsão de sua família das terras. Seu relato será analisado com mais profundidade no capítulo II.

um ponto fundamental utilizado por esses grupos para se diferenciar dos nordestinos, pois os colocam como sujeitos que não passaram pelo mesmo processo, pelo contrário, suas raízes “seguem no Nordeste”, a eles existe a “possibilidade” do retorno. Nos deteremos um pouco mais sobre este tema na seção seguinte, e com maior ênfase nos próximos capítulos.

Ao longo dessa seção, abordamos trajetórias, em diferentes temporalidades, que perpassam por um amplo verbo da migração, o *chegar*. Chegar esteve permeado desde o entusiasmo com a cidade e a decepção com sua periferia, local que passariam a residir, debruçamo-nos, também, a partir dos relatos e dos mapas, sobre algumas das mobilidades pelo tecido urbano e conhecemos algumas das redes que possibilitam o acolhimento dos sujeitos. Ao longo da última seção deste capítulo, dedicamo-nos ao último verbo da migração. Último, por enquanto, visto que as levas migratórias são circulares, jamais foram ou são estáticas (Vettorassi, 2006).

Ficar (?)

Eu vim, e depois eu fui.
Nesse ir e depois voltar eu fiquei [risos],
mas ainda pode ser que volte, quem sabe.
[Mas nesses anos, nunca voltou?]
Tá doido? Todo ano eu tô prá lá.
As férias são garantidas que eu passo lá.
(Sr. Alves, Fevereiro/2020).

Ao longo deste capítulo, a partir dos relatos e da literatura especializada referente aos temas tratados, tecemos considerações sobre os lugares de origem, a saída e suas motivações, as redes de informação e solidariedade que permitiram o processo migratório (amizade, família e trabalho), bem como as primeiras impressões a respeito da cidade e suas transformações. Todos os nordestinos, entrevistados ao longo deste estudo, residem na cidade de Orlândia há pelo menos duas décadas, todos, transformaram-se, de *permanentemente temporários* em permanentes, ou seja, passaram a ser moradores do município, conseguindo adquirir casas, seja pela compra de lotes e as erguendo, contemplados por uma moradia em conjuntos habitacionais, ou, ainda, mantendo-se na cidade através de alugueis. Seus relatos, em grande medida, suas histórias de vida, narradas ao longo das entrevistas se encerravam, geralmente, neste verbo, *ficar*. Pelo menos era o que nos parecia.

Ficar, em grande medida, correspondeu a um projeto familiar, que se encontrou ligado às mesmas motivações que levaram os sujeitos a saírem. *Ficar* visava, sobretudo, “melhorar de vida”. Essa noção, com múltiplos significados, relaciona-se à concepção de ascensão social que, por sua vez, significava a mudança no *status* profissional e a melhora

nos padrões de vida (Durham, 1973; Maciel, 2013a). Todavia, “melhorar de vida”, também esteve ligado a questões como o acesso e consumo de bens duráveis e não duráveis, acesso aos serviços sociais, mormente educação e saúde (Maciel, 2013b), e, também, pode ser interpretada como uma forma de luta contra condições de pobreza e de exclusão social. Todos esses pontos permeiam, em maior ou menor grau, os projetos familiares daqueles que optaram por migrar em definitivo.

Ficar, significava interromper as idas e vindas anualmente, tal decisão era tomada em conjunto, grandemente entre marido e esposa, mas, também, envolvendo outros membros do sistema familiar a qual os/as nordestinos encontravam-se inseridos, como sogros e sogras, mães e pais, tios e tias, primos e primas etc., pois o sistema familiar era parte fundamental e central, exercendo influência nas definições de ações coletivas e individuais, assim como num amplo conjunto de valores, ações e decisões tomadas por eles (Fonseca, 1987; Braga, 2013).

Ficar, assim como *Sair*, não era uma decisão tomada de forma espontânea, mas pensada e planejada com antecedência. Era necessário levar em consideração diversos fatores, por exemplo, os econômicos, porque, ao migrar em família e se estabelecer em “definitivo” no espaço de destino, os custos de sua manutenção/sobrevivência no local aumentariam significativamente, diferente daqueles que seguiam “indo e vindo”.

Na busca por equilíbrio das contas, e seguir esse projeto de vida, a divisão sexual do trabalho não seguiu o sistema tradicional do homem-provedor e da mulher-dona de casa, pois os ganhos dos companheiros eram insuficientes para a reprodução social das famílias. Inicialmente, as mulheres, além das atividades domésticas e de cuidados com a sua família, tornaram-se assalariadas, desenvolvendo tarefas em suas residências (como lavadeiras de roupas, babás, costureiras e dobradeiras de palha), ou fora delas (diaristas, vendedoras e tiradoras de palha)⁵⁵.

Sra. Borges fundou uma pequena fábrica de costura em sua residência que, além dos ganhos para sua família, permitiu que outras mulheres nordestinas trabalhassem e também auferissem ganhos para si e para colaborar nas despesas e manutenção das suas casas. *Sra. Marques*, em Orlândia, trabalhou “rente” ao companheiro nos milharais, ela “tirando palha” e

⁵⁵ Há de se destacar ainda que um pequeno número de mulheres também trabalhou em atividades voltadas à cana de açúcar, como bituqueiras, cortadoras e coletoras de pedra, como é o caso da *Sras. Marques, Pinto e Mendonça*, contudo, como nos mostra Moraes Silva, as mulheres, desde fins do século passado, foram paulatinamente alijadas do trabalho nos canaviais. Sobre este ponto, sugerimos como leituras os trabalhos: Moraes Silva (1999a; 1999b; 2010; 2011a; 2016). Moraes Silva se dedicou a analisar a presença e desaparecimento da figura feminina, migrante e/ou boia-fria, no corte e demais atividades envolvendo a agroindústria canavieira, em síntese seus estudos se dedicaram ao “trabalho oculto das mulheres nos canaviais”.

o marido “quebrando” e “debulhando” milho e, ao longo da entressafra, seguia em sua residência dobrando palha. *Sra. Assis*, após sua chegada, dedicou-se a terminar os estudos e logo ingressou na Seara Alimentos - empresa esta que merece destaque, pois, junto a Fiorese Citrus, localizada em Sales Oliveira, foram responsáveis pelo emprego de centenas de mulheres nordestinas que possuíam, em Orlândia, seu local de morada na década de 2000.

Entre os entrevistados e entrevistadas em nossos estudos, ao longo dos últimos anos, em especial aqueles da primeira geração, eles/as buscam sempre apresentar que os seus projetos familiares, sobretudo aqueles que visavam a melhoria de vida, foram bem sucedidos. Parte dos sujeitos que contribuíram com seus relatos encontram-se empregados, em vias de se aposentar ou aposentados.

Esses/as nordestinos/as, que optaram por ficar na cidade, desde fins da década de 1980, inicialmente trabalhando em toda sorte de atividades possíveis, sempre em uma encruzilhada entre o trabalho formal e informal, no campo e na cidade, com ou sem registros na carteira de trabalho, e, nas décadas posteriores, enfrentando o árduo e abusivo trabalho em meio aos eitos dos canaviais e nas roças de milho, conseguiram consolidar seus projetos familiares, e, em grande medida, mudaram suas vidas. Os homens que, em maior número, estavam ligados às atividades nos canaviais, “catando frango”, “quebrando” e “debulhando” milho, através de redes de amigos e de parentescos reforçadas após a fixação na cidade, acabaram conseguindo empregos em meio as empresas na cidade e região, e as mulheres que, outrora encontravam-se ligadas apenas às atividades domésticas, de cuidado, ou também se encontravam, no campo tirando palha, ou na cidade dobrando-a, passaram a ocupar, massivamente, o mercado de trabalho orlandino, no setor de serviços e nas já citadas empresas Fiorese Citrus e Seara Alimentos.

A realidade dessa primeira geração que fica, especialmente em sua primeira década, difere-se da de seus filhos ou netos. As gerações mais jovens, como de *Coelho*, filha da *Sra. Assis*, *Almeida*, filha da *Sra. Marques*, *Macedo*, filha da *Sra. Borges*, majoritariamente filhos e filhas de trabalhadores rurais migrantes, tiveram ocupações diferentes da de seus pais, seus primeiros empregos sempre estiveram ligados ao mercado de trabalho urbano (Macedo, 2013b). Eles/as se deparam com novas possibilidades, possibilidades essas não disponíveis para suas mães e pais, mormente aquelas ligadas às questões da educação, em especial ao Ensino Superior. Todavia suas famílias não deixam de operar como uma espécie de microestrutura que norteia os projetos e as escolhas de seus membros (Santos, Thibes & Menezes, 2019). Pelo contrário, “[...] do ponto de vista da herança geracional, importa

ressaltar como os projetos de vida da geração mais jovem dialogam com as expectativas dos pais” (Santos, Thibes & Menezes, 2019, p. 686).

A educação e o emprego dos filhos e filhas são pontos fundamentais nos resultados dos projetos familiares para os nordestinos a longo prazo. A educação, sobretudo o Ensino Superior, é, geralmente, colocado como ápice deste projeto, em especial para as mulheres. Com relação aos empregos, especialmente, àqueles no contexto das tradicionais empresas da cidade, como Morlan, Brejeiro e Intelli, são a realização maior para os pais com relação a seus filhos homens.

Veja, três filhos. Duas mulheres e um homem. Uma terminou a faculdade agora, a outra está fazendo. O menino não quis, mas pelo menos fez até o ensino médio e agora tá bem empregado. Os três estão, mas as duas vão ter mais oportunidades, mas ele [o filho], tá no Brejeiro, um sonho! (Sr. Alves, Junho/2023).

Minhas duas filhas são professoras, são até concursadas [Rede Municipal de Ensino], veja que beleza! Já o Anderson não quis saber de estudo, mas ele conseguiu emprego na Morlan, se sabe, Morlan é um empresa muito importante aqui na cidade. Eles conseguiram seguir o que eu e Manoel desejávamos para eles (Sra. Borges, Fevereiro/2020).

Eu ralei muito aqui na cidade, muito mesmo, mas agora todo esse meu trabalho é recompensado, minhas filhas estão muito bem empregadas. A mais velha já tá na faculdade e trabalhando e a mais nova tá juntando um dinheiro para começar também, ela que ir pra fora (Sra. Assis, Maio/2017).

Os três relatos apresentados acima nos dão a dimensão de que as expectativas dos pais sobre seus filhos/as, dos projetos elaborados pela e para a família, foram cumpridos ou estão em fase de serem concluídos: bons empregos e grandes oportunidades advindas de uma educação de ensino superior. Nota-se que, nos relatos, tanto o ensino quanto o trabalho estão entrelaçados, as trajetórias dos jovens: escola-trabalho/faculdade ou escola-faculdade/trabalho vai ao encontro de pesquisas feitas a partir de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Santos, Thibes & Menezes (2019), mostram que, nas classes populares, e mesmo na classe média baixa, “[...] não opera o modelo europeu de transição ensino médio-faculdade-trabalho. No Brasil, nesses setores, após o término do ensino médio, os indivíduos ingressam no mercado de trabalho como forma de poder investir em um curso superior” ou realizam as duas atividades, trabalho e educação, de forma simultânea.

Os relatos dos pais são complementados pelas narrativas dos/as filhos/as:

Eu sei que eles não tiveram muitas oportunidades, mas eles possibilitaram que a gente tivesse. E é isso, a gente tem que seguir essa expectativa, não que a gente não tenha os nossos sonhos [risos], que nem ele [o pai] queria que a gente tentasse algo nas empresas grandes aqui, mas eu queria estudar, aí sai do ensino médio e logo

comecei a trabalhar, primeiro na Fioresi depois na Seara, e logo comecei a fazer pedagogia em uma faculdade em Ribeirão [Preto] (*Srta. Salvador*, Junho/2023)⁵⁶.

Eu já guardei um bom dinheiro trabalhando de secretária em uma clínica odontológica. Esse ano [2017], vou fazer o Enem e tentar uma pública, fazer odonto. Ela [a mãe], sempre me incentivou, sempre me incentiva, até falou para fazer curso profissionalizante aqui, mas eu quero mais, entende? Ela permitiu que a gente, eu e minha irmã, termos mais opções, coisas que ela não teve, não pode ter (*Srta. Coelho*, Maio/2017)⁵⁷.

Os relatos acima, o primeiro da filha mais nova do *Sr. Alves* e o segundo da caçula da *Sra. Assis*, contribuem para nossa análise, suas falas nos permitem dimensionar a conclusão do projeto familiar, na realização dos desejos da família, e sua continuidade, com base na vontade delas, de seus planos. Nota-se que elas não estão atendendo à risca os desejos de suas respectivas famílias, seu momento histórico, diferente de seus pais, permitem uma maior liberdade para escolher a carreira que desejam. Esse leque de possibilidades está ligado tanto aos investimentos da família que visavam que sua prole pudesse vivenciar experiências que os mesmos não tiveram oportunidades - como dedicar-se aos estudos, processo que a sua geração não pode vivenciar com maior afinco em virtude de estes iniciarem suas atividades laborais desde tenra idade -, quanto pelas conjunturas derivadas das políticas públicas das últimas duas décadas do século XX, voltadas a permanência das crianças e jovens nas escolas e acesso à educação superior através da ampliação das vagas em universidades públicas e bolsas de estudo nas universidades privadas.

Neste ínterim dos projetos de vida dessas famílias, como nos estudos de Santos, Thibes & Menezes (2019), nossa atenção é direcionada para observar que ocorre uma mudança de conjuntura que opera nas escolhas de vida e nas estratégias familiares no espaço

⁵⁶ *Salvador*, utilizando do sobrenome de sua avó materna, é uma mulher negra, atualmente com 28 anos, funcionária na empresa Seara Alimentos desde 2020. Também trabalhou na Empresa Fiorese Citrus, contudo, em virtude dos baixos salários e por condições de saúde, se desligou da empresa em 2020. *Salvador* sempre participou de nossas conversas com *Sr. Alves*, ora como observadora, ora como entrevistada. Também realizamos uma entrevista com ela sozinha em fevereiro de 2020. Sua narrativa como dos demais jovens nordestinos versam muito mais sobre as condições dos nordestinos na cidade, seu relato, sempre em tom de denúncia, narra sobre as violências, e, de forma enfática, principalmente, quando encontrávamos entrevistando seu pai, reforçava as violências que ele sofreu, mesmo que ele negasse, ou, como na maioria das vezes minimizasse as situações. *Salvador*, formou-se em Pedagogia, como sua mãe, no ano de 2024, tem como projeto de vida concursar-se na cidade, seja pela rede municipal como estadual de ensino.

⁵⁷ *Coelho*, utilizando do sobrenome de sua avó materna, é uma mulher negra, atualmente com 27 anos, dentista vinculada à Secretaria de Saúde da Cidade de Orlândia. Trabalhou inicialmente como operadora de *telemarketing* entre seus 18 e 20 anos na empresa ribeirãopretana Brasil Center, empresa que empregou considerável número de jovens nordestinos e locais da cidade de Orlândia na segunda década do século XXI. Entrevistamos *Coelho* junto com sua mãe *Sra. Assis* em maio de 2017 e com ela sozinha em abril de 2023. Em ambas as suas narrativas ela abordou o tema do histórico preconceito que os nordestinos sofrem na cidade, especialmente, em sua segunda entrevista, realizada em sua residência, em região nobre da cidade, ao abordar sua trajetória de vida e o orgulho de suas conquistas, finalizou o relato informando que se sente como uma intrusa/impostora, seja em sua profissão (dentista) como no lugar que habita (Jardim Teixeira, região de classe alta).

temporal de duas gerações. Se na primeira geração o arranjo consiste, mormente, no trabalho rural tanto para os homens quanto para as mulheres, e, especialmente para elas, outras atividades no setor urbano, inicialmente como domésticas, costureiras ou babás, em síntese, atividades voltadas ao cuidado; na segunda geração essas opções passaram a ser revistas e exigiram novas negociações identitárias, entremeadas com diferentes expectativas individuais, nessa segunda geração há um investimento maior na educação, propiciada pela família e também pelo Estado, as atividades laborais encontram-se entrelaçadas com maior ênfase nos setores urbanos, no caso dos homens, há uma valorização nas empresas tradicionais, que outrora não contratavam nordestinos e, para as mulheres, em empresas como a Seara Alimentos e Fiorese Citrus.

Ademais, existe um ponto fundamental entre os projetos dessas duas gerações. Trata-se do *ficar*. Para os jovens, pelo menos aqueles entrevistados por nós, ao longo dos anos, o processo migratório se encerrou. Defendem, como os *Srs. Galvão e Melo*, que suas raízes se encontram *fincadas* em Orlândia, estão aqui o trabalho, os amigos, os amores e suas memórias.

Não me lembro de lá [Valença], eu tinha só dois anos, acho que é natural. Eu sempre vou, quando posso, quando cruzam as minhas férias com a deles [pais]. Mas memória, algo antigo eu não tenho. Eu vivi aqui, cresci, meu namorado é daqui, é piauí [risos], mas é o mesmo caso é daqui que nem eu [risos], vive aqui, entende? Então não faz sentido um dia eu voltar, eu acho, mesmo que o pessoal ache que a gente não é daqui como eles, e nem eles são [risos]. Essas diferenças [risos] (*Srta. Salvador*, Junho/2023).

O depoimento da *Srta. Salvador*, filha de *Alves*, revela que ela não possui memórias, sobre Valência, mas, quando o pai falava da cidade, volta e meia, ela complementava, em certo momento, falava como eram as ruas, a vegetação, o clima, as pessoas, invocava sons, imagens e sabores. *Sr. Alves*, bravo com as interrupções da filha, disse: “[...] você falou que nem se lembra de lá, não se intrometa na minha entrevista”, a filha saiu da sala rindo, junto a outra irmã e apenas disse “não sou, mas vou todo ano com o senhor”. Os mais jovens buscam sempre reforçar seu vínculo com Orlândia, mas, todos os entrevistados, tanto os mais velhos como os mais novos, desde o momento que decidiram por ficar, seguem migrando, quase anualmente.

Deste modo, se o processo migratório se encerrou, ou seja, se tornou definitivo, não será uma pergunta à qual nós teremos uma resposta simples ou definitiva. Não conseguimos determinar até que ponto a “permanência” se constitui uma constância, uma fixação estável e durável (Maciel & Pereira, 2013). Visto que nossos entrevistados, notadamente os da primeira geração, têm em maior ou menor grau, um certo *desejo de retorno*, ou ao menos

uma *ilusão* de tal processo, que, em certa medida, se encontra entrelaçada à sua condição/noção/percepção enquanto *migrante*.

Sendo explícito ou não, o desejo do retorno é, de fato, a condição de existência dos migrantes. Muitas vezes expressa-se em investimentos materiais, sociais e simbólicos. A aquisição de bens na origem como casa, animais, meios de transporte ou retornos periódicos aos seus locais de origem são símbolos de que o sentimento do retorno está presente no migrante (Menezes & Clementino, 2020, p. 254).

Entre nossas conversas, formais e informais, gravadas ou apenas anotadas em nossos diários de campo, observa-se que o *desejo de retorno* sempre se fez e se faz presente, de forma clara ou velada, confessada ou sonhada.

[...] hoje eu sou o que sou aqui, por causa daqui, da estabilidade que tenho aqui. Orlândia trouxe a realização de muitos sonhos. Eu volto pra lá [Bacabeira-MA], direto, voltei de lá mês passado, fui ver minha mãe. Terminei um serviço aqui e passei um tempo lá, dois meses. Quando me aposentar, às vezes penso em vender uma das casas aqui e ir pra lá, mas são só planos, é sonho também [risos] (Sr. Barbosa, Junho/2023).

Sr. Barbosa nos relata que ele ‘é o que é’ devido às oportunidades encontradas nas terras paulistas, realizou muitos de seus sonhos, do pagamento das dívidas deixadas no Maranhão à compra de duas casas em Orlândia. Na Cidade das Avenidas, o entrevistado teve seus sonhos concretizados, mas, não deixou de sonhar. O novo sonho, com a futura aposentadoria, a estabilidade advinda dela, permitirá a ele retornar.

O relato acima, dado a nós pelo Sr. Barbosa, em certa medida, perpassa a narrativa de todos os nossos entrevistados, ao longo dos últimos anos de pesquisa. Todos eles nunca deixaram de retornar. Retornaram para festas familiares, visitas a alguém que se encontrava com a saúde debilitada, ou apenas para matar as saudades ou acompanhar os pais. O retorno, assim como o *ir* é ponto fundamental, mas também transitório, até o momento, não definitivo, mantém-se o vínculo com a Cidade das Avenidas, seja por seus imóveis, como pelas redes familiares e de amigos no local. Entre o Nordeste e Orlândia, esses sujeitos ainda seguem transitando, deslocando-se. Essa migração ainda ocorre e seguirá ocorrendo. Os transportes, que ainda são nomeados como *cata ossos*, seguem “trazendo e levando gente” para algo ou não. São sujeitos divididos “entre-dois-lugares” (Sayad, 2000d).

Até mesmo entre a segunda geração de migrantes, que de forma explícita, mencionam que “suas raízes estão fincadas” em Orlândia, seja por seu trabalho, pelos amigos e parceiros, existe aí, de forma implícita, uma relação com a terra de origem. Seguem acompanhando seus pais durante suas férias, não por obrigação, mas por vontade própria.

Ressalta-se que, mesmo que a primeira geração de migrantes opte por retornar, os filhos provavelmente por ali ficaram, e eles, esporadicamente retornaram para Orlândia para

visitá-los, também os/as filhos/as permaneceram seguindo em direção ao Nordeste para visitar os pais. Como nos disse *Sra. Marques* e outros de nossos entrevistados: “quem bebe da água de Orlândia, sempre volta [risos]”. Entre tantas narrativas que poderíamos apresentar, o relato do *Sr. Melo* talvez seja o que melhor ilustra nossas considerações sobre esse “ir e vir” que segue e, provavelmente, seguirá contínuo.

O povo veio e foi ficando, minha família nunca voltou, migrou uma vez só, mas é porque lá não nos resta nada, não temos mais ninguém lá, nossa vida tá aqui. Mas o pessoal aqui antes era vai e vem, vinha um ano, acaba o trabalho e voltava, teve gente que fez isso vinte anos e era assim, até que decidiu vir e ficar de vez. Mas se for ver bem não fica, não vai ficar, eu tenho muitos amigos que se aposentaram e voltaram e outros que vão se aposentar e vão voltar, mas eu te digo, quem bebe da água de Orlândia não quer mais sair daqui, vão ir e logo voltam, esses que se aposentaram, venderam tudo e foram, volta e meia pega um *cata osso* e fica por aqui tirando férias. [*Sra. Gazola*: férias? (risos)], Verdade, nunca vi férias de 6 meses [risos], venderam tudo, mas aqui tem a casa de filho, de parente, ficam por aí. [*Sra. Gazola*: o Mané!], Sim, se viu o Mané passando aqui? Esse é um, aposentou e vendeu tudo, foi pra lá com a esposa, voltou para a terra dele, e agora voltou, tava com saudade ele disse, acho que não matou a saudade ainda, tem dois anos que tá aqui [risos] (*Sr. Melo*, Fevereiro/2020).

O relato do *Sr. Melo* possui duas dimensões. A primeira, sem dúvida, é de colocar em destaque, novamente, a noção de quem são os migrantes, ou seja, aqueles que têm para onde retornar, que não pertencem à Orlândia por não possuírem raízes “fincadas” na cidade, conforme também foi narrado pelo *Sr. Galvão*. Esses, após se aposentarem, vão romper com ela, fechariam o ciclo da migração, ao retornar. A migração, mesmo sendo uma presença durável, é vista e vivida por todos de maneira provisória, adequada aos olhos de todos por intenso sentimento de provisório, mesmo para a segunda geração, ou até mesmo para os filhos e netos nascidos na cidade paulista, no melhor dos casos, são vistos enquanto uma presença naturalizada, *mas jamais uma presença natural* (Sayad, 2000d). Nesta perspectiva os chamados “moradores locais” visam colocar em destaque que o sujeito migrante é aquele que, em maior ou menor grau: segue sustentando e alimentando os vínculos, os laços afetivos com a terra de origem (as raízes), de diferentes formas.

Porém, a segunda dimensão do relato do *Sr. Melo* que, por um lado, reforça esta noção de migrante, ou seja, colocando em destaque a característica de temporários, cíclicos, e sujeitos que não pertencem à cidade, por outro lado, acaba também por colocar em xeque a noção de que esses sujeitos não possuem *sentimentos de pertencimento ao espaço* para o qual migraram e residem por décadas - enfim, um paradoxo (Sayad, 1998). A sua condição paradoxal de estar aqui, mas ser constantemente imaginado como um intruso ou forasteiro que pertence a algum ali, a um outro lugar, *um sujeito provisório* (Cavalcanti, 2005). O questionamento sobre quem pode e deve ser reconhecido como migrante é uma construção

que possui várias camadas que são mobilizadas em conjunto ou separadas, visando, sempre, a diferenciação, a construção de quem seria o *outro*, o *migrante*, bem como, para sua efetividade não basta apenas a sua imputação, mas o próprio reconhecimento dos nordestinos enquanto migrantes⁵⁸. Como discute Sayad, (2000b, p. 11), “O imigrante só deixa de sê-lo quando não é mais assim denominado e, conseqüentemente, quando ele próprio assim não mais se denomina, não mais se percebe como tal. E a extinção desta denominação apaga, a um só tempo, a questão do retorno inscrito na condição do imigrante”.

Mané, o amigo do *Sr. Melo*, mesmo após vender tudo o que possuía em Orlândia e retornar para sua terra de origem, retornou à cidade, estava com saudades, confessou ao entrevistado. Mesmo não possuindo mais moradia fixa, possuía parentes, sua estada, que seria apenas alguns dias de férias, já se prolongava por mais de dois anos. Outro exemplo, é o caso do *Sr. Barbosa*, apresentado em páginas anteriores, quando relatou que tinha o sonho de se aposentar e voltar ao Maranhão, expôs que venderia apenas *uma* de suas residências na cidade, com os ganhos da venda, provavelmente, compraria outra no Maranhão, *Sr. Barbosa*, assim como o amigo do *Sr. Melo*, Mané, possivelmente, voltaria para Orlândia, de tempos em tempos, viria tirar alguns dias, meses ou talvez anos de férias. Ambos seguirão, nem cá, nem lá, mas vivendo "entre-dois-lugares" (Sayad, 2000d).

Num primeiro momento, pode-se considerar que a busca por recursos econômicos, foi o único motivo que levou aqueles migrantes a se deslocarem para Orlândia. Tratavam-se de uma “presença provisória”, onde o trabalho foi a “razão de ser” dos migrantes (Sayad, 2000d). Porém, na atualidade, observa-se uma complexa rede de solidariedade e de fluxo de pessoas, cujos vértices, os “nós”, são principalmente concepções de vínculos de parentescos e de amizades onde um amplo conjunto de valores morais se fazem presentes. Relações que mobilizam não só sujeitos, mas também afetos, vínculos familiares, de compadrio, alianças, sentimentos de pertencimentos, sinais diacríticos referentes a identidades locais e regionais, princípios morais, dinâmicas econômicas etc. (Braga, 2013).

Ao fim de uma atividade de campo, em um domingo do mês de novembro de 2023, com o objetivo de coletar narrativas na cidade, encontrava-me, na rodoviária de Orlândia, à espera de meu ônibus. Observei que o espaço estava movimentado, algo incomum para um domingo. Prestando atenção nas conversas das pessoas que me rodeavam, logo percebi que aqueles sujeitos viajariam para o Nordeste. Ao perguntar a uma senhora, ela confirmou minha suspeita, estavam todos indo para o Piauí, mais especificamente, para a região de Valença.

⁵⁸ Nos dedicamos com maior afinco sobre as camadas deste paradoxo ao longo dos próximos capítulos.

Não existe uma linha de ônibus oficial que ligue esses dois espaços, trata-se de uma linha clandestina, era um *cata ossos*. O ônibus, que vinha de Morro Agudo, ao encostar, ao lado da rodoviária, pois não tem autorização para aportar nas dependências dela, a senhora se despediu, desejou-me boa viagem, o que retribui. Fiquei observando aqueles que embarcavam, parecia-me que havia muito mais pessoas do que lugares no ônibus, foi então, que percebi, muitos ali estavam apenas acompanhando os outros que seguiriam viagem. Em uma das janelas do ônibus, vi a senhora com quem conversava e escutei, quando ela disse à mulher, provavelmente sua filha: “pare de chorar, daqui a pouco estou de volta”. *Sair, vir, chegar, ficar*, e, quem sabe, ainda *voltar/retornar*, são alguns dos verbos que estão presentes nas trajetórias cíclicas da vida dos migrantes nordestinos que entrevistamos.

Ao longo das páginas que compõem este capítulo, buscamos analisar quatro pontos/verbos de alguns relatos de sujeitos que vivenciaram o processo migratório: dos motivos da saída, as redes que as permitiram migrar e, por fim, as primeiras impressões sobre a cidade de destino e as redes que possibilitaram a integração nela.

Abordando tais relatos, observamos que as décadas finais do século passado, foram marcadas por uma significativa expansão da mancha urbana municipal. As migrações rurais-urbanas e interestaduais ocasionaram um excedente populacional, que ao se empregar na zona rural ou em indústrias locais associadas ao agronegócio sucroalcooleiro, mas não somente a ele, se fixou no município em habitações construídas através da combinação de iniciativas públicas e privadas ora pela cessão de terrenos pertencentes ao poder público municipal, ora pela venda destes com parcelas a preços módicos. Os planos de habitação desenvolvidos desde meados da década de 1980 deram forma ao leste e oeste orlandino, espaços residenciais ocupados, quase em sua totalidade, por populações migrantes (permanentes e/ou temporárias).

Entendemos e defendemos aqui, que o fenômeno migratório foi parte integrante da estrutura social e espacial da cidade de Orlândia. A presença de migrantes do mundo rural, sejam eles paulistas, paranaenses e mineiros expropriados de suas terras de plantar e viver, mas também de nordestinos, que em um primeiro momento tinham como característica serem *permanentemente temporários*, não foi invisível, pelo contrário, todos, foram peças fundamentais para pensarmos o emergir da expansão e espraiamento urbano da cidade de Orlândia. O espaço se apresenta como *palco das relações sociais* (Villaça, 2012) e as migrações como parte *estruturante da dinâmica social e populacional* nesta localidade (Pereira, 2017). Enfim, as migrações *redesenharam os traçados da cidade*, reelaboraram o espaço citadino.

Nas próximas páginas, buscaremos nos aprofundar sobre alguns temas brevemente abordados neste capítulo, mormente das expropriações dos chamados “locais”, seu aparecimento e desaparecimento como trabalhadores assalariados rurais (boias-frias), as atividades laborais dos nordestinos, destacando o cotidiano, condições de trabalho e estratégias de resistências, e, por fim, sua condição de *provisoriedade definitiva* enquanto *migrantes*.

Se por um lado é verdade que a razão essencial da emigração reside na busca de trabalho e que é também o trabalho que pode, sozinho, justificar a presença do imigrante, por outro, este se encontra, sob todos os pontos de vista e em todos os setores de sua existência, numa situação excepcionalmente diferente daquela do trabalhador nativo (ou nacional).
Abdelmalek Sayad, *Le foyer des sans-famille*, 1980

Capítulo II

Labor: trajetórias, cotidiano e resistência

Quando vier para Orlândia novamente, passe por aqui,
acho que falei muito de lá [Nordeste] e como foi chegar aqui.
Tem muito mais coisas, tem o trabalho do corte da cana.
Isso é muito importante para todo nordestino que tá aqui,
se não foi cortador é filho, irmão ou neto.
Tenho muito para te contar sobre isso, tá no DNA rs [risos].
(Sr. Chagas, Agosto/2020)

O relato que abre este segundo capítulo corresponde a uma mensagem trocada com Sr. Chagas, semanas após a nossa primeira entrevista, realizada em julho de 2020. Em nosso primeiro encontro, seu relato se circunscreveu acerca da sua trajetória de vida, dos motivos de migrar para a decisão de ficar, como foi se estabelecer na cidade e os preconceitos enfrentados nela. Contudo, segundo a própria mensagem demonstra, ele pouco abordou quanto ao tema do trabalho, naquela ocasião, apenas comentou de sua mudança de emprego, de cortador para funcionário de uma usina.

O trabalho, especialmente aquele executado em meio aos canaviais, é ponto o qual todos os nordestinos realizaram apontamentos, mesmo aqueles que não chegaram a trabalhar no corte da cana, mas evocam as experiências de familiares, sejam de pais, irmãos, tios ou avós. O trabalho é uma memória marcante para esses sujeitos, pois se relaciona, de maneira geral, aos motivos que os levaram a migrar ou seguir um familiar. Como ressaltou Sr. Chagas, o trabalho faz parte do DNA dos nordestinos que migraram para a cidade de Orlândia. Conforme resalta Sayad (2000d, p. 21), "[...] o trabalho contém em si, [...] toda a inteligência do fenômeno migratório, da emigração e da imigração".

Se, ao longo do Iº capítulo, exploramos alguns verbos da migração, situando historicamente e analisando as redes e os caminhos percorridos até o nordeste paulista, no decorrer das próximas páginas, dedicar-nos-emos às atividades laborais desenvolvidas por esses sujeitos em terras orlandinas. Porém, assim como em páginas anteriores, onde consideramos a tese de que a migração não se trata de um simples deslocamento de força de trabalho, buscamos aqui investigar os mecanismos responsáveis pela gênese do processo que produziu o emigrante (Sayad, 1998; Moraes Silva, 2020), em um primeiro momento, neste segundo capítulo, procuramos responder, com maior riqueza de detalhes, como tais trabalhos, em São Paulo, estavam disponíveis para os nordestinos. Buscaremos explorar as experiências

no Sul que “provocaram efeitos de despertar sonhos sonhados no norte” (Dawsey, 2013, p. 116).

Ancorados na literatura acadêmica, pretendemos conhecer e analisar as transformações do horizonte rural no nordeste paulista, o processo de expropriação de centenas de trabalhadores residentes desses espaços - colonos, trabalhadores permanentes, parceiros e pequenos arrendatários - que vivenciaram um processo de “migração forçada”, o assalariamento rural e o desaparecimento das cores e a reestruturação espacial e produtiva do campo paulista.

Como pano de fundo, o leitor poderá observar que o processo de acumulação de capital na atividade canavieira, possui ligação direta com as transformações socioespaciais na região da Grande Ribeirão Preto, neste sentido, Orlândia, mesmo com suas especificidades, não foge à regra. Neste capítulo, levamos a máxima de pensar campo e cidade como espaços inseparáveis, pois a constituição de seu tecido social e urbano, como pontuamos no capítulo anterior e reexploraremos aqui, se deu a partir de um processo de acumulação do capital no campo, que, alijou de milhares de homens e mulheres do direito à terra para plantar e viver. O assentamento de centenas de famílias no urbano, na cidade é, inicialmente, um resultado dos processos de acumulação de capital que, em essência, produz espaço e dele tira proveito de modo sub-reptício (Xavier, 2010), em síntese, o que destacaremos é que o trabalho, assim como a migração, ocupa centralidade no entendimento das transformações socioespaciais.

Resgatando histórias, memórias, trajetos e trajetórias de sujeitos que foram sobrepujadas em meio a uma *limpeza do terreno* (Moraes Silva, 2024b), evidenciaremos o avanço dos canaviais sobre as terras de plantar de Orlândia, o nascimento destes enquanto boias-frias e, paulatinamente, o seu desaparecimento, seja em virtude de alijamento das atividades no campo, com base nas “bagunças” (greves e paralisações), quanto da reestruturação produtiva, implantada pelas usinas de cana de açúcar, desde fins da década de 1980, que gerou um processo de reconfiguração do trabalho caracterizado pelo aumento da intensidade da exploração e por novas formas de divisão sexual do trabalho, mas, também, devido ao vertiginoso crescimento de vagas de emprego no espaço urbano de uma cidade que, conforme foi relatado, era “um ponto fora da curva”.

É somente a partir da compreensão destes movimentos - expropriação, assalariamento rural, alijamento e conquista de empregos no espaço urbano, por parte dos chamados “despojados” e de outros grupos de migrantes, especialmente dos que migraram de forma permanente entre as décadas de 1970 e 1980 - que conseguiremos compreender a chegada,

instalação e permanência de nordestinos na cidade de Orlândia, e, desta forma, abordaremos, com maior ênfase, o tema do labor executado por esses sujeitos.

Levando em consideração que, para se compreender o papel dos nordestinos no interior paulista, é necessário desvendar todo o contexto em que tais agentes sociais estiveram envolvidos, neste segundo capítulo, tomando como fio condutor o tema “labor”, buscaremos traçar discussões acerca das atividades laborais, mormente no corte da cana, destacando o processo de superexploração da força de trabalho, precariedade e vulnerabilidade dos trabalhadores, os mecanismos de pressão e dominação nos momentos de processo produtivo e reprodutivo. Outrossim, tentando fazer visível o que se ocultou, dedicaremos algumas páginas às pequenas lutas, que ocorriam de modo silencioso, no cotidiano laboral ou nos espaços de residência e de sociabilidade.

Os relatos aqui analisados não evocam apenas experiências individuais, mas trajetórias entrelaçadas, compostas de amigos, familiares, vizinhos e conterrâneos. Suas narrativas pontuam os enlaces e cruzamentos dos itinerários pessoais e familiares, revelando modos compartilhados de viver, sentir e significar o deslocamento e o trabalho. As memórias evocadas não falam apenas da biografia de um sujeito isolado, mas dos grupos de pertencimento e dos quadros sociais em que estão inseridos (Halbwachs, 1992). Nessa perspectiva, é possível compreendê-las também à luz da noção de *experiência* proposta por Thompson (1981; 1987), para quem a experiência é o processo pelo qual os homens e mulheres, situados em condições históricas determinadas, interpretam e respondem às circunstâncias que os cercam. Assim, os relatos não se restringem a lembranças pessoais, mas traduzem formas coletivas de perceber e enfrentar as transformações sociais, os deslocamentos e as desigualdades.

Os testemunhos aqui registrados mostram-nos um passado vivido e sentido, em que a memória faz mediação entre o mundo da necessidade e o da consciência. As lembranças permitem-nos compreender uma série de processos – as expropriações rurais, a criação de redes de solidariedade, o cotidiano na urbe e nos espaços de trabalho, bem como os mecanismos de diferenciação e estigmatização entre grupos. Ao longo deste capítulo, buscamos analisar trajetos, trajetórias e memórias de sujeitos que labutaram nos espaços rurais de Orlândia e região. Escovando a história a contrapelo (Benjamin, 1996), procuramos resgatar as experiências – no sentido thompsoniano do termo – de homens e mulheres, paulistas, mineiros, nordestinos e outros, que vivenciaram processos de expropriação e exclusão. Muitos desses sujeitos foram silenciados pela história oficial, mas, apesar disso, resistiram e elaboraram respostas práticas e simbólicas diante da exploração e da

mecanização do campo, com as armas que dispunham e encontravam ao seu alcance. Suas memórias, portanto, não apenas recordam o passado, mas o reelaboram, revelando a experiência como campo de consciência e de luta.

Dividido em três seções, dedicamo-nos, nas duas primeiras, em analisar as mudanças do horizonte rural e as atividades desenvolvidas nesse espaço, primeiro por boias-frias, homens e mulheres, migrantes dos espaços rurais paulistas e de outros estados e sua gradativa substituição por sujeitos *permanentemente temporários*, notadamente nordestinos, que, ao longo das décadas de 1990 e 2000, período em que o campo orlandino foi consolidado pelo domínio da monocultura canavieira, foram eles, os nordestinos, massivamente, os responsáveis pela colheita do produto.

Por fim, não abandonando de todo nosso fio condutor, o trabalho, abordamos a temática da dispensa dos nordestinos por obra do processo de mecanização do campo, e gradativa inserção de muitos ex-cortadores de cana no mercado de trabalho urbano, em empresas tradicionais e nas emergentes, em razão das redes às quais estavam envolvidos, sejam elas familiares ou de amizades construídas ao longo dos anos, entre o ir e vir. Todavia tal “integração” não ocorreu de modo amigável. Muitos desses sujeitos enfrentaram diversos preconceitos, sobretudo por serem identificados como *migrantes* e/ou *piauí*s.

Boias-frias: mundo rural em transformação

Os trabalhos aqui no começo? [Isso] Você pergunta das primeiras vezes? [Sim, você se lembra bem?] Se eu lembro? É claro que me lembro! É uma coisa que me marcou. Minha cidade sofria com as secas, muitas secas, meses sem uma gota de chuva naquela época, e quando cheguei aqui tinha plantação de tudo, eu trabalhei muito com o pessoal daqui panhando café, amendoim também tinha muito, milho, tinha bastante, era bem colorido, mas aos poucos foi acabando sabe e aos poucos a cana foi dominando tudo, tudo, tudo. Depois, nas outras vezes que fui vindo era verde, verde que não acaba mais [...] e se acabou as outras cores, agora era só um verde de cana, e aquilo não durava muito. [Como assim?] É que esse verde logo fica cinza, vira cinza, queimava tudo pra gente cortar. E também o serviço, esse da cana ficou pro nordestino, para os piauí. Mas hoje é diferente, se antes tinha muita gente no meio da cana queimada, derrubando ela, hoje não, hoje tem apenas aqueles monstros, aquelas máquinas gigantes, e vai o dia e noite, colhendo toda aquela cana, não tem mais o cortador.

Iniciamos esta seção com o relato de *Sr. Alves*, concedido em nossa primeira entrevista, em meados de fevereiro de 2020. O trecho acima, como boa parte de sua entrevista, segue uma linha, que se inicia de forma eufórica, mas se encerra de forma dolorosa. Desta vez, o relato vai do colorido do espaço rural ao monocromático verde da cana. Seu depoimento também pontua, além da transformação da paisagem, o desaparecimento do trabalhador, sua substituição por “monstros” que passaram a trabalhar

dia e noite, “derrubando” a cana. *Sr. Alves* chegou à cidade em 1986, acompanhado de seu colega Pedro, apenas com um “papelzinho” com o endereço da irmã do colega.

Ao longo dos anos, até 1993, o entrevistado se caracterizou como um trabalhador *permanentemente temporário*, indo e vindo, até se estabelecer em “definitivo” na cidade de Orlândia. *Sr. Alves*, tal qual muitas famílias migrantes que permaneceram definitivamente, vivenciou um momento em que as necessidades de mão de obra, principalmente para o período da plantação de cana, que coincide com a entressafra (corte), eram muito grandes, ademais, conforme seu relato indica, havia ainda outras atividades, tanto no campo quanto no meio urbano, que o permitiam certa estabilidade, isto é, não faltavam “bicos”. O entrevistado, como dezenas de outros nordestinos, que optam por ficar, tornaram-se mão de obra disponível para qualquer atividade produtiva, seja através dos empregos no meio rural ou urbano, de modo formal ou informal, estável ou eventual, transitavam muitas vezes entre o emprego agrícola e industrial, trabalhando desde a colheita da safra da cana por um período e em atividades de outra natureza nos períodos de entressafra.

No capítulo anterior, expomos sua trajetória e percepção acerca do tecido urbano da cidade, suas andanças em uma Orlândia que era um *canteiro de obras*, contudo, neste momento, seu relato coloca em destaque que não foi apenas a malha urbana que se transformou, mas também o horizonte rural da cidade e região.

A narrativa do *Sr. Alves* salienta que a microrregião de Orlândia possuía uma variedade de plantações, destacando que trabalhou na colheita de diversas variedades, no entanto, seu relato acaba por identificar um processo histórico, o domínio da monocultura da cana de açúcar na região e a substituição, primeiro dos migrantes permanentes e moradores locais, e, na sequência, dos nordestinos pelas máquinas, as colheitadeiras. Destacamos, ainda, que o processo de modernização atingiu, além do corte, as demais atividades como plantio, carpa, distribuição de insumos, venenos e preparação do solo (Moraes Silva & Melo, 2009).

A percepção do entrevistado se complementa com a da *Sra. Borges*, que chega na cidade no mesmo período. Diferente do *Sr. Alves*, a entrevistada não relata diretamente sobre o espaço rural, desde sua saída do campo piauiense, *Borges* trabalhou apenas como costureira no meio urbano, atividade essa que a manteria em Orlândia. Entretanto, sua fala nos dá pistas a respeito do rural e dos trabalhadores.

Quando eu cheguei [1989], ali no Boa Vista, nos cômodos que a gente ficou, tinha um rapaz que trabalhava para Algodoeira, ele era paulista, a família fazia pouco tempo que veio da roça, a gente ali era tudo da roça, mas uns foram mandados embora, outros perderam ou venderam as terras. Esse rapaz, ele sempre estava achando gente pra apanhar algodão, pra limpar a roça, para tudo, porque antes não era só cana, tinha muita plantação por aqui. O pessoal conta que era muita

variedade. Quando eu cheguei ainda tinha, mas falam que tinha muito mais, mas daí a cana foi tomando conta. Esse rapaz mesmo, ele virou funcionário da usina, Manoel arrumou trabalho para ele, mas depois largou a usina e virou fiscal. Antes o pessoal, daqui mesmo, passava em um bar que tinha ali na [Avenida] D, de perua, kombi, aí gritava ‘estamos precisando de gente pra tal coisa’, tudo pra roça, aí juntava quem tava parado, os daqui, daqui não né [risos], os que chegavam e ficavam, que perderam as roças, mas daí voltavam pra elas, esse pessoal, tipo o rapaz que falei, pegavam essa gente e iam pra roça no outro dia. [E a senhora? Chegou a trabalhar na roça aqui?] Eu não trabalhava, não na roça, eu já estava na costura fazia tempo, remendo para pobre não dava muito dinheiro [risos], mas quando era muito pobre [risos], aí até dava uns trocos [risos]. Volta e meia era fazendo costura pra piaui que ia e vinha e pro pessoal daqui, mas daí com as empresas daqui cresceram muito, eu acabei indo trabalhar para um empresa aqui, aí eu fiquei fazendo uniformes, de escola e de empresas e também o povo daqui, eles entraram tudo nas empresas, pagava melhor, ou igual, mas era na cidade e... [relato interrompido pelo marido - Manoel: Mas também porque a usina não queria mais eles (risos)] Sim, é verdade, pessoal começou a fazer muita bagunça, não bagunça, procuravam o direito deles, não aceitavam, aí a usina dispensava, e os gatos, os que eram motoristas que viraram gatos, igual o amigo do Manoel, eles começaram a buscar gente no Nordeste (*Sra. Borges*, Fevereiro/2020).

Mais do que pistas, mesmo não tendo sido trabalhadora rural, a entrevistada consegue construir um panorama de sua chegada na década de 1980 e as transformações, tanto do campo, da cidade, quanto do perfil dos trabalhadores, na década seguinte.

Em ambos os relatos, *Sra. Borges* e *Sr. Alves*, colocam em destaque as transformações do campo, bem como ressaltam as novas formas de emprego da força de trabalho na agricultura que se amalgamam a transformações outras, como o processo de urbanização e a constituição da cidade. Seus informes estão em sintonia com as produções memorialistas de Orlândia, quer a narrativa oficial quer a marginal. Cyro Armando Catta Preta (1997; 1998; 2007), ex-vereador, memorialista e ex-prefeito da cidade, principal referência para a construção da história oficial do município (Pereira, 2021b), em diversos de seus contos, poemas e crônicas, debruçou-se sobre o campo, destacando as variedades agrícolas, sobretudo, a importância dos cafezais e dos colonos italianos e seus descendentes para o desenvolvimento da cidade, de sua fundação no início do século passado a meados de 1970.

As descrições de Catta Preta evocam o passado orlandino, atrelando a agricultura como principal atividade econômica, onde o café foi o carro chefe. Em meados de 1913, em registro de uma publicação britânica com o título *Impressões do Brasil no Século 20*, a cidade de Orlândia, possuindo apenas mil habitantes, é mencionada, em especial, destacando que ela encontrava-se rodeada de 6 milhões de pés de café (Machado, 2014). Vinte anos mais tarde, a economia cafeeira continuava predominante na cidade, sendo que, em 1931, foi fundado o Sindicato Regional Agrícola de Orlândia, que abrigava 56 fazendeiros da cidade e região, e juntos, possuíam 10.875.000 pés de café (Junqueira, 1999).

Todavia, os contos, poemas e crônicas de Catta Preta evidenciam que, gradativamente, ao longo das décadas seguintes, o café dividiu os holofotes com outras culturas, especialmente as de algodão, arroz e milho, e as atividades industriais que surgiram e foram se diversificando, com a instalação de máquinas de beneficiamento de algodão e arroz. É o caso, por exemplo, da famosa Companhia de Beneficiamento de Produtos Agrícolas, fundada em 1944 por Max Leonardo Define em sociedade com Francisco Marcos Junqueira Netto e Octavio Augusto Caiuby Salles. Além disso, sua produção e a de outros memorialistas, como Adélia Diniz Junqueira Bastos (1979; 1985; 1995) e João Francisco Franco de Junqueira (1999), pontuam que, desde a fundação da cidade, a partir da doação e venda de lotes por parte de Diniz Junqueira, fundador da cidade e proprietário da grande maioria das terras do município, a imigrantes, houve a criação de um cinturão ao redor de Orlândia, contendo inúmeros sítios e chácaras que não estavam ligados às monoculturas, eram produtores hortifrutigranjeiros que supriam as necessidades da população por ali instalada. Observa-se, assim, que Orlândia, como outras cidades de sua região (Melo & Moraes Silva, 2013), possuía parte de sua estrutura fundiária desconcentrada com pequenas propriedades, em geral policultoras, dinamizadas à base do trabalho familiar.

Contudo, Catta Preta e outros memorialistas se interessaram em narrar o campo como sendo signo de espaço primordial do desenvolvimento, foi a partir dele, das riquezas advindas dele, especialmente do café, que Orlândia se tornaria uma “cidade moderna”. Nessas produções histórico-literárias, observa-se uma certa nostalgia a duas temporalidades, a primeira refere-se a essa sociedade cafeeira (da fundação da Vila Orlando a meados da década de 1950) e o segundo “tempo áureo” às décadas de 1970 a 1990, em que se debruçam sobre às “pujantes iniciativas empresariais”⁵⁹, destacando os casos das empresas Morlan, Intelli, Brejeiro, Guabi, Palma, Grupo Colorado, Comove e Carol. É interessante pontuar que nestes relatos memorialísticos há uma ausência e invisibilização. Refiro-me às trajetórias dos sujeitos sobrepujados na “limpeza de terreno” promovido pelo setor sucroalcooleiro desde fins da década de 1970 (Moraes Silva, 2024b). O que se observa nestas produções é a história dos vencedores.

Por outro lado, Luis Serafim (1997; 2010; 2020a; 2020b), como pontuado no capítulo anterior, não se inclina às plantações e às riquezas advindas delas, muito menos aos grupos

⁵⁹ Um panorama sobre a industrialização de Orlândia pode ser observado em uma entrevista com Max Define, fundador da Cia. Comércio e Beneficiamento de Produtos Agrícolas, publicado em 28 de março de 1987 no periódico *Folha de Orlândia*. Nesta publicação o empresário constrói cronologicamente a industrialização da cidade destacando o papel da cafeicultura neste processo, bem como destaca o avanço dos canaviais e ressalta que Orlândia, diferente de outras cidades de sua região, não foi “refém” das usinas, pois “possui iniciativas importantíssimas no que toca a industrialização”.

empresariais. Diferente dos poetas e cronistas e da história guardada nas gavetas de aço nos *lugares de memória* do município, Serafim dedicou diversas obras ao cotidiano de migrantes, boias-frias, operários urbanos que, para ele, “realmente fazem a história” (Serafim, 2020a, p. 10). Uma marca de suas obras está em inverter o olhar e narrar a história a partir de um outro ponto de vista, o dos vencidos (Löwy, 2008).

Suas produções focam-se sobre as experiências e trajetórias de vida de trabalhadores e trabalhadoras do campo, bem como dos chamados “operários urbanos” - que, segundo ele, eram todos aqueles que não possuíam atividades empregatícias ligadas ao mundo rural, não somente os funcionários das empresas que cresciam na cidade no último quarto do século passado, os tais “operários urbanos”, também eram as domésticas, lavadeiras, pintores, pedreiros, coveiros e as “operárias urbanas do amor” (prostitutas), entre outros. Sempre em tom crítico e de denúncia, o cronista e poeta colocou em destaque a figura dos migrantes e da exploração vivenciada por estes que ali chegaram e ocuparam e ampliaram as franjas da cidade desde meados de 1970.

Em suas crônicas, Serafim narra sobre o trabalho na roça e na cidade, do sair de casa, das ruas e seus buracos, descreve os dias de trabalho, sob sol e chuva, das estratégias para “vadiar”, dos mandos, desmandos e explorações sofridas em meio aos canaviais e cafezais. Em tom melancólico, Serafim narrou crônicas e construiu poemas sobre o cotidiano de sujeitos despossuídos e expropriados que, em Orlândia, buscavam “[...] um novo canto, para ser sua nova morada, longe ou perto do seu antigo canto, da sua terra perdida, vendida, abandonada - por medo ou pressão” (Serafim, 1997, p. 28).

As trajetórias narradas e poetizadas, que se entrelaçam a sua própria história de vida, encontram-se ligadas, historicamente, ao momento “áureo” descrito pela história oficial de Catta Preta e outros, todavia, com um outro olhar, de um/a outra/o posição/ângulo. Uma história vista de baixo. O desenvolvimento do campo e da cidade, correlacionados, são descritos a partir de uma população pobre (migrantes e descendentes de imigrantes), periférica, que foi despossuída e desenraizada, são:

[...] histórias de gente com sobrenomes estrangeiros, mas pobres, de negros e negras, de migrantes da lavoura, são histórias de dores e humilhações. Dizendo-as, fazem-nas vivas nos corações de quantos estejam dispostos a abrir os ouvidos, almas e corações para aqueles cujas vidas é uma luta ininterrupta contra o preconceito, contra a miséria, contra a brutalidade de um mundo de 'vencedores' (Serafim, 2010, p. 14).

Seus poemas e crônicas descortinam a história oficial, resgatam sujeitos, histórias, memórias, trajetos e trajetórias que foram quase sobrepujadas pelo avanço dos canaviais.

Seus trabalhos colocam em destaque uma população subalterna que chegou à cidade, a partir de um longo processo de expropriação rural, desde o início da segunda metade do século XX.

Em fins da década de 1950, existiam no estado de São Paulo, pouco mais de 640 mil colonos que, com suas famílias, “[...] tomavam conta da maior parte dos principais cafezais do país. Nesse momento, a cafeicultura ainda era o carro-chefe da economia nacional”, mas uma profunda transformação estava em curso, a ponto de em menos de vinte anos “[...] não existirem mais nem a figura desses trabalhadores, nem a centralidade econômica dessa produção” (Boechat, 2020, p. 204). Ao longo das décadas 1960 e 1970, ocorre o desaparecimento das famílias típicas de colonos, e

[...] uma nova figura surgiu na cena política de São Paulo, o volante ou trabalhador assalariado eventual, que vive da agricultura, mas mora na cidade. [...] O desaparecimento do colonato das fazendas cafeeiras, e sua substituição por trabalhadores assalariados eventuais, é apenas um exemplo de uma transformação mais geral da estrutura agrícola de São Paulo, iniciada em algum momento da década de 50, sendo que tal momento variou de acordo com a cultura (Stolcke, 1986, p. 179-181).

Esse momento histórico foi amplamente estudado e analisado por uma série de autores emblemáticos dos estudos rurais no Brasil - como, por exemplo, Maria Conceição D’Incao e Vinícius Caldeira Brant, na década de 1970, e Verena Stolcke e José Graziano da Silva, em 1980 - que, procurando elementos díspares, ora se articulando, ora divergindo, mas, de modo geral, convergindo, debruçaram-se quanto ao fim do colonato, a modernização da agricultura paulista, a reprodução das relações sociais de produção e a ascensão do trabalhador “boia-fria”.⁶⁰ Esses estudos realizam amplas análises acerca do processo de modernização da agricultura, discutindo, fundamentalmente, as alterações das bases técnicas da produção agrícola. Tais estudos “[...] conseguiram evidenciar que este processo assumiu formas mais intensas na medida em que o capital industrial estreitou relações com a agricultura visando ampliar suas esferas de reprodução e acumulação” (Martins, 2024, p. 3).

Entre os inúmeros estudiosos do tema, destacamos Moraes Silva (1999ab) que dedicou profunda análise a respeito das transformações do espaço e do trabalhador/a rural no contexto paulista, especialmente analisando a região da Grande Ribeirão Preto, espaço de interesse deste estudo, ao longo da segunda metade do século XX. Segundo a autora, esse processo além de impulsionado pela lógica da acumulação das agroindústrias, contou com o protagonismo do Estado brasileiro para a sua consolidação. Analisando o Estatuto da Terra (ET) e o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), Moraes Silva demonstra como esses

⁶⁰ Indicamos a leitura de Boechat (2020), que constrói um interessante e pertinente panorama acerca dos debates canônicos da segunda metade do século XX sobre o desaparecimento do colonato e o nascimento do chamado trabalhador boia-fria.

mecanismos que, em tese, poderiam representar algum avanço para os trabalhadores, acabaram por regulamentar e intensificar a exploração da força de trabalho rural. Seus achados de pesquisa indicam que a “modernização” da agricultura brasileira, intensificou diversas formas de expropriação de pequenos produtores e alterou as relações de trabalho, edificado a partir de uma série de dispositivos jurídicos, esse processo resultou uma *trágica modernização*, ocasionando a expulsão de mais de dois milhões e meio de parceiros, arrendatários, colonos e sitiantes dos campos paulistas. Bem como fundou e consolidou uma nova categoria de trabalhador/a, o chamado boia-fria, criado após as mudanças na maneira de produzir e que se encontravam duplamente negados, tanto no trabalho permanente quanto nos direitos trabalhistas⁶¹.

No subterrâneo da expansão e modernização da agroindústria canavieira em São Paulo, encontram-se, dentre múltiplos aspectos, inúmeros episódios de expropriação e de mudanças nas relações de trabalho. Em um só golpe, amparada pelo próprio Estado, a modernização e a consequente elevação do nível de tecnificação das lavouras, gerou a expansão do cultivo de cana e intensificou a proletarianização da força de trabalho, sendo ambos os aspectos basilares para a construção desse setor produtivo (Verçosa & Moraes Silva, 2012; Martins, 2024).

No espaço que nos interessa, Orlândia, cabe destacar que, no último quartel do século XX, acompanhando as transformações ocorridas em outras regiões do estado, o espaço rural orlandino foi marcado pela reestruturação produtiva de seu setor agrícola, os cafezais e outras culturas, que dominavam seu horizonte rural, foram paulatinamente desaparecendo e, quase que automaticamente, a cana foi avançando. Em síntese, ocorre uma mudança na maneira de produzir, a substituição dos produtos, não mais o café, algodão e milho, mas cada vez mais, a cana de açúcar (Gebara & Baccarin, 1988).

⁶¹ Conforme pontua Martins (2024, p. 5), os estudos desta pesquisadora se distanciam dos trabalhos do período, especialmente porque Moraes Silva trilha suas análises compreendendo o trabalho não como uma categoria abstrata, ou seja, como força de trabalho abstraída de características sociais particulares. Seus estudos, desde fins do século passado, pontuam que “[...] os trabalhadores rurais eram abordados na diversidade das formas sociais que os constituíam e os classificavam. Ou seja, os assalariados rurais emergiam como sujeitos de classe dotados de corpo, gênero, geração, origem, raça/etnia. E estas construções, hoje chamadas de marcadores sociais, apareciam nos trabalhos de Moraes Silva como efetiva concretude e realidade da força de trabalho abstrata das interpretações sobre o tempo de trabalho na agricultura”. Na esteira das discussões de Moraes Silva, “[...] o trabalho temporário não foi a expressão da limitação técnica do capitalismo, de sua fraqueza ou suposta inconclusividade. Tampouco foi o escape possível para um hipotético estrangulamento econômico”. Na interpretação lançada pela autora, o trabalho temporário correspondeu a uma escolha política, que visou o alcance de altos níveis de acumulação em um contexto histórico de concentração fundiária. Sobre a autora e sua trajetória de pesquisa, indicamos a leitura do dossiê: *Maria Aparecida de Moraes Silva – vida e labor* publicado na Revista Contemporânea (vol. 14, 2024). Ver: <<https://www.contemporanea.ufscar.br>>.

Moraes Silva (1999a) evidencia que, entre fins das décadas de 1960 a 1980, na região da Grande Ribeirão Preto, as áreas plantadas com cana de açúcar saltaram de 185.500ha para 624.700ha, um aumento de quase 3,5 vezes. Em Orlândia, especificamente, o cultivo da cana passou a ganhar cada vez mais destaque na década de 1980. Fernando Brisolla de Oliveira, autor de reportagem publicada na *Folha de Orlândia* em 4 de fevereiro de 1984, destacava os altos investimentos em compra e arrendamento de terras nas cidades de Orlândia e Morro Agudo pela Usina Vale do Rosário, sediada na segunda cidade. A projeção da empresa no período era que, somente em Orlândia, ao longo dos anos de 1984 e 1985, fossem incorporados novos sete mil e quinhentos hectares de terras para o plantio da cana. Esse montante pertencia a 94 fazendeiros que, até então, não se dedicavam exclusivamente ao plantio deste produto, possuindo produções agrícolas variadas, como café, soja, milho, algodão e arroz.

Esse avanço pode ser comprovado ainda em outra reportagem no mesmo periódico de 12 de maio de 1984, assinada pelo jornalista Valmeron de Bona, que informava que, se por um lado acreditava-se que ocorreria uma queda nas produções de café (-13%), milho (-12%), soja (-8%), amendoim (-46%) e arroz (-7%), nas produções de açúcar e álcool se observava um possível aumento significativo (+47%) em comparação à safra anterior.

A cana dominou as terras do horizonte rural, em fins de 1980, quando passou de uma baixa produção, na safra de 1982 (15%), para uma alta no início da década de 1990 (60%), e muito alta no início do século XXI (75%) (Cano & Paulillo, 2015). Em 2009, o Jornal *Folha de São Paulo* anunciava que a regional de Orlândia liderava o *ranking* de faturamento a mais de cinco anos (desde 2004, quando arrecadou R\$ 872,6 milhões), entre os seis Escritórios de Desenvolvimento Rural - (EDRs) da área de Ribeirão Preto. No ano anterior (2008), a regional de Orlândia liderou a produção com 33,9 milhões de toneladas de cana de açúcar, somando um faturamento de pouco mais de R\$ 1,2 bilhão.⁶²

O predomínio da monocultura canavieira, em fins do século XX, gerou o desaparecimento do que o Sr. Alves chamou de "cores" na paisagem/meio rural da microrregião de Orlândia. Silva (2009) destaca que esse movimento, o domínio da cana de açúcar, foi aprofundado, em grande medida, não somente pelas políticas de crédito subsidiados pelo Governo Federal e Estadual, como o Proálcool, que incentivou empresários, oriundos das atividades cafeeiras e pecuárias, em décadas anteriores, a migrarem para o plantio da cana, mas também pelos diversos acordos com a indústria automobilística e

⁶² As demais regiões são: Barretos, Ribeirão Preto, Jaboticabal, Araraquara e Franca. No ano de 2008, juntas, as regiões produziram 106 milhões de toneladas.

indústrias nacionais de equipamentos.⁶³ A ocupação de áreas pela lavoura canavieira que, anteriormente eram ocupadas por diferentes "cores", provocou significativas mudanças nas relações de trabalho e nas formas de exploração da terra e no valor comercial destas (Gebara & Baccarin, 1988).

Esse processo histórico, que modificou o horizonte rural, resultou na expulsão de centenas de trabalhadores residentes desses espaços, desde colonos, trabalhadores permanentes, parceiros e pequenos arrendatários, gerando uma profunda transformação na paisagem e, também, nos modos de vida dos sujeitos.

Os impactos sobre as populações tradicionais que viviam do trabalho na terra foi intenso, uma vez que, perderam o meio de produção - no caso os proprietários de terra - e a possibilidade de acesso à terra (arrendatários, agregados, etc.), que sofreram maiores consequências, na medida em que, foram privados dos meios essenciais para a sobrevivência [...] (Mendonça, 2008, p. 11).

Segundo análise dos censos demográficos do IBGE - série histórica 1940-2000 -, bem como os Relatórios dos Planos Diretores do Município (2010), Orlândia vivenciou uma profunda mudança da distribuição populacional. Em 1940, 73,7% viviam na zona rural e, em contrapartida, 26,3% na zona urbana. Nas décadas posteriores, além do significativo aumento populacional - em 1940, Orlândia contava com pouco mais de 13 mil habitantes e, na década de 2000, com pouco mais de 36 mil - ocorreu uma significativa inversão na distribuição entre as zonas urbana e rural. A cidade passou a contar, nos anos 2000, com uma taxa de urbanização de 97,79%, naquele momento 36.004 pessoas habitavam o urbano, e no espaço rural 796 pessoas, 2,21%. Com o transcorrer do estabelecimento da cultura canavieira na região temos, então, em um primeiro momento, a migração dos expropriados da terra para as áreas urbanas, configurando um forte período de migração campo-cidade e da consequente transformação do tecido urbano desta, conforme já pontuado no capítulo anterior.

Essa população rural, em sua grande maioria, que chegava ao núcleo urbano, passou a viver em sua periferia. Amontoando-se nela, sem qualquer alternativa de trabalho, os sujeitos tornam-se boias-frias, trabalhadores rurais temporários. O mundo rural, especialmente o orlandino, fez-se despovoado, coberto por milhares de hectares de cana, e a cidade, que perdeu sua função de complementaridade com o mundo rural, transformou-se em local da reprodução e da realização do mercado de trabalho, passou a concentrar o poder e o controle,

⁶³ Silva (2009, p. 54) destaca que, se inicialmente, décadas de 1970 a 1980, a instalação e ampliação das usinas se justificou pela premente necessidade de substituição de energia ou da gasolina, desde fins da década de 1990, a “[...] expansão das unidades encontra-se sob a égide das energias renováveis, defendidas pelo Protocolo de Kyoto, além da crescente fabricação de carros flex, a valorização dos biocombustíveis, e da recorrente instabilidade dos preços do barril de petróleo”.

(re)criando dicotomias como a de classe e de gênero, além disso, transformou-se, em contrapartida, em espaço político, da organização e da resistência (Moraes Silva, 1993).

Essas análises sócio-históricas, ganham vida e cor com base em fatos reconhecidos e/ou narrados pela literatura marginal de Serafim e pelos relatos de sujeitos que vivenciam tais processos. São memórias subterrâneas, de sujeitos que não têm sua história e trajetória registrada e/ou agregada à história oficial (Pollak, 1989). Como, por exemplo, os analisados no capítulo anterior.

Sra. Cordeiro e seu marido, ao serem pressionados, acabam por vender seu pedaço de terra para um grande latifundiário que “[...] vendo que a cana ia dominar, foi comprando tudo dos pequenos”, em Orlândia, o marido passou a agenciar sujeitos para o trabalho nas colheitas, em espaços rurais da cidade e da região, de *gato doméstico* a *profissional*. Já o *Sr. Galvão*, migra para a cidade junto aos pais e irmãos, após a expulsão da família de suas terras devido não possuírem documentos que provassem a posse delas. Ao perderem os documentos, conforme narrou, um fazendeiro, utilizando-se de “trambiques”⁶⁴ em um cartório, apresentou a sua família a escritura que lhe garantia a posse da terra, foram obrigados a sair, “[...] não deixaram nem levar as coisas, meu pai e minha mãe e mais dez filhos, enxotados”. Na cidade, ele e a família tornaram-se assalariados rurais, trabalhando nas colheitas diversas, até fins da década de 1980, e integrando o contingente de trabalhadores do corte da cana no início da década seguinte. A migração no caso de sua família não foi uma opção, mas uma necessidade, pois, retirados de si a terra, do seu meio de sobrevivência, fez com que não tivessem nada mais do que a força de trabalho para vender.

Ademais, a trajetória da *Sra. Gazola*, apresentada também no capítulo anterior, que se insere entre os sujeitos “com sobrenomes estrangeiros, mas pobres”, ditos por Serafim (2010, p. 14), contribui significativamente para a discussão. *Gazola*, além de se inserir neste processo histórico, evoca trajetórias de amigos, vizinhos e conhecidos que ali residem, pontuando os enlaces e cruzamentos das trajetórias pessoais e familiares de sujeitos que vivenciaram o processo histórico da *trágica modernização* do mundo rural paulista.

Eu era bem novinha, bem novinha, quando a gente saiu da [fazenda] Boa Vista, meus avós vieram [da Itália] no início dos anos 1900, eles chegaram com muita gente aqui em São Paulo, e logo começaram na colheita do café. Eles moraram por muito tempo em uma vila feita para eles, ao lado da fazenda. Cada um tinha sua casa e cada um tinha um pedaço de chão para plantar algumas coisas, até se plantava entre os cafezais. Minha mãe plantava muita fruta para fazer compotas para gente vender na feira na cidade, de final de semana, a gente tinha muita galinha, os vizinhos tinham porcos, outros tinham outros animais, aí trocava entre a gente e vendia também na feira. Mas foi então que os Junqueira pediram as casas, fizeram um acerto e viemos para Orlândia. Isso é uma coisa que se vai conversar

⁶⁴ Expressão que, provavelmente, está se referindo a grilagem.

com todo mundo aqui desses lados [do bairro], e daí desde 1970 até 1980, muita gente veio aqui para Orlândia, muita gente daqui, da região, mas também de Minas, do Paraná, do Nordeste, como ele [aponta para o marido, Melo], a vizinha aqui da esquerda e o da direita, uns foram perdendo a terra, não tinha dinheiro para cultivar, ou porque foi expulso mesmo. Jogado na rua, na estrada. Mas aqui na cidade, eles não deixaram de trabalhar na roça, porque o serviço estava lá, Orlândia ainda não tinha despontado como essa cidade com grande número de trabalho em empresas. Mas aqui não tinha onde plantar pra fazer uma geléia e era proibido criar galinhas ou animais no seu terreno (Sra. Gazola, Fevereiro/2020).

Não perderam apenas a morada, mas também o espaço onde plantavam certos tipos de alimentos e usavam como local para criação de animais, no caso de sua família, de galinhas. Em parte significativa das fazendas de São Paulo, os colonos residiam em casas geminadas, nas propriedades, e recebiam parte do pagamento em dinheiro, pelo trabalho da família, e outra por meio de permissão para ter uma pequena roça de subsistência. No caso de *Gazola*, como de tantos outros, na nova casa, em meio a periferia urbana, não poderiam criar animais, nem mesmo possuíam espaço para plantar, a fim de fazer as compotas de geleias que, outrora, trocavam nas feiras. O relato da entrevistada destaca o fim de um cultural tradicional, o desaparecimento da indústria doméstica, da produção para consumo pessoal ou para vendas nas pequenas feiras da cidade realizadas semanalmente.

Observa-se assim que não foram somente as cores que abandonaram o rural do nordeste paulista, mas também os sujeitos. Abandonaram, talvez não seja a melhor expressão, pois, conforme destacado por Moraes Silva (1999ab), Silva (2009) e Bini & Tahan (2010), ao analisarem a modernização do campo e urbanização da região de Ribeirão Preto, o termo correto seria expulsão, visto que a grande maioria dos sujeitos, pequenos proprietários, que se encontravam envolvidos no êxodo rural - ou melhor, na *migração forçada* - na região, no último quartel do século passado, deslocam-se em virtude das pressões, em certo casos feitas pelo uso da violência - física ou através de ameaças, para venda e arrendamento das terras. Ademais, destaca-se que, mesmo alguns sujeitos negando-se ou resistindo à venda de suas terras, tiveram uma produção estrangulada pela preferência na concessão de créditos, voltada unicamente para os produtos altamente exportáveis, fato que culminou também na proletarianização desses pequenos proprietários, visto que muitos não conseguindo mais produzir⁶⁵, acabaram por vender suas propriedades e se deslocaram para os centros urbanos, passando a compor o enorme contingente de trabalhadores volantes, os boias-frias.

⁶⁵ Cabe destacar que na esteira dessas discussões, conforme relatou Sr. *Urbinati*, sindicalista rural, que muitos pequenos agricultores deixaram de plantar e venderam ou arrendaram suas terras em virtude do uso de agrotóxicos nos canaviais, que cercavam suas propriedades, segundo ele: “[...] aquele que se negava a vender acabava sofrendo, acidentalmente ou por iniciativa. A sua pequena plantação para consumo ou venda era envenenada pelos agrotóxicos que usavam na cana. Perdiam safras e safras, e todo mês recebiam propostas, o agricultor se desesperava e vendia. Eu tenho amigos que seguraram o quanto conseguiram, mas ficaram anos sem plantar, entrava na justiça, mas não dava em nada, não tinham como provar na época”.

Esses sujeitos comportam experiências de vida vinculadas a uma dolorosa trajetória, que, na prática, se concretizaram no rompimento de laços afetivos de parentesco, vizinhança e de amizades, além, é óbvio, da perda do seu instrumento de trabalho e local de sua morada, a terra (Ribeiro, 2006; Dawsey, 2013). Seus relatos nos permitem compreender representações sociais experimentadas de forma veloz e efêmera acerca das transformações em face das circunstâncias cambiantes, quer seja no ponto de partida (rural), quer seja no ponto de chegada (urbano).

Trajetórias que se entrelaçam e se complementam. Tecem vidas e experiências marcadas pelo desenraizamento, expropriação e exploração. Sujeitos que passam a viver nas margens da cidade, mas não rompem com o campo, voltam a ele como trabalhadores assalariados, boias-frias. As expropriações são a marca do aprofundamento do capitalismo no campo e inserem-se num processo longo, necessariamente histórico, pleno de meandros e sutilezas nem sempre visíveis e reconhecíveis (Moraes Silva 1990).

Todavia, um ponto interessante a destacar nesta seção quanto às mudanças do horizonte rural e das transformações dos sujeitos em boias-frias, é sua paulatina substituição por sujeitos *permanentemente temporários*. Carmo (1992), em estudo sobre o perfil dos trabalhadores do corte da cana, no final década de 1980, analisando as cidades de Orlândia e Sales Oliveira, indicou que o setor sucroalcooleiro, em especial, durante os períodos de safra, empregava em torno de 8.500 trabalhadores residentes nas cidades. A pesquisadora ainda indicou que, juntavam-se a esses, em média, 2.000 a 2.500 contratados “de fora”, sobretudo nordestinos, que chegavam à região sozinhos, chamados por parentes ou conhecidos, bem como agenciados por empreiteiros (*gatos*) e se instalavam nas cidades ao longo do período da colheita, estes eram os trabalhadores *permanentemente temporários*.

O estudo da autora, entre outras questões, apontou para uma crescente onda de mecanização do corte da cana na região e conclui que este processo faria com que a procura por mão-de-obra nessa operação diminuísse. Além disso, ela demonstrava-se preocupada com o destino desses safristas que seriam substituídos pelas máquinas nas próximas colheitas. As projeções dela não estavam erradas, especialmente, quando observamos o relato do Sr. Alves, que encabeçou a presente seção. Contudo, o processo de mecanização, ao contrário do que a pesquisadora projetou, levou mais do que algumas safras. Carmo (1992), em sua análise, acreditava que ocorreria uma gradativa substituição dos safristas pelas máquinas, processo que se concluiria ainda na década de 1990, mas o que ocorreu foi a substituição dos trabalhadores “locais” pelos “de fora”, nordestinos, e, somente no final da década seguinte (2000), ocorre um significativo avanço da mecanização que resultou no estancamento das

migrações permanentemente temporárias, resultando, no que Moraes Silva (2024b) identifica como um apagamento da memória e da história dos migrantes que labutaram nas terras paulistas”.

Na busca de nos aprofundarmos nas análises desse processo, qual seja, na gradativa substituição dos chamados migrantes permanentes e moradores locais pelos nordestinos, o relato/experiência/trajetória de vida do *Sr. Urbinati* é valioso:

Um panorama? [Isso!] Bom, vou falar sobre minha experiência, sobre o meu vivido nesses quase 50 anos como sindicalista. O rural aqui de Orlândia e região com o avanço da cana, despojou muita gente da terra, e eles vieram para a cidade, com minha família foi assim, mas aqui, era uma pequena cidade, não tinha trabalho para todos, e esse povo se volta para o trabalho rural, vive na cidade, mas trabalha no rural, nas colheitas e plantações, no preparo da terra e na limpeza. [E quem eram essas pessoas?] Eram grandemente paulistas, falo isso ali por final de 1970, mas também tinha muito mineiro e pessoal do norte paranaense, haviam alguns nordestinos, poucos, mais haviam. Mas Orlândia é um ponto fora da curva, a cidade foi crescendo e as empresas locais ficando grandes e começam a contratar esse povo que aqui chegava que no começo tava ligado com o rural, e por outro lado a cana tomando conta, precisava de mais gente pra trabalhar nela, mas valia a pena ficar na cidade, porque o trabalho com a cana eram muitas explorações de ponta a ponta, a usina pagando pouco e os gatos roubando mais um pouco, isso gerou muita paralisação e greve, e o sindicato fazia a sua parte, ficava ao lado do trabalhador rural, cobrava, ia pra cima. E a cana só aumentando, demandando cada vez mais pessoas, e impondo metas cada vez mais altas, e usando do medo que as máquinas iam roubar o emprego dos trabalhadores para jogar o preço da tonelada lá embaixo. Ocorreu que em meio a todo esses tumultos os usineiros aqui da região já tomando as experiências mais antigas com o pessoal de Minas, que eles sempre traziam, isso mais para o outro lado [outras regiões da Grande Ribeirão Preto], mas esses já não era suficiente e os que vinham já estavam cientes dos seus direitos e das experiências com as paralisações, das greves, eles começam a investir em trazer gente do Nordeste a partir de alguns funcionários antigos que eram nordestinos, estavam dentro da usina ou estavam no corte ou outra atividade. Quando eles trazem essas novas pessoas eles já desde o começo impunham a eles as metas, faziam uma triagem lá, a pessoa já vinha amarrada, com a cabeça feita pelos caras que foram lá contratar e por eles estarem muito longe de casa muitos acabavam por aceitar as atrocidades do trabalho, claro, usavam do gato, que não era mais gato, mas funcionário oficial para tentar tirar o corpo fora quando a gente cai em cima deles. Mas para você ver, mesmo com toda essa pressão que eles faziam, tinha margem para sindicato ajudar no que podia, mas isso só ocorreu mais ali pros anos 2000, porque de início foi difícil, eles tinham muito medo de falar com a gente, até pelo preconceito que muitos sofreram na cidade, muitos antigos moradores aqui, esses que foram trabalhar nas empresas ou caíram nas listas negras das usinas, ou as duas coisas [risos], porque muitos não saíram do corte porque quiseram, mas por que foram basicamente expulsos dele. Esses guardaram muita mágoa, muitos deles achavam que foram substituídos, que eles [nordestinos] roubaram os empregos, acusavam eles ao invés de ver que a culpa era dos outros, eram das usinas, e isso gerou ondas de preconceito aqui, que fez com que muitos nordestinos nunca tivessem vez na cidade. Claro que hoje em dia já mudou muito. Então é esse o panorama, você primeiro tem muitos migrantes variados, principalmente do rural daqui, mas de outros estados também, que chegam aqui e vão para o trabalho nos

canaviais, depois você tem essa substituição deles pelos nordestinos, que vinham com contratos só para a safra, que vem e vão, que possuíam aqui com a cidade só esta relação de trabalho (*Sr. Urbinati*, Junho/2024).

Urbinati, homem branco, neto de imigrantes italianos, atualmente com 72 anos, é presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Assalariados de Orlândia e Sales Oliveira, desde 1983⁶⁶. *Urbinati* assumiu o sindicato visando, junto aos companheiros, derrubar o então Presidente, que ocupava o cargo a 19 anos que, segundo ele, “era um pelego”.⁶⁷ O entrevistado nasceu e viveu até seus 25 anos na fazenda Santa Rosa, localizada na divisa entre as cidades de Sales Oliveira e Orlândia. Sua família, composta pelos pais e 9 irmãos, possuíam um pedaço de terra arrendado onde, além do plantio de milho, criavam porcos e galinhas. No entanto, ao final do contrato de arrendamento, a fazenda foi vendida e sua família e as demais, cerca de 40, que totalizavam 200 pessoas, migraram, à força, para a cidade, algumas delas seguindo para Orlândia e outras para Sales Oliveira. Segundo o entrevistado, esse foi um momento marcante para todos, pois, a expropriação não causou apenas a perda da terra, mas de toda uma cultura: “Quando saímos, meus pais choravam muito, uma semana depois da saída de todos as casas já haviam sido derrubadas e logo se plantou cana onde vivíamos, nós não perdemos só a terra, mas uma parte da nossa história, fomos arrancados de lá”. Em Sales, o entrevistado empregou-se como tratorista da Usina Colorado, atividade que exerceu por cinco anos quando disputou e venceu a eleição para presidência do sindicato, cargo que ocupa até a data de sua entrevista (2024).

⁶⁶ Nossa entrevista com *Sr. Urbinati* ocorreu em uma tarde de junho de 2024 no escritório do Sindicato dos Trabalhadores Assalariados Rurais de Orlândia. Ao longo da entrevista, que durou quase duas horas, *Urbinati* falou sobre sua trajetória de vida que se entrelaça, em grande parte, com sua atividade no sindicato. Em boa parte da entrevista, ele se dedicou a nos narrar detalhadamente sobre o que chamou de “duas lutas”, a primeira a criação dos acordos em meio às convenções com as usinas, ao longo da década de 1980, e a segunda, refere-se a fiscalização do cumprimento dos acordos firmados entre a categoria, o Ministério Público e os Usineiros, entre as décadas de 1990 e 2000. Por fim, seu relato se encerra ao abordar o avanço da mecanização e a dispensa de centenas de trabalhadores, o que ele classifica como uma “evolução triste” que, além da perda da força dos sindicatos, gerou a dispensa de centenas de trabalhadores.

⁶⁷ Em reportagem publicada no jornal *O Regional*, de São Joaquim da Barra, em julho de 1983, *Sr. Urbinati* concedeu uma entrevista e abordou o resultado da eleição para o sindicato que “se renovou completamente”, na entrevista *Urbinati*, afirmou que ao ocupar tal posição pretendia: “[...] fazer um trabalho de base [...]. Orientando, conscientizando, mostrando um trabalho que responda, pelo menos em parte, aquilo que ele [o trabalhador] necessita, sem fazer promessas, mas mostrar a realidade concreta em que ele vive”, além do mais, assumia como compromisso: “[...] fazer o trabalhador rural entender que o Sindicato e o trabalhador não são duas coisas separadas. Um faz o outro, um completa o outro”. Em 21 de outubro daquele mesmo ano, em Assembleia com a participação de mais de 400 trabalhadores/as orlandinos/as, foram traçados os principais pontos de luta desses sujeitos, conforme relatou *Urbinati* a *Folha de Orlândia* (edição de 19/11/1983), os trabalhadores lutariam por: equipamentos de segurança para a execução do trabalho, registro na carteira profissional, melhoria na qualidade do transporte visto as péssimas condições dos veículos, respeito e igualdade para com as mulheres trabalhadoras, fim do uso de empreiteiros (contratos direto com os patrões) e melhores salários. Tais lutas, como observaremos ao longo das próximas páginas permearam todo o período (década de 1980) e, de certa forma, fizeram parte das mesmas pautas de lutas e de reivindicações dos *trabalhadores permanentemente temporários* nas décadas de 1990 e 2000.

O relato do *Sr. Urbinati*, que parte de sua trajetória de vida, de sua experiência de mais de quatro décadas como sindicalista rural, apresenta-nos um panorama completo acerca do rural e dos trabalhadores desse espaço, ao longo das décadas finais do século XX. Inicialmente, *Urbinati* pontua que a população, a qual ele e sua família fez parte, dos “despojados”, sujeitos que migram para a cidade devido à expropriação, eram paulistas, mineiros, paranaenses e nordestinos. Entre às transformações vivenciadas pelos boias-frias, antigos moradores do espaço rural que foram expropriados de suas roças, moradas, da posse de suas terras e dos meios e instrumentos de trabalho, e que migram para as periferias da cidade, também se destaca sua provisoriedade como boias-frias. Esses sujeitos que viviam na cidade, mas trabalham no rural, aos poucos, em virtude da cidade “ser um ponto fora da curva” passaram a ser absorvidos pelos empregos urbanos.

Orlândia, desde fins do século passado, como é frequentemente rememorada por sua história oficial, diferente de outras cidades em sua região, não se tornou exclusivamente dependente das empresas do setor sucroalcooleiro que avançou significativamente nos espaços rurais da região, a cidade passou por considerável ampliação e consolidação industrial, bem como a ampliação de vagas no setor público e de comércio.⁶⁸

Todavia, não foi apenas o desenvolvimento urbano e das empresas locais que gerou o desaparecimento dos migrantes permanentes e moradores locais das atividades rurais, conforme já pontuado no capítulo anterior, parte significativa dos sujeitos foram excluídos das atividades no setor agroindustrial sucroalcooleiro.

Sr. Urbinati identifica em tal processo que, além da industrialização da cidade, que gerou a abertura de diversas vagas de emprego no meio urbano, a própria atuação do sindicato e dos trabalhadores rurais locais e de migrantes permanentes gerou um sentimento de “ódio pelos daqui”:

O pessoal gosta de lembrar e de falar dos tempos dos coronéis nas fazendas como eles abusavam da gente, mas a cana foi muito, muito pior. No começo, quando a gente saiu da roça, era muita injustiça, quando o Sindicato era com o outro [antigo presidente], ele era um vendido, mas daí quando eu assumi com os companheiros, começamos a atuar de verdade, aí melhorou. A gente plantava a semente, conversava com o povo, ‘o que não tá bom?’, aí corria, ia fiscalizar e o povo daqui começou a criar um sentimento de classe, de trabalhador, de união, de ter um perfil

⁶⁸ Dois exemplos sobre este aquecido mercado de trabalho urbano na década de 1980, podem ser observados nas publicações de 08 de outubro de 1983 e 03 de março de 1984 na *Folha de Orlândia*. Na primeira reportagem, informa-se que o final da safra da cana de açúcar em Orlândia não era mais uma preocupação, pois “não haverá desempregados”, creditava-se isso aos próprios trabalhos no campo, especialmente em outras culturas, como ao trabalho urbano, sobretudo no ramo industrial que “cresce vertiginosamente”. Já na segunda reportagem (1984), em sua primeira página a *Folha* estampava uma entrevista com o então Secretário do Trabalho, Clodoaldo de Oliveira. O secretário informava que somente no mês passado (fevereiro) haviam sido abertas mais de cem vagas de trabalho no setor industrial e comercial da cidade, segundo ele, em Orlândia, “não existe aqui a chaga do desemprego, sobram vagas de trabalho, sobretudo em nossa indústria”.

contestador. Parava, fazia greve, não me orgulho, mas até viramos ônibus e metemos fogo! Eu fui processado várias vezes [risos], ameaçado de morte então... muitas vezes [risos], eu não tinha medo não! Isso aqui era descaso, pessoal morria nesses pau de arara, vários acidentes graves, teve um do pessoal vindo de Sales que bateu em outro caminhão, onze mortos. Mas com a luta a gente conseguiu muita coisa, os quinze minutos de descanso, água potável, hora transporte, lanches, as usinas começaram a dar um dinheiro pra gente dar um café da manhã digno. Aí teve as primeiras Convenções, firmamos os acordos, desapareceu os gatos, desapareceu assim, aqueles terceirizados, porque muitos entraram para as usinas. Enfim, essa foi a nossa primeira luta, mas daí criou esse ódio contra nós do sindicato e contra os [trabalhadores/boias-fria] daqui (Sr. *Urbinati*, Junho/2024).

O relato coloca em destaque as lutas travadas pelo sindicato e trabalhadores quanto a condições dignas de trabalho, no que tange a transporte, a valores pagos, bem como à alimentação e moradia, o pagamento do décimo terceiro salário, folga remunerada e fornecimento de instrumentos de trabalho e equipamentos de proteção.

Grande parte das melhorias identificadas pelo entrevistado ocorreu em meados do final da década de 1980 após diversas paralisações coordenadas pelo sindicato. Em publicação no jornal *Realidade Rural*, Sr. *Urbinati* relatou que a paralisação ocorrida em 25 de maio de 1987 e encerrada em 29 daquele mesmo mês, foi um marco para o avanço das pautas do sindicato, tal movimento teve seu estopim em virtude do “furo”:

[...] o FURO vem ocorrendo na metragem do primeiro caminhão que é levado para fazer a média. Exemplo: um caminhão que na realidade só consegue levar 180 metros de cana cortada, como há ninguém que acompanhe o fiscal encarregado da medição, ele altera a metragem para mais ou menos 233 metros. Ficou comprovado que em média cada trabalhador toma um prejuízo de mais de três mil cruzeiros, por dia (Sr. *Urbinati* *Apud. Realidade Rural*, 1987, s/p).

As paralisações se iniciaram na fazenda Agudo, na divisa entre Orlândia e Morro Agudo e se estenderam por todos os canaviais da região de abrangência do sindicato (Orlândia, Sales Oliveira, Nuporanga, Morro Agudo e São Joaquim), após as paralisações, ficou acordado que um membro dos trabalhadores ou do Sindicato acompanharia os caminhões, contudo, conforme sua entrevista, a partir da integração de trabalhadores *permanentemente temporários* no corte esse acordo foi descumprido diversas vezes.⁶⁹

Ainda sobre este movimento, a *Folha de Orlândia*, em reportagem sobre a greve (edição 06/06/1987), pontuava que as reivindicações eram numerosas, destacando que seu intento era voltado às melhores condições de trabalho e salários. Contudo, uma importante reclamação dos trabalhadores, que neste caso não toca somente os salários, dizia respeito aos valores abusivos dos alugueis na cidade, como alguns deles relataram a *Folha*, seus salários não ultrapassavam três mil cruzeiros, enquanto os alugueis chegavam a média de dois mil e quinhentos mensalmente.

⁶⁹ Aprofundaremos este ponto no tópico a seguir, a prática do furo terá outro nome, “roubo”.

Em síntese, segundo *Urbinati*, foi justamente em razão desse *perfil contestador* que, embora tenham conquistado direitos trabalhistas e pautas por condições dignas de trabalho por meio de greves e paralisações, muitos trabalhadores acabaram sendo excluídos. As “bagunças” mencionadas pela *Sra. Borges* no início desta seção e a atuação de um sindicato que “cobrava, ia pra cima”, como pontuou *Sr. Urbinati*, revelam esse processo de tensionamento. É nesse contexto que surgem as chamadas listas negras das usinas - registros com nomes de trabalhadores envolvidos em greves, paralisações ou outras ações consideradas indesejáveis (como “fazer corpo mole”, discutir com fiscais ou contestar os valores pagos) - pelos usineiros e fazendeiros. Estar incluído nessas listas significava, na prática, ser impedido de novas contratações nas safras seguintes.

Entretanto, tal exclusão não se deu somente em virtude do *perfil contestador*, os aumentos significativos dos canaviais e a intensificação do ritmo de trabalho, que passou a exigir *médias* mínimas de cana cortadas diariamente, acabou por demandar cada vez mais pessoas, contingente esse que não era suprido pela população local, mormente do perfil desejado, qual seja, de indivíduos com uma maior capacidade física, sujeitos mais jovens, pois na medida em que acima de trinta anos de idade, os trabalhadores já encontram mais dificuldades para serem empregados, a vinda de novos sujeitos cumpriria a função de repor, por meio do fornecimento de maior força de trabalho, o consumo exigido pelos capitais cuja composição orgânica é maior’ (Moraes Silva, 2004).

Contudo, é notório que as novas contratações aliaram não somente critérios técnicos como o recorte de idade e produtividade, mas também critérios morais e sexuais. O perfil desejado era composto por homens jovens, fisicamente aptos e considerados “não encrenqueiros”, isto é, que não abusassem de bebidas alcoólicas, fossem obedientes e, sobretudo, não contestassem as condições de trabalho nem participassem de movimentos reivindicatórios. (Moraes Silva, 2008a), ou seja, que não seriam “bocudos”, usando aqui a expressão do *Sr. Barbosa*, analisada no capítulo anterior. Ademais, cabe reforçar que esse contingente necessário é suprido por nordestinos, como discutido na primeira seção do primeiro capítulo, uma vez que tais sujeitos vivenciaram a expropriação do campesinato em suas terras de origem, ou seja, as vagas são supridas por esses “sobrantes” nordestinos, em virtude dessa relação complementar, onde haviam vagas disponíveis em São Paulo, e sujeitos que se encontravam sem ou em precárias atividades em suas regiões de origem no Nordeste.

A mobilização desses cidadãos nordestinos, como relata *Sr. Urbinati*, a fim de ocuparem as novas vagas ou substituírem os locais, deu-se através das “[...] experiências mais antigas dos usineiros da região com o pessoal de Minas”, a mobilização de sujeitos para o

trabalho, especialmente para o corte da cana, é um processo de longa data, vide os estudos de Moraes Silva sobre a migração de mineiros do Vale do Jequitinhonha para a região da Grande Ribeirão Preto.⁷⁰

Retomando o relato do *Sr. Urbinati*, conforme o entrevistado, buscavam-se novos sujeitos, aqueles que “não conhecessem os seus direitos”, não tivessem experiências com paralisações ou greves, em síntese, não fossem “encrenqueiros”. Nas palavras do entrevistado “[...] Quando eles trazem essas novas pessoas eles já desde o começo impunham a eles as metas, faziam uma triagem lá [no Nordeste], a pessoa já vinha amarrada, com a cabeça feita pelos caras que foram lá contratar e por eles estarem muito longe de casa muitos acabavam por aceitar as atrocidades do trabalho”. Em síntese, para o entrevistado, esses sujeitos eram “catequizados já no vir, para não frequentar o sindicato”.

Em nossa entrevista com *Sr. Galvão*, ao abordar sua saída dos canaviais, em 1994, ou melhor, sua expulsão, ele recordou que, após uma paralisação, realizada junto aos companheiros, ficou marcado, não conseguindo mais se empregar no corte ou outra atividade nos canaviais. Todavia, ao rememorar essa passagem de sua trajetória de vida, coloca em destaque que sua “expulsão” dos canaviais havia sido benéfica, visto que, “[...] os gatos já não queriam os daqui, se não tivesse sido expulso por querer os meus direitos naquela época, ia ser demitido nas safras seguintes, isso foi o impulso que eu precisava para ir atrás de coisa melhor”. A “coisa melhor” na narrativa do entrevistado corresponde a busca por emprego nas empresas na cidade. *Sr. Galvão* se empregou, inicialmente, na empresa Brejeiro, na área de carga e descarga, e, anos mais tarde, após prestar concurso público, tornou-se motorista da prefeitura, atividade que se manteve até final da década de 2010, quando se aposentou.

Ao ser inquirido sobre o porquê da afirmação a respeito de sua “expulsão” ter sido algo benéfico, levando em conta questões econômicas, visto que a atividade a qual se empregou inicialmente no meio urbano pagava menos, *Sr. Galvão*, em um misto de preconceito e certo ressentimento, analisa o momento histórico destacando que o setor canavieiro desejava:

[...] aqueles que não tinham boca, porque precisavam, para não passar fome, queriam jovens porque esses aguentavam trabalhar que nem escravos por uma miséria que na terra deles era um dinheirão. Nós não toleramos mais os abusos,

⁷⁰ Referência incontornável para essa discussão, Moraes Silva em fins do século passado acompanhou e discutiu a formação dos chamados “corredores migratórios” compostos por mineiros e nordestinos. Segundo a pesquisadora, a partir da década de 1970, em virtude dos incentivos estatais, sobretudo com os programas de apoio à produção de álcool (Proálcool), houve o aumento da demanda de migrantes para a colheita “Assiste-se, desde então à vinda de centenas de milhares de nordestinos e mineiros, compondo a migração permanentemente temporária, dado que o período de suas estadas se referia ao trabalho na colheita. Assim, se formaram, com o decorrer dos anos, verdadeiros corredores de migração, percorridos por pessoas, cujas vidas eram caracterizadas pelo eterno vaivém, pelo nem lá, nem cá” (Moraes Silva, 2024b, p. 9).

foram buscar no norte quem aguentava, um povo acostumado a abaixar a cabeça, e só falar ‘sim senhor’ (Sr. Galvão, Maio/2017).

Essa perspectiva povoa o imaginário e as representações sociais acerca dos nordestinos na cidade de Orlândia, identificam-nos como sujeitos dóceis, que, graças à “precisão” (Moura, 2008), acabavam por não contestar, baixar a cabeça para os mandos e desmandos dos patrões, o relato nos induz a pensar os migrantes nordestinos como um grupo “adestrado no lugar de origem” (Moraes Silva, 1990), na expressão do Sr. *Urbinati*, “catequizados”. Todavia, tal percepção não coincide com a realidade concreta - veremos, ao longo deste capítulo, que os nordestinos sempre resistiram de diversas formas, sejam elas de forma aberta ou velada, individualmente e/ou coletivamente, consciente ou inconsciente aos abusos enfrentados, diariamente, em meio ao eito e no cotidiano citadino. Ademais, é necessário frisar que a literatura acadêmica já pontuou diversos casos de greves e paralisações de nordestinos que trabalhavam no corte da cana, enfim, esta perspectiva de sujeitos “contestadores” x “submissos”, trata-se de uma ilusão, ou melhor, de uma representação social, como tantas outras que compõem o processo de estigmatização desses trabalhadores em terras paulistas.

Ao nos aproximarmos do final desta seção, cabe frisar que, no processo de alijamento dos trabalhadores do corte da cana, as mulheres foram as primeiras excluídas. Destaca-se que o “perfil desejado” também gerou mudanças que tocam a divisão sexual do trabalho, onde as mulheres foram paulatinamente excluídas do corte, sob o pretexto de não lograrem os níveis de produtividade exigidos.

Uma coisa que pouco se fala é sobre o caso das mulheres. Sabia que por aqui, ali por 1970 e até a metade de 1980, eu digo que uns 40%, talvez um pouco mais, das pessoas que cortavam cana, não, em todas as outras atividades, com maior ou menor número, eram mulheres? Mas nessa mesma toada que retiram os daqui elas caíram juntas. Acontece esse padrão, sabe, eles [usineiros] desejavam um tipo de trabalhador como te contei, e nesse momento elas vão ser colocadas de lado, uma pena não ter os documentos⁷¹ (Sr. *Urbinati*, Junho/2024).

Entre as entrevistas coletadas, ao longo dos últimos anos, emergiram diversas narrativas de mulheres que dedicaram parte de suas vidas, ou até mesmo sua totalidade, ao trabalho rural, gostaríamos de abordar três trajetórias que, em menor ou maior grau, encontram-se entrelaçadas: a saída do espaço rural, o assalariamento no campo e as

⁷¹ O entrevistado refere-se à documentação histórica dos trabalhadores assalariados rurais que estavam sob posse do Sindicato e foram roubadas em 2018: “olha se tivesse vindo ali por 2017 se ia ter muito material para ler e ver, tinha muitas fotos, mas se acredita que sindicato foi roubado? [Sério?] Sim, o cofre estava grudado no arquivo de aço, não conseguiram abrir o cofre e levaram tudo, uma pena, fico triste de lembrar, tinha muita coisa, fotos, jornais, as atas das assembleias, agora isso só tá aqui [aponta para cabeça], na minha e nas dos trabalhadores”.

atividades no espaço urbano, quer como domésticas ou dobradeira de palha, atividade esta que é uma extensão da sua trajetória no campo.

Você sabia que eu já cortei muita cana? [Não!], sim, muita cana. Deixa eu te contar. Aqui antes, era todo mundo trabalhador rural, todo mundo, nordestino, paulista, mineiro, todo mundo. Os pobres [risos], não o pessoal do centro [risos]. E é todo mundo, homem e mulher. Antes se ia pro café, pro algodão, eu colhi até batata [risos], mas conforme a cana começou a ganhar mais espaço por aqui, aí o negócio foi mudando, primeiro eles começam a cortar a gente [as mulheres], por que começaram com negócio de uma meta muito grande por dia, e ia só aumentando, mas eu dava conta, cortava mais que muito machão, mas depois ficou muito duro. Mas também tinha muito zum zum zum, sempre teve, muitas até pararam de ir por causa disso, enfim, no fim das contas, tiraram as mulheres do corte, mas daí foi aparecendo outras coisas pra gente, mas aí era ruim, era sempre na diária, mas no fim das contas, eu fui dispensada, aí trabalhei muito como doméstica, até o Djanir falecer, e eu fiquei com a pensão dele e limpando uma casa aqui e outra ali, mas não aguentava muito a cana me tirou o couro, a força (*Sra. Mendonça*, Setembro/2021).

Sim, eu trabalhei muito na roça, muito. [Qual tipo de atividade a senhora fazia?]. Eu comecei panhando café e algodão, mas depois fui pra cana. Cortei muita cana. Mas daí começaram a dispensar a gente, primeiro as mulheres, depois os daqui, aí pegavam só piauí, e tudo homem e jovem, porque eles passaram a abusar muito. Eu ainda fui trabalhar pegando bituca, passei veneno também e até fui carpir, mas eu desisti. [Porque?] Miséria, salário muito baixo, não era produção, era diária. Aí complicou. [E depois, qual atividade a senhora se empregou?]. Saindo da cana fui trabalhar de empregada, eu trabalhei na roça desde que chegamos aqui [1970], aí em 1993 ou 1994, eu virei empregada e babá, fiquei até 2015, quando eu me aposentei (*Sra. Leocádia*, Março/2020).

Eu cheguei aqui no final de 1970, fui pra roça, era isso que eu sabia fazer, primeiro no café e depois cana. Trabalhei na cana, na cana! [Cortando?] Sim senhor, cortando! Eu não era fraca não [risos]. [Ficou muito tempo?] Nada, estava dispensando todo mundo daqui, pra pegar os piauí. Eles eram mais novos, melhor de serviço e ficou muito duro, e também tinha muito preconceito com a gente né? Com a mulher. Eu já engoli muito sapo de homem vagabundo, que não aguentava com o peso das bolas e daí ia falar que eu estava dormindo com o fiscal. Sem vergonha, só porque eu cortava mais falavam, não só de mim, toda mulher sofria com isso, e se eu tivesse? Que que tem a ver com a vida da mulher? A mulher aguentar trabalho duro feria o orgulho deles [risos], mas isso fez muitas não irem sabe, ou pararem de ir, porque o povo falava muito. [E depois, quando foi dispensada?] Fui pro lixão [silêncio], fiquei uns anos, pegando coisas lá e revendendo, depois fui pra palha, aí meu filho, aí eu brilhei [risos], não sai mais da palha até me aposentar e ainda estou nela, olha ali [no canto da garagem havia um saco de palha para ser dobrada] (*Sra. Conceição*, Junho/2024).

Dentre o conjunto de entrevistas realizadas, ao longo dos últimos anos, essas três mulheres são representativas, não só pelos pontos em comum, mas também pelas diferenças. *Mendonça*, *Leocádia* e *Conceição* nasceram, viveram e trabalharam na área rural, realizando toda a sorte de atividades, desde a colheita, a capina e o plantio, assim como muitos outros sujeitos, vivenciaram o nascimento e apogeu da civilização canavieira nas terras orlandinas, e, como inúmeros/as, foram descartados/as.

*Sra. Mendonça*⁷², na época da entrevista, 2021, com então 67 anos, parda, natural da região rural de Itumbiara, Goiás, migrou para Orlândia, na década de 1970, junto com o companheiro. Migraram após o marido perder o emprego em uma fazenda por motivo de adoecimento. A escolha por Orlândia se deu ao receber um convite da irmã, estabeleceu-se na Vila Tatu, no dia seguinte à chegada “já estava na roça”. No campo, em atividades que eram permitidas trabalhava junto ao companheiro, ajudando-o, pois o mesmo devido a problemas de saúde não podia fazer muito esforço. Na colheita da cana, cortavam juntos, ao mesmo tempo, as ruas destinadas a apenas um, visavam produzir a média exigida, pois, sozinho, seu companheiro nunca lograria algum dinheiro e nem mesmo teria sido aceito por critérios de produtividade. Contudo, foi dispensada do corte, seguiu, por alguns anos na diária, realizando diversas atividades nos canaviais, mas, em virtude dos poucos ganhos, optou pelo trabalho urbano, como doméstica. Após o falecimento do companheiro, em 1993, e, ao tornar-se pensionista, *Sra. Mendonça* seguiu “limpando uma casa aqui e outra ali”, buscando a complementação da renda, porém não conseguia mais dedicar-se com maior esmero, pois os anos dedicados ao trabalho no setor sucroalcooleiro tiraram o seu “couro” e sua “força”.

*Sra. Leocádia*⁷³, atualmente com 68 anos, é negra, natural de Dores do Indaiá, centro-oeste de Minas Gerais. Migrou para a região de Orlândia por volta da segunda metade da década de 1950, segundo ela “fugidos da fome”. Até seus 15 anos morou com seus pais e irmãos em uma fazenda na região da Orlândia. Após “juntar-se com Antonio” aos 16 anos, mudaram-se para a fazenda Olhos D’Água, onde ela e o companheiro trabalhavam como caseiros e, em época de colheita, colhiam café, algodão e cortavam cana. No entanto, devido às bebedeiras e brigas rompeu com o parceiro e seguiu para a fazenda Agudos com as duas filhas, também na região de Orlândia, estabeleceu-se na casa de uma tia, que era funcionária e residia na fazenda, mas não rompeu com as atividades no campo durante as colheitas. Nessa nova morada conheceu o segundo companheiro, também funcionário da fazenda, com quem

⁷² A entrevista com a *Sra. Mendonça* ocorreu em uma manhã de setembro de 2021, em sua residência no extremo-leste orlandino. Seu relato traça sua trajetória de vida marcada pela luta ininterrupta pelo cuidado, seja com o primeiro marido e com os dois filhos e consigo mesma. *Mendonça* dedicou quase 40 anos de sua vida ao trabalho rural, nos contou em detalhes cada uma das atividades desenvolvidas no campo, as formas certas de colher algodão, a cana, a batata e o amendoim e os “jeitinhos” de colher sem fazer muito esforço, relatou sobre as amizades e intrigas, sobre suas conquistas e suas mágoas. Narrou sua vida. Infelizmente, *Mendonça* faleceu em maio de 2023.

⁷³ Entrevistamos *Sra. Leocádia* em sua residência, sua entrevista foi longa, quase três horas e meia. Naquele momento tínhamos um pequeno roteiro com cerca de dez perguntas, mas que não foi utilizado, quando iniciamos a conversa e pontuamos que gostaríamos de saber um pouco sobre sua trajetória de vida, a entrevistada realizou a digressão de sua vida, de quando criança, como era a terra natal, sobre sua adolescência e casamento prematuro, sobre as mudanças, entre uma fazenda e outra sempre buscando emprego, sobre as violências sofridas em virtude das brigas com o primeiro companheiro, o segundo casamento, a mudança para a cidade e seu labor, seja no campo com também como doméstica, atividade que permitiu a aposentadoria.

migrou para a cidade em 1990, após a dispensa por parte dos patrões que arrendaram a propriedade a uma usina. Em Orlândia, com os ganhos do acerto, comprou um terreno no Jardim Santa Rita, extremo-leste, como *Sr. Melo* e *Sra. Gazola*, foi uma das primeiras moradoras desta região. Seguiria como trabalhadora rural até 1993/4, quando dispensada das atividades de “limpeza do canavial”, empregou-se como doméstica na cidade, atividade que se manteve até final da década de 2010, quando se aposentou.

*Sra. Conceição*⁷⁴, mulher branca, atualmente com 72 anos, é natural da região rural de Lunardelli, norte paranaense. Filha de uma retirante cearense com um descendente de imigrantes poloneses, *Conceição*, com apenas 14 anos, fugiu do sítio do pai quando esse a proibiu de namorar com Edgar, juntos, migraram primeiramente para a cidade, onde se casaram e tiveram três filhos. Na cidade, não conseguiu lograr nenhum ganho, segundo ela, por não possuir estudo, não conseguindo emprego, voltou-se ao trabalho rural na região, especialmente na colheita do café, junto ao companheiro, para conseguirem “alimentar as bocas famintas dos três filhos”. Aos 25 anos, seguiu com o companheiro para Orlândia a convite dos irmãos deste que haviam migrado alguns anos antes e passaram a enviar cartas mensalmente: “pintavam Orlândia como a terra das oportunidades”. Em Orlândia, moraram na Vila Tatu e seguiram trabalhando no campo, inicialmente na colheita do café e, depois, no corte da cana. Tal qual a *Sra. Mendonça*, trabalhou muitos anos em parceria com companheiro no corte, no entender dela, porque ele era “fraco” e não lograva os números de produtividade desejados: “Acho que foi essa fraqueza dele que fez com que adoecesse, ficou ruim da cabeça, passou a beber e ficar violento, quando começou a querer me dar [bater], peguei ele de porrete e nos separados, ele sumiu”. Seguiu sozinha no corte por mais alguns anos até sua dispensa. Enfrentou diariamente assédios, seja pelos fiscais, com propostas indecorosas, como de companheiros homens, que a acusavam de conseguir vantagens com os mesmos fiscais. Dispensada do corte e sem emprego na cidade, dedicou alguns anos de sua vida ao trabalho de coleta de recicláveis em um lixão localizado entre as cidades de Orlândia e Nuporanga, vivia nesse espaço, em uma barraca, os três filhos moravam na cidade,

⁷⁴ Entrevistamos *Sra. Conceição* em sua residência, que é também seu local de trabalho. Ao informarmos que gostaríamos de saber sobre sua trajetória de vida, ela narra desde a tenra infância, das brincadeiras e do cuidado com os irmãos mais novos, da fuga com o primeiro namorado que veio a ser seu marido, do trabalho na colheita de café, de sua migração para Orlândia, da perda de seu trabalho no corte e das adversidades enfrentadas em outras atividades no setor canavieiro. Ponto de grande emoção de sua trajetória é seu alojamento no setor canavieiro e da sua integração na atividade de coleta de recicláveis no lixão da cidade, espaço onde viveu, não sabe ao certo ou não quis nos contar, quantos anos, pouco falou sobre, manteve-se quieta a todas as perguntas, mudava de assunto ou simplesmente as ignorando. Seu relato se encerra destacando as atividades na palha, primeiro como tiradora, depois, com a aposentadoria, como dobradora, atividade da qual se orgulha, dobra em média 5 mil palhas por dia.

cuidados por uma irmã que trouxera do Paraná. Quando o espaço foi fechado, voltou ao trabalho no campo, mas como tiradora de palha, atividade em que se manteve até fins da década de 2010, quando se afastou do campo por problemas na coluna. Atualmente, dobra palha em casa, aposentou-se, no ano de 2022, após uma longa luta judicial.

As três histórias familiares dessas mulheres, apesar de apontarem dessemelhanças, estruturam-se com base nas dificuldades materiais, relações conflituosas e a presença do poder masculino, seja do pai ou dos maridos. Seus relatos destacam, inicialmente, as diferentes atividades que trabalharam no campo, ainda enquanto eram crianças, bem como, durante períodos de gravidez, mesmo em avançado estado gestacional e, em algumas situações, seus direitos de repouso não foram respeitados, especialmente nos períodos pós nascimento dos filhos, nunca “guardaram resguardos” (puerpério). Todas são migrantes, dedicaram-se aos trabalhos rurais por décadas, no contexto orlandino, colocam em evidência o processo histórico do avanço e predomínio dos canaviais, o desaparecimento das “cores” no rural, e a gradativa dispensa das mulheres e homens locais das atividades do corte e sua gradual substituição pelos nordestinos.

As mulheres são aquelas que mais foram afetadas, além dos mais velhos. Consideradas frágeis, incapazes de garantirem os níveis de produtividade no corte da cana – em torno de dez toneladas -, elas foram relegadas às funções mais desvalorizadas e mais perigosas. A busca de outras alternativas de trabalho alia-se à consciência da situação em que vivem (Moraes Silva, 2004a, p. 51).

Ao serem expulsas do corte manual, elas permaneceram no setor canavieiro, mas sendo empregadas como “faxineiras dos canaviais”, compondo o contingente de trabalhadoras em tarefas pesadas, insalubres e, ainda mais, invisíveis (Moraes Silva, 2011a). Aquelas que conseguiam trabalho, foram sendo relegadas às piores tarefas, encontravam-se empregadas em atividades que eram ainda mais invisibilizadas que aquelas realizadas pelos homens nos eitos dos canaviais.⁷⁵ Observam-se, no relato das três mulheres, as desvantagens em outras atividades do setor, em meio aos empregos nas diárias, destacam a pouca remuneração paga e os altos níveis de exploração enfrentados.

⁷⁵ Os estudos de Moraes Silva, apontam para o emprego massivo de mulheres nas seguintes atividades laborais em meio ao setor sucroalcooleiro: a) a recolha da “bituca” de cana para a “rua do monte”, de onde serão levadas para a usina; b) “abrir o eito” que significava cortar as fileiras de cana que estavam sobre as curvas de nível – “sulcos feitos para a drenagem das águas fluviais – antes da utilização das máquinas, pois estas só cortam as canas em terras planas” (Silva, 2011, p. 26); c) distribuição de herbicidas - aplicadoras de veneno no controle das pragas da cana; d) “arrancar colônia”- gramínea que possui profundas raízes e era arrancada através do enxadão, e) o plantio da cana, realizada de forma manual, colocavam as mudas nos sulcos feitos por tratores, “[...] atrás delas, os tratores vão tapando os sulcos. É um trabalho cuja intensidade é determinada pelo ritmo dos tratores” (Moraes Silva, 2016, p. 156); f) a recolha de pedras, para que as máquinas colheitadeiras pudessem passar pelo terreno sem obstáculos; g) nos viveiros onde se preparam as gemas para a plantação da cana, que, igualmente, demandam o manuseio de agrotóxicos (Moraes Silva, 2004a, p. 51).

Nos relatos das três senhoras, os (des)qualificativos, especialmente aqueles que buscam colocá-las como frágeis, meras ajudantes dos companheiros, que, configuram-se como o discurso dominante que legitima sua retirada desse mercado de trabalho, que passou a ser reservado aos homens fortes e jovens, é contestado, ou, ao menos, não é identificado como o principal motivo. As entrevistadas se consideravam muito “fortes”, mais do que “muito machão”. Seus relatos nos fazem recordar da trajetória de Marta, protagonista do romance *Açúcar Amargo* de Luiz Puntel (1989), que sempre buscou desmistificar a representação de que as mulheres eram mais frágeis que os colegas homens. Nos relatos de nossas entrevistadas, elas reforçam que cortavam “muita cana” e, para dar ênfase às falas, repetem mais de uma vez o termo “muito” na mesma frase. Justificam suas dispensas do trabalho do corte em virtude de um conjunto de motivações: 1) a naturalização das relações sociais assentadas nas diferenças entre homens e mulheres; 2) por não lograrem os mesmos números que seus colegas homens; mas, também, 3) por serem elas, muitas vezes, aquelas que contestavam mais arduamente os abusos sofridos em meio aos eitos dos canaviais.

Sra. Mendonça ao falar dos muitos “zum zum zum”, refere-se aos constantes comentários dos colegas homens que ela e suas companheiras mulheres somente logravam ganhos iguais ou maiores devido aos relacionamentos amorosos com os patrões. Na mesma linha, *Sra. Conceição* relatou que, por diversas vezes, ocorreram fofocas de que ela e outras colegas possuírem relacionamentos com empreiteiros, situação que a mesma rechaça. Para ela, ao se destacarem, por colherem mais cana que seus companheiros homens, isso “feria seu orgulho” e, desta forma, geraram uma série de comentário depreciativos, que contribuía para o seu descrédito, no ambiente de trabalho, mas também como “mulher honrada”, frente a sociedade a qual integrava.

Para ambas as entrevistadas, muitas mulheres acabaram por deixar o corte da cana ou nem mesmo dedicarem-se a tal atividade devido às fofocas, pois tornar-se vítima dos comentários acabava por causar-lhes diferentes problemas, no que tange o ambiente laboral (“[...] se tinha um comentário sobre uma moça, isso acabava com a moral da coitada, todos olhavam torto” (*Sra. Mendonça*, Setembro/2021)), mas também no seu contexto social, especialmente de suas famílias (“[...] vi pai expulsar filha de casa, bater na esposa, já vi de tudo, por causa de fofocas assim, muito triste, muitas abandonavam o corte, deixavam de ganhar seu dinheirinho por causa desses tipos de comentários, muito triste” (*Sra. Conceição*, Junho/2020)).

Conforme relatam, eram comuns entre os colegas homens dois discursos. O primeiro caracterizava-as como mulheres que “seduziam” os fiscais para conseguirem benefícios,

sobretudo, os de garantir ganhos, visto que, na perspectiva deles, elas não possuíam capacidades físicas para tal feito. De fato, para Moraes Silva (1999a, p. 277) essa prática existiu: “[...] mulheres que se ‘sujeitam’ as cantadas dos empreiteiros têm a vantagem de receber mais pelo trabalho. No momento de medir a cana, eles [fiscais/empreiteiros] retiram dos demais trabalhadores uma parte que é acrescentada à daquela com quem possui relações amorosas”. Contudo, a identificação delas como “culpadas”, eximiam dos empreiteiros/fiscais qualquer responsabilidade, não identificam neste processo, destaca a mesma autora, que se tratava de uma “prática abusiva com condicionantes de gênero e classe” (Moraes Silva, 1999a, p. 277).

Por outro lado, o segundo discurso, toma a figura dos fiscais/empreiteiros/gatos como vilões, ou seja, em virtude da exploração vivenciada, os poucos ganhos e o poder que os agentes recrutadores possuíam, permitiam que eles realizassem “propostas indecorosas” que não poderiam ser negadas, visto que isso poderia acarretar na sua dispensa e difamação para outros recrutadores. Essa segunda afirmação coloca as mulheres em uma posição de sujeitos frágeis, tanto física quanto emocionalmente, que se encontravam em um caminho bifurcado onde a escolha se dava entre a sujeição ou a não aceitação e, por consequência, acabariam por sofrer com penalidades como a demissão e exclusão ou ficariam a mercê dos comentários e olhares de reprovação dos colegas.

Ponto que une ambos os discursos é sua concordância de que as mulheres auferiam maiores salários que os de seus colegas homens, somente devido ao roubo perpetrado pelos agentes de controle da força de trabalho, seja em virtude de elas os seduzirem ou de serem elas vítimas de um processo de dominação que as imobilizavam frente ao poder que seus superiores exerciam sobre elas. As duas alegações pendem entre dois polos de representações históricas da figura feminina: mulheres frágeis e indefesas e/ou aproveitadoras/sedutoras.

Todavia, como nos apresenta *Sra. Leocádia*, as questões são muito mais complexas:

[Entrevistador: Quando a senhora trabalhava no corte da cana, e em outras atividades também na roça, havia muito assédio?]

Sim, muito. Mas [silêncio], não me leve a mal [risos] não to aqui para difamar as companheiras [risos], mas a gente não pode falar só dos sem vergonha dos gatos, dos empreiteiros, tem muita mulher esperta [risos], como também tem muita sem vergonha e mais ainda as idiotas que caía no papo deles. O pessoal acha que só tem mulher coitadinha, mas não é! Minha irmã, ela tinha um caso com um gato, ela arrancou desse idiota o que podia, mas não deixava ele tirar dos outros para dar para ela não, ela falava que não era certo [risos], ela tinha consciência [risos], fazia sair do bolso dele. Mas aí tinha outras que também não estavam nem aí, dormia com o gato e não estava nem aí de quem ele estava arrancando. Mais umas que ficava só temperando o gato [risos] e no fim das contas ganhava o dela e nem com ele saía [risos]. E também muitas de nós não eram de levar desaforo pra casa não, eu mesmo, uma vez um veio querer me cantar, eu olhei bem e falei: ‘eu não to aqui

para arrumar marido não, tô pra trabalhar, se vier com gracinha eu te meto esse podão na cara', rapidinho ele parou.

[Entrevistador: Não teve medo de ser dispensada?]

Olha, não tive não, porque se ele me mandasse embora eu metia fogo no caminhão dele [risos], brincadeira, eu corria com os meus direito, a gente sabia que tinha direito, mesmo não sendo registrado assim, não tendo documentos, o Sindicato na época [quando?], ali por 1980, o Sindicato na época já vinha explicando pra gente todo nosso direito, se eu denunciasse ele, ele perdia o emprego pra usina, a usina não ia querer ficar se queimando com um sem vergonha (Sra. *Leocádia*, Março/2020).

Seu relato coloca em destaque trajetórias de diferentes mulheres, fragmentos de experiências, seja daquelas enganadas, que caíam no “papo” dos *gatos*, mas também das que não são “coitadinhas”, ou seja, submissas ou ingênuas, mas mulheres “espertas”, “conscientes” e que não levavam “desaforo pra casa”. Sra. *Leocádia* muda o eixo, confessa, sem querer “difamar as companheiras”, as diferentes estratégias. Destaca questões desde a resistência, no entanto, a dissimulação também emerge de sua narrativa, não somente as relações de poder desiguais, mas as táticas que foram utilizadas para ultrapassar, ou ao menos minimizar as explorações vivenciadas. A narrativa nos revela algo mais complexo que vai na contramão do estereótipo da domesticidade atribuída a elas, e contraria os discursos acerca de serem frágeis e meras exploradoras dos ganhos alheios. Em seu relato, as mulheres conheciam seus direitos, bem como utilizavam do próprio sistema de dominação para tecer táticas, seja pela sedução, pelo enfrentamento ou denúncia.

Sua fala traz as mulheres para o palco, são protagonistas, revela não a simples submissão à ordem existente, mas um conjunto de práticas que vão muito além, são mulheres que ludibriaram e foram ludibriadas, que “arrancaram”, entregaram-se ou apenas “temperavam” os *gatos*. Enfim, outras trajetórias e experiências que se encontram “nos vãos da história” (Moraes Silva, 2012b).

Cabe destacar ainda, neste leque de motivações que geraram o alijamento das mulheres na colheita da cana de açúcar, para além daqueles que identificam as questões que envolvem certos imaginários, construções históricas, representações e estereótipos de gênero, suas posições como vozes ativas no que refere às lutas travadas pelos trabalhadores e sindicato, ao longo da década de 1980. Para as entrevistadas, reside aí uma motivação importante que gerou seu descarte. “Bocudas”, “arrumavam muita confusão”, “não sabiam ficar quietas”, eram “encrenqueiras” e “tudo era roubo para elas”, foram expressões presentes tanto nos relatos masculinos quanto femininos. São expressões que remetem às trajetórias laborais das mulheres sob dois prismas, nas narrativas masculinas, são vistas de forma negativa, contudo, no narrar feminino são seu oposto, ou seja, positivas, pois, para elas, tais

características remetem às suas manifestações individuais e coletivas que buscavam melhores condições de vida e trabalho. Em síntese, sejam os relatos masculinos ou femininos, observa-se que as mulheres, por vezes, assumiram, em diferentes contextos, posturas contestatórias diante do que consideravam ser injustiças. Impunham-se entre fiscais, não ficando quietas, arrumando “confusões” ou sendo “bocudas”, podem ser observadas como certas estratégias de luta dentro do cotidiano de trabalho (Lopes, Menezes & Santos Jr., 2020).

Conforme relatou *Sr. Urbinati*: “Nós [o Sindicato], unidos aos trabalhadores e às trabalhadoras, sim, muitas, muitas mulheres, ao longo de 1980 mudamos muita coisa, como eu disse, conquistamos muita coisa, que foi base para a gente correr atrás para os nortistas que ocupam essas vagas depois”. Novamente observamos o emprego e ênfase à expressão “muito”, desta vez não para se referir a *quantum* de trabalho, de cana cortada, mas ao número de mulheres envolvidas nas ações políticas que visavam as mudanças no sistema de trabalho. *Urbinati*, ao descrever a atuação das mulheres, identificou-as como mais aguerridas, mais batalhadoras, “[...] elas não tinham medo, tinham força, mais que muitos homens [risos], muitas das ações, das greves, sobretudo, deram certo por causa delas”.⁷⁶

Para as mulheres, a jornada intensa do corte era posterior aos cuidados da casa, dos filhos e, em alguns casos, dos companheiros adoecidos. A preparação da “marmita”, o alimento a ser levado para o almoço e o lavar roupas reduzia seus horários de descanso, e as múltiplas tarefas socialmente impostas sobrecarregavam ainda mais seus corpos (Tavares, 2022). Com múltiplas jornadas de trabalho e de responsabilidades sociais atribuídas, elas se encontravam muito à margem. Todavia, isso não significou a ausência feminina nos sindicatos e nas lutas políticas e sociais, conforme demonstra a rica produção acadêmica, especialmente de Moraes Silva (1999a, 2004a; 2004b, 2008b, 2011a, 2012b, 2013, 2014, 2016, 2018).

Entretanto, levando em consideração os relatos dessas três mulheres, ao que nos parece, suas participações, inicialmente, em movimentos dos trabalhadores/as não foram motivadas por reivindicações específicas da condição de mulher, mas integravam o conjunto de lutas de sua categoria social contra a exploração ou contra a expropriação. Naquele momento, ao que nos parece, as distinções de gênero não importavam (Carneiro, 1994).

⁷⁶ Sobre a participação e atuação de mulheres boas-frias em movimentos grevistas e de resistência em outros espaços da região, indicamos a leitura da entrevista de Padre José Domingos Bragheto, figura central dos movimentos sociais de trabalhadores rurais na região na década de 1980. Bragheto dedicou sua trajetória na região a denunciar a intensa exploração vivenciada pelos trabalhadores rurais e o descumprimento dos direitos trabalhistas dos mesmos. Ver: Moraes Silva, 2012a.

[...] eu sempre fui bocuda [risos], a gente via que não dava certo, que eles exploravam, aí eu falava mesmo, era para ajudar a todos nós ali, por isso eu quando podia participava das coisas que o Sindicato fazia, as vezes escondida [risos], era bocuda, mas não burra [risos], dependendo do que era não dava, porque se não já me sujava (*Sra. Conceição*, Junho/2024).

[...] participei de greve, de coisas do sindicato, bati boca com fiscal [risos], a gente tinha que participar né, melhorar a nossa situação. No fim das contas melhorou e botaram a gente [mulheres] e eles [homens] pra correr [risos] (*Sra. Leocádia*, Março/2020).

Observa-se, nessas falas, que as manifestações individuais e coletivas representam para tais trabalhadoras um enfrentamento enquanto classe. Evocam que a participação delas em movimentos coletivos e de suas ações individuais de contestação, visavam à melhoria das condições de trabalho para todos e não de formas específicas a elas ou às mulheres de modo em geral. Contudo, no relato da *Sra. Mendonça*, apresentado na sequência, nos indica que ocorreu uma mudança na qualidade desta participação, onde a sua mobilização passou a ir além do reconhecimento de pertencer a determinada categoria social e política, que atribuía indistintamente a homens e mulheres uma única identidade coletiva (Carneiro, 1994).

Olha eu participei de muita manifestação sim, era em benefício de todos. E eu também nunca fui de ficar quieta para coisas erradas, como já falei. E também as mulheres começaram a se unir sabe, uma vez em uma reunião no sindicato, uma mulher falava lá, muito bonito o que ela dizia, mas um homem do meu lado disse ‘pronto, agora vão querer até calcinhas’, pessoal caiu na risada, nós ajudamos muito, mas quando a gente ia pedir algo pra gente, tinha... preconceito? é essa palavra [Acho que sim], é, preconceito.

O relato de *Mendonça* identifica que, mesmo enfrentando preconceito, mulheres passaram a tomar a frente, realizavam falas em reuniões, não só para defender interesses de classe, mas, pelo que o comentário do colega indica, passaram a pautar questões específicas ao grupo de trabalhadoras rurais. Notam-se imbricações entre suas reivindicações específicas e as do conjunto de trabalhadores (Ferrante, 1989/90). Pelo relato acima, observa-se o início do processo de construção de uma identidade política feminina que integra reivindicações específicas.

Porém, esse processo, ao que nos parece, foi abruptamente interrompido em virtude do processo de descarte dessas mulheres, especialmente das atividades da colheita. Devido ao vertiginoso processo de reestruturação produtiva, implantado pelas usinas de cana de açúcar, desde fins da década de 1980, marcado pelo processo de reconfiguração do trabalho, caracterizado pelo aumento da intensidade da exploração e por novas formas de divisão sexual do trabalho, as mulheres foram, paulatinamente, perdendo muitos postos de trabalho. Alijadas do corte manual, em detrimento do emprego de homens jovens e temporários, que expropriados de suas terras e de seus modos de vida, viviam nas chamadas “pontas de rua”

(periferias de pequenas cidades) (Melo & Moraes Silva, 2013), as atividades laborais as quais passavam a executar, na grande maioria das vezes, eram eivadas pelo crivo das discriminações e estereótipos do gênero feminino, eram tidas como leves e afeitas às mulheres - em razão de que, a partir da representação social histórica, elas são mais caprichosas que os homens (Moraes Silva, 2016).

Tais atividades, insalubres, precárias e penosas, geralmente realizadas no formato de diárias, agenciadas por *gatos*, circulando de uma plantação à outra, durante todo o ano, na maioria das vezes, sem registro na carteira de trabalho e fiscalização dos sindicatos, contribuíram para uma desarticulação de um movimento incipiente que, em anos mais tarde, em virtude de essas atividades também serem eliminadas, graças à mecanização, fecham-se assim o ciclo de exclusão das mulheres (Moraes Silva, 2010).

A concentração de terras, a extinção das roças de subsistência, o fim da indústria doméstica e o avanço dos canaviais sobre o espaço rural, processos históricos articulados entre si, empurraram os trabalhadores e trabalhadoras rurais para cidades próximas e outras regiões e estados brasileiros (Santana, 1998). Colonos, pequenos proprietários, meeiros, rendeiros, de origem paulista, mineira, paranaense e de outros estados da federação, afastados da terra de trabalhar e viver, transformaram-se em trabalhadores rurais assalariados, foram temporariamente absorvidos por atividades agrícolas diversas (Mariano, 2004). Por não portarem saberes e condutas adequados às exigências da cidade e do mercado de trabalho, permaneceram excluídos das ocupações urbanas valorizadas (Costa, 1993). Instalados na cidade, voltaram-se ao rural, plantaram, carpiram e colheram, inicialmente produtos diversos como algodão, café, arroz e batata, mas, desde fins da década de 1980, com o domínio da cana, que invadiu as terras onde muitos deles viviam, especialmente daqueles de origem paulista, dedicaram-se a ela, colhendo, plantando, limpando e cuidando-a.

Remunerados com base na produção (tonelada de cana cortada) ou pela diária, sem lugar certo para trabalhar ou trabalho permanente, viveram a instabilidade do trabalho temporário nos canaviais. Tempo e espaço do trabalho rural assalariado dissociou-se do controle e das exigências da produção familiar. Especialmente nos trabalhos em meio aos canaviais. As tarefas cotidianas foram reguladas pela divisão e sincronização do trabalho promovidas pela indústria localizada no campo, que ajustou o ritmo dos homens ao das máquinas e ao interesse pelo lucro (Costa, 1993). Destituídos do controle de tempo e saber, na direção do processo produtivo, o trabalhador sujeitou-se às determinações técnicas, horários e fiscalização da empresa.

Todavia, como narrou *Sr. Urbinati*, em virtude de Orlândia ser uma cidade “fora da curva”, ela industrializou-se à revelia da civilização canavieira que dominou boa parte das pequenas cidades da região da Grande Ribeirão Preto, e, aos poucos, muitos destes sujeitos foram absorvidos pelos trabalhos urbanos.

Ademais, o processo de reestruturação produtiva, que determinaram alterações no mercado de trabalho e também nas formas de organização do trabalho, implantado pelas usinas, a partir da década de 1990, por meio da mecanização do corte e de outras atividades, como o plantio, o emprego de fertilizantes e inseticidas, bem como a intensificação da exploração, definiu os novos perfis de trabalhadores (homens, jovens e que não eram "bocudos") (Melo & Moraes Silva), consolidando assim o descarte dos sobrantes locais e permanentes. Em síntese, fechou um ciclo e ampliou um outro, o da contratação de trabalhadores *permanentemente temporários*.

É interessante ressaltar que entre os depoimentos coletados, com sujeitos que migraram entre 1970 e início da década de 1990, com exceção de algumas mulheres, encontramos pouquíssimos relatos acerca das atividades laborais, especialmente aquelas executadas em meio aos eitos dos canaviais. O silêncio sobre o trabalho no corte da cana foi onipresente. Diferente dos nordestinos que se calaram diante a perguntas quanto aos seus espaços de origem, os migrantes permanentes realizam descrições detalhadas, especialmente de suas saídas do campo, marcadas, quase sempre, pela expropriação violenta. Não obstante, ao realizarmos perguntas que envolveram a temática do assalariamento rural, em sua grande maioria, dedicaram-se a destacar as suas labutas entre os plantios e colheitas de tipos agrícolas como o algodão, a batata, o café e o arroz. Quando perguntados diretamente quanto ao trabalho no corte da cana, os entrevistados davam longos suspiros ou apenas silenciavam-se, após alguns segundos, foram-nos dadas breves respostas, narrativas genéricas, como “era duro”, “era triste” ou “era doído”. Por conta de nossa insistência, ao perguntarmos o porquê de ser duro, triste ou doído, novamente breves respostas eram concedidas: “porque era trabalho desumano”, “porque pagavam muito pouco”, “porque roubavam demais”. Geralmente seus relatos sobre esse tema, encerram-se, destacando sua “ascensão” de trabalhadores rurais a urbanos, os maiores ganhos, suas conquistas materiais e simbólicas, após a saída do trabalho no campo e dos projetos de vida, neste caso, a consolidação desses nas figuras dos filhos e netos.⁷⁷

⁷⁷ Como destaca Cover (2011, p. 84), "O trabalho manual na lavoura de cana é penoso e visto como inferior a dignidade humana, que pelo relato é preferível 'roubar', ou seja, cometer um ato considerado socialmente ilícito e criminoso, do que cortar cana", esta discussão pode ser observada nos relatos dos entrevistados, especialmente dos mais jovens, filhos de exs boas-frias. A exemplo, na entrevista com o *Sr. Galvão*, seu filho mais velho, que

Conforme *Sr. Urbinati*, ao longo das décadas de 1970 e 1980, o trabalho no corte na cana era uma atividade insalubre, perigosa e muito mal remunerada, a falta de fiscalização, perseguição e cooptação de sindicatos, agravou ainda mais a situação de penúria dos trabalhadores e trabalhadoras. Em entrevista, contou-nos que muitos sujeitos perderam suas vidas em constantes acidentes ocorridos nas rodovias⁷⁸, falou também dos roubos e abusos morais e sexuais por parte dos fiscais, bem como destacou as perseguições a qualquer trabalhador que realizasse algum tipo de enfrentamento. Ademais, destacou que com avanço das reivindicações houve o crescimento da repressão, tanto a nível da prática patronal, a partir da ameaça de demissão e a formação das “listas negras”, quanto ao aumento do aliciamento de uma força de trabalho trazida de outros estados.

Para o *Sr. Urbinati*, esse período foi marcado por uma intensa luta que, contando com apoio do Ministério Público e a união da classe trabalhadora rural, foram consolidados diversos acordos, mas: “[...] foram acordos que a gente conquistou, mas não para os nossos, porque esses foram dispensados, foram excluídos, houve muita perseguição”.

Conforme é apresentado no diálogo final do romance *Açúcar Amargo* de Puntel (1989), Seu Pedro, pai da protagonista, e Agenor namorado de Marta, comentavam sobre as vitórias dos trabalhadores rurais após a negociação entre trabalhadores, sindicato e usineiros na cidade de Guariba (1984) e, de certa forma, tal informação também é transmitida no relato do sindicalista orlandino, as batalhas vencidas contra o patronato rural no período (década de 1980) não significou, necessariamente, uma vitória concreta aos trabalhadores.

— Seu Pedro — Agenor disse, solene —, nós acabamos de vencer. O que o senhor está escutando, vem lá do campo de futebol. Tá todo mundo reunido. Acabam de ler os acordos da nossa vitória. De hoje em diante, vamos ter carteira assinada, todos os direitos trabalhistas e o aumento que a gente estava exigindo. Nossa luta acabou. . .
— Genô, meu filho, você quer saber a opinião de um velho ranzinza, que era machão e mandão? — Pedro perguntou, pedindo, com o olhar, a aprovação de Marta e Zefa.
— Diga, seu Pedro...

nos acompanhava, destacou que: “[...] nunca, nunca fui pra cana, deus me livre, eu estudei, e meu primeiro emprego já foi na Morlan, a cana, como o pai conta é desumano, é ruim, ninguém daqui mesmo queria esse trabalho não, por isso até o pessoal foi buscar gente de fora”. O relato, como do pai, é eivado pela representação negativa do corte da cana, como também, em suas entrelinhas, daqueles que passaram a executá-lo.

⁷⁸ O transporte dos trabalhadores ocorria de forma irregular, estes eram colocados nas caçambas de caminhões, junto a seus equipamentos de trabalho, “carregados como bichos, sem nenhuma segurança”. Para o transporte dos sujeitos, às vezes adaptavam-se com bancos de madeira e lonas, mas, a maioria das vezes, o trajeto era realizado sentado na caçamba sem qualquer conforto: “O caminho até o canavial era marcado por uma esfera de dominação e humilhação. Espremidas, as mulheres encontravam-se com seus corpos cobertos e seus rostos escondidos, com a função de proteção dos acidentes e dos olhares maliciosos dos homens, precisando impor muitas vezes o respeito” (Tavares, 2022, p. 104). Para Moraes Silva (2004b) o caminhão pode ser tomado como uma representação do modo de dominação, onde o controle sobre a turma de trabalhadores operava através do silêncio, da disciplina, dos poucos diálogos e da ausência de questionamento. *Urbinati* relatou que era costumeiro os jornais noticiarem os acidentes sofridos pelas condições irregulares, sejam os tombamentos causados pelo excesso de peso, bem como em virtude da direção imprudente.

— Agora é que a nossa luta começa, Genô. Isso tudo que você acaba de falar, ainda vai demorar um montão de tempo até virar verdade verdadeira. Escreve o que estou dizendo. Muita gente ainda vai levar pancada nas costas, apanhando em outras greves, até que isso seja verdade... (Puntel, 1989, p. 97-98).

No caso orlandino os agentes sociais atingidos, primeiramente, pelos processos de expropriação de suas terras e, na sequência, pela dominação e superexploração como boias-frias, trabalhadores assalariados rurais, relegou-se à exclusão, silêncio e invisibilidade, mas não sem luta e resistência que, como destacado no relato do sindicalista, consolidou uma série de políticas que beneficiaram, mas não também sem pressão e fiscalização, os novos sujeitos que passaram a ocupar as vagas dos despojados do corte da cana.⁷⁹ Como finaliza Pedro, “era um bom começo” (Puntel, 1989), nas palavras do *Sr. Urbinati*, transcritas em reportagem da *Folha de Orlândia*: “[...] foi um pequeno passo de criança, mas foi muito importante para quem sempre engatinhou na vida” (*Folha de Orlândia*, 09/06/1984).

Entre as narrativas, os silêncios que as entrecortam não significam o esquecimento. Interpretamos como formas de não reviver um período de suas trajetórias que foi marcado por violências, seja nos espaços cotidianos de trabalho, quanto seu descarte em momento posterior. Como identifica Ferrante (1989/90, p. 84), o fato de muitos dos antigos boias-frias interiorizarem o silêncio, pode ser explicado pelo peso das ameaças e violências sofridas no circuito de suas vidas. Não abordar o tema, com maior ênfase como outras passagens de sua entrevista, busca retirar a importância de sua trajetória de vida, de modo a ocultá-la. Os silêncios, conforme exposto no capítulo anterior, são compreendidos como memórias indizíveis, carregadas de sentimentos, geralmente negativos e/ou traumáticos que não valem apenas ser revividos (Menezes, 2020), no entanto são atos de resistência, pois assim, estas pessoas, no nível da consciência, estariam se resguardando de outros possíveis sofrimentos e constrangimentos.

Ao longo desta seção, dedicamo-nos, em um primeiro momento, a analisar as mudanças do horizonte rural e, na sequência, as transformações dos trabalhadores, primeiro os boias-frias, homens e mulheres, migrantes dos espaços rurais paulistas e de outros estados, como mineiros e paranaenses, que migram de forma permanente para a cidade, após as expropriações sofridas, e sua gradativa substituição por sujeitos *permanentemente temporários*, notadamente nordestinos. Ao longo da próxima seção, gostaríamos de seguir

⁷⁹ Sobre o tema resistência dos trabalhadores boias-frias, especialmente nas décadas de 1970 e 1980, indicamos como referências básicas os trabalhos de Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante que realizou importantes e pertinentes discussões acerca das condições de vida, lutas e organização política dos trabalhadores rurais do interior paulista. Ver: Ferrante, 1976; 1978; 1979; 1980; 1984; 1988; 1989/90; 1992; Ferrante & Moares Silva, 1988.

nos dedicando à temática do trabalho, mas ressaltando as experiências laborais em meio aos eitos dos canaviais, experiências não confessadas por locais e permanentes. Dedicaremos atenção, especialmente, aos nordestinos, que, ao longo das décadas de 1990 e 2000, período em que o campo orlandino foi consolidado pelo domínio da monocultura canavieira, foram eles, massivamente, os responsáveis pela colheita do produto.

Trabalhadores permanentemente temporários: labor, dominação e resistência

Cana, cana e mais cana. Era um verde que você não via o fim. Um dos caras que estava no ônibus, ele já vinha a vários anos, ele disse: ‘tão vendo isso? ta aí o trabalho de vocês’, Ei, Bruno, pensa num homem que ficou faceiro [risos], eu pensei, desculpa a palavra: ‘caraio, a gente tem muito serviço, logo vai entrar muita grana’, boa parte do pessoal era novato que nem eu, ficaram felizes, mas tinha gente que já tava na sua quinta, sexta safra, tinha uns que tava a mais tempo ainda, eu percebi Bruno, no rosto deles, ter tudo aquele verde ali, aquela cana, entende? tanto trabalho, eles não ficaram muito felizes, um deles até riu quando eu falei, ele riu e riu e daí parou ... [silêncio] ele ficou olhando pra todo aquele verde ali... [silêncio] eu entendi isso só depois, na segunda vez que eu vim, acho que o meu olhar virou o dele, cinza [...] (Sr. Barbosa, Junho/2023).

Sr. Barbosa chegou pela primeira vez à Orlândia na colheita da safra de 2000. Seu relato destaca, primeiramente, o deslumbramento com a paisagem, “um verde que você não via o fim”, destaca a euforia, pensava nos ganhos que todo aquele “mar de cana” poderia lhe proporcionar. Sua felicidade foi alvo de risos de um colega, não entendeu o motivo, não naquele momento. O colega, que “riu e riu” ao dirigir seu olhar aos mesmos canaviais, a todo aquele verde, silenciou-se, o motivo? Sr. Barbosa só entenderia mais tarde. O verde que o animou, um verde que poderíamos dizer que remetia à esperança, pela quantidade de trabalho, pelos lucros que poderiam vir de todas aquelas plantações, logo se esvaiu, o brilho no olhar gerado pela primeira vez em ver todo aquele verde, tornou-se também cinza, igualou-se ao de seu companheiro.

Seu relato nos faz recordar uma passagem do estudo de Moraes Silva (2005, p. 15), que observa: “[...] tudo era verde, mas, no entanto, nem tudo era bondade ou esperança”. As experiências dos sujeitos que, por muitos ou poucos anos, dedicaram-se ao trabalho nos canaviais da região trazem, em suas memórias e corpos, as marcas desse percurso. As recordações do trabalho remetem a narrativas que se equilibram entre sentimentos de felicidade - quando mencionados os ganhos materiais obtidos, como a compra de imóveis, veículos ou o apoio financeiro à família no Nordeste - e a dor - relacionada aos problemas de saúde física, mental e emocional gerados pelos anos de labuta nos canaviais.

A esperança foi um motor que impulsionou muitos trabalhadores a se deslocarem, alimentando a expectativa de que o trabalho poderia oferecer alguma estabilidade, mesmo

que breve. Contudo, os abusos, a baixa remuneração e os impactos à saúde apagaram, para muitos, o brilho dessa esperança, conforme o relato de *Barbosa*, em meio a sua segunda viagem à região, seu olhar se igualou a dos companheiros, tornou-se *cinza*. Essa ambiguidade entre esperança e sofrimento, entre conquista e expropriação, pode ser compreendida à luz da noção de experiência formulada por Thompson (1981). Para o autor, a experiência é o processo histórico por meio do qual homens e mulheres, inseridos em determinadas condições materiais, respondem e dão sentido às circunstâncias que os cercam. As memórias desses trabalhadores, portanto, não expressam apenas lembranças individuais, mas modos de elaboração de uma experiência coletiva, marcada pelas contradições do trabalho, pela busca de dignidade e pelas formas de resistência diante da exploração.

Sr. Barbosa chega à cidade em um momento em que os canaviais já haviam dominado, quase por completo, os espaços rurais de Orlândia e sua região. Após uma viagem de quase três dias, de Bacabeira a Orlândia - pouco mais de 2.500 quilômetros, e enfrentar alguns problemas com o *gato* que lhe trouxe até ali, conforme já apresentado no capítulo anterior, logo, junto aos companheiros, seguiram para o canavial, para o eito.

Os que vêm pela primeira vez ficam assustados com as altas exigências do trabalho, com os altos níveis de produtividade a serem atingidos e com as péssimas condições de trabalho. O ritmo frenético da produção, as várias formas de exploração a que estão submetidos, as enormes e variadas cobranças sobre a qualidade do serviço a ser executado, os baixos salários, as condições precárias de moradia e de alimentação, o tratamento ríspido que recebem de seus superiores e a imposição de metas diárias de produtividade compõem o cenário encontrado pelos trabalhadores rurais e farão parte de seu cotidiano durante todos os meses da safra (Guanais, 2014, p. 273).

Sr. Barbosa aprenderia a cortar a cana com os companheiros mais experientes, segundo narrou, “[...] estavam mais calejados, já tinham a experiência dos anos anteriores, estavam, como diz? Treinados. Mas também tem o gato, que não é mais o gato, agora fiscal [risos], que esta lá, sempre no teu cangote”.

Ao chegarem aos canaviais, os trabalhadores eram divididos em grupos, e cada um ficava responsável pelo corte de um conjunto de ruas (fileiras) de cana, geralmente cinco. O corte manual exigia uma sequência contínua e extenuante de movimentos de flexão dos braços, pernas e coluna. Era preciso abraçar o feixe de canas, desferir golpes firmes de podão rente ao chão, evitando deixar tocos que prejudicassem a rebrota, cortar os ponteiros (parte superior da planta, com menor concentração de sacarose) e lançar os feixes em montes organizados nas fileiras centrais. Esse ciclo de movimentos: abraçar, cortar, carregar e lançar, repetia-se incessantemente ao longo da jornada.

Para o trabalhador, lograr um bom desempenho (do ponto de vista da usina), o cortador dependia da precisão e da velocidade do gesto: cortar a cana ao rés-do-chão, onde há maior teor de sacarose, exigia a total curvatura do corpo e intensa força física. Como o pagamento era feito por produção, calculado a partir da metragem e pesagem da cana cortada, somando-se o tipo e a qualidade do canavial, a eficiência do corte manual era regida por uma lógica simples e implacável: “quanto mais se corta, mais se ganha” (Novaes & Alves, 2007; Gomes, 2013; Moraes Silva, Bueno & Verçoza, 2013).

Seguiria, nesse ritmo, por horas, desgastavam-se não somente pelos movimentos intensos, da aplicação da força para efetivar o corte, mas também no carregamento das canas cortadas, levadas entremeio os braços, até os montes, e devido às altas temperaturas, que causavam sudorese intensa, podendo causar a tão temida “birôla”⁸⁰. No canavial, esses sujeitos se mantinham em constante movimento: andando, cortando e juntando a cana por horas, diversas toneladas, quilômetros andados diariamente. Os corpos, com o tempo se adaptavam, a postura ideal, a desejada por seus empregadores, seria conquistada no pico da safra. Aí, completa-se a fase do *treinamento do corpo* (Moraes Silva, 1990).

Corpos que são disciplinados para o melhor uso do podão, que passam por um período de adaptação e adestramento tendo em vista a assimilação das etapas requeridas pela atividade. No bom emprego do corpo, que permite um bom emprego do tempo, nada deve ficar ocioso ou inútil: tudo deve ser chamado a formar o suporte do ato requerido (Xavier, 2013, p. 137).

Os sujeitos “treinados”, “calejados” e “experientes” na atividade do corte, davam o tom de como o serviço deveria ser executado aos recém-chegados, como expôs *Sr. Barbosa*, mas, no caso de as explicações não serem boas, ou suficientes, sempre haveria o “*gato que não era mais o gato*”, mas agora fiscal, no “cangote” dos trabalhadores.

Conforme já discutido no capítulo anterior, os *gatos profissionais*, em sua maioria, iguais a seus colegas, eram originários do Nordeste, em Orlândia trabalharam em atividades agrícolas diversas, mas, como os locais, passaram a dedicar-se às atividades do setor sucroalcooleiro em virtude de seu avanço sob o espaço rural. Com alguns paulistas fundaram

⁸⁰ Também conhecida, especialmente em Alagoas, como “canguru”, a birôla, descrita de forma técnica corresponde a câimbras intensas em virtude do acúmulo de ácido lático na musculatura. A transpiração excessiva, acarreta a perda de eletrólitos e de sais do organismo (Moraes Silva, Bueno & Verçoza, 2013). Essas câimbras acometem a todo o corpo, das pernas, o tronco e os braços, relatos de alguns de nossos entrevistados identificam ter tido câimbras até mesmo na musculatura da boca e língua, “[...] o cara fica todo contorcido, até a língua, a pessoa parece que fica possuída” (*Sr. Alves*, Fevereiro/2020), “[...] começa nas pernas ou nos braços, e sobe ou desce, a pessoa cai no chão, se contorce, a dor é imensa” (*Sr. Barbosa*, Abril/2020). *Sr. Urbinati* (Junho/2024), relatou que, em fins de 1990, algumas usinas passaram a fornecer um pó para misturar na comida e água, que continha vitaminas e proteínas que visavam evitar a birôla, contudo, tal política por parte das empresas ocorria apenas no início das safras e em momentos que: “[...] recebiam informação que ia ter fiscalização no eito, aí eles davam, aí era festa, mas quando se não tinha uma fiscalização forte, davam quando tinham, geralmente só no início das safras”.

o empreendimento de “trazer gente”, eram os motoristas, criaram os primeiros “corredores migratórios” (Moraes Silva, 1999a). Em momento posterior, pela significativa ampliação dos canaviais, da necessidade de “novos braços” e por razão das “bagunças”, usando o termo da *Sra. Borges*, que os locais fizeram (greves e paralisações), consolidaram, com auxílio de usineiros e fazendeiros, de quem ganharam confiança e apoio (subsídios), um novo empreendimento, o de “trazer gente para algo”.⁸¹ Tornam-se arregimentadores de mão de obra, especializaram-se nesse trabalho, buscavam sujeitos como demandava a nova política de contratação: homens, jovens e que não fossem encenqueiros. Para evitar as “bagunças”, os “catequizam”, conforme narrou *Sr. Urbinati*, antes da saída de seus lugares de origem. Eram incumbidos de realizar a “primeira triagem”, selecionando e classificando os corpos aptos e inaptos, isto é, dos que podem e não podem cortar cana de açúcar (Menezes, 2012). Selecionavam, principalmente, pela habilidade manual, em síntese levava-se em conta a destreza para o corte de cana, a força e resistência física, mas também por critérios morais e das redes às quais estavam envolvidos, como parentesco e amizade.

Não se encerraria aí a sua atuação. Em meio aos eitos, seriam os mediadores dos trabalhadores e da usina, designados para internalizar e difundir as regras e valores do setor para a condução de um trabalhador obediente e disciplinado (Gomes, 2013). Eram encarregados por serem os “olhos” dos patrões. Nesse momento, não são mais os *gatos*, os agenciadores de mão obra, mas, agora, também, são fiscais, *turmeiros*. Controladores da força de trabalho, eles são responsáveis por denunciar qualquer irregularidade ou problema, aferir a execução do trabalho e registrar os ganhos de cada um, orientam e corrigem os erros e socializam o trabalhador.

[...] suas funções perpassam o nível do mercado de trabalho e o do espaço reprodutivo. Olha, dá conselho, evita encrenca, controla a bebida. Por seu intermédio, pode haver ou não garantia de trabalho na próxima safra. Não é um elemento que castiga. Contribui para a normalização, para a moldagem destes homens transformados em corpos para o trabalho, só para o trabalho (Moraes Silva, 1990, p. 8).

No interior dos canaviais, eles são a categoria de funcionários mais importantes para as usinas, pois são os responsáveis pelo acompanhamento e pela fiscalização dos cortadores de cana, quando estes estão embrenhados em meio aos canaviais. São eles que distribuem e supervisionam o trabalho, verificando não somente se os cortadores estão realizando todas as atividades prescritas, ainda fiscalizam seus comportamentos e atitudes. Ao fazerem isso,

⁸¹ Registrados com salários-horas fixos/as, estes também receberam comissões, seja em virtude do número de trabalhadores recrutados para a safra, como também pelo rendimento de sua turma ao longo dela, isto os estimulariam a zelar pelo rendimento dos trabalhadores a eles subordinados.

garantem a disciplina de todos. Eles são os “mediadores da dominação” (Moraes Silva, 1999a). Exercem um olhar constante e minucioso, olhar que deve ser capaz de controlar cada gesto, ritmo e conduta, buscando não deixar escapar uma mínima movimentação sequer.

A intensidade do trabalho, aliada a esse controle, visa assim produzir o chamado “bom cortador de cana”. Este seria aquele cujo corpo estaria disciplinado, domesticado, “calejado” como nos disse *Barbosa*. Ao repetir sucessivamente movimentos ensinados: inclinar-se, levantar-se, lançar a cana, alinhá-la, limpar as impurezas ao redor dos montes, realizando o corte perfeito, imprescindível para a qualidade da matéria-prima e da diminuição dos custos da produção e, conseqüentemente, o aumento dos lucros da empresa, o fiscal concede ao trabalhador o símbolo de “bom cortador”, o produto final desse processo disciplinador.

Para lograr tal perfil, no interior de “suas turmas”, os turmeiros/fiscais buscam “a conformidade, a aceitação de regras”, gestaram uma espécie de consciência doce, ingrediente necessário neste processo de ajustamento do corpo e da alma (Moraes Silva, 1990, p. 9). O *gato*, “que não é mais o gato”, mas o mediador da força de trabalho, também se tornam fiscais e gestores, mediam os tempos e os espaços, são os interlocutores entre as reclamações e as demandas dos trabalhadores (Menezes & Cover, 2016). Na simplificada, mais potente definição do *Sr. Alves*, eles eram “[...] o advogado, o juiz, o carcereiro e, às vezes, o carrasco”.

Na cana, o trabalho era duro, se não podia ficar parado não. Sempre tinha que tá mostrando serviço, se tinha tua média. Se você parava um pouco o fiscal, ele de longe te via e já dava um assobio, ou vinha no teu encalço, se não podia ficar matando tempo não: ‘aqui é lugar para trabalhar, se veio para trabalhar, não pra bater papo’, era duro. E se você já retrucava ele já pergunta: ‘ta querendo gancho, Alves? Quer descansar te dou três dias’, era abaixar a cabeça, dar um riso sem graça e voltar pro batente, cabra tinha medo, se perde o emprego, não pega mais nada aqui. Era duro.

[Entrevistador: Como o senhor aprendeu a cortar cana, alguém ensinou?]

Quem me ensinou foi o Mané, ele era o gato que te falei, cunhado do Pedro, com quem vim pela primeira vez. Ele que me ensinou e eu depois ensinei muita gente que veio depois. Mané era gente boa, mas o homem também não deixava baixo não, ele queria produtividade, mas também que fizesse o serviço direito. Já peguei gancho, uma vez ele me deu porque bati boca com ele. Mas também ele já protegeu a gente, não dispensou porque a usina mandou, ele era assim, era duro, mas até que justo, todo gato, gato não, na roça a gente trata como fiscal, se entende isso né? [Sim] Então, todos eles eram assim, eles eram o advogado, o juiz, o carcereiro e, às vezes, o carrasco (*Sr. Alves*, Fevereiro/2020).

O relato do *Sr. Alves* constrói um panorama das relações entre trabalhadores e fiscais em meio ao eito, “era gente boa”, mas também “não deixava baixo”. Figura ambígua, que se encontra em uma fronteira tênue entre bondade e aspereza. O fiscal desejava, ao que o relato indica, duas coisas centrais: a primeira, sem dúvida, a produtividade, queria que “sua turma”

se mantivesse sempre trabalhando, sempre em movimento, mantinha-se atento, assobiava para aquele que se encontrava parado ou conversando, quando o sinal não resolvia “vinha no encaço”. Contudo, não bastava apenas ser produtivo, seu segundo desejo era de que o serviço fosse feito “direito”, ou seja, cortar a cana rente ao chão, evitar picá-la, cortar as ponteiros, alinhar a cana de forma correta - o que facilitaria o carregamento, e limpar as impurezas ao redor dos montes.

Para garantir a produtividade, o “corte direito” e o próprio controle sobre os trabalhadores, observa-se, no relato do entrevistado, a mobilização clara de duas estratégias por parte dos fiscais, a *Média* e o *Gancho*, bem como, uma terceira, que se encontrava oculta no relato, o medo do registro nas *Listas Negras*.

A *Média* corresponde a produtividade diária mínima medida em toneladas, que deveria ser atingida por todos os cortadores de cana. *Sr. Alves* informou que, quando começou a cortar cana, em fins de 1980, a média exigida diariamente era de oito toneladas, porém esses números aumentaram consideravelmente nas safras seguintes. Conforme *Alves* (2006), em meados dos anos 2000, um cortador de cana realizaria mais de cento e trinta mil golpes de “podão”, perderia em média oito litros de água e cortaria entre 13 a 15 toneladas por dia. *Sr. Barbosa*, por exemplo, destacou em seu relato que, nos anos 2000, exigia-se que ele e os demais companheiros cortassem em média 12 toneladas diariamente. Exigência que, segundo ele, gerou dispensas nos primeiros meses da safra de pelos menos 5 de seus companheiros maranhenses:

Ixi, o negócio era duro, no primeiro mês o cara [fiscal] falou que ia relevar, porque tinha muita gente nova, como eu [risos], eu no primeiro mês não aguentei muito não, pessoal tirava muito sarro, os mais velhos do corte, mas foi até pegar o jeito, eles exigiam de doze toneladas pra frente. No primeiro mês eu fazia nove, dez, mas depois peguei o jeito, e daí se faz o corpo chorar pra dar conta. Cinco colegas foram dispensados antes da metade da safra, não aguentaram chegar ao que eles queriam. Eu na segunda safra, ganhei até bicicleta, dinheiro a mais, porque me enquadrei bem, mas foi sofrido demais, porque quase tive um negócio [risos], hoje vejo que não valia a pena não (*Sr. Barbosa*, Junho/2023).

Aqueles que acabavam de chegar ao canavial pela primeira vez recebiam certa tolerância, caso não se “enquadrassem”, ao longo das semanas, como foi o caso dos colegas do *Sr. Barbosa*, seriam descartados. Observa-se assim que a *Média* foi utilizada como forma de selecionar os “melhores trabalhadores”, ou seja, os mais produtivos. Aqueles que não conseguissem atingi-la acabariam sendo dispensados independentemente do período da safra. Os trabalhadores que recusam se sacrificar no altar do progresso, que não “fizessem o corpo chorar”, e também aqueles que mesmo buscando não conseguiam atender às exigências impostas, acabavam sendo vistos como fracassados. Estes eram frequentemente motivos de

chacotas entre seus colegas de trabalho, desvalorizados pelos fiscais e recrutadores, recebiam a marca de sujeitos pouco produtivos, que acarretava também em seu descarte, seja na safra vigente quanto em futuras (Nunes, Silva & Cordeiro, 2016).

Para Moraes Silva (1999a; 1999b), o sistema de trabalho nos canaviais imposto aos trabalhadores, desenvolvido por seus agentes de controle, de fiscais a funcionários de escritórios, visou sempre o aumento da produtividade dos sujeitos ao longo dos anos, ou seja, o aumento da quantidade da cana cortada e da qualidade do corte. Esse sistema criou uma certa concorrência velada entre os trabalhadores onde aqueles abaixo da média sentiam-se envergonhados, incapazes e eram inferiorizados, tanto pelos fiscais quanto pelos próprios colegas de trabalho, segundo narrou *Sr. Barbosa*, enquanto não se “enquadrava”, ou seja, não produzia a média imposta “tiravam muito sarro”. Ademais, cabe ainda destacar que esse processo foi reforçado pelo sistema de gratificações que concedia àqueles com maior produtividade certas premiações, que geraram e aprofundaram divisões entre os trabalhadores e foram fundamentais na construção do perfil do chamado “bom cortador de cana”, que ressaltou a competitividade e, em contrapartida, avançou na eficácia da colheita, vide o relato de do *Sr. Barbosa*, que, já na sua segunda safra ficou entre os mais produtivos, recebendo desde prêmios em dinheiro a uma bicicleta, mas, para isso, debilitou sua saúde, “quase tive um troço”. Conforme exposto por Silva Jr. (2020, p. 717) a tentativa de ganhar mais, “[...] encontra o limite imediato da exaustão física do corpo, com a morte à espreita”.

A imposição de uma média diária e sua aceitação por parte dos trabalhadores, que não se dá de forma passiva, como veremos mais adiante, se constitui como “correntes invisíveis” que atam os cortadores de cana às estratégias de dominação, e podem ser vistas, também, como uma espécie de coerção moral e uma das formas possíveis da intensificação da exploração do trabalho pelo agronegócio.

A segunda estratégia, os chamados *Ganchos*, eram mecanismos criados e utilizados para suspender o cortador de cana que não tivesse executado bem sua tarefa ou desobedecido às ordens do controlador da força de trabalho, ademais, também era forma de combater o absenteísmo. As suspensões aplicadas pelos fiscais variaram em sua duração. Nos relatos coletados, a punição chegou a durar de um dia a uma semana. Os *Ganchos* representam uma redução no salário mensal dos trabalhadores, pois, ao serem suspensos, eles eram impedidos de embarcar nos caminhões ou ônibus, deixando, portanto, de receber os dias em que não cortaram cana. Ademais, em vista de certas gratificações criadas, como, por exemplo, a concessão de premiações e de cestas básicas aos trabalhadores, para estes, encontrarem-se aptos ao recebimento, não bastava a produtividade, mas sim a assiduidade ao trabalho e o

comportamento, ou seja, o trabalhador que recebesse um *gancho*, além de ter a redução de sua produtividade mensal seria eliminado das possibilidades de receber alguma gratificação ao final da jornada mensal de trabalho.⁸²

Observa-se, assim, que os *ganchos* se configuraram enquanto importantes mecanismos, como a própria *Média*, no que tange às formas de controle e disciplina das turmas, fazendo com que os trabalhadores cumprissem de maneira exemplar todas as atividades que compunham o seu trabalho. Todavia, cabe destacar, conforme pode ser notado, nos depoimentos a seguir, que tal mecanismo, voltado ao controle dos corpos dentro do ambiente de trabalho, ainda foi utilizado com o propósito de punição a comportamentos fora desse espaço, sendo, também, uma espécie de mecanismo de perseguição.

Gancho era comum [risos], quando eles pegavam os pião fazendo coisa errada, ou que batia boca no meio do eito, era comum, mas tinha uns também que exagerava, cara abusava do poder. O Zélim, um maranhense que veio comigo, uma vez tomou um porre em um baile, e tava podre de bêbado, um fiscal viu ele saindo do baile e ligou para o Cidão. Cidão chegou no barraco e falou pra ele: 'nem aparece amanhã, ta três dias suspenso', Zélim ficou bravo, quis puxar a peixeira, mas a gente apaziguou, 'largue mão homem, vai mandar você embora'. Cidão era assim, meio ruim, mas tava errado, rapaz nem tava no trabalho, o que ele fazia, o que a gente fazia fora, ninguém podia falar nada, mas enfim, com outros colegas foi a mesma coisa [risos] (*Sr. Barbosa*, Junho/2023).

Nunca tomei gancho, nunca, eu sempre fui um bom trabalhador, já fui campeão até em alguns meses. Mas nunca tomei, pessoal também abusava de mais, fazia rolo [brigavam] no meio do canavial. Mas também tinha fiscal que não valia nada, se ele não fosse com a tua cara, se tava ralado, perseguia, gancho atrás do outro, não podia errar com nada. Tinha uns assim, ruins mesmo, até o cara ser dispensado (*Sr. Chagas*, Novembro/2023).

Eu já tomei muito [gancho] [risos]. Às vezes até fora da roça [risos] [Como assim?] A gente que quer ajudar os outros, Bruno, a gente só toma naquele lugar [risos]. Te contar duas, uma o homem lá quase pegando de cacete com o fiscal, fui conversar, pedir pra deixar disso, no fim das contas, tomei um dia e ele uma semana [risos], só porque fui apartar a briga. A outra situação [risos], essa não foi comigo, mas é uma história boa [risos], se vai achar engraçado, tinha o Túlio, ele era pernambucano, um fiscal de outra turma ligou para o nosso: 'Túlio trabalha aí?', 'Trabalha', aí pediu pra mandar ele embora, o homem [fiscal de sua turma], falou que não, que esse era de ouro [bom cortador], mas no fim das contas deu um gancho de uma semana pra ele [Porque?], [risos], aí que está a melhor parte, o Túlio estava saindo com a mulher do outro fiscal [risos], pense a confusão (*Sr. Alves*, Fevereiro/2020).

Para além das punições aos comportamentos no espaço de trabalho, as três narrativas destacam que os *ganchos* também foram utilizados como forma de controle do

⁸² O sistema de gratificações foi uma prática comum também entre os trabalhadores locais. Em publicações na *Folha de Orlândia*, por exemplo, notamos que tal prática já era comum na década de 1980. A destilaria Colorado ao final da safra de 1985 realizou uma festa que contou com bandas e um grande churrasco para os trabalhadores rurais. No evento foram sorteados vários brindes, além de premiações aos cortadores que se destacaram na safra (que cortaram mais cana) com TVs a cores, ferros elétricos e bicicletas (*Folha de Orlândia*, 09/11/1985). Na safra seguinte, 1986, foi a vez da Usina Vale do Rosário a realizar uma "grande confraternização de fim de ano". No evento desta usina, além das premiações, também ocorreu a doação de cestas de natal e brinquedos aos filhos e filhas dos trabalhadores rurais (*Folha de Orlândia*, 21/12/1986).

comportamento dos trabalhadores fora do espaço produtivo. Zélim, colega do *Sr. Barbosa*, recebeu uma suspensão de três dias em virtude do abuso do álcool. Esse caso é interessante porque demonstra que os olhos dos fiscais estavam por toda a parte, coloca em destaque que a regulação sobre os sujeitos não se dava apenas na disciplina em meio ao eito, mas também seus comportamentos em espaços de descanso e lazer. Por outro lado, *Sr. Chagas* destaca que o mecanismo das suspensões ainda fora utilizado no modo de perseguição àqueles com quem os fiscais “não fossem com a cara”, a seus desafetos, os *ganchos* eram maneiras de desgastar o trabalhador, suspensões seguidas, até gerarem sua dispensa. Em outra parte de seu relato, mas também na fala de outros trabalhadores, destaca-se o uso deste mecanismos também como forma de punição aqueles que “tinham ligação ou iam aos encontros do Sindicato”.

Por fim, um tanto cômico, mas não menos importante, o relato do *Sr. Alves*, além de indicar o gancho que levou fora do ambiente de trabalho apenas por “apartar” uma briga, destaca a relação entre os agentes de controle e, destes, com os próprios trabalhadores. Traído, um fiscal ligou para o outro, queria a cabeça do amante da esposa, porém Chico, o fiscal da turma do *Sr. Alves*, negou-se a dá-la, pois, tratava-se de um bom cortador, “era de ouro”, logo, para não ter nenhum entrevero com o amigo guampudo, suspendeu o trabalhador por uma semana.

Os relatos novamente colocam em destaque as ambiguidades dessa figura. Destacam que suas funções não se restringiram somente ao controle e disciplina dos corpos, pelo menos não só nos espaços de trabalho, outrossim, nos locais de moradia e de sociabilidade, em suma, no cotidiano. O relato que apresentaremos a seguir, do *Sr. Ferreira*, talvez seja a maior contribuição ao debate.

Olha, meu tio, Zézinho, ele era um desses gatos, ele também foi fiscal, ele era meio que de tudo, de tudo para os trabalhadores que estavam sob a aba do chapéu dele. Ele [Zézinho], chegou aqui em Orlândia ali por 1980, com um outro amigo, aqui eles sempre trabalharam na roça, na cana, ele se deu bem, porque ele saiu de trabalhador pra recrutador, ele passou a pegar gente em Pernambuco e trazer pra cá todo ano. Ele ia, buscava eles, trazia aqui, aí arrumava moradia, emprestava o nome dele em mercado para eles fazerem compras, registrava a galera na usina, ele era o tudo deles. Ele cuidava deles sabe, ele até emprestava dinheiro (*Sr. Ferreira*, Fevereiro/2020).

Ferreira, que teve sua trajetória brevemente apresentada no capítulo anterior, é pernambucano, atualmente reside na cidade de Sales Oliveira, e trabalha como “facãozeiro”⁸³

⁸³ Atividade realizada dentro das palheiras na cidade de Sales Oliveira, vizinha a Orlândia. A atividade de facãozeiro consiste em cortar, no caso das palhas tiradas no prego as pontas e sua “bunda” e palhas de máquina (que já possuem sua “bunda” cortada na roça) as suas pontas, em ambos os casos se visa a padronização do tamanho da palha a ser dobrada, atividade realizada na sequência, geralmente fora das palheiras e por mulheres, em grande maioria, periféricas, residentes nos extremos-leste e oeste orlandino. Caso, por exemplo, da *Sra. Conceição*, que teve sua trajetória explorada na seção anterior e da *Sra. Marques*, trajetória analisada no capítulo anterior. Os ganhos desta atividade, de facãozeiro, se dão através da quantidade de quilos cortados diariamente,

em uma palheira. Chegou à Orlândia com apenas 5 anos, acompanhado da mãe e dois irmãos mais velhos, em 2000. O pai e o irmão mais velho migravam para a cidade desde 1993, ambos auxiliavam o tio, Zezinho, na fiscalização dos trabalhadores nos canaviais⁸⁴. Ao longo do relato acima, bem como em boa parte da entrevista, concentrou-se sob a figura do tio, especialmente sobre sua trajetória laboral e social. Considerado pelo entrevistado como “um dos poucos nordestinos que tiveram vez na cidade”, Zezinho é posto como figura de orgulho do sobrinho e da família, é representado sendo o sujeito que se ascendeu socialmente, de trabalhador braçal, cortador, por ser um “bom trabalhador” e alguém “interessado”, com apoio e subsídios, tornou-se *gato*, passou a agenciar trabalhadores pernambucanos para a colheita da cana nas terras orlandinas e região, metamorfoseando-se, “foi fiscal” e era “o tudo” dos trabalhadores que estavam sob “a aba do seu chapéu”: realizava a mobilidade dos trabalhadores, alugava residências, emprestava seu nome em estabelecimentos comerciais, era o responsável pela mediação, desde a contratação, a quem os trabalhadores poderiam contar, até mesmo financeiramente. Nessa descrição do tio, Zezinho, assemelha-se ao relato do *Sr. Barbosa* quanto ao *gato/turmeiro* responsável por sua turma: “Cidão foi um pai”, pois resolveu as questões de moradia, contratação e alimentação dos maranhenses, em síntese, ele era, levando em consideração questões tratadas no capítulo anterior, um *anjo da guarda*⁸⁵.

Todavia, a figura do tio não é retratada apenas como a de “um santo”, quando necessário,

[...] ele também sabia ser ruim quando devia ser, pra controlar os pião, ele também não era um santo [risos]. Ele dava gancho, mandava embora quando a pessoa não se adequava ao serviço, tinha tudo isso, mas ele também protegia os caras, não deixava outros fiscais quererem mandar neles [nos trabalhadores], porque a turma era dele. Ele conversava antes de fazer algo mais drástico, como dispensar. Ele cuidava deles na cidade também, aconselhava o pessoal que bebia demais, que gastava muito com festa e mulher, ele era assim, mas se fosse preciso punia [risos].

Zezinho encontra-se nessa dupla representação, o “tudo” dos trabalhadores, no que toca às suas necessidades, trabalho, moradia, alimentação e proteção, mas também aquele que os disciplinava e os controlava, seja em meio aos espaços produtivos como reprodutivos. Os

cada quilo, em média, é pago de três a cinco reais, dependendo da palheira a qual o sujeito encontra-se empregado, quase sempre, de forma informal.

⁸⁴ Zezinho atualmente reside em Nuporanga, é sócio em um empresa que presta serviços a Seara Alimentos no transporte de aves, atua como motorista de um dos ônibus que leva os trabalhadores até as granjas para “catar frango”, boa parte dos trabalhadores que atuam junto a sua empresa, como nos informado por ele e outros membros de sua família, são nordestinos, especialmente homens, antigos cortadores de cana. Tentamos inúmeras vezes entrevistá-lo, contudo, sempre de forma cortês, se negou, em uma passagem, transcrita em nosso diário de campo, no momento da recusa da entrevista nos disse: “Não tenho o que dizer sobre, acho que vai ter mais informações com os trabalhadores, posso te indicar alguns, não vai ser só gente que vai falar bem de mim. Abraços”.

⁸⁵ Sobre estas figuras no contexto das redes migratórias para a cidade, rever o debate a partir da página 92.

“aconselhava”, mas, se necessário ou preciso, também os “punia”, seja em virtude do seu não “enquadramento” nas atividades laborais, como também por seus comportamentos não desejáveis nos espaços de habitação e lazer. Conforme o relato nos indica, trata-se de uma figura contraditória. Produzido pelas usinas, eles situam-se na dialética das relações de exploração e dominação. Controlavam o trabalho e também as relações de sociabilidade tanto no eito como na cidade. Eles também eram o eixo das relações de estranhamento/desestranhamento, no limite do termo de Estrela (2002), *anjos da guarda*. Ademais, eles também eram peças fundamentais para apaziguar os conflitos, amenizar o sofrimento advindo das relações de exploração. Em síntese, figura ambígua, complexa. Nas palavras de Moraes Silva, são sujeitos de dupla face, uma espécie de *Janus*, que olha para um lado e outro simultaneamente.

Os relatos dos *Srs. Barbosa, Alves, Chagas e Ferreira* nos permitem compreender algumas características/representações centrais desta figura, sujeitos que não foram responsáveis somente pela construção e molde das práticas disciplinares do “bom cortador” no ambiente laboral, mas também, nos espaços reprodutivos, nas cidades. Como discute Moraes Silva (1999a, p. 152) “[...] eito e cidade formam um todo indissolúvel, em que se produzem e reproduzem a vida, o trabalho, o cotidiano, a aceitação e a recusa dos trabalhadores. Fisicamente separados, eles formam, contudo, uma unidade social permeada por contradições decorrentes das inúmeras relações de oposição”, destaca-se assim que este perfil, o “bom cortador”, que se institui a partir das estratégias aqui mencionadas, como o *gancho* e a *média*, que não moldou os sujeitos apenas para serem produtivos, mas também para evitar que eles “dessem trabalho”, envolvendo-se em confrontos, bebedeiras e outras práticas vistas como irregulares. Este perfil alia critérios técnicos e morais, que devem ser seguidos não só no espaço laboral, mas também em meio ao cotidiano citadino.

Por fim, cabe destacar uma última estratégia que se encontra oculta no relato do *Sr. Alves*, “se perde o emprego, não pega mais nada aqui”. Perder o emprego no corte, em virtude da pouca produtividade, problemas relativos a brigas, desobediências, greves e outras manifestações, poderiam fazer com que os trabalhadores ficassem marcados, seus nomes acabariam por ser incluídos em *Listas negras*, o que impediria que fossem empregados novamente no processo de recrutamento, realizados em seus espaços de origem no ano seguinte.

Aquele que não da produção no outro ano perdia a vaga, trabalhava nesse e no outro ano estava dispensado queria nem saber, eles eram assim, era um junto com o outro eles tinham contato um com o outro aí um falava ‘vai pega fulano, fulano não presta’ aí já queimava, falava ‘vai pegar esse piaui aí, esse não presta’ ‘esse piaui é

ruim de serviço’, aí nego [o recrutador] já inventava uma desculpa e dispensava o cara [...]. Fora que eles começaram a fazer lista, sabe, eles que eu digo é o escritório mesmo, o fiscal passava nome para o escritório e eles faziam uma lista, para no ano seguinte o gato não se esquecer dos trabalhadores que eles não queriam (Sr. Alves, Fevereiro/2020).

As listas eram construídas pelos fiscais, mas sistematizadas em meio aos escritórios. Nesses espaços, os nomes ficariam gravados nos papéis, guardados em arquivos de aço ou nas memórias dos computadores a espera de serem distribuídos aos *gatos*, quando estes seguissem aos espaços de contração para a próxima safra. O controle do registro permitia que aqueles “marcados” fossem impedidos de trabalhar por um tempo determinado, o qual poderia variar bastante, chegando a atingir até três anos. Ao desobedecerem às normas impostas, seja nos espaços produtivos e reprodutivos, assim como envolver-se em greves ou paralisações, ou participarem das reuniões e assembléias organizadas por sindicatos, eles poderiam ter seus nomes incluídos em meio às tão temidas listas. Para Moraes Silva (1999a; 1999b), essas listas, o medo de ter seus nomes gravados ali, foi o antídoto mais eficaz na correção de condutas e de comportamentos dos trabalhadores.

Tais formas de pressão e dominação, baseadas nos ganchos, nas ameaças de dispensa, a imposição de metas de produtividade diárias, os prêmios que são concedidos, o pagamento por produção e o medo recorrente de serem inseridos nas listas de indesejados, compõem o leque de estratégias que são desenvolvidas pelos agentes permanentes⁸⁶ do controle do trabalho e dos trabalhadores, que, no entanto, são subsidiados e ancorados sob normas impostas pelos escritórios. Esse sistema gerava um controle cada vez maior dos cortadores de cana e dos resultados de sua produção, de maneira que eles não cercavam apenas o cotidiano de trabalho, a esfera produtiva, mas a própria vida desses sujeitos, os ambientes reprodutivos. Nas palavras de Guanais (2014, p. 288), “[...] tudo isso compõe o cenário encontrado por esses trabalhadores ao chegarem às usinas e fará parte de seu cotidiano durante todos os meses da safra”.

Todavia, mesmo com todo esse aparato de controle e vigilância, observa-se que os indivíduos não sucumbiram, não totalmente, ao controle imposto. Existiam aí, *fissuras*.

⁸⁶ A figura dos *gatos* se manteve ativa por décadas, mesmo após o pacto de “livre adesão”, firmado em 2009, entre os representantes dos trabalhadores rurais, empresas, produtores do etanol, e do governo federal, denominado *Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições do Trabalho na Cana de Açúcar*. Este documento entre um de seus principais itens tratava sobre a contratação que visava eliminar a intermediação dos *gatos* e firmar a contração direta entre os trabalhadores e usinas, contudo, conforme sublinha Melo & Moraes Silva (2016, p. 58) em análise da literatura sobre o tema, isto nunca ocorreu, pois: “[...] a ação dos intermediários do mercado de trabalho é de suma importância para as empresas, dado que a análise dos médicos se reduz à capacidade de força de trabalho, por meio da avaliação física. A avaliação política/moral cabe aos ‘gatos’, aqueles que conhecem e reconhecem os trabalhadores, em virtude de pertencerem ao mesmo ambiente social que eles. As trajetórias destes sujeitos sociais mostra que eles são parentes, vizinhos ou conhecidos, além de serem consideradas pessoas de confiança das usinas”.

Observa-se que entremeio ao campo das relações entre os sujeitos ocorrem negociações, barganhas, astúcias, confrontos abertos ou velados e contestações públicas ou invisíveis.

A equação entre ‘dominantes’ e ‘dominados’ comporta outras variáveis que emprestam instabilidade a qualquer arranjo social, não sendo verossímil tomarmos os indivíduos como assujeitados a forças sobre as quais não lhe resta mais nada, salvo consentir. Falar em fissuras é, por assim dizer, inquirir sobre os processos que opõem resistência, ou revelam a contingência, a instabilidade que permeia as relações de poder (Santos Jr., 2020b, p. 706).

Sr. Barbosa, em seu relato, ao abordar o tema dos ganchos, expressou que eram “comuns”, ou seja, a punição era constante. A pequena expressão nos permite adentrar ao campo das resistências criadas no contexto das relações de trabalho, as táticas, conceito aqui pensado pela perspectiva de Michel de Certeau (1994), para designar um conjunto de práticas cotidianas, *artes de fazer*. A tática, não requer um discurso, ela representa, antes, uma decisão em face da estrutura de oportunidades que a apresenta, suportando, assim, estratégias possíveis. Ela é a *arte do fraco*, que opera “golpe por golpe”, utilizando, vigilante, as “[...] falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia” (Certeau, 1994, p. 101).

Essas táticas, nas palavras de Moraes Silva (2008b), as “resistências miúdas”, que ocorrem nos poros do sistema de dominação e exploração são comportamentos que visavam burlar os padrões técnicos exigidos pelas usinas na atividade do corte da cana, o “corpo mole” durante o trabalho, o uso e abuso de atestados médicos, as rotineiras fofocas contra fiscais, denúncias anônimas ao sindicato, entre tantas outras. Conjunto amplo de ações individuais, episódicas e, aparentemente, despretensiosas, elas são pequenos atos de “[...] desobediência e de negociação, que denotam a possibilidade de atuação dada a estrutura de oportunidade disponível” (Santos Jr., 2020b, p. 719). Tais atos, que parecem comportamentos irracionais, quando visto na superfície, tornam-se coesos, dotados de intenção, e emergem como “formas cotidianas de resistência”.

Ancorando-nos em J. Scott (1985; 1990; 2002; 2021), mas não exclusivamente e somente em seu debate⁸⁷, buscamos compreender a resistência em sua especificidade, pela

⁸⁷ Temos em mente que a perspectiva teórica de Scott, como já pontuada por Monsma (2000) e Menezes (2002), apresenta certas ambiguidades. Contudo, acreditamos que sua proposta, ao ser tomada não como propriamente uma teoria geral da resistência, mas uma interpretação das formas de resistência, ou seja, a noção de resistência só pode ser teorizada em sua especificidade, nos convida a observar o que se passa no cotidiano, nos aspectos mais ínfimos das relações sociais. Neste sentido, cotejando tal perspectiva com as produções, especialmente de Marilda Menezes e Jaime Santos Jr., tomaremos resistência menos um conceito e mais uma evidência empírica, “[...] é esse apanhado de achados que nos permite avançar na circunscrição de uma definição operatória, que nos habilite metodologicamente para encontrá-las nas práticas sociais dos sujeitos em cada contexto pesquisado” (Santos Jr., 2020b, p. 728).

multiplicidade de formas de ação e pensamento dos sujeitos envolvidos em relações de dominação. Menezes (2002, p. 33), em análise sobre a produção do pesquisador, ressalta que “[...] Scott entende que, na maioria das vezes, a resistência às relações de dominação expressa-se em práticas cotidianas e discursos difusos, fragmentados, que orientam as interações cotidianas entre dominantes e dominados”. Suas discussões, na contramão dos debates, que privilegiam as organizações formais (sindicatos, movimentos sociais ou partidos revolucionários), propõem deslocar a ênfase dando destaque ao que considera por ‘formas cotidianas de resistência’ que, em sua leitura, são, como as formais, importantes palcos da luta e de mudanças sociais⁸⁸.

Scott (1990) desenvolve, de forma mais ampla, a noção de formas cotidianas de resistência, propondo entendê-las, desde as interações abertas, diretas, entre o grupo subordinado e o dominante, onde as táticas de dissimulação e o gerenciamento de aparências cumpririam um papel fundamental. Pelos discursos que circulam fora do palco, feitas de pequenas e pontuais ações de resistência e confronto, não assumindo forma convencional de conflito aberto, neste sentido, elas estariam para além da observação direta dos olhares intimidantes de detentores do poder, expressando-se, abertamente, somente em espaços seguros (“espaços de liberdade”) (Menezes, 2002).

Entendemos, assim, que as formas cotidianas de resistência se expressam tanto em práticas quanto em pensamentos, discursos abertos e dissimulados. Uma pequena parte apenas eclode em conflito aberto, significativa parte das atitudes de resistência ocorrem no cotidiano, “[...] silenciadas, vividas ao nível das condutas sociais dos indivíduos” (Santos Jr., 2018a, p. 21), de forma clandestina e longe da “pirâmide de olhares” (Moraes Silva, 1999a) ocorrem de modos discretos, atrás de gestos, risos, rumores, fofocas e brincadeiras. São tecidas nos meandros e brechas das relações de dominação, nas fissuras, talhando fendas nos espaços vigiados e entrecortando o tempo disciplinar.

Podem ser individuais ou coletivas, espalhadas ou localmente confinadas, coordenadas ou autônomas, com fins igualmente diversos. O mesmo pode-se dizer acerca da direção ou das metas que ela pode assumir. Assim, ainda que frequentemente sejam usadas na acepção de mudança ou transformação, em alguns casos ela é lida como impedimento a mudança (Santos Jr., 2018a, p. 4).

Cabe destacar que essas resistências que não correspondem tão somente a atos concretos como os da sabotagem no meio laboral, e que não trazem consigo o signo da tentativa de “transformação”, especialmente aquelas que correspondem às barganhas, cessões

⁸⁸ Sobre o debate da noção de resistência no campo da Ciências Sociais, bem como os deslocamentos dos estudos ao longo das últimas décadas para o campo de análise do cotidiano, ver: Santos Jr. 2018a; 2020b.

e as negociações que cingem qualquer relação social e encontram-se menos ligadas à oposição e mais de anuência, não são menos relevantes sociologicamente, pois podem ser lidas como “[...] tentativas de minorar as formas de exploração do trabalho” (Santos Jr., 2018a, p. 22-23).

[...] mesmo a aceitação de situações que aparentemente indicam passividade precisa ser entendida dentro do conjunto de possibilidades naquele contexto. As decisões dos trabalhadores são feitas de modo ativo, como escolhas, variando conforme o leque das oportunidades que se apresentam naquele momento e conforme sua trajetória laboral e familiar (Santos Jr., 2018b, p. 399).

Contudo, conforme nos alerta Menezes (2002), é necessário certo cuidado ao abordarmos tal temática, a fim de evitarmos uma visão demasiadamente “romântica” dessas relações sociais:

É inegável que a análise destas práticas abre perspectivas de compreender a política de grupos subalternos para além da noção de hegemonia ou de conformismo e passividade. Mas, muitas vezes, elas apenas amenizam a indignação a que indivíduos e grupos estão submetidos, não alterando, substancialmente, as relações de dominação (Menezes, 2002, p. 43).

Ao romantizarmos as resistências cotidianas, acabaríamos por nos esquecer de que elas também podem contribuir para a reprodução das relações de dominação, ou seja, algumas delas não alteram radicalmente, pelo contrário, podem até mesmo contribuir, em alguma extensão, para sua reprodução, nas palavras de Santos Jr. (2020b, p. 725): “nem toda forma de resistência quer a subversão da ordem”. Desta forma, na busca de enfrentarmos tais ambiguidades é necessário analisarmos desde suas consequências sobre a reprodução quanto sobre as transformações das relações de poder (Menezes, 2002). Mas, para isso, cabe o debate ser substanciado em estudos de casos concretos, referenciados empírica e historicamente.

Levando em consideração as questões expostas acima, gostaríamos de tecer, neste momento, algumas análises, em suas diversidades, acerca das lutas dos assalariados agrícolas, que se expressam em momentos de maior mobilização e desmobilização, entendidos ambos como constitutivos de um processo tenso, contraditório, cuja dinâmica deve ser interpretada em sua tessitura interior, muitas vezes envolvidas em uma rede de invisibilidades (Ferrante, 1989/90).

É impossível apresentarmos todos os fragmentos das entrevistas coletados ao longo desses últimos anos que abordam as questões que evocam as resistências cotidianas. Todavia, optaremos por sintetizar significativa parte delas, a partir de quatro relatos que, de modo geral, permeiam, em grande medida, boa parte das narrativas dos trabalhadores e nos possibilitam tecer análises mais profundas a respeito delas. Os relatos apresentados, a seguir, destacam, sobretudo, ações tomadas em meio aos espaços de trabalho, são resistências como

atos de burlar ou mitigar a exploração, mas também de atitudes de mediação, que não são confundidos com passividade, mas como negociação. São resistências cotidianas que não necessariamente contestavam a exploração vivenciada, porém, aproveitam-se das fendas que existiam nesse sistema.

Srs. Alves e Chagas, com suas trajetórias já expostas no primeiro capítulo, chegam à cidade de Orlândia, no final da década de 1980 e início da seguinte, respectivamente. Ambos, em poucos anos, entre ir e vir, estabeleceram-se na cidade, *Alves* seguiria no corte e, *Chagas*, em vista de uma oportunidade e auxílio do fiscal com quem trabalhava, conseguiria emprego em uma usina em Jardinópolis. Já os *Srs. Barbosa e Barnabé*, chegaram à cidade na década de 2000. Ambos trabalharam no corte da cana por 4 safras, após esse período, *Barbosa* passaria a ser pedreiro, e *Barnabé* mecânico, atividades que ambos possuíam experiência em seus espaços de origem.

A escolha pelos relatos desses quatro nordestinos se deu em virtude de cada um deles abordar aspectos de resistências cotidianas, apoiado em diferentes pontos: dissimulação, sabotagem, negociação e da falsa submissão. Esse conjunto de ações realizadas nos espaços dos canaviais, na “dureza do cotidiano” (Scott, 2002), permitem-nos compreender que a aceitação de condições de exploração e a obediência às regras de dominação não, necessariamente, significam submissões ou passividade, mas, ações possíveis em contextos de dominação repressiva, em que ações contestatórias ou de confronto explícito poderiam representar, por exemplo, a perda do emprego.

Sr. Alves (Fevereiro/2020):

Como eu disse, na roça, ali no eito, era difícil, muita pressão na gente, mas eu as vezes dava uma de louco, parava, respirava, só escuta o assobio, fingia que nem escutava, aí fumava um cigarro, bebia uma água, e o homem lá assobiando, a hora que ele vinha eu voltava pro trabalho [risos], ‘tá escutando não?’, eu olhava, fazia cara de assustado, ‘opa, não escutei, deu um mal jeito aqui, já to voltando chefe’, os pião perto olhava, todo mundo dava uma risadinha [risos], toda vez a gente fazia assim [risos], não batia boca nem nada, era só dar uma de louco [risos].

Sr. Chagas (Novembro/2023):

Olha, eu às vezes errava no golpe, todo mundo errava as vezes, mas daí, pra não perder tempo, dava um chute na terra, escondia a ponta que ficou muito pra cima, ou só picava ela e enterrava [risos], mas não sempre, se pegasse dava problema [risos]. Não dava para fazer em todas [deixar teco], era um aqui e outro lá pra frente [risos], mas sempre nos meios, nas pontas o fiscal já via direto, já dava um assobio na orelha. Mas eu era muito pouco que fazia isso, pessoa fazia mais, eu via [risos], mas aquilo, eu nunca que ia entregar um colega, na maioria das vezes não era por querer, errava a mão, tava cansado.

Sr. Barnabé (Janeiro/2020):

O Neto [fiscal/gato], ele era muito de conversar, ele dava umas cortada na gente, era duro, mas na maioria das vezes era no diálogo que resolvia, sem gancho, sem nada,

as vezes a gente saia no prejuízo. [Como assim?] Às vezes se tinha que engolir uns sapos, porque era complicado, tipo na marcação dos ganhos, do que cortou, a gente sabe quanto que ganhava, mas aí vinha e falava, ‘não deu isso’, mas não era, eu só olhava bem pra cara dele, e falava ‘ta bom’, daí balançava a cabeça e seguia, tinha que ser assim, se aceitava, mas sem aceitar, entende?

Sr. Barbosa (Abril/2020):

Olha, eu já meti um ou outro atestado, e por ressaca [risos], não vou mentir para você, muita gente fazia isso, mas tem que ter... como eu explico? tinha que ser de vez em quando, por que se não já te marcavam e aí podia dar problema [risos]. Mas isso a gente fazia sim, e nem só pra ressaca sabe, se o cabra estava muito cansado também, tinha isso, tinha vários motivos, e com o atestado se não perdia o dia, o mínimo que eles tinham que pagar, pagavam.

As explicações acima apresentam estratégias desenvolvidas pelos sujeitos em meio ao labor, entre elas, citadas nesses e em outros relatos, destacam-se: faltar ao trabalho; fazer “corpo mole”; não seguir as normas da empresa no que se refere à forma correta de cortar a cana (ao rés do chão); deixar tocos ou picá-los e cobrir com terra; deixar o monte desorganizado; cortar os ponteiros somente quando o monte está montado; apenas tombar as canas e escondê-las sob aquelas amontoadas; começar o corte por ruas não indicadas; entre outras⁸⁹, são ações que expressam relações de dominação e contestação, que se diferenciam das formas de lutas coletivas, organizadas, públicas e formais (Menezes, 2002).

Apesar de serem conduzidas a nível individual, elas podem se expressar de forma persistente e recorrente entre um número expressivo de trabalhadores e, assim, influenciam as relações de trabalho. Como Scott (1986) explica, práticas cotidianas de resistência referem-se a um “padrão consistente”: “Quando tais atos são raros e isolados, eles são de pouco interesse, mas quando eles se tornam um padrão consistente (apesar de que não coordenado e não orientado), estamos lidando com resistência”.

Tais ações não visavam, necessariamente, só sabotagem, mas facilitar o trabalho e, assim, evitar desgastes, sobretudo físicos. Fazer “corpo mole”, muitas vezes, denotava a tentativa do controle do trabalho (Santos Jr., 2020a). “Dar uma de louco” no relato do *Sr. Alves*, correspondia a ações que visavam estabelecer ritmos para o desempenho da atividade laboral, que o permitia “controlar a intensidade da execução”.

O que poderia ser lido como ‘preguiça’ ou ‘cansaço’ opera na margem de atribuição de sentido às ações, mas o efeito das constantes paradas provoca reações adversas por parte das usinas, sabedoras que são da diminuição de produtividade dela consequente (Santos Jr., 2020b, p. 723).

⁸⁹ Sobre as resistências desenvolvidas pelos/as trabalhadores em meio ao labor, o mapeamento de Silva (2011) e Moraes Silva (2008), são interessantes e importantes referências para o debate. Em ambos os trabalhos, o pesquisador e a pesquisadora colocam em evidência que tais práticas não se tratam apenas de atitudes de sujeitos “desenquadrados”, mas de verdadeiras atos de resistência por meio das quais busca-se mitigar a exploração. Ver: Silva (2011) e Moraes Silva (2008).

Ao ignorar os assobios do fiscal, *Sr. Alves* sabia que o mesmo viria no seu “encalço” e, ao chegar ali, iria repreendê-lo, já havia atuado nesse palco, ou, ao menos, assistiu essa cena se repetir algumas centenas de vezes. Contudo, como nas demais ocasiões, não causaria ali nenhuma confusão, não contestaria a intensidade do trabalho ou reclamaria da falta de pausas, sabia das consequências. Apenas retribuía as palavras do fiscal, de forma dissimulada, com um pedido de desculpas, e aos companheiros, que assistiam a cena, público que em outras ocasiões era ele parte, um sorriso. Um belo ator, seguiria o *script* - “dar um de louco”, de forma perfeita.

Nesse teatro, chama a atenção, não unicamente nesse caso, mas em todos, sua convergência, quando pegos fazendo “corpo mole”, burlando os padrões de corte, em negar. Negar, mesmo diante das inúmeras evidências é marcado pela dissimulação ou pela subordinação falsa, seria o que Scott (2002, p. 12) denominou “armas dos fracos”. “Desculpe, não vi”, “[...] tava tão corrido que nem vi que fiz isso”, “[...] eu? não, olha se foi eu mesmo, desculpe, não tive a intenção, vou prestar mais atenção!”, tais frases, expostas entre os relatos coletados, são padrões de se desculpar aos fiscais/turmeiros quando pegos, geralmente elas são seguidas por risos, risos dados a fim de confessar ao pesquisador a falsa submissão, ou aos companheiros, assim que o fiscal virava as costas. Os risos não eram dados no momento do flagrante, rir naquele momento iria traí-los, no espaço de trabalho, ficariam sérios, manteriam as aparências, ou, ao menos, fariam cara de surpresos, pois, admitir a insubordinação ao agente superior seria assinar uma sentença, receberiam, no mínimo, um gancho de um a três dias ou, no pior dos casos, poderiam ser demitidos, além de, possivelmente, inseridos nas listas de indesejados.

Mesmo sabendo dos riscos de severas punições, muitos optavam por burlar o padrão técnico exigido no corte, provavelmente, realizavam outras diversas ações. No entanto, conforme exposto nos relatos, essas atitudes individuais de boicote ocorrem dentro de certos limites de possibilidades determinadas, pois, em condição de assalariado, o boicote não poderia ser efetuado de modo integral. Neste sentido, fica claro que o descumprimento do padrão se encontra dentro do limite de que o mesmo aparenta estar sendo cumprido, assim discutem Verçosa & Moraes Silva (2010, p. 142): “[...] tanto o boicote ocorre de modo incompleto, quanto o padrão exigido não se materializa por inteiro”. Essa forma de resistência é eficaz desde que não fosse notada pelos fiscais, nem percebida como forma de resistência. Mas, por si só, segundo *Sr. Chagas* nos indica, isso era uma tática: “Não dava para fazer em todas [deixar toco], era um aqui e outro lá pra frente [risos]”, preferencialmente, longe dos olhos dos fiscais.

Nessa mesma linha, observa-se entre as explanações, especialmente na do *Sr. Barbosa*, a *reinvenção criativa* da “descoberta da doença” (Moraes Silva, 1999a), outra resistência cotidiana. Seja em virtude de uma ressaca ou de outras situações, para não perderem um dia de trabalho e, desta forma, não enfrentarem punições, o atestado médico foi um meio utilizado para desfrutar um descanso sem ter os soldos minguados. Todavia, tal qual as demais, essa tática não deveria ser utilizada com frequência pelos mesmos trabalhadores, visto que causaria desconfiança. Aqueles que solicitavam muitos atestados médicos – considerados “os reis do atestado” (Moraes Silva, 2008c) – poderiam, como nos casos anteriores, sofrer punições. Em síntese, conforme já exposto, ações individuais ocorrem dentro de certos limites de possibilidades, determinadas pela própria condição desses sujeitos, todas são dependentes da ocasião, como lembra Farias (2003, p. 189) “[...] a oportunidade está à mercê do tempo, dependendo de uma circunstância favorável, bem ao estilo da imagem do ataque em pleno voo”.

“Dar uma de louco”, fingir que não escutava os assobios, dar desculpas esfarrapadas, seguidas de sorrisos dissimulados, esconder o erro do corte com a terra, saber onde se pode deixar teco e não entregar os companheiros, são expressões que remetem a uma multiplicidade de posturas que podemos compreender como *resistências cotidianas*. Ademais, *Sr. Barnabé* nos indica algumas ações simbólicas, por exemplo, “balançar a cabeça”, no caso de negativa ao ganho indicado pelo fiscal, tal atitude também corresponde a uma resistência, “aceitava sem aceitar”, demonstrava-se a insatisfação, mesmo que não se manifestasse através da voz, mas do corpo. Esta ação, como outras atitudes, expressa “[...] um discurso oculto que representa uma crítica ao poder que está por trás dos ombros do dominador” (Scott, 2002, p. 12), ou, melhor dizendo, trata-se de uma insinuação de crítica ao poder, ao mesmo tempo em que os mantém protegidos, aceita-se sem aceitar.

Se por um lado, boa parte das resistências ocorrem em meio ao labor, por outro, sua difusão, comunicação e até mesmo ensinamentos, não se deu nesses espaços vigiados, pois ali existiam poucas brechas. Segundo expuseram os *Srs. Barbosa e Alves*, os fiscais sempre estavam no “cangote” e caso suspeitassem de certas façanhas, vinham no “encalço” dos trabalhadores.

A cena que se passa no palco, em uma peça teatral, é o ápice de uma longa trajetória com muitos antecedentes. Todavia, nem de longe ela exprime as tensões e dramas vividos nos momentos preparatórios e de ensaio. O palco é o momento de outra linguagem cuja performance dos atores está predita no enredo. A cena que vai a público omite a miríade de tensões e conflitos (Santos Jr., 2013, p. 105).

Então, existiu um espaço que permitiu isso? Um local de ensaios? O relato do *Sr. Alves*, nos permite teorizar sobre:

Nos bailes se falava de tudo, mas mais sobre o trabalho, já falei chorava as pitangas [risos], mas também... assim... a gente falava sobre como dar os jeitinhos, entende? [Como assim?] [risos] [silêncio], sendo sincero? Os mais experientes ensinavam os novatos a passar aquele que sempre passa a gente pra trás, mas era a nossa vez de passar eles! [risos], a gente falava sobre o que não podia falar na carroceria ou nos corredores. Mas isso não era errado, eu não acho, era sofrido Bruno, eles abusavam muito da gente. Quando podia, devolvia na mesma moeda.

Na descrição, em um primeiro momento, como o/a leitor/a pode perceber, *Sr. Alves* hesitou se revelaria ou não os *jeitinhos*. O silêncio e, depois, a cumplicidade, “*entende?*” Quando pedimos a ele para explicar melhor, um momento de vergonha, um riso de nervoso, uma pausa que, na sequência, é substituída pela sinceridade e, por fim, a revolta. O relato é rico, apresenta as cores e os dissabores do trabalho que são pintados com tons mais alegres em meio ao lazer, mediante as cumplicidades das táticas que eram uma forma de “devolver na mesma moeda” as inúmeras humilhações sofridas no eito e fora dele. Esses mecanismos, as resistências cotidianas, desenvolvidos a partir da experiência laboral, criadas no contexto das relações de trabalho, foram divulgados nesses ambientes, visto que, acreditavam estar longe da *pirâmide de olhares* severos do sistema de controle e disciplina das usinas - exercido por gatos, fiscais, agenciadores e usineiros, tais locais podem ser lidos como “espaços de liberdade”, “[...] distantes do controle e disciplinamento das elites, nos quais se pratica, entre os subordinados, a comunicação fora do palco” (Menezes, 2002, p. 37). Se, em meio ao eito, os sujeitos apenas trocavam olhares e risos silenciosos, seria nos bailes, conforme expõe *Sr. Alves*, que “[...] a gente falava sobre o que não podia falar na carroceria ou nos corredores [dos canaviais]”.

Sr. Barnabé complementa bem:

[...] não dava para combinar as coisas no ônibus, sempre tinha um ou outro que entregava, e muito menos no trabalho, no trabalho se você olhasse pro lado já tinha um pra te encher o saco [fiscal], papear era impossível [risos], aí que entra o forró né [risos], ali a gente tinha, até certo ponto, um espaço para conversar sobre o trabalho, não de reclamar, reclamar também [risos], mas de se *organizar meu amigo, até bater de frente (grifo nosso)*.

Os *jeitinhos* e o *devolver na mesma moeda*, descritos pelo *Sr. Alves*, e o *bater de frente*, relatado pelo *Sr. Barnabé*, são expressões que remetem à multiplicidade das resistências cotidianas ao processo de dominação diária enfrentado por eles. Foram nos locais de lazer que aprenderam a como “fazer corpo mole”, “onde se podia deixar toco” e demais comportamentos, atos, olhares e vozes possíveis, dizíveis e indizíveis nos espaços de labor. Estes espaços de convivência foram locais em que as experiências sociais se traduziam,

confrontavam e se reinventavam. Ambas as narrativas colocam em destaque que seriam nesses lugares que as resistências, que se efetivam no dia a dia do trabalho no eito, eram pensadas, divulgadas e refinadas, tais espaços encampam um amplo e variado mercado de informações através dos quais se desenvolvem laços de proteção entre os próprios trabalhadores. Eles são refúgios onde os trabalhadores poderiam se expressar livremente, liberando tanto o “vocabulário da exploração” como também elaborando fantasias de vingança e maledicência contra os chefes e donos da usina (Menezes, 2002), enfim, consideramos-os como locais “[...] onde não é necessário calar as súplicas, reprimir a cólera, morder a língua; onde, fora das relações de dominação, se pode falar abertamente com veemência todas as palavras” (Scott, 2000 p. 149).

Entretanto, o papel do lazer não está relacionado apenas a elaboração de estratégias e táticas de resistências, estes espaços foram fundamentais na construção de laços e redes de sociabilidades que marcam significativamente as trajetórias desses sujeitos. Sobre este ponto, debruçar-nos-emos com a dedicação que o tema merece no capítulo seguinte, pois, tomando as palavras do Sr. *Chagas*, os bailes de forró: “eram um mundo à parte”. Contudo, tal expressão não faz jus a realidade concreta e, como já pontuado em páginas anteriores, eito, cidade e, conseqüentemente, lazer e até mesmo a habitação, espaços do pós/trabalho⁹⁰, espaços da reprodução social, corresponderam a um todo indissociável.

Os espaços produtivo e reprodutivo fazem parte de uma mesma unidade, onde a reprodução social, que diz respeito a como nós vivemos no e fora do trabalho, é constituída pela confusa e, muitas vezes, indeterminada matéria da vida cotidiana (Marques, 2006). Mormente os espaços de lazer, conforme indicam as narrativas dos Srs. *Barnabé* e *Alves* acima, deixam isso um tanto claro, mesmo que tais espaços fossem pensados como *espaço outro* (Pereira, 2024), locais que permitiam, em tese, ser uma válvula de escape aos dissabores enfrentados no eito, o tema central, seguia sendo o trabalho, desde a solidariedade com os companheiros, as táticas de resistência e organização. Destarte, em concordância com Santos Jr. (2018a), as atividades de lazer e os vínculos que se estabelecem nos locais de residência municiam estratégias. Cria-se, objetivamente, a expansão possível de um espaço de sociabilidade que passa a ter contornos políticos.⁹¹

⁹⁰ Por pós/trabalho, entende-se como “ [...] não apenas o período posterior ao trabalho, apesar de também sê-lo; é uma sociabilidade que está estritamente vinculada ao trabalho. Conjunto de relações que é, cronologicamente, posterior ao período de trabalho, mas socialmente, são espaços-tempos e relações inteiramente entrelaçadas” (Reis, 2018, p. 16).

⁹¹ Conforme Ferrante (1989/90, p. 93), o espaço de sociabilidade compartilhado, além do lugar de produção, não é necessariamente um lugar de exercício da política, “[...] entretanto, o cotidiano dos trabalhadores rurais, a vivência compartilhada de provações, as experiências vividas no tempo de trabalho, podem converter-se em um espaço político”.

Ao apresentarmos, ao longo das últimas páginas, certas formas de resistências cotidianas dos trabalhadores nordestinos nas terras orlandinas, buscamos descortinar a imagem de sujeitos passivos e inertes, presentes, por exemplo, na fala do *Sr. Galvão* - apresentado na seção anterior, e de muitos outros de nossos entrevistados. Ao ponderar as informações e identificarmos algumas de suas táticas, buscamos retirá-los do lugar de passividade, imobilismo e vítima em que, geralmente, são postos.

Ao analisar suas trajetórias laborais, pontuando as resistências, colocamo-nos como sujeitos de sua história, uma história que não se faz do modo que se quer, mas a partir das possibilidades concretas e objetivas (Menezes, 2011; Thompson, 1981). Ao lermos “as falas ao avesso”, como sugere Menezes (2011), observamos que esses trabalhadores com as armas de que dispunham e com outras possíveis, atuaram, interagiram, lutaram, sofreram, em síntese, teceram suas histórias e trajetórias dentro limites de possibilidades determinadas histórica e socialmente. Assim, ao expormos aqui algumas das formas de resistência, levou-se em conta a maneira como elas foram mobilizadas, os recursos utilizados, os quadros sociais e jogos de força em que estavam inseridas (Scott, 1985; Santos Jr., 2020b).

Seguindo as sugestões de Menezes (2002), cotejadas com os debates postos por Santos Jr. (2018a; 2018b; 2020a; 2020b), buscamos não relegar a resistência cotidiana a um papel secundário, subestimando seu potencial, denominando, conforme alguns pesquisadores, como passivas, sobretudo por não lograrem efetivas transformações da natureza das relações e fenômenos que negam. Apesar de os limites dessas ações que, de modo geral, não chegam a questionar as condições de exploração e expropriação, elas foram fundamentais para minimizar a degradação do trabalho, de defesa/proteção do indivíduo, possibilitando que as lutas fossem elevadas a um patamar que se questiona o próprio trabalho assalariado e seus fundamentos (Verçosa & Moraes Silva, 2010). Se por um lado essas formas de resistência não podem se isolar, ganhar batalhas e lhes faltam certa coordenação, por outro, elas possuem flexibilidade e, também, persistência (Scott, 2002). Não estavam fadadas a derrotas, pelo contrário, foram fundamentais, tiveram suas conquistas, mesmo que mínimas. Os micros atos de dissimulação, que em um primeiro momento não parecem provocar transformações nas relações, informam que ali não se encontra uma massa atomizada, dócil, para ser explorada (Menezes & Cover, 2012).

Mesmo que os sujeitos estivessem envolvidos em uma correlação de forças extremamente desfavoráveis, os trabalhadores rurais resistiram nas brechas das relações de poder, seja por meio de ações individuais/espontâneas - sabotando os padrões técnicos do corte da cana de modo dissimulado, deixando tocos e os enterrando, fingindo não escutar aos

assobios do fiscal, ou, simplesmente negando, quando pegos em flagrante -, quanto de formas coletivas/públicas por meio de greves e paralisações, na maior parte das vezes, realizadas à revelia do sindicato.

Quanto a esse ponto, as manifestações públicas, conforme destaca Menezes & Cover (2016), não raro, as resistências miúdas, cotidianas, emergiram de manifestações coletivas. Exploramos, até este momento, táticas desenvolvidas pelos sujeitos que tinham como característica central serem realizadas de modo individual.

Todavia esses indivíduos também utilizaram de diferentes formas para se organizar, realizando paralisações, greves e boicotes, muitas vezes, sem o auxílio do sindicato ou de qualquer outra liderança, por virem no sindicato um espaço que não os acolhia, devido ao forte preconceitos que vivenciaram, ou uma forma de se protegerem, pois a liderança exercida de modo oculto foi um meio encontrado para tentar minimizar a repressão, tanto das greves como um todo quanto dos líderes (Verçoza & Moraes Silva, 2010).

Ademais, cabe ressaltar que os cortadores de cana têm seus salários vinculados à produção, um dia de trabalho perdido, significava a redução nos ganhos. Para quem depende do “ganho” para sobreviver e ganha por produção, um dia em que não se vai ao eito poderia significar fome iminente. Os nordestinos encontravam-se a milhares de quilômetros de distância de sua terra natal, o que tornava remota a possibilidade de retorno no meio da safra, pois o valor da passagem era alto e o tempo de viagem era longo”. Contestar, realizar paralisações ou greves, poderiam custar o emprego, ou, no mínimo, uma suspensão - *gancho*. Destarte, muitos encontravam-se lutando para chegar ao fim da safra - levar consigo alguma reserva - este era o objetivo maior, era o que estavam perseguindo.

Ressalta-se, ainda, que, quando abordados os temas das paralisações e greves, alguns indicaram que possuíam grande receio, pelo menos no começo, pois, conforme os relatos abaixo expressam, as greves não eram entendidas enquanto um direito, uma alternativa para a melhoria das condições de vida e das relações trabalhistas,

[...] mas sim enquanto potencializadora de discriminações e de perdas de trabalho assalariado. Diante de possibilidades cada vez mais latentes de desemprego, independente do quanto ganha ou ainda do quanto é explorado, estar empregado era o suficiente (Vettorassi, 2006, p. 115).

Neste sentido, na busca por compreender a opção desses trabalhadores migrantes pelas formas cotidianas de resistência, não podemos perder de vista o papel que o medo desempenhava. Medo da perda do emprego, de não conseguir trabalho no ano seguinte, porque, como bem mencionou *Sr. Alves*, em página anterior, ao serem dispensados em razão de “bagunças”, estes poderiam ser marcados, seus nomes cairiam nas listas dos escritórios e,

no momento das contratações, em safras futuras, receberiam desculpas, como “a turma já tá cheia”.

O medo rondava os canaviais. Envolver-se em greves e paralisações, poderiam lhes causar significativos prejuízos. Todavia, esse medo, muitas vezes, foi superado pelas situações enfrentadas, pois não era somente o medo do desemprego que rondava estes espaços, mas também a morte (Moraes Silva, 2006b).⁹²

Olha, eu falo, acho que por todos, a gente era bem medroso quanto a isso de parar, de fazer uma greve, porque se veja, quando eu vim, as primeiras vezes, eu vi muita gente daqui [locais], perdendo o emprego por causa disso, boa parte deles conseguiu daí emprego na cidade, e eu pensava, ‘se tá doido, vou parar e daí?’, eu não ia pegar trabalho. O pessoal que depois vem, até pra substituir o povo daqui, já vinha avisado, que se se metesse com isso de greve ou se envolvesse com sindicato ia pra rua e não pegava mais. Mas chegou um ponto que não dava não, muito roubo e estava cada vez mais puxado, gente que quase morria de trabalhar, ou o pessoal se organizava ou caía fora, ou morria, no fim das contas se organizou mas caiu fora [risos] (*Sr. Chagas*, Junho/2020).

No ônibus o cara, o gato, já falava isso: ‘vai vir gente que fala que é de sindicato, vocês não se envolvam com isso, porque os patrão manda embora’, aí falava também: ‘vocês tão lá para trabalhar, não pra arrumar confusão’. Já vinha ameaçando a gente desde de lá do Piauí [risos], aí a gente no começo não se envolvia não, pelo menos não na cara dura, era mais escondido, ou entre a gente mesmo, às vezes levava pro fiscal, e quando via que não ia ter conversa, que nem as coisas do roubo, a gente dava jeito, com ou sem o sindicato. Mas no fim das contas, isso de se envolver com greve deu pano pra manga, pessoal conta que os daqui [locais] foi assim também, e aconteceu com a gente depois, aí viro tudo em máquina (*Sr. Barnabé*, Janeiro/2020).

Os comentários acima possuem três dimensões, são elas: a forte pressão para que os nordestinos não se envolvessem com o Sindicato dos Trabalhadores Assalariados Rurais, para isso era realizado o que o *Sr. Urbinati* chamou de “catequização”, ou seja, os trabalhadores eram ameaçados com promessas de perda de emprego, caso se vinculassem ao Sindicato, ou causassem qualquer tipo de transtorno, como movimentos de paralisação, reivindicação ou greves, havia, ao que parece, um esforço para desvirtuar a atuação dos trabalhadores, sobretudo se tal atuação traz em seu bojo o questionamento da realidade social em sua aparência idealizada (Silva, 2011).

⁹² São inúmeros os artigos acadêmicos, reportagens de tradicionais veículos de comunicação e de organizações não governamentais produzidos na segunda metade da primeira década do século XXI que se dedicaram a denunciar mortes de trabalhadores rurais canavieiros. A exemplo Moraes Silva (2006b) e Alves (2006) destacam que o Serviço Pastoral do Migrante de Guariba (SP), alertou que entre as safras 2004/2005 e 2006/2007 morreram 14 cortadores de cana na região canavieira de São Paulo. A *causa mortis* nos atestados de óbitos desses trabalhadores eram muito vagas e não permitiam uma análise conclusiva a respeito do que as causou. Eram identificados apenas que os trabalhadores faleceram em virtude de paradas cardíacas ou insuficiências respiratórias, contudo segundo amigos, companheiros de trabalho e familiares, informaram que antes do falecimentos, todos haviam reclamado de excesso de trabalho, dores no corpo, câimbras, falta de ar, desmaios etc. Possivelmente, exaustão.

A segunda corresponde diretamente a organização desses sujeitos que buscaram ter suas demandas atendidas pela negociação direta com os controladores da força de trabalho, desta forma, à revelia do sindicato, ou com apoio deste, mas de forma “escondida” não “dando a cara”, pois temiam o desligamento.

E, por fim, a terceira trata acerca do descarte dos trabalhadores rurais e sua gradativa substituição por máquinas. Nessa terceira dimensão, cabe destacar que isso é identificado como forma de retaliação às suas formas de organização e luta.

Gostaríamos de analisar essas dimensões em sua totalidade, ou seja, como um processo único e contínuo que perpassou as trajetórias sociais e laborais. Ainda destacar que elas se relacionam direta ou indiretamente com as questões que envolvem as resistências cotidianas, exploradas ao longo das últimas páginas. Neste sentido, o tema do “roubo” que emerge nos relatos, talvez, seja o principal ponto comum que une essas dimensões e o tema das resistências, porque,

Embora tenham como lócus próprio os bastidores, há sempre a possibilidade de que essas formas cotidianas de resistência irrompam no palco, na cena pública, o que tem sido atestado pelos inúmeros episódios de greves, paralisações, acesso à justiça trabalhista, protagonizados pelos trabalhadores migrantes como resposta a um cotidiano de trabalho marcado pela exploração e que sinalizam para o fato de que a chama que alimenta a rebeldia, o sentimento de injustiça e de dignidade ferida, a capacidade de indignar-se com a própria exploração e com a do outro, continua presente e seus sinais, mesmo quando sutis, continuam marcando o cotidiano dos espaços de produção (Silva, 2011, p. 268).

Para compreendermos melhor o que os trabalhadores identificavam por “roubo” e, a partir de tal situação, a eclosão de movimentos de resistência públicas, como paralisações e greves, é necessário compreendermos de que modo eram realizados os cálculos dos ganhos dos sujeitos.

Quanto ao já exposto, os trabalhadores tinham seus ganhos calculados com base no que produziam (cortavam). Desde fins da década de 1980, momento marcado por uma série de greves que contestavam entre as inúmeras situações de exploração o pagamento por produção, acordou-se, desde aquela época, que os soldos dos trabalhadores passariam a ser efetivados tendo em vista o preço da tonelada de cana convertido em preço do metro de cana.

Tal conversão era realizada mediante a um método de amostragem, no qual, utilizando-se um caminhão de cana (popularmente conhecido como campeão) que era cheio de cana de três pontos do talhão e pesado na usina. A partir dessa pesagem, convertia-se o valor da tonelada em valor do metro, que seria informado aos trabalhadores. Ao final da jornada de trabalho, os fiscais ficariam responsáveis pela contabilização dos metros de cada um dos trabalhadores e informar seus ganhos naquele dia (Alves, 2006; 2008; 2009).

Porém, os trabalhadores expõem que, em virtude de não controlarem a medida e o valor de seu trabalho, uma série de fraudes ocorreram. Os relatos apontam para dois tipos de fraudes, uma ocorrida em meio ao labor, perpetrada por fiscais, e a segunda realizada fora do seu campo de visão, ocorridas nas unidades das usinas.

A respeito do roubo perpetrado pelos fiscais, as explicações dos *Srs. Chagas e Ferreira* são esclarecedoras:

Em muitas turmas tinham um ou outro que era parente ou amigo dos fiscal, nas turmas que trabalhei tinha, e também tinha os puxa saco, esses não eram os mais produtivos, mas no fim do dia tiravam tanto quanto os mais, sabe como? [Como?] Os fiscais tiravam de um e dava para o outro, a gente sabia (*Sr. Chagas*, Junho/2020).

Muitos falavam que o meu tio era de tirar de uns e passar para outros. Isso sempre rolava na boca dos trabalhadores, todo fiscal é ruim, eles diziam. Mas não era assim não. Meu tio era um homem honesto, correto, não fazia esse tipo de coisa, claro tinha uns que faziam, porque se não de onde viria o boato? (*Sr. Ferreira*, Maio/2017).

Se por um lado *Sr. Chagas*, por meio de sua vivência, identifica uma estratégia comum por parte dos fiscais, o desvio de parte dos ganhos de uns para os outros, sejam eles familiares do fiscal ou para companheiros “puxa-sacos”, por outro, *Sr. Ferreira*, utilizando da imagem/representação do tio, mesmo identificando que tal prática existiu, preserva o familiar, garante que o mesmo não se envolveu em tais falcatuas, mesmo que boatos sobre tal comportamento existissem.

Ambos, ao seu modo, pelas experiências, entre o vivido e o idealizado, identificam uma estratégia que, ao que tudo indica, era comum, sabida e rechaçada por parte dos trabalhadores. Os boatos, mencionados pelo segundo entrevistado, demonstram que os trabalhadores tendem, pois, a partilharem entre si os sentimentos de indignação, ao conversarem sobre a percepção de estarem sendo lesados e roubados, seja pelos próprios fiscais ou pelas empresas. Tais sentimentos, intersubjetivamente vividos, deram vazão às ações de resistências miúdas como burlar os padrões, “devolver na mesma moeda”, segundo relatou *Sr. Alves*, como paralisações e greves, conforme veremos no relato do *Sr. Urbinati* em páginas posteriores.

Com relação a ideia de fraudes perpetrada pelas usinas, isso se dava porque os trabalhadores eram impedidos de participar do momento de pesagem do campeão e de sua conversão para o valor do metro. A participação de representantes da turma, nesse momento da atividade laboral, como relatou *Sr. Urbinati*, foi uma das conquistas dos movimentos grevistas do final da década de 1980⁹³. Contudo, é identificado pelo sindicalista e

⁹³ O “roubo” corresponde ao “furo”, prática tratada nas páginas 131 e 132.

trabalhadores que isso raramente ocorria, pois eram comuns as ameaças, veladas ou abertas, sob aqueles que decidissem seguir para a usina e acompanhar a pesagem.

Alves (2007, p. 38) destaca que “[...] aqueles que se dispõem a participar se sentem marcados pelos gatos, fiscais e encarregados, e temem perder seus empregos”. Desta forma, a conversão de toneladas em metros tornou-se um processo realizado exclusivamente pelas usinas e sem a presença de um trabalhador.

Em ambas as situações, caracterizadas pela expressão síntese de “roubo (s)”, já identificada e estudada nos trabalhos de Menezes (2000, p. 56-57; 2002, p. 192) e Menezes & Cover (2016, p. 136; 2018, p. 82), eram enfrentadas pelos trabalhadores de quatro principais formas: 1) Aceitando as condições impostas sobre eles; 2) Confrontando fiscais e supervisores da usina; 3) Solicitando auxílio do sindicato e 4) Trocando ou abandonando turma ou usina para qual prestava serviço.

Ao optarem pela segunda ou terceira ação, os sujeitos passavam a enfrentar toda sorte de infortúnios, acabando, geralmente, numa sequência de ganchos que geraram suas dispensas, além da possível inclusão dos seus nomes nas listas do escritório, o que acarretaria na não contratação na safra seguinte.

Quanto à quarta ação, essa decisão, como as duas anteriores, também poderia acarretar em problemas para o trabalhador. *Sr. Ferreira* relatou que alguns trabalhadores da turma de seu tio, após desavenças ao contestarem a metragem, na safra seguinte, optaram por trabalhar em outra turma. Já os *Srs. Chagas* e *Alves* informaram que alguns colegas piauienses, decidiram mudar para turmas que prestavam serviços de corte da cana a outra usina. Todavia, ressalta-se que, em ambos os casos, foram-nos informados que as trocas ocorreram apenas nas safras seguintes, isso se deu, tomando a fala do *Sr. Alves* como explicativo, pois “[...] O cabra só saía no ano seguinte, mas sem alarde. [Como assim?] Tipo sem fazer confusão, por que isso ia fazer com que ele não fosse habilitado, fichado não conseguia mais serviço aqui na região”.

Ressalta-se que o controle repressivo sobre os trabalhadores fez com que o confronto pessoal fosse uma prática rara e isolada. Neste sentido, a atitude mais comum foi a de aceitação do “roubo”. Todavia, a “aceitação”, tem contornos de “aceitar, mas sem aceitar”, como expressa no relato do *Sr. Barnabé*, ou seja, não se toma tal atitude por mera expressão de conformidade, passividade e submissão dos trabalhadores migrantes, mas, como ações que se encontram entrelaçadas ao conjunto de alternativas que poderiam recorrer, levando em consideração múltiplas condições, interesses e circunstâncias.

Sr. Urbinati, por exemplo, informou-nos uma série de táticas desenvolvidas pelos trabalhadores que visaram a contestação do “roubo”, de forma que os trabalhadores não fossem punidos diretamente. Entre elas, destacam-se:

- a) Pedidos para o sindicato participar da pesagem, contudo, eram realizados fora do espaço de labor, ou seja, alguns trabalhadores se deslocavam até o sindicato em momentos de descanso e informavam que estavam “[...] desconfiados que estavam sendo roubados” e, desta forma, o Presidente indicava um representante para participar das pesagens, geralmente um funcionário do próprio sindicato, com aprovação dos trabalhadores, a escolha de alguém “de fora da turma” evitaria a perseguição;
- b) Através de ligações anônimas: quando o sindicato instalou sua primeira linha de telefonia, no início dos anos 2000, e divulgou entre os trabalhadores, colando cartazes em postes de luz próximos aos pontos em que os trabalhadores subiam nos ônibus, ocorreu “uma chuva de ligações”. Nessas ligações, os trabalhadores, de forma anônima, denunciavam todo tipo de abuso sofrido em meio aos eitos, solicitavam informações de como proceder e pediam ajuda do sindicato de que modo impetrar ações trabalhistas e para a fiscalização nos momentos de pesagem e, se possível, na metragem.
- c) Piscadelas e gestos: conforme relatou *Urbinati* a partir das ligações anônimas, membros do sindicato passaram a frequentar cotidianamente os canaviais, nesses espaços, era comum, serem recebidos pelos fiscais, mas, logo em seguida, os trabalhadores paravam suas atividades e acompanhavam a conversa, era através de gestos com as mãos e piscadelas por parte dos trabalhadores, sempre nas costas dos controladores da força de trabalho, que a comunicação entre o representante do sindicato e os trabalhadores se dava: “[...] só pela piscada que davam, por um gesto ou outro com a mão e a gente via se o que o fiscal ali estava falando a verdade ou não, eles não abriam a boca, não se sujavam e com isso a gente tinha as informações que precisava, ou que podia apertar o fiscal ali [risos]”.

Seu relato nos permite compreender que, mesmo com a forte pressão vivenciada nos espaços produtivos, havia “margens” para a atuação do sindicato junto aos trabalhadores, como pela própria agência destes. Foram inúmeras as táticas construídas no tatear, no cuidado, no silenciamento para garantir as ações de enfrentamento, mas, ao mesmo tempo, que não arriscassem suas vagas, como expressou a *Sra. Conceição* em páginas anteriores: “era bocuda, mas não burra [risos]”.

Todavia, a contestação do “roubo” por parte dos trabalhadores acabou por eclodir em uma série de movimentos pontuais ou generalizados, que aglutinaram diversas questões e pautas.

Pois veja, a questão do roubo ela é algo que estava com todos, todos sabiam que eram roubados, seja na pesagem como na metragem. Então isso inflamou muito eles, de fazer paralisação, de não embarcar nos ônibus no dia seguinte, tudo coisa organizado por eles mesmos. Até ganhar proporção, teve um movimento que foi feito em baile, mas conto depois, pra não me perder, o que quero dizer é que era um pessoal que aos poucos foi se irritando, produtividade só aumentando, qualquer coisa, gancho! Aí eles foram se unindo, às vezes o sindicato ajudando e até coordenando coisas maiores. Mas o roubo era ponto central, mas daí quando pegava um tamanho bom apareciam muitas outras pautas, que também eram importantes. Mas geralmente eram pequenas as movimentações, feitas por eles mesmos, mas sempre na surdina, sem identificar quem liderava, nunca tinha um líder, não aberto pelo menos (*Sr. Urbinati*, Junho/2024).

Evidencia-se que a questão do “roubo” era ponto comum nas preocupações dos trabalhadores, ponto que os uniu e acabou por eclodir em revoltas abertas, seja em paralisações realizadas em meio aos carnavais, como também pela recusa em se dirigir aos espaços produtivos. O “roubo” acabava por ser o estopim para organizações que passavam a ampliar suas reivindicações, que contestavam desde a própria disposição de tempo de trabalho, o fim das gratificações por produtividade e assiduidade, a obrigatoriedade de fornecimento de lanche e soro durante toda a safra, o aumento dos valores sobre o deslocamento até os locais de trabalho e a melhora na qualidade dos transportes. Ressalta-se, ainda, que mesmo nos movimentos que eclodem, especialmente aqueles à revelia do Sindicato, os trabalhadores buscavam manter as lideranças “na surdina”, ou seja, ocultas, evitando, assim, retaliações, ganchos e possíveis demissões aos líderes dos movimentos.

Relatos como os dos *Srs. Chagas, Alves, Barbosa, Barnabé* e outros entrevistados, cotejados com informações fornecidas pelo *Sr. Urbinati*, identificam que, tendo em vista as manifestações de contestação desses trabalhadores acerca do “roubo”, da precariedade do tratamento dado aos trabalhadores e da contínua intensificação sobre a produtividade, aliada ao crescente apoio e fiscalização de instituições como a Pastoral do Migrante, Sindicatos (a nível local e estadual), da Vigilância Sanitária, do Ministério Público e do Ministério Público do Trabalho, no início dos anos 2000, permitiu que os trabalhadores passassem a ser “tratados dignamente” (*Sr. Barnabé*, Janeiro/2020), “como gente e não mais como bicho” (*Sr. Barbosa*, Abril/2020).

As fiscalizações, bem com as ações trabalhistas individuais e coletivas e as denúncias por parte dos órgãos de fiscalização de instituições governamentais e não governamentais, amplamente expostas pela mídia nacional e internacional, trouxeram à superfície a barbárie

que estava ocorrendo nos canaviais por motivo das mortes de trabalhadores supostamente motivadas pelo excesso de trabalho. Ademais intensificavam-se as críticas ao setor, no que tocam as questões ambientais, especialmente, às milhões de toneladas de gases advindos da queima da palha, realizada antes do corte, que poderiam acarretar doenças respiratórias e o crescimento de internações de pessoas mais vulneráveis, como crianças, idosos e portadores de enfermidades crônicas.

Essas manifestações geraram a criação de arranjos institucionais, como o *Protocolo Agroambiental* firmado entre a União da Indústria Canavieira e o governo estadual, em 2007, e do *Pacto de Livre Adesão*, firmado em 2009⁹⁴, pelos representantes dos trabalhadores, do governo federal e do patronato, que, além de visar tornar essa produção sustentável, ambiental e socialmente, buscava atender e conciliar em grande medida as reivindicações sindicais e dos trabalhadores, e melhorar a imagem do setor diante do mercado internacional (Moraes Silva, 2011a; 2013; Moraes Silva, Bueno & Melo, 2014).

Contudo, a literatura acadêmica e, também, como pode ser observado nas exposições dos entrevistados, destaca que os avanços com relação às condições dignas de trabalho, especialmente aquelas advindas dos movimentos grevistas, foram interrompidas em virtude da adoção do sistema de escala de trabalho 5x1 e da vertiginosa mecanização do corte.⁹⁵

A Jornada 5x1 consistia em: trabalha-se durante cinco dias seguidos descansa-se no seguinte. Este modelo trouxe significativos danos às redes de sociabilidades, pois a rotatividade dos dias de folga impedia que houvesse uma data em comum de lazer a todos, como até então era:

Estava indo bem as coisas, as organizações, mas veio a tal da nova escala [5x1], aí foi que quebrou todo mundo, porque sortearam quem pega tal turno e daí dividiu muito a gente. Ficou muito estranho. Se tinha o final de semana para ir lá no forró, dançar, beber, festar e também trocar informação, não rolava mais, se chegava lá tinha um tanto de amigos e outro tanto que se nunca viu, aí quando começava a fazer amizade trocavam turnos. Acho que isso foi um jeito deles acabar com a nossa organização, eu acho que foi. Aí veio as máquinas e passou geral, foi a cartada final!

O relato do Sr. Barnabé nos permite observar como a adoção desse novo sistema de escala tornou-se comum até mesmo entre os trabalhadores que migraram e trabalhavam juntos nas mesmas turmas e que dividiram o mesmo espaço de habitação. Terem seus dias de

⁹⁴ Já citado em momento anterior, quando mencionado a proposta de extinção da figura dos gatos, tal pacto também visava em grande medida garantir aos compradores do etanol do mercado externo que as relações de trabalho seriam fiscalizadas pelo poder público.

⁹⁵ Conforme Maciel & Favoretto (2013), às colheitadeiras não correspondem a uma “invenção recente”. No estado de São Paulo, desde meados de 1970, as colheitadeiras já eram utilizadas, sobretudo, no início das safras, mas, seu uso esteve ligado, significativamente, como uma forma de ameaça ao emprego, mormente para que os trabalhadores aceitassem menores salários, além de servir como resposta patronal às greves, realizadas pelos trabalhadores do corte em resistência à imposição de mudanças no processo produtivo.

folga não coincidindo com os dos colegas, em virtude da divisão em turmas e turnos impediu que o dia de folga fosse o mesmo para todos, ocorreu uma quebra nas redes de sociabilidade (Moraes Silva, 2016).

Assim, muitos hábitos e costumes praticados aos finais de semana, como por exemplo suas idas aos bailes de forró, as conversas, brincadeiras e, também a possibilidade de troca de informações e de sua organização não podiam ser mais realizados, ao menos, não como vinham sendo feitas. Em outros termos, esta imposição, colocou em questão a reprodução social dos trabalhadores, seu cotidiano acabou por se resumir “do barraco para o eito e do eito para o barraco” (Moraes Silva, 2013, p. 379). Assim, “[...] afastados do convívio das famílias, dos amigos” aos poucos tornavam-se “[...] mutuamente estranhos, restam-lhes a concentração das energias físicas e emocionais para o trabalho tão somente” (Moraes Silva, Bueno & Verçoza, 2013, p. 30).

A *cartada final*, a mecanização, mencionada no relato do Sr. Barnabé, vinha sendo discutida e implementada desde fins do século XX, contudo é no início do século XXI que esta torna-se prioridade diante não apenas da nova dinâmica do complexo agroindustrial canavieiro, mas da reivindicação pelo fim da queima da palha da cana. Segundo Maciel & Favoretto (2013, p. 413): “[...] a mecanização do corte se torna desejável, então, ao resolver essas três questões de uma só vez. Sem a necessidade de queimadas, mitiga os prejuízos ao meio ambiente e, com a eliminação do corte manual, ‘resolve’ a questão social e trabalhista”.

Moraes Silva & Reis (2018), em apresentação e análise de dados acerca do processo de mecanização do corte da cana no estado de São Paulo, informam que em pouco mais de cinco anos, de 2004 a 2009/2010, a cana de açúcar passou de 70% cortada, manualmente, para 97% cortada por máquinas.⁹⁶

Conforme Sr. *Urbinati* (Junho/2024):

Veja bem, foi muito rápido, nós já sabíamos que a mecanização viria, mas não achamos que seria tão rápido assim. Centenas e mais centenas de pessoas perderam as vagas de uma só vez. O sindicato foi totalmente desmobilizado com relação a isso e não teve muito o que a gente fizesse. A grande maioria dos trabalhadores aqui

⁹⁶ Os trabalhos de Moraes Silva, Bueno & Melo (2014) e Verçoza & Moraes Silva (2017) apresentam um importante panorama da reestruturação produtiva da agroindústria canavieira na segunda década do século XXI, bem como situação de degradação física de trabalhadores em canaviais, decorrente das condições de trabalho e exploração no período.

da região do corte, foram dispensados de uma safra para outra⁹⁷. Isso tudo de forma muito rápida.

Todavia, cabe destacar que, ao levar em consideração o relato dos sujeitos entrevistados, o tema do fim do trabalho como cortadores, sua dispensa, em razão da adoção em larga escala de máquinas nos canaviais da região, era algo que os migrantes tinham noção, era perceptível, nas palavras do sindicalista "nós já sabíamos que a mecanização viria". Nota-se que os trabalhadores não foram meras vítimas do processo, mas se colocaram enquanto sujeitos de suas histórias buscando estratégias de sobrevivência e reprodução social frente a esse avanço técnico da agroindústria canavieira que piorou suas condições de trabalho (Maciel & Favoretto, 2013).

Dentre as estratégias dos trabalhadores entrevistados, a medida de exemplo, destacam-se as áreas da construção civil, que vinham apresentando expressivo crescimento na região, de setores de serviços e indústrias, sejam as tradicionais Brejeiro e Morlan, em menor número, quanto as novas indústrias que cresceram, consideravelmente na primeira década do século XX, como Intelli, Seara Alimentos e Fiorese Citrus e as próprias usinas que criavam novos cargos em virtude da mecanização no setor, como de motoristas, tratoristas e operadores de colheitadeiras. Destaca-se, ainda, um significativo número daqueles que ficaram, em especial os nordestinos, que não conseguiram empregos nessas empresas passam a trabalhar em atividades como “catar frango” e “tiradores de palha”, atividades que já abrigava considerável número de mulheres, companheiras ou familiares desses sujeitos.

É importante ressaltar que a integração desses ex-cortadores de cana, sobretudo nas ocupações no meio urbano, tanto nas empresas tradicionais quanto nas emergentes, ocorre, em grande medida, por obra das redes às quais estavam envolvidos, sejam elas familiares ou de amizade construídas ao longo dos anos, entre o ir e vir.

Ao longo da próxima, e última seção deste capítulo, gostaríamos de explorar um pouco mais o “descarte” desses trabalhadores e das ocupações, as atividades laborais, executadas na cidade, destacando que, conforme já exposto, sua integração no mercado de

⁹⁷ Cabe ressaltar, que há outra categoria de trabalhador que já foi excluída antes mesmo da predominância das máquinas. Sobre este ponto, vale a referência da tese da socióloga Tainá Reis (2018), cujo principal objetivo foi investigar a situação social dos trabalhadores, que, embora pertencentes a fase ativa e produtiva, foram descartados em virtude do desgaste de suas condições orgânicas. São aqueles que adoeceram nos canaviais, migrantes desempregados, inviabilizados de trabalhar devido ao adoecimento, em virtude da sobrecarga laboral e que desenvolveram problemas osteomusculares, cardiológicos e respiratórios, sendo estas últimas causadas pela fuligem e biopsíquicos, manifestando-se, por exemplo, em tensão nervosa, úlcera e hipertensão. Sobre as questões que envolvem os problemas de saúde desenvolvidos pelos trabalhadores do corte da cana, desde fins do século passado até a primeira década do presente, para além da tese de Reis (2018), indicamos como leituras os mapeamentos realizados por Abreu *Et al* (2011) e Galiano *Et al* (2012).

trabalho urbano orlandino não se deu de modo amigável. Muitos deles enfrentaram diversos preconceitos, em especial, por serem identificados como *migrantes*.

Migrantes: do “descarte” à “integração”

Às vezes eu fico aqui, na folga, de final de semana, olhando lá pra baixo, olho esse mundo de cana, pra todo lado, e vejo aquelas grandes máquinas colhendo tudo [silêncio]. Eu fico pensando, se contar hoje para alguém novo, ou para alguém de fora, que isso aí queimava tudo e depois era colhido no braço, a pessoa deve até rir né? [risos]. Não ia acreditar, mas era, Bruno, era a gente que fazia isso! (Sr. Alves, Agosto/2023).

Este relato de Sr. Alves foi nos dado em agosto de 2023, na ocasião, estávamos sentados na calçada, em frente à residência dele. Do ponto onde nos encontrávamos, por ser um pouco mais elevado, conseguíamos enxergar, ao longe, o verde dos canaviais que cercam a cidade de Orlândia. Sua descrição, exposta de forma introdutória a nossa entrevista, sem nenhuma pergunta, coloca em destaque as experiências de vida de um homem que labutou nos campos paulistas, porém tem tal trajetória ofuscada. As máquinas, advindas do gigantesco desenvolvimento tecnológico das últimas três décadas, têm apagado os rastros do itinerário de vida de centenas de milhares de trabalhadores que labutaram no espaço rural paulista.

O mundo visível é o das *commodities*. Nos subterrâneos desse mundo foram sepultadas as memórias, as experiências de milhares de homens e mulheres, negros, pardos, mestiços, pobres, cuja força de trabalho foi responsável pela produção dessa riqueza (Moraes Silva & Reis, 2020, p. 12).

Ao longo das últimas duas seções deste capítulo, escovando a história a contrapelo (Benjamin, 1996), buscamos revelar camadas silenciadas de vidas, experiências, trajetos e deslocamentos de pessoas, expropriadas do campo, que migram para a cidade, mas ao campo retornavam como assalariados rurais, boias-frias, e de trabalhadores *permanentemente temporários*, que, também expropriados em suas terras de origem, migravam anualmente para a cidade de Orlândia, a fim de atuarem nas atividades do corte da cana em virtude da *precisão* (Moura, 2008), buscamos, assim, resgatar memórias subterrâneas (Pollak, 1989; 1992), rememorações melancólicas acerca de sofrimentos vividos, muitas vezes “contados” através do olhar, seguidos por silêncios.

Encerramos a seção anterior abordando o tema do descarte dos trabalhadores do corte da cana devido ao amplo processo de mecanização ocorrido na primeira década, e aprofundado na segunda do século vigente. Também indicamos que significativo número de trabalhadores *permanentemente temporários*, não foram necessariamente descartados, pois, muitos deles, antes da implementação da efetiva política de mecanização, já haviam optado

pela migração em definitivo e, a partir das redes de laços familiares e de amizades formadas no espaço urbano, passaram a integrar as atividades no setores da construção civil, de serviços, indústria, e em outras atividades, especialmente, como “tiradores de palha” e “catadores de frango”, atividades fora da urbe, pendulares.

Veja, quando eu saí da cana, por não aguentar mais, eu logo consegui emprego, primeiro na Comove, carregando e descarregando saco de soja [Foi difícil conseguir emprego lá?] Olha, antes era mais, mas daí um amigo meu, que era piauí me arrumou, e se veja, fiquei dez anos lá, e eu ajudei muito piauí que saiu da cana a entrar lá, mas a empresa foi vendida, deu muito rolo, e eu consegui uma entrevista na Guabi, um conhecido, também piauí que me arrumou. Aqui pra gente foi assim Bruno, foi piauí ajudando piauí, isso desde a cana (*Sr. Alves*, Agosto/2023).

Olha, eu quando pegava alguma obra meio grande, aí abria vaga, eu sempre divulgava entre os conhecidos, tudo migrante, aí arrumava serviço para eles, arrumava mesmo, porque se sabe né? Os daqui não arrumavam não, pra eles a gente era cortador de cana, e se não tinha mais cana, para que a gente queria seguir aqui? Mas eles não via que tinha muito emprego, muito mesmo, veja a Seara, que é em Nuporanga, mas lá não tinha tanta gente para trabalhar, vinham aqui para Orlândia pegar gente, daqui saía todo dia uns seis ônibus tudo cheio para ir trabalhar lá (*Sr. Barbosa*, Abril/2020).

Eu entrei na Seara, tinha muita mulher lá, muita mesmo, tudo esposa, irmã e filha de piauí que estava na cana, mas aí deu de a Seara crescer muito, abrir muitas vagas e os homens nordestinos saíam das usinas, do corte que eu digo, e entram tudo lá. Ou entravam na Seara e pegam cargos bons até, principalmente os que tinham estudo, e muitos também acabam indo para a parte de catar frango, muitos e muitos, tudo ex-cortador. Meu irmão, ele abriu um mercado aqui, a Coelho [sua filha] te falou né? [Sim] Então ele ganhou um dinheiro da usina, machucou, investiu aqui, pessoal tirava sarro, falava que era o mercado dos piauí, mas não porque ia só piauí, mas porque ele dava vez para os nordestinos trabalharem (*Sra. Assis*, Maio/2017).

Os três depoimentos acima possuem três importantes dimensões que gostaríamos de abordar. A primeira refere-se às atividades desenvolvidas pelos nordestinos na cidade, em razão do descarte gerado pelo processo de mecanização da lavoura canavieira, em momento anterior a este processo, sejam aqueles “eliminados” por problemas de saúde, quanto aqueles que, observando a iminência do processo de mecanização que ceifaria suas vagas, passam a procurar empregos em outras áreas, especialmente no espaço urbano.

Sr. Alves, mediante os desgastes enfrentados ao longo de mais de uma década como cortador de cana, conseguiu emprego no meio urbano, a atividade desenvolvida inicialmente foi de descarregador de sacos de soja na empresa Comove, o soldo ganho era menor do que como cortador, mas o plano de saúde, o horário fixo e a inexistência de metas abusivas e coerções, para ele “[...] permitia que a gente vivesse melhor”. *Sr. Barbosa*, já apresentado no capítulo anterior, abandona a atividade da corte, após conseguir emprego de pedreiro e, logo, já no seu segundo ano, assumiria como mestre de obras em uma empreiteira ribeirão-pretana. Por fim, *Sra. Assis*, não teve vínculos empregatícios com o setor sucroalcooleiro, desde sua chegada na cidade, a convite do irmão, em meados dos anos 2000, vinculou-se à empresa

Seara Alimentos, seu relato identifica que a empresa em questão foi muito importante no que tange a contratação de mulheres, especialmente as esposas, filhas e irmãs de cortadores de cana, e, após o descarte com a mecanização, também passou a empregar muitos homens para trabalhar nas imediações da empresa, e na atividade pendular de coleta de aves, realizadas em granjas na região da cidade de Orlândia.

Imbricado a esta dimensão, temos a segunda que deixa claro que tal processo, a integração desses sujeitos, especialmente no mercado de trabalho urbano, ocorreu em um momento de maior desenvolvimento econômico da cidade e região, vivenciado ao longo da primeira década do século XXI, que ampliou significativamente as vagas de emprego, em especial, nas grandes empresas⁹⁸, pois, até então, eram raros os nordestinos que conseguiram empregos no meio urbano, de preferência, nas empresas tradicionais, a exemplo: Morlan, Brejeiro, Intelli e Carol.

Conforme já exposto, Orlândia, desde fins do século passado, diferente de outras cidades em sua região, não se tornou dependente das empresas do setor sucroalcooleiro. A cidade passou por considerável ampliação e consolidação industrial, bem como a ampliação de vagas no setor público e de comércio. Contudo, essas vagas de emprego, especialmente nas duas últimas décadas do século XX, pouco foram ocupadas por nordestinos, em sua grande maioria as vagas foram preenchidas, naquele momento, pelas populações expropriadas do campo paulista, como também por mineiros e paranaenses que migraram em definitivo para a cidade entre as décadas de 1970 e 1980⁹⁹.

A terceira dimensão, exposta nas narrativas, toca este ponto, a integração dos nordestinos nas atividades urbanas e ou pendulares, ao longo do início do século XXI, aliadas às questões que envolvem o desenvolvimento urbano e industrial durante o período, ocorrem

⁹⁸ Como, por exemplo a Seara Alimentos, localizada na cidade de Nuporanga (15 Km), que no período, controlada pelo grupo Cargill, aumentou significativamente seu quadro de funcionários, bem como ampliou o número de granjas e através de empresas terceirizadas, gerando significativo aumento na oferta de emprego para coleta das aves para o abate.

⁹⁹ Mesmo aqueles que conseguiam emprego nestes espaços, suas funções laborais, na maioria dos casos, possuíam claras segmentações, seja nos salários como nos tipos de funções em comparação com moradores locais, existiu, ao que nos parece, uma hierarquia das ocupações, pelo que se pôde notar nos relatos dos entrevistados. Conforme *Sr. Alves*, suas atividades na Comove estavam ligadas aos trabalhos “no pátio”, ou seja, atividades que lidavam com o carregamento e descarregamento de materiais e, segundo ele, não havia possibilidade de mobilidade dentro da empresa. Cabe ressaltar que o mesmo ocorre no caso de outras empresas locais, como Carol e Brejeiro. Ao se inserirem nestas empresas, os nordestinos passavam a ocupar os cargos mais baixos, são os casos do *Sr. Barnabé*, os irmãos do *Sr. Ferreira*, o pai do *Sr. Rodrigues* e o pai do *Sr. Hipólito*. Sobre os relatos dos filhos sobre os pais um ponto que nos chamou a atenção foi o sentimento de vergonha, quando ambos relataram sobre isso, os pais, que estavam presentes, logo cortaram as narrativas dos filhos para destacar que isso foi provisório e logo conseguiram “melhores empregos” em outras empresas emergentes, ressalta-se que nas entrevistas com ambos os pais (*Srs. Pedreira e Serra*), não haviam mencionado terem trabalhado nestas empresas, isso só foi revelado no relato dos filhos.

também, graças às redes desenvolvidas ao longo das últimas décadas, sejam elas de amizades ou familiares. Tais redes, expostas nos relatos “deram vez” aos nordestinos.

Sr. Alves consegue emprego na Comove com o auxílio de um colega que já se encontrava trabalhando na empresa, e, *Sr. Barbosa*, na mesma linha, logra emprego na empreiteira com a indicação também de um amigo. Em ambos os casos, eles “passam para frente” o auxílio que tiveram, divulgando as vagas que apareciam, indicando diretamente sujeitos, especialmente nordestinos, que faziam parte de suas redes - familiares ou de amizades -, para ocupar tais vagas. Por fim, *Sra. Assis*, não recebe necessariamente indicação, mas uma informação de que “A Seara tava com muita vaga, e não tinha isso de ser ou não nordestino, piauí, eles precisavam”. Por outro lado, seu irmão, que abre um pequeno mercado na região do extremo-oeste orlandino, na segunda metade da primeira década de 2000, optou, na confecção do quadro de funcionários de seu estabelecimento, dar oportunidade aos nordestinos que passavam a viver de forma permanente na cidade, situação semelhante a da *Sra. Borges*, que empregou, em sua pequena fábrica de costura, somente mulheres nordestinas.

Ademais, poderíamos dizer ainda que as falas, em suas entrelinhas, revelam-nos uma quarta dimensão: as dificuldades que nordestinos tiveram em conseguir empregos no meio urbano. Pelas nossas pesquisas nos últimos anos, identificamos que os motivos para a quase inexistência de nordestinos em atividades laborais no meio urbano, especialmente, na década de 1990 e início dos anos 2000 (antes do significativo aumento de vagas de emprego nas empresas emergentes), deu-se devido ao entrelaçamento de quatro pontos: 1) a percepção dos demais grupos que os nordestinos possuíam com a cidade apenas vínculos de trabalho, ou seja, eram sujeitos provisórios, não se estabelecendo na cidade de modo definitivo, diferente dos demais migrantes nacionais que, desenraizados de suas terras em virtude das expropriações, migraram para a cidade de forma permanente (Pereira, 2020a; 2020b; 2020c; 2021a; 2021c; Pereira & Lourenço, 2018); 2) preconceito por causa do seu lugar de origem, em virtude da carga simbólica de representação e imaginário acerca da região Nordeste e do povo nordestino (Pereira & Schorner, 2020), 3) preconceito racial, em especial do grupo de moradores locais residentes no centro da cidade, que em grande maioria era composta de homens e mulheres brancos/as, descendentes de imigrantes que ocuparam os principais e mais altos cargos nas empresas locais (Pereira & Lourenço, 2018; Pereira & Schorner, 2020) e, por fim, 4) a exclusão dos nordestinos nas redes de sociabilidade, como, por exemplo, as festas comunitárias e solidariedades e compadrio que se formavam no interior dessa

comunidade, inclusive nas regiões periféricas (Pereira, 2020b; 2021a; 2021c; 2021d; Pereira & Gillies, 2022; Pereira & Lourenço, 2021b).

A exposição do Sr. Melo é esclarecedora e entrelaça os pontos apresentados acima:

Eu quando entrei na empresa aqui, sofri muito preconceito [Porque?] Por ser nordestino. [Haviam poucos nordestinos nas empresas aqui, as locais?] Você contava nos dedos quantos tinham. [Na sua opinião, porque isso acontecia, haviam muito nordestinos na cidade, não é?] Sim, muitos, mas quer que eu seja sincero? [Claro] [Silêncio] Eu penso que foi por duas coisas. A *cor* e de onde *eles* vem! Eu digo isso porque eu senti isso na pele. Olhe, eu não sou branco, eu trabalhei em empresa grande aqui, se acha que tem muito preto nas grandes hoje? Tem muito mais do que tinha antes, antes se tivesse tinha eu e mais uns dois. E eu só consegui o emprego por causa do irmão dela [esposa], que era um dos favoritos da gerência. E o pessoal, os bô, os gerentes, esses caras eram tudo preconceituosos. O gerente uma vez me disse: ‘olha Melo, se tá aqui por causa do teu cunhado, por que a gente não emprega nordestino’, eu fiquei assustado, eu perguntei porque e ele falou ‘por que eles não ficam, eles vêm e voltam, a cidade aqui é pra ganhar dinheiro, não para viver como nós’. Eu fiquei com isso na cabeça, e pior que é isso mesmo né? Se vê *eles vêm e vão, sempre foi assim, até esses que ficaram por aí, logo vão de novo*. É diferente *da gente*, quem nem vocês [se refere ao entrevistador e sua família que são paranaenses]. Então, naquela época era essas duas coisas, três na verdade, uma que era *racismo*, a outra é que era *nordestino* e daí tem essa terceira que *eles não vieram para ficar*, então pessoal não confiava, tipo, se dá trabalho, mas a pessoa logo larga e vai embora, então ficou isso, que o trabalho para *eles* era na cana mesmo, perfeito para *eles*, tinha muita cana, precisava de gente pra ela, aqui ninguém mais queria, então para *eles* era melhor isso mesmo, porque aí *eles* trabalhavam e voltavam para o *lugar deles*, para as famílias deles, porque eles não *tinham ninguém aqui*, entende? A família deles estava lá, *as raízes deles*, já a gente não, por não ter pra onde voltar *a gente fincou nossas raízes aqui, os amigos, a família está tudo aqui* (Sr. Melo, Fevereiro/2020, grifos nossos).

Melo é nordestino, nasceu na Bahia, mas não se considera baiano, sua fala se inicia destacando sua naturalidade, mas se encerra, concordando com o gerente da empresa para qual trabalhou, identificando o nordestino como *outro* (eles), aquele que “vai e vem”, que na cidade paulista tem apenas o vínculo de trabalho, não possui raízes. Sr. Melo, ao longo de sua entrevista, sempre buscou utilizar-se das redes às quais está inserido para justificar sua identidade como “orlandino”, utilizava-se da noção, como discutida no primeiro capítulo, de *desenraizado*, ou seja, de não possuir um “lugar para voltar”, a fim de justificar algo como “é aqui o meu lugar”, ou seja, é em Orlândia que suas raízes foram “fincadas”, essas raízes, ao que nos parece, são os entrelaçamentos entre as redes familiares, de amizade, de compadrio, sentimentais etc.

Todavia, mesmo negando o pertencimento, ou melhor, a naturalidade enquanto nordestino, ele vivenciou o preconceito: “senti isso na pele”. Para além dessa negação, o relato do entrevistado coloca em destaque os preconceitos raciais e de origem que os sujeitos nordestinos enfrentavam na década de 1990 e início dos anos 2000 - e de certa forma ainda enfrentam - na cidade. A “pele” a “cor”, ou seja, a questão racial, assim como o preconceito de origem, aliados a noções de sujeitos que não possuem suas raízes em Orlândia e a

vivenciam apenas como espaço de trabalho, tendo em vista que ali “não tinham ninguém”, ou seja, redes de amizade e familiares, são pontos fundantes nas relações entre os grupos, contudo, geralmente, não são enunciados de forma aberta, mas, velada, são mascarados e evocados de diferentes formas¹⁰⁰, visando sempre o mesmo resultado, qual seja, de identificar o nordestino como *migrante*, tal terminologia, usada para disfarçar seus preconceitos, serviria também para hierarquizá-los e homogeneizá-los (Vettorassi, 2006).

O *migrante* é aquele que se deslocou apenas para trabalhar, não terá com este espaço qualquer sentimento, ele é uma presença necessariamente provisória, alicerçada no fato de que “[...] para a sociedade receptora, um imigrante só tem razão de ser no modo do provisório e com a condição de que se conforme ao que se espera dele” (Sayad, 1998, p. 55), nas palavras de Bourdieu (1998, p. 11), com base no estudo de Sayad (1998), eles são “[...] nem cidadão, nem estrangeiro, nem totalmente do lado do Mesmo, nem totalmente do lado do Outro”, uma eterna presença ausente, ausente onde se está presente, presente onde se está ausente. A noção de *migrante*, imposta a esses sujeitos, mas também produzida e compartilhada por eles, é uma denominação abstrata que camufla um conjunto de situações concretas e particulares, que definem sua identidade individual e social e é constituído por elementos objetivos, estruturais, ideológicos, culturais e subjetivos (Moraes Silva & Menezes, 2007).

É necessário novamente frisar que, se, inicialmente, desde fins da década de 1980, a mobilidade de nordestinos de fato possuía como característica central ser voltada ao trabalho - especialmente nos canaviais, atuando como cortadores de cana -, e ser provisória - residiam na cidade apenas nos períodos de safra -, em fins da década seguinte (1990), muitos passam a residir na cidade e aproveitando-se do aquecimento de mercado de trabalho urbano, empregando-se em empresas que cresciam vertiginosamente no início do século (2000). Sua inserção seja como sujeito “temporário” ou “definitivo”, na cidade, foi marcada por uma convivência conflituosa com outros grupos, também de migrantes, porém, apenas eles, os nordestinos, passaram a ser reconhecidos como sujeitos “de fora”.

Tal noção nasce no bojo das relações com outros grupos, também migrantes, mas que não se veem ou não se representam assim. A partir do início do século XX, quando número significativo de sujeitos, até então *permanentemente temporários*, passam a se estabelecer em “definitivo” na cidade, é que essa noção ganha maiores contornos, seja em extensão, como em compreensão, assim, ela nasce ao passo que os contatos entre esses grupos se prolongam,

¹⁰⁰ As representações geralmente aparecem não quando se pergunta diretamente sobre elas. Elas surgem de forma natural incluída nos relatos mais corriqueiros (Silva, 2007a; 2007b).

ampliam-se e se intensificam, “[...] na medida em que o imigrante sai da esfera em que o restringem tradicionalmente o estatuto e a condição que lhe são atribuídos [trabalhador provisório], na medida que vai ganhando novos espaços [de trabalho e moradia]” (Sayad, 1998, p. 14), é nesse momento que “[...] se confundem os limites entre os grupos [...] que se confunde o princípio de constituição desse grupo, que os paradoxos colocados pela imigração, e que até então estavam latentes, mascarados, explodem em pleno dia” (Sayad, 1998, p. 20).

Nessa ocasião se forjaram uma série de estereótipos que consolidam o nordestino enquanto “migrante”. Elias & Scotson (2000) ressaltam que os estereótipos só podem ser construídos mediante uma coesão e autoestima elevada dos residentes mais antigos (no nosso caso, paulistanos e outros grupos que migraram de forma permanente para a cidade em período anterior). Pela relação de antiguidade e pelo compartilhamento do mesmo passado - leia-se aqui, o processo de expropriação vivenciado pelos sujeitos, seu “desenraizamento” (abordado na primeira seção deste capítulo), mas também das redes de sociabilidade, vizinhança, amizade e compadrio (enraizamento), firmadas ao longo dos anos, que geram a sensação de pertencimento e de coesão: “[...] a estigmatização, como um aspecto da relação estabelecidos e *outsiders*, associa-se, muitas vezes, a um tipo específico de fantasia coletiva criada pelo grupo estabelecido” (Elias & Scotson, 2000, p. 35). Contudo, conforme o quadro explicativo dos autores, não basta por si só a formulação desses discursos, é necessária sua “aceitação”, ou seja, a penetração do estigma social na autoimagem do grupo, em outras palavras, é necessário o reconhecimento por parte do nordestino como migrante.

Permitam-nos apresentar um trecho da entrevista do *Sr. Alves*, na qual sua filha, *Srta. Salvador* que, geralmente ficava apenas ouvindo, participou ativamente:

Sr. Alves: Então em 1993, quando eu quis ficar, eu saí a procura de serviço por aqui, em tudo que se pode imaginar, fui em todas as empresas, mas não davam, não davam [silêncio]. Era muito triste isso, muito triste, eles não empregavam nordestinos. Acabou que segui com o Mané, aí já era cana, e isso foi ruim né, porque o trabalhador da cana, ele também não tem benefícios, tipo igual um que tá na indústria, pessoal acha que é um trabalho inferior. Mas o nordestino, os migrantes, como eles dizem, os piauí, são pra cana, uns falavam ‘tem corpo pra aguentar a cana’.

Entrevistador: Por que eles não empregavam nordestinos nas empresas locais?

Sr. Alves: Olha, eles só diziam que não tinha vaga, mesmo eu sabendo que tinha, na minha opinião é pelo preconceito contra o nordestino mesmo, que para eles o nordestino era [silêncio], bão para trabalhar na roça, braçal. Que a gente não tinha inteligência para outras coisas, tipo isso. Aí tem aquilo da gente ser muito violento também, os cabra macho, que falam [risos]. E a coisa que a gente não parava aqui, tem isso, que a gente era, como... andorinhas, sabe, aqueles passarinhos que não tem parada, é pra lá e pra cá.

Srta. Salvador: O senhor sabe que tem mais coisas, pai. Não é só por causa da sua origem ou da minha e nem só isso de ir e vir.

Sr. Alves: É verdade, acho que tem a questão da nossa cor. E se pensa [risos], olha esse bairro aqui, olha o Santa Rita, olha o Parisi [bairros que compõem o leste de Orlândia], onde que tem branco [risos], é muito pouco, mas acho que esse preconceito de cor é mais os do centro com a gente, lá sim tem branco, lá é tudo italiano [risos], aqui não, aqui é preto ou café com leite.

Srta. Salvador: Mas mesmo que eles sejam preto, azul ou vermelho, o nordestino é nordestino e preto. É isso! Quando não é uma coisa, é outra, para a pessoa do centro a gente é preto e nordestino, mas para o pessoal daqui [do bairro] a gente é nordestino. Eles se, como diz? Eles se moldam, é isso, entende?

Entrevistado: Sim.

Sr. Alves: Ela fica brava quando fala disso.

Srta. Salvador: Não é ficar brava, é que [silêncio]. É triste. Para um eu sou uma coisa e para o outro eu sou as duas. Um dia, quando a gente morava ainda no Boa Vista, não esqueço, uma mulher, ela era negra, ela falou ‘volta pra sua terra piauí’ pra ele [seu pai], e minha mãe retrucou e falou ‘só se você voltar pra sua’ ela era uma vizinha, ela era de Minas. Ai a mulher ficou brava e falou que ela era mais orlandina que a gente, e minha mãe falou ‘com essa cor? eu acho que não’. Ai sim que ela ficou brava.

Sr. Alves: Ficou mesmo [risos].

Srta. Salvador: Mas é isso, eles acham que são daqui. Deu maior confusão, eu sei que foi racista, isso que a minha mãe falou, mas só que foi pra fazer ela entender o lugar dela, que é o mesmo que o nosso, que não é aqui.

Esse diálogo entre o entrevistador e dois entrevistados, assim como o relato do *Sr. Melo*, são elucidativos. Todos analisam suas realidades e trajetórias cotidianas e laborais e resgatam, em suas memórias, marcos para significar e ressignificar, seja o seu passado como o seu presente. Em boa parte das entrevistas, realizadas ao longo destes últimos anos, foram muitos os relatos acerca dos diversos preconceitos contra os nordestinos, principalmente pela tendência à homogeneização de todos eles em uma só categoria estereotipada, que se constrói sobre noções que visam sempre destacar certas ideias/representações de inferioridade (racial, cultural, de classe e assim por diante). É interessante também pontuar a variação em seus relatos ao uso dos termos *migrante* e *piauí*, ao que pudemos identificar, no contexto dos relatos, essas duas palavras são utilizadas como sinônimos.

Focando-nos na explanação do pai e filha, e cotejando com a narrativa do *Sr. Melo*, destaquemos primeiro o preconceito quanto à origem geográfica em relação ao nordestino, que aparece no início da narrativa do *Sr. Alves*. Esse preconceito, já muito trabalhado dentro da literatura acadêmica, está associado à forma como a região e os seus habitantes foram descritos, pensados e definidos, tanto pelas próprias elites nordestinas quanto pelos jornalistas, escritores, poetas, pintores, folcloristas, sociólogos e historiadores (Albuquerque Jr., 1990; 2011; 2012). As produções culturais, audiovisuais, sociais e históricas, elaboraram um conjunto de narrativas e símbolos que tornaram esse espaço visível e dizível, desde fins do século XIX, a partir do movimento literário da Padaria Espiritual¹⁰¹, baseados nas teorias

¹⁰¹ Movimento literário realista/naturalista orquestrado por letrados pertencentes à chamada geração de 1870, notadamente na província cearense, destacam-se entre seus principais autores e obras: José do Patrocínio, Os

cientificistas, evolucionistas e social-darwinistas. Ademais, destaca-se também as produções histórico-sociológicas de Gilberto Freyre, nas décadas de 1920 e 1930, dentro do movimento Tradicionalista/Regionalista, e, não menos importante, das representações dos Romances de 30, todos publicados pela Editora José Olympio, que retomam em suas obras uma série de temas e figuras que já estavam presentes na produção regionalista do final do século XIX e início do século XX (Albuquerque Jr., 2012).¹⁰²

Todas essas imagens, discursos e narrativas, já brevemente discutidas no capítulo anterior, vão constituir, para muitos habitantes de outras áreas do Brasil, que não tiveram ou não têm a oportunidade de visitar a região, como fonte de informação privilegiada sobre como a região e o seu povo era ou é, enfatizando que o nordestino seja visto, quase sempre, como sendo um retirante, um flagelado ou um cangaceiro em potencial (Albuquerque Jr., 2012). Tais características mais gerais enveredam também outras noções como a de indivíduos violentos, “cabras machos”, e de sujeitos ignorantes que não possuem aptidões que não sejam aquelas para com o trabalho braçal, seus corpos são representações e “[...] só são vistos como cortadores de cana” (Moraes Silva, 2023b), nas palavras do entrevistado “uns falavam ‘tem corpo pra aguentar a cana’”.

Todavia, com base na inserção da *Srta. Salvador*, filha do *Sr. Alves*, ao longo da entrevista, acabamos por esbarrar em outro preconceito em que os nordestinos também estão associados, o preconceito racial, onde a noção de raça, presente no imaginário social, é entendida aqui, tanto como construção material quanto simbólica (Moraes Silva, 2016). O Nordeste é uma área do país para onde não ocorreu um grande número de imigrantes europeus, não apenas pelas condições climáticas, como queriam fazer crer alguns discursos do começo do século XX,

[...] mas principalmente por sua situação econômica e sua estrutura fundiária. [...] Devido a esta situação, a população do Nordeste não foi branqueada, como pretensamente foi a de outros estados, que passaram a construir seus discursos de identidade apoiados na pretensa superioridade racial ou capacidade de trabalho destes imigrantes, fazendo com que o nordestino seja visto, por alguns, como uma raça inferior ou uma 'sub-raça', fruto da mestiçagem de índios, negros e brancos (Albuquerque Jr., 2012, p. 129).

O relato do *Sr. Melo*, em páginas anteriores, já levava em consideração a questão racial como processo de estigmatização dos nordestinos na cidade. Mas é a *Srta. Salvador* que mais bem ressalta. Talvez, *Sr. Alves* nunca tocasse na questão racial, de todas as nossas

retirantes; *A fome*, de Rodolfo Teófilo; *O cabeloira*, de Franklin Távora; *Luzia-Homem*, de Domingos Olímpio e *Aves de arribação*, de Antônio Sales.

¹⁰² Autores como: José Américo de Almeida, José Lins do Rego, Raquel de Queiroz e Graciliano Ramos; obras como *A bagaceira*, *Menino de engenho*, *Fogo morto*, *O Quinze*, *São Bernardo* e *Vidas secas*.

conversas, sempre que o assunto acerca da discriminação dos nordestinos tonava-se tema, o entrevistado nunca havia mencionado a questão da “cor”. É sua filha, *Srta. Salvador*, que insiste, que o faz “confessar”, de dizer o indizível, ela revela o “não-dito” pelo pai. Cabe ressaltar que, entre todos/as os/as entrevistados/as nordestinos/as, a questão racial não emergiu como tema central nas entrevistas. Todavia, não é possível ignorá-la: ela se insinua pelas entrelinhas - nos silêncios, nas hesitações e nos modos como certos temas são contornados. Em muitos casos, o racismo aparece escamoteado em expressões aparentemente genéricas, como ‘piauí’ e/ou ‘migrante’, termos que não apenas generalizam a população nordestina na cidade, mas também carregam, de forma velada, uma série de outras características, entre elas a dimensão racial. Em síntese, como será aprofundado em outros momentos deste estudo, mesmo quando não explicitamente mencionado, o racismo se faz presente nos relatos, ainda que oculto sob essas categorias generalizantes.

Ao ser inquirido pela filha, *Sr. Alves* ressaltava que, para além do preconceito quanto à sua origem, existe aquele ligado a sua “cor”. Todavia, busca amenizar, releva e sublinha que o racismo sofrido é sentido por todos os moradores das regiões periféricas da cidade, pois “[...] onde tem branco aqui [...] aqui não, aqui é preto ou café com leite”. Identifica como racistas não os vizinhos, os sujeitos que moram próximos, mas os moradores do centro da cidade, que, em tom irônico, chama os de italianos, em razão da descendência desses.

Novamente seu relato é entrecortado pela filha, que ressaltava que o nordestino, diferente de outros grupos, que ocupam as regiões periféricas de Orlândia, encontra-se em uma encruzilhada, entre a raça e a origem, alguns vão se considerar superiores por, pretensamente, serem brancos, enquanto os nordestinos seriam negros ou pardos; outros, vão se considerar superiores por não serem simplesmente nordestinos, evocando assim o estoque de imagens e de enunciados do homem do Norte ou do Nordeste construídas e refinadas por mais de um século.

Todos são pobres, todos ocupam os extratos mais baixos da sociedade, mas o nordestino vai ser estigmatizado lembrando-se de sua condição de flagelado, de retirante, que fadia a ocupar uma situação mais subalterna entre os subalternos (Albuquerque Jr., 2012, p. 128).

Na luta que se travou com as populações locais ou com os migrantes de outros estados e regiões de São Paulo, estes sacam contra o nordestino aquilo que consideram ser os aspectos que os desqualificam, tanto pela condição social, educacional, de trabalhador rural ou de não originário ao espaço em que se encontra, quanto a racial. As descrições da *Srta. Salvador* de quando ainda era criança, da mulher negra, mineira que ofende seu pai e foi retribuída com uma nova ofensa por sua mãe, que destaca “com essa cor?” a mulher também

não seria originária daquela terra, e, desta forma, seu pedido para o *Sr. Alves* “retorna-se a sua terra” não faria sentido, coloca em destaque as considerações elencadas por Albuquerque Jr. (2012). Ademais, o relato da *Srta. Salvador*, confronta a própria ideia sobre o que é e quem é “local”. Seu relato nos revela possibilidades de se colocar em xeque muitas das aparentemente óbvias – mas, de fato, ilusórias – certezas sobre tais questões.

Sua história ainda nos fez recordar de uma entrevista com uma “moradora local”, realizada em 2017, que, em certo momento, ao abordar sobre a migração nordestina na cidade, seu marido, que se encontrava em silêncio, lendo jornal até então, relatou que, na periferia orlandina, “[...] todos nós somos pobres, mas eles são um tipo de pobre diferente”. Quando perguntado o significado de sua frase, ele apenas pontuou que “Eles não são daqui”. A frase gerou estranhamento, visto que, no início de nossa entrevista, ao serem perguntados de sua origem, ambos declararam que eram naturais de Altinópolis e migraram para Orlândia em fins de 1970, quando, a partir de ameaças, foram obrigados a vender seu sítio por um valor pífio. O casal em questão trabalhou por quase 15 anos no campo, sobretudo na colheita da cana e algodão na cidade de Orlândia, fase de suas trajetórias que se encerram quando *Sra. Enos*¹⁰³ conseguiu um emprego como cabeleireira, e seu esposo na empresa Brejeiro.

Sua entrevista é marcante. Foi a primeira vez que nos deparamos com a ideia da passagem de migrante para local, e como esses sujeitos mobilizam diferentes redes em que estão inseridos para distanciar e se aproximar de outros sujeitos/grupos. Essa entrevista é um marco em nossa pesquisa, especialmente, para pensarmos o cuidado ao abordarmos determinados temas, como, sobretudo, o da origem. Naquele momento, a inexperiência do pesquisador, fez com que, ao final da fala do entrevistado, um sorriso escapasse, seguido de uma frase: “mas vocês também não são daqui”. A frase gerou grande desconforto entre o casal, mas logo foi contornada pela esposa. *Sra. Enos* naquele momento, ignorando a participação do companheiro e de nossa resposta a ele, que por sua vez também ignorou a constatação do entrevistador, e seguiu lendo seu jornal, retornou seu relato da seguinte forma:

Então como eu estava dizendo, esse pessoal, os migrantes, os nordestinos, eles são diferentes de nós, a gente não era daqui mas virou daqui, já eles não. Eles tem o lugar deles, o povo deles, e nós aqui somos uma família, não de sangue, mas a gente tem os nossos laços (*Sra. Enos*, Junho/2017).

Migrante, essa nomeação síntese, que procura diferenciar “os daqui” dos “de lá”, como buscamos apresentar nas últimas páginas, ofusca e relega um imaginário social, um

¹⁰³ *Sra. Enos* é uma mulher branca, 70 anos, atualmente aposentada. Nossa primeira entrevista, a que fazemos menção no estudo neste momento, ocorreu em sua residência, localizada na avenida Y, em junho de 2017. Na ocasião, nos falou sobre sua trajetória, infância e adolescência no campo, o casamento e a migração do campo para a cidade, seu trabalho como cabeleireira e sua mobilidade pelo tecido urbano orlandino.

campo de disputas e um processo histórico de estigmatização. Sob a capa de migrante, esconde-se o *outro*, o não branco, o não paulista, não ‘desenraizados’, que não possuíam ou não construíram redes familiares ou de amizades, que não dividem os mesmos sentimentos com Orlândia, pois, nela, só buscam o sustento da família que está lá, no lugar onde estão suas raízes, no Nordeste, “[...] considerados como ‘gente de fora’, de outro lugar, ‘fora do lugar’, fora deste lugar (São Paulo). Gente para trabalhos provisórios” (Moraes Silva, 2024b, p. 7). Em contrapartida, o ser local, é, afinal, muito além de nascer no local é se perceber enquanto ‘de dentro’ e se comportar desta forma, expondo na corporalidade, na identidade e na memória o verdadeiro grupo a que pertence (Vetorassi, 2006), assim, ser “local”, como ser “migrante” correspondem a atribuições carregadas de sentidos e significados ligados ao *status*, o qual, por sua vez, se liga ao contexto vivido por eles na cidade.

Migrante/s, essa noção eivada de representações simbólicas que constrói a imagem do nordestino, enquanto o migrante, retirou de outros grupos a mesma característica e os elevou a locais, ela é aprofundada e consolidada, no decorrer do final da década 1990 e início dos anos 2000, momento em que dezenas de nordestinos passam de temporários a permanentes na cidade. Tal perspectiva é pouco contestada pelos nordestinos mais velhos. Conforme nota-se nas narrativas de sujeitos, como *Sr. Alves* e *Sra. Borges*, que chegaram à cidade no final de 1980, mesmo habitando Orlândia a tanto tempo quanto *Srs. Melo* e *Galvão* e as *Sras. Enos* ou *Cordeiro*, em momento algum esses nordestinos buscam colocar-se como locais. Pelo contrário, mantêm inconscientemente a ilusão de provisoriedade de sua estadia (ElHajji & Escudero, 2020).

Conforme pontuado, na última seção do capítulo anterior, de fato, é significativo o número de nordestinos que desejam em algum momento de suas vidas retornarem em “definitivo” para seus espaços de origem, contudo, como também exposto, não se trata de um ciclo que se encerra - por isso o uso de definitivo entre aspas - estes sujeitos, teceram na cidade ao longo das últimas décadas uma rede de relações - trabalho, familiares, amizades e sentimentais. Assim, a “ilusão do provisório”, neste caso e momento histórico abordados - onde esses sujeitos vivenciam situações materiais estáveis, não está ligada ao seu caráter objetivo, mas sentimental, subjetivo.¹⁰⁴ Entretanto, tal ilusão ou desejo, que se efetivará ou

¹⁰⁴ A noção aqui adotada inspira-se no pensamento de Abdelmalek Sayad, que, conforme expõem Veras & Villen (2020, p. 134): “[...] é entendida tanto como uma situação objetiva – na qual o imigrante não consegue se estruturar de forma mais definitiva, no que se refere ao trabalho, moradia, situação burocrática (visto/naturalização) –, quanto uma situação subjetiva que, dentre outros fatores, remete a uma ordem temporal relativa ao estado mental do imigrante, que é obrigado a deixar sua terra de origem e carrega consigo o sonho do retorno e, sobretudo, a uma existência vivida como provisória, como se fosse ‘suspensa’, mas que, na verdade, é definitiva”. A provisoriedade, neste ponto do presente estudo, ou melhor, a “ilusão de provisoriedade”, é entendida mais em seu caráter subjetivo do que objetivo. Contudo, não se ignora este caráter objetivo, sobretudo

não, alimenta e municia os demais grupos para justificar o cabedal de signos que os estigmatizam, especialmente aqueles que ligam as questões do não pertencimento ao espaço e o seu paradoxal “não enraizamento na cidade”.

Sr. Alves: Mas, não sei, eu não brigo, nunca briguei não. A gente não é daqui, eles não são daqui, mas a gente não faz questão. Eu não faço. Se eles querem ser daqui, que sejam, a gente não é, e logo, quem sabe eu volte [risos]. Acho que tão certo, a gente é essas andorinhas mesmo.

Srta. Salvador: Mas o senhor entende? Que o senhor é daqui como eles são, como mais que eles, como mais que o Bruno. Você chegou aqui quando, Bruno?

Entrevistador: Em 2000.

Srta. Salvador: Você se considera orlandino?

Entrevistador: Sim, cheguei com quatro anos, minha vida foi aqui.

Srta. Salvador: Exatamente, como a minha e eu sou daqui também!

Sr. Alves: Que sejam, eu não to nem aí com isso.

Srta. Salvador: É claro que tá! Você se dói quando falam que não é daqui, *que você é migrante!* E como você mesmo já contou várias vezes, esse preconceito já te custou muito.

Sr. Alves: É [Silêncio], vamos mudar de assunto, o Bruno quer saber do trabalho não de quem é ou não daqui, quem é esse migrante [risos]. E do trabalho foi isso, não conseguia por causa do preconceito, aí fui pra cana, e na cana deu certo, e ainda mais porque cada vez mais só tinha piauí, ficou pra gente esse serviço. Era muito serviço, porque aumentou muito a cana aqui e na região, mas em 2000 eu consegui emprego na Comove com ajuda de um amigo que estava lá.

Esse segundo trecho do diálogo com a *Srta. Salvador* e *Sr. Alves*, coloca em destaque os sentimentos íntimos do pai, na verdade, os seus ressentimentos e a contestação, por parte de sua filha, sobre a *perenidade de sua condição de migrante* (Sayad, 1998), entre o ser e o não ser uma “andorinha”. Diante das provocações, e envolvendo o entrevistador, a filha buscou fazer com que o pai relatasse, fosse sincero. Todavia, a resposta do *Sr. Alves* é somente “é”, ele concorda, mas, pelo menos não nesta entrevista, nega-se em seguir com o assunto, *Alves* nos diz que não está “nem aí com isso”, mas a reação de sua filha, em dizer o indizível, de destacar que ele já havia contado, várias vezes, que o preconceito já lhe custou vagas de emprego, revela que o estigma enquanto migrante, não é um tema que não possui importância, pelo contrário, este possui centralidade em sua trajetória, mas opta por ocultá-lo, revelá-lo apenas nas conversas entre a família.

O diálogo nos permite observar, por parte do *Sr. Alves*, uma certa internalização das narrativas que os identificam enquanto migrante. Ao que o relato demonstra, a uma espécie de sentimento de culpa, um sentimento que ele tem de sua inconveniência social, quase como se sua presença naquele espaço fosse ilegal. Por outro lado, sua filha cerra fileiras e contesta

ao levar em consideração historicamente a situação dos sujeitos *permanentemente temporários*, conforme já abordado no primeiro capítulo e será um pouco melhor aprofundado no terceiro. Leva-se em consideração que, conforme exposto na última seção do capítulo anterior, que os nordestinos que optaram por ficar, buscaram dar prosseguimento ou ampliar seus respectivos projetos de vida, projetos esses, que em grande medida, se cumpriram, sobretudo, como já exposto anteriormente, a partir das redes formadas neste espaço que permitiram o rompimento de certas barreiras, especialmente para com seus filhos e filhas.

tal representação, buscando “[...] desmentir a definição dominante que se dá dele e da imigração, indo até o questionamento da representação que se tem dele e que ele tem de si mesmo” (Sayad, 1998, p. 14), contudo, *Sr. Alves*, “[...] tendo entrado como que sub-reptícia e provisoriamente (como eles pensavam) numa sociedade que se sentem hostil, precisam convencer a si mesmos, às vezes, contra as evidências, de que se sua condição é efetivamente provisória” (Sayad, 1998, p. 46).

Na busca por encerrar o tema, *Alves* buscou abrigo na pergunta do entrevistador, retornou ao ponto inicial, quanto às atividades desenvolvidas, quando optou por migrar em definitivo para Orlândia, no início da década de 1990. Se por um lado, sua filha trouxe à baila a trajetória do entrevistador, que também é migrante, para fazer o pai falar e se posicionar frente ao preconceito, por outro, o pai, buscou destacar o interesse do entrevistador, a partir de sua pergunta sobre as atividades desenvolvidas na cidade, para ocultar-se das inquições da filha. Na busca por não causar constrangimento, sobretudo ao *Sr. Alves*, optou-se por seguirmos com o tema trabalho, mas o interesse em saber “quem é esse migrante”, era nítido e foi explorado em outros momentos daquela e outras entrevistas, tanto com ele quanto com sua filha, *Srta. Salvador*.

Migrante, essa nomeação-síntese que separa ‘os daqui’ dos ‘de lá’, como buscamos demonstrar nas páginas anteriores, ofusca um imaginário social mais profundo, marcado por disputas simbólicas e por um processo histórico de estigmatização. Sob a capa aparentemente neutra de ‘migrante’ esconde-se diferentes marcadores sociais. Trata-se daquele que, supostamente, não compartilha laços afetivos com a cidade, não possui redes familiares consolidadas e cuja presença é associada à busca por sustento em outro território, o Nordeste, lugar de suas raízes. Assim, *migrante* condensa uma série de atributos racializados e moralizantes, justificando sua posição como ‘gente de fora’, apta a trabalhos provisórios e socialmente desvalorizados.

Em contrapartida, ser *local* não se reduz ao fato de ter nascido na cidade. Como observa Vetorassi (2006, p. 44), é perceber-se e comportar-se como *de dentro*, manifestando na corporalidade, nas memórias e nas pertencas o grupo ao qual se considera realmente vinculado. Dessa forma, tanto *local* quanto *migrante* são identidades carregadas de sentidos e hierarquias, que operam na produção de status e pertencimento, assim como a questão racial se faz presente, ainda que frequentemente encoberta pelos discursos de naturalidade e origem.

Todavia, não tomamos os nordestinos como agente passivos neste processo, pois a identidade construída e consolidada para esses indivíduos foi apropriada e ressignificada, especialmente, graças às redes de amizades, solidariedades e de sociabilidades formadas por

eles. Essas redes exerceram um papel central na resistência contra os estereótipos e contra o preconceito, também funcionaram como um escudo e permitiram o seu estabelecimento na cidade em momentos posteriores. Haja vista os relatos da *Sra. Assis*, e dos *Srs. Barbosa e Alves*, no início desta seção, que destacaram a importância das redes e laços formados entre nordestinos no período.

É partindo dessa constatação que, ao longo do próximo capítulo, revisitando temas tratados aqui, especialmente as últimas considerações acerca dos processos vivenciados por esses sujeitos, na cidade, que buscaremos nos debruçar no cotidiano e nos espaços de sociabilidade e sua importância, no que tange ao processo de estigmatização, e de contra-estigmatização.

Ao longo deste capítulo, ao nos debruçarmos sobre algumas trajetórias de vida e labor no campo e cidade, além de pontuarmos sobre o já debatido tema das migrações, analisamos as transformações das paisagens rurais e urbanas. Orlândia, como boa parte das pequenas cidades da região da Grande Ribeirão Preto, ao longo do século XX, se constituía enquanto um nó fundamental nas redes de relações econômicas envolvendo o urbano e o rural (Mariano, 2004). A cidade, vivenciava uma dinamização de vários setores da economia, em sua maior parte, ligados às culturas agrícolas como a soja, arroz, café, algodão e cana de açúcar. Havia ali uma confluência do urbano e do rural (Corrêa, 2011).

Contudo, nas décadas finais do século passado ocorreu um intenso processo de desestruturação dos espaços físicos e sociais que acarretaram o despovoamento do campo e a emigração de centenas de sujeitos para sua periferia urbana, alargando significativamente seu tecido a leste e oeste. Isso ocorre, em grande parte, devido a) ao avanço da cana de açúcar nas terras de plantar, que expropriou centenas de sujeitos do campo, processo esse formador das periferias e da segregação sócio-espacial (Gebara, 1992; Marques, 2006); b) o intenso processo industrialização que abriu um leque de oportunidades de emprego no meio urbano, especialmente para a população alijada do trabalho no campo em fins da década de 1980 e c) em virtude das migrações temporárias de sujeitos atraídos pelo setor sucroalcooleiro para o corte da cana que se encontrava em franco desenvolvimento na década de 1990. Notou-se, a partir das questões expostas ao longo deste capítulo que, mesmo que Orlândia, diferente de outras pequenas cidades de sua região, não fosse exclusivamente dependente do setor agroindustrial canavieiro, tal setor, engendrou modificações no espaço, bem como nas relações sociais que ocorrem sobrepostas a ele (Oliveira & Oliveira, 2014).

As migrações, ou melhor, os migrantes, sejam eles paulistas expropriados do mundo rural, paranaenses, mineiros ou nordestinos, que migraram de forma permanente ou por anos

seguiram entre o ir e vir até seu estabelecimento em definitivo, foram responsáveis por significativas alterações dos espaços urbanos. A história oficial da cidade, guardada nas gavetas dos arquivos de aço de seus lugares de memória, bem como exposta nas linhas traçadas por memorialistas como, por exemplo, Catta Preta, ocultam o protagonismo desses personagens, bem como relegam ao campo, o mundo rural, uma imagem de mera “alavanca” para o desenvolvimento urbano e econômico orlandino.

Em nossa leitura, acreditamos que não ocorreu a divisão e sobreposição destes dois mundos, pelo contrário, em concordância com Moraes Silva (1993), houve, uma reestruturação espacial em relação ao campo como em relação às cidades, reestruturação não entendida somente a partir do despovoamento do campo e povoamento das cidades, mas também nos aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais. Produziu-se uma nova “leitura desses espaços”. Catta Preta, a exemplo, diagnosticou tal processo em fins da década de 1980, quando, em entrevista ao jornal local *Folha de Orlândia* (15/11/1989), destacou que em virtude das levas de sujeitos que ali chegavam “[...] nossa cidade vive uma transformação, não só de seu espaço urbano”.

Visando fazer visível o que se ocultou, ao longo deste capítulo, a partir de narrativas que se debruçam sobre as atividades laborais executadas, especialmente aquelas ligadas ao campo mas também pontuando o labor em meio a cidade, especialmente no início do século XXI, reforçamos nossa tese de que os deslocamentos populacionais geraram transformações nos espaços citadinos. Como pano de fundo de nossas discussões, também destacamos que, mesmo com o intenso processo de industrialização da urbe e do campo, não houve um rompimento entre os espaços urbano e rural. Mesmo que Orlândia nos passe a impressão de estar imersa em um “mar de cana”, tendo seus limites urbanos e residenciais delimitados pelas muralhas verdes dos canaviais, a cidade seguiu vivenciando uma confluência entre estes dois mundos. Desta forma, nos esforçamos ao longo deste capítulo em compreender cidade e campo, urbano e rural, não como ou unidades distintas e descontínuas, mas como faces de uma mesma moeda (Ribeiro, 2001). O espaço rural e o espaço urbano são concebidos como partes constitutivas de uma totalidade que se forma na diversidade (Marques, 2002).

Da mesma forma, nossas análises nos permitem complexificar a noção deste espaço como mera “cidade-dormitório”. As narrativas analisadas, colocam em destaque que para além de espaço de habitação, a cidade também foi local da reprodução da força de trabalho, da realização do mercado de trabalho e local onde se exerceu o controle sobre tal força, em grande medida disfarçado “sob o envelope de seus mediadores”. Orlândia, não corresponde a

um todo homogêneo, mas como um espaço social multidimensional (Bourdieu, 1989; Moraes Silva, 1993), que concentrou desde o poder e o controle, a ações de resistência.

Mami diz que porto-riquenhos não são americanos de verdade,
que somos como pessoas que moram juntas sem ser parentes.
Ainda que a gente tenha o mesmo sangue dos negros, é diferente,
porque eles estão no país há centenas de anos.
Isso dá a eles o direito de ser americanos.
Quero saber quanto tempo preciso estar aqui antes de poder dizer o mesmo.
Às vezes, acho que mesmo que passe a vida toda aqui
não vai ser o bastante, e que nunca vou sentir que me encaixo de verdade.

Rachel M. Harper, *Este lado de Providence*, 2024.

Capítulo III

Nas tramas da cidade: trajetórias e experiências em Orlândia

Orlândia não era só a nossa cama não [Risos]. Não era não, a vida era corrida, era mesmo, mas a gente aqui se divertia muito também, não era só trabalho e casa, casa vai pra cana, não senhor, não tinha isso não. Eu, e todos que iam e vinham viram isso aqui crescer e a gente ajudou isso [a cidade] a crescer, a gente é importante aqui, mesmo que o pessoal [locais] digam que não, a gente é! Claro que de começo assim era muito difícil, pra gente era muito, porque a pessoa sem ter um gato, sofria muito para alugar casa, ficar por aqui, mas quem tinha amigos, família, um conhecido que seja não, aí já era mais fácil, mas o que eu quero dizer com isso tudo? É que a gente foi muito importante, foi não [risos], onde já se viu, os piauí, o tal do migrante seu Bruno tá por aqui, não ganhamos até festa? [risos]
(Sr. Chagas, Novembro/2023).

O relato introdutório deste capítulo coloca, em destaque, os temas centrais aos quais gostaríamos de nos debruçar ao longo das próximas páginas. Em síntese, vamos nos deter a respeito da vida e trajetória de nordestinos, em meio ao espaço urbano orlandino, destacando os espaços, suas trajetórias e experiências, os laços e redes, formados para além do/no local de labor, como também quanto às identidades locais, instituídas nessa cidade, e o amplo processo de estigmatização enfrentado pelos nordestinos em Orlândia.

Sr. Chagas ao refletir suas vivências e experiências no tecido urbano, informa-nos que a cidade não foi tão somente espaço de habitação, local de descanso dos trabalhadores que labutavam em meio ao campo. Essa perspectiva, apresentada pelo entrevistado, vai na contramão de certa literatura acadêmica a qual enxerga as cidades de pequeno porte da região da Grande Ribeirão Preto, por exemplo Orlândia, como *cidades dormitórios*. A noção parte da ideia de que essas pequenas urbes desempenharam, sobretudo, uma função habitacional, servindo apenas como locais de descanso para trabalhadores rurais que, na prática, passavam o dia em atividades agrícolas nas fazendas da região. Contudo, tal noção é desfeita, ou melhor, complexificada e ressignificada, quando o entrevistado nos revela que não havia uma separação rígida entre o trabalho produtivo e reprodutivo - “não tinha isso não” -, devido aos dois espaços se encontrarem interligados, em certa medida, eram complementares.

O relato de Chagas nos permite explorar uma das teses de Moraes Silva (1993; 1999a), em especial, aquela em que a autora coloca em debate que tais cidades não devem ser vistas, meramente, locais de descanso, mas espaços preenchidos por várias dinâmicas sociais e laborais. A cidade, na linha de análise da pesquisadora, configura-se enquanto uma unidade, um todo indissolúvel, em que se produzem e reproduzem a vida, o trabalho, o cotidiano, a aceitação e a recusa dos trabalhadores. Fisicamente separados, o e a cidade, eles formam,

contudo, uma unidade social permeada por contradições decorrentes das inúmeras relações de oposição”.

Em síntese, a cidade não é possuidora de uma única função, ou seja, de meramente sediar a moradia dos trabalhadores ou um mero prolongamento do trabalho. Este espaço também se configura como local de mobilização e luta, neste sentido, a cidade não é passiva ou secundária, mas cenário ativo de disputas e conciliações. Orlândia não se resume a local de moradia e descanso, ela configura-se, também, enquanto espaço de vivência, sociabilidade, dominação e resistência.

O relato introdutório reforça, ainda, que conhecer a cidade e *decifrar seus enigmas* não foi uma experiência individual nem solitária. Sr. Chagas destaca um aspecto já abordado neste estudo: as redes de solidariedade formadas pelo trabalho, assim como por familiares, amigos e conhecidos, que desempenhavam um papel fundamental no acolhimento dos recém-chegados. Ele enfatiza que, além dos controladores da força de trabalho, os *gatos*, outros sujeitos cumpriram a função como *anjos da guarda*, estes ajudaram a dissipar os estranhamentos, medos e inseguranças iniciais. Os passos dos nordestinos, que desembarcam no local pela primeira vez, não percorrem Orlândia de maneira aleatória, todavia seguem trilhas e marcas deixadas por outros sujeitos. São trajetórias moldadas pelas experiências de outros, cuja presença, muitas vezes contestada e segregada, manifesta-se não apenas em propriedades e estabelecimentos comerciais, mas também nas redes de sociabilidade visíveis e invisíveis que sustentam as tramas do cotidiano urbano.

Ao refletirmos quanto ao viver em Orlândia, tomamos o cotidiano como palco onde se desenrolam as dinâmicas sociais da cidade. É na vida cotidiana que se desenvolvem condutas subjetivamente dotadas de sentido a partir das significações que se constroem no senso comum e que se institui a complexificação da realidade social (Silva, 2000).

Nosso objetivo não é apenas dialogar com a tese de Moraes Silva, mas também testá-la e ampliá-la, defendendo que os/as nordestinos não foram meros coadjuvantes, e, sim, agentes fundamentais na transformação urbana de Orlândia. Mais do que força de trabalho, eles desempenharam um papel ativo na construção do espaço urbano e na configuração das relações sociais e identitárias da cidade. Em síntese, foram atores sociais responsáveis pela trama que sustenta a vida urbana, onde suas práticas permitem introduzir outros pontos de vista sobre a dinâmica da cidade.

Ao propormos nos debruçar nas análises do cotidiano, buscaremos destacar as relações dinâmicas, as formas distintas de apropriação do espaço, a formação de lugares e o rompimento de fronteiras que demarcam sócio espacialmente a vida urbana. Nossa proposta,

neste capítulo, é destacar que as relações de amizade, solidariedade, criação de laços e redes, assim como as relações de intrigas, brigas e disputas, todas presentes no cotidiano orlandino, construíram, moldaram, delimitaram e transformaram essa cidade.

Enfim, pela análise da trajetória de vida, dos relatos de alguns atores sociais, tencionamos nos voltar às tramas que sustentam a dinâmica urbana. Para, assim, compreender Orlândia, enquanto um espaço dinâmico de sociabilidade, onde as interações cotidianas moldam identidades, moralidades e redes sociais.

Do mesmo modo, ao longo deste capítulo, analisamos algumas estratégias de uso, inserção, bem como da própria ocupação dos espaços urbanos da cidade. A partir da análise em tela, observaremos que a paisagem urbana orlandina é resultado das intervenções, modificações, ocupações e "andanças" de diferentes atores, não se trata de uma cidade, enquanto entidade à parte de seus moradores, pelo contrário, refere-se a um espaço de ação, de encontros e desencontros, local de formação de múltiplas redes e laços que constituem o elemento que, em definitivo, dá vida à cidade.

Laços e redes em construção: locais e migrantes no tecido urbano orlandino

Entrevistador: Porque o Santa Rita?

Sr. Mello: Era mais barato.

Entrevistador: Mas tinha mais opções?

Sra. Gazola: Ah sim, estava pipocando de lugares novos aqui.

Sr. Mello: Mas o Santa Rita estava mais barato. E a gente foi pra lá porque lá no Boa Vista começou a dar muita confusão.

Entrevistador: Como assim?

Sra. Gazola: Como estava chegando muita gente, o pessoal estava meio que invadindo sabe, porque não tinha lugar para todo mundo.

Sr. Mello: E tinha muitos [proprietários] vendendo também, a pessoa que era dono de um sítio em volta da cidade, ele ia e vendia, meio que loteava o terreno dele, aí a cidade estava perdendo a característica dela, de ser tudo planejada.

Sra. Gazola: E não só de quem estava chegando mas da gente mesmo que já estava aqui há algum tempo. Por exemplo, eu e ele, quando a gente casou, a gente não ia morar com a minha família porque já tinha bastante gente na casa.

Sr. Mello: Nem tinha espaço [risos].

Sra. Gazola: Então se você quer seu canto ou você alugava uma casa ou ia procurar um lugar mais para os fundos do Boa Vista.

Sr. Mello: Ia fincar uns palanques e fazer uma casinha.

Sra. Gazola: Mas aí a Prefeitura vendo essa bagunça começa a comprar os terrenos e lotear e até a despejar esse pessoal que ocupou ou comprou irregular, entende?

Sr. Mello: Por isso a confusão.

Sra. Gazola: Aí entra o porquê da gente ir para o Santa Rita, porque lá no Boa Vista começou a ficar caro.

Sr. Mello: Valorizou. Asfalto, água encanada pra todo mundo, valorizou. E aí a cidade foi crescendo e chegando mais gente, mas daí crescendo mais em ordem.

Sra. Gazola: Mas esse começo foi duro.

Entrevistador: Faltava a infraestrutura, isso? Como tinham contado?

Sra. Gazola: Também, mas dava um pouco de medo também.

Entrevistador: Como assim?

Sr. Melo: Não conhecia ninguém, cada um que chegava era de um canto. Uns já eram daqui mesmo [de Orlandia], estavam aqui a um tempo, mas a gente nunca viu.
Sra. Gazola: Mas só no começo, logo foi fazendo amizade.

O relato acima, ponto de partida desta seção, pertence ao casal *Melo* e *Gazola*. A narrativa do casal destaca, inicialmente, que o crescimento da malha urbana orlandina, desde fins do século XX, conforme pontuado ao longo dos capítulos anteriores, deu-se, sobretudo, a leste e oeste de seu marco zero, a Vila Orlando, atual centro da cidade. Essas novas regiões urbanas, até então, compostas de pequenas fazendas e sítios, foram compradas e loteadas pelo poder público e vendidas à população, em especial à recém chegada, e, parte desses espaços passam a ser destinados a projetos de habitação social levados a cabo por empresas como COHAB-RP e CDHU/SP em parceria com a Prefeitura. As medidas implementadas pelo poder público (Executivo e Legislativo) visavam, ao que o diálogo acima indica, evitar o *caos social* (Magnani, 2013a), basicamente no que tange à ocupação irregular dos espaços. Os traçados originais, avenidas e ruas planejadas estavam ameaçados pelas tomadas irregulares nas bordas da cidade.

Esse espraiamento do tecido urbano, após loteamentos e construção de conjuntos habitacionais, que seguiram rigorosamente os “traçados originais” - delimitações precisas das avenidas e ruas, quarteirões padronizados etc. - seria a solução adotada para regularizar e padronizar o crescimento urbano orlandino.

Cabe destacar que o crescimento da malha urbana gerou uma valorização das regiões mais antigas, não somente de seu centro histórico, mas da própria Vila Tatu, atualmente Jardim Boa Vista, região que, até fins da década de 1980, abrigou considerável número de migrantes do mundo rural e de outros estados que se fixaram na cidade de forma temporária e/ou permanente.

O crescimento do tecido urbano, a elevação dos valores de aluguéis e do próprio metro quadrado, fez com que os antigos moradores, especialmente aqueles que não podiam arcar com os altos valores de aluguéis que passaram a ser cobrados. Da mesma forma, os novos moradores que chegavam aos borbotoes, começam a se concentrar nos novos bairros que “pipocavam” pela cidade.

O relato acima se encerra pontuando o que tomaremos como um dos fios condutores desta seção, as redes e laços formados no interior desses novos espaços onde os sujeitos passam a habitar. O novo local de moradia, além da falta de infraestrutura, era marcado pela apreensão, a falta de conhecimento, sobre aqueles que seriam seus vizinhos, geravam sentimentos de medo, propriamente dito.

Contudo, com o passar dos dias, dos encontros espontâneos, entre o ir e vir, pelo caminhar nas ruas e frequentar os mesmos e comuns espaços de lazer, ou seja, festas comunitárias, encontros na igreja, nas filas dos estabelecimentos comerciais, como padarias e mercadinhos, que nasciam nessas regiões, tais encontros cotidianos criavam, aos poucos, laços e redes, senso de comunidade e pertencimento, uma certa identidade.

Na busca de compreender parte dessas relações que se formaram, tomaremos o caminho de analisá-las, com base nas relações de sociabilidade criadas em meio ao cotidiano. Primeiramente, teceremos considerações referente a três populares eventos, todos vinculados à religiosidade católica: as Quermesses, nos extremos da cidade, e uma Festa Junina realizada no Conjunto Habitacional José Vieira Brazão. Destaca-se que tais eventos são definidos por seu valor de uso, decorrente de sociabilidades primárias que reconstroem a vida social nesses espaços. Os eventos são heranças dos modos de vida anteriores, peculiares aos sujeitos que habitavam o mundo rural - e colocam, em destaque, a passagem de um modo de vida a outro, porém, não houve, necessariamente, uma destruição dos traços culturais. Na verdade, há um processo de *destruição-recriação continuado* (Moraes Silva, 2001).

Quanto aos eventos comunitários, como veremos e analisaremos, inscreverem-se enquanto pontos socialmente reconhecidos, são relevantes na dinâmica social e apontam para as práticas que compõem o cotidiano (Silva, 2000). São espaços apropriados que se constituem enquanto chaves de leitura a fim de se compreender as redes, os laços e as identidades formadas nessas regiões.

Ressaltamos, também, que optamos pelos três eventos, por estarem profundamente enraizados na memória coletiva dos sujeitos entrevistados por nós, ao longo dos anos. Embora sejam festas religiosas ligadas ao culto católico, isso não impediu, de certo modo, a agregar outros grupos religiosos, sobretudo evangélicos e espíritas, e não religiosos. Essas festividades foram fundamentais pontos de encontro e desempenharam um papel essencial na construção de laços entre os moradores, fortalecendo um sentimento de pertencimento e unidade. No entanto, veremos adiante que esse mesmo sentimento foi um mecanismo de sistematização e segregação de outros grupos que habitavam essas mesmas regiões.

A quermesse era um negócio lindo, é na verdade. Ela junta todo mundo aqui. Eu acho que foi uma das coisas que fez a gente se juntar sabe. Aqui ninguém se conhecia muito bem de começo. Ela [a Quermesse] começou logo no segundo ano que criaram a Igreja aqui, essa aqui de frente de casa [Santa Rita]. Quermesses já tinham pela cidade, principalmente lá no Centro, aí a gente decidiu fazer a nossa aqui, aqui do bairro, aí era o pessoal que frequentava a Igreja que se juntava e se organizava tudo, e o que ganhava era usado para ampliar e melhorar a Igreja e a praça aqui (Sra. Gazola, Fevereiro/2020).

Hoje eu sou evangélica, mas fui católica por muito tempo. Quando a gente foi para os lados da Vilinha eu até ajudava com a Quermesse que faziam lá na [Igreja] São Francisco. [Que legal, e como era essa Quermesse?] Igual às outras [risos], não tem diferença, é um negócio que a Igreja, a Paróquia organiza, mas é os fiéis que estão ali fazendo e arrumando tudo. A Quermesse ali na Vilinha foi muito importante pra gente [Porque?] Porque se vê, a gente ali, quando se muda não conhecia ninguém, foi na igreja que começou a se ver, quem era vizinho de quem sabe? Aí é nas quermesses que a gente fez muita amizade, porque aí trabalhava junto e tudo mais, aí a gente foi se conhecendo, se tornando amigo, então eu acho que foi muito importante. Mesmo eu sendo evangélica hoje, eu ainda ajudo, faço doações quando pedem algo (*Sra. Enos*, Agosto/2022).

Lazer, Lazer a gente tem muito pouco por aqui, aqui a gente tem as festas grande da Quermesse e tem a minha festinha junina, que não é algo que fica [dura] muito, é mais um vez por ano e só, mas são coisas que são muito importante pra gente aqui, para a vida de todo mundo. Para você ter uma ideia, olha só que coisa, foi depois que eu comecei a fazer a festa junina que eu conheci todos os vizinhos aqui, que fiz amizade com eles, eu já tinha amizade com muita gente, por causa da Quermesse mesmo, porque sempre ajudo lá, mas a festa junina aqui foi até mais importante, porque é o pessoal ainda mais próximo, de casa, vizinho mesmo que virou parte da família (*Sra. Monteiro*, Fevereiro/2021).

As Quermesses de Santa Rita e aquela realizada pela Capela São Francisco de Assis, apresentadas nos relatos das *Sras. Gazola e Enos*, iniciaram-se poucos anos após a criação das igrejas, no início da década de 1990. A primeira encontra-se localizada no Jardim Santa Rita, extremo-leste de Orlândia e, a segunda, em seu oposto, no extremo-oeste (Jardim Julio Bucci).¹⁰⁵

Tratando especificamente desses eventos, nos extremos do tecido urbano orlandino, elas, as Quermesses, não se diferem muito, ambas correspondem a festejos coordenados por organizações religiosas, notadamente católicas, que possuem características marcantes por serem domésticas, comunitárias e terem como intuito a arrecadação de fundos. Todo o montante arrecadado com as vendas de cartelas de bingo e dos produtos das barracas de macarrão, fogazzas, batatas fritas, cachorros-quentes, paçoquinhas, amendoins torrados, pastéis, bebidas (quentão, cerveja, refrigerante e sucos) e doces, são revertidos a construções, reparos, manutenção das igrejas e um “caixa” para a nova Quermesse no ano seguinte.

As solenidades se desenrolavam com o auxílio de seus fiéis, que colaboravam na organização e atuavam ao longo da festa, trabalhando na confecção e venda dos alimentos que iriam ser consumidos, vendendo cartelas do bingo, ajudando com doações de produtos e dinheiro para a realização do evento.

Antes do início das vendas dos produtos e do bingo, é realizada uma missa nas igrejas e, somente após o rito, iniciam-se as atividades. Cabe destacar que, nem todos os

¹⁰⁵ Estes eventos, as Quermesses, correspondem a festejos tradicionais no contexto orlandino. No município observa-se a organização total de cerca de cinco eventos desse tipo, que ocorrem em diferentes pontos da cidade, seja no Centro, Jardim Boa Vista, Jardim Teixeira, Jardim Julio Bucci e Jardim Santa Rita, todas ligadas a paróquias de igrejas católicas, presentes nesses espaços.

frequentadores do evento eram participantes do rito católico, muitos apenas se dirigiam à festa e não frequentavam a missa. As Quermesses, podem ser vistas como um dos mais importantes espaços comuns de lazer nas regiões que agregam, ali, um público, de diferentes idades e credos. Chianca (2007) ressalta que eventos, como quermesses e festas juninas, no contexto brasileiro, possuem uma expressão de festa laica e popular que acabam por servir de importantes espaços de renovação da vida social e seus laços comunitários. Quanto a esse ponto, o relato da *Sra. Gazola* é pertinente:

A quermesse, eu acho que acabou, por não sei, juntar a gente aqui sabe? Eu já disse isso? [risos]. Mas eu sempre falo, porque tinha gente que nunca se viu aqui, aí fez a igreja, a gente começou a ir aqui. Não precisava ir lá no Boa Vista, na [Igreja] Cristo Rei, tinha uma aqui. Aí teve a quermesse, a gente criou ela, era para ajudar a igreja, pra construir, reformar, mas ajudou também a gente se conhecer, e não só os católicos, todo mundo por aqui, não é só católicos que vem na nossa quermesse. Tá todo mundo junto, até quem não vem se acredita que ajuda, doa as coisinhas para fazer (*Sra. Gazola*, Fevereiro/2021).

O relato da *Sra. Gazola*, cotejado, entre outros, com o da *Sra. Enos* sobre a região do extremo-oeste, destaca que esses espaços de festividade e lazer podem ser pensados como locais de erupção de sociabilidades, modos específicos de apropriação do espaço, conceptualização do tempo e vínculos de pertencimentos entre os sujeitos. São ambientes fundamentais para a criação e o fortalecimento de laços de amizade, solidariedade e identidade (Osório, 2017). A realização de eventos comunitários, nos quais os fiéis trabalhavam, conversavam e compartilhavam ideias, permitiu que laços antes inexistentes se consolidassem, transformando vizinhos desconhecidos em membros de uma rede social mais coesa.

No entanto, a fala da *Sra. Gazola* também sugere que a participação na Quermesse ia além dos católicos praticantes, envolvendo toda a comunidade local. Mesmo aqueles que não frequentavam a igreja contribuíam com doações, o que nem sempre significava apoio ao evento, mas a necessidade de garantir sua inclusão na vida comunitária, conforme o caso da *Sra. Enos* que, mesmo após vincular-se a outro credo, segue contribuindo nas comemorações. Assim, a Quermesse, além de espaço de sociabilidade, ainda refletia sutis pressões sociais e dinâmicas de pertencimento que atravessavam o cotidiano desses sujeitos.

A formação de laços e a construção de uma identidade comunitária por meio desses eventos também se manifestam na Festa Junina da Travessa X. Diferente das Quermesses, organizadas pela igreja, essa festividade surgiu a partir de uma promessa feita por uma moradora local, a *Sra. Monteiro*, tornando-se, ao longo dos anos, um evento tradicional da região do extremo-leste orlandino. Assim como as Quermesses, essa celebração além de fortalecer os vínculos já existentes, opera como um espaço de encontro, cooperação e, em

certos aspectos, de inclusão e exclusão, revelando as dinâmicas sociais que moldam o cotidiano dos participantes.

*Sra. Monteiro*¹⁰⁶, mulher branca, com 62 anos, casada, mãe de quatro filhos, atualmente encontra-se afastada em virtude de problemas na coluna e nas pernas, os quais, ela identifica como memórias da “época da panha do café”. *Monteiro* migrou para a cidade de Orlândia, em 1985, até então, vivia no campo junto com a família (marido, filhos e pais) em uma fazenda. Por motivo das pressões, para venda da terra ao vizinho, “um grande” - latifundiário -, tiveram de vendê-la e seguir para a cidade. Preferiram Orlândia, ao invés de Morro Agudo, pelo fato de os irmãos do marido se encontrarem morando nessa cidade, desde fins de 1970, ao que sua narrativa também indica, a família do marido vendeu as terras na região de Morro Agudo também por pressões.

Em Orlândia, trabalhou no campo, sobretudo na colheita do café, e, em fins de 1990, empregou-se como cozinheira em um restaurante no centro da cidade, atividade que manteve até fins da segunda década do século vigente, quando se afastou devido a problemas de saúde, como informado.

Sra. Monteiro é moradora do Conjunto Habitacional José Vieira Brazão, desde 1993, foi uma de muitas famílias sorteadas para ocupar uma das residências naquela região. Reside no local até o presente momento. Ao longo da entrevista, realizada em 2021, narrou com felicidade que a casa era quase sua, faltavam dois anos de pagamento para quitar o financiamento de 30 anos.

No início dos anos 2000, *Sra. Monteiro* acabou sofrendo um acidente de trabalho, machucou a coluna e, segundo ela, “[...] os médicos diziam que existia pouca chance de eu ficar melhor eu ia perder o movimento das pernas”, na véspera de sua terceira cirurgia, ela fez uma promessa a Santo Antônio que, caso se recuperasse de tal acidente, realizaria todos os anos, no mês de junho, uma festa junina. Com a recuperação, *Sra. Monteiro* passou a realizar a festa, inicialmente, com a ajuda da família e, posteriormente, contando com o auxílio de vizinhos e, mais recentemente, do poder público municipal.

Conforme nos narra, o evento a cada ano vem tomando maiores proporções. No início, ela e a família apenas realizavam uma missa em sua residência, rezavam o terço,

¹⁰⁶ Tivemos a oportunidade de entrevistar a *Sra. Monteiro* uma única vez, em sua residência no extremo-leste orlandino. Nossa entrevista, que durou pouco mais de duas horas, consistiu em um relato sobre sua trajetória de vida, da infância e adolescência no campo, de seu casamento, de sua mobilidade do campo para a cidade e das andanças dela e da família pelo tecido urbano. Ponto de destaque em seu relato, sem sombra de dúvida, foi sua narrativa acerca da Festa Junina que organiza desde 2001. *Monteiro* é uma figura muito conhecida em toda a região do extremo-leste, ela foi fundamental para a construção de uma rede de entrevistas com diversos sujeitos em todo a região e fora dela.

levantava os santos¹⁰⁷, e, em seguida, servia aos poucos convidados pipoca, quentão de pinga e bolo, todos feitos por ela. Mas, com o passar dos anos, a atividade foi atingindo um maior público, variou nos alimentos servidos e saiu do ambiente privado, ganhou a Travessa X e parte da Rua 8.

Começou com pouquinho, só pipoca e quentão, mas cada ano foi mais e mais e agora a gente faz de tudo. Tem até vereador que ajuda a gente aqui a fazer, até o prefeito, eles já falaram que isso aqui tá virando tradição. Os vizinho ajudam bastante, cada ano vai aumentado mais, da última vez foi quatro galões de 50 litros de quentão, dois galões desse de canjica, cuz-cuz, amendoim [cri-cri], faço caldo de mandioca com carne moída, batata. Doce, bolo, leite achocolatado, tudo, cada ano aumenta mais. É tudo doado e quando sobra a gente divide com os vizinhos no outro dia. Tudo de graça, tudo, tudo (*Sra. Monteiro*, Fevereiro/2021).

A festa que, em 2025, entrou em sua vigésima quarta edição¹⁰⁸, atualmente, possui “aval” do poder municipal para ser realizada. A Prefeitura autoriza o bloqueio da Travessa X e parte da Rua 8, bem como é solicitada a presença de policiais militares para fazer a segurança do local.

A dinâmica da comemoração é simples. Na parte da manhã e da tarde, do dia 13 de junho (dia de Santo Antônio), os moradores organizam os preparativos do evento, constroem uma grande fogueira, enfeitam a rua (bandeirinhas e cartazes), e dedicam-se no preparo dos alimentos (que foram doados ao longo da última semana). Já na parte da noite, o evento se inicia com uma missa, realizada na Travessa X, com orações de agradecimento à benção alcançada. Após o momento de oração, são erguidos os santos, na sequência, é realizado um casamento na roça, que conta com um par de noivos, um padre (encenado pela *Sra. Monteiro*), e vários casais de jovens vestidos de “caipiras”, logo depois começa a dança da quadrilha.

Essa parte do evento, a encenação e dança, não corresponde a algo improvisado. Os jovens que participam, filhos e netos dos moradores da travessa e de outras partes do bairro, ao longo de algumas semanas que antecedem os festejos, com o auxílio de um adulto, realizam diversos ensaios para tudo ficar perfeito no grande dia.

¹⁰⁷ “Levantar o Santo” na fala da entrevistada corresponde a hastear a bandeira de Santo Antônio. Neste caso, as imagens de Santo Antônio, São Pedro e São João, encontram-se conectadas em um triângulo feito de tiras de bambu, este triângulo após as orações é colocado em um bambu de pouco mais de 4 metros e hasteado ao lado da casa da organizadora. Para uma melhor compreensão e visualização desta prática indicamos o documentário *Tradições do Interior: Festa de Santo Antônio da Família Batê em Tibiriça* (TV UNESP, 2012), disponível na plataforma *Youtube*.

¹⁰⁸ Nos anos de 2020 e 2021 não ocorreu necessariamente uma festa, devido a pandemia ocasionada pelo COVID-19 provocada pelo novo corona vírus (SARS-COV-2). Contudo, como nos relatou a entrevistada de modo informal em 2023, as orações com sua família em sua residência foram realizadas, e na sequência, com ajuda dos filhos e marido, “ergueram os santos” em frente a residência, ela também preparou alguns pratos com produtos servidos nas festas “[...] fiz questão de levar na casa deles, mas entreguei e fui embora, por causa da doença não podia se reunir, mas mantive a tradição”.

Findada a apresentação, é servido aos presentes uma série de pratos típicos: quentão de pinga, bolo de fubá, cricri (amendoim açúcarado), cachorro-quente, cuscuz e pipoca, conforme relatado, no depoimento da entrevistada, em parágrafos acima.

A festa que, inicialmente, surgiu de uma promessa da entrevistada e envolve sua família, aos poucos, acaba por envolver boa parte dos moradores da Travessa e das avenidas e ruas próximas. Para a sua realização, os moradores da localidade e seu entorno se unem, e cada um fica responsável por uma parte, ou seja, a doação de alimentos, a confecção dos pratos tradicionais, a organização e decoração do espaço, os ensaios com os jovens e, após o evento, a limpeza do local.

Além de proporcionar lazer e diversão, a Festa Junina possui grande importância no que tange à criação e aprofundamento dos laços entre os sujeitos. Também, corresponde a um espaço de sociabilidade que, a princípio, observa-se como informal, mas, com o passar dos anos, torna-se formal, institucionaliza-se (Agulhon, 2019), configura-se tradicional. Cada pessoa passa a ter uma função e, a organizadora, *Sra. Monteiro*, coordena todo o evento.

Da mesma forma, no caso das Quermesses, muitos sujeitos não participam diretamente porque os eventos correspondem a festejos de outros credos que não os seus. Porém, mesmo não participando diretamente, a organizadora relata que:

[...] tinha muita doação, pessoal não se negava em dar algo ou até mesmo dinheiro aqui é tudo conhecido que tá fazendo, eles doam porque é tudo amigo né, tudo conhecido, alguns não vem porque são evangélicos e outros porque são espíritas, e alguns porque não gostam de festa ou não são religiosos, mas daí ajuda como pode (*Sra. Monteiro*, Fevereiro/2021).

Assim como nas Quermesses, o relato da *Sra. Monteiro*, em suas entrelinhas, revela-nos que a doação de alimentos e dinheiro para a Festa Junina não era exclusivamente um ato de apoio ou envolvimento direto com o evento, mas uma forma de manter os laços comunitários e evitar um possível distanciamento social. A menção aos moradores que, por motivos religiosos ou pessoais, não participavam da festa, e, mesmo assim contribuíam, reforça a ideia de que essas celebrações extrapolavam o caráter festivo e religioso, tornando-se elementos estruturantes das relações sociais locais. A doação, nesse contexto, funcionava não apenas como um gesto de solidariedade, portanto, era uma maneira de reafirmar o pertencimento àquela comunidade e evitar uma marginalização simbólica dentro daquele espaço social.

A partir da apresentação desses dois eventos, é possível observar como ambos desempenharam um papel central na criação e no fortalecimento dos laços comunitários. Mais do que simples celebrações, essas festas se tornaram espaços de encontro e

pertencimento, onde a amizade e a solidariedade eram cultivadas não apenas entre os participantes ativos, mas também entre aqueles que, mesmo sem envolvimento direto, contribuíam por meio de doações de produtos e dinheiro, não ficando, à margem, as relações firmadas nesses espaços. Esse engajamento, ainda que indireto, evidencia que a unidade comunitária não dependia exclusivamente da presença física nos locais, no entanto, para a manutenção de redes de apoio e cooperação que fortaleciam os vínculos entre os moradores.

Com o passar dos anos, as festividades acabam por englobar novos sujeitos, tanto na realização quanto em público. Muitos de nossos entrevistados afirmaram que, quando seus filhos atingiram uma certa idade os levaram para participar da Quermesse, especialmente para trabalharem nas barracas. Na Festa Junina, os jovens ficam responsáveis pela encenação e dança, com o passar dos anos acabam por assumir outras atividades no evento, como, por exemplo, na preparação dos alimentos. A ocupação das funções por outra geração são comuns em festas comunitárias e, essa passagem para a geração seguinte, acaba por criar e reforçar os laços construídos, e funda uma tradição nas comunidades, além de contribuir para a sua continuidade (Semensatto, 2012).

A sequência e renovação dos eventos, ao longo dos anos, incluindo novos sujeitos, de novas formas de organização e execução das festas, acaba por construir uma memória coletiva aos moradores dessas regiões de Orlândia. No decorrer das entrevistas realizadas com os moradores, em grande parte de suas narrativas, ao ser abordada a temática do lazer e festas, suas respostas são quase automáticas, de modo geral, há uma unanimidade entre eles ao abordarem o assunto.

Tanto as Quermesses quanto a Festa Junina da Travessa X, oscilam entre o polo da cerimônia ritual e o da festividade (Teixeira, 2010), e ambas correspondem a momentos sociais nos quais os homens e as mulheres reafirmam os laços de solidariedade, praticam a sociabilidade, se harmonizam, se unem e, assim, constroem suas identidades sociais (Cruz, Menezes & Pinto, 2008).

Cabe destacar, ainda, que essas redes formadas pelas sociabilidades religiosas acabam por se estender e se consolidar a partir de laços de compadrio, como são os casos das *Sras. Monteiro* e *Sra. Gazola* que apadrinharam filhos de suas vizinhas. Também os contatos entre os filhos da primeira geração que desbrava as regiões, geram redes de parentesco, como por exemplo, os casamentos dos dois filhos homens da *Sra. Sra. Enos* com filhas de vizinhas.

Para além dessas redes e laços, formados pelo campo religioso e as festividades advindas de tal, cabe destacar que outros espaços, como as sociabilidades masculinas em meio aos bares. O Bar do Tonho, um dos primeiros estabelecimentos comerciais, que se

dedica à venda de bebidas alcoólicas no extremo-oeste orlandino, é um caso interessante a se pontuar.

Nossa, lembrei de algo, você perguntou do começo quando vim pra cá [Júlio Bucci]. É engraçado isso. O Antônio [marido], ele assim que a gente veio, com um dinheirinho dos acertos, ele falou: ‘vou montar um boteco’ [risos], eu no começo não quis, eu dizia pra ele: ‘homem isso é perigoso, a gente não conhece ninguém, aqui’, mas ele me falava que não, que ia dar certo e em último caso se tivesse bêbado enchendo saco ele pegava de porrete [risos], o meu Antônio era um negão desse que parecia um armário [risos]. De começo, eu disse que era engraçado, porque o pessoal chegava aqui, ninguém se olhava, todo mundo muito quieto, tomava um pinguinha e logo ia embora, mas disso de se encontrar toda vez, o povo foi fazendo amizade sabe, foi se conhecendo, sendo amigo, eu com o Antonio fomos padrinhos de casamento, de criança de todo o pessoal que começou a frequentar aqui (*Sra. Pinto*, Fevereiro/2020).

*Sra. Pinto*¹⁰⁹, mulher negra, com 67 anos, mãe de três filhos, aposentada e viúva, migrou para Orlândia, no início da década de 1980. Seu marido, Antonio, falecido no ano de 2010, era segurança e caseiro em uma fazenda na região rural de Jardinópolis, em virtude de um desentendimento com o proprietário, foi dispensado. Logo após a demissão, migraram para Orlândia junto aos três filhos. A escolha pela cidade de Orlândia, foi idêntico ao caso da *Sra. Monteiro*, deu-se por causa do convite de familiares.

O marido da *Sra. Pinto*, em Orlândia, logo conseguiu emprego como segurança na empresa Morlan, e ela dedicou-se a trabalhar como doméstica para uma família abastada que residia no centro da cidade. O casal e os filhos foram uma das famílias que, nas palavras do *Sr. Melo*, “ficaram palanques” nas bordas do Boa Vista e ergueram sua casa. Em 1994, foram sorteados para ocupar uma das residências no Conjunto Habitacional Julio Bucci, extremo-oeste, segundo ela, receber uma das casas foi um grande alívio, visto que a residência “levantada” no Boa Vista, por ter sido ocupada de forma irregular, encontrava-se ameaçada, foram avisados de que poderiam ser despejados a qualquer momento. Ambos pedem demissão de seus empregos e, com os ganhos de seus acertos com seus respectivos empregadores, fazem “um puxadinho” na nova residência, que passou a servir como salão para a criação do ‘Bar do Tonho’. Enquanto seu marido dedicava-se no atendimento aos clientes, *Sra. Pinto* preparava salgados e petiscos para a venda no estabelecimento.

A literatura acadêmica, que tem se debruçado sobre sociabilidades masculinas, sobretudo àquelas que envolvem espaços como bares, botecos e botequins, coloca em destaque que tais espaços, são, muitas vezes, percebidos tão somente como uma ameaça à

¹⁰⁹ Tivemos a oportunidade de entrevistá-la uma única vez em sua residência, localizada no extremo-oeste orlandino. *Pinto* migrou para Orlândia na década de 1980, após o companheiro ser dispensado de seu emprego em uma fazenda de Jardinópolis. Sua entrevista é rica, ela nos conta os sabores e dissabores do cotidiano no extremo-oeste da cidade, bem como dedica-se, em boa parte de seu relato, às redes de amizade, solidariedade e intrigas formadas na região.

ordem moral e social, pelo fato de serem locais associados a vícios como violência, criminalidade e prostituição. Contudo, trabalhos recentes têm destacado que esses espaços correspondem a locais multidimensionais e complexos que desempenham um papel crucial na vida social das classes populares, enquanto locais de convivência e lazer. Úria (2003; 2015), por exemplo, contribui para uma compreensão mais equilibrada dos locais de lazer, reconhecendo não apenas como locais de possíveis excessos, mas também espaços essenciais para a interação social e a construção de redes comunitárias. Essa perspectiva é valiosa para estudos referentes a sociabilidades em ambientes similares, evidenciando a importância desses espaços na formação de laços sociais e culturais.

Em algumas dessas áreas, a informalidade é um elemento-chave para facilitar o diálogo e a troca de experiências, o que os torna propícios para criar e reforçar redes de apoio, amizade e cumplicidade. Além disso, o compartilhamento de histórias, brincadeiras e até mesmo desabafos pessoais fazem desses locais verdadeiros centros de integração, onde os sujeitos negociam seus lugares no tecido social.

Os bares e botecos, mesmo sendo marcados por dinâmicas específicas, como a hierarquia de quem frequenta mais ou a delimitação de grupos, desempenham um papel essencial na mediação de conflitos e na criação de vínculos sociais que contribuem para o sentimento de pertencimento à comunidade. Esses espaços se configuram como microcosmos sociais, refletindo e moldando as relações entre os indivíduos no cotidiano das regiões onde estão situados.

Quanto ao Bar do Tonho, identificado no relato da entrevistada, trata-se de um espaço de passagem onde, entre uma cerveja e outra, e entre conversas sobre o tempo, futebol e trabalho, foram forjados laços e redes de amizade, solidariedade e cumplicidade. Essas relações, que também ocorrem nas festividades comunitárias, vão além do lazer: tornam-se estruturantes para a coesão social e o fortalecimento de redes de compadrio, fundamentais para a vida coletiva. No bar, a informalidade das interações permitiu que os frequentadores construíssem vínculos, foi um espaço que ocupou um lugar central na construção das sociabilidades urbanas naquela região, funcionando como importante ponto de encontro onde relações de convivência foram estreitadas.¹¹⁰

¹¹⁰ Outros espaços que ocupam estas mesmas funções no contexto orlandino, mencionados em meio às entrevistas foram: Bar do Gordinho (Brazão), Bar do Smurf (Siena), Bar do Estrela (Santa Rita), Bar do Tuco (Parisi), entre outros, para os chamados “locais”, como também, como veremos na seção seguinte, para os nordestinos, como o Bar do Baiano.

Os espaços de sociabilidade, como festas e bares, são importantes na construção das identidades individuais e coletivas¹¹¹, funcionando como marcos da memória e do pertencimento. Maurice Halbwachs (2006) reforça essa ideia ao afirmar que a memória coletiva está intrinsecamente ligada ao espaço, pois é nele que as lembranças se fixam e se perpetuam. Locais como o Bar do Tonho e eventos tradicionais como as Quermesses e a Festa Junina não são apenas cenários, mas verdadeiros depositários de experiências compartilhadas, permitindo que redes e laços se fortalecessem e beneficiassem a criação de uma unidade, um sentimento de pertencimento que possibilitou o surgimento de uma identidade local. Assim, em síntese, compreendemos que o espaço não apenas acolhe a memória, a estrutura, permite que o passado seja constantemente reconstruído e reafirmado na (con)vivência cotidiana.

No caso em tela, chamamos a atenção para a identidade criada, nesses locais, corresponde a de “morador local”. Ou seja, os laços de amizade, vizinhança e solidariedade, construídos entremeio às missas e festas comunitárias, nas idas e vindas pelos botecos, e entre os apadrinhamentos e casamentos, contribuem para a criação de um certo sentimento de unidade e pertença ao espaço. Neste sentido, o ser “morador local” não corresponde, necessariamente, ao ser nativo do espaço, ou seja, ter nascido na cidade de Orlândia. Mas sim, ao sentimento de pertença criado pelos laços entre os sujeitos com o local em que habitam. Tal identidade corresponde a uma “estrutura de sentimentos”, que é desenvolvida social e historicamente (Pinho, 2004).

Eu não sou nascida aqui em Orlândia, mas me considero orlandina, por aqui que eu construí tudo, casei meus filhos, fizemos nossa casinha, tudo aqui. É aqui que eu tenho os meus amigos, os afilhados, todos eu considero parte da minha família (*Sra. Enos*, Junho/2020).

Não nasci aqui em Orlândia, sou de Minas [Gerais] mas vim pra cá, pra Orlândia há muito tempo, mas eu me considero daqui, porque eu sempre vivi aqui. Aqui eu construí casa, casei algumas vezes [risos], tive minhas crias, e cria dos outros [afilhados]. Construí aqui com a vizinhança, as amizades, aqui é tudo conhecido de anos, é quase família, tudo mundo passou pelas mesmas dificuldades por aqui (*Sra. Leocádia*, Setembro/2021).

Eu não sou natural daqui, daqui de Orlândia, a maioria do pessoal não é, mas só que a gente considera como daqui, entende? Porque todo mundo se conhece a muito tempo, dividiu muita coisa junto, um apadrinho o filho a neta do outro, o filho casou com a filha da vizinha, estávamos juntos na organização da festa, trabalhávamos nos mesmos lugares é isso. Então é gente daqui que construiu isso aqui, então é daqui [risos] (*Sr. Melo*, Fevereiro/2020).

¹¹¹ Por identidade coletiva, partimos da perspectiva de Pollak (1992, p. 207): “[...] por identidades coletivas, estou aludindo a todos os investimentos que um grupo deve fazer ao longo do tempo, todo o trabalho necessário para dar a cada membro do grupo - quer se trate de família ou de nação - o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência”.

As pertinentes narrativas exemplificam parte dessa “estrutura de sentimentos”, que consolidam a noção de pertencimento ao espaço. Levam em consideração o tempo que já estão nesse local, bem como as relações pessoais construídas, graças a vizinhança e o apadrinhamento, da divisão dos mesmos espaços de convívio e dos problemas enfrentados juntos – principalmente as dificuldades geradas pela falta de acessibilidade, infraestrutura e de serviços. Em síntese, essa identidade é sublinhada pela *marca da pessoalidade*, uma junção entre redes de relações pessoais com o tempo de moradia (Prado, 1985). As relações interpessoais nessa região acabam por ser marcadas pela proximidade e pela intensa pessoalidade, o que promove tanto solidariedade quanto tensões.

As recordações que os sujeitos buscam resgatar em suas memórias, correspondem a marcos de união entre os moradores, como também busca-se consolidar um ideal de pertencimento ao espaço. Diante disso, consideramos que a memória não deve ser compreendida, enquanto um mero resgate de informações do passado, mas, sim, uma ressignificação de histórias vividas a partir de uma vivência do presente. A memória é um instrumento social que corresponde a uma construção coletiva. Vincula-se à afetividade das pessoas do convívio social, as lembranças se relacionam aos contextos e às pessoas que estavam presentes neles. Da mesma forma, a memória se constitui por vivências inerentes aos sujeitos e são produzidas em determinadas localidades, em diálogo com os respectivos contextos sociais dos mesmos.

A memória deve ser entendida como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações e transformações que encontram-se em mudanças constantes. Elas são constituídas por marcos variantes e invariantes, e possuem, em vista, determinados acontecimentos que perpassam as vivências dos indivíduos e constituem parte fundante de sua identidade e da identidade de outros¹¹².

Os laços construídos entre os sujeitos, em meio aos espaços de lazer, bem como através das relações de vizinhança, compadrio e do compartilhamento de outros locais de sociabilidades, acabaram por construir e definir esta noção/sentimento de “moradores locais”. Como destaca Smith (2002, p. 213),

[...] trata-se do resultado de um conjunto de relações sociais que passam pela conscientização histórica de pertencer a uma localidade (cujos limites se definem por um grau de relações num mesmo cotidiano, num clima de cumplicidade e relações de vizinhança) [...] Esse sentimento de identidade local fundamenta-se através de representações simbólicas. Na construção de tais ‘representações simbólicas coletivas’ o tempo e a intensidade de vivência no lugar - como o constante cruzar das ruas - são, [...], fundamentais para criar símbolos que retratam a comunidade. Isto é, ela reafirma a centralidade da história local construída, no

¹¹² Em nossa leitura, a identidade constitui-se de três elementos essenciais: físico, temporal e coerência.

processo da criação e imaginação da identidade local, ao dizer que essa construção se dá ‘ao longo da produção da própria vida em comunidade’, e, da história vivida pela comunidade.

Contudo, essas redes e laços que fundam tal identidade também são construídos por meio de dois outros pontos, o primeiro refere-se a tensões e intrigas no interior das regiões e, o segundo, é que tal identidade também se funda a partir de um “outro”, neste caso, o outro corresponde àqueles que não dividem os laços criados, estes outros correspondem aos “recém-chegados” ou aqueles que “iam e vinham”, sobretudo, identifica-se como o/os “outro/os” o/os nordestino/os.

No que diz respeito ao primeiro ponto, gostaríamos de destacar um conjunto de pequenos relatos. Trata-se de fragmentos de narrativas no momento em que as entrevistas se encaminhavam para o encerramento. Ao inquirirmos os entrevistados quanto a possíveis contatos, a fim de prosseguirmos com o estudo naquele momento, eles/as indicavam vários nomes, eram sujeitos que pertenciam às suas redes, contudo, entre esses nomes, também havia aqueles que “não deveriam ser entrevistados”¹¹³.

Aqui tem a dona Antonia, ali na rua da frente, a Joice também é uma boa pessoa para entrevistar, mas a Vanessa não, i aquela mulher ali olha, vou te falar, carne de pescoço, nunca tá nada bom, vai perder tempo, só vai falar mal de todo mundo, velha fofoqueira (*Sr. Melo*, Fevereiro/2020).

Tem o seu Antonio que chegou aqui até antes, mas esposa dele não vale a pena, vai perder tempo, só converse com ele, já me encenquei muito com ela, ela fala muito mal daqui, não sei nem porque mora aqui (*Sra. Leocádia*, Setembro/2021).

Tem um senhor ali pra baixo, [...] aquele se nem perca seu tempo, ele sempre reclamava das nossas festas juninas. Fala da sujeira, do som alto, nunca participou, mas até que doa sempre um pacotinho de pipoca [risos] (*Sra. Monteiro*, Fevereiro/2021).

Segundo os relatos acima, não entrevistar esses sujeitos visava, ao que nos parece, preservar e salvaguardar não só o grupo, mas, principalmente, a memória deles. Temiam que alguns sujeitos os atacassem e/ou os desvalorizassem, poderiam entregá-los, desmenti-los ou desmoralizá-los, não somente de forma individual, mas da própria região/grupo como um todo. Boa parte dos relatos, especialmente aqueles colhidos no extremo-leste de Orlândia, convergiam na indicação de uma senhora como uma das principais figuras “indesejáveis” para uma entrevista sobre a história daquela região e de seus habitantes. É claro que ao ser

¹¹³ Dado o caráter sensível do tema e visando preservar a identidade das pessoas mencionadas pelos entrevistados, optamos por substituir seus nomes por nomes fictícios, bem como ocultar a localização de suas residências.

citada algumas vezes, como figura proibida, gerou-nos certa cobiça por seu relato. A Sra. em questão é *Nenê*¹¹⁴.

*Nenê*¹¹⁵, mulher branca, 76 anos, natural de São Joaquim da Barra, mãe de três filhos e, atualmente, encontra-se aposentada. Buscando em sua memória nos narrou que sempre viveu em meio ao urbano, porém, sempre se dedicou ao labor rural, em São Joaquim, trabalhou na colheita de diversos produtos agrícolas e, em Orlândia, no início, não foi diferente. Migrou para a ‘Cidade das Avenidas’, em meados da década de 1980, quando o marido conseguiu emprego na empresa Brejeiro e, na cidade, após alguns anos, na colheita do café e algodão, conseguiu empregar-se como vendedora em uma tradicional loja de tecidos no centro da cidade, emprego que ficou até sua aposentadoria. *Nenê* viveu no Jardim Boa Vista, desde sua chegada à Orlândia até meados de 1995, quando, junto ao companheiro, comprou um terreno no Jardim Santa Rita e construiu sua casa.

Por mais incrível que possa parecer para nossos entrevistados, em momento algum houve qualquer tipo de reclamação e difamação por parte dela, seja do grupo ou do próprio espaço. Em diversos momentos, valorizou tanto os sujeitos com quem partilha o espaço quanto a própria região. Seu relato convergiu para as agruras compartilhadas com os vizinhos, gerados pela falta de infraestrutura, nos anos de 1990, e a marginalização da população nessa região, sobretudo dos jovens.

Sua entrevista, neste sentido, não se diferenciou dos demais, todos, em menor ou maior grau, identificavam pequenas tensões cotidianas. Brigas, desentendimentos, os comuns “disse me disse” - referindo-se a fofocas. Logo que tais questões eram expostas, como pequenas cavidades nestas relações, na sequência eram tapados, “mas em todo lugar é assim”, “brigava mas já se acertava”, no relato da *Sra. Nenê*, “[...] como eu disse aqui é uma grande família, que família não briga?”.

Os conflitos, ao que nos parece, contribuem para o reforço da memória e da identidade coletiva desses sujeitos, estabelecem um “nós” mais coeso e consciente. Vasta literatura sociológica já bem discutiu os benefícios e os desafios dos “conflitos sociais” para a

¹¹⁴ Utilizamos aqui o nome fictício “Nenê”, inspirado na personagem Dona Nenê, da série brasileira *A Grande Família* (Rede Globo), interpretada por Marieta Severo. A personagem, figura central do cotidiano doméstico e da vida comunitária, é frequentemente associada à ideia de fofoqueira não por maldade, mas em razão de sua posição social e afetiva dentro da narrativa. Visando preservar a identidade de nossa entrevistada, optamos pela utilização desse nome fictício como recurso narrativo.

¹¹⁵ Tivemos a oportunidade de entrevistá-la uma única vez em sua residência. O relato de *Sra. Nenê* é rico em informações sobre a região do extremo-leste, como também sobre os problemas de infraestrutura enfrentados pelas famílias que passaram a residir neste espaço na década de 1990. Seu relato, que durou pouco mais de duas horas, sempre em tom crítico, diversas vezes apontou a falta de investimentos por parte do poder público na região, como também o que caracterizou com uma “perseguição” dos agentes de segurança pública aos jovens.

coesão do grupo, e o modo que as querelas cotidianas podem ser vistas no processo de integração social. No caso aqui pontuado, as fofocas e brigas entre os sujeitos que compartilham o sentimento de “ser morador local” podem ser vistas como formas de reforçar normas e valores do grupo, onde a ideia de que os conflitos são normais em “grandes famílias”, segundo a *Sra. Nenê* menciona, reforçam a narrativa de pertencimento.

Em síntese, observa-se que os laços e redes formados nesses espaços, não estão imunes às tensões, no entanto, elas também sustentam a ideia dessa “grande família”. Assim, embora muitas vezes vistos como elementos desagregadores, podem desempenhar um papel crucial na criação de um sentimento de unidade, pertencimento e identidade coletiva. Ou seja, eles são catalisadores de um processo de reconhecimento mútuo.

Contudo, se por um lado, conforme discutido ao longo das últimas páginas, a identidade de “local” está profundamente ligada às relações de pertencimento, construídas e refinadas pelos laços de vizinhança, solidariedade, participação comunitária e também de tensões, por outro, mediante, já exposto brevemente, ao longo dos capítulos anteriores¹¹⁶, essa ideia ainda se funda em oposição a um “outro”, aquele que é o *migrante*, ou seja, o nordestino.

A diferença entre os “moradores locais” e os “migrantes”, na cidade de Orlândia, revela uma construção simbólica de identidades, baseada em pertencimento, laços sociais, relações de poder, e no processo histórico de preconceito e estigmatização do nordestino e da própria região Nordeste. Ademais, no contexto orlandino, essa diferenciação está profundamente enraizada nas dinâmicas de oposição entre “nós” e “eles”, conforme discutido por Elias & Scotson (2000), onde a identidade de um grupo se fortalece pela existência de um “outro”.

Os chamados “moradores locais” são definidos pela conexão com Orlândia, como sendo o único espaço de pertencimento. Essa identidade foi moldada por processos de desenraizamento, ou seja, a perda de terras e a expropriação, que os levaram a fincar raízes definitivamente na cidade. Segundo relatado pelo *Sr. Galvão*, esses moradores “não têm mais sua terra natal”. Orlândia tornou-se seu único referencial de lar, reforçando uma identidade coletiva baseada na permanência e na falta de vínculos com outros territórios. Trata-se, em muito dos casos, de sujeitos que têm suas trajetórias marcadas por um verdadeiro *exílio*, e não de uma mera migração rural-urbana (Moraes Silva, 1999b).

¹¹⁶ Tratamos sobre este tema no tópico *Ficar (?)* no primeiro capítulo e *Migrantes: do “descarte” à “integração”*, no segundo capítulo.

Em contraste, os nordestinos são considerados migrantes, pois mantêm laços com suas regiões de origem. Esses laços, sobretudo para aqueles que atualmente residem de forma permanente, manifestam-se em visitas esporádicas para festas, funerais e encontros familiares, compra, investimento e manutenção de espaços residenciais ou comerciais em suas regiões de origem etc. Em síntese, tais laços criam e reforçam uma certa impressão de que a presença deles, em Orlândia, é provisória. Tomando as palavras de Sayad (2000d, p. 23), "[...] o retorno está à espera, ao menos em teoria".

A ideia de “retorno” é central na forma como são vistos, mesmo que muitos deles já estejam estabelecidos definitivamente na cidade, desde início da década de 1990, conforme o caso dos *Srs. Alves e Chagas* e da *Sra. Borges*, por exemplo. Os nordestinos são tratados por estrangeiros, tal como Simmel (1992) formulará o termo, ou seja, um viajante que se fixa em um grupo espacial particular, estando próximo, mas ao mesmo tempo distante, não concebido um indivíduo, mas um estranho, dotado de particularidades não comuns.

A estigmatização dos nordestinos, tomando como referência as considerações de Elias & Scotson (2000), é sustentada pela autoestima elevada dos residentes mais antigos, que se percebem os verdadeiros “pertencentes ao lugar”. Contudo, para que esses estigmas se consolidem, é também necessário que os nordestinos aceitem parcialmente essa condição de “migrantes”. Ou seja, não basta por si só a formulação desses discursos, é necessária sua “aceitação”, ou seja, a penetração do estigma social na autoimagem do grupo, em outras palavras, é fundamental o reconhecimento por parte do nordestino como *migrante*.

Nota-se, por exemplo, o uso rotineiro da expressão “migrante”, nos relatos concedidos pelos sujeitos nordestinos, referindo-se a eles próprios, seja por parte das gerações mais velhas ou, com menor frequência, pelos mais jovens. Neste sentido, ressaltamos que não se impõe a noção/identidade de migrante a tal grupo, mas utiliza-se do mesmo vocabulário dos sujeitos entrevistados. Portanto, a expressão/identidade de migrante não é tomada apenas como categoria analítica, mas, segundo representação dos grupos, seja daqueles que *se* consideram como tais, quanto daqueles que *se* julgam assim.

Imbricada a tal noção/expressão, de modo geral, utilizada nos relatos sinônimos de migrante, temos a expressão *piauí*. Tal expressão, assim como a de migrante/s possui uma carga de significação e associação, consoante a uma trajetória histórica, marcada por variações e ressignificações, ao longo do tempo, que remetem a todo o conjunto sócio-histórico da migração de nordestinos para a cidade de Orlândia. O *piauí* é o migrante, todavia, o migrante nordestino.

Tal definição se constrói em um emaranhado de percepções e ações que têm suas raízes na noção/percepção de pertencimento, entretanto aflora em redes de interrelações cotidianas, construindo e desconstruindo identidades (local, migrante, permanente, temporário). A presença de diferentes trajetórias intercaladas tornou difícil, a princípio, a definição de pertencimentos. Com o tempo, em virtude do amadurecimento de nossas análises e coleta de novos relatos, notou-se que pertencer, ser *local* ou *migrante*, conforme discutido anteriormente, por trás de percursos distintos, assinalava-se a aparência de múltiplos pertencimentos e redes.

Não essencializamos as identidades de migrantes e locais, mas as pensamos como construções simbólicas, produzidas e negociadas, segundo interesses, é a relação social que determina essa figura (Simmel 1992; Santos, 2020). Ser *local* ou *migrante*, configura-se, enquanto uma construção envolta em jogos de significados, uma multiplicidade de trajetórias se esconde nessas simplificações (migrantes e locais), encobrem-nas e simplificam o universo de relações presentes nessa cidade (Silva, 2007a; 2007b). Ademais, conforme pontuado ao final do capítulo anterior, um aspecto que se encontra escamoteado nessas simplificações corresponde à questão racial. Embora ela não tenha sido mencionada diretamente pelos entrevistados, salvo algumas pequenas intervenções, como as dos senhores *Alves* e *Melo*, apresentadas no final do mesmo capítulo, certos silêncios, escolhas de palavras e expressões generalizantes, como as próprias noções de ‘piáuí’ ou ‘migrante’, permitem supor que, entremeio às generalizações, outras camadas de sentido possam estar operando, ainda que de forma indireta. Assim, sem forçar interpretações, reconhecemos que esses termos podem carregar nuances não explicitadas nos depoimentos, revelando dimensões que permanecem nas entrelinhas.

Em síntese, a diferenciação entre os moradores locais e os nordestinos em Orlândia é fruto de processos históricos e sociais que estabelecem fronteiras simbólicas entre os grupos. Enquanto os locais se definem, por exemplo, pela permanência, pelos laços e redes, pelo passado em comum de desenraizamento, os nordestinos são vistos como sujeitos "entre dois lugares", cuja identidade é marcada pela possibilidade, real ou imaginada, de retorno ao Nordeste. Tais construções identitárias, simplificam trajetórias e experiências diversas, além de ocultar outras camadas de sentido, que raramente, aparecem de forma explícita nos depoimentos, mas que atravessam, ainda que de modo discreto, essas classificações. Essas construções identitárias não só moldam as relações sociais na cidade, mas também reforçam as dinâmicas de pertencimento e exclusão que estruturam, desde o cotidiano, o mercado de trabalho e imobiliário e, ainda, as redes de lazer e sociabilidades.

A literatura acadêmica que aborda os vínculos entre população local e nordestinos, no contexto paulista, seja na capital ou na região metropolitana, e ainda no interior do estado, desde meados do século passado, possui uma trajetória consolidada e abrangente¹¹⁷. Diversos estudos já se debruçaram acerca dos processos de estigmatização envolvidos nessas dinâmicas sociais nas últimas décadas.

À medida de exemplo, gostaríamos de citar alguns estudos os quais mantivemos diálogos profícuos, ao longo de todas as nossas pesquisas nos últimos anos, são eles: Vettorassi (2006; 2010), Melo (2008) e Costa (2012), que abordam a migração de nordestinos para as cidades de Guariba, Serrana, Ibaté e Morro Agudo, respectivamente, todas localizadas no interior paulista.

Os trabalhos dessas pesquisadoras oferecem perspectivas complementares sobre o estigma enfrentado pelos nordestinos em diferentes contextos do interior paulista. Enquanto em Ibaté e Morro Agudo é ilustrado experiências de marginalização cultural e exclusão social, os casos de Guariba e Serrana mostram como fatores históricos e espaciais podem intensificar ou mitigar essas dinâmicas. Juntas, essas análises revelam que o preconceito contra os nordestinos é um fenômeno multifacetado, que depende de interações entre história, memória e organização espacial.

Vale ainda destacar o estudo de Pereira (2019) que, mesmo não tecendo discussões profundas a propósito das questões que envolvem locais e migrantes, mas, concentrando-se nas atividades de labor de nordestinos, no setor da citricultura e da agroindústria canavieira, dedica-se, também, em analisar o espaço que os nordestinos passam a habitar em pequenas e médias cidades do interior paulista. Através da categoria/noção de “periferia migrante”, Pereira (2019) coloca em destaque como os acampamentos e alojamentos, improvisados nas bordas das cidades, caracterizados grandemente por condições precárias de moradia e infraestrutura limitada, sendo muitas vezes reflexo da vulnerabilidade do trabalho sazonal, dificultam a criação de laços permanentes nos locais de trabalho e residência. Além disso, as “periferias migrantes” são marcadas por uma dinâmica de segregação social e estigmatização, onde os trabalhadores nordestinos enfrentam preconceitos e exclusão.

Partindo dessa literatura que analisa a inserção de nordestinos no interior paulista, sejam eles permanentes ou temporários, no caso de interesse deste estudo, Orlândia, diferente de cidades onde a migração fundou bairros (como João de Barro em Guariba e a “Vila” em

¹¹⁷ É pertinente citar o estudo de Valéria Barbosa de Magalhães, publicado na *Revista de História Oral*, que realiza importante mapeamento de estudos e estudiosos sobre o tema das migrações nordestinas para o estado de São Paulo. Ver: Magalhães (2023a).

Morro Agudo) e, neles, passaram a habitar, formando assim *territórios migrantes* (Paiva, 2004; 2011), ocasionando uma clara e visível segregação espacial, na cidade orlandina, isso não ocorreu, pelo menos não do mesmo modo.

O caso de Orlândia remete, com suas particularidades, ao de Serrana, estudado por Vettorassi (2010), cuja presença e relação entre migrantes de diferentes origens foi mais intensa e próxima, não havendo, necessariamente, uma segregação geográfica entre os migrantes (bairros), mas, uma estigmatização derivada de uma série de discursos que se fundamentaram e ampliaram em estereótipos e preconceitos históricos sobre o sujeito nordestino e sua região de origem.

Em Orlândia, seja a antiga Vila Tatu quanto os novos bairros que “pipocavam” pela cidade, no último quartel do século XX, em sua maioria, eram compostos do ajuntamento de pessoas de origens múltiplas que migram para a cidade por motivos diversos. Conforme narrou o Sr. Melo, ao descrever a população que habitava Orlândia, no momento de sua entrevista, “todos”, para além do centro da cidade, “são migrantes”.

Todavia, embora houvesse tal diversidade nesse tecido urbano que se ampliava a leste e oeste, desde fins do século passado, isso não impossibilitou a criação de discursos que segregaram e estigmatizaram os nordestinos. As redes e laços criados em meio às relações cotidianas por uma miríade de sujeitos com naturalidades diversas, fundou, conforme já exposto, uma concepção de um “nós”, uma identidade de “moradores locais” baseada não necessariamente na naturalidade, mas nas relações de pessoalidade, enquanto aos nordestinos, excluídos de tais redes, passam a ser identificados então com sujeitos “temporários”, foi lhes imposto a noção de serem os “outros”, os não naturais ao local. Em síntese, recai a esse grupo a noção de ser o único taxado enquanto migrante. Neste sentido, isto acarreta, como veremos, uma segregação espacial, seja na delimitação de espaços de lazer quanto da própria habitação.

Mesmo habitando as mesmas regiões, e, em tese dividindo o mesmo cotidiano, os relatos de alguns de nossos entrevistados, que migraram para a cidade, de modo temporário ou permanente, colocam em destaque uma série de exclusões e segregações aos nordestinos.

Como eu disse aqui era difícil achar lugar para morar, não só porque estava chegando muita gente, não é por falta de lugar, é que tinha também o preconceito contra o nordestino, isso tinha sim. No Boa Vista e no Siena a gente conseguiu casa com ajuda do amigo do Manoel, porque senão, não conseguia. Quando ganhamos a casa aqui, essa aqui no Brazão, a gente estava morando em meio que um condomínio, sabe? Acho que foi um dos primeiros que teve aqui na cidade, não era desses alojamentos não, era condomínio mesmo. Mas quando a gente subiu aqui, eu me sentia muito sozinha aqui. Eu disse, não conhecia ninguém aqui e às vezes parecia que o pessoal não gostava da gente, e no fundo, eu não sei te explicar, mas eu acho que isso é com todo piauí aqui, com todos. Até as festas que faziam aqui

pra cima, eu sempre ajudei, mas parece que pra mim, não contava. Eu sempre ia na missa e nunca me convidaram para ajudar nas quermesses, eu e uma comadre minha, que é do Pernambuco, a gente nunca foi convidada. Essa minha comadre, ela tinha primeiro oferecido pra vizinha ser madrinha da menina dela, a mulher não quis, sabia? Que coisa horrível, ele me dizia que tinha tanta vergonha, que até evitava conversar com a vizinha depois disso (*Sra. Borges*, Fevereiro/2020).

Quando eu trouxe a muié [esposa] e as crianças a gente foi morar em uma casa, era bem grande e era bem dividinha, era meio que um condomínio, era ali para os lados de Siena onde tem o Centro de Lazer. Mas aqui de começo as coisas não eram fáceis não. Iiii não era mesmo. Quando eu consegui a casa aqui no Brazão, minha esposa estava grávida, e teve algumas vezes que ela passou mal sabe, e eu fui pedir ajuda para os vizinhos aqui, mas eles sempre davam desculpa, não podia ajudar, teve vezes de eu parar viatura [da polícia militar] e conversar com os policiais e eles levar a gente no hospital, a mulher passando mal, e eles levava, é isso mesmo né essa é a vida da gente, tudo bem. Dava pra ver que eles não queriam a gente aqui, não queriam os paiú aqui, isso é triste sabe, mas por sorte a gente teve uns que ajudavam a gente, gente da gente sabe, nordestinos aqui, os piaui eles falam, teve uns que ajudou [...] Mas aqui era isso (*Sr. Alves*, Fevereiro/2020).

Os dois fragmentos revelam experiências de exclusão e segregação vividas por nordestinos que chegaram a Orlândia no final dos anos 1980 e início dos anos 1990. Apesar de habitarem os mesmos espaços urbanos que outros grupos, seus relatos indicam que a convivência foi marcada por barreiras que dificultavam a integração. A fala da *Sra. Borges* destaca que o preconceito se manifestava de forma sutil, devido a falta de acolhimento e da exclusão de atividades comunitárias, por exemplo, as festas. Mesmo frequentando as missas na Igreja Santa Rita, ou fazendo doações e participando da Quermesse da paróquia, ela nunca foi convidada para participar, ativamente, da organização.

Sua narrativa permite uma comparação desses espaços festivos com a noção de “pedaço”, cunhada por Magnani (1992; 2002; 2013a; 2013b), onde, para ele, tal noção refere-se a locais, pontos de encontro e de passagem, em que pessoas compartilham os mesmos gostos, valores e códigos, formando redes de relações sociais. Para o autor, não basta, entretanto, morar perto ou frequentar com certa assiduidade esses lugares para “ser do pedaço” é preciso estar situado numa particular malha de relações que articula laços de parentesco, vizinhança, procedência etc. Ao que o relato de nossa entrevistada indica, ela, *Sra. Borges*, não “era do pedaço”.

Ademais, ela também percebe a exclusão, a partir de uma rejeição velada, expressa na recusa de uma vizinha em aceitar o convite para ser madrinha da filha de sua comadre, um gesto que simboliza a dificuldade de formar laços sociais mais profundos com os sujeitos que habitavam a mesma região que ela e a comadre. É *Sra. Borges* e seu marido que assumem o apadrinhamento.

Já o depoimento do Sr. *Alves* enfatiza outro aspecto dessa segregação: a dificuldade de obter ajuda em momentos de necessidade. Mesmo em situações emergenciais, como, quando sua esposa passava mal, ele enfrentava resistência por parte dos vizinhos e precisou recorrer até mesmo à polícia para conseguir atendimento médico a sua esposa. Sua narrativa evidencia que, embora houvesse alguns contrerrâneos dispostos a ajudar, a sensação de rejeição era predominante. Ambos os depoimentos apontam para uma exclusão que se manifestava tanto no cotidiano quanto em momentos críticos, criando um sentimento de isolamento entre os nordestinos. Essa exclusão não era apenas material, mas também simbólica, refletida na dificuldade de aceitação por parte de outros sujeitos. Ao se apoiarem em redes de solidariedade entre nordestinos, os entrevistados demonstram que essas conexões foram essenciais para a sobrevivência e adaptação deles na nova cidade.

Os relatos ainda colocam em destaque que eles não foram excluídos somente dos laços e redes sociais, formados nessas regiões, inclusive foram-lhes relegados espaços de habitação específicos, marcados pela falta de infraestrutura e superlotação. Tais lugares ganham a marca de “habitação” e local de “piauí” (no jargão local: *condomínios de piauí* ou *calango palaces*), isolando-os dos demais que habitavam as mesmas regiões. Observa-se, assim, que a migração nordestina produziu ambientes, contornos físicos e sociais, no plano do visível e invisível, que expressam, não somente as marcas da presença de nordestinos, no contexto urbano orlandino, mas também do intenso processo de estigmatização destes, assim como nas cidades de Guariba e Morro Agudo.

Referente à especificidade desses locais de habitação em Orlândia, inicialmente, como a maioria dos sujeitos se deslocava apenas para o trabalho, mormente para o corte da cana, entre as décadas de 1980 e início dos anos 2000, os espaços que habitavam eram galpões e barracões adaptados para servir de alojamentos.

O relato do Sr. *Chagas* é esclarecedor quanto a essas áreas:

Quando eu vinha só para o corte a gente ficava em alojamento em uns barracão, eram uns galpão que o pessoal usava também para colocar a produção de soja e algodão. Os gatos alugavam esses espaços e davam uma maquiada para servir de casa para o migrante do nordeste, para os piauí, vamos no popular né? [risos], Aqui você sabe, a gente usa piauí, nordestino e migrante é tudo uma coisa só [risos]. Mas enfim, eram umas coisas medonhas sabia, os galpões onde o pessoal ficava, eu já fiquei em dois, um ali na divisa entre o Boa Vista com o Siena e outro lá para os lados da Vilinha, perto da Comove, era um negócio assim que é difícil de descrever sem sentir um nó na garganta. Era padrão, todos eram assim como descrevi antes, cozinha e tanque pra fora, e dentro o pessoal tudo. E o frio? O Frio meu deus, o frio. Ainda bem que o sindicato denunciou isso, era um absurdo, era medonho isso (Sr. *Chagas*, Novembro/2023).

De fins da década de 1980 até meados da seguinte, os nordestinos, que chegavam em terras orlandinas para se dedicarem ao labor rural nos canaviais, ficavam alojados em barracões que, até então, eram utilizados como depósitos de produtos, como algodão e soja, por exemplo. Esses locais, diferente de outras regiões da Grande Ribeirão Preto, não se encontravam nas dependências das fazendas (Moraes Silva, 2016), no caso orlandino, os galpões e barracões estavam localizados dentro do tecido urbano, especialmente, nas regiões do entorno do centro da cidade.

Esses recintos eram alugados por mais de um *gato* que alojavam, ali, diferentes turmas de procedências diversas. A estrutura era composta, muitas vezes, de quartos improvisados, onde a separação, a “parede” que dividia cada um dos quartos, era feita por uma lona. Cada “quarto” abrigava ao menos uma dezena de trabalhadores, e não dispunha de camas para todos, o que os obrigava, com o uso dos próprios recursos, a comprarem redes. Os banheiros, ou melhor, o banheiro, no singular, era insuficiente para comportar o número de usuários. Diversos relatos nos informam a precariedade desse espaço em específico, recordando que era comum o entupimento dos vasos sanitários e a queima do chuveiro elétrico, fazendo com que muitos tomassem banho na água gelada. Ademais, o local de preparo de alimentos, a cozinha, bem como a lavanderia (que se resumia muitas vezes em apenas um tanque de lavar roupas), encontravam-se localizados em um “puxadinho” do lado de fora dos galpões.

As características expostas no relato do entrevistado se repetem, sistematicamente, em outras entrevistas. Destaca-se como elemento recorrente, na memória dos sujeitos que habitaram tais espaços, o frio. No mais das vezes não eram somente as camas, colchões e redes que faltavam, não obstante, as cobertas. *Sr. Chagas*, bem humorado, relatou que certa vez “[...] estava tão frio, mais tão frio, que o pessoal gritava um pro outro se juntar [risos], ‘a gente junta as cobertinhas’, a gente caía na risada, que dava vontade dava viu [risos]”. Era comum, a utilização de parte do primeiro salário na compra de cobertores e de outros utensílios e mobílias.

As penúrias e péssimas condições de moradia dos trabalhadores rurais, que migravam à região para o trabalho corte/colheita da cana de açúcar na Grande Ribeirão Preto, eram alvo de denúncias por parte de pesquisadores, desde fins da década de 1980 (Gebara & Baccarin, 1988; Gebara, 1992). Contudo, para o caso orlandino, é somente em fins da década de 1990, a partir das manifestações do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Assalariados, que se denuncia a insalubridade desses locais ao Ministério Público e a Vigilância Sanitária, os quais

passam a ser proibidos¹¹⁸. É neste momento que ocorre um aquecimento no mercado imobiliário orlandino. As usinas, por meio de seus intermediadores (os *gatos*), passariam a alugar residências para alojar os trabalhadores que chegavam para as safras, não mais os alojando em galpões e barracões improvisados. As casas eram alugadas nas novas regiões que nasciam na cidade durante o período, sobretudo pelos baixos valores de aluguéis.

Inicialmente, muitas dessas residências, eram compostas de três a quatro cômodos, incluindo a cozinha. Mesmo contendo uma melhor estrutura, não se diferenciam dos galpões, quase em sua maioria, possuíam, como características básicas, espaços marcados pelo elevado índice de ocupação. *Sr. Barbosa* que migrou pela primeira vez nos anos 2000, dividiu a residência que habitou com mais de vinte companheiros maranhenses: “A casa tinha quatro cômodos, eram três quartos e a cozinha e o tanque de lavar roupa lá fora, no quarto que eu estava eram quatro beliches de três camas, a minha era a última, a de cima, não precisava esticar muito o braço para encostar no teto”. Os relatos dos *Srs. Barnabé e Cardoso* seguem na mesma linha, ambos habitaram locais superlotados, quando migraram pelas primeiras vezes.

O público, nessas residências, como nos alojamentos em barracões, era composto apenas por homens. A dinâmica, nesses espaços, conforme nos relatado, era simples e, na maioria das vezes, consistia em duas situações. No primeiro caso, ocorria uma divisão e revezamento do trabalho doméstico entre todos os moradores do alojamento. A cada semana dois ou três trabalhadores se dividiam entre as tarefas de limpeza da casa e do preparo da alimentação. Quanto à alimentação, aqueles designados para a tarefa eram responsáveis pelo preparo do almoço de todos os demais. Acordavam mais cedo e preparavam as marmitas a serem levadas para os eitos dos canaviais, ainda faziam a janta dos colegas, quando retornassem do labor. Essa refeição, frequentemente, era requeitada, na madrugada, e seria o almoço no dia seguinte.

Na segunda situação, era acordado entre os trabalhadores que um único sujeito ficaria responsável pela alimentação durante toda a safra, geralmente, o “melhor fazedor de boia”

¹¹⁸ Cabe ressaltar que a proibição deste tipo de habitação para os trabalhadores, alojamentos precários, improvisados e superlotados, foi uma tendência também nas atividades da construção civil. Conforme Spolle (2011), analisando o contexto do aquecido mercado da indústria da construção civil na capital paulista na década de 1990, a partir da Norma Regulamentadora n.º 18 (NR 18), os empregadores passaram a ser obrigados seguir uma série de regulamentações que exigiam melhorias nas condições dos alojamentos, sobretudo visando atender critérios básicos de segurança e salubridade. Contudo, no caso analisado, o pesquisador observou que, diferente do caso orlandino, com as exigências de melhorias nas condições dos alojamentos e o consequente aumento do custo da força de trabalho, o setor da construção civil descarta o alojamento. Assim, as melhorias não chegaram a se efetivar, valendo-se o setor de outros expedientes, desta forma, isso fez com que boa parte dos alojamentos desaparecesse (Spolle, 2011, p. 81).

entre eles, enquanto a limpeza era realizada na forma de revezamento, conforme a situação anterior. Nesse segundo caso, ocorre de os trabalhadores pagarem ao cozinheiro, seja em forma de dinheiro, no ato do recebimento de seus ganhos no corte, ou, também, muito comum, passando parte de seus ganhos, alguns metros de cana cortada, a este trabalhador.

Por fim, destaca-se que uma das poucas atividades individuais realizadas, tratava-se da lavagem das roupas, ou seja, cada um era responsável por seus trajes, o de trabalho ou o “de ficar em casa ou sair”. Não era incomum que muitos trabalhadores pagassem a uma pessoa para fazer a atividade. Nesses casos, tal ação, conforme exposto em depoimentos, colhidos ao longo dos últimos anos, era realizada por uma mulher, geralmente nordestina, estabelecida na cidade, já algum tempo, ou auxiliando o companheiro e filhos que trabalhavam no corte da cana. Entre nossas entrevistas, as *Sras. Borges, Assis e Marques* relataram que trabalharam como lavadeiras, *Sra. Borges*, na década de 1990, e as demais, na primeira metade dos anos 2000. Nos três casos, a atividade configurava-se um ofício que visava a complementação de suas rendas, não sendo a tarefa principal realizada por elas.

As despesas com alimentação nos alojamentos eram divididas entre todos. Era muito comum a abertura, quase sempre com ajuda de um *gato*, que emprestava seu nome, de contas conjuntas em mercados. Aos fins de semana, com os ganhos ou ‘vales’ em mãos, somavam-se as dívidas no estabelecimento e cada qual pagava uma parte.

Esses recintos também eram marcados por tensões e pelo controle.

Olha dava muita briga [risos], mas nada muito sério porque o gato sempre dava uma controlada [risos]. A primeira vez que eu vim, a casa que a gente ia ficar não tinha mais espaço, era muito pequena e mesmo assim o gato fez caber quinze pessoas lá, aí ele conversou com outro gato e jogaram eu e mais uns três em uma casa que tinha uns doze pernambucanos, não conhecia ninguém, já de começo a gente se estranhou, porque já colocaram a gente na primeira semana para a limpeza, e depois ninguém queria limpar, queria que fosse de graça, mas o gato resolveu tudo depois. Mas as confusões se davam muito por causa de bebida e comida, tipo a gente dividia o grosso, o arroz, feijão, macarrão e a carne, aí um ia e comprava um iogurte, aqueles de saquinho, aí rolava os roubos [risos], o cabra ia na geladeira e tomava o iogurte do outro [risos], quebravam o pau [risos]. E aí bebida era por causa maldita da pinga [risos], bebiam demais e aí enchia o saco, aí os cara perdia paciência e às vezes até chamava o fiscal, que era o gato, o que contratou a gente, para ir dar um jeito. Mas aos poucos a gente foi se achando, na conversa, ficando amigo, evitando meter o gato nas coisas, tinha que ficar amigo né, se eu sáísse dali eu ia alugar casa? Claro que não, ninguém alugava para piaui aqui não! Mas daí a gente foi se relacionando né, obrigado [risos], por que aqui é o tal do migrante pelo migrante, como dizia um senhor que trabalhou muito com a gente, era piauí por piauí [risos]. Fiz muitos amigos assim, uns viraram irmãos mesmo (*Sr. Barnabé*, Janeiro/2020).

O relato do *Sr. Barnabé*, coloca em destaque, além da organização dos sujeitos nesses alojamentos, brevemente explorado em parágrafos anteriores, algumas das tensões presentes ali. Entre elas cabe destacar, primeiramente, o controle. Como já debatido, ao longo do

capítulo anterior, em especial, ao abordarmos a fala do *Sr. Barbosa* que narrou o caso de seu colega Zelim, punido com um *gancho* de três dias por embriagar-se, os *gatos*/fiscais, também buscavam controlar e regular os comportamentos dos sujeitos em ambientes de descanso e lazer. Menezes (2002) e Menezes & Cover (2012), destacam que os espaços de moradia dos trabalhadores devem ser compreendidos também como locais de controle, ou seja, não são somente voltados ao descaso da faina diária, mas, para se disciplinar o corpo e o tempo dos trabalhadores, a fim de melhor servirem aos interesses de produtividade da usina.

Era rotineira a presença do *gato* não somente quando chamado para mediar algum entrevero entre os trabalhadores, no entanto, uma forma de fiscalizar se estes não estavam “matando tempo” de descanso em bailes e bares, atividade que, além do possível consumo de álcool que produziriam ressacas - que muito bem poderiam ser usadas para se conseguir um atestado - *vide* o relato do *Sr. Barbosa* sobre tal prática, desta forma reduzindo sua produtividade (seja não “subindo no ônibus”, não conseguindo trabalhar em virtude das dores de cabeça e desidratação), ou, também acarretando na sua chegada tarde ao alojamento, mesmo não ingerindo bebida alcoólica, eles dormiriam muito menos que os demais, gerando, assim, uma baixa produtividade em meio ao eito devido ao cansaço e ao sono.

O tempo do trabalhador não deveria ser gasto - “matado” - em meio ao lazer, mas destinado ao descanso do corpo. É claro que aqui não se estava pensando no bem estar desses sujeitos, mas sim em sua produtividade. Conforme relatou *Sr. Alves* certa vez: “[...] para eles o piauí é uma máquina, em casa só tinha que descansar, deitar e dormir para acordar no outro dia pronto para cortar cana, o lazer do piauí tinha que ser a cama”. Assim, a presença dos controladores da força de trabalho, em meio aos alojamentos, corresponde a uma estratégia disciplinar que visava a redução do corpo à energia para cortar a média, a cota estabelecida.

O segundo ponto retratado pelo *Sr. Barnabé* trata-se do nascimento de um certo senso de comunidade entre os alojados. O caso do entrevistado é interessante para nossa análise, mas não único¹¹⁹. *Barnabé* teve sua turma dividida ao chegarem em Orlândia. Isso se deu em virtude de não haver espaço para todos na casa a qual foi alugada por seu recrutador, ele e mais alguns companheiros, foram alojados na residência de uma turma de pernambucanos, a turma em questão era de Zezinho, tio do *Sr. Ferreira*. O entrevistado já havia nos relatado que não conhecia quase ninguém dos piauienses que fazia parte, dividiam apenas o laço de serem

¹¹⁹ *Sr. Alves* nos relatou que era comum a divisão e mescla de turmas pelos *gatos*, interpretamos tal ação com mais uma estratégia que compõe o leque de ações que visavam controlar os sujeitos: “[...] quando eles faziam isso de dividir, que sempre acontecia, era para não deixar o pessoal fazer panelinha sabe, tipo, que os mais antigos ali corrompessem os mais novos, era desse jeito o negócio, para não se desvirtuarem [risos]”.

todos da mesma cidade, sua situação fica ainda pior, pois esse laço foi desfeito ao ter de morar com outras doze pessoas que não sabia nem sequer o nome.

Por pressão da maioria pernambucana, ele e os companheiros piauienses acabaram por ficar responsáveis pela limpeza e preparo das refeições. Ao virar da semana uma nova tensão, os demais negavam-se a se revezar, e não ofereceram a ele e ao colega qualquer tipo de compensação, ou seja, o trabalho seria feito, nas suas palavras, “de graça”. Rompe-se com o acordo pré-estabelecido. Essa tensão é resolvida/mediada pelo *gato*, que impõe o revezamento. Outras crises são expostas no relato, como o consumo de álcool e o “roubo”, ou seja, o uso indevido de produtos que foram comprados de forma individual.

Contudo, com o passar do tempo, esses sujeitos desconhecidos entre si, passam a se conhecer e reconhecer - “migrante pelo migrante”, “piauí por piauí”. São formados laços que, segundo a própria identidade de morador local, funda-se nas relações de convívio, de amizade e solidariedade, criam-se um senso de comunidade, passam até mesmo a se considerar uma família, “irmãos”. Conforme destaca Menezes & Cover (2017), a noção de irmandade, como uma referência identitária, estimula a formarem coalizões, além de atuar como um veículo de controle social do comportamento dos indivíduos. A partir das relações formadas, os entreveros passam a ser resolvidos e mediados internamente, evitando, assim, que a presença do *gato* fosse constante.

Este tipo de habitação coletiva esteve presente em todo o novo horizonte urbano da cidade de Orlândia, desde fins da última década do século passado até a metade da primeira década do XXI, quando ocorreu o arrefecimento da contratação de nordestinos para o corte da cana em virtude do rápido e brutal processo de mecanização desta atividade.

Contudo essas habitações, narrou-nos *Sr. Chagas* que, já no início do século XXI, ápice da chegada de nordestinos para o labor nos canaviais, encontrava-se “com seus dias contados”. Segundo o entrevistado, uma série de tensões começa a emergir entre proprietários e *gatos* e entre *gatos* e trabalhadores. Muitos donos de residências passaram a se negar a alugar suas casas, para servirem de alojamento aos trabalhadores, pois, os gastos despendidos para custear os reparos nas casas, ao final das safras, eram muito altos: “[...] pessoal não queria mais alugar, era muita gente, eles [os *gatos*] socavam muita gente na casa, aí estragava mesmo”. Buscando driblar os prejuízos, muitos proprietários passaram a cobrar os aluguéis “por cabeça” e não mais por imóvel, como até então era feito. Entretanto, isso não agradou aos empregadores, que passaram os custos aos trabalhadores.

Por sua vez, os trabalhadores não aceitam esse novo modelo, pelo menos não nos termos que até então se dava. Os trabalhadores passam a exigir, ao menos, o fim da superlotação dos espaços. Conforme relatou *Sr. Chagas*:

Ano a ano o pessoal passava a cobrar mais e mais, até que os gatos e as usinas, não querendo mais arcar com isso, passam para o rab..., desculpe, passam para o coitado que vem trabalhar aqui. Mas daí a pessoa não queria ficar em lugar lotado, entende? Se vai pagar caro para morar aqui, vai ficar com um monte de pessoa que você não conhece, dava muita confusão, aí o pessoal começa a ver de procurar casas para morar, e é nisso que eu investi essa perna aqui [risos] (*Sr. Chagas*, Novembro/2023).

Sr. Chagas, em virtude de sua aposentadoria prematura na usina onde trabalhou, após um acidente de trabalho, conseguiu uma indenização a qual foi investida na compra de alguns imóveis na cidade. Esses imóveis, comprados especialmente nas regiões periféricas, inicialmente, eram alugados a *gatos* para servir de alojamento para trabalhadores rurais nordestinos que chegavam à cidade para a colheita da safra da cana de açúcar. Conforme nos narrou, ele era um dos proprietários insatisfeitos que decidiu, tomando como referências outros locadores, mudar o sistema de aluguel aos trabalhadores, inicialmente passando a cobrar por indivíduo hospedado (“por cabeça”), mas, em momento posterior, adaptando as moradias para alugar a grupos pequenos e coesos, evitando, assim, a superlotação e possíveis danos às suas propriedades, reduzindo as tensões, sobretudo as brigas.

Boa parte dos lotes na cidade de Orlândia, especialmente aqueles situados nas regiões mais afastadas do centro, como o Jardim Santa Rita, a leste, e o Jardim São João, a oeste, vendidos pela prefeitura, desde o final da década de 1980, seguem um padrão de tamanho. Em geral, medem entre 25 e 27 metros de comprimento por 14 a 16 metros de largura. As residências construídas nesses terrenos, predominantemente meias-águas que ocupam quase toda a extensão do lote, passaram por transformações ao longo do tempo. Antes, essas casas abrigavam um grande número de trabalhadores, muitas vezes desconhecidos entre si, em alojamentos coletivos. Com o tempo, foram adaptadas e ampliadas para acomodar grupos menores, dividindo-se em unidades independentes de dois a três cômodos. Diferente da configuração anterior, esses novos grupos eram mais coesos, compostos por pessoas que já possuíam vínculos pré-existentes em seus locais de origem, seja por laços de vizinhança ou familiares.

Então, como eu estava te contando, depois que começou esse problema com os alojamentos assim, de ter muita gente e tudo mais, e brigas muito sérias, o pessoal aqui, inclusive eu, passa a investir nisso, em casas dentro de casas [risos]. Se pegava uma casa normal assim, aí ampliava ela, acho que fica mais fácil de entender se falar kitnet? que é o que tá na moda [risos]. Ai cada uma dessas casinhas se aluga para grupos menores, isso resolveu várias questões porque o pessoal ficava entre

conhecidos, amigos, parentes e tudo mais, então já resolve as brigas disso (Sr. Chagas, Novembro/2023).

Cabe destacar que não eram somente as brigas que, em tese¹²⁰, eram resolvidas com essa nova configuração, mas também as questões que envolviam os valores pagos aos seus proprietários. O novo modelo de habitação, mesmo não cumprindo com o desejo inicial, que era a cobrança de aluguéis “por cabeça”, permitia um aumento na arrecadação, visto que cada espaço, naquele momento, era composto por diversas pequenas residências e cada espaço passa a ser cobrado como tal. Quanto a esse ponto, o relato do Sr. Alves é esclarecedor:

Quando acabou com esses alojamentos mais amplos assim, de colocar vinte piauá numa casa minúscula, os espertos aqui foram e fizeram os condomínios, era a mesma casa, mas agora mais ampliada sabe, é dividida em várias porções. Os vagabundo cobrava o mesmo valor, a maioria dos gatos pagavam um pouco, davam uma ajuda, eles não né [risos] aí eu menti, a usina, porque gato nenhum ia tirar do bolso, mas no fim das contas o resto era com a gente.

Esse processo de transformação habitacional não apenas mitigou os conflitos decorrentes da convivência forçada entre desconhecidos, mas também representou uma mudança significativa na dinâmica financeira dos aluguéis. A substituição dos antigos alojamentos, superlotados por pequenas unidades independentes, possibilitou aos seus proprietários um novo modelo de cobrança, que, embora não fosse baseado no número de indivíduos por casa, garantiu um aumento na arrecadação. Cada porção criada dentro dessas residências passou a ser alugada separadamente, tornando-se, na prática, uma nova fonte de renda. A fala do Sr. Alves ilustra bem essa transição: ao desejarem o fim do modelo anterior, os proprietários adaptaram os imóveis, ampliando-os e segmentando-os, sem necessariamente reduzir os valores cobrados. Assim, mesmo que os trabalhadores compartilhassem parte dos custos com as usinas que os contratavam, a estrutura de cobrança permanecia vantajosa para os donos das propriedades, consolidando um sistema de moradia que cumpria com o desejo de seus donos, qual seja, a lógica de maximização dos lucros.

Esse novo modelo de moradia não apenas melhorou as condições de vida dos trabalhadores na cidade, seja que no tange o fim da superlotação, como a possibilidade de ocupação desses espaços por um grupo mais coeso - composto geralmente de amigos e familiares - mitigando assim parte das tensões, mas também facilitou e ampliou o processo migratório, especialmente da família dos trabalhadores, incluindo esposas e filhos.

¹²⁰ Usamos tal expressão - “em tese” - porque as brigas e desentendimentos não cessaram por completo. Assim como nos anteriores - barracões e residências amplas - estes novos espaços eram regidos por normas que regulavam a convivência, a ocupação do espaço e o uso de certos equipamentos comuns, como, por exemplo, o tanque, os varais, os latões de lixo etc. Sejam os barracões e as residências superlotadas, que serviam de alojamento, como estas novas habitações, obrigavam pessoas/grupos de diferentes origens e estilos de vida, mesmo que a contragosto, a compartilhar os mesmos espaços, isso por si só gerava tensões, bem como desentendimentos e brigas.

De acordo com os diversos relatos, nordestinos enfrentaram grandes dificuldades para alugar casas na cidade, contudo, com essa reorganização do setor imobiliário, muitos trabalhadores passaram a alugar residências com mais facilidade, não apenas para dividir com companheiros de trabalho ou parentes que chegaram junto para o corte da cana, mas, também, para receber suas famílias, que migravam posteriormente, por conta própria, através dos chamados “cata-ossos”. Além disso, esse novo arranjo permitiu que muitos permanecessem na cidade para além do período da safra, aprofundando assim o fluxo migratório e contribuindo para a consolidação de uma presença mais duradoura no município.

Por fim, um ponto que não pode passar despercebido, no relato do *Sr. Alves*, é o uso da expressão “condomínios”, também presente na narrativa da *Sra. Borges*, em páginas anteriores. Esses locais de habitação eram conhecidos, no jargão popular, como “condomínios de piauí”, todavia, entre nordestinos tal palavra, na maioria das vezes, é sintetizada por “condomínios”. Outro termo, talvez ainda mais popular, sobretudo entre os locais, mas pouquíssimas vezes dito pelos nordestinos, sem ser rechaçado, é o de “*calango palace*”.

Calango palace, lembrei, é assim que muitas casas aqui são chamadas, se já deve ter ouvido falar. Eu não gosto de falar esse nome, porque é uma piada sem graça, eu acho sem graça. Tinha um hotel no centro que era o Palace Hotel, ele era grande, mas os quartos eram pequenos e daí cabia muita gente, na verdade aquilo era um cortiço, era sujo, fedia muito, era horrível. Ai um idiota me veio com essa, os calango palace, que são casas pequenas que cabe um monte de migrante, de piauí dentro, o calango se conhece, é um lagartinho que tem por lá [Nordeste], aí junto essas duas coisas. Idiota né? Mas fazer o que, o pessoal tira muito sarro, um dia um conhecido me disse: ‘se é bom, Chagas, tem muito palaces na cidade’ e caiu na risada, ele tava falando das casas de aluguel que eu tenho aqui, na cidade, no Santa Rita, no Siena, no Bucci e na Vilinha, minhas casas são ótimas, são pequenas não, cada uma vive várias famílias, os alugueis são baixos, aí o pessoal gosta, o pessoal migrante né, porque os daqui não, mas as casas aqui são todas iguais, as fachadas, é só quando se vê o portão aberto que se vê que é um condomínio, de final de semana que tá todo mundo sentado na rua tomando um ar, conversando. Mas tem uns, você não vai acreditar, prefere pagar o triplo do que eu cobro em uns 4 cômodos para alugar uma casa só pra família do mesmo tamanho, só para não ficar nessas casas assim, porque fala que o pessoal tira sarro, se acredita nisso? (*Sr. Chagas*, Novembro/2023).

O comentário do *Sr. Chagas* revela não apenas a origem da expressão “calango palace”, mas os estigmas associados às moradias ocupadas por nordestinos em Orlândia. A procedência da palavra *calango palace*, uma “piada” dos moradores locais que mesclam o nome de um antigo hotel, localizado no centro da cidade, conhecido por suas acomodações minúsculas e precárias - chamado, por vezes, de *cortiço de rico* -, ao calango, pequenos lagartos, como os da família dos *teídeos* ou da família *tropiduridae*, que vivem geralmente no solo ou em pedreiras da caatinga no Nordeste brasileiro, carrega uma carga simbólica e depreciativa. Ao associar as moradias dos nordestinos a um espaço degradado e superlotado,

a expressão reforça uma visão pejorativa, tanto sobre as condições de habitação quanto àqueles que nelas residem.

Este tipo de habitação, que substituiu os antigos alojamentos coletivos, está disseminado pelo tecido urbano de Orlândia e, à primeira vista, não se distingue das demais residências da cidade. No entanto, essa aparente homogeneidade se desfaz no contexto das interações sociais. Segundo aponta *Sr. Chagas*, muitos moradores locais evitam essas moradias, mesmo quando o custo-benefício é mais vantajoso, preferindo pagar valores significativamente mais altos, a fim de alugar casas de tamanho equivalente, apenas para suas famílias. Esse comportamento reflete a força do estigma: mais do que uma escolha financeira, há uma recusa simbólica em compartilhar espaços com nordestinos, motivada pelo medo de serem alvo de zombarias e discriminação.

Por mais que este espaço pareça homogêneo e a paisagem urbana repetitiva, as representações dos grupos - conforme se situam no mundo, classificam a sociedade, estabelecem relações e se apropriam de determinados espaços da cidade -, deram-se de modos diferentes (Silva, 2000). A diferenciação, construída socialmente, revela-se nos momentos de maior visibilidade das residências, como nos fins de semana, logo que os portões se abrem e as dinâmicas internas se tornam perceptíveis.

Assim, mesmo sem marcas arquitetônicas evidentes que as diferenciem de outras habitações na cidade, essas moradias se tornam territórios socialmente demarcados. O preconceito não se inscreve apenas nos discursos, mas também nos deslocamentos urbanos, nas redes de sociabilidade e nas escolhas - ou imposições - habitacionais, reforçando fronteiras simbólicas dentro da cidade. Discutido por Paiva (2004, 2011) e Magnani (1992), são as interações cotidianas que revelam as camadas invisíveis da segregação urbana, na produção de territórios, pedaços e circuitos que delimitam pertencimentos e exclusões dentro, não somente do espaço urbano, mas das redes e laços que formam vida, o viver em Orlândia.

Ao nos determos, ao longo das últimas páginas, a respeito das redes e laços sociais formados entre sujeitos, bem como ao abordarmos os espaços de habitação, objetivamos, primeiramente, destacar as semelhanças e dissimilaridades de Orlândia com outras cidades de sua região. Os relatos colocam em destaque a diversidade dos sujeitos que habitam os novos e antigos lugares na cidade, destacando as múltiplas formas de sociabilidade, estilos de vida, deslocamentos e divergências. As pessoas passaram a conferir vitalidade e vida a uma cidade que se encontrava em construção. É a partir dos novos moradores, que por ali chegam e de suas diversas práticas, que podemos observar as dinâmicas dessa cidade, suas transformações, uma cidade que cresce e se espalha, a contar com atores sociais concretos.

Contudo, os relatos também nos indicam a criação de distinções em meio a esse mesmo espaço. Ao longo dos anos, criou-se, e foi imposta, uma certa homogeneidade entre os moradores, com base nas relações cotidianas. No interior das regiões, especialmente dos novos bairros, que “pipocavam” pela cidade, em virtude das redes e laços formados no interior dos grupos, nascem diferenciações que se materializam na relação de um “nós”. Esses agentes de origens diversas constroem e consolidam uma identidade enquanto “locais”, em contraposição a um “outro”, os “migrantes”, sujeitos identificados como pessoas que possuíam com a cidade o mero vínculo de “lugar de passagem”, de “ganhar dinheiro”, em síntese, eram sujeitos, mesmo que de fato não o fossem mais, *permanentemente temporários*.

As diferenciações, expostas no início deste tópico, foram construídas pelo cotidiano das festas comunitárias e de outros espaços de lazer, também se materializam por meio da estigmatização - histórica, cultural e, sem sombra de dúvida, local - seja do sujeito nordestino quanto de sua região de origem, bem como por uma certa segregação, especialmente aquela ligada aos espaços de habitação.

Em um primeiro momento, negava-se ao nordestino a possibilidade de alugar uma residência própria para si, para colegas, ou familiares que desejassem deslocar-se juntos e na cidade permanecer dessa forma. Esses sujeitos, na maioria das vezes, eram restringidos apenas aos precários espaços de alojamento os quais, além da vigilância e controle constante de seus empregadores diretos, os *gatos*, eram ocupados por pessoas de naturalidade diversa, causando, muitas vezes, uma série de tensões entre eles. Em um segundo momento, destinou-se a eles um tipo específico de espaço, conhecidos pejorativamente como “condomínios de piauí” ou “*calango palaces*”, seja para aqueles que desejavam ficar em um grupo coeso quanto àqueles que traziam suas famílias e na cidade se fixavam, para além do período da safra da cana de açúcar.

É em meio aos encontros cotidianos, nos diálogos entre vizinhos e nos espaços de habitação e lazer que se estabelecem laços e se reforçam vínculos de lealdade e reciprocidade, constroem-se diferenciações, exclusões e estigmatizações. São nessas ações que se tecem as tramas do cotidiano.

Mediante análise dos relatos coletados, ao longo destes últimos anos, conseguimos acompanhar trajetórias de alguns indivíduos, onde, seus trajetos, revelam circuitos formados por diferentes contatos e pontos, entremeio ao trabalho, ao lazer e às práticas associativas (Magnani, 2013ab). Observa-se, assim, que a complexidade do dia a dia revela que os sujeitos participam efetivamente na dinâmica urbana, construindo, ressignificando, em síntese: redesenhando os traçados da cidade.

Se, por um lado, as festas comunitárias, os encontros em templos religiosos, bares e botequins, e outros espaços de lazer e sociabilidade, contribuíram para a criação, o controle e o reforço da identidade local, por outro, muitas vezes, esta se deu às custas da exclusão e estigmatização de um “outro”, os *migrantes*. A estes não foi relegado apenas a marca de não pertencimento à cidade, mas, também, uma série de estereótipos e estigmas, muitos dos quais escamoteados por expressões generalizantes, que geraram certas segregações, como, por exemplo, a delimitação de espaços de moradia.

Todavia, se as habitações coletivas, conhecidas como “condomínios de piauí”, segregaram e estigmatizam os sujeitos nordestinos na cidade, estas também desempenharam um papel central na coesão deles, permitindo o nascimento de relações e redes de apoio. No entanto, foi, sobretudo, nos espaços de lazer e, em especial, nos bailes de forró, que começaram a ganhar força no cenário orlandino, no final da década de 1990, que esses sujeitos encontraram, não apenas um meio de socialização, mas um campo para a construção de laços, redes e formas de resistência frente à estigmatização.

Na seção que se segue, voltamos nosso olhar para os espaços de lazer frequentados pelos nordestinos em Orlândia. Em contraste com o universo do trabalho, particularmente aquele desempenhado nos canaviais, e, em certa medida, com os espaços de habitação, como alojamentos, galpões, barracões e casas residenciais, submetidos às rígidas lógicas do capital, os ambientes de lazer operavam sob outras dinâmicas.

Esses locais possuíam funções que iam além do simples entretenimento. Neles, os frequentadores se reconheciam como portadores de símbolos compartilhados, vinculados a gostos, orientações, valores, hábitos de consumo e modos de vida semelhantes. Entre goles de cerveja e os acordes de Luiz Gonzaga, Aviões do Forró e Calcinha Preta tocados em discos, LPs, fitas e, posteriormente, passando pelos CDs, até ganhar os palcos com shows ao vivo, esses espaços se tornaram fundamentais para o estreitamento de laços de cumplicidade, amizade e solidariedade. Mais do que isso, foram arenas de construção e redefinição de uma identidade coletiva, permitindo a esses sujeitos fortalecerem sua coesão social e, em certa medida, organizarem-se contra os processos de estigmatização que enfrentavam no cotidiano.

Forró: lazer, sociabilidade e identidade

Aqui, pelo menos de começo era trabalhar e trabalhar, foi pra isso que a gente vinha, conhecia pouca coisa, eu mesmo não conhecia ninguém, além do Pedro com quem eu vim, a irmã dele e o Mané. Mas depois aos poucos a gente vai conhecendo a cidade, os lugares e as pessoas também, os amigos eu fui fazendo na turma, no canavial mesmo. Ai ia no barracão deles, ficava lá conversando, jogando dama, tomando uma pinguinha [risos]. De começo é assim, não saía muito aqui não, além

de ir na casa dos companheiros, não tinha tempo. Quando o pessoal chegava nas casas, casas [risos], uns se jogava no chão, deitava no chão gelado para aliviar a câibra, outros só sentavam no termolar [garrafa térmica], ficava com aquele olhar fundo, aquele olhar que se não olha pra nada, aquele olhar que... [silêncio]. Às vezes ficava assim por horas, mas acho que era minutos, ficavam assim borocoxó. Mas daí mudou um pouco, quando era sexta-feira, entrava um e gritava: 'largue mão meu povo, hoje tem forró' [risos], Bruno, o Bruno, não tinha remédio melhor [risos], o olhar voltava, a alma até voltava pro corpo, só pensava no forró, o forró Bruno, tu tinha que ver [risos] não tinha câibra que resistisse a um forró [risos]. De começo, o forró aqui era colocar música naquelas maquinas, sabe? Ali a gente se reunia tudo e festa, nossa, da até saudade, das festas não da época [risos], e depois, que tinha cada vez mais piauí nessa cidade, aí começou de ter os bailes, pipocou de lugar por aqui, trazia gente da gente mesmo pra tocar e cantar, não era mais som, era ao vivo, não falhava um final de semana, mas o forró não era só bagunça não! [...].

O relato que abre esta seção, pertencente ao *Sr. Alves*, concedido em agosto de 2023, corresponde, em grande medida, a uma síntese que aborda diversas dimensões que exploraremos ao longo deste item. Entre elas, podemos citar os desafios e as estratégias de adaptação de trabalhadores migrantes em uma nova cidade. O trabalho exaustivo, o impacto físico e emocional, e a importância do lazer na ressignificação da experiência migratória. Além disso, evidencia-se a maneira que os sujeitos passaram a transformar o espaço urbano, criando novas formas de sociabilidade e pertencimento.

Seu relato se inicia pontuando que seu cotidiano, ao menos no começo, em Orlândia, resumia-se ao trabalho. Boa parte das 24 horas diárias, eram tomadas pela rotina exaustiva de trabalho e do pós-trabalho nos canaviais. Acordando, geralmente, antes do amanhecer, para preparar a comida, seguida da espera do transporte que o levaria até as plantações, hora ou horas que poderiam variar conforme a distância da plantação a ser colhida. Já no canavial, ele e os companheiros se mantinham em constante movimento: andando, cortando e juntando a cana em montes por horas, toneladas diárias, quilômetros andados.

Findado o dia de trabalho nos canaviais, ele e os colegas de labuta retornavam. Assim que chegavam à moradia, eram tomados pelo cansaço extremo. 'Chegar em casa' é marcado por uma certa continuidade do que ficou no canavial, a habitação é tida como um mero espaço para 'se preparar para um novo dia de trabalho', lavar as roupas, deixar o instrumento de trabalho afiado, e, sobretudo, tentar descansar. Era essa a rotina, "trabalhar e trabalhar". O dia de trabalho, toda aquela cana cortada e o dinheiro dela derivado, não são motivos de conquista ou satisfação. O sentimento que ali existe, que repousa entre as paredes das residências, ao que nos parece, era o de cansaço e fadiga. O corpo demonstra à exaustão através das câimbras, e os olhos o sentimento de melancolia. Conforme Moraes Silva (2016, p. 152-153):

A melancolia é a doença da alma, produz o desassossego, o alheamento, a indiferença em relação ao mundo. Do mesmo modo que queimam e cortam a cana,

os trabalhadores queimam e cortam a si mesmos. Muitos afirmam que no final da safra estão reduzidos a bagaço; outros que ficam com os nervos esgotados, sem o suco, tal como a cana’.

A residência, na narrativa do entrevistado, está diretamente associada ao eito, ao mundo do trabalho. O riso irônico ao repetir “casa” revela um descompasso entre a palavra e a realidade vivida, o que se explica por outro momento da entrevista, quando descreve as condições precárias dos alojamentos. Tanto os barracões quanto as residências alugadas nas periferias eram marcados pela superlotação, pela falta de estrutura e pelas tensões entre os próprios trabalhadores. Ao repetir, ironicamente, “casa”, *Alves* expressa que esses espaços estavam distantes do significado afetivo e material que o termo deveria carregar.

Chama a atenção ainda nesse fragmento, a descrição dos companheiros e dele próprio no momento que, em tese, seria o final da jornada de trabalho. Falando acerca das residências, sejam as palavras ditas como as não ditas (os silêncios), observamos mais um lamento do que um relato. Na pausa de sua fala (...), seu olhar se dirigiu a lugar nenhum, e assim ficou por quase um minuto, quando retornou ao relato, o narrador não só descreveu o olhar dos colegas, ao rememorar, o sentimento aflorou, lembrou, sentiu.

Moraes Silva (2024c), em recente comunicação, comentando parte de sua trajetória de pesquisa, em 1985, e narrar os seus primeiros encontros com trabalhadores rurais migrantes do Vale do Jequitinhonha, que se encontravam em um alojamento em uma fazenda de café na região de Ribeirão Preto, além de descrever o espaço e as condições precárias que esses sujeitos viviam ali, destacou que o que mais lhe chamaria a atenção eram esses mesmos olhares, descrito por nosso entrevistado, “[...] olhares, dirigidos a lugar nenhum”¹²¹.

Conforme escreveu a pesquisadora em outro estudo, que parece-nos dialogar exatamente com o relato do *Sr. Alves* e de outros sujeitos entrevistados por nós, as declarações “[...] remetem à estrutura dos sentimentos daquelas pessoas que parecem estar à margem da sociedade”, em suas residências, ou melhor, nos precários alojamentos, localizados nas bordas da cidade, tais sujeitos encontram-se “[...] atrás do palco e das luzes da modernidade” (Moraes Silva, 2015, p. 27).

Contudo, observa-se que a temporalidade, marcada pelo trabalho exaustivo, passou a ser amenizada, ou ao menos ganhar outros contornos, primeiramente, em virtude dos laços de amizade que se criavam em meio ao labor, reforçados nos ambientes de alojamento - através da convivência e dos jogos de cartas e tabuleiro, também pelo consumo de álcool e pelo lazer em ambientes públicos, como nos bares e, posteriormente, nos bailes de forró, que

¹²¹ Ainda, quanto ao encontro da pesquisadora com os/as trabalhadores rurais, indica-se a leitura da entrevista realizada por Magalhães com Moraes Silva. Ver: Magalhães, 2023b.

“pipocaram” pela cidade, sobretudo no início do século XXI, quando a migração de nordestinos, em especial maranhenses e piauienses, atinge seu apogeu.

Conforme já pontuado em outros momentos deste estudo, o labor em meio aos canaviais, para além da dominação e exploração dos trabalhadores, ainda foi palco da conciliação, dissimulação e da resistência, muitas vezes velada, silenciosa e invisível. Nesse ínterim, cabe salientar outros aspectos relevantes a serem destacados, seja partindo do relato do *Sr. Alves* quanto de outros sujeitos, que colocam em destaque algumas dimensões e lógicas ao labor e aos espaços de pós-trabalho.

Olha era duro, se trabalhava que nem um burro de carga no canavial, mas sabia que as vezes eu fico pensando, tomando um cerveja eu fico lembrando, as vezes, só as vezes [risos], me bate um negócio aqui no peito, porque se veja, mesmo com tudo isso, todo os abusos que a gente enfrentava lá, tinha dia que era divertido, eu fiz muitos amigos lá, quando eu sai e fui para a usina, lá era mais sistematico as coisas, num tinha, assim, como posso dizer? De fazer amigos mesmo, amigos eu fiz muito ali na cana. Eu não conhecia nenhum deles, só o cara que me convidou para vir a primeira vez, mas nas outras não, já sabia quem era quem, e isso foi no trabalho que conheci o pessoal (*Sr. Chagas*, Novembro/2023).

Agora calcule, eu não tinha a mínima ideia de quem eram os homens que vieram, conhecia quase ninguém, tinha acabado de voltar para Bacabeira. Foi na hora lá, na cana mesmo que a gente foi se conversando, os mais calejados ajudando os novatos que nem eu, a gente foi se formando, virando não só colega de trabalho, mas amigo mesmo. Tem uns que tão aqui ainda [em Orlândia], outros eu ainda visito quando vou visitar minha velhinha [mãe] (*Sr. Barbosa*, Junho/2023).

O canavial e os lugares de habitação não eram apenas locais de opressão, disciplina e controle, mas também de socialização e formação de laços, especialmente os de amizade, solidariedade e cumplicidade - espaços de “formação”. Foi em meio ao ambiente de trabalho extenuante que muitos trabalhadores criaram vínculos que se estenderiam para além do eito, alcançando e se ampliando por meio dos alojamentos e residências compartilhadas. Nas declarações dos *Srs. Chagas e Barbosa*, essa dinâmica fica evidente.

Chagas expressa uma relação ambígua com o período em que trabalhou no canavial. Embora reconheça a dureza e a exploração do trabalho, ele relembra, “só às vezes” - com um certo saudosismo, os momentos de descontração e, sobretudo, a construção de amizades. Sua narrativa demonstra que a experiência de trabalho na cana, apesar de brutal, permitiu a formação de laços sociais, ao contrário da usina, onde o regime era mais rígido e impessoal. O entrevistado ressalta que a construção dessas relações ocorreu no próprio ambiente de trabalho, mediante a convivência diária e o compartilhamento de desafios e experiências. A repetição da expressão “amigos eu fiz muito ali na cana” reforça a importância desse vínculo, que em certos momentos se sobrepõem e, ao mesmo tempo, se entrelaça, à dureza da realidade laboral.

Barbosa, por sua vez, compartilha uma experiência semelhante, destacando que a socialização se dava no próprio eito. Seu relato enfatiza uma certa dimensão coletiva do trabalho e o papel do auxílio mútuo na construção dos laços de amizade. O processo de integração entre os trabalhadores se dava, muitas vezes, por meio da orientação e do apoio dos mais experientes, o que ajudava os novatos a enfrentarem as dificuldades do labor. Além disso, a referência ao fato de ainda manter contato com alguns desses amigos evidencia a durabilidade dessas relações, ultrapassaram o tempo de trabalho no canavial.

Ambos os depoimentos destacam que o canavial foi um ambiente de construção de vínculos sociais, que, posteriormente, fortaleceram-se nos espaços de habitação compartilhada, como barracões, galpões e casas alugadas. Embora marcados pela precariedade e superlotação, esses alojamentos serviram para estender os laços forjados no trabalho, consolidando uma rede de solidariedade entre os nordestinos. Essa interdependência não apenas suavizavam as dificuldades enfrentadas no cotidiano laboral, mas contribuíam para a construção de laços e redes que são ampliados e reforçados dentro da nova realidade vivida em Orlândia.

Se por um lado essas outras dimensões e lógicas estavam presentes nos locais de habitação e labor, por outro, é inegável o papel do controle, da dominação tanto no trabalho quanto na moradia, inclusive a própria competição entre os trabalhadores. Inúmeras vezes, esses mecanismos se sobrepunham e limitavam outras possibilidades de vivência e sociabilidade. Além disso, o desgaste físico provocado pelas longas jornadas nos canaviais, com frequência, inviabilizava qualquer tentativa de ampliar ou mesmo desejar estreitar os laços sociais.

Entretanto, mesmo para vidas reduzidas a tempo de trabalho - e pós-trabalho, o tempo livre não foi inexistente. *Sr. Alves*, ao abordar os espaços públicos, especialmente os de entretenimento, apresenta-nos múltiplos contornos e sentidos a eles. Assim como o labor e a habitação, seu relato coloca em destaque não somente a existência do lazer, mas, a multiplicidade de significados, dimensões e lógicas desses, nas trajetórias e experiências de nordestinos, na cidade de Orlândia.

O lazer dos trabalhadores rurais nordestinos, nas chamadas “cidades dormitório”, tanto na Grande Ribeirão Preto quanto em suas adjacências, é um tema ainda pouco explorado na literatura. A maioria dos estudos sobre a migração nordestina para o interior paulista concentra-se nas condições de trabalho, enfatizando a exploração e a dominação. Quando o lazer é mencionado, geralmente aparece como algo escasso ou inexistente e figura

apenas como um momento de entretenimento, de alívio de tensões psíquicas e descanso mental.

Entre os muitos fatores que limitam as práticas de lazer, pontuadas por tal literatura, destacam-se as poucas horas de descanso semanal, a ausência de espaços adequados e o controle dos corpos através das rígidas normas disciplinares impetradas pelos agentes de controle das forças de trabalho. Via de regra, o lazer restringe-se aos encontros informais nos próprios alojamentos ou residências, onde conversas, jogos de cartas e tabuleiros tornam-se formas de interação e relaxamento. Outros espaços, especialmente aqueles fora do local de habitação, como os bailes de forró, bares e botequins, são abordados, predominantemente, pelo consumo e significado do uso das bebidas alcoólicas, relegando, a segundo plano, qualquer outra característica a esses ambientes, por exemplo, seu papel na construção e consolidação de redes sociais.

No entanto, o lazer não pode ser reduzido apenas a um mecanismo de reposição da força de trabalho. Para compreender sua real importância, é necessário ir além da concepção tradicional que o restringe a um momento de entretenimento, descanso físico e alívio psíquico. Assim como as moradias dos nordestinos não foram apenas fruto das lógicas do mercado imobiliário e de trabalho, no entanto estiveram marcadas por processos de estigmatização e segregação, o lazer, especialmente aquele executado para além dos limites da habitação, carrega significados e lógicas que ultrapassam a simples distração e alienação.

Dessa forma, partindo das memórias, trajetórias e experiências de ex-trabalhadores rurais nordestinos e de alguns de seus familiares, apresentamos, ao longo das próximas páginas, outras dimensões e lógicas do lazer, mormente daquele vivido nos espaços públicos.

Os discursos desses cidadãos, ao serem situados no plano do vivido, revelam que o lazer assume um papel central na sociabilidade e na *ressignificação da experiência* (Magnani, 1992; 2002), suas práticas concretas estão para além da ideia de que o lazer configura-se tão somente apenas como elemento da reprodução e reposição da força de trabalho, mas também, como: a) locais de construção e fortalecimento de laços sociais, b) de sociabilidades que permitiram a prática de enraizamento social que (re)cria laços de amizade e confiança e c) de discussão e reflexão sobre as experiências em comum e de diálogos que, em certa medida, redefiniram e consolidaram a identidade de *migrante/piauí*. Estes espaços também podem ser lidos enquanto locais do *rompimento*, da possibilidade da *fuga*, de um *espaço outro* que, mesmo que por apenas um momento, possibilitou a eles curarem as feridas, divertirem-se e, ainda, organizarem-se e resistirem. Enfim, tais lugares foram a materialização da possibilidade de superar a melancolia vivida pelos sujeitos, aqueles que se encontravam longe

de suas famílias, ou daqueles que, morando na cidade de forma permanente, sentiam-se deslocados em razão do processo de estigmatização que os colocavam como não pertencentes ao espaço (Pereira, 2024).

Ao realizarmos uma análise mais aprofundada sobre o lazer e as sociabilidades, especialmente aquelas que transcendem os espaços de habitação e trabalho, não apenas destacamos e reforçamos a tese de Moraes Silva (1999a), que aborda a estreita relação dessas com os espaços de labor, e desconstrói a visão simplista de que as cidades, em especial aquelas situadas no cinturão da Grande Ribeirão Preto, configuravam-se apenas meros espaços de moradia e acomodação, também colocamos à prova nossa própria perspectiva. Ao investigarmos as experiências de nordestinos pela malha urbana orlandina, chamando a atenção para o lazer, buscamos colocar em evidência que os trabalhadores não apenas ocupam esses espaços urbanos e os utilizam como reles locais de habitação e lazer, mas os ressignificam e transformam ativamente.

O lazer, em nossa leitura, já explorado na seção anterior, a partir da reflexão das festas comunitárias, emerge sendo um eixo fundamental para a construção de pertencimento, o fortalecimento de redes sociais e a recriação de identidades coletivas. Para os nordestinos, conforme exploraremos a seguir, os espaços de lazer também deixam de ser apenas locais de passagem ou permanência e se tornam territórios de encontro, resistência e reinvenção, e revelam que a presença nordestina é um elemento estruturante das dinâmicas urbanas locais.

Ao apresentarmos, em meio ao Capítulo I, a trajetória do *Sr. Alves* pelo tecido urbano da cidade de Orlândia, em seu mapa ele desenhou uma série de pequenas estrelas espalhadas, “parecia um céu à noite, estrelado”, disse-nos, enquanto desenhava¹²². Cada uma das estrelas amarelas se referia a um espaço público que ele e outros nordestinos frequentavam na cidade de Orlândia. Tratava-se de bares, botecos, botequins e salões que tinham dois pontos em comum, o primeiro, refere-se a quem eram seus frequentadores - majoritariamente nordestinos, e o segundo, a musicalidade que embalava esses ambientes - o forró.

Navegando por sua narrativa, *Sr. Alves* se recorda que, quando chegou à cidade pela primeira vez, 1986, este “céu” ainda possuía poucas estrelas. Destaca a existência, naquele período, de três estabelecimentos, eram eles: o Bar do Alceu, localizado nos limites do centro da cidade com o bairro Boa Vista, o Bar do Baiano, localizado próximo a Rodoviária Municipal e o bar do Tônico, localizado próximo a Comove. Estes espaços eram locais com

¹²² Ver página 83.

rostos reconhecíveis em uma cidade que não era a sua, eram territórios ambíguos formados de referências que incluíam o aqui (Orlândia) e o lá (Nordeste).

Tinha esses três, nossa, era muito bom [risos], ali se chegava, tomava uma cerveja, eu já era da casa, sempre tava no balcão, pedia pro Baiano colocar um fita para tocar, no Alceu tinha aquelas máquinas, era tão bonito aquilo, era de disco. Nesses bares eu fiz muitos amigos, muitos mesmo. Era de tudo que é parte do lá do Nordeste. Ali tudo era piauí, era tudo o tal do migrante como eles diziam [risos] (Sr. Alves, Agosto/2023).

Partindo de seu relato, conseguimos apresentar e construir uma “imagem” desses recintos, ou melhor, sua arquitetura e estrutura. Conforme sua descrição, que em muitos aspectos se assemelha ao bar do falecido esposo da *Sra. Pinto*, esses locais eram compostos de um salão, que estava localizado na parte da frente da residência de seus proprietários. No espaço, ao fundo, encontrava-se o balcão, uma salgadeira e os *freezers* ou geladeiras para as bebidas, no seu entorno, eram dispostos uma série de mesas e cadeiras, de plástico ou de ferro que, dependendo do tamanho do salão, poderiam variar em quantidade. O balcão, geralmente era espaço privilegiado dos mais “chegados” do proprietário, quer dizer, para os clientes assíduos. Nesses espaços, além dos risos e conversas, era comum a presença de aparelhos de som como toca-fitas, *jukebox* (máquinas de música) ou *mini systems* (aparelhos de som compactos), que reproduziam discos, CDs e fitas. Esses dispositivos preenchiam o ambiente com diversas sonoridades, mas, destaca-se as canções de forró.

Conforme abordamos, o entrevistado acerca dos espaços de lazer, no ambiente público orlandino, no ano de sua chegada até seu estabelecimento em definitivo, em 1993, seu relato, em um primeiro momento deixou crer que eram apenas três espaços de entretenimento público existentes na cidade (Bar do Baiano, Bar do Tonico e Bar do Alceu). No entanto, a conversa avançou, percebeu-se que não se trata de uma limitação na quantidade de bares ou botecos existentes, mas sim de uma divisão social e territorial desses espaços.

Entrevistador: Então tinha esses três lugares quando o senhor chegou aqui?

Sr. Alves: Sim, esses três [silêncio], não, bar nessa cidade é o que não faltava [risos], eu digo bar de piauí, eram esses três.

Entrevistador: Como assim?

Sr. Alves: Boteco que piauí frequentava eram esses três.

Entrevistador: Entendi, então tinha outros?

Sr. Alves: Tinha muitos, mas não dava para ir, a gente não era bem vindo.

Entrevistador: Como assim?

Sr. Alves: Pessoal olhava de cara feia, não atendia direito. Era complicado. No fim das contas cada um tinha o seu canto, o pessoal daqui, ou os que chegaram aqui para Orlândia antes, entende? Ai esse pessoal faz as suas amizades, os seus amigos, junta as famílias. Ai não tem como a gente ir em um lugar assim, porque bar tem sempre o freguês mais antigo, pessoal que se conhece, aí chega alguém lá estranho o pessoal já fica meio assim, receoso. Aí no fim das contas a gente tinha um lugar destinado para gente, que nem as casas aqui. Um lugar que a gente sempre frequentava, que mesmo que a gente era desses que vinha só para trabalhar teve

muitos que ficavam, muitos, e esses seguiam indo nesses bar, tipo o do baiano, o do baiano sempre foi nordestino lá.

Embora houvesse muitos estabelecimentos comerciais, exceto os mencionados por ele, espalhados pelo tecido urbano orlandino, outros bares não foram citados, inicialmente, porque eram locais onde os nordestinos não eram bem-vindos. O depoimento de *Alves* sugere que esses espaços estavam marcados por uma lógica de pessoalidade e pertencimento, em que redes de relações interpessoais e tempo de moradia definiam a composição do público frequentador (Prado, 1985). Os laços entre clientes habituais, construídos ao longo dos anos, tornavam difícil a entrada de novos grupos, devido não compartilharem da mesma origem ou trajetória. Essa perspectiva ganha maiores tonalidades quando recordamos o relato da *Sra. Pinto*, apresentado na seção anterior, ao descrever as relações criadas entre sua família, inclusive seu falecido marido, com frequentadores de seu estabelecimento. Ali não se forjaram somente amizades, mas redes de solidariedade e laços familiares, como o apadrinhamento.

Nas descrições da entrevistada, apresentadas anteriormente, ela também deixa entrever as mesmas questões que *Alves*, isto é, a dinâmica dos bares foi marcada por hierarquias sociais e territoriais que determinavam quem pertencia a determinado espaço. Os frequentadores antigos, muitas vezes moradores estabelecidos de Orlândia em períodos anteriores, ocupavam um lugar de precedência, tornando difícil a inserção de novos chegantes.

Para o *Sr. Alves*, essa exclusão estava diretamente ligada à condição de o nordestino, como um sujeito em trânsito, marcado por uma presença pendular na cidade. Uma vez que muitos se deslocavam para a cidade, a fim de apenas trabalhar por temporadas na lavoura, e estavam sempre "indo e vindo", não estabeleciam a mesma assiduidade nos espaços de sociabilidade que os moradores mais antigos ou aqueles que migraram de forma permanente. A falta de permanência resultava na negação de suas presenças em determinados bares, consolidando a segregação entre "os de fora" e "os de dentro" (Elias & Scotson, 2000). Essa estrutura criava uma divisão implícita, onde os nordestinos recém-chegados, bem como aqueles que "iam e vinham", ou seja, que não "fincavam raízes em definitivo", utilizando a metáfora comum no relato dos locais, encontravam resistência e olhares desconfiados, ao tentarem ocupar os ambientes.

Dessa forma, o depoimento de *Alves* evidencia um processo de segmentação espacial, em que determinados bares passaram a ser reconhecidos como pertencentes ao público

nordestino. Esses locais não surgiram de maneira espontânea, mas podem ser lidos tanto como uma resposta à exclusão quanto por um potencial público a ser explorado.

Sabe que o bar do Baiano ele criou porque ninguém, queria deixar ele beber pinga aqui [risos], assim o falecido dizia, se bem que o pessoal tirava sarro e diziam pra ele: ‘largue de mentir sem vergonha, abriu porque queria pegar nosso dinheiro’ [risos], ele caía na risada (*Sr. Alves*, Agosto/2023).

Ignorando a motivação em si, tais espaços tornaram-se refúgios onde nordestinos podiam estabelecer redes de sociabilidade e fortalecer laços. O Bar do Baiano, por exemplo, transformou-se em um dos principais pontos de encontro dos nordestinos, consolidando-se em um espaço cultural e também identitário. Ao longo dos relatos, esses e outros locais são apresentados enquanto ambientes de acolhimento e reprodução cultural para aqueles que chegavam sem conhecer ninguém. Assim, o bar não era apenas um local de consumo de bebidas, mas um núcleo social onde nordestinos podiam encontrar conterrâneos, construir amizades e criar redes de apoio.¹²³

No ínterim dessas discussões, vale apresentar um fragmento do relato do *Sr. Chagas*, que aborda uma situação enfrentada por ele, na primeira vez que migrou para a cidade de Orlandia, no início da década de 1990:

Aqui, como eu disse, não conhecia ninguém, nem no barracão e muito menos na cidade. Uma vez, olha a situação, eu cheguei do canavial, aí estava sem cigarro, saindo do alojamento eu perguntei para um companheiro ali, onde eu comprava, ele falou que na rua de cima tinha, aí eu fui, chegando ali tinha dois bares, bem pequenos, quando eu entrei, o pessoal até parou de conversar, parece que até a música parou [risos]. O pessoal ficou tudo me encarando, aí pedi o cigarro o dono ali nem me olhou, só disse que não tinha, eu vi numa mesa ao fundo que tinha, mas não falei nada, saindo ali fui no outro, quase do lado, consegui comprar o cigarro, chegando no barracão contei para os colegas lá, um disse bem assim: ‘foi no lugar errado Chagas, lá não é lugar de piauí’ e deu risada. Imagine, Bruno, os caras não quiseram atender, no outro não, o cara já puxou assunto ficou tempo conversando comigo, eu sempre ia lá, lá era bem divertido, o cara sempre colocava um forró, desse mais tradicional para o pessoal escutar, atraiu muito piauí ali para esse bar. O pessoal do meu barracão só ia nesse lá [...] (*Sr. Chagas*, Novembro/2023).

Nota-se que o desconforto do *Sr. Chagas*, ao entrar no primeiro bar, é evidente: o silêncio repentino, os olhares fixos e a recusa em atendê-lo demonstram um ambiente hostil, onde sua presença não era bem-vinda. Esse momento marca um ritual de exclusão, no qual ele percebe, de maneira abrupta, que certos espaços, na cidade, já estavam "marcados", ou, nas palavras do *Sr. Alves*, “destinados” a grupos específicos. A resposta de seu colega – “foi no lugar errado, Chagas, ali não é lugar de piauí” – evidencia que essa divisão já era compreendida e naturalizada por outros nordestinos, indicando uma segregação consolidada.

¹²³ Além disso, o depoimento do *Sr. Alves* permite traçar um paralelo entre a segregação dos espaços de lazer e a segregação habitacional já discutida anteriormente. Assim como os nordestinos foram sendo direcionados a determinados bairros e tipos de moradia, o mesmo ocorreu nos espaços de lazer. A construção de espaços “destinados” aos nordestinos reflete um processo maior de diferenciação social e territorial dentro da cidade.

Cabe destacar que, em ambos os relatos, seja de *Alves* quanto de *Chagas*, para além das discussões acerca da segmentação dos espaços de lazer ou as tensões presentes nestes, os entrevistados também narram a potencialidade dos estabelecimentos na formação de redes de sociabilidade entre os sujeitos. O Bar do Baiano ou o segundo bar que *Sr. Chagas* visitou se tornam pontos de encontro, lazer e sociabilidade de nordestinos no contexto urbano orlandino.

O processo de exclusão deu origem a uma reconfiguração dos espaços, nos quais os nordestinos passaram a criar seus próprios lugares de sociabilidade. Esse procedimento coloca em destaque a criação de laços sociais e redes formadas entre os sujeitos. Na descrição de *Alves*, os desconhecidos, com o tempo e o contato em meio ao lazer, tornam-se conhecidos, amigos, pois, identifica-se, nesses espaços, pessoas que dividiam trajetórias em comum: “Alii tudo era piauí”, “era tudo o tal do migrante”.

Esse ponto é fundamental para compreendermos a formação e transformação da identidade de *migrante*, no contexto da cidade, enquanto um processo para além da imposição, ou seja, pela estigmatização, mas pela própria incorporação e reformulação dessa identidade pelos próprios sujeitos. Quando um número significativo de pessoas, vindas das mais diversas regiões do Nordeste do país, passam a ganhar destaque, ou melhor, tornam-se visíveis e reconhecíveis no cotidiano urbano orlandino, quando uma boa parte desses sujeitos incorpora aos seus próprios nomes e se nomeiam *migrantes* ou *piauí*s, esse quadro configura uma esfera de relações sociais, cujo conteúdo simbólico se encontra visceralmente presente no cotidiano dos indivíduos ali situados. Podemos, então, pensar de imediato que o que está em jogo é a afirmação consciente de pessoas sequiosas por marcar o reconhecimento de suas identidades (Cordova, 2006).

Ao nomearem a si e nomearem outros, a partir do estigma imposto a eles, não interpretamos como mera submissão à ordem criada e vigente, mas uma própria representação, eivada por *características outras*, que rompem, ou ao menos amenizam, o processo de estigmatização que os segrega e os confina, desde habitações precárias e superlotadas a bares e botecos específicos.

Com isso, o que queremos destacar é que, assim como os espaços de lazer e as festas comunitárias, tratados na seção anterior, tinham o poder de criar, reforçar e consolidar certa identidade, os espaços de lazer de nordestinos, nesse caso os bares, botecos e botequins, também possuíam tal função. Esses locais, permitiram a construção, fortalecimento e consolidação de redes e laços sociais, além de se tornarem verdadeiros núcleos de convivência e suporte entre aqueles que compartilhavam trajetórias migratórias comuns.

Os *Srs. Chagas e Alves*, em suas explanações, revelam aspectos fundamentais da experiência migratória nordestina em Orlândia. Suas narrativas não apenas destacam os laços e redes formados nos espaços de lazer ou as tensões vividas ali, mas também evidenciam que a sonoridade que embalava as noites orlandinas desempenhava um papel central nesse contexto. A música, especialmente o forró, enraizou-se na cidade e nos espaços de lazer, e se tornou um elemento essencial na configuração desses ambientes. Mais do que um simples detalhe, a música foi um fator determinante na formação das relações sociais que ali se desenvolviam.

O forró se configura enquanto fenômeno histórico e cultural que integra diferentes expressões de música, dança e poéticas (Sandroni & Santos, 2019). Sua popularização está ligada ao contexto histórico dos processos migratórios do Nordeste para o Sudeste, no século XX, e possui como arranjos e sonoridades, elaborados a partir da sanfona, zabumba e triângulo. Inicialmente, foi caracterizado por apresentar ritmos, temáticas e memórias que generalizam as vivências cotidianas do sertão nordestino.

Esse ponto é comum nas trajetórias de nossos entrevistados e pode ter contribuído para a construção das redes e laços, embalados por tal musicalidade, sobretudo aos mais velhos, aqueles que tiveram parte de suas trajetórias, seja a infância, adolescência, ou parte de suas vidas adulta ligadas ao campo¹²⁴. O rural, símbolo principal das letras do chamado forró pé de serra (tradicional)¹²⁵ que tem seu expoente maior na produção musical gonzaguiana, consolida o discurso imagético do sertão e o potencializa como forma de representação identitária de um amplo imaginário social nordestino. Fortemente esteados nas ideias e conceitos de intelectuais folcloristas e nos literatas regionalistas do chamado *romance de trinta*, essa sonoridade também é fortemente vinculada ao Movimento Regionalista Tradicionalista do Recife, liderado por Gilberto Freyre, fundamental para a emergência da noção de Nordeste tradicional (Albuquerque Jr., 2011; 2012).

Em que pese a alegria cantada por Gonzaga, flagelo (seca), partida (migração forçada) e saudade, foram os principais ingredientes das canções do seu repertório que atingiram os mais altos índices de circulação (Sandroni & Santos, 2019). As letras das composições de forró ganharam concretude na memória coletiva do ouvinte, criando sociabilidades e interagindo no cotidiano como elemento de aprendizagem cultural (Moraes, 2012).

¹²⁴ Sobre esta questão, ver o primeiro tópico do Capítulo I: *Sair: terra, periferia e silêncio*.

¹²⁵ O forró pé de serra, tratado como um dos expoentes dessa cultura nordestina é um gênero musical composto por ritmos como baião, xaxado, arrasta pé, xote chorado, xote matuto e sonoridades genuinamente brasileiras de origem nordestina (Silva, 2015).

Sra. Borges: Aqui o Manoel [seu esposo] gostava muito de um barzinho que tinha lá para os lados da rodoviária [Bar do Baiano], não tem mais, fechou desde quando o dono faleceu. Eu ia com ele lá de vez em quando, eu gostava de lá porque sempre tava tocando forró, aquele forró gostoso, que faz a gente lembrar da infância sabe, da época que eu morava na roça ainda, meu deus, quantos anos isso. Juntava muita gente lá, tudo piauí, todo mundo escutando o forrozinho [*Manoel:* Quando você olhava pro lado, tinha até nego chorando com as músicas (risos)], é verdade, até eu chorava [risos].

Entrevistador: E tinham mais lugares assim, aqui por Orlândia?

Sra. Borges: De começo poucos, né Mané? Mas depois, i depois aumentou muito, mas mais modernos assim, bem mais (*Sra. Borges*, Fevereiro/2020).

A musicalidade do forró, na cidade de Orlândia, enraíza-se, inicialmente, através de discos 78 RPM, os compactos, LPs, fitas e, após, passando pelos CDs. A música tocada nos bares, como o de Baiano, atraiu os nordestinos a esses espaços, permitindo que os frequentadores dividissem histórias, memórias e experiências nos pequenos botecos, bares e botequins espalhados pelo tecido urbano. O forró, para eles, possuía força de sentimento de pertencimento, nesse sentido, representa mais que um gênero musical, qualificando-se como elemento de reconhecimento de uma *memória mediada e compartilhada* (Silva, 2015).

Recordar trajetórias e lembranças de outrora, criou redes e laços no agora. A noção de migrante, de *piauí*, nesse ínterim, não é apenas aceita, mas também redefinida. Os espaços, criados, num primeiro momento, por motivo de tensões com outros grupos de sujeitos, que carregam como marca não só a presença massiva de nordestinos, mas, ainda, da sonoridade do forró, permitiram uma certa união, uma coletividade que compartilha semelhantes modos de identificação. Além disso, possibilitaram criar e estreitar laços de sociabilidades, que admitiram a própria construção de uma visão e um sentimento de pertencimento e unidade, não só enquanto sujeitos oriundos de uma mesma região, mas a de *migrantes*, de *piauí*s, no contexto orlandino. Esses ambientes são primordiais, passíveis de expressar dimensões históricas, sociais, políticas e culturais de fragmentos da experiência que se situam em diferentes camadas da sociedade orlandina.

O relato da *Sra. Borges*, como o do *Sr. Alves*, encabeçando esta seção, identificam que, ao longo da última década do século XX, ocorreu o crescimento do número de espaços de lazer e seu espraiamento por outros territórios/regiões da cidade. Os lugares se multiplicaram, acompanhando o aumento do fluxo migratório e a expansão dos bairros. A expressão “depois pipocou aqui”, dita pelo *Sr. Alves*, sugere uma transformação no cenário urbano e social da cidade, impulsionada pelo aumento da migração nordestina e pelo crescimento da economia local, especialmente do setor canavieiro que gera a atração, cada vez mais, de pessoas oriundas do Nordeste para a região da Grande Ribeirão Preto. E, ainda,

na primeira década do século presente, em virtude da significativa abertura de postos de trabalho, no meio urbano, tanto no setor público quanto privado.

O acréscimo da migração de nordestinos para a cidade, seja de sujeitos temporários ou permanentes, funda novos espaços de lazer “destinados” aos nordestinos, marcados pelo que a entrevistada, *Sra. Borges*, identifica como um movimento de “modernização”. Essa modernização se refere ao próprio gênero musical e às regiões e espaços onde o forró se fez presente.

A princípio, quanto à modernização desse gênero musical, a literatura acadêmica que se dedicou, nas últimas décadas, a analisar o forró em suas diferentes dimensões e manifestações, seja na região de origem e fora dela, destaca que, desde a última década do século passado, esse estilo passou por profundas transformações, impulsionadas pela expansão dos meios de comunicação e pelo crescimento da indústria fonográfica (Silva, 2003; Alfonsi, 2007; Madeira, 2008; Trotta, 2014). O aparecimento de uma nova geração de forrozeiros, a partir da década de 1990, trouxe consigo uma reformulação estética e sonora, incorporando novos instrumentos, como teclado, bateria, baixo e guitarra, que se somaram ou, em alguns casos, substituíram, a tradicional sanfona, zabumba e triângulo. Também houve a inserção de novas narrativas, que se distanciam das temáticas rurais e saudosistas que marcaram o forró tradicional.

O segundo ponto, abordado pela *Sra. Borges*, diz respeito às mudanças nos espaços dedicados ao forró. O gênero expandiu-se, para além dos pequenos bares e botecos espalhados pela cidade, conquistando novos locais de sociabilidade e lazer, como também novos públicos. Um exemplo marcante desse fenômeno foi a criação do Forrolândia, em meados dos anos 2000, no bairro Siena, bem como a introdução de *shows* de forró no Centro de Lazer Edgar Benini, localizado no bairro homônimo, no mesmo período. As alterações evidenciam a ampliação e diversificação dos ambientes destinados ao forró, acompanhando a modernização do gênero e sua crescente popularidade, que em certa medida rompe com a noção de espaços “destinados”.

O local que abrigava o Forrolândia, antes de se tornar local para *shows* e bailes de forró, funcionava como uma auto elétrica. Estruturalmente, era um grande barracão que, nos finais de semana, transformava-se em um ponto de encontro, com diversas mesas e cadeiras dispostas pelo ambiente, deixando uma ampla área livre para aqueles que desejavam dançar. No fundo do barracão, havia um palco improvisado, enquanto, ao lado, um espaço era destinado à venda de bebidas. Já o Centro de Lazer possuía uma estrutura mais ampla, com um grande salão para festas, duas piscinas e quadras de futsal e basquete. No entanto, durante

os eventos de forró, apenas o salão era utilizado. Sua organização não diferia muito do barracão do Forrólândia: o espaço era dividido entre mesas e cadeiras, uma área para dança, um palco e um ponto de venda de bebidas, criando um ambiente similar.

Nas associações, os toca-fitas, *jukeboxes* e *mini systems* deram lugar ao som ao vivo. No início, muitos dos que subiam ao palco eram cantores amadores, em sua maioria nordestinos que migraram para atuar no corte da cana, é o caso, por exemplo, dos *Srs. Barnabé e Cardoso*, que terão parte de suas trajetórias exploradas, mais à frente. Contudo, com o passar dos anos, há uma certa profissionalização na organização dos eventos, seus organizadores passam a trazer artistas com maior destaque na cena do forró, tanto da própria região quanto do Nordeste, isto gera, em certa medida, maior popularização do gênero na cidade, atraindo além de nordestinos, que viviam de forma permanente ou temporária em Orlândia e região, também moradores locais.

Esse movimento de modernização, expresso no relato da *Sra. Borges*, não é lido necessariamente como uma substituição, ou seja, o tradicional dá lugar ao moderno. Por um lado, os bares e botecos não desapareceram, pelo contrário, expandiram-se para outras regiões da cidade, na narrativa do *Sr. Alves*, o céu - leia-se tecido urbano orlandino - com o passar dos anos ganhava muitas novas estrelas - leia-se espaços de lazer.

Por outro, mesmo com a adoção de novas temáticas, uso de novos instrumentos e a diversificação do público, não necessariamente houve o sepultamento do forró pé de serra, ou a perda de características, como a da formação e estreitamento de laços e redes entre nordestinos, nesses espaços. Quanto ao primeiro ponto, acentua-se que os diferentes tipos e estilos de forró conviveram e compartilham espaços sociais e simbólicos com maior ou menor grau de enfrentamento e/ou conciliação (Trotta, 2012). Assim, essa modernização, partindo do relato de nossa entrevistada, com o aporte à literatura especializada, não é entendida como mera ruptura ou uma passagem de tempo.

O segundo ponto trata da diversificação do público em tais espaços, conforme veremos mais à frente. Mesmo com a popularização do forró e a eventual diversificação do público, nesses locais, as redes e laços formados não foram diluídos e muito menos enfraquecidos. Ao analisarmos os relatos dos nordestinos frequentadores, observa-se que tais locais são concebidos como espaços de sociabilidade, enquanto que, para outros, especialmente os moradores do lugar, os bailes são apenas espaços de lazer ou de interação.

Acerca dessas considerações, o relato do *Sr. Barbosa*, um assíduo frequentador dos recintos, é pedra angular para o diálogo:

Aqui nos bailes a gente tinha desde o forró de ouro, aquele forró clássico, que faz a gente se emocionar sabe, aquele que canta sobre a nossa saudade até o forrózinho mais moderno, aquele que já vai ter uma canção que não fica só no sofrimento. Era de Gonzaga a Saia Rodada [risos]. Tinha uns grupos por aí que até cantava sobre como o nordestino tava se dando bem pra esses lados [São Paulo], piaús que tão se destacando, o forró aqui cresceu muito, até gente daqui tava frequentando (Sr. Barbosa, Abril/2020).

Esse recorte, além de trazer a experiência e trajetória de *Barbosa* pelos espaços e colocar em evidência às questões, até então levantadas, como a convivência entre diferentes estilos de forró nos bailes, destacando que a musicalidade presente nos locais não se restringia a um olhar nostálgico sobre o Nordeste, também aponta para a popularização do gênero e dos espaços no mercado urbano de lazer orlandino. Com relação a temática das canções, o entrevistado registra que essas iam além das memórias do passado, incorporando ainda as experiências vividas pelos nordestinos naquele momento. Algumas composições abordavam as relações de dominação, abuso e controle, enfrentadas nos canaviais, e histórias de ascensão social, ressaltando aqueles que estavam “se destacando”, melhorando de vida e conquistando riqueza. Dessa forma, o forró se mostrava não apenas um elo com as “raízes nordestinas”, mas também um reflexo das transformações e das novas realidades vivenciadas por essa população, no contexto da Grande Ribeirão Preto.

Os percursos e experiências dos ex-safristas e cantores de forró, *Srs. Barnabé e Cardoso*, jogam um pouco mais de luz sobre e complementam o debate.

Sr. Cardoso: Eu toquei por esses bailes tudo aqui em Orlândia, dos pequenos, nos bares até nos mais chiques, no Forrólândia e no Centro de Lazer. Minha vida aqui, quando cheguei era assim, de segunda a sexta, cortador, de final de semana cantor.

Entrevistador: Qual era o seu estilo?

Sr. Cardoso: Eu cantava o que pediam. Se queriam Gonzaga era isso, se queriam algo mais moderno assim eu mandava ver também. Até o sertanejo eu tocava, mas claro, com o nosso jeitinho [risos]. Aqui em Orlândia fervia os bailes, era algo assim, não sei te dizer, era algo maravilhoso, e eu tava lá pro meio [risos]. Até abri shows de um pessoal grande sabe.

Entrevistador: Você compunha?

Sr. Cardoso: Não, mas a gente inventa.

Entrevistador: Como assim?

Sr. Cardoso: Cada um coloca um pouco da vida. Nas músicas assim, que você vai cantando e interagindo com o povo, se joga para o povo, faz menção às coisas daqui, o Gonzaga na hora que cantava fazia referência dele no lugar que ele passava, a gente faz a mesma coisa. Tipo coisas sobre o trabalho, sobre Orlândia. O pessoal gostava muito, então a gente se inventa, falava coisas, do trabalho, da cidade mesmo e dos piaús, piaús que eu digo é do migrante, do nordestino no geral (*Sr. Cardoso*, Maio/2024).

Sr. Barnabé: Eu já cantei em todos os lugares por aqui, acho que em todos que tinha baile eu já me enfiar no meio [risos]. Eu canto músicas novas sabe, tipo um forró universitário, mas também canto sertanejo, mas com o jeitinho, com o sotaque do forró [risos], mas a maior parte dos meus shows eles são relacionados ao nordestino, o meu público é de nordestinos, mas também tem bastante gente diferente, depende do lugar, aí tem isso, os mais velhos gostam do tradicional, aí canto também, cada show varia muito.

Entrevistador: Você tem composições autorais?

Sr. Barnabé: Não, mas eu gosto de escrever poemas, o poema é uma música né.

Entrevistador: Tem algum tema específico que aborda nos seus poemas?

Sr. Barnabé: A vida aqui, a minha história. Acho que essas duas coisas, às vezes juntas, às vezes separadas, tenho um aqui, só vou mostrar esse [risos], dá um pouco de vergonha [risos], o cantor com vergonha? Vê se pode! [risos] Mas eu escrevo mais pra mim mesmo, sabe? (*Sr. Barnabé*, Janeiro/2020).

Poema apresentado em meio a entrevista: *Nordeste de piauí*: Lá a seca é muito forte/ Sempre na luta para trabalhar/ Vai gerações e vem gerações/ A gente planta mas não dá/ A Natureza nos castiga/ É só um pouco do Nordeste brasileiro/ espaço de luta pra sobreviver.// Ó meu Nordeste lá eu nasci lá onde eu me vi crescer// Mas para Orlândia eu fui/ Aqui sou migrante/ trabalho na roça e no baile venho pra me divertir/ Amigos eu fiz e amigos eu carrego/ Aqui é tudo piauí/ Migrante eu confesso.

O primeiro relato, pertence ao *Sr. Cardoso*¹²⁶, homem pardo de 43 anos, natural de Francisco Nonato, Piauí. Ele migrou para Orlândia, no início dos anos 2000, pouco depois de completar 18 anos. O trabalho como safrista foi o primeiro registro de sua carteira de trabalho, tirada às pressas, em sua cidade de origem, para poder migrar. Desde a infância, nutria o desejo de se mudar para São Paulo, inspirado pela trajetória dos tios que, a partir do início da década de 1990, compunham o contingente de trabalhadores piauienses, recrutados para o trabalho no corte da cana de açúcar na região da Grande Ribeirão Preto.

No corte da cana, trabalhou por 5 safras, nesse período ia e vinha, sempre subsidiado pelos agenciadores de mão de obra que, além do deslocamento, garantiam a moradia na cidade. Contudo, decidiu migrar em definitivo. A decisão por ficar na cidade é entrelaçada por diversas motivações, como familiares, amorosas e de trabalho. Sobre a primeira, seu pai desloca-se para a região a fim de fazer um tratamento de saúde e, conforme nos disse “se apaixona à primeira vista por Orlândia”. Quando melhora dos problemas cardíacos, decide ficar por ali, “[...] aí isso me baqueou, já pensei comigo, se o velho não quer ir embora vou ter que ficar com ele aqui”, tal decisão também é pensada e pesada devido um relacionamento amoroso firmado na cidade, com uma maranhense, Diná, irmã de um colega com o qual trabalhou nos canaviais que também decidiu migrar, em definitivo, para a cidade, no mesmo período.

Por fim, a decisão por ficar também esteve ligada às questões de trabalho, *Cardoso* relatou que, no Piauí, nos momentos de retorno, dificilmente conseguia uma atividade remunerada e, assim que lograva êxito, o soldo era muito baixo para todo o trabalho

¹²⁶ Tivemos a oportunidade de entrevistá-lo uma única vez, em sua residência no extremo-oeste orlandino. Cardoso migrou pela primeira vez para Orlândia no início dos anos 2000, trabalhou como cortador de cana por 5 safras até migrar em definitivo e dedicar-se a toda sorte de atividades, muitas delas informais, seja em meio ao urbano (construção civil) com rural (coleta de aves, trabalho com a palha). Ao longo de sua entrevista, ele nos falou muito sobre as suas memórias no trabalho como cortador da cana, mas também pontuou muito sobre sua paixão, a de cantor. Atualmente faz poucos shows, geralmente em pequenos bares em Orlândia como na região.

despendido. Em Orlândia, acreditava que as coisas seriam mais fáceis, visto o elevado número de oportunidades de emprego informais e formais disponíveis, “[...] aqui no fim da safra tinha muito trabalho, de carteira e de diária, tinha a safra da palha, que eu sempre entro, tinha de catar frango também, fora os trabalhos nas empresas aqui e na região, então eu fiquei”. Ao optar por ficar, não conseguiu mais se empregar na cana em razão de um desentendimento com o agenciador, o que fez com que seu nome fosse registrado na temida “lista negra” da usina. Desde então, sua trajetória laboral, em Orlândia, é marcada pelas atividades pendulares, primeiramente, integrou-se no trabalho com a palha, no começo, como quebrador de milho e debulhador, mais recentemente, após o término dessas atividades, tendo em vista a mecanização, como tirador de palha. Nas entre safras do milho, dedica-se ao trabalho na diária como “catador de frango” e/ou “servente” de pedreiro.

O segundo relato pertence ao *Sr. Barnabé*, homem negro de 43 anos, natural de Valença, Piauí. Seu roteiro migratório apresenta semelhanças ao do *Sr. Cardoso* e de muitos outros de nossos entrevistados, que se estabeleceram na cidade na primeira década do século XXI. Ele migrou pela primeira vez para Orlândia no início dos anos 2000, mas sua família já possuía um histórico migratório de mais de uma década na região. O pai dele havia trabalhado e habitado diversas cidades, como São Joaquim da Barra, Morro Agudo, Nuporanga e Orlândia. Tanto em sua experiência pessoal quanto na de sua família, a migração esteve diretamente ligada ao trabalho no corte da cana. Durante as cinco safras em que atuou na lavoura, seus deslocamentos foram custeados pelos agenciadores de mão de obra, os *gatos*, que também providenciavam alojamentos em residências alugadas nas regiões periféricas da cidade.

A decisão de se estabelecer definitivamente em Orlândia ocorreu por dois fatores principais: uma oportunidade de emprego/sociedade e a presença de parte de sua família na cidade. Em Valença, desde muito jovem trabalhou como auxiliar em uma oficina de automóveis e motocicletas, em Orlândia, mediante convite de um alagoano, com quem trabalhou durante algumas safras, montam em sociedade, uma oficina em Orlândia. No que se refere à questão familiar, que também pesou em sua decisão, após o falecimento de seu pai, em 2003, sua mãe e irmãs, resolveram migrar para Orlândia e, na cidade, rapidamente, conseguiram trabalho na empresa Seara que vinha contratando expressivo número de pessoas, desta forma, optaram por fixar residência na cidade, para o entrevistado “[...] não tinha mais como voltar, agora a família ia ficar unida aqui”.

Os relatos dos *Srs. Cardoso* e *Barnabé* revelam que ambos conciliavam o trabalho formal, como safristas, com a música nos bailes da cidade. Ao abordarem os seus repertórios

observam-se os pontos tratados anteriormente, onde os cantores adaptando-se às preferências do público, transitavam entre o forró tradicional e versões mais modernas do gênero. Além do mais, do que estava em moda na época, introduziram entre as canções, músicas do chamado sertanejo universitário, contudo, sempre com um toque nordestino.

Embora não se considerassem compositores, cada um, à sua maneira, incorporava elementos de sua vivência às performances. Ambos improvisavam versos que retratavam o cotidiano dos nordestinos na cidade. *Barnabé*, em especial, também compõe, mesmo que ‘apenas para si mesmo’ poemas sobre sua trajetória e a vida na cidade. O cantor/poeta, entrelaça memórias de sua região natal com as vivências na cidade, refere-se e poetiza às atividades e experiências laborais, como, também, de forma sutil, aborda o processo de estigmatização sofrido - “aqui sou migrante / [...] Aqui é tudo piauí”.

Esses dois cantores de forró, em meio a suas apresentações, ousaram reinterpretar, reinventar e criar novas imagens, tanto do universo nordestino quanto de suas próprias experiências cotidianas e laborais nas cidade que passam a habitar, trabalhar e viver (Haudenschild, 2016).

As músicas que interpretavam refletiam as realidades do dia a dia urbano e laboral, compartilhadas por eles e por tantos outros conterrâneos. O toque e as inovações - por exemplo, "jogar para o povo", citado pelo *Sr. Cardoso* - traziam o vivido para o centro das performances, mesclando composições clássicas e contemporâneas do forró. Nos bailes, não eram apenas as letras que se reinventavam, também as identidades. A sonoridade tornava-se um elo entre memória, pertencimento e adaptação, ressignificando a experiência migratória e fortalecendo os laços com a nova realidade.

Nota-se ainda que seus relatos acabam por reforçar que, diferente dos pequenos bares e botecos, onde havia uma clara segmentação na cidade, os bailes, especialmente aqueles realizados em espaços como Forrolândia e Centro de Lazer, muitas vezes, eram frequentados por outros sujeitos que não somente os nordestinos, conforme informou *Sr. Barnabé*, havia “bastante gente diferente”. O diferente nesse caso, o “outro”, eram os moradores locais.

Quando deu de ter os shows grandes por aqui, não tinha isso do baile ser espaço de piauí não, tinha de tudo um pouco. Todo mundo ia, todo mundo, dos pobres aos ricos dessa cidade e da região [risos]. O Centro de Lazer se não conseguia nem andar, era difícil até para dançar, do tanto de gente que tinha, a mesma coisa no Forrolândia, e nos outros Centro de Lazer que faziam bailes, era tudo junto, pessoal daqui gostou do forró [risos], todo mundo se dava bem e a mulherada dominava esses lugares [risos]! (*Sra. Siqueira*, Maio/2024).

A descrição acima pertence à *Sra. Siqueira*, mulher parda de 36 anos, natural de Francisco Nonato, Piauí¹²⁷. Ela migrou para Orlândia, em 1998, ainda criança, aos 9 anos, acompanhando a mãe e as irmãs. A mobilidade ocorreu a pedido de seu pai, que atuava como cortador de cana desde 1993, viajando regularmente entre os dois locais. O pai convenceu a esposa a migrar, após conseguir um emprego estável em uma tradicional empresa da cidade (Brejeiro). Além disso, a decisão da família foi impulsionada pela promessa de que Orlândia ofereceria muitas oportunidades de trabalho, no Piauí, sua mãe e irmã mais velha encontravam-se desempregadas há meses. Logo após a chegada, ambas se empregaram como domésticas, mesma ocupação que *Siqueira* exerceu de modo informal dos 14 aos 18 anos. Em 2007, ela deu um novo rumo à sua trajetória ao se tornar dançarina de forró.

Siqueira atuou como dançarina por uma década, integrando diversos grupos e se apresentando nos mais variados palcos da região, além dos estados de Piauí e Maranhão. Conforme os relatos dos dois cantores, a entrevistada narrou que os espetáculos nos quais participou mesclavam diferentes estilos de forró com outros gêneros, especialmente músicas do chamado sertanejo universitário.

Ela descreve esse período como a realização de um sonho, interrompido abruptamente por um problema de saúde. Em 2018, aos 28 anos, *Siqueira* foi diagnosticada com câncer, o que a obrigou a abandonar os palcos para iniciar o tratamento. Para ela, esse momento representou o sepultamento de sua carreira. Após quase cinco anos de um longo e doloroso processo de recuperação, decidiu não retomar a dança. Com as economias acumuladas, ao longo de sua trajetória no forró, *Siqueira* comprou uma residência no extremo-oeste orlandino e a transformou em um “condomínio”, que, atualmente, abriga quatro famílias de nordestinos.

O relato da *Sra. Siqueira*, apresentado em parágrafos acima, além de descrever os espaços lotados, o Centro de Lazer e o Forrolândia, indicando o sucesso desses eventos na cidade, também chama a atenção e reforça o caráter de lugar diversificado. Ao revelar a ampliação do público dos bailes de forró em Orlândia, rompe com a ideia de que esses espaços eram exclusivos e frequentados apenas por nordestinos. Na sua fala, a característica de espaço “destinado” se desfaz. Segundo ela, com a chegada de grandes *shows*, os bailes

¹²⁷ Tivemos a oportunidade de entrevistá-la uma única vez, em sua residência, localizada no Jardim Parisi. *Siqueira* nos narrou sobre sua trajetória de vida, sua narrativa pontua a infância no Nordeste, a migração para Orlândia, seu primeiro trabalho, executado informalmente como diarista a realização de um sonho, o de ser dançarina, interrompido por uma enfermidade que, para ela, “levou grande parte de suas alegrias”. Sua narrativa é rica, especialmente por pontuar e reforçar a presença feminina, não como mera coadjuvante na cidade, mas como protagonista.

passaram a atrair pessoas de diferentes perfis sociais e origens, tornando-se eventos amplamente populares na cidade e na região.

Da mesma forma, seu comentário joga luz a um ponto pouco explorado até o momento, a participação e protagonismo das mulheres nos espaços de lazer. *Sra. Borges* mencionada, em páginas anteriores, pontou que, por vezes, ela frequentou o Bar do Baiano, contudo, via de regra, poucas eram as mulheres ali, e sua presença esteve ligada a momentos específicos, isso pode ser observado, no relato da *Sra. Siqueira*, o qual transcrevemos abaixo.

Nossa eu adorava ir em baile, antes de dançar mesmo eu sempre estava pro meio [risos], a gente sempre ia com o velho [pai], ia a família toda. O bom do baile era isso, porque antes era só os bares, aí não a gente não ia.

Entrevistador: Porquê?

Bar é lugar de homem, o papai dizia [risos]. Era raro a gente ir, os velhos não gostavam, mas quando tinha showzinho nos bares aí a gente ia, mas também porque ele ia junto, se não ele deixava não [risos]. Mas também nesses lugares eu acho que não ia muita mulher porque não tinha mesmo, depois é diferente, porque vai ter muito mais mulher por aqui.

O depoimento da *Sra. Siqueira*, nos permite evidenciar a forte divisão de gênero nos locais de lazer, especialmente nos bares. Sua fala permite-nos refletir o imaginário social que restringe a presença feminina em determinados ambientes. A ida nestes locais era vista como algo inadequado para mulheres, sendo permitida apenas em momentos específicos, desde que estivessem acompanhadas por um homem da família. Essa restrição está ancorada em normas histórico-culturais que associam determinados espaços públicos ao universo masculino e, consequentemente, impõem barreiras à presença feminina. Segundo Piscitelli (2008), Machado (2013) e Kotlinski & Pereira (2018), a presença de mulheres, desacompanhadas em ambientes tradicionalmente masculinos, é frequentemente interpretada como um rompimento das normas de respeitabilidade, o que reforça estigmas e limita suas possibilidades de circulação e sociabilidade.

Contudo, na sequência de seu relato, *Sra. Siqueira* destaca que a baixa presença feminina nesses estabelecimentos não se devia apenas à construção sócio-histórica desses espaços como majoritariamente masculinos, mas também à própria composição demográfica da cidade naquele período. Relembremos que a migração nordestina para Orlândia, em seus primeiros fluxos mais intensos, desde a década de 1990, foi, predominantemente masculina, impulsionada e financiada sobretudo pelo setor sucroalcooleiro que, na construção do perfil desejado de trabalhadores, possuía preferências claras por homens. Conforme discute Vettorassi (2010, p. 174), ao analisar a literatura sobre o tema (migrações nordestinas) e os recortes temporais (1990-2010) e espaciais (região da Grande Ribeirão Preto), as migrações nesse momento eram marcadas por “[...] um forte corte de gênero no processo migratório, e

mesmo os homens casados não levavam suas esposas quando ainda não sabiam ao certo o que os esperava no local de destino”.

Assim, esse desequilíbrio de gênero impactou diretamente a dinâmica de sociabilidade, restringindo ainda mais a presença feminina em espaços públicos, como bares e botequins, que já eram marcados historicamente por uma cultura masculina excludente. A fala de *Siqueira* sugere, portanto, que a maior inserção das mulheres ocorreu à medida que a composição populacional da cidade se diversificou com um aumento da migração feminina¹²⁸. Isso ocorreu, em grande medida, no início do século XXI, quando o aquecimento do mercado de trabalho urbano passou a atrair e empregar um número maior de mulheres - incluindo filhas, irmãs e até mesmo mães dos trabalhadores do setor sucroalcooleiro. Esses trabalhadores desempenharam um papel fundamental na divulgação das oportunidades, utilizando suas redes de comunicação com as regiões de origem para incentivar a migração feminina, *vide* os relatos da própria *Sra. Siqueira*, e de outras entrevistadas, igualmente a *Sra. Assis*, que migra a convite do irmão, que “pintava a Orlândia das oportunidades”.

Enfim, a explanação de *Siqueira* contribui para este estudo, de maneira significativa, não apenas ao evidenciar a presença feminina nos espaços de lazer, seja nos bares, acompanhadas ou não, ou nos bailes de forró, mas, também, ao resgatar e enfatizar a mobilidade das mulheres nordestinas. Como já discutido em estudo anterior, onde abordamos a trajetória de algumas de nossas entrevistadas em Orlândia (Pereira & Lourenço, 2021), embora o setor sucroalcooleiro, mormente por meio dos *gatos*, exercesse um controle seletivo baseado em gênero, isso não impediu a migração feminina.

É fundamental destacar que as rotas migratórias entre Orlândia e o Nordeste, impulsionadas pelos chamados “*cata-ossos*”, permaneceram ativas, garantindo que a mobilidade das mulheres não fosse invisível nem secundária à dos homens (Angelin, 2012). Ou seja, a migração delas não se restringia ao simples acompanhamento de figuras masculinas: maridos, pais ou filhos, porém, envolvia decisões próprias, motivadas por múltiplos fatores. Entre eles, destacam-se não somente o desejo de reencontro e da permanência familiar, mas a busca por melhores condições de vida, impulsionada pela falta

¹²⁸ Esse processo também reflete transformações nas relações de gênero e no próprio sentido dos espaços de lazer e sociabilidade. Como aponta Piscitelli (2008), a migração feminina não apenas altera a dinâmica dos fluxos migratórios, mas também reconfigura as interações sociais, influenciando o papel das mulheres nos espaços públicos. Do mesmo modo, Machado (2013) discute como a ocupação feminina de determinados ambientes historicamente masculinos não acontece de maneira espontânea, mas resulta de processos sociais que desafiam normas culturais e estruturais de exclusão, tal perspectiva também é dividida por Kotlinski & Pereira (2018). Assim, o relato de *Siqueira* não apenas evidencia a divisão de gênero nos espaços de lazer, mas também sugere que essa dinâmica foi atravessada por questões demográficas e estruturais, que moldaram a ocupação dos espaços urbanos por mulheres nordestinas ao longo do tempo.

de infraestrutura básica (saúde e educação), pela escassez de políticas públicas, pelas secas, pela fome e pelo desemprego nas regiões de origem.

Contudo, se por um lado seu relato é uma valiosa contribuição que nos permite enfatizar a presença e a mobilidade das mulheres nordestinas, por outro, ao expor a “diversidade” nos bailes de forró, especialmente aquela de outros grupos, com exceção dos homens e mulheres nordestinas, a informação da entrevistada acaba por ofuscar o mar de relações nesses espaços e também fora deles.

Talvez, devido a sua posição nos eventos, sempre no palco e não diretamente inserido no público, sua paixão pelo gênero, sua percepção pelas dinâmicas sociais nos bailes e na sua popularização, possa ser limitada. A simples presença de diferentes grupos, nos salões, não significava, necessariamente, harmonia ou divulgação na cidade, nem adesão por todos os moradores de Orlândia a esse lazer. Pelo contrário, os lugares eram marcados por tensões, exclusões, disputas, além de uma série de interações que evidenciavam a complexidade dos relacionamentos sociais ali presentes. No entanto, nota-se, por outros relatos, que esses espaços foram amplamente estigmatizados, sobretudo, pela marca de locais violentos (Pereira & Vaz, 2019).

Quanto à ocupação dessas áreas por diferentes grupos e camadas da sociedade orlandina, consideramos as relações, presentes ali, sob um duplo viés. Para muitos, principalmente os moradores locais, que passam a fazer coro entre os nordestinos nesses ambientes, esses espaços configuram-se como locais de lazer e entretenimento. Já para os nordestinos, além desse caráter recreativo, esses espaços também desempenhavam um papel fundamental na sociabilidade.

No que se refere à sociabilidade, destacamos que, para que ela ocorra, não basta que os indivíduos estejam interagindo, é necessário que se relacionem em função de um sentimento e por uma satisfação mútua de estarem socializados (Alves, 2013). Ou seja, a sociabilidade surge da interação e se manifesta de maneira exclusiva entre os sujeitos envolvidos. Como observa Simmel (2006), suas consequências, condições e resultados pertencem unicamente aos participantes da interação.

Com base nessa premissa, nem todos que frequentavam os bailes de forró estavam inseridos nas redes de sociabilidade ali estabelecidas. Da mesma forma, nem todos os frequentadores das festas comunitárias, pontuadas na seção anterior, partilhavam das relações de sociabilidade presentes naqueles espaços, *vide* o relato da *Sra. Borges* sobre sua condição e a de sua comadre. Assim, a participação em um evento não implicava, automaticamente, o pertencimento às redes sociais formadas.

Ressaltamos, ainda, que os processos de sociabilidade são dinâmicos e seletivos. Em festas comunitárias, bares e bailes de forró, as redes de sociabilidade não englobavam todos os presentes, apenas aqueles que, de fato, se vinculavam a elas. Segundo argumenta Magnani (1992, p. 193), para "ser/pertencer" a um determinado "pedaço", "[...] não basta que o indivíduo passe por este território ou o frequente esporadicamente, é necessário que ele esteja situado 'numa peculiar rede de relações'".

Dessa forma, a simples presença de moradores locais nos bailes de forró não significava, necessariamente, que eles partilhavam dos laços de amizade e solidariedade construídos nesses eventos. O mesmo se aplicava aos nordestinos que frequentavam as festas comunitárias: sua participação não implicava, automaticamente, inserção nas redes de sociabilidade locais.

Assim, para alguns frequentadores, esses locais eram apenas espaços de lazer e interação. Para outros, no entanto, possuíam uma função mais complexa, servindo como espaços de sociabilidade. Além de lugares onde os sujeitos "gastam seu tempo livre", esses ambientes possibilitavam o estreitamento de laços de amizade e solidariedade, a preservação e o resgate de raízes culturais e a construção ou redefinição de identidades locais.

Destacamos dois trechos que contribuem e nos permitem complexificar a discussão em voga:

Sra. Oliveira: Eu já rodei essa região em baile de forró [risos], já fui pra lá e pra cá, e já voltei e fui de novo. Eu amo forró, você me conhece, sabe bem [risos].

Entrevistador: E como eram os bailes?

Sra. Oliveira: Maravilhosos. Dos mais tradicionais até esses mais modernos, não tem diferença, é tudo bom! A gente ia sempre na branquinha [VW Kombi], íamos em uns dez, chegava lá, aí meu deus, olha o que to contando, tomava umas e outras, mas eu não ficava bêbada não, tinha que trazer o pessoal e outra, nem dava tempo de ficar bêbado, a gente sempre tava pra lá e pra cá dançando, eu não negava uma dança, amo dançar. A gente ia para se divertir, ficava ali no nosso grupinho. O pessoal fala muito de briga, de violência nos bailes, um bando de mal amado, briga e violência tem em tudo que é lugar, lá ia de ter também, não acha? Mas o pessoal, os piauí, são muito gente boa, sempre estavam na deles, claro um bêbado ou outro sempre enchia o saco, mas aí eles mesmo se entendiam, e também tinha segurança, eles resolviam logo. Mas é isso que posso te dizer, não sou a melhor pessoa para falar de forró, porque eu só vou te falar coisa boa, me diverti muito, dancei muito, agora acho que só na próxima vida, essas pernas não aguentas mais [risos] (*Sra. Oliveira*, Maio/2024).

Entrevistador: E nos bailes, eram somente nordestinos, como nos bares?

Sr. Alves: Não, de jeito nenhum, os bailes aqui era coisa fina, Bruno, todo mundo ia, mas assim, cada um no seu quadrado, o baile é de se divertir, todo mundo tem o direito certo? Pagou a entrada, dança, bebe e se diverte. Só que eu não sei, é que cada um tem a sua visão, para você se pode dizer assim: 'a é uma festa, vou beber, dançar', mas acho que pro pessoal [nordestinos] não era só isso, não só o baile, mas os bar que a gente sempre estava é a mesma coisa, não é só isso, é isso! Mas não é só isso [risos], agora te compliquei? [risos] (*Sr. Alves*, Agosto/2023).

O primeiro relato pertence à *Sra. Oliveira*¹²⁹, mulher branca, 61 anos, natural de Guará, cidade localizada a pouco mais de 35 quilômetros de Orlândia. *Oliveira* nasceu e viveu no campo até os 26 anos. Filha única, desde a infância dividia seu tempo entre o trabalho nas pequenas plantações de hortaliças, no sítio do pai, e a venda da produção na feira municipal. Foi justamente na feira, na barraca da família, que conheceu aquele que viria a ser seu marido. O breve namoro logo se transformou em noivado e, em seguida, em casamento, celebrado no sítio paterno.

Após o casamento, mudou-se para a casa do companheiro, em uma fazenda próxima às terras onde nasceu. Na nova moradia, além de cuidar dos afazeres domésticos, trabalhava lado a lado com o marido, no manejo e na manutenção do gado do proprietário da fazenda. Sua trajetória, no entanto, sofreu uma grande reviravolta no início da década de 1990, quando o dono da fazenda anunciou que arrendaria as terras para a plantação de cana-de-açúcar. Inicialmente, *Oliveira* cogitou mudar-se com o marido e a filha para o sítio do pai, mas foi surpreendida pela notícia de que ele havia perdido os poucos alqueires para o banco, após não conseguir quitar um empréstimo.

Diante dessa situação, a família decidiu migrar para Orlândia, influenciada pelos convites de familiares que destacavam as oportunidades de emprego na cidade em crescimento. No entanto, tanto ela quanto o marido enfrentaram dificuldades para ingressar no mercado de trabalho urbano, devido à baixa escolaridade e à falta de experiência fora do ambiente rural. Assim, o companheiro passou a trabalhar no corte da cana, enquanto *Oliveira* se tornou tiradora de palha.

No final dos anos 1990, um novo golpe marcou sua trajetória: seu marido, recém-empregado na Morlan, faleceu em um acidente de carro ao voltar para casa do trabalho. Esse momento, vivido e compartilhado conosco, entre silêncios e lágrimas, é descrito por *Oliveira* como o pior de sua vida. Ainda assim, por sua filha, decidiu seguir em frente. No início dos anos 2000, passa a dividir sua atividade como tiradora de palha, durante a semana, com um novo empreendimento, aos fins dela, passou a “puxar gente pro forró”.

Esse empreendimento consistia em transportar pessoas para os bailes de forró ao longo dos finais de semana, tanto em Orlândia quanto em cidades da região. Para isso,

¹²⁹ Tivemos a oportunidade de entrevistá-la uma única vez, em sua residência, localizada no bairro Parisi, leste orlandino. Seu relato navega por sua trajetória de vida, das alegrias e das tristezas, das lutas, derrotas e vitórias cotidianas. Sua entrevista foi fundamental em nossas pesquisas para conhecermos melhor os espaços de lazer, especialmente os bailes de forró sob outras perspectivas, especialmente aquelas que colocam em destaque os bailes como espaços de entretenimento e diversão, rompendo com a visão estereotipada desses locais como espaços marcado tão somente pela violência, conforme narrado por diversos entrevistados. Ademais, sua entrevista nos permitiu construir uma rede com diversos sujeitos, sobretudo de moradores locais, que frequentavam os bailes de forró.

Oliveira comprou uma Kombi, a branquinha, e a adaptou, instalando bancos extras para acomodar mais passageiros. Em seu veículo, costumava levar entre 12 e 15 pessoas, sempre "espremidinhas", como ela mesma descreve. O trajeto começava com a passagem de casa em casa até que todos os lugares fossem ocupados, seguindo então para os bailes. Embora cobrasse um valor pelo transporte, *Sra. Oliveira* enfatiza que não fazia isso pelo dinheiro, mas sim pelo prazer de frequentar esses espaços e pela satisfação de levar os amigos consigo. A maioria de seus passageiros eram trabalhadores da palha, que viam, no forró, um momento de lazer e descontração, após a dura rotina no campo. Os ganhos com o transporte, muitas vezes, eram quase todos gastos ao longo da noite, reforçando seu envolvimento genuíno com os bailes. Afinal, além de motorista, *Oliveira* era também uma assídua frequentadora desses eventos, conforme destacou em seu relato.

Tomando, como fio condutor, a narrativa de *Sra. Oliveira*, gostaríamos de pontuar duas questões, a primeira trata-se, em diálogo com as considerações anteriores, sobre o caráter de entretenimento dos bailes, e não necessariamente espaços de sociabilidade. A segunda, refere-se a uma certa imagem estigmatizada desses locais/bailes, como sendo violentos.

Sra. Oliveira evidencia que para os chamados "moradores locais" a dimensão do entretenimento e da diversão prevalecia nos bailes de forró. Seu entusiasmo e nostalgia, ao recordar as noites de dança e encontros, revelam a centralidade desses eventos em sua vida social. Para ela, os bailes eram espaços de lazer, onde a prioridade era a descontração e o prazer de dançar, sem grandes preocupações com possíveis tensões ou conflitos. Sua perspectiva difere da vivência dos nordestinos, para os quais esses espaços não eram apenas locais de diversão, mas também de construção de redes de apoio, pertencimento e reafirmação identitária.

Contudo, *Oliveira* menciona, ainda que de forma breve e desconsiderando sua relevância, a questão da violência nos bailes, apontando que as brigas eram comuns a qualquer ambiente festivo e que, no geral, os nordestinos eram "gente boa" e mantinham-se "na deles". Sua fala reflete um discurso que relativiza os episódios de conflito, ao mesmo tempo que sugere uma possível percepção negativa desses espaços por parte de outros setores da sociedade orlandina.

Esse ponto dialoga diretamente com as análises de Elias & Scotson (2000) sobre o poder da fofoca e da estigmatização na construção de distinções entre grupos sociais. Para os autores, as representações criadas por grupos estabelecidos, referente aos recém-chegados, operam como mecanismos de exclusão e hierarquização social. No caso dos bailes de forró, a

associação a episódios de violência pode ter sido um fator que afastou parte dos moradores locais desses eventos. Ainda que a violência não fosse um elemento central da experiência de frequentadores, como a *Sra. Oliveira*, a construção discursiva sobre os bailes, reforçada por rumores e relatos amplificados, pode ter contribuído para que esses espaços fossem vistos com desconfiança por aqueles que não pertenciam à sociabilidade dos forrozeiros.

Agora se me diz, se ia querer ir num lugar onde o pessoal fala que só sai briga, morte, que qualquer coisa que se fizer, só olhar torto já vão riscar a faca para você? Pois eu não ia querer. Só que o pessoal não conhece os bailes, não sabiam como era lá. Era a melhor coisa que tinha pra nós, Bruno, claro que saia briga, sai confusão, mas isso é caso isolado, uma vez ou outra, mas o problema é que quando saia o povo já tudo saia comentando ‘olha lá os piauí brigando, se matando’, claro que ninguém ia querer ir lá (*Sr. Alves*, Fevereiro/2020).

O comentário acima, do *Sr. Alves*, complementa a fala da *Sra. Oliveira*, ao evidenciar que os bailes de forró, além de serem espaços de lazer e sociabilidade para os nordestinos, também eram alvos de estigmatização por parte dos moradores locais. A circulação de discursos que associavam esses eventos à violência e à desordem contribuiu para afastar um público mais amplo, criando uma barreira simbólica entre os frequentadores e aqueles que viam os bailes com desconfiança. Certa vez, segundo nos relatou *Sra. Gazola* - em consonância com a grande maioria dos moradores locais entrevistados, que tecem uma série de relatos acerca desses lugares, todos eles descrevendo os pormenores dessa violência - quando perguntado a ela, quanto ao seu contato com o espaço, a resposta foi: “Jamais, nunca frequentei, mas sei de tudo o que acontece, o povo fala querido, sai nos jornais, eu acho lindo a música, queria ir, mas como ir com esse tanto de violência?”.

Retomando as considerações de Elias & Scotson (2000), no que diz respeito ao papel da fofoca e dos estereótipos na manutenção das hierarquias sociais, observa-se que para os chamados “grupos estabelecidos”, a disseminação de histórias sobre brigas e conflitos nos bailes reforçava a marginalização dos nordestinos, consolidando a ideia de que esses ambientes eram problemáticos e incompatíveis com a sociabilidade predominante entre os chamados moradores locais na cidade. Conforme aponta *Alves*, a mera ocorrência de um incidente isolado era suficiente para alimentar narrativas que generalizavam a associação entre os nordestinos e a violência, tornando os bailes menos atrativos para outros grupos sociais.

Se por um lado a visão dos forrós pelos moradores locais envereda pelas dimensões de ora lugares violentos - onde observa-se a construção social do medo e da insegurança, ora como locais de diversão - sobretudo para aqueles que frequentavam, que rompem com os discursos dominantes, que segregam e limitam as interações entre diferentes grupos sociais

dentro da cidade. Por outro lado, para os nordestinos, esses espaços tinham um significado muito mais profundo, servindo como locais de pertencimento e troca de experiências, nas palavras de *Alves*, os bailes eram festas, espaços de diversão, entretenimento e lazer, “[...] Mas não é só isso”.

Os bailes de forró, da maneira que as narrativas dos nordestinos indicam, não se resumiu apenas a um mero espaço de lazer, mas também é tomado enquanto um local de discussão e de reflexão sobre as experiências em comum, assim como foi local de criação de laços e ampliação de redes. Os bailes de forró são uma peça importante, ou melhor, fundamental na trama das relações entre os nordestinos em solo paulista, é um momento de recreação e de criação de laços de sociabilidade, uma sociabilidade que, muitas vezes, esteve assentada basicamente na solidariedade.

Ao nos encaminharmos para o encerramento desta seção, gostaríamos de explorar um último ponto, qual seja, o de entender esses locais como “espaço outro”. Não desejamos retomar todo o debate sobre o assunto, pois isso já foi realizado em outra ocasião (Pereira, 2024), o que pretendemos aqui é apenas colocar em destaque que tais espaços, para além da formação de redes e laços de amizade, cumplicidade e solidariedade entre os sujeitos, também foram fundamentais porque permitiam amenizar a dureza enfrentada no dia a dia, mesmo que as conversas, nesses espaços acabassem por girar em torno do cotidiano laboral dos sujeitos.

Os trabalhadores, movidos pela música, compartilhavam o riso e o devaneio. Ali, os corpos não cumpriam os ritmos intermitentes do trabalho exaustivo, mas o ritmo do prazer, não o ritmo de um tempo concebido com a finalidade de se extrair mais-valia, mas o ritmo do vivido, não a repetição, mas o diferencial, a *poièsis* que toma de assalto as pulsões demasiadamente humanas, a presença de um gozo até então ausente (Xavier, 2013, p. 133).

Os espaços de lazer, especialmente os bailes de forró, desempenharam um papel importante nas formas de sociabilidade e organização entre os trabalhadores rurais. Diferentemente do ambiente de trabalho, marcado pela vigilância constante e pela limitação das interações, nesses espaços tornava-se possível compartilhar experiências, trocar informações e, em alguns casos, articular estratégias de enfrentamento às condições vividas no labor. Tais momentos configuravam, assim, experiências de relativa suspensão das hierarquias e temporalidades do trabalho, permitindo a construção de outras formas de convivência e expressão social, dinâmicas que podem ser compreendidas, em perspectiva mais ampla, como práticas cotidianas de afirmação de autonomia, próximas do que Jacques Rancière discute em *A noite dos proletários*, ao analisar experiências produzidas por trabalhadores fora da ordem disciplinar do trabalho.

Os relatos dos *Srs. Alves e Barnabé*, apresentados no capítulo anterior¹³⁰, evidenciam que esses encontros não eram apenas momentos de diversão, e, sim, oportunidades para fortalecer laços de solidariedade e desenvolver táticas de sobrevivência em meio ao eito. Expressões como "devolver na mesma moeda" e "bater de frente" demonstram que, longe de serem apenas locais de entretenimento, os bailes eram espaços onde a dominação cotidiana era confrontada, mesmo que de maneira sutil.

Assim, embora esses locais fossem vistos como uma fuga do trabalho, na prática, estavam intimamente ligados a ele. Eram refúgios onde os trabalhadores podiam expressar livremente suas frustrações e elaborar estratégias para enfrentar as dificuldades do dia a dia. Dessa forma, o lazer não apenas aliviava as tensões, mas servia de terreno fértil para a construção de redes de apoio e resistência coletiva. Neste sentido, o lazer permitia que escapassem um pouco da dureza do trabalho em meio aos canaviais, no entanto, não rompiam com todas as suas imbricações com o mundo do trabalho (Santos, 2014).

Em síntese tais espaços podem ser lidos enquanto “brechas de liberdade”, locais “distantes” da *pirâmide de olhares* severos do sistema de controle e disciplina das usinas - exercido por gatos, fiscais, agenciadores e usineiros (Moraes Silva, 1999a). Um aspecto particularmente interessante é que a presença de superiores nesses eventos era considerada um tabu. Em todos os relatos coletados com ex-trabalhadores, foi unânime a afirmação de que fiscais não frequentavam esses ambientes, principalmente por receio.

Uma história recorrente entre os entrevistados ilustra bem esse temor. Conta-se que, certa noite, um fiscal estava “bebendo e festando” em um baile. Ao pagar sua conta e se dirigir à saída, uma garrafa foi arremessada contra sua cabeça. Ao se virar, foi surpreendido por socos e pontapés, sem conseguir identificar os agressores ou quantos eram. O episódio se espalhou rapidamente, alimentando o receio entre outros fiscais, tornando sua presença nesses espaços ainda mais rara.

Essa narrativa foi ouvida e repetida por diversas vezes, por diferentes ex-safristas, cada um contando à sua maneira, com variações nos detalhes, no local e até na época do ocorrido. Nenhum dos entrevistados afirmou ter presenciado o fato, e não há evidências concretas que o comprovem. No entanto, mais do que sua veracidade, o que importa é a função simbólica dessa história. Ela consolidava a ideia desses bailes como territórios livres da presença dos superiores, reforçando sua importância como espaços de liberdade.

¹³⁰ Consultar páginas 167 a 168.

Nesses locais, as hierarquias rígidas do trabalho eram momentaneamente suspensas, permitindo que indignações silenciadas no cotidiano fossem expressas de maneira mais aberta: "As indignidades que as pessoas não responderiam em outras circunstâncias, ou responderiam de uma maneira velada, são amiúde retrucadas diferentemente" (Monsma, 2000, p. 122).

A não presença de sujeitos, que poderiam puni-los, permitia-os criar estratégias de resistência, e os espaços funcionavam como oportunidades para exercer tal autonomia, buscando dar algum sentido à vida em meio ao trabalho extenuante na cana. Mais do que simples momentos de lazer, esses encontros possibilitavam a construção de uma sociabilidade que fortalecia laços de solidariedade e oferecia suporte emocional e prático.

Além de um espaço de lazer, o forró também funcionava como ponto de encontro para denúncias e articulações políticas, permitindo que trabalhadores buscassem advogados, representantes sindicais e discutissem seus direitos. *Sr. Urbinati* relatou que, muitas vezes, para conseguir dialogar com os trabalhadores rurais nordestinos, ele e outros colegas precisavam se dirigir aos bailes e bares, sobretudo porque os sujeitos temiam ser vistos e delatados a seus fiscais, caso vistos nas reuniões do sindicato. Em meio aos bailes, *Urbinati* nos informou que conseguiam distribuir panfletos, coletar relatos sobre as condições nos canaviais e até mesmo realizar consultas jurídicas com os advogados do sindicato. Dessa forma, a apropriação política desses ambientes evidencia que as alternativas de lazer se tornavam arenas de resistência e mobilização.

No entanto, conforme destacou, o sindicato não era o único responsável pela organização dos trabalhadores nesses espaços. Ele revelou que uma grande manifestação, ocorrida no início dos anos 2000, que resultou na paralisação de centenas de trabalhadores nordestinos alojados em Orlândia, foi articulada em meio a um baile no Forrolândia pelos próprios trabalhadores. *Urbinati* só tomou conhecimento do fato posteriormente: "Pois veja, eu chegando no escritório, me chega um contando que na noite anterior, no meio do baile, o pessoal estava se organizando para parar, e parou". Esse episódio reforça o quanto esses espaços foram locais estratégicos para a construção de redes e mobilização coletiva, seja ela mediada pelo sindicato ou não.

Essa dinâmica dos locais de convivência e das múltiplas formas de interação entre os trabalhadores, à revelia do controle social que os regulava e disciplinava em meio ao eito e nas habitações, possibilitou a construção de redes que deram origem a esses espaços de liberdade. Neles, os trabalhadores não eram apenas força de trabalho, mas sujeitos ativos na construção de práticas e discursos que moldavam esses ambientes. Assim, reforça-se, mais

uma vez, que tais espaços iam além do mero entretenimento: tornavam-se centros de troca de informações, articulação e estratégias de resistência, desempenhando um papel fundamental na organização coletiva dos trabalhadores frente às adversidades do cotidiano.

Todavia, os bailes de forró, ao final da primeira década do século XXI, aos poucos foram perdendo a centralidade na trajetória dos sujeitos. Isto ocorre por três fatores. O primeiro trata da adoção da já discutida jornada de trabalho 5x1, cinco dias trabalhados e um de descanso. Essa jornada, conforme exposto anteriormente, fragmentou a sociabilidade entre os trabalhadores, pois, a divisão em turmas e turnos impediu que o dia de folga fosse o mesmo para todos.

[...] a rotatividade dos dias de folga impede que haja um dia comum de lazer a todos. Assim, no interior dos ‘barracos’ é comum encontrar trabalhadores, cujo dia de folga não coincide com os dos colegas que compartilham os mesmos cômodos. Portanto, muitos hábitos e costumes praticados aos domingos pelas famílias ou por grupos de migrantes do mesmo local de origem não são realizados. Em outros termos, esta imposição, põe em questão a reprodução social dos trabalhadores. Inquiridos sobre as atividades de lazer, a grande maioria responde que descansa, não sai de casa, procurando recuperar as energias para a próxima jornada de trabalho. ‘Do barraco para o eito e do eito para o barraco’ é o que afirmam (Moraes Silva, 2013, p. 379).

O tempo de trabalho voltava a predominar. Não havia lazer, pois o dia do descanso passou a ser utilizado para a compra de alimentos, lavagem da roupa e o repouso das energias. A sociabilidade foi fragmentada pela ausência de comunicação com os colegas, que habitavam em outros alojamentos, pois os dias de descanso não eram os mesmos para todos, isso os impediu que se dedicassem coletivamente ao lazer, o que restringiu a sociabilidade tão somente ao trabalho. Moraes Silva (2011b; 2013; 2016), em diferentes estudos, ao longo da segunda década do século vigente, comenta que o tempo dos trabalhadores foi reduzido ao trabalho e controlado pelas empresas.

O segundo movimento, que gerou o desaparecimento desses ambientes, ocorreu devido a diminuição do movimento migratório para a cidade em virtude do processo de mecanização do corte, que levou a dispensa de milhares de trabalhadores em toda a região da Grande Ribeirão Preto. O Forrolândia encerrou suas atividades em meados de 2010, desde então, o barracão foi alugado para diferentes empreendimentos, ao longo dos últimos anos. Já os Centros de Lazer, espalhados pela cidade, viveram períodos de decadência, ficando fechados por anos e acabaram por deteriorar suas estruturas.

Por fim, o terceiro fator refere-se à estigmatização desses espaços. Conforme os relatos coletados, mesmo com a redução do número de trabalhadores rurais na cidade, os bailes continuaram acontecendo, sendo majoritariamente organizados e frequentados pela

comunidade nordestina residente de forma permanente na cidade. No entanto, os relatos são unânimes em apontar uma escalada da violência nesses recintos, não exclusivamente provocada por seus frequentadores, como relatam os moradores locais, mas pela atuação das forças de segurança pública. Nesse sentido, o depoimento do *Sr. Barbosa* é esclarecedor: "Aí, por qualquer coisa, a polícia passava a aparecer, e eles chegavam distribuindo pancada. Acho que isso fez o pessoal parar de ir também". Segundo o entrevistado, fosse por brigas dentro dos eventos ou por denúncias de perturbação do sossego, a presença policial tornou-se constante, sendo percebida como a responsável por "colocar fim nas festas". A atuação da força policial, aliada às notícias veiculadas nas mídias locais sobre episódios de violência, contribuiu para a gradativa perda de público desses espaços. Ao mesmo tempo, esse processo fortaleceu e consolidou a imagem dos bailes como locais perigosos, reforçando o estigma que os cercavam.

Acreditamos que o leitor esteja se perguntando, "mas o lazer dos nordestinos na cidade de Orlândia desapareceu?" Infelizmente, algumas estrelas, pintadas no mapa do *Sr. Alves* se apagaram com o tempo, seguindo vivas e brilhando apenas na memória. Contudo, algumas outras ainda brilham, em especial aquelas as quais nosso entrevistado se referiu sendo espaços "destinados" a nordestinos. Existem, ainda, pequenos bares e botecos onde o público assíduo é, majoritariamente, composto de nordestinos. Ali, as conversas, risos e lamúrias ainda seguem embalados pela sonoridade do forró, entretanto, sem o brilho e estrutura anterior, a melodia retornou aos equipamentos sonoros. Ademais, criou-se, recentemente, organizada pelo poder público municipal a Festa Nordestina, contudo, veremos na seção seguinte, que tal evento não possui as mesmas funções que outrora possuíam os bailes.

As redes e laços formados nesses espaços de convivência foram essenciais para amenizar o desconhecido e o estranhamento com a cidade, proporcionando apoio mútuo entre os nordestinos. Além de servirem de refúgio e ponto de encontro, esses ambientes desempenharam um papel central no processo de estabelecimento de muitos trabalhadores na cidade. Como discutido em outros momentos do estudo, aqueles que decidiram ficar, criaram raízes, diversificaram suas atividades laborais e, muitas vezes, facilitaram a chegada de amigos, colegas e familiares por meio de indicações a oportunidades de trabalho.

Por fim, cabe frisar que esses espaços foram fundamentais para a construção de um senso de identidade, que oscilava entre a valorização da origem nordestina e a internalização do estigma de serem vistos como *migrantes*, sujeitos eternamente temporários, sem um pertencimento pleno à cidade. Quanto a esse ponto, ao longo da próxima e última seção deste

capítulo, gostaríamos de tecer e sintetizar algumas considerações sobre as transformações históricas dessa identidade na cidade de Orlândia e suas implicações na atualidade cotidiana dos sujeitos. Ao nos determos e analisarmos o processo histórico de estigmatização, mas dando atenção às formas da contra-estigmatização, privilegiamos os relatos dos filhos e filhas dos ex-trabalhadores rurais nordestinos e a luta cotidiana deles pelo reconhecimento como moradores locais.

Nas tramas do cotidiano: (in)certezas do pertencimento

Sr. Barbosa: Uns dizem que eu sou migrante e outros não falam tão bonito, me chamam de piauí [risos] ou só de nordestino. É a mesma coisa, são a mesma coisa. Quer dizer a mesma coisa. Mas veja [risos], tens uns que não são e são, entende?

Entrevistador: Não, como assim?

Sr. Barbosa: Como te explico? Assim para você ser piauí ou o tal do migrante não envolve só você não ser daqui. Envolve muita coisa.

Entrevistador: Pode me dar um exemplo?

Sr. Barbosa: Não dá, é do momento. Depende da pessoa e da situação.

Entrevistador: Como assim?

Sr. Barbosa: É difícil de explicar, percebe? Deixa eu ver, olha, eu sou maranhense, certo? [Sim], mas eu sou chamado de piauí, é que o piauí é isso ele é o de fora, e também eu tenho sotaque, eu nasci lá, então eu tenho o tipo de um piauí [risos], mas tem gente que não, tem gente que os filhos que nasceram aqui são chamados assim também, e nem tem sotaque nem nada, não trabalhou com a cana. Você me entende agora? então depende muito da situação, acho que do momento. Eles [locais] vão usar de uma coisa ou outra pra colocar a gente como o tal do migrante, eu sou, mas muitos não, e são também. Veja se isso não é uma loucura? Isso é coisa de doido [risos].

O relato do *Sr. Barbosa*, que pode ser complementado com diversas outras entrevistas coletadas por nós ao longo destes últimos anos de pesquisa, revela que a identidade de *migrante* não se resume a um simples pertencimento geográfico, no entanto, é uma construção social e histórica moldada pelas interações cotidianas em Orlândia. A categorização como *migrante* não é estática nem objetiva, ao contrário, ela se transforma dependendo da situação, da pessoa envolvida e do contexto em que ocorre a nomeação. O entrevistado evidencia que essa identidade corresponde a um marcador social flexível, ora associado à origem, ora ao sotaque, ora ao trabalho, ora a diversos outros fatores que irão variar. Aquele a quem se denomina migrante não é uma figura objetiva, senão um personagem imaginário, que é construído e reconstruído com diferentes características flexíveis que variam “conforme o momento”.

Nesse sentido, a identidade de *migrante* revela-se cambiante e relacional, sempre sujeita a ressignificações dentro das dinâmicas locais de poder e pertencimento. Na

concepção de Vettorassi (2010), identidade não é uma essência fixa, mas um campo de disputa, onde representação e reconhecimento se entrelaçam. Em Orlândia, ser ou não ser *migrante* é, quase sempre, uma questão de percepção e contexto, evidenciando que as fronteiras identitárias são fluídas e constantemente negociadas no cotidiano. Identidade, portanto, não é o resultado fechado de heranças culturais, mas a produção contínua, e, frequentemente dolorosa, de criações diárias, inseridas no jogo social.

É partindo dessas considerações que, ao longo desta seção, em um primeiro momento, resgatamos algumas observações, já expostas e analisadas durante este estudo, e sintetizamos as principais características dessa identidade e sua consolidação em meio ao cotidiano. Na sequência, dando maior destaque aos relatos de filhos de nordestinos, naturais de Orlândia ou que migraram para a cidade muito jovens, destacamos como esses sujeitos constroem suas identidades e evidenciamos que muitos deles, mesmo combatendo os estigmas, seguem, incorporados em uma mesma, injusta e contraditória relação dialética: são impreterivelmente postos como “*migrantes/piauí*”, mesmo que orlandinos natos, porque são filhos ou netos de nordestinos. Buscamos, assim, trazer luz - ou sanidade - a essa “loucura”, essa “coisa de doido” relatado a nós pelo Sr. Barbosa.

Assim, ao longo desta terceira seção, focaremos e entrelaçaremos três eixos de análise, abordados de forma fragmentada em outros momentos deste estudo - e sistematizados em outros trabalhos¹³¹, quais sejam: a) as reações e as estratégias, discursos e representações construídas em meio às relações cotidianas que estigmatizam nordestinos, seus filhos e netos; b) as resistências e ressignificações da identidade de *migrante/piauí*, sejam elas entremeio às sociabilidades, como nas próprias ações e reações dos sujeitos e, por fim, c) nos arriscamos em pontuar uma incipiente “institucionalização” do estigma de *migrante*, em especial, analisando a criação e realização da Feira Nordestina, em Orlândia, em fins de 2023.

Ao longo do estudo, pontuamos que a identidade de *migrante*, imposta à população nordestina que passa a habitar na cidade de Orlândia, seja de forma temporária ou permanente, consolida-se a partir de uma representação histórico-social do sujeito nordestino e da região Nordeste. Ademais, em Orlândia, as diferenciações entre um grupo e outro também possuem suas particularidades, ser *local* ou *migrante*, é um processo mediado pelas relações cotidianas, pelos laços de pessoalidade e pelas redes sociais criadas no interior dessa comunidade em seu dia a dia. Outrossim, conforme teorizado em outros momentos deste

¹³¹ Ver, por exemplo: Pereira & Gillies, 2022; Pereira, 2021; 2020 e Pereira & Schorner, 2020.

estudo, é possível que certas nuances, inclusive dimensões potencialmente racializadas, atravessem essas distinções, ainda que de modo indireto ou silenciado. O que pouco pontuamos, até o momento, é como os sujeitos, especialmente os mais jovens, agiram e agem frente a esse processo de estigmatização. As reações variaram entre as gerações.

Se por um lado, a primeira geração - composta por um contingente de sujeitos que migram através das redes de trabalho, familiares e de amizade, atraídos e aliciados por *gatos* e pelas promessas de uma vida melhor em terras orlandinas - seguem alimentando o desejo ou ilusão de retorno e, desta forma, conferindo legitimidade à percepção de que sua presença é provisória. Por outro, os mais jovens, filhos dessa primeira geração que chegam à cidade, ainda crianças ou adolescentes, tendem a contestar essa perspectiva.

Cabe aqui retomarmos alguns aspectos do relato da *Srta. Salvador*, apresentado ao final do capítulo anterior¹³². A entrevista com *Salvador* é marcada, em diversos momentos, pela ênfase do preconceito que nordestinos enfrentam na cidade. Sua fala ganha tons de denúncia ao nos informar que sujeitos, estabelecimentos comerciais e até mesmo órgãos públicos municipais tinham como prática comum discriminar nordestinos. *Srta. Salvador* se coloca, na maioria das vezes, como uma pessoa que não tolera a discriminação, buscando se diferenciar de seu pai e outros sujeitos, sobretudo os mais velhos que, segundo ela, silenciam-se frente aos preconceitos enfrentados cotidianamente, mormente em virtude do medo e do cansaço, evitam confrontos.

Toda vez que você toca no assunto de preconceito, você percebe que ele [Sr. Alves] muda de assunto [risos], ele é assim, ele não, todos os mais velhos aqui são assim, eles aceitam, eles ficam quietos, eu acho que isso é um pouco de medo sabe, de tudo as coisas que eles já passaram aqui. Mas eu não, de jeito nenhum, quando me chamam de piauí, falam que eu sou migrante eu viro no diabo [risos]. Eu não sou, eu sou orlandina, não nasci aqui, isso é verdade, mas eu estou aqui há muito tempo, tanto tempo quanto muita gente que se diz daqui. Mas é isso, Bruno, uns ficam quietos, outros acham graça e muitos como eu não engolem a seco, brigam! Por que tem que ser assim sabe, o velho ali vai falar 'a é o jeito deles, é brincadeira', mas no fundo a gente sabe que não é, o nome disso é preconceito, discriminação, a gente tem que dar nome aos bois, quando eu sou constrangida eu constranjo também! [silêncio] Mas [silêncio] no fundo da alma da gente [silêncio] da um sentimento ruim sabe, lá no fundo, um amargo na boca, que às vezes eu me sinto uma intrusa, já falei isso com muitas amigas, todos aqui tem esse sentimento, até quem é nascido aqui que tem pai e mãe nordestino, como é o nome? [silêncio], síndrome de impostor, acho que é isso, às vezes eu me sinto uma impostora aqui, digo que sou orlandina, mas no fim das contas eu sou piauí, mas não o piauí deles, eu sou o piauí do meu pai (*Sra. Salvador*, Maio/2023).

O depoimento da *Srta. Salvador* revela aspectos centrais sobre a experiência dos nordestinos em Orlândia, especialmente no que diz respeito ao preconceito, às estratégias de enfrentamento e à construção e redefinição da identidade de *migrante/piauí*. A experiência

¹³² Consultar o relato disponível nas páginas 186 e 193.

dos sujeitos nordestinos, na cidade, é atravessada por processos de pertencimento e exclusão, algumas vezes manifestados por meio de estereótipos e microagressões cotidianas. Seu relato destaca como diferentes gerações lidam com a discriminação: enquanto os mais velhos, como seu pai, preferem o silêncio e a resignação - frequentemente por medo - ela adota uma postura combativa, recusando-se a aceitar o preconceito sem reação.

Todavia, não interpretamos o silêncio, o desconversar, ou o negar-se a falar do preconceito, como mero sentimento de medo, conforme faz *Salvador*. Em outros momentos, abordando diferentes temas, pontuamos que o silêncio, o desconversar, mudar de assunto ou simplesmente negar-se a falar determinados assuntos, podem ser compreendidos como certa estratégia dos sujeitos. O “não-dito”, é uma resistência consciente que pode resguardar as pessoas de sofrimentos e constrangimentos (Pollak, 1989).

De fato, entre o conjunto de relatos coletados, ao longo desses anos, poucos, especialmente os nordestinos mais velhos, abordaram o tema do preconceito, mesmo sendo suas reações a ele, de forma enfática ou crítica. Na maioria das vezes, os episódios de discriminação, quando mencionados diretamente, foram narrados como meras piadas ou brincadeiras, de preferência tratados como situações que não lhes causaram maior constrangimento. Contudo, nas entrevistas realizadas na presença de filhos e filhas, conforme o caso do *Sr. Alves*, sinais sutis, como o balançar de cabeça, risos nervosos ou até contestações verbais mais diretas, revelam-nos camadas ocultas desses relatos. Um exemplo claro foi o da *Srta. Salvador*, afirmando-nos que, sim, seu pai sofrera com o preconceito, e que isso teve implicações reais em sua trajetória, sobretudo na dificuldade de conseguir emprego nas empresas locais. São justamente esses indícios que nos permitem acessar os “não ditos”, compreendidos, aqui, como formas de resistência e de proteção diante do sofrimento e do constrangimento. Ademais, como veremos mais à frente, o preconceito foi também enfrentado por meio da resignificação da identidade de *migrante*.

Além das diferenças do modo que cada geração lida com os preconceitos enfrentados no dia a dia, gostaríamos de nos focar em dois aspectos os quais acreditamos ser fundamentais e marcam a trajetória de nordestinos, por exemplo os mais jovens, são eles: a síndrome de impostor e a resignificação da noção/identidade de *piauí* ao serem adotadas por eles/as.

A noção de “síndrome do impostor” apresentada pela *Srta. Salvador* reflete um sentimento de deslocamento e insegurança identitária que vai além do contexto individual, revelando uma dimensão social e coletiva da experiência de nordestinos na cidade. Embora tenha vivido em Orlândia por grande parte da vida e se reconhecer como orlandina, ela

percebe e sente - ‘no fundo da alma’ - que a sociedade ainda a enxerga uma *outsider*, reforçando um pertencimento condicionado à origem familiar e não à vivência concreta na cidade. Esse sentimento, o “amargo na boca”, evidencia que a discriminação e a exclusão simbólica podem internalizar nos sujeitos a dúvida sobre sua legitimidade no espaço em que ocupam, criando um estado de constante negociação cotidiana, entre a identidade que reivindicam e aquela que lhes é imposta socialmente. A sua condição é paradoxal, ela está aqui, vive, trabalha, diverte-se, chora e ri nesta cidade, mas, constantemente se imagina um intruso ou uma forasteira que pertence a algum ali, a um outro lugar (Sayad, 1998; Cavalcanti, 2005).

Essa noção de se sentir um/a impostor/a também nos foi relatado pelas entrevistadas *Coelho e Souza*:

Eu cheguei por aqui muito nova com a minha mãe e irmã, eu quase não lembro de nada do Piauí. Minha vida é aqui, eu estudei, trabalhei, me formei em Ribeirão e to trabalhando aqui. Então eu me considero orlandina, mesmo que muitos coloquem que eu não seja, mas eu sou, é como me sinto. Eu sofri e sofro ainda muito preconceito, eu sou dentista, sou concursada na rede de saúde aqui de Orlândia, to morando em uma região super rica, mas eu já vi e ainda vejo muita gente me olhar torto. Eu tento ignorar isso, sempre tentei, na escola, os colegas sempre que podiam tentavam me cutucar, tirar sarro, eu antes ficava muito brava, depois eu optei por ficar quieta sabe, porque quando você liga, quando da bola para isso é pior, mas [silêncio], dava muita raiva, no fundo a gente se sente mal, o preconceito, ele mexe com a gente, faz a gente se sentir fora do lugar, não sei como explicar, hoje em dia eu dou uma de louca [risos], faz a gracinha eu olho séria, a pessoa perde a linha, fica constrangida na hora [risos]. Mas ainda é comum, olha eu ganho muito bem, minha casa, com eu disse é numa região super conceituada aqui, mas veja, eu sou piauí! É isso que fica (*Srta. Coelho*, Abril/2023).

Minha vida, a minha história é aqui em Orlândia, eu já fui e voltei do Maranhão algumas vezes, mas para passar férias, acompanhar meus pais, não para morar lá nem nada, porque minha vida é aqui. Aqui eu casei, tenho dois filhos, tenho meus negócios, eu sou uma empresária de sucesso aqui [risos], emprego pessoas na cidade, eu contribuo para o desenvolvimento aqui, mas não vou mentir, as vezes a gente sente umas pontadas no peito, por causa mesmo do preconceito, i se eu for começar a falar, vamos ficar horas aqui, todo nordestino sofreu preconceito nesta cidade e ainda sofre, muitos evitam falar sobre. O nordestino, migrante né, aqui a gente é isso, mas sem ser [silêncio]. Migrante [risos], que piada, não acha? (*Srta. Souza*, Abril/2023).

Ambas as entrevistadas dividem trajetórias comuns. Migram para a cidade ainda muito jovens e, nela, constroem suas vidas, formam suas redes de amizade e solidariedade, encontram parceiros, e consolidam suas carreiras profissionais. Todavia, o comum nesses relatos/trajetórias são os diversos preconceitos enfrentados e combatidos, além do contraditório sentimento de pertencer e não pertencer, ser ou não ser orlandina.

O relato da *Srta. Coelho* evidencia as complexidades do pertencimento, da exclusão e do preconceito no percurso de nordestinos em Orlândia. Ao longo de sua vida, ela desenvolveu diferentes estratégias para lidar com a discriminação cotidiana. Se, na infância,

sua reação era de indignação e confronto direto, com o tempo, adotou o silêncio como forma de proteção. No entanto, esse silêncio não representou conformismo, mas um mecanismo que a levou a elaborar novas formas de enfrentamento, em especial, o de encarar e constranger os agressores.

Sua ascensão social, relatada e repetida diversas vezes ao longo de sua entrevista, marcada pela conquista de um cargo público e pela mudança para um bairro valorizado, não a protegeu do preconceito. Pelo contrário, os olhares de desconfiança e as “piadas” apenas se resignificaram, reforçando a sensação de que, independentemente de suas conquistas, sua identidade continuará sendo questionada: ‘eu sou piauí! É isso que fica’, perspectiva dividida por *Salvador*: “[...] no fim das contas eu sou piauí”.

Seu depoimento reforça a ideia de que a exclusão social não se dá apenas por meio de agressões explícitas, mas também de forma velada e constante. Mesmo ocupando espaços de prestígio, a entrevistada ainda sente que sua presença nesses locais é questionada, como se estivesse habitando um território que não lhe é legitimamente concedido. Seu relato dialoga com a experiência de outras nordestinas que, apesar de terem se estabelecido e investido na cidade, seguem sendo lembradas e, em certos momentos, reduzidas à sua origem. A ascensão social, longe de dissolver barreiras, reafirma os limites simbólicos da exclusão, tornando ainda mais evidente a disputa por reconhecimento e pertencimento.

Diferente de *Coelho*, que se empregou no setor público, *Srta. Souza* trilhou o caminho do empreendedorismo, estabelecendo-se como empresária na cidade. Atualmente, é proprietária de dois estabelecimentos comerciais: um salão de estética, localizado próximo à região central, e uma loja de roupas e acessórios femininos no extremo-leste da cidade. No entanto, assim como *Coelho*, *Souza* enfrentou uma série de obstáculos marcados pelo preconceito para consolidar sua carreira profissional. Ela nos revelou que, ao tentar abrir seu primeiro negócio, além de precisar de um fiador – prática comum –, foi obrigada a pagar três meses de aluguel adiantado, uma exigência que, segundo ela, não era imposta a todos, mas, especialmente, aos nordestinos. Como justificativa para essa condição diferenciada, informou que “o pessoal ainda desconfia que vão dar golpe”. O “golpe” seria o de romper o contrato de aluguel para retornar ao Nordeste, sem pagar as taxas relativas à quebra do contrato. A prática de cobrança de aluguéis “a mais”, reflete e reforça a noção da “ilusão da provisoriedade” de nordestinos na cidade.¹³³

¹³³ *Sr. Chagas*, nos contou que, para ele, a maior dificuldade de nordestinos alugar residências fora dos chamados condomínios jaz no medo de proprietários “tomarem calote”, segundo ele existia uma “lenda urbana”, que os “piauí” no final das safras da cana iam embora sem pagar o último aluguel, como também as taxas referentes a possíveis reparos e nova pintura da residência (a taxa geralmente era de mais um aluguel).

No dia a dia do trabalho, no primeiro estabelecimento, *Souza* relatou as diversas ofensas enfrentadas, muitas delas veladas, por parte de suas clientes que, em sua maioria, eram moradoras locais. Inicialmente, os comentários de suas clientes eram enfrentados por ela e pelas funcionárias com o silêncio, contudo, com o passar tempo, ao ficarem “de saco cheio”, passam a combatê-los. Assim como *Coelho* que passou a “encarar” aqueles que tentavam constrangê-la, *Srta. Souza* e suas funcionárias, orientadas por ela, utilizavam-se da ironia, do riso, também de outros comentários velados, a fim de devolver as “atrocidades” faladas. O comum “não entendi” como resposta às ofensas (“brincadeiras”), utilizado por ela e as funcionárias, gerava um constrangimento naquelas que as ofendiam, ao tentar explicar os comentários, na maioria das vezes, as/os ofensoras/es calavam-se, fingiam não ter escutado a repostada dada, logo utilizavam-se como resposta a expressão, “foi brincadeira”. Esse combate era pensado e calculado, buscavam se preservar e não perder clientes, e, ainda, não se calar frente aos preconceitos e discriminações.

Como *Srta. Salvador*, ambas as entrevistadas reforçam seu pertencimento a cidade, utilizam-se do tempo de moradia nesses espaços, suas contribuições e investimentos econômicos (compra e aluguéis de casas e outros espaços onde desenvolvem suas atividades laborais) e as redes e laços que estão inseridas, para atestarem sua pertença e relação com Orlândia. Contudo, ao se defenderem e combaterem os preconceitos e discriminações que insistem em colocá-las como não pertencentes, ou menos orlandinas que outros, confessam que também dividem, como *Salvador*, o “amargo em suas bocas”, o sentimento de impostoras.

Esses dias, estava eu e mainha aqui, sentadas tomando uma cerveja na varanda, e me deu um negócio ruim sabe, hoje eu tenho um emprego que me paga muito bem, muito mesmo, moro em uma região super nobre da cidade, e fiquei com isso na cabeça, com um peso, parece que to fora do lugar, já te contei a vez que a moça que limpa aqui falou? [Não], ela uma vez chegou e me falou assim: ‘eu conto para as minhas amigas que você é piauí e mora aqui [Jardim Teixeira], elas não acreditam’, isso reforçou muito esse sentimento ruim sabe, reforça que eu não pertença a esse lugar. Isso é horrível (*Srta. Coelho*, Abril/2023).

Eu teimo comigo mesmo, porque não adianta eu ficar batendo boca ou brigando com quem fica me colocando como migrante, como piauí, mas a minha cabeça me incrimina também [risos]. É um sentimento horrível isso, sabe? É horrível. Eu sou uma empresária, e de sucesso! Eu invisto nesta cidade, emprego pessoas, eu sou daqui, mas tem dias que aquele diabinho no meu ombro me joga um ‘será?’, eu fico com isso o dia todo na cabeça (*Srta. Souza*, Abril/2023).

Atualmente as safras, ou melhor, as colheitas destas, não são mais executadas por nordestinos, mas por máquinas, nordestinos laboram em diferentes atividades, especialmente no mundo urbano, contudo este “medo do calote” ainda persiste, pois, a ilusão da provisoriedade segue viva, a qualquer momento “podem voltar para sua terra”.

O caso de *Srta. Coelho* ilustra que o pertencimento pode ser contestado mesmo quando ocupa um espaço de prestígio na cidade. A surpresa expressa pelas amigas de sua empregada doméstica, ao ver uma nordestina morando em um bairro nobre, revela uma expectativa social de que certos espaços não pertencem a eles, reforçando barreiras simbólicas de exclusão. Já *Srta. Souza* traz um elemento ainda mais profundo ao relatar que, embora não ouvisse diretamente comentários externos, sua própria mente a colocava em dúvida, mostrando que o preconceito internalizado pode atuar como fator de autovigilância e autossabotagem. O "diabinho no ombro" que lhe sussurra incertezas reflete um conflito psicológico constante, onde a identidade vivida se choca com a identidade imposta.

Ambas as falas reforçam a ideia de que a "síndrome do impostor" não é apenas uma sensação individual, mas um fenômeno social que se enraíza na experiência dos nordestinos e de seus descendentes. Mesmo após conquistarem reconhecimento profissional e estabilidade financeira, as entrevistadas seguem submetidas a um olhar externo, e interno, que questiona suas presenças e pertencimentos na cidade. Assim, a exclusão dos nordestinos, em Orlândia, não se manifesta apenas por meio de preconceitos diretos, mas, sim, por meio de microagressões - na maioria da vezes veladas, transvestidas de "piadas", expectativas sociais restritivas e um sentimento constante de "estar fora do lugar" - mesmo quando, objetivamente, elas deveriam ser reconhecidas - e se reconhecerem - como parte legítima do tecido social local, pois, como discutido anteriormente, ser "morador local", para grande parte dos sujeitos, de modo especial, aqueles migrados, em fins do século passado, para a cidade, não significa possuir naturalidade, mas, sim, um sentimento de pertença, criado pelos laços e redes sociais entre eles e o local que habitam.

Em uma tarde de janeiro de 2020, encontrávamo-nos na residência da *Srta. Almeida*, mulher parda de 31 anos, natural de Arapiraca, Alagoas. *Almeida*, migrou para Orlândia acompanhando a família, em fins da década de 1990, ela é filha da *Sra. Marques*, que teve parte de sua trajetória exposta e analisada ao longo do primeiro capítulo deste estudo¹³⁴.

Naquela ocasião, a entrevista foi concedida em conjunto com a mãe dela, enquanto dobravam palha. Falávamos, naquele momento, acerca dos preconceitos que nordestinos sofriam na cidade. Por um lado, *Sra. Marques* negou veemente que sofrera preconceito, mas, por outro, em dada ocasião, relatou o desconforto de ser chamada cotidianamente de "piauí", quando, na verdade, deveria ser identificada como alagoana. Foi então que nos contou, sob protestos da filha, a primeira vez que *Srta. Almeida* foi chamada assim, na escola, ainda

¹³⁴ Consultar a trajetória disponível entre as páginas 40 a 44.

criança: “Ela chegou chorando [risos], brava, muito brava, porque tinham chamado ela assim e todo mundo riu”. Após o relato da mãe, *Almeida*, como se lembrasse e rememorasse a experiência, calou-se e, logo argumentou baixinho, quase não pego pelo gravador, o questionamento que transcrevemos abaixo:

Srta. Almeida: Será que o meu filho vai ser chamado de piauzinho na escola?

Entrevistador: Você acha que vai?

Srta. Almeida: ‘Filho da piauí’ [risos], vai né? Pode ser que sim, pode ser que não. Ele não tem sotaque [silêncio]. Mas eu também não tinha, e eles me chamavam assim [silêncio]. Não sei se vai [risos], isso é uma coisa para pensar.

O relato da *Srta. Almeida* se conecta profundamente com os sentimentos expressos por *Srta. Coelho* e *Srta. Souza*, ao evidenciar que a exclusão e a sensação de não pertencimento não se limitam ao indivíduo, mas se estendem às gerações seguintes. Assim como as outras entrevistadas, *Almeida* questiona se a sua posição na cidade será reconhecida plenamente ou se a sua origem continuará sendo um fator de diferenciação e hierarquização social. Seu temor de que o filho possa ser rotulado como “piauzinho” demonstra que a identidade imposta aos nordestinos pode persistir mesmo quando os traços mais evidentes da migração, conforme o sotaque, desaparecem.

Essa incerteza reforça a ideia de que o preconceito não se dá apenas pela condição objetiva da migração, mas por uma construção simbólica que mantém determinados grupos à margem da identidade local. Enquanto *Srta. Coelho* e *Srta. Souza* questionam seus pertencimentos, mesmo após ascenderem economicamente, *Almeida* antecipa um possível futuro de exclusão para seu filho, sugerindo que o estigma pode ser transmitido àqueles que, teoricamente, deveriam estar plenamente integrados à cidade. Dessa forma, o sentimento de impostor não se restringe às nordestinas que lutam pelo reconhecimento de pertença, mas pode também ser vivido por seus descendentes, perpetuando uma sensação de deslocamento que atravessa gerações.

Contudo, é importante ressaltar, retomando o relato da *Srta. Salvador*, exposto em páginas anteriores, que a própria noção de *migrante* ou *piauí* passou por um processo de ressignificação. Se, por um lado, essas categorias ainda carregam a marca da exclusão e do não pertencimento, por outro, elas também incorporam novos significados. Quando *Salvador* afirma “não o piauí deles, eu sou o piauí do meu pai”, ela não apenas rejeita a identidade imposta pelos chamados “locais”, mas reivindica uma identidade própria, construída a partir de sua vivência e de suas referências familiares. Assim, a identidade de *migrante* não é simplesmente uma posição de marginalidade, logo, é um espaço de reconstrução subjetiva, no qual novas formas de pertencimento são criadas a partir da experiência e da agência dos

próprios nordestinos na cidade de Orlândia. Em síntese, expõe Vettorassi (2006; 2010) que, entremeio às relações conflituosas, é necessário também colocar em destaque o processo de ressignificação do universo cultural e simbólico daqueles tidos como “os outros”, neste sentido, a incorporação da identidade estigmatizada pode ser lida e interpretada enquanto estratégias de reação nesse embate de forças.

Quando *Srta. Salvador* pontuou que se considerava “piauí de seu pai”, ela estava se referindo, sobretudo, a um momento de uma das entrevistas do *Sr. Alves*, realizada anos antes, na qual ela participou como ouvinte. Permitam-me transcrever parte daquele relato:

Quando eu chamo o meu vizinho aqui, o Mané de piauí, e ele é maranhense, ele não vai ligar, porque eu e ele, a gente, é nordestino, a agente é migrante mesmo, então quando eu chamo ele, ou ele me chama, é uma coisa, é isso que ele e eu, a gente, sabe quando a gente se chama assim, como piauí pra mim é o sujeito trabalhador, o meu irmão de terra, brincalhão, era o companheiro do forró. Agora quando o Zé, que é um morador local, é orlandino, chama a gente assim, mesmo que eu seja do Piauí aí a gente se endiaba [risos]. Por que na boca dele, a gente sabe bem o que piauí significa. Então eu me considero sim migrante, o piauí, porque eu sou, mas não o deles. Eu prefiro ser piauí, porque o piauí é trabalhador, o que tem para fazer a gente faz, o orlandino, o daqui é folgado [risos], porque saíram da cana? Porque só queriam bagunçar, trouxeram a gente porque nós somos fortes, eles são um bando de aproveitadores, a gente não, a gente é cabra da peste [risos]. Foi o nordestino que construiu essa cidade, que deu vida para isso aqui, pedreiro, carregando saco nas empresas aqui, fazendo de tudo, foi a gente (*Sr. Alves*, Fevereiro/2020).

Sr. Alves, novamente “nos complica”, dando outra volta no parafuso, ele complexifica a noção de *migrante/piauí*. Sua fala evidencia, de forma clara, o processo de ressignificação da identidade e a dinâmica de pertencimento e alteridade que permeia as relações entre nordestinos e os chamados “locais” em Orlândia. Em seu relato, a noção/identidade, ao ser empregada por um nordestino, remete a uma imagem valorativa que exalta qualidades dos nordestinos (trabalhador, brincalhão, solidário etc.), uma identificação coletiva (“irmão de terra” [nordestino]). *Piauí* e *migrante* em seu relato não são apenas um marcador geográfico, mas uma identidade compartilhada que reforça laços de pertencimento entre nordestinos, associada a valores como esforço, companheirismo e resistência. Já o seu emprego por um morador local, ou alguém de fora do grupo nordestino, é visto com maus olhos, pois, conforme exposto por ele e por sua filha, a noção de *migrante* e *piauí*, corresponde a uma identidade negativa. Em síntese, *Alves* sugere que, ‘na boca’ do morador local, *piauí* se torna uma ofensa, um rótulo que reforça o lugar subalterno, historicamente, atribuído aos nordestinos.

Há, portanto, uma subversão da identidade de *migrante/piauí*, atribuindo-lhe características predominantemente positivas. As noções de força física e disposição para o trabalho, antes associadas ao estigma da migração, por estarem vinculadas ao corte da cana e

a outras ocupações urbanas pouco valorizadas, passaram a ser reinterpretadas como qualidades distintivas. Esses atributos agora funcionam como um trunfo, contrastando com a imagem dos chamados "locais", descritos pelo Sr. Alves, e por muitos outros, como folgados, não aguentam o serviço ou até mesmo aproveitadores. Nesse processo, observa-se a construção de uma contra-narrativa pelos próprios estigmatizados, que ressignificam sua identidade e projetam uma representação positiva de si mesmos. Assim, o nordestino, o *migrante/piauí* passa a ser visto não apenas como um trabalhador, mas alguém forte, honesto e essencial para o desenvolvimento e vitalidade da cidade. Assim, a identidade desse grupo não é apenas reafirmada, mas valorizada em oposição ao grupo local, consolidando um sentido de pertencimento que vai além da territorialidade e se ancora na experiência de luta, trabalho e da própria vivência no tecido urbano.

A ressignificação do que significa ser um *migrante* ou *piauí* em Orlândia é um processo em constante construção. Esse fenômeno pode ser compreendido como parte da formação de uma certa *coesão grupal*, isto é, de uma identificação coletiva entre os nordestinos. Mediante ao que foi discutido nos tópicos anteriores deste capítulo, essa coesão se consolidou fortemente em espaços de sociabilidade, por exemplo, nos bailes de forró, e nas relações estabelecidas nos locais de moradia e trabalho.

É válido pensar que, com essa ressignificação, o grupo passou, aos poucos, a resistir aos processos de estigmatização. De acordo com Elias & Scotson (2000), quando os mecanismos criados para desqualificar um grupo começam a perder força, como no caso da perda do *status* negativo da expressão *piauí*, isso indica que as relações de poder entre os grupos estão se transformando. A fala do Sr. Barbosa ilustra bem essa mudança: "[...] Então eu não ligo que chamem assim, para ofender vai ter que chamar de outra coisa". Esse trecho sintetiza que a identidade, antes imposta como um rótulo pejorativo, foi ressignificada pelos próprios nordestinos, reduzindo seu impacto discriminatório e fortalecendo o senso de pertencimento.

Todavia, é necessário frisar que, se por um lado a ressignificação dessa identidade fortalece um sentimento de coletividade e coesão dentro do grupo, permitindo que seus membros se unam contra os processos de estigmatização, por outro, ela pode reforçar a sensação de não pertencimento ao espaço mais amplo da cidade, desta forma, mantém-se vivo sentimentos de 'síndrome de impostor', e de 'ilusão da provisoriidade'. A reafirmação de uma identidade específica – *piauí*, *migrante* ou *nordestino* – pode, em alguns contextos, consolidar e ampliar barreiras simbólicas entre os grupos, perpetuando a distinção entre os *de dentro* e os *de fora*.

Além disso, de acordo com o já discutido, as identidades *local* e *migrante/piauí* não são estáticas, mas maleáveis e dinâmicas. Elas se reconfiguram constantemente, moldando-se às circunstâncias e à necessidade de diferenciação imposta pelo grupo dominante. Assim, a maneira como essas identidades são acionadas e percebidas depende do contexto social em que se manifestam, revelando um jogo contínuo de pertencimento, exclusão e ressignificação, vide o relato do Sr. Barbosa que abriu a presente seção, ser *migrante* ou *piauí*, “[...] não envolve só você não ser daqui. Envolve muita coisa. [...] Depende da pessoa e da situação”.

Ao destacarmos que a identidade de migrante em Orlândia é uma construção histórica e social, consolidada no cotidiano por meio de enfrentamentos e aceitações, reforçamos que essa categorização não é fixa, porém se forma devido as interações diárias, funcionando ora um marcador de pertencimento, ora um elemento de exclusão e estigmatização. Todavia, entre 2023 e 2024, arriscamo-nos a dizer, mediante uma incursão introdutória, que essa identidade passou a ser, também, *institucionalizada*, especialmente com a criação da Feira Nordestina em Orlândia.

Em outubro de 2023, Orlândia realizou a 1ª Feira Nordestina. O evento surgiu a partir da percepção do poder público municipal, por meio da sua Secretaria de Cultura, de que havia na cidade uma presença expressiva da comunidade nordestina. Conforme noticiado pelos jornalistas da ORC, em setembro daquele ano, identificou-se que muitos nordestinos estavam envolvidos em diversas atividades nos setores público e privado, sendo, portanto, merecedores de reconhecimento. Segundo publicações nas redes sociais da Prefeitura e do então prefeito Pedro Bordin Neto, a festa foi idealizada para homenagear as milhares de famílias nordestinas que residem em Orlândia e região.

Desde a criação, a festa passaria a integrar o calendário oficial de eventos do município, ao lado do Carnaval, Celebra Orlândia, Feira do Livro e Festa das Nações. O primeiro evento, foi realizado na Praça da Matriz, no centro da cidade, contando com três dias de *shows* com grupos de forró conhecidos na região. Já em 2024, o evento ganhou um novo nome: "Oxente Orlândia" e passou a ocorrer na tradicional Praça dos Imigrantes, localizada no centro histórico da cidade, próxima à antiga Estação Orlando (atual Biblioteca Municipal) – considerada o marco zero da cidade. Na segunda edição, a festa contou com uma programação musical de destaque. Entre as atrações principais estiveram artistas e grupos reconhecidos nacionalmente, como Barões da Pisadinha, João Gomes e Léo Magalhães. Além dos *shows*, o evento trouxe uma ampla praça de alimentação com comidas típicas, feira de artesanato e parque de diversões.

Nessa segunda edição, a comemoração também se estendeu às escolas da Rede Municipal de Ensino. Em alusão ao evento, a Secretaria de Educação, em parceria com a Cozinha Piloto, organizou uma semana gastronômica especial. Durante esse período, foram servidos pratos típicos nordestinos, adaptados para os estudantes das escolas municipais e estaduais. O cardápio incluiu arroz com capote, paçoca de carne, salada nordestina, arroz de cuxá e baião de dois. Segundo nota da Secretaria de Comunicação da Prefeitura, publicada em seu perfil oficial na rede social *Facebook*, a iniciativa buscava celebrar a cultura e a gastronomia “[...] dessa região tão rica, alegrando os alunos de famílias nordestinas que residem em nossa cidade.”

Entretanto, a realização dos festejos gerou polêmicas. Assim que o evento passou a ser planejado e divulgado pelo poder público municipal, no início do segundo semestre de 2023, observou-se uma intensa movimentação discursiva nas redes sociais, principalmente nas páginas e perfis oficiais da administração pública, na rede social *Facebook*. Muitos comentários enfatizavam a importância do evento, destacando sua relevância tanto para a economia local quanto para a valorização e visibilidade dos sujeitos homenageados. Entretanto, também houve um número significativo de comentários contrários à realização da feira, seja por meio de falas preconceituosas, seja por acusações de que o evento representaria um desvio de recursos de outras áreas da gestão pública.

Em agosto de 2023, meses antes da primeira edição da feira e, no momento das primeiras divulgações oficiais, recebemos diversas mensagens de alguns de nossos entrevistados. De um lado, celebravam a iniciativa, ressaltando que "finalmente houve reconhecimento" da presença nordestina na cidade e na região. Por outro lado, houve manifestações de preocupação. Um exemplo disso é a mensagem enviada a nós pela *Srta. Salvador*:

Pronto, agora sim fica claro quem é e quem não é daqui. [...] O velho [seu pai, *Sr. Alves*] tá aqui bem feliz, mas eu acho que vão só reforçar [os estereótipos]. [...] Decerto vão só fazer coisas exóticas, coisas de novela, meu Deus, espero que não. [...] Viu os comentários na publicação?

Essa mensagem de *Salvador*, coloca em destaque questões já pontuadas por ela ao longo de nossas entrevistas. Ela chama a atenção para as tensões em torno da representação dos nordestinos como sujeitos “não pertencentes”, e destaca que o evento poderia reforçar a distinção entre migrantes e “nativos” - “quem é quem”, como também se preocupava com qual seria a representação dos nordestinos exposta em meio a feira, podendo ser um recorte folclorizado.

Ao nos questionar sobre os tais comentários, ela estava se referindo às reações negativas ao evento nas redes sociais. Entremeio as reações à publicação da Prefeitura na rede social *Facebook*, muitos comemoravam a realização do evento, outros o criticavam veementemente. Em nosso diário de campo, registramos algumas dessas manifestações negativas:

kkkkk [referência a risos] Ah pronto, era o que faltava!

No começo da festa vão servir rapadura kkkkkk!

Acabou aqueles fervo do diabo dos forró para vir a prefeitura e fazer festa para esse povo, só por Deus!

Querem festa? Que vão pra terra deles! Tem que pegar isso e colocar na saúde, que está uma zona!

Meu Deus, mais isso agora? A piauízada deve estar amando...

As opiniões acima, foram registradas na primeira publicação a respeito da festa, na rede social *Facebook*, em agosto de 2023. Elas nos revelam a presença e perpetuação de discursos estigmatizantes em relação à população nordestina, na cidade, evidenciando parte dos preconceitos historicamente associados a esse grupo, discutidos ao longo deste estudo. Essas falas não apenas rejeitam o evento, mas também reforçam estereótipos culturais, a partir de um certo imaginário social à região Nordeste, ao estigma social historicamente atribuído aos bailes de forró, além de reforçar a ideia do não pertencimento. Destacamos ainda, que no último comentário, seu autor coloca em destaque a noção de “piauí”, em uma conotação pejorativa e generalizadora, utilizada de forma abrangente para se referir a qualquer nordestino na cidade.

Quase todos os comentários com menções negativas ao evento foram, posteriormente, excluídos da publicação, e, alguns dias depois, a própria postagem foi removida da página oficial. Infelizmente, por falta de atenção e preparo, não realizamos a captura de tela (*print screen*) desses comentários, restando apenas os registros anotados em nosso diário de campo.

Além dessa publicação, outras postagens sobre o evento também foram removidas ou editadas. Algumas permaneceram no ar, mas, ao que tudo indica, houve um controle rigoroso dos comentários. Nas publicações identificadas posteriormente, tanto do primeiro (2023) quanto do segundo evento (2024), verificamos a predominância de opiniões elogiosas, tanto ao poder público municipal quanto à iniciativa da feira. Isso sugere um possível processo de mediação e filtragem das interações, visando minimizar críticas e reações negativas. Esse cenário revela como a identidade e o pertencimento na atualidade são disputados não apenas

no espaço físico da cidade, mas também ganharam o palco do ambiente digital, tornando as redes sociais um termômetro das tensões culturais e sociais locais.

No segundo evento, conforme exposto nas contas oficiais do poder público, não houve nenhum tipo de comentário negativo nas publicações, contudo, isso não quer dizer que não houve sujeitos contrários à sua realização. Em um vídeo, publicado no perfil da ORC, intitulado "Desabafo", trecho de uma entrevista concedida pelo então prefeito Bordin Neto, no final de setembro de 2024, revelou que a festa vinha novamente sofrendo uma série de ataques. No vídeo, o prefeito afirmou que o poder público não toleraria manifestações preconceituosas contra a população nordestina, enfatizando: "Somos um povo só, somos todos brasileiros. Meu respeito e solidariedade ao povo do Norte e Nordeste, que saiu de suas terras e aqui construiu sua história e a nossa história".

É relevante destacar que, na época, o município se encontrava em período eleitoral. Embora Bordin Neto não concorresse à reeleição, apoiava um candidato de seu partido, o qual liderava as intenções de voto e, de fato, consagrou-se vencedor no pleito. Em seu pronunciamento buscou refutar acusações de desvio de verbas de áreas da saúde e educação para a realização do evento. Além disso, o prefeito denunciou que seus opositores estariam utilizando críticas aos gastos municipais com cultura e lazer como forma de mascarar posturas xenofóbicas.

Se, por um lado, a festa reconhece e homenageia a presença nordestina na cidade, por outro, sua própria existência levanta questionamentos sobre os limites da integração dessa população. A fala do então prefeito, ao afirmar que "somos um povo só, somos todos brasileiros", entra em contradição com a necessidade de um evento específico para destacar a cultura nordestina. Afinal, se a presença nordestina está incorporada à identidade local, por que ainda se faz necessário demarcá-la como algo à parte? Essa celebração, ao mesmo tempo que valoriza a herança cultural do Nordeste, acaba por reforçar a noção de não pertencimento.

Ademais, a maneira como a cultura nordestina foi representada nos eventos merece reflexão. Muitas das atrações e elementos visuais em ambos os encontros reforçam uma visão homogênea e estereotipada do Nordeste, reduzindo sua diversidade cultural a símbolos amplamente difundidos na mídia, como o forró, a literatura de cordel e pratos típicos. Embora esses elementos façam parte do imaginário nordestino, a região é marcada por grande pluralidade cultural, que varia significativamente entre seus estados e, mesmo dentro deles. A ausência dessa diversidade, na festa, sugere um enquadramento folclórico, cristalizando uma ideia exótica que, muitas vezes, não corresponde às vivências reais dos sujeitos na cidade.

Todavia, esse evento oficializa e visibiliza as referências culturais nordestinas na cidade, mesmo que ainda possa reforçar a identidade migrante como algo distinto da identidade "orlandina". Se, por um lado, a feira se apresenta como espaço de valorização da cultura nordestina, por outro, ela cristaliza a ideia de que esses sujeitos pertencem a um grupo à parte, delimitado e separado da identidade local. Assim, a institucionalização dessa identidade opera em um campo de tensões: ao mesmo tempo que fortalece o reconhecimento cultural, também reafirma a condição de "outro" para os nordestinos, perpetuando a distinção entre "migrantes" e "moradores locais". Dessa forma, a identidade dos nordestinos em Orlândia não se forma apenas no cotidiano das interações, mas em espaços institucionalizados que tanto podem ser instrumentos de inclusão e pertencimento quanto reforçar as barreiras simbólicas que os mantêm como um grupo à parte, na cidade. Dessa forma, os eventos podem ser vistos como uma iniciativa ambígua: ao mesmo tempo que dá visibilidade à comunidade nordestina e sua cultura, reforça fronteiras simbólicas entre nordestinos e demais moradores da cidade.

Contudo esse debate perde seu sentido em 2025. A festa, que completaria sua terceira edição, foi reformulada e incorporada a um novo formato. Em publicação realizada em 11 de julho daquele ano, o prefeito Gabriel Grassi anunciou, por meio de sua conta no *Instagram*, que a Festa Oxente Orlândia seria unificada à Festa das Nações, dando origem à chamada Festa da Solidariedade. Segundo o chefe do Executivo, a proposta era promover uma celebração única, que reunisse diferentes tradições culturais, mas com maior estrutura, melhor organização e, sobretudo, economia de recursos públicos. Como afirmou o próprio prefeito, “[...] ao juntar os investimentos, conseguimos fazer mais com menos, sem perder a essência”. Realizada entre os dias 10 e 12 de outubro de 2025, na Praça dos Imigrantes, a Festa da Solidariedade não teve como foco principal a valorização cultural, seja das tradições nordestinas ou de outros grupos, mas sim a arrecadação de recursos destinados a quatorze entidades filantrópicas locais, que foram responsáveis pelas barracas de alimentos típicos, doces e bebidas que movimentaram o evento¹³⁵.

Se, por um lado, a Feira Nordestina conferia visibilidade, ainda que de forma estereotipada, aos sujeitos nordestinos, e a Festa das Nações valorizava, por meio de apresentações musicais e de dança, diferentes grupos que compõem a história do município, sobretudo os imigrantes italianos, o novo evento reduz o potencial simbólico das celebrações

¹³⁵ São elas: Fundo Social de Solidariedade, APAE, Projeto Vitória, Casa da Criança, Fique Vivo, Lar Frederico Ozanam, Pastoral da Criança, Grupo Alma, FAC, Creche Izolina, Instituto Sol de Maria, Compondo uma Nova Alma, Rotary e Lions.

anteriores. A Festa da Solidariedade coloca em evidência a diversidade cultural apenas pela via da gastronomia, restringindo o espaço de reconhecimento e representação pública desses grupos no contexto local.

Enfim, a partir desta incursão introdutória acerca destas festividades recentes, uma possível hipótese a ser levantada, em especial no que tange esta última celebração, é de que a substituição da antiga festa por um evento de caráter solidário evidencia uma inflexão significativa na forma como a nova gestão do poder público local mobiliza as identidades culturais. Ao deslocar o foco da valorização das expressões regionais (especialmente da presença nordestina em Orlândia) para a arrecadação de recursos e o voluntariado, a Festa da Solidariedade produz uma espécie de recolhimento simbólico dessas referências culturais. Ainda que mantenha alguns elementos gastronômicos típicos, através da praça de alimentação ao longo dos dias do evento, a festa deixa de constituir um espaço de visibilidade e reconhecimento. Assim, a reconfiguração da celebração, mais do que uma mudança administrativa, pode ser interpretada como um movimento que vai na contramão dos esforços anteriores, ou seja, mesmo não sendo seu intuito, o novo evento, na busca de poupar recursos, contribuiu para certa invisibilidade social e cultural.

Todavia, as reflexões em torno desses eventos ainda carecem de uma análise mais detida, que permita compreender de que modo tais celebrações expressam (ou silenciam) certas dimensões das relações sociais e culturais na cidade.

Ao longo deste capítulo, nos detivemos desde as estratégias de uso, inserção, bem como da própria ocupação dos espaços urbanos da cidade, e, ainda pelos relatos dos sujeitos envolvidos nesta pesquisa, buscando destacar as redes e laços sociais formados, entremeio às relações cotidianas e de sociabilidade. A partir da análise em tela, pudemos observar que a paisagem urbana orlandina é resultado das intervenções, modificações, ocupações e "andanças" de diferentes atores, não se trata de uma cidade enquanto uma entidade à parte de seus moradores, pelo contrário, trata-se de um espaço de ação, de encontros e desencontros, local de formação de múltiplas redes e laços que constituem o elemento que, em definitivo, dá vida à cidade. Orlândia, portanto, foi analisada tal qual um mosaico de territórios, estabelecidos de maneira simultânea e sobreposta, uma teia de relações entre os grupos e indivíduos. Orlândia constitui-se uma costura de espaços, enquanto lugares praticados, das inscrições dos corpos, da reverberação das falas, dos (des)encontros.

Ao longo das páginas que se seguiram, destacamos que a presença de nordestinos, no contexto urbano orlandino, não se resumiu apenas a sujeitos úteis à mão de obra para os trabalhos nos canaviais, como também para a ocupação em outras atividades no urbano, essas

pessoas colaboraram significativamente com a dinâmica econômica e cultural da cidade, estando presentes, na formação dos bairros e urbanização do município, a leste e oeste, desde fins da década de 1980.

O fenômeno migratório, no município de Orlândia, tem sua face positiva, no que diz respeito à colaboração desses sujeitos para o desenvolvimento da cidade, seja no âmbito econômico, cultural e social. Entretanto, na esteira de ganhos resiste aspectos dramáticos. A experiência da migração de nordestinos, nesses município/cidade, ensejou a produção de estigmas, encorajando narrativas preconceituosas, as quais insistem em organizar os nordestinos a uma unidade identificadora de “migrantes” ou “piauí”. Essa construção simbólica que toma aspectos diversos e, muitas vezes, contraditórias, implicou a esses sujeitos, conforme trabalhado neste capítulo, a segregação habitacional, a desvalorização laboral e, também, marcas em sua subjetividade, como, por exemplo, o sentimento de “intruso” e a noção de uma presença sempre provisória.

Essa realidade de violência que estigmatizou e segregou tais sujeitos, no contexto orlandino, não é exclusividade desse município, a literatura acadêmica mobilizada evidencia que esses aspectos são compartilhados nos diversos espaços em que a migração nordestina foi expressiva e, ali, se fixaram, ocupando e dando vida às cidades. Assim sendo, a despeito da importância indiscutível da população Nordestina, para o desenvolvimento nacional, enquanto agentes de relevo, evidenciada nos diferentes períodos estratégicos de progresso econômico do país – a destacar, os deslocamentos para o Oeste Paulista, nos cafezais e, posteriormente, nos canaviais; para os seringais, no período da Batalha da Borracha e para ocupação do território, na Marcha para o Oeste, durante a Era Vargas; para o projeto de industrialização, na grande metrópole paulistana; para a construção de Brasília; para a construção da transamazônica; além de sua colaboração no processo de urbanização das grandes, médias e pequenas cidades – narrativas hegemônicas continuam a insistir na apresentação desses grupos, como meros coadjuvantes, ou, no caso orlandino, relega-se, por um lado, a invisibilidade e, por outro, uma eterna segregação e estigmatização.

Paisagem — é nisto que a cidade de fato se transforma para o *flâneur*.
Ou mais precisamente: para ele, a cidade cinde-se em seus polos dialéticos.
Abre-se para ele como paisagem
e fecha-se em torno dele como um quarto.

Walter Benjamin, *Obras escolhidas (vol. III)*, 2009

Considerações Finais

De certa forma, as considerações mais gerais ou conclusões parciais deste estudo foram inseridas ao final de cada um dos capítulos. Desejamos, aqui, não realizar uma recapitulação, mas colocar em destaque algumas constatações que emergiram do percurso da pesquisa, ao longo destes últimos anos, bem como levantar novas indagações que sinalizam a potência e a complexidade do tema investigado.

No decurso desta pesquisa, colocamos em evidência que as transformações da cidade de Orlândia, em especial, o vertiginoso crescimento de seu tecido urbano e populacional, ocorreu, a princípio, em virtude das migrações e das reestruturações do mundo rural, especialmente, aquelas derivadas do processo de *trágica modernização* do campo paulista.

Desde fins da década de 1970, Orlândia modificou-se por força dos sujeitos expulsos do campo e por conta de diversas facetas do processo de industrialização pelo qual a cidade e região passaram. A concentração de terras, a expropriação e a extinção das roças de subsistência, a ampliação e o fortalecimento da agroindústria canavieira, processos históricos articulados entre si, empurraram moradores do campo para cidades próximas, como também passaram a atrair significativo contingente de sujeitos para o trabalho no campo, ou seja, para as atividades do setor canavieiro, mormente no período de safra, do corte da cana de açúcar, que crescia exponencialmente e demandava cada vez mais sujeitos para tal atividade.

O processo de transformação da cidade, seu crescimento urbano e populacional é intensificado, no final do século XX, principalmente com a chegada provisória e, em momentos posteriores, permanente, de outros sujeitos, acima de tudo, de origem nordestina, que passam a ocupar os postos de trabalho no campo, após nova reestruturação do sistema canavieiro que, alija os habitantes locais do labor rural.

Defendemos, ao longo deste estudo, a tese de que as dinâmicas migratórias contribuíram para a conformação da cidade de Orlândia, não apenas em seus aspectos físicos, mas, ainda, em suas dimensões sociais, simbólicas, culturais e afetivas. Na contramão de certa literatura acadêmica, que, por vezes, observou as pequenas cidades do interior paulista como secundárias ou meramente residenciais, *cidades dormitórios*, nossa proposta buscou compreender Orlândia, enquanto um espaço pleno de vida, trabalho, conflito e criatividade, levando em consideração três dimensões que se encontram entrelaçadas: a migração, o trabalho e o cotidiano.

Nossas análises dialogaram e se entrelaçaram com a rica e extensa produção acadêmica dedicada às transformações do interior paulista, em especial aquela que se voltou às múltiplas faces do processo de modernização do mundo rural, às intensas mobilidades populacionais rumo à região da Grande Ribeirão Preto e às formas de trabalho que reconfiguraram tanto o campo quanto a cidade.

Contudo, a contribuição deste estudo reside justamente em explorar algumas das fendas dessa literatura especializada. Diferentemente de grande parte dos trabalhos com os quais dialogamos, não restringimos nossa atenção aos debates sobre relações de trabalho, exploração ou condições laborais, dimensões fundamentais, mas frequentemente dominantes nas interpretações sobre os trabalhadores rurais no Nordeste paulista. Ao entrelaçarmos migração, trabalho e cotidiano, voltamos nosso olhar também aos elementos culturais que atravessaram essas experiências. Esse movimento nos permitiu compreender que a constituição desses sujeitos não se explica apenas pelo labor rural ou pela exploração sofrida, mas também pelas relações cotidianas, pelos laços de amizade e solidariedade tecidos para além do eito, especialmente nas redes e espaços de lazer, com destaque para os bailes de forró.

Ao analisarmos essas diferentes dimensões do viver (o habitar, o trabalhar e o divertir-se) evidenciamos que tais espaços urbanos possuíam múltiplos significados e lógicas próprias, fundamentais para o *fazer-se* desses sujeitos enquanto grupo e enquanto classe, em um sentido próximo ao sugerido por Thompson. Assim, as vivências no urbano, sobretudo aquelas originadas nos momentos de lazer, não foram interpretadas apenas como mecanismos de reposição da força de trabalho, nem como meros intervalos de descanso físico ou alívio psíquico.

Situados no plano do vivido, os relatos revelaram que as vivências cotidianas em meio a urbe ocuparam um papel central na produção de sociabilidades e na ressignificação da experiência migratória. Ao investigarmos suas trajetórias na malha urbana orlandina, observando como habitam, trabalham e se divertem, colocamos em evidência que esses sujeitos não apenas ocupam a cidade como locais de pernoite ou descanso após as exaustivas jornadas de trabalho nos canaviais. Eles transformam esses lugares: resignificam-no e os convertem em territórios de encontro, pertença, resistência e reinvenção.

Durante as atividades de pesquisa, a partir da análise dos relatos dos entrevistados, desbravamos a cidade, as novas ruas e avenidas que nasciam, em razão da chegada de diferentes pessoas de naturalidades e trajetórias diversas. Capturamos formas de vida e de organização que escapam à monotonia aparente da pequena cidade de Orlândia. Os relatos

permitiram-nos explorar as formas com que ocuparam, produziram e transformaram os espaços urbanos orlandinos, revelando que estes não são dados, mas construídos por meio de vivências múltiplas, estratégias de sobrevivência, redes e laços de apoio e afetividades. Orlândia, palco deste trabalho, logo aparece, não mediante uma cidade à parte de seus moradores, mas, um organismo vivo, em constante movimento e conflito.

Em síntese, este estudo destacou que a cidade não é apenas um lugar que concentra cidadãos e abriga a arquitetura. Seus múltiplos espaços assumem configurações diversas no dia a dia de seus habitantes. Todo esse material urbano e humano analisado, permitiram-nos reconstruir temporalidades. Revisitando seu passado recente, identificamos alguns de seus atores sociais e reconhecemos as forças e tensões existentes em seu interior, as disputas e relações de poder, as identidades, entre outros aspectos, o viver em Orlândia.

Reforçamos mais uma vez, na linha de discussão da tese defendida aqui, que as migrações rurais-urbanas e interestaduais, desempenharam e contribuíram para a conformação da cidade de Orlândia. A expansão das fronteiras residenciais, nas décadas finais do século XX, esteve diretamente vinculada à chegada de sujeitos oriundos de diversas partes do país.

Esses novos moradores não apenas ocuparam o espaço físico da cidade, mas o transformaram, atribuindo-lhe novas formas, usos e sentidos. Graças às suas práticas cotidianas, redes de solidariedade e modos de vida, participaram, de maneira ativa, da construção da cidade enquanto território vivido. Em suma, eles deixaram marcas visíveis e invisíveis na paisagem da cidade. As formas de morar, trabalhar e conviver expressam, tanto a presença ativa deles quanto os limites impostos por estruturas de exclusão. O leste e o oeste orlandinos, moldados por programas habitacionais e pela ocupação popular, são testemunhos concretos da ação dos migrantes sobre o território.

Contudo, essa presença também foi marcada pela dor da desvalorização, do preconceito e da segregação, especialmente no que diz respeito aos sujeitos de origem nordestina. A figura do *migrante*, quase sempre reduzida ao *piauí* carrega estigmas que, ainda hoje, reverberam no cotidiano local, funcionando como mecanismo de controle simbólico e social. Trata-se de uma nomeação-síntese que busca diferenciar ‘os daqui’ dos ‘de lá’, ofuscando um imaginário social, um campo de disputas e um processo histórico de estigmatização vivenciado pelos nordestinos no contexto orlandino.

Sob essa capa aparentemente neutra, conforme discutido ao longo do estudo, ocultam-se estereótipos e atributos acionados conforme a situação: o *piauí/migrante* é, no imaginário, o não paulista, o não enraizado, aquele que não teria redes familiares ou afetivas

na cidade, que não partilharia de seus sentimentos ou memórias, pois estaria sempre voltado à terra de origem, ele é alguém ‘de fora’, ‘de outro lugar’, ‘fora do lugar’.

A partir dos indícios recolhidos, tanto do que foi dito quanto do que permaneceu silenciado, aventamos a hipótese de que, entremeada a essas noções generalizantes, a categoria racial ainda que de modo indireto e indizível, na maioria dos casos, é fundamental para o processo de construção da identidade e da memória coletiva. De fato, poucos entrevistados nordestinos abordaram explicitamente esse aspecto. Quando o fizeram, sua fala rapidamente se diluiu ou foi minimizada. Esse silêncio, porém, não invalida o fenômeno. Ao contrário, sugere que sua presença, ou sua *não-presença*, permanece encoberta nas camadas sutis de classificação e diferenciação social, constituindo um ponto que ainda demanda aprofundamento teórico e estudos empíricos.

Esses /as-trabalhadores/as apesar da carga de estigmas, não apenas contribuíram para a reprodução da força de trabalho local, mas também para a construção simbólica e concreta da cidade: nos modos de falar, nas festas, nas formas de circular e habitar. São agentes ativos de transformação, mesmo quando invisibilizados pelas narrativas oficiais. Conforme afirmado em diversos momentos, ao longo deste estudo, não se trata de interpretar a cidade como simples “dormitório”, e, sim, um espaço onde se travam batalhas silenciosas, onde se produzem resistências e onde se dá forma ao viver coletivo.

Concluimos, portanto, que o fenômeno migratório, em Orlândia, não pode ser compreendido apenas pelas estatísticas ou mapas de deslocamento. Ele deve ser entendido, de modo semelhante a uma força produtora de cidade, de identidade e de luta por reconhecimento. As contribuições dos migrantes, em especial dos nordestinos, ultrapassam o plano econômico e se inscrevem na própria alma da cidade. Ainda que a história oficial tente silenciá-los ou reduzi-los à condição de mão de obra passageira, este trabalho buscou reafirmar sua centralidade na construção da Orlândia contemporânea.

Esperamos que esta pesquisa contribua para desvelar narrativas esquecidas, tornar visível a vida que pulsa nos interstícios da cidade e que desafia, diariamente, a monotonia do esquecimento. Também almejamos incentivar estudos/pesquisas que se debrucem e ampliem o debate, não apenas acerca das cidades do interior paulista - dentro e fora da região agro canavieira da Grande Ribeirão Preto -, mas, sobretudo, quanto ao processo de diáspora dos trabalhadores dispensados do corte da cana, sejam os chamados locais, que passaram a integrar o contingente de trabalhadores da palha, em fins do século XX, ou de nordestinos, dispensados ao final da primeira década do século XXI, devido ao amplo processo de mecanização do corte da cana.

Segundo apontam estudos recentes, essas mobilidades do trabalho implicaram o agravamento das condições desses trabalhadores locais e nordestinos: além de perderem o *status* conquistado pelas lutas organizadas, seja com apoio ou à revelia dos sindicatos, com o vínculo formal - registro em suas carteiras de trabalho e outros direitos trabalhistas, muitos foram e são forçados, em vista das necessidades de sobrevivência, a permanecer no campo, todavia, invisibilizados, sobrecarregados e, em não poucos casos, submetidos a formas contemporâneas de escravidão.

Enfim, que este estudo, que recolhe fragmentos de histórias, ajude a narrar o que teima em viver, mesmo quando tudo parece querer calar.

Entrevistas: Histórias de Vida, Trajetórias e Experiências

Listamos, neste apêndice, as quarenta e três entrevistas realizadas, entre os anos de 2017 e 2025. As narrativas apresentadas, conforme ressaltado, ao longo deste estudo, versam, amplamente, a respeito das trajetórias de vida de cada entrevistado/a e de que modo essas experiências se inscrevem e se relacionam com a dinâmica social do espaço em que habitam. Relatam, também, sobre as redes de amizade e solidariedade, o cotidiano e as atividades laborais que desempenharam.

Ao mobilizar as subjetividades dos/as cidadãos/ãs, as fontes orais contribuem, sobretudo, para o questionamento das fontes escritas, rompendo com o estabelecido e apontando novos olhares quanto às formas que esses sujeitos percebem e interpretam seus modos de vida.

Os relatos, aqui reunidos, embora individuais, centrados em memórias pessoais e experiências próprias, encontram-se entrelaçados a questões mais amplas. Falar de si envolve, inevitavelmente, outros sujeitos, outras trajetórias, bem como os contextos sociais, econômicos e culturais do cotidiano compartilhado. Essa dimensão coletiva das narrativas se expressa, por exemplo, nos títulos escolhidos pelos/as entrevistados/as. Em sua maioria, utilizam expressões que remetem a universos mais amplos que o individual, como referências à família, aos amigos, à cidade ou ao bairro. Os títulos, portanto, antecipam parte dos conteúdos dos relatos que, direta ou indiretamente, evidenciam as relações com outros sujeitos e experiências, seja em meio ao trabalho, das migrações, ou em meio ao cotidiano e as sociabilidades, temas, ou melhor, eixos, centrais do estudo em tela.

Ressaltamos, ainda, que este apêndice reúne o conjunto das trajetórias migratórias dos/as entrevistados/as, nesses longos anos. São histórias de vida de piauienses, alagoanos, maranhenses, paranaenses, mineiros e paulistas, oriundos do mundo rural ou das chamadas "pontas de rua", isto é, das periferias de pequenas cidades, que migraram para Orlândia, entre o final da década de 1970 e o início dos anos 2000.

Nota-se que, entre os/as migrantes, oriundos/as do Nordeste brasileiro, diferentemente dos demais (por exemplo, mineiros, paranaenses e paulistas), o retorno, embora não definitivo, foi e continua sendo uma prática recorrente. Visitas esporádicas para festas, funerais, férias ou, simplesmente, para "matar a saudade", ou visitar um amigo ou parente

adoecido, são algumas das motivações que ainda marcam o vínculo com suas regiões ou cidades de origem. Mediante ao que foi discutido, no decorrer deste trabalho, para os/as nordestinos/as existiu e, em muitos casos ainda existe, a possibilidade, o desejo ou mesmo a ilusão do retorno, diferenciado dos outros grupos que, em virtude da perda de suas terras, mediante a venda - muitas vezes forçada, foram praticamente exilados.

Entrevistas: Histórias de Vida, Trajetórias e Experiências

ALMEIDA, L. M. **Vida de uma migrante alagoana, histórias.** Orlândia, Junho/2020.

Retrato: Almeida, mulher parda, 31 anos, natural de Arapiraca, Alagoas, mãe de três filhos, possui ensino médio incompleto. Tivemos a oportunidade de entrevistá-la uma única vez, em sua residência, localizada no extremo-leste orlandino. Almeida, filha de Marques, migrou junto à sua família no fim da década de 1990, na cidade, trabalhou como tiradora e dobradora de palha, também foi doméstica, atualmente trabalha na empresa Fiorese Citrus. Tratando-se de sua trajetória migratória, Almeida migrou, segundo ela, uma única vez e reside em Orlândia de modo definitivo desde então, contudo, no decorrer de sua entrevista, revelou-nos que, ao longo dos anos, foi e voltou de Alagoas diversas vezes, sempre para visitar familiares e/ou passar férias.

ALVES, R. N. **A vida de um piauí.** Orlândia, Fevereiro/2020; Agosto/2023.

Retrato: Alves, homem pardo, com 58 anos, nasceu na região rural do município de Valença, centro-norte do estado do Piauí, pai de três filhos, possui ensino fundamental completo. Tivemos a oportunidade de entrevistá-lo três vezes, todas realizadas em sua residência, localizada no extremo-leste de Orlândia. Alves migrou para Orlândia, pela primeira vez, em 1986, entre idas e vindas (8), estabeleceu-se, em definitivo, na cidade, em 1993. Alves dedicou-se ao corte da cana, desde sua chegada à cidade até início dos anos 2000, quando se empregou na empresa Comove e, em 2004, emprega-se na empresa Guabi, local que trabalha até o momento da última entrevista.

ALVEZ, D. A. **Vida e história em Orlândia.** Orlândia, Maio/2024.

Retrato: Alvez, homem pardo, 28 anos, natural de Orlândia, possui ensino médio completo. Tivemos a oportunidade de entrevistá-lo só uma vez, em sua residência, localizada no extremo-leste de Orlândia. Filho de migrantes nordestinos, desde de muito jovem trabalhou com o pai, promovendo bailes de forró na cidade. Atualmente, é motorista, prestando serviços para a prefeitura, no transporte de estudantes. Alvez migrou, segundo ele, uma única vez e reside em Orlândia de modo definitivo, desde então, no decorrer de sua entrevista, revelou-nos que, durante esse tempo, foi e voltou para o Piauí diversas vezes, contudo, sempre para visitar familiares e/ou passar férias.

ASSIS, M. A. **A vida de uma mulher forte de Aroazes a Orlândia.** Orlândia, Maio/2017.

Retrato: Assis, mulher negra, natural de Aroazes, microrregião de Valença do Piauí - Centro-Norte piauiense, mãe de duas filhas, possui ensino médio completo. Tivemos a oportunidade de entrevistá-la uma única vez, em sua residência, localizada no extremo-oeste orlandino. Assis migrou pela primeira e única vez, em 2004, a convite de seu irmão. Contudo, no decorrer de sua entrevista, comentou que, nesse período, foi e voltou ao Piauí diversas vezes, contudo, sempre para visitar familiares e/ou passar férias. Em Orlândia, empregou-se na Seara Alimentos, e trabalhou em diversas funções. Atualmente, executa atividades junto ao setor de Recursos Humanos da mesma empresa.

BARNABÉ. R. N. Vida, história e luta de um trabalhador e músico. Orlândia, Janeiro/2020; Maio/2024.

Retrato: Barnabé, homem negro, com 40 anos, natural de Valença, Piauí, pai de quatro filhos, possui ensino fundamental incompleto. Foi possível entrevistá-lo em duas oportunidades, ambas em sua residência, localizada no Jardim Siena. Barnabé migrou pela primeira vez para Orlândia, em 2000, entre idas e vindas se estabeleceu, em definitivo, em 2004, quando abandona os canaviais e torna-se mecânico, atividade que segue desenvolvendo até o presente momento. No decorrer da entrevista, conta-nos que, ao longo dos anos, foi e voltou ao Piauí diversas vezes, todavia, sempre para visitar familiares e/ou passar férias. Barnabé também é cantor de forró, nos fins de semana, fora da oficina, faz shows na cidade e região.

BARBOSA, J. M. A vida do maranhense em Orlândia. Orlândia, Abril/2020; Junho/2023.

Retrato: Barbosa, homem pardo, com 59 anos, natural do município de Bacabeira, região metropolitana de São Luís - Maranhão, pai de duas filhas, possui ensino médio incompleto. Tivemos a oportunidade de entrevistá-lo duas vezes, ambas realizadas em sua residência, localizada no extremo-leste de Orlândia. Barbosa migrou pela primeira vez em 2000, “tirou 4 safras” e, na quinta, em 2004, conseguiu emprego como pedreiro em uma construtora ribeirão-pretana, foi elevado a mestre de obras, em 2006, atividade que desenvolve até o momento da última entrevista. No decorrer de sua entrevista, relata-nos que, ao longo dos anos, foi e voltou ao Piauí diversas vezes, sempre para visitar familiares e/ou passar férias.

BARBIM, J. M. Vida e história de um orlandino nato e um pouco sobre a sua cidade. Orlândia, Fevereiro/2020.

Retrato: Barbim, homem branco, com 63 anos, natural de Orlândia, pai de dois filhos, possui ensino superior completo. Tivemos a oportunidade de entrevistá-lo uma única vez, em seu estabelecimento comercial, a Farmácia Santa Rita, localizada no extremo-leste orlandino. Barbim nasceu em Orlândia, é neto de imigrantes italianos, a partir de influências de seu pai, tornou-se farmacêutico e abriu um dos primeiros estabelecimentos comerciais no extremo-leste de Orlândia, no início do século XX.

BARROS. M. das D. & SERRA. R. N. Nossa vida e nossa história, história da nossa família. Orlândia, Maio/2017.

Retrato: Barros, mulher parda, com 63 anos, natural de Francisco Nonato, Piauí, mãe de dois filhos, possui ensino fundamental incompleto. Tivemos a oportunidade de entrevistá-la uma única vez, em sua residência, localizada no Jardim Siena. Barros migrou para Orlândia, em 1992, juntou-se ao seu companheiro que era safrista, desde fins da década de 1980, contudo, no decorrer de sua entrevista, também nos revelou que foi e voltou ao Piauí algumas vezes,

todavia, para visitar familiares e/ou passar férias. Em Orlândia, sempre trabalhou como diarista, aposentou-se recentemente.

Retrato: Serra, homem pardo, com 64 anos, natural de Francisco Nonato, Piauí, pai de dois filhos, possui ensino fundamental completo. Migrou pela primeira vez para cidade de Orlândia, em 1988, entre ir e vir se estabeleceu na cidade, em 1993, trabalhou como safrista até final do século passado, quando conseguiu emprego na empresa Comove, no setor de carga e descarga. Empregou-se na empresa Morlan, em 2004. Aposentou-se, recentemente, pela mesma empresa, em 2023. No decorrer de sua entrevista, expôs que, nesses últimos anos, foi e voltou ao Piauí muitas vezes, porém, sempre para visitar familiares e/ou passar férias.

BATISTA. A. R. **Vida, trabalho e família.** Orlândia, Janeiro/2020.

Retrato: Batista, mulher branca, com 68 anos, é natural de Ivaiporã, Paraná, mãe de sete filhos, possui ensino fundamental incompleto. Tivemos a oportunidade de entrevistá-la uma única vez, em sua residência, no Jardim Siena. Batista migrou para Orlândia, em 2000, a convite de familiares, na cidade, dedicou-se ao trabalho rural como tiradora de palha até sua aposentadoria no final da segunda década do século vigente, atualmente, mesmo aposentada, dedica-se à atividade com a palha, mas, como dobradeira. Nunca retornou ao Paraná, nem mesmo para visitar parentes e/ou passar férias.

BONETI. A. B. **Uma trajetória de vida e muitas histórias.** Orlândia, Maio/2017.

Retrato: Boneti, mulher trans, com 35 anos, é natural de Orlândia, possui ensino superior completo. Tivemos a oportunidade de entrevistá-la uma única vez, em sua residência, localizada no bairro Jardim Boa Vista. Boneti é filha de Cordeiro, na cidade, desde de muito jovem, era apaixonada por comunicação, trabalhou como estagiária em rádios da cidade, atualmente, é radialista e apresentadora na tradicional LiderSom.

BORGES. M. D. **Minha vida e a vida de amigos e família.** Orlândia, Fevereiro/2020.

Retrato: Borges, mulher negra, natural do município de Novo Oriente-PI, com 66 anos, mãe de três filhos, possui ensino fundamental incompleto. Tivemos a oportunidade de entrevistá-la uma única vez em sua residência, localizada no extremo-leste de Orlândia. Borges migrou pela primeira e única vez para a cidade de Orlândia, em 1989, contudo, no decorrer de sua entrevista, revelou-nos que, ao longo dos anos, foi e voltou ao Piauí diversas vezes, para visitar familiares e/ou passar férias. Em Orlândia, trabalhou como costureira, primeiramente, como autônoma, anos mais tarde para uma empresa responsável pela confecção de uniformes escolares e de empresas e, novamente, como autônoma, fundou e passou a administrar e trabalhar em sua pequena empresa de costura, montada em dois cômodos de sua casa. No momento, encontra-se afastada em virtude de ter perdido parte significativa de sua visão, luta para se aposentar.

CARDOSO. F. N. **Vida do cantor nordestino e orlandino.** Orlândia, Maio/2024.

Retrato: Cardoso, homem pardo, com 42 anos, natural de Francisco Nonato, Piauí, pai de três filhos, possui ensino médio incompleto. Tivemos a oportunidade de entrevistá-lo uma única vez, em sua residência no extremo-oeste orlandino. Cardoso Migrou para Orlândia, no início dos anos 2000, trabalhou como cortador de cana por 5 safras, até migrar em definitivo, e

seguir como tirador de palha, atividade que ainda segue executando na cidade, contudo, no decorrer da entrevista, comentou que, ao longo dos anos, foi e voltou ao Piauí diversas vezes, todavia, sempre para visitar familiares e/ou passar férias. Igual a Barnabé, dedica seus fins de semana à atividade de cantor, na cidade e região.

CARVALHO, W. B. **Minha vida e minha história, muitas histórias**. Orlândia, Julho/2020.

Retrato: Carvalho, homem branco, com 41 anos, é natural da cidade de Orlândia, pai de duas filhas, possui ensino superior completo. Tivemos a oportunidade de entrevistá-lo uma única vez, em sua residência, localizada no centro da cidade de Orlândia. Carvalho, filho de trabalhadores rurais, que migraram de Ituverava para Orlândia, em fins de 1970, trabalhou, desde muito jovem, como aprendiz na empresa Intelli, atualmente é empresário no ramo de compra e venda de automóveis.

CHAGAS, F. C. **Um piauí batalhador que deu sorte, minha história, da família de muitos outros**. Orlândia, Julho/2020; Novembro/2023.

Retrato: Chagas, homem pardo, com 61 anos, piauiense, natural da região rural de Valença do Piauí, pai de três filhos, possui ensino fundamental completo. Tivemos a oportunidade de entrevistá-lo duas vezes, ambas realizadas em sua residência, no Jardim Teixeira, área nobre da cidade. Migrou pela primeira vez para Orlândia, em 1990, entre o ir e vir por três anos, estabeleceu-se, na cidade, ao conquistar uma vaga para trabalhar em uma usina, na cidade de Jardinópolis, após um acidente na usina, o qual causou problema em sua perna direita, aposentou-se. No decorrer de sua entrevista, informou-nos que foi e voltou ao Piauí inúmeras vezes, com o objetivo de visitar familiares e/ou passar férias.

COELHO, T. **Vida e história**. Orlândia, Maio/2017; Abril/2023.

Retrato: Coelho, mulher negra, 27 anos, natural de Aroazes, microrregião de Valença do Piauí - Centro-Norte piauiense, possui ensino superior completo. Tivemos a oportunidade de entrevistá-la duas vezes: a primeira em sua residência, localizada no extremo-oeste orlandino, e a segunda, em sua nova casa, no Jardim Teixeira. Coelho migrou pela primeira e única vez, em 2004, acompanhando a mãe Assis. No decorrer de sua entrevista, relatou-nos que, também, ao longo dos anos, foi e voltou ao Piauí diversas vezes, para visitar familiares e/ou passar férias. Trabalhou, inicialmente, como operadora de *telemarketing* entre seus 18 e 20 anos na empresa ribeirãopretana Brasil Center e foi secretária de uma clínica particular de odontologia. Formou-se, recentemente, em odontologia, e trabalha na clínica a qual foi secretária. Também presta serviços para a Secretaria de Saúde do Município.

CONCEIÇÃO, E. M. **Uma vida e muitas histórias**. Orlândia, Junho/2023.

Retrato: Conceição, mulher branca, com 72 anos, é natural da região rural de Lunardelli, norte paranaense, mãe de três filhos, possui ensino fundamental incompleto. Tivemos a oportunidade de entrevistá-la uma única vez em sua residência, localizada no extremo-leste orlandino. Conceição migrou para Orlândia, na década de 1970, junto ao companheiro, devido às notícias de ser uma cidade boa em empregos. Nesse novo espaço, dedicou-se às atividades no campo, de cortadora de cana a tiradora de palha. Atualmente, aposentada, segue trabalhando como dobradeira, atividade que executa em sua residência. Nunca retornou ao estado paranaense.

CORDEIRO, A. M. **História da vida de um senhorinha que só lutou**. Orlândia, Maio/2017.

Retrato: Cordeiro, mulher branca, com 72 anos, natural de Morro Agudo, cidade localizada a 24 quilômetros de Orlândia, mãe de duas filhas, possui ensino fundamental completo. Tivemos a oportunidade de entrevistá-la uma única vez em sua residência, localizada no Jardim Boa Vista. Migrou para Orlândia, após a venda de seu sítio, em 1972. Na cidade, trabalhou como “braço direito” do companheiro, administrando os negócios e finanças das atividades dele de agenciador de mão de obra e de transporte de migrantes nordestinos à cidade.

ENOS. L. D. **Um pouco sobre mim e sobre a minha vida**. Orlândia, Junho/2020; Agosto/2022.

Retrato: Enos, mulher branca, com 70 anos, natural de Altinópolis, mãe de três filhos, possui ensino médio completo. Tivemos a oportunidade de entrevistá-la em duas oportunidades, ambas realizadas em sua residência, localizada no extremo-oeste orlandino. Enos migrou para Orlândia junto ao companheiro e filho, em fins de 1970, após a venda de seu sítio. Em Orlândia, ela e o companheiro dedicaram-se, inicialmente, a atividades no campo, no entanto, ela se empregou como cabeleireira, atividade que se manteve por mais de 30 anos, até sua aposentadoria.

FERREIRA, M. A. **Minha trajetória e da minha família**. Sales Oliveira, Maio/2017; Fevereiro/2020.

Retrato: Ferreira, homem pardo, com 29 anos, natural de São José do Belmonte, Pernambuco, pai de dois filhos, possui ensino médio completo. Tivemos a oportunidade de entrevistá-lo duas vezes, ambas em sua residência, localizada na cidade de Sales Oliveira. Migrou para Orlândia, no início dos anos 2000, acompanhando sua mãe Rocha e irmãos. Durante sua entrevista, declarou que foi e voltou ao Pernambuco diversas vezes, todavia, sempre para visitar familiares e/ou passar férias. Na cidade de Orlândia, fez curso de socorrista, atividade que executou por alguns anos, mas, após mudança para a cidade de Sales Oliveira, optou por trabalhar em palheiras, executando a atividade de fanceiro.

GALVÃO, G. H. **Minha história, da minha família e do povo daqui**. Orlândia, Maio/2017.

Retrato: Galvão, homem branco, com 70 anos, natural de Ituverava, pai de três filhos, possui ensino médio completo. Tivemos a oportunidade de entrevistá-lo uma única vez, em sua residência, no extremo-leste orlandino. Galvão migrou para a cidade, em final de 1970, em Orlândia, dedicou-se às atividades no campo até sua exclusão do corte da cana, no início dos anos 1990. Desempregado, conseguiu trabalho na empresa Brejeiro e, no início do século XXI, prestou e passou no concurso público do município para motorista, atividade que manteve até sua recente aposentadoria.

HIPÓLITO. W. do N. **História de vida, do trabalho e da minha cidade**. Orlândia, Maio/2017.

Retrato: Hipólito, homem pardo, 29 anos, natural de Orlândia, possui ensino superior. Tivemos a oportunidade de entrevistá-lo uma única vez, em sua residência, no bairro Jardim Siena. Hipólito é filho de migrantes nordestinos que chegaram à Orlândia, em 1992, trabalhou, desde muito jovem, como aprendiz na empresa Intelli, formou-se, recentemente,

em direito, contudo, não exerce, fez curso de aviação e trabalha para uma empresa, ligada a uma usina, como piloto de aeronave, responsável por pulverizações nos canaviais.

IVIZI, G. L. **Vida e história em Orlândia**. Orlândia, Maio/2017; Abril/2023.

Retrato: Ivizi, homem branco, com 29 anos, é natural de Orlândia, possui ensino superior completo. Tivemos a oportunidade de entrevistá-lo duas vezes, ambas em sua residência, localizada no centro da cidade de Orlândia. Ivizi é bisneto de imigrantes italianos, desde jovem trabalhou como aprendiz na empresa Intelli. Formou-se em engenharia Elétrica e, atualmente, trabalha na mesma empresa em que foi aprendiz.

JUNQUEIRA, M. D. **Minha e nossa história**. Orlândia, Outubro/2021.

Retrato: Junqueira, homem branco, com 29 anos, é natural de Orlândia, pai de dois filhos, possui ensino superior completo. Tivemos a oportunidade de entrevistá-lo uma única vez, em sua residência, localizada no Jardim Siena. Junqueira é filho de Enos, desde jovem trabalhou como aprendiz na empresa Intelli. Formou-se em Engenharia Elétrica e, atualmente, possui uma pequena empresa de conserto de eletrodomésticos, na cidade de Sales Oliveira.

LEOCÁDIA, A. M. **A história da minha vida e de mais pessoas**. Orlândia, Setembro/2021.

Retrato: Leocádia, mulher negra, com 68 anos, é natural de Dolores do Indaiá, centro-oeste de Minas Gerais, mãe de quatro filhos, possui ensino fundamental incompleto. Migrou para a região de Orlândia, por volta da segunda metade da década de 1950, morou por mais de duas décadas em fazendas, trabalhou como caseira e em colheitas diversas, dispensada do trabalho no campo, mudou-se para a cidade onde exerceu a atividade de doméstica, até final da segunda década do presente século, quando se aposentou. Nunca retornou a Minas Gerais.

MACEDO, S. R. B. **Vida, história e festa**. Outubro/2020; Outubro/2023.

Retrato: Macedo, homem branco, com 45 anos, natural de Rio Azul, Paraná, possui ensino superior completo. Tivemos a oportunidade de entrevistá-lo em dois momentos, o primeiro, na casa de sua mãe Batista, no extremo-leste de Orlândia, a segunda, em sua residência, na cidade de Ribeirão Preto. Macedo, atualmente trabalha no setor de Recursos Humanos da empresa Unimed, em Ribeirão Preto. Já trabalhou no campo com tirador de palha, e dedicou-se, por quase uma década ao trabalho como Cozinheiro, na empresa Guabi, localizada em Sales Oliveira.

MARQUES, L. **Minha vida, da roça a roça**. Orlândia, Março/2020; Junho/2020; Abril/2023.

Retrato: Marques, mulher parda, com 54 anos, natural de Arapiraca, agreste alagoano, mãe de seis filhos, possui ensino fundamental incompleto. Tivemos a oportunidade de entrevistá-la três vezes, as duas primeiras ocorreram, em sua residência, no extremo-leste, e a terceira, em sua nova residência, no extremo-oeste orlandino. Marques migrou pela primeira vez, em 1999, mas nunca se estabeleceu em definitivo na cidade, nessas mais de duas décadas de sua primeira migração, mantém-se, junto ao marido, em um eterno vai e vem. Em Orlândia, trabalhou em diversas ocupações, todas no campo. Atualmente “dobra palha”, pois, conforme nos contou “não tem mais forças para seguir para a roça”.

MELO, J. O. & GAZOLA, M. R. **A minha, a dela, a nossa história e do nosso bairro.** Orlândia, Fevereiro/2020.

Retrato: Melo, com 64 anos, pardo, nasceu na Bahia, não nos contou o nome da cidade natal, considera-se local (orlandino), pai de três filhos, possui ensino médio completo. Tivemos a oportunidade de entrevistá-lo duas vezes, na sorveteria Lagoa Azul, empreendimento que ele e sua esposa criaram, no início dos anos 2000, na rua 12, em frente à Igreja Santa Rita, extremo-leste orlandino. Melo migrou para a Orlândia, em fins de 1970, na cidade, empregou-se, inicialmente, na colheita do café e da cana, conseguiu emprego na Morlan, atividade que se manteve até abrir o empreendimento com a esposa, em 2000. Nunca retornou a Bahia.

Retrato: Gazola, mulher branca, com 54 anos, neta de imigrantes italianos que chegaram na região, em meados dos novecentos, mãe de três filhos, possui ensino médio completo. A família de Gazola, avós, pais e irmãos sempre se dedicaram à colheita e ao trabalho com o café, ela por sua vez, sempre esteve ajudando sua mãe nos afazeres domésticos. Migrados para a cidade de Orlândia, em fins da década de 1970, vendia doces, atividade que se manteve até a abertura do empreendimento com seu marido, no início do presente século.

MENDES, A. A. **História da minha vida, da minha família e da minha experiência na cidade.** Orlândia, Junho/2020.

Retrato: Mendes, mulher branca, com 28 anos, é natural de Orlândia, possui ensino médio completo. Tivemos a oportunidade de entrevistá-la uma única vez, em sua residência, localizada no extremo-leste de Orlândia. Mendes é filha de Mendonça. Trabalhou, inicialmente, como operadora de *telemarketing* entre seus 18 e 20 anos, na empresa ribeirãopretana Brasil Center e, desde os 21 anos, encontra-se empregada na empresa nuporanguense Seara Alimentos.

MENDONÇA, M. A. **Minha vida e história.** Orlândia, Setembro/2021.

Retrato: Mendonça, mulher branca, na época da entrevista, com 67 anos, parda, natural da região rural de Itumbiara, Goiás, mãe de dois filhos, possuía ensino fundamental incompleto. Tivemos a oportunidade de entrevistá-la uma única vez, em sua residência, localizada no extremo-leste orlandino. Mendonça migrou para Orlândia, na década de 1970, junto com o companheiro, na cidade, dedicou-se, por décadas, às atividades no campo, dispensada do trabalho rural, trabalhou como diarista, mas, em virtude de problemas de saúde acabou por abandonar o emprego e manteve-se com a aposentadoria do falecido marido até o seu falecimento, em maio de 2023. De sua migração ao seu falecimento, nunca retornou a Goiás.

MONTEIRO, M. de L. **História da vida, da família e de amigos.** Orlândia, Fevereiro/ 2021.

Retrato: Monteiro, mulher branca, com 62 anos, natural de Morro Agudo, São Paulo, mãe de quatro filhos, possui ensino fundamental completo. Tivemos a oportunidade de entrevistá-la uma única vez, em sua residência, localizada no extremo-leste orlandino. Monteiro chegou, em 1985, vivia no campo junto com a família, porém, devido pressões, para venda da terra, tiveram de vendê-la e seguir para a cidade. Em Orlândia, trabalhou no campo e, em fins de 1990, empregou-se como cozinheira em um restaurante da cidade, atividade que manteve até fins da segunda década do século vigente, quando se afastou por problemas de saúde. Aposentou-se recentemente, 2024.

OLIVEIRA, A. F. **Vida, dor e alegria, muita alegria.** Orlândia, Maio/2024.

Retrato: Oliveira, mulher branca, com 61 anos, é natural de Guará, São Paulo, mãe de dois filhos, possui ensino fundamental incompleto. Tivemos a oportunidade de entrevistá-la uma única vez, em sua residência, localizada no bairro Parisi, leste orlandiano. Oliveira migrou para Orlândia, em 1990, em Guará, trabalhava junto ao companheiro em uma fazenda, mas foram dispensados em vista do arrendamento do espaço para o cultivo da cana de açúcar. Em Orlândia, trabalhou como doméstica e como tiradora de palha. Por motivo de problemas de saúde, encontra-se afastada e luta para se aposentar.

PEDREIRA, J. N. **Um baiano em Orlândia.** Orlândia, Maio/2017.

Retrato: Pedreira, homem negro, 65 anos, baiano (não identificou a cidade de naturalidade), pai de dois filhos, possui ensino médio completo. Tivemos a oportunidade de entrevistá-lo uma única vez, em sua residência, localizada no extremo-oeste orlandino. Pedreira, pai de Rodrigues, migrou para Orlândia pela primeira vez, em 1990, entre idas e vindas se estabeleceu. Em 1997, conseguiu emprego no setor de carga e descarga da empresa Brejeiro, em 2004, na empresa Morlan, aposentou-se, recentemente, nessa mesma empresa. Pedreira, no decorrer de sua entrevista, informou que, nesse tempo todo, foi e voltou à Bahia poucas vezes, sempre para visitar familiares e/ou passar férias.

PEREIRA, F. de A. **Vida, trabalho e minha história.** Orlândia, Outubro/2023.

Retrato: Pereira, homem branco, com 31 anos, natural de Pinhão, Paraná. Tivemos a oportunidade de entrevistá-lo uma única vez, em sua residência, localizada no extremo-oeste orlandino, pai de três filhos, possui ensino fundamental completo. Pereira, filho de Batista e casado com Almeida, desde seus 14 anos, dedicou-se a atividades no campo, especialmente, como tirador de palha, quebrador e debulhador de milho. De seus 20 aos 28 anos, integrou as equipes de catadores de frango da Seara Alimentos, atualmente trabalha como caminhoneiro.

PINTO, A. dos S. **Minha história e minha vida.** Orlândia, Fevereiro/2020.

Retrato: Pinto, mulher negra, com 67 anos, natural de Jardinópolis, mãe de três filhos, possui ensino fundamental incompleto. Tivemos a oportunidade de entrevistá-la uma única vez, em sua residência, localizada no extremo-oeste orlandino. Pinto migrou para Orlândia, na década de 1980, após o companheiro perder o emprego em uma fazenda, na cidade, trabalhou como diarista e se tornou pensionista, após o falecimento do marido, no início dos anos 2010.

ROCHA, M. A. **Minha vida, minha história e também da minha família e dos pernambucanos por aqui.** Sales Oliveira, Fevereiro/2020.

Retrato: Rocha, mulher parda, com 61 anos, natural de São José do Belmonte, Pernambuco, mãe de cinco filhos, possui ensino fundamental incompleto. Tivemos a oportunidade de entrevistá-la uma única vez, em sua residência, localizada na cidade Sales Oliveira. Rocha migrou para Orlândia, no início do século XXI, veio ao encontro do marido e outros familiares que eram safristas, desde o início da década passada. Na cidade, trabalhou por mais de uma década como tiradora de palha, mudou-se para Sales Oliveira, em 2012, e, nessa cidade, tem se dedicado a atividades nas palheiras, como empacotadora e dobradeira. Rocha,

no decorrer de sua entrevista, comentou sua ida e volta a Pernambuco, algumas vezes, para visitar familiares e/ou passar férias.

RODRIGUES, W. S. **Minhas histórias, minha vida**. Orlândia, Maio/2017.

Retrato: Rodrigues, homem pardo, com 29 anos, baiano (não identificou a cidade de nascimento), possui ensino superior completo. Tivemos a oportunidade de entrevistá-lo uma única vez, em sua residência, localizada no extremo-oeste de Orlândia. Migrou para Orlândia em 1997, junto a mãe e irmãos, seu pai já se encontrava na cidade - era safrista. Rodrigues, filho de Pedreira, trabalhou, desde muito jovem, como aprendiz na empresa Intelli de onde saiu somente aos 20 anos para cursar Engenharia Civil, formado, abriu um pequeno escritório na cidade de Orlândia. Rodrigues, no decorrer de sua entrevista, revelou que, ao longo dos anos, foi e voltou à Bahia diversas vezes, para visitar familiares e/ou passar férias.

SALVADOR, E. M. **Trajetórias**. Orlândia, Fevereiro/2020; Maio/2023.

Retrato: Salvador, mulher negra, com 28 anos, natural do município de Valença, centro-norte do estado do Piauí, possui ensino superior completo. Migrou para Orlândia, quando tinha apenas um ano de idade, junto a mãe e irmãos, seu pai, Alves, já se encontrava na cidade. Sua trajetória laboral se iniciou aos 18 anos com o emprego na empresa salense Fiorese Citrus, depois, seguiu para a nuporanguense Seara Alimentos. Salvador, formou-se em Pedagogia, como sua mãe, em 2024, e concursou-se pela rede municipal de ensino. Salvador, no decorrer de sua entrevista, revelou-nos que, ao longo dos anos, foi e voltou ao Piauí, diversas vezes, todavia, sempre para visitar familiares e/ou passar férias.

SIQUEIRA, P. H. **Vida e história de uma nordestina em Orlândia**. Orlândia, Maio/2024.

Retrato: Siqueira, mulher parda, 40 anos, natural de Francisco Nonato, Piauí. Tivemos a oportunidade de entrevistá-la uma única vez, em sua residência, localizada no Jardim Parisi, mãe de um filho, possui ensino superior completo. Siqueira migrou para Orlândia, ainda muito jovem, acompanhando sua mãe e irmãs, o pai já era safrista, desde 1985. Em Orlândia, trabalhou como diarista, mas abandonou a atividade para se dedicar a seu sonho, ser dançarina. Em virtude de problemas de saúde, abandonou a carreira no final da segunda década do século XX. Atualmente, dobra palha em sua residência.

SOUZA, V. M. **Minha trajetória, minha vida e um pouco da minha família**. Orlândia, Abril/2020.

Retrato: Souza, mulher negra, com 29 anos, natural de Bacabeira, Maranhão, mãe de dois filhos, possui ensino superior completo. Tivemos a oportunidade de entrevistá-la uma única vez, em sua residência, localizada no extremo-leste orlandino. Souza, filha de Barbosa, chegou junto a sua mãe e irmãos à Orlândia, em 2004. Durante a entrevista, comentou que, ao longo dos anos, foi e voltou ao Maranhão diversas vezes, para visitar familiares e/ou passar férias. Souza, desde muito jovem, trabalhou em salões de beleza e lojas de venda de roupas, atualmente, tem seus próprios estabelecimentos comerciais de venda de roupas, além de ser sócia em um salão de beleza, ambos localizados no centro da cidade de Orlândia.

URBINATI, T. J. **Luta, vida e história de um e dos trabalhadores rurais**. Orlândia, Julho/2024.

Retrato: Urbinati, homem branco, neto de imigrantes italianos, com 72 anos, é natural de Sales Oliveira, pai de quatro filhos, possui ensino médio completo. Tivemos a oportunidade de entrevistá-lo uma única vez, em seu local de trabalho, o sindicato de trabalhadores assalariados rurais de Orlândia. Urbinati migrou para a cidade de Sales Oliveira, em fins de 1970, após a venda do espaço, arrendado à sua família, a uma usina da região. Em Sales, trabalhou como tratorista e, em 1983, venceu a eleição para a presidência do Sindicato, cargo que ocupa até o momento de sua entrevista.

Fontes

Jornais

Folha de Orlândia, edição de 13 de agosto de 1983. Acervo físico pertencente a Abrão Sardi.

Folha de Orlândia, edição de 10 de setembro de 1983. Acervo físico pertencente a Abrão Sardi.

Folha de Orlândia, edição de 24 de setembro de 1983. Acervo físico pertencente a Abrão Sardi.

Folha de Orlândia, edição de 19 de novembro de 1983. Acervo físico pertencente a Abrão Sardi.

Folha de Orlândia, edição de 14 de janeiro de 1984. Acervo físico pertencente a Abrão Sardi.

Folha de Orlândia, edição de 04 de fevereiro de 1984. Acervo físico pertencente a Abrão Sardi.

Folha de Orlândia, edição de 03 de março de 1984. Acervo físico pertencente a Abrão Sardi.

Folha de Orlândia, edição de 12 de maio de 1984. Acervo físico pertencente a Abrão Sardi.

Folha de Orlândia, edição de 09 de junho de 1984. Acervo físico pertencente a Abrão Sardi.

Folha de Orlândia, edição de 10 de novembro de 1984. Acervo físico pertencente a Abrão Sardi.

Folha de Orlândia, edição de 26 de janeiro de 1985. Acervo físico pertencente a Abrão Sardi.

Folha de Orlândia, edição de 27 de abril de 1985. Acervo físico pertencente a Abrão Sardi.

Folha de Orlândia, edição de 09 de novembro de 1985. Acervo físico pertencente a Abrão Sardi.

Folha de Orlândia, edição de 21 de dezembro de 1985. Acervo físico pertencente a Abrão Sardi.

Folha de Orlândia, edição de 01 de janeiro de 1986. Acervo físico pertencente a Abrão Sardi.

Folha de Orlândia, edição de 10 de maio de 1986. Acervo físico pertencente a Abrão Sardi.

Folha de Orlândia, edição de 24 de maio de 1986. Acervo físico pertencente a Abrão Sardi.

Folha de Orlândia, edição de 21 de junho de 1986. Acervo físico pertencente a Abrão Sardi.

Folha de Orlândia, edição de 13 de setembro de 1986. Acervo físico pertencente a Abrão Sardi.

Folha de Orlândia, edição de 21 de dezembro de 1986. Acervo físico pertencente a Abrão Sardi.

Folha de Orlândia, edição de 05 de janeiro de 1987. Acervo físico pertencente a Abrão Sardi.

Folha de Orlândia, edição de 28 de março de 1987. Acervo físico pertencente a Abrão Sardi.

Folha de Orlândia, edição de 06 de junho de 1987. Acervo físico pertencente a Abrão Sardi.

Folha de Orlândia, edição de 04 de julho de 1987. Acervo físico pertencente a Abrão Sardi.

Folha de Orlândia, edição de 26 de setembro de 1987. Acervo físico pertencente a Abrão Sardi.

Folha de Orlândia, edição de 16 de janeiro de 1988. Acervo físico pertencente a Abrão Sardi.

Folha de São Paulo - Ribeirão. Texto Anterior | Próximo Texto | Índice Orlândia lidera ranking de faturamento há cinco anos. **Folha de S. Paulo** [online], 31 de maio de 2009.

Bibliográficas

BASTOS, Adélia de Diniz Junqueira. **Lendas e Tradições da Família Junqueira**. São Paulo: Hucitec, 1979.

BASTOS, Adélia de Diniz Junqueira. **O que Tia Adélia não contou em Lendas e Tradições da Família Junqueira**. Orlândia: Tiragem Autoral, 1989.

BASTOS, Adélia de Diniz Junqueira. **Os filhos da Invernada**. Orlândia: Tiragem Autoral, 1995.

JUNQUEIRA, João Francisco Franco de. **Orlândia de Antigamente: uma Memória Fotográfica**. Orlândia: 1999.

MARTINS, Chester Antônio de. **Antes da partida**. Orlândia: São Francisco Gráfica e Editora, 2021.

PMO - Prefeitura Municipal de Orlândia. **Planos Diretores - Relatório Final**. Volume 1. Orlândia: PMO, 2010.

PRETA, Cyro Armando Catta. **Orlândia de Tempos Idos Balada Sertaneja**. Orlândia: Edição Autoral, 1997.

PRETA, Cyro Armando Catta. **Querença: História de Orlândia em 150 Sonetos**. Orlândia: Edição Autoral, 1998.

PRETA, Cyro Armando Catta. **Orlândia de outros tempos**. Orlândia: Folha de Orlândia Ltda, 2007.

SERAFIM, Luís. **Vila Tatu** (Crônicas). Franca: Fundação Mario de Andrade, 1997.

SERAFIM, Luís. **Meninos das Quebradas**: os meninos de pés sujos. São Paulo: Clube de Autores, 2010.

SERAFIM, Luís. **A cidade dos pretos**. São Paulo: Clube dos autores, 2020a.

SERAFIM, Luís. **Terras devastadas**. São Paulo: Clube dos autores, 2020b.

Referências

- AGULHON, Maurice. A sociabilidade, a sociologia e a história. *In*: Dore, Andrea & Ribeiro, Luiz Carlos (Orgs.). **O que é sociabilidade?** São Paulo: Intermeios, 2019.
- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Paraíbas e bahianos: órfãos do campo, filhos legítimos da cidade. **Travessia: Revista do Migrante**, n. 8, p. 32, 1990.
- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011.
- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **Preconceito contra origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia**. São Paulo: Cortez, 2012.
- ALFONSI, Daniela do Amaral. **Para todos os gostos: um estudo sobre classificações, bailes e circuitos de produção do forró**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Soaicial). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.
- ALMEIDA, Iara Lalesca Calazan de. **“É tudo baiano, mas é misturado”**: dinâmica migratória em Américo Brasiliense, aspectos de um problema nacional. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Araraquara: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", 2020.
- ALVES, Fabio Lopes. A dinâmica da sociabilidade em Georg Simmel. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, 2013, s/p.
- ALVES, Francisco. Por que morrem os cortadores de cana? **Saúde e Sociedade**, v. 15, n. 3, p. 90-98, 2006.
- ALVES, Francisco. Migração de Trabalhadores Rurais do Maranhão e Piauí para o corte de cana em São Paulo: Será esse um fenômeno casual ou recorrente da estratégica empresarial do Complexo Agroindustrial Canavieiro? *In*: Novaes, José Roberto & Alves, Francisco (Orgs.). **Migrantes. Trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos: EdUFSCar, 2007. p. 87-117.
- ALVES, Francisco. Políticas Públicas Compensatórias para a mecanização do corte de cana crua. **Ruris**, v. 3, n. 1, p. 153-178, 2009.
- ALVES, Francisco. Trabalho e trabalhadores no corte de cana: ainda a polêmica sobre o pagamento por produção e as mortes por excesso de trabalho. *In*: Bison, Nelson & Pereira, José Carlos Alves (Orgs.). **Agrocombustíveis, solução?** A vida por um fio no eito dos canaviais. São Paulo: CCJ, 2008a.
- AMADO, Jorge. **Seara Vermelha**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2009.
- AMARAL, Pedro Henrique Marani. **A praça e a cidade: um estudo sobre as praças centrais em Orlandia-SP**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em Geografia), Ituiutaba: Universidade Federal de Uberlândia, 2023.

ANGELIN, Paulo Eduardo. **Mulheres migrantes no contexto das fronteiras de gênero e arranjos familiares**. Tese (Doutorado em Sociologia), São Carlos: Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, 2012.

ARAÚJO, Ilze Arduini de. **Experiências de migrantes nordestinos em Uberlândia: estranhamentos, preconceitos e estratégias de pertencimento**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia - UFU, 2008.

BACCARIN, José Giacomo & GEBARA, José Jorge. Mineiros no corte da cana na região de Ribeirão Preto (SP). **Travessia: Revista do Migrante**, v. 1, n. 1, p. 16-20, 1988.

BACELLAR, Olavo Ivahoé & LIMA, Gerson Portela. **Causas e tendências do processo migratório piauiense**. Teresina: Fundação CEPRO, 1990.

BAENINGER, Rosana. **Regiões, metrópole e interior: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes – Brasil 1980-1996**. Tese (Doutorado em Sociologia), Campinas: Universidade de Estadual de Campinas – UNICAMP, 2002.

BAENINGER, Rosana. São Paulo e suas migrações no final do século 20. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 3, p. 84-96, 2005.

BANDINI, Claudirene Aparecida de Paula & MORAES SILVA, Maria Aparecida de. Revelando o Indizível na Oficina de Fuxico: uma experiência de pesquisa sobre gênero, religião e memória. **História Oral**, v. 2, n. 14, p. 255-284, 2011.

BAPTISTA, Dulce Maria Tourinho. Sociabilidade e lazer no cotidiano de migrantes nordestinos. **Travessia: Revista do Migrante**, n. 47, p. 24-30, 2003.

BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas: Magia e técnica, arte e política**. 3. Ed. - São Paulo. Editora Brasiliense, 1987.

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

BEZERRA, Marcela Heraclio. **Mulheres (des) cobertas: histórias reveladas relações de trabalho, práticas cotidianas e lutas políticas das trabalhadoras canavieiras na Zona da Mata Sul de Pernambuco (1980-1988)**. Dissertação (Mestrado em História), Fortaleza: Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

BINI, Danton Leonel de Camargo & TAHAN, Sarah Toniello. Modernização no campo e urbanização na região de Ribeirão Preto - SP (1950-2007). **Dialogus**, v. 6, n. 1, p. 123-132, 2010.

BOECHAT, Cássio Arruda. A questão agrária em São Paulo: debate sobre o fim do colonato e o surgimento do boia-fria na agricultura paulista. **Geosp – Espaço e Tempo**, v. 24, n. 2, p. 203-225, 2020.

BRAGA, Antônio. Entre o Piauí em São Paulo: dádiva, ser parente e reciprocidade entre migrantes do sudeste piauiense, Brasil. *In*: Baeninger, Rosana & Dedecca, Cláudio (Orgs.). **Processos Migratórios no Estado de São Paulo**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2013. p. 309-324.

BRAGA, Mariana Moron Saes & Braga, Antonio Mendes da Costa. Ato de magia: a questão da naturalização na obra de Abdelmalek Sayad. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 32, p. 1-14, 2024.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Identidade e etnia**. São Paulo, Brasiliense, 1986.

CANO, Antonio & PAULILLO, Luiz. Evolução do cultivo da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo. *In*: **Anais do 53. Congresso Sober**, João Pessoa, 2015.

CARMO, Maristela Simões do. Relações de trabalho na agricultura: o corte da cana-de-açúcar em Orlândia e Sales Oliveira. **Informações Econômicas**, v. 22, n. 9, p. 27-32, 1992.

CARNEIRO, Maria José. Mulheres no campo: notas sobre sua participação. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 2, p. 11-22, 1994.

CAVALCANTI, Leonardo. Imigrantes na cidade: paradoxos e pleonasmos. **Travessia: Revista do Migrante**, n. 51, p. 21-26, 2005.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1994.

CHIANCA, Luciana. Devoção e diversão: Expressões contemporâneas de festas e santos católicos. *Revista Antropológicas*, v. 18, n. 2, 2007. p. 49-74.

CORDOVA, Magno Cirqueira. **Rompendo as entranhas do chão: cidade e identidade de migrantes do ceará e do Piauí na MPB dos anos 70**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Brasília, 2006.

CORREIA, Roberto Lobato. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, n. 30, p. 05-12, 2011.

COSTA, Maria Cecília Solheid da. A reinvenção de Curitiba :pluralismo étnico e imagens de primeiro mundo. **Travessia: Revista do Migrante**, v. 8, n. 23, p. 31-34, 1995.

COSTA, Maria Cristina Silva. Entre o rural e o urbano: construção de tempo e espaço entre trabalhadores rurais temporários. **Travessia: Revista do Migrante**, v. 6, n. 15, p. 5-7, 1993.

COSTA, Maria Luiza dos Santos. **A migração piauiense e as atividades sucroalcooleiras em Morro Agudo (SP)**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia - UFU, 2012.

COVER, Maciel. **O “tranco na roça” e a “vida no barraco”**: um estudo sobre trabalhadores migrantes no setor do agronegócio canavieiro. Dissertação (Mestrado em

Ciências Sociais), Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, 2011.

CRUZ, Heloisa de Faria. **Na cidade, sobre a cidade**: cultura letrada, periodismo e vida urbana. São Paulo 1890/1915. Tese (Doutorado em História), São Paulo: Universidade de São Paulo, 1994.

CRUZ, Mércia Socorro Ribeiro; MENEZES, Juliana Santos & PINTO, Odilon. Festas Culturais: Tradição, comidas e celebrações. *In*: I Encontro Baiano de Cultura. Salvador: **Anais do I EBECULT - Identidade, Cultura e Expressões Regionais**, 2008, p. 1-36

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DAWSEY, John C.. **De que riem os boias-frias?** Diários de Antropologia e Teatro. São Paulo: Terceiro Nome (Coleção Antropologia Hoje), 2013.

DIAS, José Luciano de Mattos. Registro oral, história e grandes organizações. *In*: FERREIRA, Marieta de Moares (Coord.). **Entre-vistas**: abordagens e usos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

DOSSE, François. **O desafio biográfico**: escrever uma vida. São Paulo: Edusp, 2015.

DURHAM, Eunice. **A caminho da cidade**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

ESTRELA, Ely Souza. Os sampauleiros: memória do deslocamento. **Travessia: Revista do Migrante**, n. 32, p. 9-13, 1998.

ESTRELA, Ely Souza. **Os sampauleiros**: cotidiano e representações. São Paulo: Educ, 2003.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. O Estatuto do Trabalhador Rural e o Funrural. **Perspectivas**, p. 189-202, 1976.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. Prática trabalhista e sindicalização rural. **Ciência e Cultura**, v. 30, n. 7, p. 167, 1978.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. Lideranças sindicais rurais do Estado de São Paulo. **Ciência e Cultura**, v. 31, n. 7, p. 171, 1979.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. Aspectos do sindicalismo rural em São Paulo. **Perspectivas**, p. 135-164, 1980.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. Tamoio: olha! Tem nó na cana. **Perspectivas**, n. 7, p. 31-40, 1984.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta & MORAES SILVA, Maria Aparecida de. A política de assentamento: o jogo das forças sociais no campo. **Perspectivas**, n. 11, p. 33-51, 1988.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. Caminhos e descompassos do sindicalismo rural paulista. **Perspectivas**, n. 12/13, p. 73-102, 1989/90.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **A chama verde dos canaviais**: uma história de lutas dos boias-frias no interior paulista. Tese (Livre Docência), Araraquara: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP, 1992.

FLORES, Maria Bernadete Ramos & CAMPOS, Emerson César de. Carrosséis urbanos: da racionalidade moderna ao pluralismo temático (ou territorialidades contemporâneas). **Revista Brasileira de História**, v. 27, n. 53, p. 267-296, 2007.

FONSECA, Cláudia. Aliados e rivais na família: o conflito entre consanguíneos e afins em uma vila porto-alegrense. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 4, n. 2, p. 88-102, 1987.

FONTES, Paulo. **Um Nordeste em São Paulo**: Trabalhadores Migrantes em São Miguel Paulista (1945-66). São Paulo: FGV, 2008.

FONTES, Paulo. São Miguel Paulista dos "baianos". **Travessia: Revista do Migrante**, n. ,p. 17-24, 2001.

GEBARA, José Jorge. A moradia provisória do migrante sazonal. **Travessia: Revista do Migrante**, v. 5, n. 14, p. 19-21, 1992.

GOMES, Monalisa Borges. **Os turmeiros no agronegócio canavieiro**: mediadores dos trabalhadores migrantes e da usina. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, 2013.

GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes & VIEGAS, Danielle Heberle. Migração e segregação urbana estudos de caso em uma cidade metropolitana (Canoas/RS). **Travessia: Revista do Migrante**, v. 21, n. 62, p. 33-37, 2008.

GUANAIS, Juliana Biondi. Vida e trabalho dos cortadores de cana: migração, assalariamento temporário e labor nos canaviais paulistas. **Século XXI: Revista de Ciências Sociais**, v. 4, n. 1, p. 260-290, 2014.

GURNAH, Abdulrazak. **A beira mar**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HARPER, Rachel M. **Este lado de Providence**. Porto Alegre: TAG: Experiências Literárias, 2024

HAUDENSCHILD, André Rocha Leite. "Sul maravilha": experiências diaspóricas nordestinas na música popular brasileira das décadas de 1960 e 1970. **ArtCultura**, v. 18, n. 33, p. 33-48, 2016.

KOTLINSKI, Jaqueline & PEREIRA, Bruno César. Bar: um espaço de socialização e um reflexo social da desigualdade de gênero. **Sobre Ontens**, v. 1, n.1 p. 266-279, 2018.

LAVERDI, Robson. **Tempos diversos, vidas entrelaçadas**: trajetórias itinerantes de trabalhadores no extremo Oeste do Paraná. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2005.

LIMA, Rosana de Almeida. **Trabalho, família, amigos:** construções de identidade de um migrante nordestino no Rio de Janeiro em entrevista de pesquisa. Dissertação (Mestrado em Letras), Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio, 2009.

LOPES, José Sérgio Leite; MENEZES, Marilda Aparecida de & SANTOS JR., Jaime. Movimentos Grevistas de operários e trabalhadores rurais: narrativas cindidas? **Política & Trabalho**, n. 52, p. 12-19, 2020.

LÖWY, Michael. El punto de vista de los vencidos en la historia de América Latina. Reflexiones metodológicas a partir de Walter Benjamin. *In:* Vedda, Miguel (Org.). **Constelaciones dialécticas.** Tentativas sobre Walter Benjamin. Buenos Aires, Herramienta, 2008. p.81-90.

MACIEL, Lidiane. Entre o rural e o urbano piauienses na citricultura paulista. **Travessia: Revista do Migrante**, n. 71, p. 81-90, 2012.

MACIEL, Lidiane. **O sentido de melhorar de vida:** arranjos familiares na migração para o interior de São Paulo. Jundiaí: Paco Editorial, 2013a.

MACIEL, Lidiane. O sentido de "melhorar de vida" entre trabalhadores rurais migrantes em São Carlos-SP. *In:* BAENINGER, Rosana & DEDECCA, Cláudio (Orgs.). **Processos Migratórios no Estado de São Paulo.** Campinas: Nepo/Unicamp, 2013b. p. 379-393.

MACIEL, Lidiane. "É uma viagem que jamais termina": as migrações internas no romance *Seara Vermelha* de Jorge Amado. **Ruris**, v. 15, n. 01, p. 81-108, 2023.

MACIEL, Lidiane & FAVORETTO, Thaís Mesquita. Migração e pendularidade entre famílias de trabalhadores rurais no interior de São Paulo. *In:* BAENINGER, Rosana & DEDECCA, Cláudio (Orgs.). **Processos Migratórios no Estado de São Paulo.** Campinas: Nepo/Unicamp, 2013. 407-419.

MACIEL, Lidiane & PEREIRA, Giovana Gonçalves. "Idas-e-vindas" de famílias de trabalhadores rurais na região central do estado de São Paulo: os casos de Matão e São Carlos. *In:* BAENINGER, Rosana & DEDECCA, Cláudio (Orgs.). **Processos Migratórios no Estado de São Paulo.** Campinas: Nepo/Unicamp, 2013. p. 395-405.

MACHADO, Lia Zanotta. Gênero e espaço público: a exclusão das mulheres na vida social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 81, p. 185-201, 2013.

MACHADO, Maria Teresa Garbin. **O Ensino profissional estadual paulista dos anos de 1940 a 1970:** trajetória na cidade de Orlândia. Tese (Doutorado em Educação Escolar). Araraquara: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP, 2014.

MADEIRA, Márcio M. A. Os conjuntos de forró: dos trios às bandas. *In:* DAMASCENO, Francisco J. G. & MENDONÇA, Amaudson X. V. (Orgs.). **Experiências musicais.** Fortaleza: PMF/EdUECE, 2008. p. 83-92.

MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. Nordestinos na Zona Leste de São Paulo: subjetividade e redes de migrantes. **Travessia: Revista do Migrante**, n. 76, p. 99-112, 2015.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Lazer dos trabalhadores. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v. 2, n. 3, p. 37-39, 1988.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. O lazer da população de origem migrante na metrópole. **Travessia: Revista do Migrante**, v. 3, n. 7, p. 5-8, 1990.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Da periferia ao centro: pedaços & trajetos. **Revista de Antropologia**, v. 35, p. 191-203, 1992.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: um novo olhar sobre a cidade. **Espaços urbanos**, v. 12, n. 2, p. 38-21, 2013a.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Da periferia ao centro, cá e lá: seguindo trajetos, construindo circuitos. **Anuário Antropológico**, v. 38 n. 2, 2013b.

MARIANO, Neusa de Fátima. Dos colonatos aos assalariamentos. **Travessia: Revista do Migrante**, n. 49, p. 24-30, 2004.

MARQUES, Roberto. Quem “se garante” no forró eletrônico?– produzindo diferenças em contextos de fronteira e ebulição social. **Cadernos Pagu**, n. 43, p. 347-383, 2014.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. **Revista Terra Livre**, v. 18, n. 19, p. 95-112, 2002.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. Entre o campo e a cidade: formação e reprodução social da classe trabalhadora. **Agrária**, n. 5, p. 170-185, 2006.

MARTINS, Rodrigo Constante. Trabalho rural O tempo da teoria e . **Contemporânea**, volume, número, 2024.

MELLO, Beatriz Medeiros de & MORAES SILVA Maria Aparecida de. História de uma pequena cidade do interior paulista: para compreender a territorialidade local. **Geografia em Atos**, n. 7, v. 2, p. 16-29, 2007.

MELLO, Beatriz Medeiros de. **Migração, memória e território**: o trabalhador rural nordestino na Ibaté paulista. Dissertação (Mestrado em Geografia). Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2008.

MELLO, Beatriz Medeiros de & MORAES SILVA, Maria Aparecida de. O noroeste paulista dos sitiantes: entre história e memória, liberdade e sujeição. **Revista Interdisciplinaria de Estudos Agrários**, n. 38, p. 51, 2013.

MELLO, Beatriz Medeiros de & MORAES SILVA, Maria Aparecida de. As distintas faces da intermediação entre capital e trabalho rural no Brasil. **Eutopia**, n. 9, p. 45-61, 2016.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. A modernização da agricultura e os impactos sobre o trabalho. **Pegada**, v. 1, p. 1-17, 2008.

MENEZES, Marilda Aparecida (Orgs.). **História de Migrantes**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

MENEZES, Marilda Aparecida. Experiência social e identidades: trabalhadores migrantes na *plantation* canavieira. **História Oral**, n. 3, p. 49-68, 2000.

MENEZES, Marilda Aparecida. Recrutamento de trabalhadores migrantes na cana-de-açúcar no estado de Pernambuco. **Travessia: Revista do Migrante**, n. 41, p. 12-16, 2001.

MENEZES, Marilda Aparecida. “Migrações: Uma Experiência Histórica do Campesinato do Nordeste”. In: GODOI, Emilia Piastrefesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de Menezes & MARIN, Rosa Acevedo. **Diversidade do Campesinato: Expressões e Categorias**. Vol. II: Estratégias de Reprodução Social. São Paulo: Ed.UNESP, 2009.

MENEZES, Marilda Aparecida. Estratégias, Táticas e Resistência no Cotidiano dos Canaviais. In: MENEZES, M. A. & GODOI, E. P. de (Orgs.). **Mobilidades, Redes Sociais e Trabalho**. São Paulo: Annablume, 2011.

MENEZES, Maria Aparecida de & COVER, Maciel. Alojamentos de trabalhadores migrantes em usinas de cana de açúcar: espaço social de dominação e resistência. **Illuminuras**, v. 13, n. 30, p. 85-103, 2012.

MENEZES, Maria Aparecida de. Família, Juventude e Migrações. **Revista Antropológicas**, v. 23, n. 1, p. 113-136, 2012.

MENEZES, Marilda Aparecida & COVER, Maciel. Movimentos ‘Espontâneos’: a resistência dos trabalhadores migrantes nos canaviais. **Caderno CRH**, v. 29, n. 76, p. 133-148, 2016.

MENEZES, Marilda Aparecida & COVER, Maciel. A noção de redes sociais aplicada a pesquisas em espaços de trabalhadores migrantes. **Sociedade e Cultura**, v. 20, p. 95-113, 2017.

MENEZES, Marilda Aparecida de & COVER, Maciel. Trabalhadores migrantes: formas de resistência cotidiana. **Travessia: Revista do Migrante**, n. 83, p. 79-88, 2018.

MENEZES, Marilda Aparecida. Trabalho, família e migrações: uma relação afetiva e uma trajetória de pesquisa. **Revista Latinoamericana de Antropología del Trabajo**, n. 7, p. 1-9, 2020.

MENEZES, Marilda Aparecida & CLEMENTINO Jurani. Ausência, família e sentimento de pertencimento. In: Dias, Gustavo; Bógus, Lucia, Pereira, José Carlos Alves & Baptista, Dulce. **A contemporaneidade do pensamento de Abdelmalek Sayad**. São Paulo: Educ, 2020. p. 247-268.

MOHAMMEDI, Sidi Mohammed. A revolução copernicana de Abdelmalek Sayad. **Travessia: Revista do Migrante**, n. 86, p. 39-46, 2019.

MORAES, Jonas Rodrigues de. **Sons do sertão**: Luiz Gonzaga, música e identidade. São Paulo: Annablume, 2012.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de. Como expulsar o camponês do proletário. **Travessia: Revista do Migrante**, v. 3, n. 8, p. 5-11, 1990.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de. As cidades dos bóias-frias: o desdobramento do poder e controle da empresa. **Travessia: Revista do Migrante**, n. 01, p. 30-34, 1993.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de. A Migração como direito à vida. **Debate Migração e cidadania**, Guariba/SP, p. 1-7, 1997.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Ed. UNESP, 1999a.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de. Silêncio e medo nas encruzilhadas da violência. *In*: XXII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Caxambu: **Anais do XXII Encontro ANPOCS**, p. 1-35, 1999b.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de. A terra no imaginário dos migrantes temporários. **História Oral**, v. 4, p. 103-120, 2001a.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de. A Cultura na esteira do tempo. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n. 3, p. 102-112, 2001b.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de. Se eu pudesse, eu quebraria todas as máquinas. *In*: ANTUNES, Ricardo & MORAES SILVA, Maria Aparecida de (Orgs.). **O avesso do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004a. p. 29-78.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de. De colona a boia-fria. *In*: DEL PIORE, Mary (Orga.). **História das Mulheres no Brasil**. 7 Ed. - São Paulo: Contexto, 2004b.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de. **A Luta pela Terra**: Experiência e Memória. São Paulo: Editora UNESP, 2004c.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de. A face oculta do trabalho: Migrantes nas usinas canavieiras de São Paulo. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, n. 17, p. 31-54, 2005.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de. Experiência e Memória na Bagagem dos Caminhantes da Terra. **Teoria & Pesquisa**, n. 49, p. 35-64, 2006a.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de. A morte ronda os canaviais paulistas. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, v. 33, n. 2, p. 111-114, 2006b.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de & MARTINS, Rodrigo Constante. Trabalho e meio ambiente: o avesso da moda do agronegócio. **Lutas & Resistências**, v. 1, p. 91-106, 2006.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de & MENEZES, Marilda Aparecida. Migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões. **Revista Eletrônica do Nead**, v. 1, p. 1-14, 2007.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de. Trabalho e trabalhadores no mar de cana e do rio do álcool. In: NOVAES, José Roberto & ALVES, Francisco. **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos: EdUFSCar, 2007.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de. Expropriação da terra, violência e migração: camponeses maranhenses no corte da cana em São Paulo. **Cadernos CERU**, v. 19, n. 1, p. 165-180, 2008a.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de. Cortadores de Cana e os (Não) Direitos. **Travessia: Revista do Migrante**, n. 61, p.26-36, 2008b.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de. Mortes e acidentes nas profundezas do ‘mar de cana’ e dos laranjais paulistas. **Interfacehs**, v. 3, n. 2, p. 1-31, 2008c.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de & MELLO, Beatriz Medeiros de Melo. Partir e ficar: dois mundos unidos pelas trajetórias de migrantes. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, n. 33, p. 129-151, 2009.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de. Mulheres trabalhadoras rurais: trajetórias e memórias. **RURIS**, v. 4, n. 2, 2012

MORAES SILVA, Maria Aparecida de & MARTINS, Rodrigo Constante. A degradação social do trabalho e da natureza no contexto da monocultura canavieira paulista. **Sociologias**, n. 24, p. 196-240, 2010.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de. O trabalho oculto nos canaviais paulistas. **Perspectivas**, v. 39, p. 11-46, 2011a.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de. Vidas transitórias: entre os cocais maranhenses e os canaviais paulistas. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 1 (Especial), p. 161-178, 2011b.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de. “A coragem, ela vem também da consciência”: Entrevista com Padre José Domingos Bragheto. **Áskesis**, v. 3, n. 2, p. 12-30, 2012a.

Moraes Silva, Maria Aparecida de. Encontrando mulheres nos vãos da história. **Contemporânea**, v. 2, n. 1, p. 131-157, 2012b.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de & MENEZES Marilda. Migrantes Temporales: resignificación de las narrativas. **Tópos**, v. 6, n. 2, p. 9-35, 2012.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de. Sabe o que é ficar borrado no eito da cana? **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 21, n. 2, p. 359-391, 2013.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de; VERÇOZA, Lúcio Vasconcellos de & BUENO, Juliana Dourado. A imagem do etanol como "Desenvolvimento Sustentável" e a (nova) Morfologia do Trabalho. **Caderno CRH**, v. 26, n. 68, p. 253-271, 2013.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de; BUENO, Juliana Dourado & VERÇOZA, Lúcio Vasconcellos. O trabalho à flor da pele: formas contemporâneas dos estranhamento nos canaviais e campos de flores. **Cadernos Ceru** v. 24, n. 1, p. 13-37, 2013.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de; BUENO, Juliana Dourado; MELLO, Beatriz Medeiros de. Quando a máquina “desfila”, os corpos silenciam: tecnologia e degradação do trabalho nos canaviais paulistas. **Contemporânea**, v. 4, n. 1, p. 85-115, 2014.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de. Trabalho rural: as marcas da raça. **Lua Nova**, n. 99, p. 139-167, 2016.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de. Mulheres volantes. Um estudo sobre o trabalho assalariado feminino no rural paulista. **Travessia: Revista do Migrante**, n. 83, p. 183-190, 2018.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de; Verçoza, Lúcio Vasconcellos de & Reis, Tainá. Cercas: Imagens dos Camponeses no Brasil contemporâneo. **Eutopia**, n. 16, p. 31-50, 2019.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de. O que o imigrante traz em sua bagagem? O que ele deixa para trás? In: DIAS, Gustavo; BÓGUS, Lucia, PEREIRA, José Carlos Alves & BAPTISTA, Dulce. **A contemporaneidade do pensamento de Abdelmalek Sayad**. São Paulo: Educ, 2020a. p. 225-246.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de. Em busca de um lugar de memória de trabalhadores/as rurais. Constituição de um repositório digital em dois espaços-tempos. **Travessia: Revista do Migrante**, n. 89, 2020b, p. 7-26.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de. No meio dos canaviais ... Um lugar de memória de trabalhadores/as rurais. In: 20º Congresso Brasileiro de Sociologia. Belém: **Anais do XX CBS**, 2021, p. 1-26.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de. No meio dos canaviais, um lugar de memória dos/as trabalhadores/as rurais. In: 15º Encontro Regional Sudeste de História Oral: memória, corpo e mundo. São Paulo: **Anais do XV ESHO**, 2023a, p. 01-11.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de. Nos canaviais: a extração do copor/colônia. In: REIS, Ana Terra et al. (Orgs). **Trabalho, lutas e resistências no polígono do agrohidronegócio canavieiro**. São Paulo: Outras Expressões, 2023b. p. 143-162.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de. Na contramão do memoricídio, vozes e memórias de vidas talhadas com as mãos- Entrevista concedida a Bruno César Pereira. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 32, n. 1, 2024a, *no prelo*.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de. Trabalhadores rurais nos campos paulistas: histórias mutiladas. **Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, v. 32, p. 1-18, 2024b.

MORALES, Lúcia Arrais. **A Feira de São Cristóvão**: um estudo de identidade regional. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional, 1993.

MONSMA, Karl Martin. James C. Scott e Resistência Cotidiana no Campo: uma Avaliação Crítica. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 49, p. 85-121, 2000.

MOREIRA JR., Orlando. Segregação urbana em cidades pequenas: algumas considerações a partir das escalas intra e interurbana. **Ra'ega**, n. 20, 2010, p. 133-142.

MOURA, Flávia de Almeida. Escravos da precisão: economia familiar e estratégias de sobrevivência de trabalhadores rurais em Codó (MA). **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 5, n. 9/10, p. 177-193, 2008.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. **Projeto História**, n. 10, 1993, p. 07-28.

NOVAES, José Roberto & ALVES, Francisco. **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos: EdUFSCar, 2007.

NUNES, Danielle Milenne Príncipe; SILVA, Marcelo Saturino da & CORDEIRO, Rosineide de Lourdes Meira. A experiência de trabalho e dos riscos entre os trabalhadores-migrantes nordestinos nos canaviais paulistas. **Saúde & Sociedade**, v. 25, n. 4, p. 1122-1132, 2016.

OLIVEIRA, Leticia Parreira & OLIVEIRA, Hélio Carlos Miranda de. Entre a lavoura de cana e a vida na cidade: condições socioeconômicas dos migrantes trabalhadores do setor agroindustrial canavieiro no município de Capinópolis (MG). **Perspectiva Geográfica**, v. 9, n. 10, 2014

OSÓRIO, Patricia Silva. Festivais de cultura popular e patrimônios: campos de batalhas nas políticas de identidades. **Etnográfica**, v. 21, n. 3, p. 493-508, 2017.

PAIVA, Odair da Cruz. **Caminhos cruzados** . Tese (Doutorado em História). São Paulo: Universidade de São Paulo - USP, 2004.

PAIVA, Odair da Cruz. Territórios da migração na cidade de São Paulo: entre a afirmação e negação da condição migrante. **Idéias**, n. 2, p. 13-30, 2011a.

PAIVA, Odair da Cruz. Territórios da migração na cidade de São Paulo: afirmação, negação e ocultamentos. **RiMe**, n. 6, p. 687-704, 2011b.

PAIVA, Kauê Felipe. **Urbanização e planejamento: a produção do espaço em pequenas cidades do eixo rodoferroviário da Alta Mogiana - Triângulo Mineiro**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), São Paulo: Universidade de São Paulo - USP, 2017.

PAIVA, Kauê Felipe. Urbanização não-metropolitana no nordeste paulista: a reprodução do espaço intra-urbano em pequenas cidades contíguas à rodovia Anhanguera. *In*: XVIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Natal: **Anais XVIII ENANPUR**, s/p, 2019.

PM Pastoral de Migrantes (Guariba). **Rota de mobilidade humana para o interior paulista**. Pastoral de Migrantes /Guariba: Dossiê: 2001-2003, 2004.

PAULA, Andréa Maria Narciso Rocha de. Sair do sertão, viver nele: as migrações sertanejas. **Travessia: Revista do Migrante**, n. 72, p. 55-72, 2013.

PEREIRA, Bruno César. Entre Estigmas & Segregações: A (re) organização dos espaços nos bairros José Vieira Brasão e Jardim Santa Rita no município de Orlândia-SP (1990-2010). **Revista Tempo, Espaço e Linguagem**, v. 11, p. 114-130, 2020a.

PEREIRA, Bruno César. Periferia, migração e cotidiano: notas acerca da inserção de migrantes nordestinos em um pequeno município paulista (1990-2010). **Revista de História da UEG**, v. 9, p. 1-11, 2020b.

PEREIRA, Bruno César. Motivos para migrar... Motivos para ficar: trajetórias de migrantes nordestinos em Orlândia-SP (1980-2010). **Aedos**, v. 12, p. 194-214, 2020c.

PEREIRA, Bruno César. **O Extremo-Leste Orlandino**: narrativas e trajetórias de migrantes nordestinos e moradores locais (1980-2010). Dissertação (Mestrado em História), Irati: Universidade Estadual do Centro Oeste - UNICENTRO, 2021a.

PEREIRA, Bruno César. Uma cidade entre narrativas: construções históricas sobre a história de Orlândia-SP. **Trilhas da História**, v. 10, p. 91-110, 2021b.

PEREIRA, Bruno César. O nordestino, a usina e a cidade: trabalho e migração na região do 'mar de cana? (1980-2010). **Revista Eletrônica Espaço Acadêmico**, v. 21, p. 261-274, 2021c.

PEREIRA, Bruno César. Notas sobre as contribuições de festas comunitárias para a construção identitária em uma região de Orlândia-SP. **Albuquerque: Revista de História**, v. 13, p. 159-175, 2021d.

PEREIRA, Bruno César & GILLIES, Ana Maria Rufino. Festa Junina da Travessa X: notas sobre sociabilidade. **Em Tempo de Histórias**, v. 1, p. 73-91, 2022.

PEREIRA, Bruno César & SCHORNER, Ancelmo. 'O que é ser 'piauí'? A representação dos migrantes nordestinos em um município paulista (1980-2020)'. **Boletim Historiar**, v. 7, p. 73-94, 2020.

PEREIRA, Bruno César & LOURENÇO, Alexandra. “Não vejo eles como diferentes, só não vejo aqui como o lugar deles”: Análise do poder simbólico presente nas relações sociais entre estabelecidos e outsiders em Orlândia - SP. **Cidades, Comunidades e Territórios**, v. 36, p. 56-67, 2018.

PEREIRA, Bruno César & LOURENÇO, Alexandra. Mulheres e a migração: trajetórias e motivações de migrantes nordestinas na Cidade das Avenidas. **História em Revista**, v. 26, p. 43-61, 2021a.

PEREIRA, Bruno César & LOURENÇO, Alexandra. Um estudo regional: alguns aspectos do perfil da elite política orlandina (2005-2016). **Almanaque de Ciência Política**, v. 5, p. 1-18, 2021b.

PEREIRA, Bruno César. “Largue mão meu povo, hoje tem forró”: o lazer como espaço outro na narrativa de migrantes nordestinos na Cidade das Avenidas (Orlândia-SP). **Revista Tempos Históricos**, v. 28, n. 1, p. 194-220, 2024.

PEREIRA, Giovana Gonçalves. O ir e vir (ver): a migração "permanentemente" temporária em Matão/SP. In: BAENINGER, Rosana & DEDECCA, Cláudio (Orgs.). **Processos Migratórios no Estado de São Paulo**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2013.

PEREIRA, Giovana Gonçalves. O espaço urbano na cidade do agronegócio citrícola: O “Bairro dos Piauí” no município de Matão/SP. In: 39º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu: **Anais dos 39º EA ANPOCS**, p. 1-22, 2015.

PEREIRA, Giovana Gonçalves & BAENINGER, Rosana. Periferias Migrantes: Trabalhadores Rurais do Agronegócio Citrícola em São Paulo (Brasil). In: VIII Congresso Latinoamericano de Estudios del Trabajo. Buenos Aires: **Anais do VIII CILAET**, p. 1-22, 2016.

PEREIRA, Giovana Gonçalves. O trabalho rural migrante no agronegócio citrícola e canavieiro: um olhar a partir da região administrativa central do Estado de São Paulo. **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, v. 9, ns. 1/2. p. 1-24, 2017.

PEREIRA, Giovana Gonçalves. **Migrações e agronegócio: espaços na citricultura paulista**. Tese (Doutorado em Demografia), Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2019.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. **Esboços: história em contextos globais**, v. 11, n. 1, p. 25-30, 2004.

PINHO, Patricia de Santana. **Reinvenções da África na Bahia**. São Paulo: Annablume, 2004.

PINO, Humberto Fernando Dal. **Originação da soja na CAROL**. Monografia (Especialização em Agronegócios), Piracicaba: Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”- ESALQ, 2003.

PISCITELLI, Adriana. Gênero, sexualidade e moralidades em contextos transnacionais. **Cadernos Pagu**, n. 31, p. 125-164, 2008

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PRADO, Rosane Manhães. Cidade pequena: paraíso e inferno da personalidade. **Cadernos de Antropologia e Imagem**, n. 1, p. 31-56, 1985.

PUNTEL, Luiz. **Açúcar Amargo**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

REIS, Tainá. **Ceifando a cana... Tecendo a vida**. Um estudo sobre pós/trabalho nos canaviais. Tese (Doutorado em Sociologia). São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2018.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. Migrações e retornos: breve história das viagens, lutas, vitórias e sofrimentos de camponeses do nordeste mineiro. **Travessia: Revista do Migrante**, n. 30, p. 31-34, 2001.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães; Galizoni, Flávia Maria & Assis, Thiago de Paula. Lembranças de viagens às fronteiras do Brasil Migrações temporárias de lavradores do nordeste mineiro (1950/1960). **Travessia: Revista do Migrante**, n. 61, p. 11-15, 2008.

RIBEIRO, Hidelberto de Sousa. O migrante e a cidade: enraizamento e/ou desenraizamento. **Travessia: Revista do Migrante**, n. 54, p.45- 50, 2006.

RITTER, Paula. “Da favela a Alphaville”: memórias de migrantes alagoanos em Jurujuba, Niterói (RJ). **História Oral**, v. 16, n. 1, p. 189-207, 2013.

SALATA, Rosemeire. O trabalho em São Paulo e as terras dos outros: mobilidades e autonomia entre trabalhadores-migrantes. **Ruris**, v. 11, n. 1, p. 151-180, 2017.

SANDRONI, Carlos & SANTOS Climério de Oliveira. Música “local”, políticas culturais e gêneros musicais: notas iniciais sobre forró como patrimônio cultural imaterial. In: Encontro Nacional da Associação Brasileira de Etnomusicologia. Campinas: **Anais do IX ENABET**, 2019, p. 175-181.

SANTANA, Charles d'Almeida. Memórias de trabalhadores rurais na cidade. **Travessia: Revista do Migrante**, v. 11, n. 32, p. 41-43, 1998.

SANTHIAGO, Ricardo & MAGALHÃES, Valéria B. A Zona Leste de São Paulo e a história oral: História pública, políticas de memória e pesquisa acadêmica. **Patrimônio & Memória**, v. 13, p. 152-178, 2017.

SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. Comemorar, divertir, lutar. A reinvenção do cotidiano no mundo do trabalho, Camocim-CE, 1950-1970. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 6, n. 11, p. 253-264, 2014.

SANTOS, Patricia da Silva. Figuras párias em Georg Simmel: a mulher, o pobre, o estrangeiro. **Civitas**, v. 20, n. 2, p. 259-269, 2020.

SANTOS JR, Jaime. Entre o palco e a coxia: a dramaturgia das formas de resistência nos canaviais sergipanos. **Raízes**, v. 33, n. 2, p. 104-122, 2013.

SANTOS JR., Jaime. Trabalho e resistências miúdas: astúcia, barganha e negociação. **Revista Latinoamericana de Antropologia del Trabajo**, n. 3, p. 1-26, 2018a.

SANTOS JR., Jaime. A dimensão esquecida: a questão da agência no trabalho do corte da cana de açúcar. **Caderno CRH**, v. 31, n. 83, p. 389-406, 2018b.

SANTOS JR., Jaime; THIBES, Mariana Zanata & MENEZES, Marilda Aparecida de. Disjunções e ambivalências: famílias migrantes nordestinas no ABC paulista. **Civitas**, v. 19, n. 3, p. 675-691, 2019.

SANTOS JR., Jaime. Veredas, Inquietações e Engajamentos: sobre o desafio de “ler” Marilda Menezes. **Revista Latinoamericana de Antropología del Trabajo**, n. 7, p. 1-22, 2020a.

SANTOS Jr., Jaime. Fissuras do cotidiano: nos meandros das estruturas de dominação. *In*: Palermo, Hernán M. & Capogrossi, Maria Lorena. **Tratado latinoamericano de Antropología del Trabajo**. Buenos Aires: CLACSO, 2020b. p. 705-732.

SAYAD, Abdelmalek. **Un Nanterre Algérien: terre de bidonvilles**. Paris: Éditions Autrement, 1995.

SAYAD, Abdelmalek. Entrevista. Colonialismo e migrações. **Mana: Estudos de Antropologia Social**, v. 2, n. 1, p. 155-170, 1996

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração e os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EdUSP, 1998.

SAYAD, Abdelmalek. As características genéricas ou as constantes do fenômeno migratório. **Travessia: Revista do Migrante**, v. 13, n. Especial, p. 07-10, 2000a.

SAYAD, Abdelmalek. A noção de retorno na perspectiva de uma antropologia total do ato de migrar. **Travessia: Revista do Migrante**, v. 13, n. Especial, p. 11-15, 2000b.

SAYAD, Abdelmalek. O retorno do ausente: uma empreitada de toda a ausência. **Travessia: Revista do Migrante**, v. 13, n. Especial, p. 16-17, 2000c.

SAYAD, Abdelmalek. A ausência é uma falta. **Travessia: Revista do Migrante**, v. 13, n. Especial, p. 18-19, 2000d.

SAYAD, Abdelmalek. O retorno como produto do pensamento de Estado. **Travessia: Revista do Migrante**, v. 13, n. Especial, p. 20-23, 2000e.

SAYAD, Abdelmalek. Imigração de trabalho e imigração de povoamento. **Travessia: Revista do Migrante**, v. 13, n. Especial, p. 24-26, 2000f.

SAYAD, Abdelmalek. Inserção e re-inserção: a continuidade de uma mesma relação de forças. **Travessia: Revista do Migrante**, v. 13, n. Especial, p. 27-29, 2000g.

SAYAD, Abdelmalek. A reinserção como afirmação da identidade nacional do país de emigração. **Travessia: Revista do Migrante**, v. 13, n. Especial, p. 30-32, 2000h.

SAYAD, Abdelmalek. **La doble ausencia**: de las ilusiones del emigrado a los padecimientos del inmigrado. Barcelona: Anthropos, 2010.

SCHÖRNER, Ancelmo. **A pedra, o migrante e o morro**: feridas narcísicas no coração de Jaraguá do Sul/SC - 1980/2000. Tese (Doutorado em História), Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, 2006.

SCOTT, James C. **Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance**. New Haven and London: Yale University Press, 1985.

SCOTT, James C. **Los dominados y el arte de la resistência: discursos ocultos**. Cidade do México: Ediciones Era, 1990.

SCOTT, James C. Formas Cotidianas da Resistência Camponesa. **Raízes**, v. 1, n. 1, p. 10-31, 2002.

SCOTT, James C. Uma Entrevista com James C. Scott [Tradução: Suzana dos Santos Matos]. **Tempo, Espaço e Linguagem**, v. 12, n. 2, p. 274-289, 2021.

SEMENSATTO, Simone. **Informação, memória e identidade: as festas comunitárias do município de Estrela – Rio Grande do Sul**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Biblioteconomia), Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, 2005.

SILVA, Ciranilda Cardoso da. Os forrozeiros e a expressão identitária através de vestuários, visualidades e práticas culturais. **Interfaces Científicas**, v. 4, Edição Especial, p. 83-92, 2015.

SILVA, Ciranila Cardoso da. Aspectos Históricos das Festas e Festividades de Forró no Brasil. **Em Tempo de Histórias**, n. 40, p. 181-194, 2022.

SILVA, Expedito L. **Forró no asfalto: mercado e identidade sociocultural**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2003.

SILVA, Joseli Maria. Cultura e Territorialidades Urbanas: uma abordagem da pequena cidade. **Revista de História Regional**, v. 5, n. 2, p. 9-37, 2000.

SILVA, José Hélio da. Um perfil da expansão canavieira na Alta Paulista. **Revista Pegada**, v. 10, n. 1, p. 46-65, 2009.

SILVA, Marcelo Saturnino. **Trabalhadores-migrantes nos canaviais paulistas: sociabilidade, trabalho e formas de resistência**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande, 2011.

SILVA, Virgínia Ferreira da. Migrantes na periferia urbana do interior de São Paulo: trajetórias e identidade. **Cadernos CERU**, n. 18, 2007a.

SILVA, Virgínia Ferreira da. Origem Migrante. **Avá**, n. 11, p. 115-133, 2007b.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. **Cidade, corporação e periferia urbana: acumulação de capital e segregação espacial na (re) produção do espaço urbano**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SMITH, Warley. Barão Geraldo: história e identidade local. **Revista de História Regional**, v. 7, n. 2, p. 207-230, 2002.

SOBRAL, Germano Leóstenes Alves de. Imagens do migrante nordestino em São Paulo. **Travessia: Revista do Migrante**, v. 6, n. 17, p. 19-20, 1993.

SOUZA, Michele & WHITACKER, Arthur. Produção social do espaço urbano e produção da desigualdade na cidade. **Revista Geo Temas**, v. 8, n. 1, p. 23-41, 2018.

SPOLLE, Marcus Vinicius. O fim do uso do alojamento nos grandes canteiros de obras de São Paulo como instrumento de flexibilização do trabalho. **Travessia: Revista do Migrante**, n. 68 p. 75-82, 2011.

STOLCKE, Verena. **Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TAVARES, Filipe Moreira de Azeredo. **Resistência, Luta e Sindicalismo: Um Estudo Sobre A Greve (1984) Dos Canavieiros de Campos Dos Goytacazes (RJ)**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, 2022.

TEIXEIRA, Joaquim de Sousa. Festa e identidade. **Comunicação & Cultura**, n. 10, 2010, p. 17-33.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3 v.

TROTTA, Felipe C.. **No Ceará não tem disso não: nordestinidade e macheza no forró contemporâneo**. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2014.

URIA, Jorge. La taberna: unespacio multifuncional de sociabilidad popular em la restauración enpsñola. **Hispania**, n. 24, p. 571-604, 2003.

VERÇOZA, Lúcio Vasconcellos de & MORAES SILVA, Maria Aparecida de. Expropriação e memória na região dos tabuleiros de cana. **Áskesis**, v. 1, n. 1, p. 32-104, 2012.

VERÇOZA, Lúcio Vasconcellos de & MORAES SILVA, Maria Aparecida de. A resistência dos trabalhadores nos canaviais alagoanos. **Agrária**, v. 1, p. 137-168, 2012.

VERÇOZA, Lúcio Vasconcellos de & MORAES SILVA, Maria Aparecida de. Cana, Labor e Adoecimento: a afirmação do nexos causal como uma forma de resistência. **Século XXI, Revista de Ciências Sociais**, v. 7, n. 1, p. 216-256, 2017.

VETTORASSI. Andréa. Espaços divididos e disputados: um estudo sobre as relações sociais entre nativos e dos "de fora" em Guariba-SP. **Travessia: Revista do Migrante**, n. 54, p. 5-11, 2006a.

VETTORASSI, Andréa. Migrantes do interior paulista: sobre relações sociais traçadas por violências simbólicas. **Teoria & Pesquisa**, n. 49, p. 213-237, 2006b.

VETTORASSI, Andréa. **Espaços divididos e silenciados**: relações sociais entre nativos e dos "de fora" de uma cidade do interior paulista. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), São Carlos: Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, 2006c.

VETTORASSI, Andréa. **Laços de Trabalho e Redes dos Migrantes**: um estudo sobre as dimensões objetivas e subjetivas presentes em redes sociais e identidades de grupos migrantes de Serrana-SP e Guariba-SP. Tese (Doutorado em Sociologia), Campinas: Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, 2010.

VETTORASSI, Andréa & Dias, Gustavo Estudos migratórios e os desafios da pesquisa de campo. **Sociedade e Cultura**, v. 20, n. 2, p. 7-28, 2017.

VIEIRA, Anna. Paula Ferraz Dais & Esteves Jr., Milton. Cidade e Narrativa: Discurso e direito à cidade nos espaços opacos. **V!RUS**, n. 17, s/p., 2018.

VILLAÇA, Flavio. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. Studio Nobel. 2ª Ed. - São Paulo. [2001] 2012.

VILLA Lobos, Flávia Cavalcanti da Silva. **O sertão vira Brodósqui, Brodósqui vira sertão**: Portinari e um imaginário nordestino. Dissertação (Mestrado em Letras), Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, 2022.

VILLA, Marco Antônio. **Quando eu vim-me embora**: história da migração nordestina para São Paulo. São Paulo: LeYa, 2017.

WEFFORT, F. Nordestinos em São Paulo: notas para um estudo sobre cultura nacional e cultura popular. In: Valle, Edênio (Org.). **A cultura do povo**. São Paulo: Cortez, 1988.

XAVIER, Glauber Lopes. A cidade e os canaviais: Estado e capital na produção social do Espaço. **Revista IDEAS**, v. 4, n. 1, p. 150-186, 2010.

XAVIER, Glauber Lopes. Ruralidades e Urbanidades: tempo e espaços na vida cotidiana de "bóias-frias" - Goianésia, Goiás. **Ateliê Geográfico**, v. 5, n. 2, p. 24-46, 2011.

XAVIER, Glauber Lopes. **Os assalariados rurais urbanizados**: sobre o fenômeno urbano e os trabalhadores rurais na alta modernidade – Goianésia, Goiás. Tese (Doutorado em Sociologia), Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2013.